UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PRESIDENTE PRUDENTE

ELIANE REGINA FRANCISCO DA SILVA

AGENTES TERRITORIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

Presidente Prudente

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PRESIDENTE PRUDENTE

ELIANE REGINA FRANCISCO DA SILVA

AGENTES TERRITORIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente-SP - Área de concentração: Produção do espaço geográfico para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profª Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

S586a

Silva, Eliane Regina Francisco da

Agentes territoriais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) / Eliane Regina Francisco da Silva. -- Presidente Prudente, 2019

484 f. : il., tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Políticas públicas. 2. Agentes territoriais. 3. Agricultura familiar. 4. Municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: AGENTES TERRITORIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

AUTORA: ELIANE REGINA FRANCISCO DA SILVA
ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
FCT / UNESP/Presidente Prudente(SP)

Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. MESSIAS MODESTO DOS PASSOS
Campus de Pres Prudente-Fct / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Prof. Dr. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais / UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Presidente Prudente, 28 de janeiro de 2019

Aos meus pais, Aristides e Maria Antônia, meus maiores e melhores exemplos...

Dedico

AGRADECIMENTOS

“A *Gratidão* é a virtude das almas nobres”, já disse *Esopo*, por isso gostaríamos de ressaltar os nomes de algumas pessoas que colaboraram para a concretização deste trabalho. Ainda que não estejamos, pretensiosamente, declarando a nobreza de nossa alma, expomos nossa mais sincera gratidão:

À Deus, ser onipotente, onisciente e onipresente, por não me deixar desistir nunca. Por me fazer chegar até aqui e por me dar perspectivas para continuar.

À Nossa Senhora, por ser minha Mãezinha intercessora junto a Jesus diante de todas as minhas lutas.

Aos meus queridos pais, Aristides e Maria Antônia que sempre me incentivaram a lutar e jamais desistir dos meus objetivos e por serem exemplos de pessoas.

À Profª. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pela amizade, paciência, confiança e constante estímulo demonstrados durante a orientação deste trabalho e da dissertação de mestrado.

Ao Rubens Amorim Silva, meu querido Rubinho, pela ajuda constante durante a pesquisa no município de Mirante do Paranapanema (SP) e seus respectivos distritos, pelas indicações e acompanhamentos, pelos constantes conselhos e, acima de tudo pelo exemplo de um ser humano, imensuravelmente especial.

À Maria de Fátima Brito Silva, pelo fornecimento de informações primordiais e pela constante disposição em colaborar para o desenvolvimento da pesquisa.

À Patricia de Carvalho, pelo fornecimento de informações fundamentais à pesquisa e pelo empenho em colaborar com o trabalho.

Ao Rafael Ferreira dos Santos pelo constante estímulo, apoio e companheirismo.

Ao Cícero Alves Bezerra, meu primo, a quem devo momentos de companhia, de consideração, de carinho e de hospedagem em Costa Machado (distrito de Mirante do Paranapanema). Enfim, a quem devo bons momentos.

À Sra. Vanda Soares da Silva Marinotti e ao Sr. Valdir Marinotti, bem como aos seus familiares, pela recepção e acolhimento em sua residência, pelo acompanhamento nos lotes rurais e pelos exemplos de seres humanos.

Ao Sr. Valdecir Marinotti, pela indicação do seu irmão (Sr. Valdir Marinotti) e da sua cunhada (Sra. Vanda Soares da Silva Marinotti) no município de Rosana (SP) e pela ajuda que já me concedeu durante a pesquisa da dissertação de mestrado.

Ao Sr. Cledson Mendes e à Sra. Telma Gomes da Silva pela colaboração na pesquisa no município de Rosana (SP).

À família Andrade: Edilson, Zuleide, Edileide e Evandro pela grande amizade, pelas longas conversas e pelos constantes auxílios e estímulos.

Ao Odair José Bezerra, meu primo que sempre me apoiou quando precisei.

À Maria Antônia Bezerra (*in memoriam)*, minha madrinha que sempre esteve disposta a me ajudar, independentemente do momento e da situação até mesmo quando já lhe faltavam as forças.

À Eliane Silva dos Santos, uma amiga da UNESP para vida, que sempre me motivou, mesmo nos momentos mais difíceis e a quem devo tanto que seria impossível descrever o quanto.

Ao Sr. Anizio Cipola, pela amizade conquistada durante minha estadia em Primavera (distrito de Rosana) e pela minha condução, em muitas ocasiões, aos entrevistados nesse município.

À Renilda Terezinha Monteiro, mais que uma amiga, uma pessoa que se tornou da família ao longo desses onze anos de convivência.

Aos colegas do GEDRA, pelas conversas, auxílios e indicações, sobremaneira, à Eliane Silva dos Santos, à Carla Hentz, à Ellen Tamires Pedriali Colnago, à Maryna Vieira Martins Antunes e à Roberta Oliveira da Fonseca.

Ao Rafael da Silva Nunes, pela elaboração dos mapas.

Ao Sr. Gustavo Lund Viegas, gerente de acompanhamento e controle das ações da agricultura familiar da CONAB, pela disponibilização de dados que não se encontravam nos relatórios da referida Companhia.

Ao Sr. Carlos Alberto Arantes Lagrotti, analista de desenvolvimento agrário do ITESP, pela disponibilização das informações sobre o dimensionamento dos lotes de assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema.

À Profª. Dra. Juliana Casarotti Ferreira dos Santos pela tradução do resumo para o espanhol.

Aos Profs. Drs. Carlos de Castro Neves Neto, Eduardo Paulon Girardi e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol pela participação na Banca de Qualificação e pelas suas pertinentes sugestões.

Aos Profs. Drs. Messias Modesto dos Passos, Eduardo Paulon Girardi, Antonio Lázaro Sant'Ana, Adriano Rodrigues de Oliveira e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol pela participação na Banca de Defesa da tese e pelas suas pertinentes considerações.

Aos funcionários da UNESP de Presidente Prudente que sempre nos acolheram com dedicação e carinho.

Ao Daniel Retali Melo Freixo dos Santos e ao Rafael Pinheiro Nicoletti pela colaboração.

Aos produtores e beneficiários que ao possibilitarem a nossa infiltração ao seu cotidiano, permitiram-nos descrever parte considerável de sua realidade.

Aos presidentes das associações de produtores rurais, dos CAEs, dos CMDRs, dos COMSEAs pela concessão das entrevistas.

Aos funcionários da Casa de Agricultura, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das escolas receptoras dos gêneros alimentícios advindos do PNAE, da Divisão Agropecuária das Prefeituras dos municípios selecionados e do ITESP, pelas importantes informações fornecidas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Muito obrigada!!!

Há um tempo em que é preciso
abandonar as roupas usadas...
Que já têm a forma do nosso corpo
E esquecer os nossos caminhos
que nos levam sempre aos
mesmos lugares ...

É o tempo da travessia ...
E se não ousarmos fazê-la ...
Teremos ficado para sempre ...
À margem de nós mesmos...

Fernando Teixeira de Andrade

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar os impactos socioterritoriais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na dinâmica local dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). A tese que defendemos é a de que falta uma maior e/ou melhor articulação entre os agentes territoriais beneficiários, os agentes territoriais institucionais e os agentes territoriais organizacionais ou mediadores nos municípios pesquisados para a maior eficiência na implementação do PAA e do PNAE. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados de fontes secundária e primária, por meio de entrevistas com os agentes territoriais beneficiários, institucionais e organizacionais ou mediadores. Verificou-se com o desenvolvimento da pesquisa no supracitado recorte espacial de estudo que mesmo diante de algumas limitações, as referidas políticas públicas são de fundamental importância para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, alunos, dentre outros, e para os agricultores familiares, pois consiste numa alternativa para a permanência destes no campo e para a melhoria de suas condições socioeconômicas. Identificou-se também a participação expressiva do trabalho das mulheres no desempenho das atividades correlacionadas ao PAA e ao PNAE que significou melhora das condições de vida dessas mulheres e da família. No entanto, percebeu-se que a participação dos produtores rurais, sejam convencionais ou assentados no PAA, não garante automaticamente a participação destes no PNAE. Isso porque, a participação no PNAE exige maior envolvimento dos agentes territoriais, sejam eles beneficiários, institucionais, organizacionais ou mediadores em decorrência da sua distinta lógica de implementação. Identificou-se que os cortes orçamentários já são realidade no que se refere ao PAA, - o que afeta diretamente a agricultura familiar e, no caso do PNAE, o valor *per capita* repassado pelo Governo federal, bem como a complementação de recursos pelos governos estaduais e municipais é insuficiente.

Palavras-chave: Políticas públicas. Agentes territoriais. Agricultura familiar. Municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP).

ABSTRACT

The main objective of the research was to identify and analyze the socio-territorial impacts of the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) [Food Acquisition Program (FAP)] and the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [National School Feeding Program (NSFP)] in the local dynamics of the municipalities of Mirante do Paranapanema and Rosana (SP). The thesis that we defend is that there is a lack of articulation among the beneficiary territorial agents, the territorial agents and the territorial or organizational agents or mediators in the municipalities surveyed for the greater efficiency in the implementation of the PAA [FAP] and the PNAE [NSFP]. The methodological procedures were bibliographic review, documentary research, collection of data from secondary and primary sources, through interviews with territorial, beneficiary, institutional and organizational agents or mediators. It was verified with the development of the research in the mentioned municipalities that, despite some limitations, these public policies are very important for people in situations of food and nutritional vulnerability, students, among others, and for family farmers, since it is an alternative for the permanence of these in the field and for the improvement of their socioeconomic conditions. It was also identified the expressive participation women's work in the performance of the activities related to the PAA [FAP] and the PNAE [NSFP], which meant an improvement in the living conditions of these women and their families. However, it was noticed that the participation of rural producers, whether conventional or settled in the PAA [FAP], does not automatically guarantee their participation in the PNAE [NSFP]. This is because, participation in the NSFP requires greater involvement of territorial agents, as long as they are beneficiaries, institutional, organizational or mediators due to their distinct logic of implementation. It was identified that budget cuts are already a reality with regard to the PAA [FAP], which directly affects family farming and, in the case of PNAE [NSFP], the *per capita* value passed on by the Federal Government, as well as the complementation of resources by the state governments and municipal services is insufficient.

Keywords: Public policies. Territorial agents. Family farming. Municipalities of Mirante do Paranapanema and Rosana (SP).

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo principal identificar y analizar los impactos del Programa de Adquisición de Alimentos [Programa de Aquisição de Alimentos] (PAA) y del Programa Nacional de Alimentación Escolar [Programa Nacional de Alimentação Escolar] (PNAE) en la dinámica local de los municipios de Mirante do Paranapanema y Rosana (SP). La tesis que defendemos es la de que falta una mayor y/o mejor articulación entre los agentes territoriales beneficiarios, los agentes territoriales institucionales y los agentes territoriales organizativos o mediadores en los municipios investigados para la mayor eficiencia en la implementación del PAA y del PNAE. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la revisión bibliográfica, investigación documental, recolección de datos de fuentes secundaria y primaria, por medio de entrevistas con los agentes territoriales beneficiarios, institucionales y organizacionales o mediadores. Se verificó con el desarrollo de la investigación en el citado recorte espacial de estudio que incluso ante algunas limitaciones, las referidas políticas públicas son de fundamental importancia para personas en situación de vulnerabilidad alimentaria y nutricional, alumnos, entre otros, y para los agricultores familiares, pues consiste en una alternativa para la permanencia de éstos en el campo y para la mejora de sus condiciones socioeconómicas. Se identificó también la participación expresiva del trabajo de las mujeres en el desempeño de las actividades correlacionadas al PAA y al PNAE que significó mejora de las condiciones de vida de esas mujeres y de la familia. Sin embargo, se percibió que la participación de los productores rurales, sean convencionales o asentados en el PAA, no garantiza automáticamente la participación de éstos en el PNAE. Por eso, la participación en el PNAE exige una mayor participación de los agentes territoriales, ya sean beneficiarios, institucionales, organizativos o mediadores como consecuencia de su distinta lógica de implementación. Se identificó que los recortes presupuestarios ya son realidad en lo que se refiere al PAA, - lo que afecta directamente a la agricultura familiar y, en el caso del PNAE, el valor per cápita repasado por el Gobierno federal, así como la complementación de recursos por los gobiernos estatales y municipales es insuficiente.

Palabras clave: Políticas públicas. Agentes territoriales. Agricultura familiar. Municipios de Mirante do Paranapanema y Rosana (SP).

LISTA DE FIGURAS

Página

Figura 1: Distribuição dos recursos do PAA por região brasileira em 2015, 2016 e 2017..... 84
Figura 2: Desempenho do PAA (em reais) dentre as modalidades de 2009 a 2017 86
Figura 3: Beneficiários fornecedores participantes do PAA em 2015, 2016 e 2017, por categoria e por região 92
Figura 4: Número de beneficiários fornecedores do PAA por modalidades e regiões em 2015, 2016 e 2017 94
Figura 5: Categoria de produtos produzidos por agricultores familiares e comercializados por meio do PAA em 2015, 2016 e 2017..... 98
Figura 6: Quantidade em quilos de produtos adquiridos por modalidade de comercialização em 2015, 2016 e 2017 99
Figura 7: Quantidade em quilos de produtos adquiridos por região e por fonte de recursos em 2015, 2016 e 2017 100
Figura 8: Renda média anual dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2017 em reais (R$)102
Figura 9: Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2017..... 104
Figura 10: Renda média das mulheres no PAA, de 2009 a 2017, em reais (R$)..... 105
Figura 11: Número de atendimentos aos beneficiários, por região, em 2015, 2016 e 2017 . 106
Figura 12: Número de unidades recebedoras, por região, em 2015, 2016 e 2017 107
Figura 13: Unidades recebedoras atendidas pelo PAA em 2015, 2016 e 2017 108
Figura 14: Número de municípios participantes do PAA por regiões em 2015, 2016 e 2017..... 109
Figura 15: Lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente 137
Figura 16: Lavouras no município de Mirante do Paranapanema (1990 - 2015) 150
Figura 17: Lavouras no município de Rosana (1993 - 2015)..... 160
Figura 18: PAA: Escolaridade dos produtores assentados entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 179
Figura 19: PAA: Escolaridade dos produtores assentados entrevistados no município de Rosana (SP) 179

Figura 20: PAA: Produtor assentado do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando na horta para a entrega dos produtos no PAA 184
Figura 21: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores rurais do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PAA..... 186
Figura 22: Produção dos participantes do PAA pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 187
Figura 23: Produtor assentado do município de Rosana (SP) trabalhando na horta para entrega dos produtos no PAA..... 188
Figura 24: Produção dos participantes do PAA pesquisados no município de Rosana (SP)..... 189
Figura 25: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores rurais do município de Rosana (SP) para a entrega no PAA..... 190
Figura 26: PAA: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 193
Figura 27: PAA: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados do município de Rosana (SP)..... 194
Figura 28: PAA: Práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais..... 195
Figura 29: PAA: Práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Rosana (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais..... 196
Figura 30: Sombrite para a produção de olerícolas num lote rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PAA..... 197
Figura 31: Irrigação com a utilização de aspersores para a produção de olerícolas num lote rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PAA..... 197
Figura 32: Assentada do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PAA..... 203
Figura 33: Assentada do município de Rosana (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PAA..... 203
Figura 34: PNAE: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 215
Figura 35: PNAE: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados do município de Rosana (SP)..... 215

Figura 36: PNAE: Assentado do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando na horta para a entrega no PNAE 218
Figura 37: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PNAE 219
Figura 38: Produção dos produtores assentados participantes do PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) 220
Figura 39: Assentado do município de Rosana (SP) trabalhando na horta para a entrega no PNAE 221
Figura 40: Rosca de coco produzida pelos produtores assentados do município de Rosana (SP) para entrega no PNAE 222
Figura 41: Produção dos produtores assentados participantes do PNAE pesquisados do município de Rosana (SP) 223
Figura 42: PNAE: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) 225
Figura 43: PNAE: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados assentados do município de Rosana (SP) 226
Figura 44: PNAE: Práticas utilizadas pelos entrevistados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais 227
Figura 45: Sombrite para a produção de olerícolas num lote rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PNAE 228
Figura 46: Irrigação com a utilização de aspersores para a produção de olerícolas num lote do município de Mirante do Paranapanema (SP) rural para a entrega no PNAE 229
Figura 47: Práticas utilizadas pelos entrevistados assentados do município de Rosana (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais 230
Figura 48: Estufa para a produção de olerícolas num lote rural do município de Rosana (SP).... 231
Figura 49: Irrigação com a utilização de aspersor num lote rural do município de Rosana (SP).. 231
Figura 50: Assentada do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PNAE 236
Figura 51: Assentada do município de Rosana (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PNAE 237

Figura 52: PNAE: Escolaridade dos produtores convencionais entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) 241
Figura 53: Produtor convencional do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando na horta para a entrega no PNAE 243
Figura 54: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PNAE ... 244
Figura 55: Produção dos produtores convencionais do PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) 245
Figura 56: PNAE: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) 246
Figura 57: PNAE: Práticas utilizadas pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção agropecuária nas propriedades rurais 247
Figura 58: PNAE: Estufa para a produção de olerícolas numa propriedade rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) 248
Figura 59: PNAE: Irrigação com a utilização de micro aspersor, também conhecido como aspersor tipo bailarina, para a produção de olerícolas numa propriedade rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) 248
Figura 60: Mulher trabalhando na sua propriedade rural convencional do município de Mirante do Paranapanema (SP) nas atividades voltadas à produção para entrega no PNAE 251
Figura 61: Escolaridade dos produtores assentados rurais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) 265
Figura 62: Escolaridade dos produtores assentados rurais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados do município de Rosana (SP) 265
Figura 63: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados e não participantes do PAA e PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP) 277
Figura 64: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados e não participantes do PAA e PNAE no município de Rosana (SP) 278
Figura 65: "Barracão da CONAB" no município de Mirante do Paranapanema (SP) 295
Figura 66: Carteirinhas de Cadastro Único para a distribuição dos alimentos do PAA no Barracão da CONAB no município de Mirante do Paranapanema (SP) 296
Figura 67: Acampamentos (Fazenda Santa Cruz-Kurata) no município de Mirante do Paranapanema (SP) e alimentos distribuídos 297

Figura 68: *Kits* formados pelos voluntários, de acordo com os produtos disponíveis no dia para a distribuição aos beneficiários do município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 298
Figura 69: Organograma do PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP) 299
Figura 70: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP) 302
Figura 71: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)..... 308
Figura 72: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Costa Machado - Mirante do Paranapanema..... 312
Figura 73: Local onde ocorria a distribuição dos alimentos do PAA no município de Rosana (SP) 316
Figura 74: Organograma do PAA no município de Rosana (SP) que no momento da pesquisa de campo contemplava agentes territoriais beneficiários consumidores no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 318
Figura 75: Recebimento dos alimentos na casa do presidente da ARCA no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP)..... 319
Figura 76: Pesagem dos alimentos sendo realizada na casa do presidente da ARCA no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP) 320
Figura 77: Carreta de pequeno porte utilizada no transporte dos alimentos até a igreja e ao município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 320
Figura 78: Distribuição dos alimentos sendo realizada na igreja localizada na Gleba XV de Novembro no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 321
Figura 79: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP) 323
Figura 80: Local de distribuição dos alimentos do PAA no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 327
Figura 81: Bancas em que ficavam expostos os produtos para a distribuição 327
Figura 82: Distribuição dos alimentos sendo realizada no Centro Comunitário Urbano do município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 328
Figura 83: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 329

LISTA DE MAPAS

Página

Mapa 1: Número de beneficiários fornecedores do PAA – Modalidade CDS nos anos de 2015, 2016 e 2017 por regiões brasileiras 96
Mapa 2: Número de beneficiários fornecedores do PAA – Modalidade CDS nos anos de 2015, 2016 e 2017 por estados brasileiros..... 97
Mapa 3: Localização da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente no Estado de São Paulo, Brasil 126
Mapa 4: Localização do município de Mirante do Paranapanema (SP) na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, Estado de São Paulo..... 144
Mapa 5: Localização do município de Rosana (SP) na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, Estado de São Paulo 156
Mapa 6: Localização dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados 171
Mapa 7: Localização dos setores do Assentamento Gleba XV de Novembro no município de Rosana (SP) – em destaque os locais de residência dos entrevistados participantes do PAA..... 173
Mapa 8: Localização dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) – em destaque os locais de residência dos entrevistados que participaram do PNAE ... 211
Mapa 9: Localização dos setores do Assentamento Gleba XV de Novembro e dos Assentamentos Bonanza, Nova Pontal e Porto Maria no município de Rosana (SP) 213
Mapa 10: Localização dos bairros rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) – em destaque os locais de residência dos entrevistados que participam do PNAE 239
Mapa 11: Localização dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados 261
Mapa 12: Localização dos assentamentos rurais no município de Rosana (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados..... 263
Mapa 13: Localização dos bairros rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados..... 274
Mapa 14: Localização dos bairros rurais no município de Rosana (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados 275

Mapa 15: Localização do distrito de Cuiabá Paulista no município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 306
Mapa 16: Localização do distrito de Costa Machado no município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 311
Mapa 17: Localização do município de Euclides da Cunha Paulista (SP) na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... 326
Mapa 18: Localização dos municípios pertencentes ao EDR de Presidente Venceslau (SP)..... 335
Mapa 19: Localização do Bairro Rural Santa Rita do Pontal no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)..... 347

LISTA DE QUADROS

Página

Quadro 1: Agentes territoriais do PAA e do PNAE 44
Quadro 2: Principais grupos de agentes atuantes na construção dos referenciais de políticas públicas para a agricultura familiar a partir de 1994 59
Quadro 3: Principais programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil no período de 1940-2003 e suas características 64
Quadro 4: PAA: Modalidades, fonte de recursos, órgãos executores, forma de acesso, ementa e limites por DAP 77
Quadro 5: Diretrizes do PNAE 115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN: Associação Brasileira da Indústria de Nutrição.

ABRANDH: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos.

A.C.P.R.: Associação Comunitária de Produtores Rurais dos Assentamentos Flor Roxa e Washington Luiz.

AEE: Atendimento Educacional Especializado.

AGF: Aquisição do Governo Federal.

AMAS: Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema - SP.

APRAACON: Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antônio Conselheiro.

ARCA: Associação Regional de Cooperação Agrícola.

ASPRAF: Associação dos Micro produtores da Agricultura Familiar do Assentamento Santa Carmem.

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural.

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CACS/FUNDEB: Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

CAE: Conselho de Alimentação Escolar.

CAISAN: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

CAP: Centro de Atendimento à População.

CDAF: Compra Direta da Agricultura Familiar.

CDS: Compra com Doação Simultânea.

CEBAS: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de educação.

CECANES: Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar.

CENTRO POP: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

CESP: Companhia Energética do Estado de São Paulo.

CFP: Comissão para Financiamento da Produção.

CMDR: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

CME: Campanha de Merenda Escolar.

CNA: Comissão Nacional de Alimentação.

CNAE: Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

CNME: Campanha Nacional de Merenda Escolar.

COBAL: Companhia Brasileira de Alimentos.

COMSEA: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

CONSEA: Conselho de Segurança Alimentar.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento.

CPR- Estoque: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar.

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS: Centro Especializado de Assistência Social.

CTCM: Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória.

DATER: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

DCNT: Doenças Crônicas não Transmissíveis.

DGI: Divisão de Geração de Imagens.

DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada.

EAN: Educação Alimentar e Nutricional.

EDR: Escritório de Desenvolvimento Rural.

EGF: Empréstimo do Governo Federal.

EJA: Educação de Jovens e Adultos.

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EO: Entidade Organizadora.

e-SIC: Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FCP: Fundação Cultural dos Palmares.

FE: Formação de Estoques.

FEE: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

FISI: Fundo Internacional de Socorro à Infância.

FMAS: Fundo Municipal de Assistência Social.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FUNAI: Fundação Nacional do Índio.

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

GEDRA: Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária.

GGPAA: Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

Ha: Hectare (s).

IAPI: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBio: Instituto Chico Mendes.

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano.

INAN: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

INCOL: Indústria e Comércio de Fécula O'Linda.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ITESP: Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Km: Quilômetro (s).

LBA: Legião Brasileira de Assistência.

LOA: Lei Orçamentária Anual.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MDSA: Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

MEC: Ministério da Educação.

MESA: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar.

MMA: Ministério do Meio Ambiente.

MOC: Manual de Operações da CONAB.

MRG: Microrregião Geográfica.

MS: Ministério da Saúde.

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

NOC: Normativo de Operações da CONAB.

NUMA: Núcleo de Meio Ambiente.

ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

OGU: Orçamento Geral da União.

OMUS: Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro.

ONGs: Organizações Não-Governamentais.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento.

PAP: Programa de Abastecimento Popular.

PAT: Programa de Alimentação do Trabalhador.

PCA: Programa de Complementação Alimentar.

PCCN: Programa de Combate às Carências Nutricionais.

PCTAFs: Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

PEP: Prêmio de Escoamento de Produto.

PEPRO: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor.

PGPAF: Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar.

PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos.

PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual.

PMA: Programa Mundial de Alimentos.

PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida.

PMDRS: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNHR: Programa Nacional de Habitação Rural.

PNLCC: Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes.

PNS: Programa de Nutrição em Saúde.

PPP: Projeto Político Pedagógico.

PROAB: Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda.

PRODEA: Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos.

PROINF: Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONAN: Programa Nacional de Alimentação e Nutrição.

PSA: Programa de Suplementação Alimentar.

PSDPA: Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal.

PTC: Programa Territórios da Cidadania.

RBA: Rede Brasil Atual.

RESR: Revista de Economia e Sociologia Rural.

SAF: Secretaria da Agricultura Familiar.

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional.

SAPCANA: Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira.

SAPS: Serviço de Alimentação da Previdência Social.

SEAC: Secretaria Especial de Ação Comunitária.

SEAD: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

SEAF: Seguro da Agricultura Familiar.

SEEA: Sociedade Espírito-santense de Engenheiros Agrônomos.

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SEPLAN: Secretaria do Planejamento.

SIAD: Simpósio Internacional em Agronegócio e Desenvolvimento.

SIBRATER: Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural.

SIGECON: Sistema de Gestão de Conselhos.

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

SISVAN: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural.

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

UDOP: União dos Produtores de Bioenergia.

UF: Unidade(s) da Federação.

UHT: (*Ultra High Temperature),* leite esterilizado, leite longa vida, leite asséptico.

UNESP: Universidade Estadual Paulista.

USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 1: Número de produtores participantes e não participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra de pesquisados 48
Tabela 2: PAA: Número de municípios, pessoas atendidas e unidades recebedoras, em escala nacional, no período de 2003 a 2017. 79
Tabela 3: Recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017 82
Tabela 4: Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização em 2015, 2016 e 2017 em reais (R$) 89
Tabela 5: Repasses financeiros e aquisições da agricultura familiar para o PNAE em escala nacional no período de 2012 a 2016 117
Tabela 6: Repasses financeiros e aquisições da agricultura familiar para o PNAE para o Estado de São Paulo no período de 2012 a 2016 118
Tabela 7: Valores repassados pelo Governo federal por alunos/ano e por escolas/ano em escala nacional no período de 2000 a 2014 119
Tabela 8: Número de alunos e escolas beneficiados pelo PNAE no Estado de São Paulo no período de 2000 a 2016 120
Tabela 9: PIB e PIB *per capita* dos municípios da MRG de Presidente Prudente no ano de 2015 128
Tabela 10: Estrutura fundiária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1995/96 - 2006) 130
Tabela 11: Evolução das áreas de pastagens e lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1995/96 - 2006) 131
Tabela 12: Evolução da área cultivada (em hectares) com cana-de-açúcar na MRG de Presidente Prudente (safras 2003/04 - 2013/14) 133
Tabela 13: Efetivo de bovinos na MRG de Presidente Prudente (1995/96 - 2006) 140
Tabela 14: Dinâmica populacional da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1991-2010) 141

Tabela 15: IDHM da MRG de Presidente Prudente no período de 1991 a 2010 142
Tabela 16: Estrutura fundiária do município de Mirante do Paranapanema (1995/96 -2006)147
Tabela 17: Evolução das áreas de pastagens e lavouras no município de Mirante do Paranapanema (1995/96 - 2006)..... 148
Tabela 18: Efetivo de bovinos no município de Mirante do Paranapanema (1995/96 - 2006)..... 153
Tabela 19: Dinâmica populacional do município de Mirante do Paranapanema (1991-2010)..... 154
Tabela 20: Estrutura fundiária do município de Rosana (1995/96 -2006) 158
Tabela 21: Evolução das áreas de pastagens e lavouras no município de Rosana (1995/96 - 2006)..... 159
Tabela 22: Efetivo de bovinos no município de Rosana (1995/96 - 2006) 163
Tabela 23: Dinâmica populacional do município de Rosana (2000-2010) 163
Tabela 24: Número de produtores participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra de pesquisados..... 168
Tabela 25: PAA: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados por local de residência e associação no município de Mirante do Paranapanema (SP) 170
Tabela 26: PAA: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados no município de Rosana (SP) participantes do PAA..... 172
Tabela 27: PAA: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 178
Tabela 28: PAA: Tempo de moradia dos produtores assentados entrevistados nos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 181
Tabela 29: PAA: Área (ha) dos lotes dos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 182
Tabela 30: PAA: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 199
Tabela 31: Repasses financeiros e aquisições de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE no período de 2011 a 2016 nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 206
Tabela 32: Número de produtores participantes do PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra de pesquisados..... 209

Tabela 33: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados em Mirante do Paranapanema (SP) e que participaram do PNAE no ano de 2016 210
Tabela 34: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados no município de Rosana e que entregavam produtos ao PNAE em 2016 212
Tabela 35: PNAE: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 214
Tabela 36: PNAE: Tempo de moradia dos produtores entrevistados nos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 216
Tabela 37: PNAE: Área (ha) dos lotes dos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 217
Tabela 38: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados que participam do PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 233
Tabela 39: Distribuição dos produtores rurais convencionais pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) que participam do PNAE 238
Tabela 40: PNAE: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) 240
Tabela 41: PNAE: Tempo de moradia dos produtores entrevistados nas propriedades rurais do município de Mirante do Paranapanema (SP) 241
Tabela 42: PNAE: Área (ha) das propriedades dos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) 242
Tabela 43: PNAE: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) 249
Tabela 44: Número de produtores participantes e não participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra 259
Tabela 45: Distribuição dos produtores rurais assentados e não participantes do PAA e PNAE pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) 260
Tabela 46: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados e não participantes do PAA e PNAE no município de Rosana (SP) 262
Tabela 47: Faixa etária dos produtores rurais não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 264

Tabela 48: Tempo de moradia dos produtores não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 266
Tabela 49: Área (ha) dos lotes dos produtores assentados não participantes do PAA e PNAE entrevistados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 267
Tabela 50: Renda familiar mensal dos produtores assentados não participantes do PAA e PNAE entrevistados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 269
Tabela 51: Distribuição dos produtores rurais convencionais não participantes do PAA e PNAE pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) 273
Tabela 52: Distribuição dos produtores rurais convencionais não participantes do PAA e PNAE pesquisados 275
Tabela 53: Faixa etária dos produtores rurais convencionais entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 276
Tabela 54: Tempo de moradia dos produtores convencionais não participantes do PAA e PNAE entrevistados nas propriedades rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 278
Tabela 55: Área (ha) das propriedades rurais dos produtores convencionais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 279
Tabela 56: Renda familiar mensal dos produtores convencionais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 281
Tabela 57: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP) 301
Tabela 58: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores no município de Mirante do Paranapanema (SP) 303
Tabela 59: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 303
Tabela 60: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)..... 307
Tabela 61: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)..... 308

Tabela 62: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)..... 309
Tabela 63: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Costa Machado – Mirante do Paranapanema 312
Tabela 64: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores no distrito de Costa Machado - Mirante do Paranapanema (SP) 313
Tabela 65: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Costa Machado - Mirante do Paranapanema (SP)..... 313
Tabela 66: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP) 322
Tabela 67: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP) em seus lotes..... 323
Tabela 68: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP) 324
Tabela 69: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 329
Tabela 70: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 330
Tabela 71: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 330

SUMÁRIO

Página

1 INTRODUÇÃO 38

2 O CONCEITO DE TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 52

2.1 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) 75

2.1.1 Recursos aplicados no PAA no Brasil **78**

2.1.2 Categorias dos beneficiários fornecedores **91**

2.1.3 Beneficiários fornecedores **93**

2.1.4 Produtos **97**

2.1.5 Quantidade de produtos **98**

2.1.6 Mulheres no PAA **103**

2.1.7 Unidades recebedoras **106**

2.1.8 Municípios participantes **109**

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): ORIGEM E MUDANÇAS 110

3 OS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE... 124

3.1 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE 124

3.1.1 Estrutura fundiária e produtiva da MRG de Presidente Prudente **129**

3.1.2 População e o IDHM na MRG de Presidente Prudente **140**

3.2 O MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP) 143

3.2.1 Estrutura fundiária e produtiva do município de Mirante do Paranapanema (SP) **147**

3.2.2 A população e o IDHM no município de Mirante do Paranapanema (SP) **154**

3.3 O MUNICÍPIO DE ROSANA (SP) 155

3.3.1 Estrutura fundiária e produtiva do município de Rosana (SP) 158

3.3.2 A população e o IDHM no município de Rosana (SP) 163

4 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DOS AGENTES TERRITORIAIS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA E DO PNAE 166

4.1 O PAA E OS AGENTES TERRITORIAIS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) 168

4.1.1 A implementação do PAA: produtores assentados entrevistados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 169

4.1.2 PAA: Caracterização da produção dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 183

4.1.2.1 Máquinas e/ou equipamentos e práticas utilizadas pelos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 193

4.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) 205

4.2.1 PNAE: Caracterização dos produtores assentados e dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 209

4.2.1.1 PNAE: Caracterização da produção dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 217

4.2.1.2 PNAE: Máquinas e/ou implementos e práticas utilizadas pelos produtores dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 225

4.2.1.3 PNAE: Caracterização dos produtores convencionais e das propriedades rurais do município de Mirante do Paranapanema (SP) 237

4.2.1.4 PNAE: Caracterização da produção dos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) 242

4.2.1.5 PNAE: Máquinas e/ou implementos e práticas utilizadas pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) 245

5 PRODUTORES RURAIS NÃO PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) 259

5.1 PRODUTORES RURAIS NÃO PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) 260

5.1.1 Produtores assentados não participantes do PAA e do PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 260

5.1.1.1 Caracterização dos produtores, dos lotes rurais e da produção 260

5.1.1.2 Aspectos gerais sobre (des) informação e (falta de) incentivo ao acesso às políticas públicas no que se refere aos produtores rurais assentados analisados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 269

5.1.1.3 Perspectivas e dificuldades de permanência no campo dos produtores rurais convencionais não participantes do PAA e PNAE dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 271

5.1.2 Produtores convencionais não participantes do PAA e do PNAE dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 273

5.1.2.1 Caracterização dos produtores, das propriedades e da produção dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 273

5.1.2.2 Aspectos gerais sobre (des) informação e (falta de) incentivo ao acesso às políticas públicas dos produtores rurais convencionais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 282

5.1.2.3 Perspectivas e dificuldades de permanência no campo dos produtores rurais convencionais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)..... 283

6 DISTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO PAA AOS AGENTES TERRITORIAIS BENEFICIÁRIOS CONSUMIDORES E A ATUAÇÃO DOS AGENTES TERRITORIAIS INSTITUCIONAIS E DOS ORGANIZACIONAIS OU MEDIADORES..... 292

6.1 MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP) 293

6.1.1 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP)..... 301

6.1.2 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no distrito de Cuiabá Paulista. 305

6.1.3 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no distrito de Costa Machado. 310

6.2 MUNICÍPIO DE ROSANA (SP) 315

6.2.1 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no Assentamento Gleba XV de Novembro 321

6.2.2 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no Centro Comunitário Urbano do município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 325

7 A ATUAÇÃO DOS AGENTES TERRITORIAIS INSTITUCIONAIS E DOS ORGANIZACIONAIS OU MEDIADORES NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) 334

7.1 OS AGENTES TERRITORIAIS INSTITUCIONAIS NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) 334

7.1.1 Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Venceslau (SP) 334

7.1.2 Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 339

7.1.3 Casas da Agricultura dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana(SP).... 341

7.1.4 Divisões Municipais de Agricultura dos municípios de Mirante do Paranapanema e de Rosana (SP) 342

7.1.5 Setor de Suprimento Escolar do município de Mirante do Paranapanema (SP) e Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA do município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 344

7.2 OS AGENTES TERRITORIAIS ORGANIZACIONAIS OU MEDIADORES NOS MUNCÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) 349

7.2.1 Conselhos Municipais 349

7.2.1.1 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 351

7.2.1.2 Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 355

7.2.1.3 Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 359

7.2.2 Nutricionistas dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 365

7.2.3 Cozinheiras e/ou merendeiras das entidades escolares e da cozinha piloto do município de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) 373

CONSIDERAÇÕES FINAIS 387

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 393

APÊNDICES 419

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA - ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EDR) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 419

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CASAS DA AGRICULTURA, INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP) E DIVISÃO AGROPECUÁRIA MUNICIPAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 421

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA - DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS DO PAA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 423

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECEPÇÃO DO PNAE DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 424

APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 426

APÊNDICE F: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (COMSEA) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 428

APÊNDICE G: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 430

APÊNDICE H: ROTEIRO DE ENTREVISTA - NUTRICIONISTA DA MERENDA ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 432

APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA - COZINHEIRAS E/OU MERENDEIRAS DAS ENTIDADES ESCOLARES E DA COZINHA PILOTO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 435

APÊNDICE J: ROTEIRO DE ENTREVISTA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 437

APÊNDICE K: FORMULÁRIO A SER APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE 441

APÊNDICE L: FORMULÁRIO A SER APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NÃO PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE..... 448

APÊNDICE M: ROTEIRO DE ENTREVISTA – BENEFICIÁRIOS CONSUMIDORES DO PAA 455

APÊNDICE N: PRINCIPAIS LAVOURAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE (1990 - 2015) 457

APÊNDICE O: PRINCIPAIS LAVOURAS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP) (1990 - 2015)..... 458

APÊNDICE P: PRINCIPAIS LAVOURAS NO MUNICÍPIO DE ROSANA (SP) (1993 - 2015)..... 459

APÊNDICE Q: RENDA MÉDIA ANUAL DOS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DE 2003 A 2017 EM REAIS (R$)* 460

APÊNDICE R: RENDA MÉDIA DAS MULHERES NO PAA, DE 2009 A 2017, EM REAIS (R$)..... 461

ANEXOS 462

ANEXO A: RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE 462

ANEXO B: BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES PARTICIPANTES DO PAA EM 2015, POR CATEGORIA, REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS 467

ANEXO C: BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES PARTICIPANTES DO PAA EM 2016, POR CATEGORIA, REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS 468

ANEXO D: BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES PARTICIPANTES DO PAA EM 2017, POR CATEGORIA, REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS 469

ANEXO E: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA POR MODALIDADES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES EM 2015 470

ANEXO F: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA POR MODALIDADES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES EM 2016 471

ANEXO G: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA POR MODALIDADES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES EM 2017 472

ANEXO H: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR MODALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO EM 2015 473

ANEXO I: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR MODALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO EM 2016 474

ANEXO J: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR MODALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO EM 2017 475

ANEXO K : QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR REGIÃO E POR FONTE DE RECURSOS EM 2015 476

ANEXO L: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR REGIÃO E POR FONTE DE RECURSOS EM 2016 477

ANEXO M: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR REGIÃO E POR FONTE DE RECURSOS EM 2017 478

ANEXO N: NÚMERO DE UNIDADES RECEBEDORAS E DE ATENDIMENTOS, POR REGIÃO, EM 2015, 2016 E 2017 479

ANEXO O: UNIDADES RECEBEDORAS ATENDIDAS PELO PAA EM 2015, 2016 E 2017 480

ANEXO P: NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO/REGIÕES EM 2015, 2016 E 2017 482

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo Doutorado em Geografia se originou no período final do Curso de Mestrado em Geografia - ainda em 2014. Em nível de Graduação, cursamos "Tecnologia em Agronegócio" (2009) pela Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Presidente Prudente. O trabalho resultante desse curso foi intitulado *"O perfil do produtor na cadeia produtiva do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente"* e objetivou realizar um estudo sobre a cadeia produtiva do leite, analisar o processo da cadeia leiteira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente e identificar a situação em que se encontravam os pequenos produtores de leite por meio da definição de seu perfil, bem como do cenário no qual estavam inseridos.

Percebeu-se com o resultado dessa pesquisa que o município de Presidente Bernardes (SP) se destacava nos quesitos produção de leite e organização social. Assim, surgiu o interesse pela elaboração de um projeto de Mestrado em Geografia que abarcasse especificamente esse município e que incluísse, pormenorizadamente, processos, mudanças tecnológicas, reestruturação produtiva e legislação para a produção de leite, bem como as outras variáveis já abarcadas no primeiro trabalho, tais como: caracterização do produtor e da propriedade; adesão às novas técnicas de produção; organização social e atuação de alguns laticínios e outros agentes desse segmento. Daí surgiu o projeto intitulado *"A produção e o processamento do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: o caso do município de Presidente Bernardes – SP"* que resultou na dissertação de mestrado intitulada *"Modernização da agricultura e reestruturação produtiva da atividade leiteira"* defendida no dia 14 de janeiro de 2015.

Ainda no ano de 2014, quando estávamos terminando o Curso de Mestrado, começamos a elaborar o projeto de Doutorado e daí surgiu o interesse pelo estudo da temática "Políticas públicas".

A escolha do tema "Políticas públicas" para o estudo no Doutorado, está correlacionada ao fato de que, historicamente, a agricultura familiar no Brasil enfrentou e ainda enfrenta dificuldades para o desenvolvimento da produção agropecuária, quais sejam: baixa capitalização; limitações de acesso às linhas de crédito oficiais, à tecnologia e à assistência técnica, dentre outras. Considerando que as políticas públicas visam à resolução de conflitos sociais e que consistem num conjunto de procedimentos que podem ser formais ou

informais, expressando uma relação de poder, acreditamos ser pertinente um estudo sobre o PAA e o PNAE sob a perspectiva do conceito geográfico de território. O conceito de território, segundo Pena (2017), constitui um dos principais e mais utilizados termos da Geografia, pois está diretamente ligado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. O autor afirma ainda que a definição de território varia conforme a corrente teórica ou a abordagem que se realiza, mas a conceituação mais frequentemente utilizada relaciona o espaço apropriado e delimitado por e a partir de relações de poder.

A partir de meados da década de 1990, parte das políticas públicas voltadas ao espaço rural brasileiro, particularmente aquelas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passou a incorporar a perspectiva territorial, a preocupação ambiental e com a segurança alimentar e nutricional, bem como a incentivar a participação dos agentes sociais e a organização coletiva dos produtores rurais.

Nesse contexto, o objetivo principal deste trabalho é analisar os efeitos socioterritoriais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), institucionalizados pelo Governo Federal. O recorte espacial da pesquisa centrou-se nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), localizados na Microrregião Geográfica (MRG) de Presidente Prudente[1].

Esse objetivo principal se desdobrou nos seguintes específicos:

- Contextualizar a evolução do PAA e do PNAE, a partir dos dados de fontes secundárias, nas escalas nacional, estadual e municipal;

- Identificar e analisar as potencialidades e o(s) fator(es) de estrangulamento dos programas nos municípios selecionados;

- Traçar o perfil dos agentes territoriais beneficiários fornecedores (agricultores familiares - convencionais[2] e assentados[3]) que participam do PAA e do PNAE e dos agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA;

---

[1] De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente é constituída por 30 municípios, a saber: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio.

[2] Denominamos produtores convencionais os que tiveram acesso à terra por meio de compra ou herança.

[3] Denominamos assentados rurais os candidatos inscritos, que após terem sido entrevistados, foram selecionados para ingresso no Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa (BRASIL. MDA, 2002).

- Investigar o perfil dos agricultores familiares que não participam dos programas, procurando compreender as razões dessa ausência nas políticas pesquisadas, e;

- Analisar a atuação dos agentes territoriais institucionais e dos agentes territoriais organizacionais ou mediadores na implementação das políticas públicas selecionadas.

A justificativa para a escolha do estudo desse tema em Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) pauta-se no fato de que, enquanto o primeiro município citado teve o maior número de associações de produtores (nove) e os maiores valores de projetos aprovados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou seja, R$ 2.496.000,00, em 2015, o segundo município teve o menor número de associações de produtores (uma) e os menores valores dos projetos aprovados no PAA, a saber, R$ 128.000,00, em 2015, dentre os municípios da MRG de Presidente Prudente, de acordo com informações contidas no *site* da CONAB. Consideramos também na seleção dos municípios pesquisados, o fato de ambos possuírem assentamentos rurais em seu território para termos condições de confrontar os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo.

Parte-se da hipótese norteadora de que, apesar da necessidade do cumprimento de determinadas exigências para a implementação do PAA e do PNAE ser padronizada - e que, por tal motivo, teriam resultados semelhantes -, os reflexos socioterritoriais (positivos ou não) verificados a partir dessas políticas públicas nos municípios estão correlacionados com a participação dos produtores e a atuação articulada dos demais agentes territoriais, quais sejam: agentes territoriais institucionais e agentes territoriais organizacionais ou mediadores na implementação das referidas políticas.

A tese que defendemos é a de que falta uma maior e/ou melhor articulação entre os agentes territoriais beneficiários, os agentes territoriais institucionais e os agentes territoriais organizacionais ou mediadores nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) para a maior eficiência[4] na implementação do PAA e do PNAE.

Isso porque, na concepção de Sack (1986), os territórios[5] são formados socialmente e sofrem influência dos responsáveis pelo controle das ações e dos seus propósitos. Em outros termos, quanto maior a participação dos agentes na implementação das políticas públicas, maior a probabilidade de melhores resultados, sobretudo para aqueles que se destinam essas

[4] O conceito de eficiência, na concepção de Chiavenato (2003, p. 23) significa "[...] fazer bem e corretamente. O trabalho eficiente é um trabalho bem executado".

[5] O conceito de território possui várias abordagens. De acordo com Haesbaert (2010), no âmbito da Geografia, o conceito de território tem bastante força nos países latinos.

ações, ou seja, os agricultores familiares (convencionais e /ou assentados) e as famílias atendidas pela rede socioassistencial e os alunos atendidos pela alimentação escolar.

Nesse contexto, é importante frisar que o uso do conceito de território para o estudo de políticas públicas para o meio rural (nesse caso em específico, o PAA e o PNAE) remete à análise da descentralização político-administrativa do Estado. De acordo com Bonnal, Cazella e Delgado (2012), a Constituição Federal de 1988 deflagrou um processo de descentralização, objetivando ampliar a autonomia política e fiscal dos municípios. Os municípios assumiram funções de execução e de gestão de políticas públicas, muitas vezes, vinculadas aos programas coordenados por instituições governamentais das esferas federal e estadual.

Essa nova orientação (descentralização) fortaleceu a legitimidade do território. A preocupação em incorporar e articular as dinâmicas locais aos desafios e dinâmicas mais globais contribuiu para que a noção de território substituísse gradativamente, no vocabulário de atores sociais e políticos, a noção de local, a qual, geralmente, sugere uma estratégia de ação coletiva mais autônoma em relação aos desafios globais da sociedade e às ações do Estado (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2012).

Cumpre lembrar que é na escala local que as influências políticas e coronelistas/ assistencialistas estão mais presentes. Nesse aspecto, ressalta-se que, segundo Delgado, Bonnal e Leite (2007), a sociedade civil, inclusive os movimentos sociais, tem demonstrado certa desconfiança em relação às forças políticas locais que se expressam nas prefeituras, pois suas ações são, muitas vezes, clientelistas, paternalistas e imediatistas.

Nessa perspectiva pretendeu-se desenvolver a pesquisa em dois (2) municípios para termos a possibilidade de comparar a atuação desses agentes e de analisar os resultados obtidos por meio da operacionalização desses programas de compra governamental da produção familiar rural.

De acordo com o dicionário Aurélio (2018), “agente” é o que opera ou é capaz de operar. Segundo Mocelin (2010), para transpor o estruturalismo[6], Pierre Bourdieu[7] faz uso do

[6] Corrente de pensamento abrangente, as teorias e metodologias estruturalistas foram muito difundidas por acadêmicos das áreas de ciências humanas e sociais durante a segunda metade do século XX. O estruturalismo provém de duas "fontes primárias": na Psicologia, com conceito de "estrutura da mente "proposto pelo médico, psicólogo e filósofo alemão Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920), um dos fundadores da psicologia experimental; e na Linguística, por meio de trabalho do filósofo e estudioso da linguagem suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), autor do "Curso de Linguística Geral" (1916). De modo geral, os estruturalistas acreditam que é mais importante analisar as estruturas (modo de funcionamento, regras, códigos, regularidades) do que interpretar fenômenos em si. Filósofos, historiadores, sociólogos e antropólogos passaram a analisar seus objetos de estudo a partir da perspectiva estruturalista. Para citar um exemplo famoso, temos o caso do antropólogo

conceito de agente ao invés de sujeito. A superação de Bourdieu a esta conceituação da filosofia do sujeito dá-se na medida em que indivíduos ou coletividades, pessoas, classes, ou instituições, disputam entre si alguma coisa de interesse comum. Bourdieu trabalha com "agente" que é o ser que age e luta dentro do campo de interesses.

Utilizamos a noção de "agentes territoriais" para apreendermos os indivíduos que realizam uma determinada ação no âmbito dos programas supracitados[8]. A junção dos termos "agentes" e "territoriais" é interessante pelo fato de que "[...] os agentes não estão, necessariamente, num mesmo plano de correlação de forças, mas instrumentalizam seus interesses por meios de coligações que viabilizam suas ações [...]" (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 33). Assim, os "agentes" estão correlacionados ao "território", pois pressupõe poder, já que buscam a viabilização de suas ações, ainda que "[...] não significa também que o produto dessas ações tenha o mesmo grau de retorno para esses agentes, mas é uma forma de garantir, com maior ou menor grau, a satisfação, ainda que parcial, desses interesses" (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 34).

Para uma melhor compreensão do papel dos indivíduos no processo de institucionalização do PAA e do PNAE, classificamos os agentes territoriais em beneficiários, institucionais e organizacionais ou mediadores. Fizemos a opção metodológica de utilizarmos o termo "agentes", ao invés de atores ou sujeitos, para evitarmos um pluralismo desnecessário e por considerarmos que a expressão utilizada abarcava a ideia que pretendíamos trabalhar que é a da instrumentalização dos interesses de acordo com a função por estes desempenhadas, seja em termos de produção ou recepção dos gêneros alimentícios, no caso dos beneficiários consumidores, seja no desempenho das atividades em instituições, no caso dos institucionais ou em termos de intermediação, no tocante aos organizacionais ou

---

franco-belga Claude Lévi-Strauss (1908-2009), cuja bibliografia inclui os clássicos "Antropologia Estrutural I e II" (PSICOLOGIA ACADÊMICA, 2011).

[7] Pierre Bourdieu, (1930-2002) foi um importante sociólogo e pensador francês, autor de uma série de obras que contribuíram para renovar o entendimento da Sociologia e da Etnologia no século XX. Em suas obras, Bourdieu tenta explicar a diversidade do gosto entre os segmentos sociais, investigando a variedade das práticas culturais entre os grupos, afirmando que o gosto cultural e os estilos de vida da burguesia, das camadas médias e da classe operária, estavam profundamente marcados pela trajetória social vivida por cada um deles. Foi considerado um dos mais importantes intelectuais de sua época. Tornou-se referência na Antropologia e na Sociologia, publicando trabalhos sobre educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística, comunicação e política. Com sua vasta produção intelectual, recebeu o título "Doutor Honoris Causa" da Universidade Livre de Berlim (1989), da Universidade Johann Wolfgang-Goethe de Frankfurt (1996) e da Universidade de Atenas (1996) (FRAZÃO, D., 2018).

[8] Utilizamos a expressão "agentes territoriais" embasados em Souza, S. (2015) que também estudou políticas públicas, mais especificamente, o Programa Territórios da Cidadania (PTC) e o Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF) no Estado de São Paulo.

mediadores. Vale lembrar que os agentes territoriais beneficiários consumidores podem ser considerados "agentes", pois caso efetuem a avaliação dos programas e os demais agentes operem na perspectiva de aperfeiçoarem as referidas políticas públicas levando em conta as opiniões dos agentes territoriais beneficiários consumidores, estes estarão exercendo seu poder por meio da avaliação. Isso não significa que a avaliação dos referidos agentes terá o mesmo grau de interferência na implementação das políticas públicas que as ações dos demais agentes territoriais envolvidos.

Os **agentes territoriais beneficiários fornecedores** são aqueles que foram favorecidos pela implantação do PAA ou do PNAE e constituem o grupo composto por agricultores familiares[9] convencionais ou assentados rurais e os **agentes territoriais beneficiários consumidores**, os que recebem os produtos advindos dos referidos programas em análise. Isso porque, na concepção de Contijo (2012), os agentes desempenham funções distintas, com vistas a objetivos comuns: desde a manutenção, a produção até a reprodução da própria política pública durante o desenvolvimento das mais variadas etapas que as envolvem, a saber: delineamento/elaboração, implantação/implementação, monitoramento/avaliação. Nesses termos, os agentes territoriais beneficiários que recebem os gêneros alimentícios desempenham sua função no decorrer da reprodução da própria política pública por meio, por exemplo, da avaliação desta.

Os **agentes territoriais institucionai**s são aqueles que implementam e coordenam a execução das ações do PAA ou do PNAE e podem ser dos órgãos governamentais dos níveis federal, estadual e municipal; os **agentes territoriais organizacionais ou mediadores**, por sua vez, são indivíduos que atuam por outros ou por um grupo, por um determinado período de tempo e são aqueles oriundos da sociedade civil organizada ou não (órgãos públicos, presidente das associações, cooperativas, grupo de produtores etc.).

O Quadro 1 apresenta a divisão dos agentes territoriais em beneficiários, institucionais e organizacionais ou mediadores utilizados neste trabalho.

[9] De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro (4) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e; IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, 2016).

Quadro 1: Agentes territoriais do PAA e do PNAE

Beneficiários	**Institucionais**	**Organizacionais ou Mediadores**
Fornecedores: Agricultores familiares convencionais e assentados rurais; Consumidores: Pessoas cadastradas na rede socioassistencial dos municípios para receber os produtos advindos do PAA e os alunos, no caso do PNAE.	Casa da Agricultura, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Divisão Municipal de Agricultura, Departamento Municipal de Recepção e Distribuição dos Alimentos do PAA, Divisão Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Centro Comunitário Urbano[10], Setor de suprimento escolar.	Associações de produtores rurais, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Nutricionistas municipais e cozinheiras e/ou merendeiras das escolas receptoras dos alimentos do PNAE.

Org.: Eliane Regina Francisco da Silva (2015).

Cumpre ressaltar que não entrevistamos os alunos, pois seria necessária a autorização dos pais ou responsáveis de cada um deles para a concessão das entrevistas. Para compensar essa ausência, entrevistamos as nutricionistas e as cozinheiras e/ou merendeiras das escolas atendidas pelo PNAE.

No que se refere à metodologia[11] utilizada no trabalho, deve-se levar em consideração que esta estuda "[...] as possibilidades explicativas dos diferentes métodos, situando as peculiaridades de cada qual, as diferenças, as divergências, bem como os aspectos em comum" (OLIVEIRA, P., 1998, p. 17-18). Vale lembrar que não existem metodologias perfeitas, pois todas têm suas limitações, desafios e potencialidades. O que existem são metodologias que melhor se adequam ao objeto de estudo e mais eficientemente auxiliam o pesquisador a encontrar a resposta para a pergunta que fundamentou a pesquisa.

Concordamos com Turra Neto (2013) ao afirmar que a pesquisa qualitativa é: microscópica, pois tem informações muito ricas sobre o objeto; descritiva, já que é uma forma

[10] As denominações de Departamento municipal de recepção e distribuição dos alimentos do PAA, Divisão Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Centro Comunitário Urbano se referem às instituições que distribuem aos beneficiários os alimentos do PAA. As denominações são utilizadas nos municípios de Mirante do Paranapanema (SP), Rosana (SP) e Euclides da Cunha Paulista (SP), respectivamente.

[11] Moraes e Costa (1984) e Turra Neto (2013), dentre outros autores, defendem a distinção entre metodologia de pesquisa e metodologia de interpretação, na qual a primeira está mais correlacionada ao operacional, ainda que, para além das técnicas, e a segunda mais voltada ao estudo do método.

de dar atenção aos detalhes; indutiva, na medida em que a teoria vai se fazendo (teoria fundamentada); e dialógica, porque realiza um diálogo com o sujeito e com o leitor.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa produz informações e novas teorias, assim sendo, ela é reflexiva e está preocupada com as perspectivas dos sujeitos sociais. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa envolve uma atitude de curiosidade e de imersão sensorial e racional, ou seja, uma abertura ao objeto científico.

Com efeito, a pesquisa buscou combinar os dois tipos de metodologia (qualitativa e quantitativa). O uso de duas metodologias se fez necessário para suprir algumas lacunas existentes na escolha de uma só delas.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas revisão bibliográfica e coleta e sistematização de dados e informações de fontes primárias e secundárias.

À priori, procurou-se realizar revisão bibliográfica sobre o conceito de território e os temas: políticas públicas, agricultura familiar, PAA e PNAE. Na sequência se abordou, do ponto de vista bibliográfico, o recorte espacial de estudo.

Também foi realizado levantamento de dados de fonte secundária para a compreensão das mudanças nas dinâmicas produtiva e demográfica dos municípios selecionados por meio de consulta:

i) aos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 (sobre a estrutura fundiária, o número de estabelecimentos, a evolução das áreas de pastagens e lavouras e as principais lavouras) e Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015); Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (sobre a dinâmica populacional); concernentes às publicações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE (2018) e Plataforma Atlas Brasil (2018).

ii) à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (sobre o número de produtores participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema, Rosana (SP) e nos demais municípios que compõem a MRG de Presidente Prudente. Além de dados nas escalas estadual e nacional sobre o número de beneficiários fornecedores, categorias de produtos produzidos pelos agricultores familiares, quantidade em quilos de produtos produzidos por modalidade de comercialização, renda média anual dos beneficiários fornecedores, dentre outras variáveis); ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Plataforma de Indicadores do Governo federal/Ensino Básico/Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – PGI (sobre valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura

familiar para o PNAE nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 nos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e Rosana (SP) e nas escalas estadual e nacional);

iii) ao Portal CANASAT (sobre a evolução da área cultivada com cana-de-açúcar na MRG de Presidente Prudente durante as safras de 2003/04 a 2013/14).

Para a coleta de informações de fonte primária procedeu-se da seguinte forma:

i) elaboração e aplicação de roteiros de entrevistas junto aos agentes territoriais regionais e locais, quais sejam, representantes do: Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) (Apêndice A); Casa da Agricultura, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Divisão Municipal de Agricultura (Apêndice B); Departamento Municipal de Recepção e Distribuição de Alimentos do PAA (Barracão da CONAB no município de Mirante do Paranapanema (SP), Divisão Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no município de Rosana (SP) e Centro Comunitário Urbano no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)) (Apêndice C); Departamento Municipal de Recepção e Distribuição de Alimentos do PNAE (Setor de Suprimento Escolar do Município de Mirante do Paranapanema (SP)) (Apêndice D); Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) (Apêndice E); Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) (Apêndice F); Conselho de Alimentação Escolar (CAE) (Apêndice G); Nutricionistas municipais (Apêndice H); Cozinheiras e/ou Merendeiras das entidades escolares e da cozinha piloto (Apêndice I); e, presidentes de associações de produtores rurais (Apêndice J).

ii) elaboração e aplicação de formulários junto aos produtores rurais convencionais que sejam proprietários de unidades produtivas com até 120 hectares[12] e aos assentados rurais que possuam lotes com até 21 hectares, que desenvolvessem a agropecuária e que **participassem** do PAA e/ou do PNAE[13] (APÊNDICE K);

iii) elaboração e aplicação de formulários junto aos produtores rurais convencionais que sejam proprietários de unidades produtivas com até 120 hectares e aos assentados rurais que possuam lotes com até 21 hectares e que **não sejam participantes** do PAA e/ou do

[12]A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 define que, são classificadas como pequenos estabelecimentos agropecuários aqueles que possuem entre um (1) e quatro (4) módulos fiscais; os médias possuem entre quatro (4) e 15 módulos fiscais e grandes estabelecimentos aquelas que possuem mais de 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993). Cada município estipula a medida de área utilizada como módulo fiscal. Nos casos específicos dos municípios de Mirante do Paranapanema e de Rosana (SP), um (1) módulo fiscal corresponde a 30 hectares nas duas localidades (PMDRS, 2010; PMDRS, 2015).

[13] Também consideramos agentes territoriais, os produtores convencionais e assentados, ainda que na descrição das fontes primárias de coleta de dados, estes estejam separados dos demais para facilitar o detalhamento da amostragem utilizada.

PNAE. (APÊNDICE L). A escolha dos entrevistados não participantes, bem como a distribuição espacial por município foi aleatória.

No que se refere à realização de entrevistas, este é um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo obter informações de determinado(s) informante(s) por meio de uma relação interessada. Relação esta que pode resultar no surgimento de novas questões a serem abordadas na pesquisa. A técnica de entrevista inclui, em seu sentido mais amplo, variações que permitem classificá-la sob cinco aspectos, a saber: i) quanto à padronização (entrevista não-diretiva ou não-estruturada; entrevista semi-diretiva ou semi-estruturada; e entrevista padronizada ou estruturada); ii) quanto à natureza das informações (entrevista oral e entrevista escrita); iii) quanto aos informantes (entrevista individual e entrevista grupal); iv) quanto ao nível de controle (entrevista informal e entrevista formal); v) quanto à elaboração do roteiro de entrevista (roteiro específico e roteiro contextual) (COLOGNESE; MÉLO, 1998).

Considerando a classificação proposta pelos autores, ressaltamos que a presente pesquisa utilizou-se, dentre outras, da técnica de entrevista: i) semi-diretiva ou semi-estruturada, pois nela a formulação da maioria das perguntas foi antecipada e tivemos uma participação bem ativa. Ainda que seguindo um roteiro mais ou menos ordenado de questões, pudemos fazer perguntas adicionais para suscitar questões ou recompor o contexto da pesquisa; ii) escrita, pois nesse caso, o roteiro foi um documento escrito preenchido por nós (entrevistadora) após os questionamentos serem respondidos pelo entrevistado; iii) individual, ou seja, nós nos dirigimos e obtivemos respostas de indivíduos isoladamente e o local da entrevista pode ser variado (residência, local de trabalho, dentre outros); iv) formal, pois foi utilizada amplamente para a produção de informações. O roteiro utilizado foi o específico, pois, neste caso, em sua formulação apresentaram-se questões semi-abertas.

É importante frisar que o trabalho de campo é um momento de troca entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados (GEERTZ, 1989). Ressaltamos que o que escrevemos a partir do presenciado no trabalho de campo é uma interpretação da realidade e não uma verdade absoluta e incontestável.

Ribeiro, R. (1999, p. 191) adverte que “o pesquisador deve se expor ao seu objeto mais do que o faz” e, por tal motivo, fizemos, antes da aplicação das técnicas utilizadas, a visitação e o contato direto com os sujeitos pesquisados, para imergirmos no seu cotidiano e

captarmos pormenores importantes que somente a realização de entrevistas, por exemplo, não seria capaz de abordar.

Assim sendo, não nos esqueçamos que "[...] o conhecimento vem da experiência e da realização de investigações detalhadas e meticulosas através das quais geramos os nossos entendimentos" (MAY, 2004, p. 175). Santos, R. (1999) lembra que na perspectiva que considera pesquisador e pesquisado, sujeitos e objetos se relacionam e, portanto, a produção do conhecimento é um fenômeno social.

Para a aplicação do formulário junto aos produtores que são os agentes territoriais beneficiários fornecedores do PAA foi considerada uma amostra de 10% do total de produtores que participavam do programa, segundo a CONAB, no município de Mirante do Paranapanema (SP), e de 100% no caso de Rosana (SP), no ano de 2015 (Tabela 1).

No tocante à aplicação do formulário junto aos produtores **não** participantes do PAA foi considerado o mesmo número de produtores participantes nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), sendo de 32 e 16, respectivamente, para se entender o(s) motivo(s) pelo qual(is) estes não aderiram aos programas estudados (Tabela 1).

Tabela 1: Número de produtores participantes e não participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra de pesquisados

Municípios	**Produtores participantes do PAA, segundo a CONAB**	**Amostra de 10% dos produtores participantes do PAA que foram pesquisados**	**Número de produtores não participantes do PAA que foram pesquisados**
Mirante do Paranapanema	312	32	32
Rosana	16	16*	16*
Total	**328**	**48**	**48**

*Em virtude do baixo número de produtores cadastrados no município de Rosana (SP) realizamos a aplicação de formulários a 100% deles.
Org. Eliane Regina Francisco da Silva (2015).
Fonte: BRASIL. CONAB (2015).

iv) elaboração e aplicação de formulários junto aos agentes territoriais beneficiários consumidores (um representante por família, independentemente se homem ou mulher) do PAA, considerando-se 10% dos cadastrados no município de Mirante do Paranapanema e 100% no caso de Rosana (APÊNDICE M).

Para a aplicação de formulários junto aos agentes territoriais beneficiários fornecedores do PNAE foram considerados, em sua totalidade, os que estavam cadastrados no

Setor de Licitação das respectivas prefeituras municipais. Em Mirante do Paranapanema (SP), 33 produtores estavam cadastrados na prefeitura municipal, sendo 22 deles assentados e 11 convencionais e em Rosana (SP), 34 produtores, todos assentados.

A pesquisa de campo ocorreu no mês de março de 2016 no município de Mirante do Paranapanema (SP) e nos seus distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado, e no mês de abril de 2016 no município de Rosana (SP) e no distrito de Primavera, bem como no município de Euclides da Cunha Paulista (SP). Posteriormente realizamos outras visitas para coletarmos mais informações e dados que consideramos pertinentes.

Levando em conta que, segundo Castro, I. (2010), uma das temáticas priorizadas pela ciência geográfica, sobretudo a geografia política, é a relação entre a política e o território e seus desdobramentos em virtude das questões e dos conflitos de interesse gerados nas relações sociais que são materializadas em disputas territoriais, salientamos que o estudo do PAA e do PNAE nos municípios selecionados, torna-se relevante para realizar uma leitura geográfica sobre a gestão e analisar os impactos socioterritoriais desses programas na escala local.

O trabalho está estruturado em seis (6) capítulos, além desta introdução, das considerações finais, das referências bibliográficas, dos apêndices e dos anexos.

No segundo capítulo procuramos abordar o conceito de território de modo interligado ao de políticas públicas e apontar as mudanças em termos de abordagens (da setorial para o territorial) a partir da década de 1990 e suas implicações, bem como indicar os principais grupos de agentes atuantes na construção dos referenciais de políticas públicas para a agricultura familiar, a partir de 1994. Além disso, realizamos a pesquisa bibliográfica sobre a trajetória e a dinâmica do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e apontamos que, mesmo diante de algumas limitações, as referidas políticas públicas são de suma importância para os agricultores familiares e demais beneficiários (pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, alunos, dentre outros).

No terceiro capítulo discorremos sobre o processo de formação dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no contexto da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, bem como tratamos da estrutura fundiária e produtiva, da dinâmica populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do recorte espacial de estudo e identificamos a presença de uma estrutura fundiária concentrada, do baixo dinamismo da agricultura e a expressividade da atividade pecuária, sobretudo a leiteira em

sistema extensivo de produção. Mesmo tendo os municípios em análise um IDHM alto, identificou-se a necessidade de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, sejam eles, convencionais ou assentados.

No quarto capítulo destacamos a relevância do PAA e do PNAE para os agricultores familiares dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) para a complementação da renda e para a permanência no campo e apontamos os pontos positivos e os negativos e algumas sugestões para melhoria das referidas políticas públicas. Foram identificados a idade avançada e o baixo nível de escolaridade dos produtores participantes do PAA e do PNAE em ambos os municípios e suas implicações. Verificamos a diversidade de gêneros alimentícios para o fornecimento às políticas públicas em análise. Salientamos a importância da aposentadoria rural e a relevância das associações de produtores rurais e ressaltamos também a participação das mulheres no desenvolvimento das atividades voltadas ao PAA e ao PNAE nos municípios analisados.

No quinto capítulo identificamos que assim como a maioria dos agentes territoriais beneficiários fornecedores, os produtores rurais não participantes das políticas públicas estudadas, possuem idade avançada e baixo nível de escolaridade – o que compromete a continuidade na produção agropecuária. Averiguamos que a não participação dos produtores no PAA e/ou PNAE têm relação, ao menos em parte, com a falta de informação, de assistência técnica e de participação em alguma organização social, como por exemplo, associações. Quanto aos informados sobre os programas em análise, o fator para a não participação nas referidas políticas públicas é a especialização na produção de leite ou de sementes, pois o direcionamento de área para especialização nas referidas atividades, impossibilitou a diversificação produtiva para o fornecimento as políticas públicas em análise.

No sexto capítulo verificamos a importância do PAA para os agentes territoriais beneficiários consumidores que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. Identificamos como um dos estrangulamentos do Programa o fato de que alguns assentados rurais do Assentamento Gleba XV de Novembro (Rosana – SP) recebem gêneros alimentícios mesmo sendo detentores de terra, pois estes teriam condições de produzirem o que recebem do PAA. Constatamos uma maior atuação do agente territorial organizacional ou mediador no município Rosana (SP), isso porque o presidente da associação ARCA é o responsável pela recepção, pesagem e até o transporte dos gêneros alimentícios até os locais de distribuição aos agentes territoriais beneficiários consumidores, enquanto que no município

de Mirante do Paranapanema (SP), a atuação das associações - que são por nós denominadas agentes territoriais organizacionais ou mediadores - estava mais voltada à questão do cumprimento do requisito para a entrega dos produtos ao mercado institucional de compra da agricultura familiar.

No sétimo e último capítulo, averiguamos que os agentes territoriais organizacionais ou mediadores estudados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), assim como os agentes territoriais beneficiários fornecedores e consumidores e os agentes territoriais institucionais estão cientes dos benefícios auferidos pelos agricultores familiares com sua participação no PAA e/ou PNAE. No entanto, no que se refere, especificamente, aos Conselhos (agentes territoriais organizacionais ou mediadores), verificou-se a falta de articulação entre eles. Já a relação das merendeiras, cozinheiras, cozinheiras/merendeiras ou merendeiras/cozinheiras com as nutricionistas municipais parece ser articulada em decorrência da realização dos treinamentos e cursos de capacitação. Verificamos também uma articulação entre as nutricionistas municipais e os alunos, por nós denominados de agentes territoriais beneficiários consumidores do PNAE, já que estas profissionais orientam os estudantes em relação à dieta alimentar e a importância de uma boa alimentação.

2 O CONCEITO DE TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conceituar algo é sempre complexo. De acordo com Haesbaert (2005), o surgimento dos conceitos ao longo do tempo, envolve, não somente a criação de novas expressões e palavras, mas, mormente de novos conteúdos que são atribuídos a essas expressões.

O conceito de território está interligado ao de espaço geográfico, já que é a partir do espaço que se pode idealizar a repartição, a organização de unidades elaboradas segundo os interesses de cada grupo, que exercem uma forma de poder (ARISTIDES, 2013). Nessa perspectiva, Fernandes (2005, p. 4) afirma que "o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder".

Existem relações entre espaço e território, pois "[…] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Essas relações, por sua vez, abarcam um campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

De acordo com Bueno (2009), o território precisa ser entendido e analisado tendo em consideração três elementos associados, a saber: identidade[14], poder e gestão. Cumpre lembrar que na (re)construção dos territórios há inúmeros fatores que o cercam, sejam materiais ou imateriais, os quais devem ser estudados a partir das vinculações entre o local, regional, nacional e global.

Segundo Vasconcellos Sobrinho (2009, p. 319), os territórios são por natureza espaços de conflito e o autor vê nesse conceito:

> [...] um espaço de conexão, pois é nele que permeia as relações entre pessoas, instituições, conhecimento produzido e práticas políticas. A análise do território de forma integrada torna visível o papel e a forma como indivíduos, grupos sociais, instituições e organizações governamentais e não governamentais estão integradas para criação de estratégias de desenvolvimento para uma mudança social positiva para o conjunto da sociedade.

Bueno (2009), ao estudar as políticas públicas sob a ótica do conceito de território, afirma ainda que:

[14] O termo identidade, segundo Bueno (2009, p. 2), é "[...] usado como sendo o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence".

> No campo das políticas públicas advoga-se que o conceito de território, aliado com o de redes[15], pode vir a ser uma ferramenta útil em seus estudos, auxiliando a compreensão de uma dada intervenção a ser colocada em prática desde sua formulação, implementação, execução e, quiçá, avaliação (BUENO, 2009, p. 9).

A temática políticas públicas se refere às decisões voltadas às questões de ordem pública com abordagem ampla e que objetivam a satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser entendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório que se reflete na realidade (AMABILE, 2012).

De acordo com Hespanhol, A. (2007), as políticas públicas[16] direcionadas ao espaço rural possuem um caráter conservador, privilegiando as elites rurais e ainda, muitas delas, focam numa visão setorial, preocupando-se com as exportações e privilegiando a burguesia industrial que se concentra na zona urbana.

A partir da década de 1960, com o intuito de fomentar o processo de modernização da agricultura brasileira, o Estado[17] utilizou-se de políticas públicas através dos mais diferentes instrumentos, tais como: o financiamento da produção por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a transferência de tecnologia e assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), entre outros (GONÇALVES NETO, 1997).

No entanto, estas políticas públicas possuíam um caráter bastante seletivo em relação aos produtores (em sua grande maioria, os beneficiados eram médios e grandes produtores rurais); aos produtos (sobretudo, aqueles direcionados à exportação ou à substituição de importações e aos energéticos, como a cana de açúcar); e às regiões (destacadamente, o Sul e Sudeste do Brasil) (KAGEYAMA, 1987).

O processo de modernização da agricultura brasileira provocou a "industrialização do campo" que, por sua vez, alterou significativamente as relações de trabalho; estreitou as

---

[15] Nessa perspectiva, Veloso (2017, p. 63) em sua tese de doutorado "Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP)" afirma que as redes de política pública "[...] colocam no mesmo plano analítico os atores estatais e não estatais, e o Estado é analisado não como uma entidade abstrata e/ou monolítica, porém, de modo fragmentado, no qual estão presentes vários representantes de classes e suas frações".

[16] Outra definição para política pública abordada por Souza, G.; Oliveira, A. e Takenaka (2014, p. 2) é: "mecanismo e/ou instrumento que o Estado tem para promover o bem comum".

[17] "Estado pode ser considerado como o conjunto de órgãos autônomos harmônicos e independentes entre si, que determinam, conforme ordenamento jurídico nacional, a operacionalização de políticas e programas governamentais que são explicitadas cada qual em sua esfera de poder" (SOUZA, G.; OLIVEIRA, A.; TAKENAKA, 2014, p. 2).

relações do setor agrícola com a indústria e o setor financeiro; e, além disso, agravou as desigualdades existentes no meio rural. Vale lembrar que, mesmo as parcelas sociais que ficaram à margem do processo modernizante, foram por ele atingidas, já que os mecanismos de territorialização e de monopolização do capital predispõe a agricultura a sua lógica de acumulação e reprodução (AZEVEDO; LOCATEL, 2009). Aos denominados "produtores de baixa renda", "pequenos agricultores" ou "produtores para a subsistência", dentre outros, que foram afetados pelas políticas de modernização da agricultura, restaram-lhes, o endividamento, o desemprego, a perda do acesso à terra e o êxodo rural (GRISA, 2012).

Nesse viés, Hespanhol, R. (2008) assinala que são numerosos os desafios para a geração de renda em pequenas propriedades rurais no Brasil e que, ainda que, alguns pequenos produtores tenham conquistado espaço no mercado, a realidade é que as políticas públicas de apoio à produção familiar rural ainda são limitadas.

Segundo Lindo (2015), no Brasil, a partir da década de 1990, muitos professores e/ou pesquisadores da Geografia têm admitido o território como um relevante conceito de análise e interpretação das relações sociais no espaço. O caráter relacional do espaço é posto no centro dos debates, como produto e condição dos processos sociais espacializados, instituídos por relações de poder, controle, dominação, resistência e cooperação.

Na emergência do conceito de território, tanto acadêmica quanto politicamente, surge a necessidade de se procurar outros referenciais teóricos voltados às políticas públicas, já esgotadas pelo modelo regional e/ou setorial (MARIOTO, 2013).

Nesse aspecto, o documento "Marco referencial para apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais" entende o território de um modo abrangente, qual seja:

> [...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL. MDA. SDT, 2005, p. 7-8).

Segundo essa concepção, o território possui características que extrapolam os fatores materiais, como por exemplo, o espaço físico, e considera também os imateriais, como a identidade e a coesão social.

De acordo com Coca (2016), ao estudar a soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil, o principal marco de incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil é o documento "Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável"[18], formulado pelo MDA[19] (2003). O autor lembra que no referido documento consta a intenção de substituir as políticas públicas setoriais por outras de cunho territorial.

O documento "Marco referencial para apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais" entende a abordagem territorial justificável em decorrência de quatro (4) aspectos, a saber:

> Primeiro, porque o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais. Segundo, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. Terceiro, porque na última década e meia tem se acentuado o movimento de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços locais. Por fim, em quarto lugar, o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento (BRASIL. MDA. SDT, 2005, p. 8).

Sobre esse aspecto, Hespanhol, R. (2010) ressalta que a partir da década de 1990 houve uma maior disseminação, no Brasil, particularmente nas ações do MDA, da abordagem territorial em detrimento da setorial. No entanto, a autora lembra que, ainda que a abordagem

---

[18] Na apresentação, o então Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, reconhece que o desafio dos gestores de políticas públicas para o campo, no Brasil "será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados" (MDA, 2003, p.4 *apud* COCA, 2016, p. 121).

[19] Segundo Veloso (2017), uma das primeiras medidas do governo de Michel Temer, no mês de maio de 2016, por meio da Medida Provisória 726, foi extinguir o MDA e outros ministérios, como por exemplo, o da Cultura; das Mulheres, da Igualdade Racial e do Direito das Mulheres, entre outros. *À priori,* fundiu o MDA com o MDS, formando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). *À posteriori,* recuou e incorporou o extinto MDA junto à Casa Civil da Presidência da República. No mês de agosto de 2016, foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário [SEAD], ainda vinculada à Casa Civil, que ficou ao encargo das estruturas e atribuições do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim como Veloso (2017, p. 28), manteremos no trabalho, "[...] a nomenclatura MDA, pela sua importância e diversas conquistas, resultado da mobilização dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais, através de intensa luta na década de 1990 e que, a nosso ver, não podem ser desfeitas por um governo ilegítimo", mas em algumas ocasiões utilizaremos as novas nomenclaturas em virtude das referências bibliográficas utilizadas.

territorial seja importante, ela enfrenta um conjunto de limitações que advém dos seguintes fatores: a) permanência de problemas estruturais, sobretudo a elevada concentração da renda e da propriedade da terra; b) ineficiência das instituições; c) baixa participação da sociedade civil; e, d) persistência de práticas clientelistas.

Assim, a partir de meados da década de 1990, parte das políticas voltadas para o espaço rural brasileiro, notadamente aquelas implementadas pelo MDA, passaram a ter uma perspectiva diferenciada, por meio de mudanças na sua concepção, estruturação e formas de implementação, dando-se ênfase, além do enfoque setorial, ao territorial (HESPANHOL, R., 2008).

A mudança na lógica das políticas públicas voltadas ao espaço rural foi resultante de novos cenários nas escalas internacional e nacional. De acordo com Hespanhol, R. (2008, p. 2):

> Em escala internacional, destacou-se a forte influência das políticas europeias que passaram a valorizar o local como referência territorial. [...] outra mudança fundamental se processou nas agências de apoio à cooperação, fundos de financiamento e organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros, que, sob a forma de orientações, passaram a incorporar em seus programas, a perspectiva do desenvolvimento territorial como forma alternativa de competitividade [...].

No entanto, Fornazier (2015) adverte que, embora as chamadas políticas territoriais tenham tido êxito em muitos países como França, Itália, entre outros, há limitações em transpor os modelos ou projetos para outros países e afirma que uma das dificuldades de se replicar modelos de projetos adotados em outros locais é a questão cultural e a organização dos indivíduos, que é diferente entre os diversos espaços. Desse modo, mesmo com maneiras de gestão similares, os resultados esperados nos projetos podem não se concretizar. Outra questão apontada pelo mencionado autor está relacionada aos recursos materiais e financiamentos escassos pelas condições desiguais de desenvolvimento, ou seja, pelas heterogeneidades regional e social.

No âmbito nacional, Hespanhol, R. (2008, p. 2) lembra que:

> [...] a perspectiva do desenvolvimento local emerge em decorrência da conjunção de vários fatores, tais como: a) a crise financeira que atinge o Estado brasileiro a partir dos anos 1980; b) a consequente descentralização da administração pública ensejada pela Constituição Federal de 1988 que repassou aos governos municipais competências e atribuições antes delegadas às esferas estadual e federal; e, c) a expansão de Organizações

> Não-Governamentais (ONGs), que têm como estratégia de atuação o âmbito local em contraposição aos impactos dos processos globalizantes.

Grisa e Schneider (2015, p. 126) asseveram que:

> O reconhecimento conferido à agricultura familiar[20] e a construção de políticas diferenciadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças triviais, e é por isto que ganharam repercussões no cenário nacional e internacional.

Além das mudanças em relação à agricultura familiar verificadas, tanto politica como institucionalmente já citadas, Grisa e Schneider (2015, p. 127) apontam ainda:

> [...] a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) em 1996 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999[21], e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País; e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. Não raro, o Brasil é destacado por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido "exportados" para outros países.

Sobre o PRONAF[22], Grisa (2012) afirma que, após sua criação, a agricultura familiar[23] obteve, pelo menos em termos do discurso oficial, o reconhecimento político e institucional do Estado brasileiro. Desse modo, os "pequenos agricultores", passaram a ser denominados de "agricultores familiares" e tornaram-se público das políticas públicas do Ministério do

---

[20]De acordo com Altafin (2005), a agricultura familiar brasileira é um conceito que se encontra num constante processo evolutivo, com importantes raízes históricas e correlacionadas à produção camponesa tradicional. A autora afirma que as mudanças vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com as formas de produção anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição que reafirma sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

[21] No entanto, em maio de 2016, com o afastamento de Dilma Rousseff, o Presidente Michel Temer promoveu uma reforma administrativa. Nessa reforma, o MDA foi extinto e assim, algumas de suas atribuições foram transferidas à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil, e outras para um novo ministério, que passou a se denominar Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (CAZELLA et al., 2016).

[22] De acordo com Hespanhol, R. (2000), o PRONAF foi regulamentado pelo Decreto nº. 1.946 de 28/06/1996 pelo Governo federal. Esse programa tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural formado por agricultores familiares por meio de crédito de custeio e de investimento, em diferentes linhas, propiciando assim, o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria da renda.

[23] A agricultura familiar é uma forma de produção em que as decisões, gerência, trabalho e capital são de responsabilidade da família e têm como fatores relevantes além da família, do trabalho e da produção, as tradições culturais. Concomitantemente são assumidas as funções de proprietário e de trabalhador no estabelecimento rural (MENEZES; MARTINES; PAGANI NETTO, 2012).

Desenvolvimento Agrário (MDA) no Brasil. Posteriormente ao PRONAF foram sendo elaboradas outras políticas públicas importantes para o meio rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou reelaboradas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), respectivamente.

Nesse aspecto, Cazella et al. (2016), no artigo intitulado "Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social", lembram que o processo de elaboração de um conjunto de políticas públicas iniciado pelo Estado brasileiro em prol da agricultura familiar, a partir da metade dos anos de 1990, foi associado à pressão por parte de organizações sociais rurais e aos estudos técnicos e científicos, que evidenciaram a relevância socioeconômica desse segmento social. Os autores apontam ainda que:

> A engenharia institucional para viabilizar o apoio do Estado às unidades agrícolas familiares, aliada às pressões sociais pela reforma agrária e por políticas específicas para a agricultura familiar, explica o fato de o Brasil ter sido um dos raros países a ter dois ministérios dedicados à gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural e agrícola. De um lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão tradicionalmente voltado ao mercado de *commodities* e às agroindústrias de grande porte e, de outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999 para coordenar as políticas fundiárias e apoiar a agricultura familiar (CAZELLA et al., 2016, p. 50).

Cumpre ressaltar que, apesar de atualmente extinto, o MDA desempenhou papel crucial frente às demandas voltadas às políticas públicas, sobretudo, aquelas direcionadas à agricultura familiar.

No Quadro 2 têm-se descritos os principais grupos de agentes atuantes na construção dos referenciais de política pública para a agricultura familiar ao longo dos anos posteriores a 1994 até os dias atuais, segundo a concepção de Grisa e Schneider (2015).

Quadro 2: Principais grupos de agentes atuantes na construção dos referenciais de políticas públicas para a agricultura familiar a partir de 1994

Gerações de políticas públicas para a agricultura familiar	**1ª Geração**	**2ª Geração**	**3ª Geração**
Anos	A partir de 1994...	A partir de 1997...	A partir de 2003...
Principais grupos de agentes atuantes	- Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar; - Políticos e gestores públicos; - Estudiosos do mundo rural.	- Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar; - Políticos e gestores públicos; - Estudiosos do mundo rural; - Representantes do agronegócio.	- Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar; - Políticos e gestores públicos; - Estudiosos do mundo rural e da Segurança Alimentar e Nutricional; - Organizações do campo agroecológico; - Organizações da sociedade civil vinculados ao tema Segurança Alimentar e Nutricional
Referenciais	Agrícola e agrário.	Social e assistencial.	Construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental
Exemplos	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), Assistência Técnica e Extensão (ATER) e assentamentos de reforma agrária.	PRONAF Infraestrutura, Garantia Safra, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Bolsa Família.	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), agroindústria, selos e certificações.

Fonte: Adaptado de Grisa e Schneider (2015, p. 134).

De acordo com o Quadro 2, verificou-se que a 1ª geração de políticas públicas para a agricultura familiar, a partir de 1994, era composta por representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, políticos, gestores públicos e estudiosos do mundo rural. Os grupos de atores atuantes discutiam questões como, o agrícola e o agrário[24]. As políticas públicas resultantes dessa 1ª geração foram o Programa Nacional de Fortalecimento da

[24] Sobre a conceituação de agrícola e agrário, Moreira (2012, p. 52) afirma que: "A tese sobre a existência de um rural mais amplo que o agrícola já foi defendida por economista (GRAZIANO da SILVA, 1999), sociólogo (SCHNEIDER, 2009), antropólogo (CARNEIRO, 2003) e geógrafo (RUA, 2005)". A autora entende o rural como espaço, o agrário como relações de trabalho e o agrícola como produção.

Agricultura Familiar (PRONAF), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)[25], o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)[26], a Assistência Técnica e Extensão (ATER)[27] e os assentamentos de reforma agrária[28].

A 2ª geração de políticas públicas para a agricultura familiar, a partir de 1997, era formada pelos mesmos representantes da 1ª geração, mas também contava com os representantes do agronegócio[29]. Os grupos de atores atuantes tinham como referencias o social e o assistencial. As políticas públicas advindas dessa 2ª geração foram o PRONAF Infraestrutura[30], Garantia Safra[31], Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)[32] e o Bolsa Família[33].

---

[25]O SEAF é uma ação dirigida exclusivamente aos agricultores familiares que contratam financiamentos de custeio agrícola e de investimento do PRONAF. É um seguro de multirriscos (cobre perdas causadas pelo clima e doenças e pragas sem controle conhecido). Garante todo o valor financiado de custeio e até 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado, limitado a R$3,5 mil e, nas operações de investimentos, o valor das parcelas, limitado a R$5 mil por ano agrícola, por agricultor. Os objetivos do SEAF são: reduzir o risco das operações, evitar renegociações, ampliar o acesso ao crédito e estimular o uso de tecnologia (BRASIL. MDA, 2010).

[26]O PGPAF, criado em 21 dezembro de 2006, é uma das ações de apoio à agricultura familiar que compõe o PRONAF e tem como objetivos: garantir a sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, estimular a diversificação da produção agropecuária da agricultura familiar e articular as diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola. Todos(as) agricultores(as) que acessarem o crédito de custeio do PRONAF, a partir da Safra 2006/2007, para a produção de milho, feijão, soja, mandioca, arroz e leite (BRASIL. MDA/SPA, 2016a).

[27]Para o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Para coordenar as ações de ATER, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) dispõe do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), que conta com três coordenações: Fomento à ATER, Formação de Agentes de ATER e Gestão do Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (BRASIL. MDA/SPA, 2016b).

[28] Assentamento rural pode ser definido como uma Unidade Territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do Governo federal ou, em parceria com estados ou com municípios, mediante desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber, em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra (BRASIL. MDA, 2002).

[29] De acordo com Oliveira, J. (2010), o conceito de agronegócio foi desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg. Surgiu com a expressão "agribusiness", nos Estados Unidos, em 1955. Por definição, John Davis queria dizer que "agribusiness era a somatória de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles". No Brasil, o conceito surgiu nos anos 1980, com a expressão "Complexo Agroindustrial", que evoluiu, *à posteriori* para agronegócio. Envolve toda a cadeia produtiva: "o antes da porteira, o dentro da porteira e o depois da porteira da propriedade". "O antes da porteira" se refere à aquisição de sementes, mudas, fertilizantes, agroquímicos, tratores e implementos, equipamentos de irrigação, embalagens, dentre outros. "O dentro da porteira", representa a produção propriamente dita e, "o depois da porteira" o beneficiamento, transporte, armazenamento, processamento ou industrialização, comercialização, etc. Fazem parte ainda do agronegócio, as instituições de ensino, pesquisa, extensão rural, de assistência técnica, de crédito rural e as organizações de classe, que interagem e influenciam de maneira intensa o agronegócio.

[30] O PRONAF Infraestrutura se constituiu numa modalidade de financiamento do Governo federal, com recursos não-reembolsáveis, em parceria com os governos municipais, tendo como objetivos a implementação, a

A 3ª geração de políticas públicas para a agricultura familiar data dos anos de 2003 até 2015 e é constituída por representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, políticos e gestores públicos, estudiosos do mundo rural e da Segurança Alimentar e Nutricional[34], organizações do campo agroecológico[35] e organizações da sociedade civil vinculados ao tema Segurança Alimentar e Nutricional. Os grupos de atores atuantes tinham como temáticas centrais a construção de mercados para segurança alimentar e a

ampliação, a racionalização, a modernização ou a realocação da infraestrutura pública e de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar (BRASIL. MDA, 2000).

[31] O Programa Garantia-Safra é um seguro para agricultores familiares com renda familiar mensal igual ou inferior a um e meio (1,50) salário mínimo que vivem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e que garante uma renda mínima às famílias que perderam sua safra. Para receber o benefício, o agricultor deve procurar a unidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ou Sindicato Rural mais próximo de sua residência e se inscrever no Programa. Após a inscrição, o agricultor deve realizar o pagamento de boleto emitido pela Prefeitura do seu Município. Em caso de perda da safra, a prefeitura solicita vistoria ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Constatada a perda igual ou superior a 50% da safra no município, inicia-se o pagamento por meio de cartão de pagamento da Caixa (BRASIL. MDA, 2013).

[32] O PNHR integra o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e busca garantir subsídio financeiro para a produção de moradia aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. O Programa concede subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), aos beneficiários enquadrados no Grupo I, quais sejam: aqueles com renda familiar bruta anual máxima de R$15.000,00. Os beneficiários são organizados de forma coletiva por uma Entidade Organizadora (EO) (cooperativas, associações, sindicatos ou o Poder Público). Os recursos são concedidos individual e diretamente às pessoas físicas, para a aquisição de material de construção e pagamento dos serviços de mão-de-obra destinados à produção de unidade habitacional - Construção/conclusão/reforma/ampliação (BRASIL, 2012).

[33]É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, na tentativa de superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde (BRASIL. MDS/SPA, 2012).

[34] A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º). A segurança alimentar e nutricional abrange: (Art. 4º) I - ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição de renda; II - conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos; III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; 5 IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; V - a produção de conhecimento e o acesso à informação; e VI - a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando- se as múltiplas características culturais do país (BRASIL. CONSEA, 2006).

[35] O campo agroecológico visa os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, propiciando dessa forma, um agroecossistema sustentável. A abordagem agroecológica da produção objetiva desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (FREITAS; BLANCO, 2010).

sustentabilidade ambiental[36]. As políticas públicas resultantes da 3ª geração são: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros.

Cazella et al. (2016, p. 51) alertam que, ainda que todas essas políticas públicas tenham procurado considerar um conjunto de demandas advindas de segmentos sociais enquadrados na categoria de agricultores familiares, "as distintas ações não foram suficientemente articuladas entre si, de modo a gerar um processo de transformação estrutural das unidades produtivas economicamente mais fragilizadas". E defendem a hipótese de que:

> [...] não obstante os avanços em termos de abrangência, os processos de construção e de gestão das principais políticas orientadas para a agricultura familiar são a expressão dos interesses e da capacidade de mobilização de grupos socialmente mais articulados do ponto de vista político-organizacional (CAZELLA et al., 2016, p. 52).

Isso mostra, segundo os autores, que há um favorecimento de determinados grupos de produtores familiares considerados intermediários em termos de renda, além dos já inseridos nos mercados. Essa tendência, no entanto, não privilegia a significativa diversidade social dessa categoria (agricultura familiar) e reafirma os desafios técnicos e científicos de construção de políticas públicas adaptadas a essa heterogeneidade[37].

Nesse contexto, Bacelar (2003), ao analisar as políticas públicas brasileiras em termos de tendências e desafios afirma que as referidas herdaram a característica de centralização e demonstram dificuldades em considerar a heterogeneidade do país, pois levam em consideração apenas médias e números que não dizem muito sobre a realidade tão diversa do Brasil. Além disso, existe a dificuldade de participação e envolvimento da sociedade civil na elaboração das políticas, o que reafirma o comportamento centralizador e autoritário dos governos - característicos do período histórico atual.

Desse modo, Junqueira e Lima (2008, p. 175) ressaltam que:

---

[36] A sustentabilidade ambiental é um conceito que está associado ao desenvolvimento sustentável, envolvendo a utilização racional dos recursos naturais, sob a perspectiva de longo prazo. A utilização sustentável dos recursos naturais é capaz de permitir a reposição dos recursos renováveis e a utilização de forma cautelosa e eficiente dos não renováveis. A sustentabilidade ambiental é caracterizada pela manutenção da capacidade do ambiente de prover os serviços ambientais e os recursos necessários ao desenvolvimento das sociedades humanas de forma permanente (IBGE, 2004).

[37] Cazella et al. (2016) lembram que a pesquisa coordenada por Lamarche (1991) foi uma das precursoras no destaque da diversidade interna da agricultura familiar - categoria que compreende famílias em situação socioeconômica como a de agricultores sem-terra até os agricultores organizados em sindicatos e cooperativas e integrados aos mercados.

> O fortalecimento e valorização da agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que devem ser implementados de forma articulada por diversos atores e instrumentos, e onde, sem dúvida, o papel do Estado e das políticas públicas cumpre um papel fundamental.

Assim sendo, o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar devem considerar a pluralidade dos atores ou, como preferimos denominar, agentes territoriais, sua diversidade e sua relação com o território, ou seja, entender que:

> [...] o povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissoluvelmente relacionadas. [...] O sujeito é também objeto. O sujeito é plural e o objeto diversificado (SANTOS, M., 2000. p. 121).

No Quadro 3 têm-se os principais programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil no período de 1940 até 2003, bem como o vínculo institucional, o público a que se destina, a abrangência, os objetivos, a modalidade do benefício e a vigência, segundo Vasconcelos (2005).

Quadro 3: Principais programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil no período de 1940-2003 e suas características

Programa ou agência	Vínculo institucional	Público-alvo	Abrangência	Objetivos	Modalidade do benefício	Vigência
Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.	Trabalhador vinculado à Previdência Social.	Capitais e centros urbanos industriais.	Assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões.	Restaurantes populares, postos de subsistência, educação nutricional, treinamento e formação de recursos humanos etc.	1940 – 1967.
Comissão Nacional de Alimentação (CNA).	Ministério da Educação e Saúde.	Grupo materno, infantil, escolar e trabalhador.	Todo território nacional.	Estudar e propor normas da política nacional de alimentação; estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira; acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, entre outros.	Assistência alimentar e nutricional ao grupo materno infantil, escolares e trabalhadores.	1945 – 1972.
Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).	Ministério da Saúde (MS).	Gestante, nutriz, criança < 6 anos, escolar de 7 a 14 anos, trabalhador de baixa renda, entre outros.	Todo território nacional.	Assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, inclusive quanto à educação nutricional, funcionar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição, entre outros.	Suplementação alimentar e nutricional para gestante, nutriz, crianças < 6 anos, escolares de 7 a 14 anos, trabalhadores de baixa renda, entre outros.	1972 – 1997.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	Pré-escolar e escolar de 7 a 14 anos de idade da rede pública e filantrópica de ensino fundamental.	Todo território nacional.	Melhorar as condições nutricionais e a capacidade de aprendizagem e reduzir o índice de absenteísmo, repetência e evasão escolar, aumentar a resistência às doenças; contribuir para a melhoria dos hábitos alimentares.	Suplementação alimentar de 15% a 30% das necessidades nutricionais dos escolares por meio do fornecimento de pelo menos uma refeição diária no período de permanência na escola.	1954 – atual.
Programa de Nutrição em Saúde (PNS).	Ministério da Saúde INAN/Secretarias Estaduais de Saúde.	Gestante, nutriz, criança < 5 anos com renda familiar até dois salários.	Todo território nacional.	Contribuir para a redução das taxas de mortalidade infantil, natimortalidade, mortalidade proporcional em < 5 anos e de crianças nascidas com baixo peso.	Distribuição gratuita de alimentos básicos: açúcar, arroz, farinha de mandioca, fubá de milho, leite em pó.	1975 – 1985.

Quadro 3: Principais programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil no período de 1940-2003 e suas características – Continuação						
Programa de Complementação Alimentar (PCA).	Ministério da Previdência e Assistência Social/Legião Brasileira de Assistência (LBA).	Gestante, nutriz, criança < 2 anos com renda familiar até dois salários mínimos.	Sul, Sudeste e Distrito Federal.	Suprir direta e indiretamente as carências energético-protéicas por meio de complementação alimentar; promover a melhoria das condições de vida, entre outros.	Distribuição de produtos industrializados formulados e leite em pó.	1976 – 1990.
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).	Ministério do Trabalhador/Departamento Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador.	Trabalhador de baixa renda com até cinco salários mínimos.	Todo território nacional.	Proporcionar facilidades para a alimentação dos trabalhadores de baixa renda, visando a melhorar as condições de saúde do trabalhador; aumentar a produtividade no trabalho e reduzir os índices de absenteísmo e de acidentes de trabalho.	Fornecimento de grandes e pequenas refeições na empresa; cupons ou *tickets* para aquisição de refeições ou alimentos; distribuição de cestas básicas.	1976 – atual.
Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB).	Ministério da Agricultura/ Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) – MS/INAN.	População de baixa renda.	Capitais e centros urbanos do Nordeste.	Contribuir para a melhoria do nível de consumo de alimentos básicos por parte da população de baixa renda, por meio da oferta de gêneros essenciais na dieta da população, a preços reduzidos, entre outros.	Comercialização subsidiada de alimentos básicos: arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca, leite em pó, charque, peixe salgado e seco, ovos, óleo, fubá e outros.	1979 – 1989.
Programas de Combate às Carências Nutricionais Específicas.	Ministério da Saúde INAN/ Secretarias Estaduais de Saúde.	População em geral.	Todo território nacional.	Combater as principais carências nutricionais específicas: Anemias nutricionais, Deficiência de Vitamina A (hipovitaminose A), Deficiência de iodo (Bócio), entre outras.	Atividades de enriquecimento de alimentos; suplementação nutricional; distribuição de medicamentos entre outros.	1977 – atual.
Programa de Suplementação Alimentar (PSA).	Ministério da Saúde INAN/Secretarias Estaduais de Saúde.	Gestante, nutriz, criança < 2 anos com renda familiar até dois salários mínimos.	Todo território nacional.	Semelhantes aos do PNS.	Distribuição gratuita de alimentos.	1985 – 1993.

Quadro 3: Principais programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil no período de 1940-2003 e suas características – Continuação						
Programa de Abastecimento Popular (PAP).	Ministério da Agricultura/COBAL.	População de baixa renda (<seis salários mínimos).	Capitais e regiões metropolitanas com exceção do Nordeste.	Semelhantes aos do PROAB.	Comercialização subsidiada de alimentos básicos: arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca, leite em pó, charque, peixe salgado e seco, ovos, óleo, fubá e outros.	1985 – 1988.
Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC).	Secretaria do Planejamento (SEPLAN)/ Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC).	Criança < 7 anos de idade com renda de até dois salários mínimos.	Todo território nacional.	Fornecer leite à população infantil pobre até sete anos (pertencentes a famílias com renda de até dois salários mínimos).	Distribuição de cupons ou *tickets* para aquisição mensal de 30 litros de leite tipo "C".	1986 – 1991.
Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA).	Ministério da Agricultura/(Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	População em situação de emergências como seca, enchentes e de bolsões de pobreza.	Todo território nacional.	Combate à fome, assistindo as populações em situações de emergência como seca, enchentes etc.	Distribuição gratuita de cestas básicas de alimentos.	1993 – 2000.
Programa Leite é Saúde (Atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional).	MS/INAN/Secretarias Estaduais de Saúde.	Gestante e criança < 2 anos com renda familiar até dois salários mínimos.	Todo território nacional.	Atender aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional entre outros.	Distribuição gratuita de leite em pó e óleo de soja.	1993 – 1997.
Programa de Combate às Carências Nutricionais (PCCN).	MS/Secretaria de Políticas de Saúde/Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição.	Gestante, nutriz, criança < 2 anos com renda familiar até dois salários mínimos.	Todo território nacional.	Semelhantes aos do Leite é Saúde.	Distribuição gratuita de leite integral ou outro produto alimentar.	1998 – 2001.

Quadro 3: Principais programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil no período de 1940-2003 e suas características – Continuação						
Programa Nacional de Renda Mínima (Bolsa Alimentação).	Ministério da Saúde/Secretaria de Políticas de Saúde/Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição.	Gestante, nutriz, criança menor de sete anos.	Todo território nacional.	Promover condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até R$90,00 *per capita*, mediante a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e o fomento à realização de ações básicas de saúde.	Saque com cartão magnético de R$15,00 a R$45,00 por mês, dependendo do número de beneficiários da família.	2001 – 2003.
Programa Fome Zero	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA)/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	46 milhões de brasileiros com renda menor que US$1.00 *per capita*/dia.	Todo território nacional.	Inclusão social por meio da universalização dos direitos da cidadania, a começar pelos direitos sociais básicos – acesso à alimentação, saúde, educação, previdência e proteção do emprego – visando à redução do *déficit* social do país.	Conjunto de ações envolvendo cinco áreas: segurança alimentar e nutricional, renda e cidadania, programas complementares estruturais, ações emergenciais e educação cidadã.	2003 – atual.

Fonte: VASCONCELOS (2005, p. 456-457).

Levando em conta o Quadro 3, faz-se necessário a pormenorização dos programas citados por Vasconcelos (2005).

O SAPS foi um serviço criado por intermédio do Decreto-Lei n. 2.478, de 05/08/1940 e que foi extinto em 1967. Esse serviço determinou o real início, de uma "política de alimentação e nutrição", executada pelo Estado brasileiro e considerada como o marco da promoção de padrões apropriados para a alimentação da população. A referida Instituição teve origem no Serviço Central de Alimentação, criado em 1939 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Este Serviço era dirigido por um Conselho formado, majoritariamente, por médicos nutrólogos[38], tendo à frente Josué de Castro[39]. A partir desse momento, esse grupo de cientistas passou a comandar, por um longo período, as instituições responsáveis pela execução da política alimentar brasileira. Esse Serviço teve, dentre seus objetivos principais, o fornecimento de refeições para trabalhadores e estudantes, a venda de alimentos a preços de custo, a formação de pessoal técnico especializado e o apoio a pesquisas na área de alimentação (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

Caldeira (2008), ao estudar as políticas públicas e o consumo alimentar em Presidente Prudente (SP), salienta que no Brasil houve a implantação de várias iniciativas em que o assistencialismo era notório, sobretudo na forma de programas de distribuição de alimentos e especialmente após o governo de Getúlio Vargas, com seu forte apelo populista - período em que foi criado o SAPS. A autora ressalta que: "[...] Embora de caráter emergencial para dar resposta ao indivíduo faminto, o que é absolutamente legítimo, tais iniciativas não apresentaram-se como medidas estruturantes, tornando-se inócuas" (CALDEIRA, 2008, p. 194).

---

[38] O nutrólogo trabalha com a reeducação alimentar de acordo com o metabolismo de cada pessoa, visando ao crescimento e desenvolvimento saudável por meio de hábitos alimentares mais corretos. O profissional de nutrologia trata doenças nutricionais como obesidade, hipertensão arterial e colesterol alto. Ele identifica erros alimentares e os esclarece aos pacientes, buscando a melhora na qualidade de vida. A diferença básica entre o nutrólogo e o nutricionista é a formação acadêmica. O nutrólogo é formado em medicina e, posteriormente, especializado em nutrição, o que o possibilita, além de prevenir, diagnosticar e tratar patologias, receitar remédios para complementar o tratamento. Já o nutricionista é o profissional formado em nutrição. Ele é especialista em diagnosticar as deficiências e excessos de nutrientes no organismo. É também responsável por montar cardápios especiais para cada metabolismo com vistas ao emagrecimento ou aumento de peso, mas principalmente, o equilíbrio do corpo. Não tem autorização, todavia, de receitar medicamentos (BLOG NEW NUTRITION, 2017).

[39] Josué de Castro (1908-1974) que foi médico, pesquisador e geógrafo brasileiro e realizou pesquisas sobre os problemas da fome e da miséria no Brasil e em vários outros países se opunha às afirmações de estudiosos que alegavam que a fome é decorrente das condições físicas, climáticas e étnicas. Foi professor em diversas universidades no Brasil e da Universidade de Vincennes, na França. Seus estudos concluíram que a fome era uma verdadeira catástrofe social (FRAZÃO, D., 2018).

Em 1945, foi instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com a finalidade de deliberar a política nacional de alimentação, analisar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e incitar as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, trabalhar pela correção das deficiências da dieta brasileira, fomentando e acompanhando campanhas educativas, e colaborar para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados (SILVA, A., 1995). Os públicos-alvo eram: os grupos materno, infantil, escolar e trabalhador.

Não obstante seu foco em temas correlatos à segurança econômica e política do país, o Regime Militar (que perdurou de 1964 a 1985) também estabeleceu novas estratégias de superação da fome e da desnutrição. Com a publicação da Lei n. 5.829, de 30 de novembro de 1972, criou-se o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o qual era ligado ao Ministério da Saúde e visava: a) assessorar o governo na elaboração da política nacional de alimentação e nutrição, inclusive quanto é educação nutricional; b) formular e propor ao presidente da República, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), requerer sua execução, supervisionar e fiscalizar sua implementação, julgar periodicamente os resultados e, se necessário, propor sua revisão; e c) funcionar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição (PINTO, 2014).

Nesse aspecto, Pinto (2014, p. 10), que estudou a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, considerando a modernização do Estado e os avanços na superação da fome, explica que:

> O PRONAN, implementado em duas etapas (de 1973 a 1974 e 1976 a 1979), estava organizado em quatro eixos principais: a) suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e crianças, em caráter transitório; b) apoio ao pequeno produtor de áreas de baixa renda; c) programas de fortificação; e d) incentivo à alimentação do trabalhador. Cabe destacar nesse período, também, o convênio assinado entre o Banco Mundial e o INAN para apoio ao Programa Nutrição Brasil, cujo objetivo era promover treinamento e pesquisas relacionadas à superação da fome – ao final de sua execução, o referido convênio apresentou poucos resultados efetivos para a segurança alimentar e nutricional do país.

O PNAE (1955 até hoje) se constitui no programa de maior longevidade da trajetória da política social de alimentação e nutrição brasileira e tem como intuitos a melhoria das condições nutricionais e da capacidade de aprendizagem, a redução do índice de absenteísmo, repetência e evasão escolar, o aumento da resistência às doenças e a contribuição para a melhoria dos hábitos alimentares (VASCONCELOS, 2005). Esse programa, em específico,

será tratado, pormenorizadamente, mais adiante nesse trabalho, por ser um dos assuntos principais a ser discutido.

O Programa de Nutrição em Saúde (PNS) visava à melhoria nas condições nutricionais das populações de baixa renda, por meio da distribuição de alimentos básicos, como por exemplo, arroz, feijão, leite, açúcar, farinha de mandioca, dentre outros. A suplementação alimentar propiciada através do referido programa era um mecanismo indireto de redistribuição de renda, já que, convertendo as cotas de alimentos em benefícios financeiros, propiciava um adicional de renda (BRASIL. MS, 2017).

Segundo Takagi (2017), que estudou a construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, em 1976 surgiu o Programa de Complementação Alimentar (PCA), que tinha vínculo institucional com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e visava atender - com distribuição gratuita de três (3) alimentos formulados exclusivos - base para o preparo de sopas, vitaminas e mingaus, a grupos biologicamente vulneráveis (gestantes, nutrizes e crianças de seis (6) a 36 meses) e de baixa renda. No entanto, a cobertura deste programa era restrita (regiões Sul e Sudeste e Distrito Federal), atendendo a uma média de 450 mil beneficiários. Na década de 1980, a miséria e a fome aparentes continuaram a preocupar os governantes e com a instauração da Nova República, em 1985, ressurgiram os planos emergenciais de combate à fome.

De acordo com Caldeira (2008, p. 194), a atuação governamental desde a década de 1980:

> [...] tem se restringido à implantação de programas de assistência alimentar direta, insuficientes e segmentados: de um lado, programas fragmentados e justapostos voltados para as populações que padecem de insuficiência alimentar; de outro lado, programas corporativos voltados para os trabalhadores formalmente inseridos no mercado de trabalho.

Assim, Silva, A. (1995) ao analisar as políticas e programas de alimentação e nutrição do período compreendido entre os governos de Getúlio Vargas e Itamar Franco, afirma que o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi iniciado pelo Ministério do Trabalho em 1976 e ofereceu refeições *grandes*, ou seja, com 1.400 calorias e *pequenas*, com 300 calorias a trabalhadores de baixa renda, a preços de até 20% do custo. Os outros 80% ficavam a cargo do setor público e do empregador. O programa expandiu-se rapidamente nos centros mais industrializados, com dois terços das empresas participantes localizadas no estado de São Paulo. O PAT cresceu regularmente, alcançando 6,4 milhões de trabalhadores em 1990 e 7,8 milhões em 1992 com, respectivamente, 34.000 e 39.181 empresas participantes.

De acordo com Uchimura e Bosi (2003) que estudaram os programas de comercialização de alimentos, realizando uma análise das modalidades de intervenção em interface com a cidadania, o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) surgiu em 1979, com o objetivo de intervir no consumo de alimentos básicos das populações urbanas, desta vez focalizando as periferias das capitais nordestinas. Ainda que apresentando muitas oscilações decorrentes de entraves burocráticos e que tenha sido depositário de inúmeras críticas relacionadas à insuficiência de cobertura, este programa chegou a atingir, em média, 53% da população de baixa renda (inferior a dois salários mínimos e meio) das capitais nordestinas.

Vasconcelos (2005), no trabalho intitulado "Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula", afirmou que o Programa de Combate às Carências Nutricionais Específicas tinha por objetivo reduzir e controlar a desnutrição infantil em geral e as carências nutricionais específicas, principalmente a anemia ferropriva[40], a hipovitaminose A[41] e fomentar a prática do aleitamento materno. Tinha a população em geral de todo o território nacional como público alvo.

Pinheiro (2008), no artigo denominado "Reflexões sobre o processo histórico/político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional", ressalta que no período de 1990 a 1992 houve um desmantelamento das instituições e uma desestruturação de equipes técnicas e de programas sociais. Neste período, o governo nomeou para presidente do

---

[40] A anemia ferropriva ou por deficiência de ferro, é a mais comum de todas as anemias, independentemente do estrato socioeconômico do indivíduo. Ela pode instalar-se por carência nutricional, parasitoses intestinais, ou durante a gravidez, o parto e a amamentação. Pode também ocorrer por perdas expressivas de sangue, em virtude de hemorragias agudas ou crônicas por via gastrintestinal ou como consequência de menstruações abundantes.
Constituem grupo de risco para a anemia ferropriva as mulheres em idade fértil, idosos, crianças e adolescentes em fase de crescimento, e indivíduos que passaram por cirurgia de redução de estômago. No entanto, qualquer pessoa pode desenvolvê-la, se não receber a quantidade adequada de ferro na dieta ou tiver dificuldade de absorção, que ocorre, sobretudo nos intestinos e pode ser mais eficiente quando associada à ingestão de vitamina C e proteínas. Os alimentos constituem as principais fontes de ferro e podem oferecer dois tipos diferentes desse nutriente: o ferro heme e o ferro não-heme. O primeiro, encontrado especialmente na carne vermelha e no fígado de todos os animais, assim como na carne das aves, peixes e nos ovos, é melhor aproveitado pelo organismo. A absorção do ferro não-heme, existente nas verduras de folhas escuras (espinafre, brócolis, couve, salsa, etc.), leguminosas (feijão, lentilhas, grão-de-bico, ervilhas, etc.); frutas (uvas, maçãs, nozes, amêndoas, castanhas, etc.) é menor e menos eficiente (*SITE* DRAUZIO, 2016).

[41] A ausência de vitaminas resulta em uma doença chamada hipovitaminose.
A hipovitaminose A é uma doença nutricional grave, considerada no Brasil como uma das principais deficiências na área de Saúde Pública e que afeta, principalmente, crianças. Além de alterações oculares, contribui para o aumento de mortes e doenças infecciosas na infância. Dentre as causas da hipovitaminose A estão: falta de amamentação ou desmame precoce; consumo insuficiente de alimentos ricos em vitamina A; falta de consumo de gordura, que permite a absorção de vitaminas; infecções frequentes que podem fazer com que a criança coma menos (INFORMATIVO NUTRIÇÃO, 2017).

INAN um representante da Associação Brasileira da Indústria de Nutrição (ABIN), o qual passou a priorizar, visivelmente, os interesses dos produtores de alimentos formulados. Desse modo, o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) substituiu os tradicionais alimentos básicos por produtos industrializados, como por exemplo, o fiambre bovino, o macarrão de milho, o leite desnatado, dentre outros.

Já o Programa de Abastecimento Popular (PAP) era direcionado à população de baixa renda (que tinham renda inferior a seis (6) salários mínimos) e se assemelhava ao PROAB. Sua operacionalização ocorria por meio da comercialização subsidiada de alimentos básicos: arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca, leite em pó, charque, peixe salgado e seco, ovos, óleo, fubá e outros. Foi implantado no ano de 1985 e extinto em 1989 (VASCONCELOS, 2005).

Silva, S. (2014) ao estudar a trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional ressalta que, sob o primeiro governo pós-ditadura militar no país, o presidente José Sarney lançou o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), por meio do Decreto Lei n. 93.120, em 1986. A efetivação do PNLCC, ou Programa do Leite como comumente era conhecido, se dava com a distribuição de tíquetes para que as famílias carentes pudessem adquirir 30 litros de leite por mês no comércio local. O autor salienta que "[...] o programa recebeu uma série de críticas por parte de especialistas, que enfocavam seu caráter clientelista e centralizado (por parte do Governo federal), além de ser isolado e desarticulado de outras políticas" (SILVA, S., 2014, p. 22).

Carvalho (1994) afirma que o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA) foi concebido de modo a constituir um programa cooperativo, em nível nacional, do qual participavam os governos federal, estaduais e municipais, a sociedade civil, organizações não governamentais e as próprias famílias beneficiadas, colaborando cada um com a sua parcela de trabalho, desde a alocação de recursos, planejamento, coordenação, execução e fiscalização até o beneficiamento do produto ao nível doméstico ou comunitário.

Operacionalmente dizendo, o PRODEA funcionava da seguinte forma:

> O Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA)[42] optou por atribuir ao PRODEA a distribuição de cestas de produtos alimentícios "in natura", em

[42] O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e é composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um (uma) representante da sociedade civil, indicado (a) entre os seus membros e designado (a) pela Presidência da República. O CONSEA é um espaço institucional para o

> um total de 25 kg por família (12 kg de arroz em casca, 6 kg de milho, 4 kg de feijão e 3 kg de farinha de mandioca). [...] o programa desenvolve-se em duas fases distintas: a primeira, a cargo da CONAB, consiste em transportar 205.000 toneladas de produtos desde os armazéns do Centro- Sul até os 40 Pólos de Distribuição Regional locados nos estados do Polígono da Seca; a segunda, com escolta e acompanhamento do Exército Brasileiro, é realizada pelos próprios municípios que, com a assistência e fiscalização de suas comissões municipais de cidadania, transportam os produtos dos pólos para cada um dos 1.162 municípios com estado de calamidade pública decretado. As famílias beneficiadas pelo PRODEA, em número de 2.050.000, foram as cadastradas pelo Programa das Frentes Produtivas de Trabalho e receberam, cada uma delas, quatro (4) cestas, totalizando 100 kg de produtos alimentícios (CARVALHO, 1994, p. 31).

O Programa Leite é Saúde (Atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional), por sua vez, consistia na suplementação alimentar gratuita ligada a ações básicas de saúde a grupos específicos, identificados na rede básica de saúde por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Os públicos a serem atendidos eram: a) a população infantil que tivesse entre seis (6) e 23 meses e fosse desnutrida, a qual recebia 120g/dia de leite em pó integral ou um litro de leite fluido pasteurizado mais 24ml/dia de óleo de soja, a serem acrescentados à preparação láctea com vistas a suplementar o seu aporte energético (esse aporte alimentar cobriria mais de 100% das necessidades de proteína e cerca de 60% das necessidades de energia; e b) irmãos das crianças desnutridas com idade entre 24 e 59 meses que recebiam 60g/dia de leite em pó integral ou meio litro de leite fluido pasteurizado (CASTRO, I.; MONTEIRO, 2002).

O Programa de Combate às Carências Nutricionais (PCCN), instituído em 1998 e extinto em 2001 é o sucedâneo do Programa Leite é Saúde (Atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional) e tinha os mesmos objetivos, com distribuição gratuita de leite integral ou outro produto alimentar (VASCONCELOS, 2005). Definia-se o público-alvo do referido programa como sendo composto de crianças de seis (6) a 23 meses, com desnutrição energético-proteica, crianças na faixa etária de dois (2) a cinco (5) anos, com deficiência de ferro e/ou de vitamina A e gestantes e idosos em risco nutricional. Crianças menores de seis (6) meses não eram atendidas pelo Programa, considerando-se a recomendação universal de

---

controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do SISAN. Foi extinto, mas recriado em 2003, como se verificará no decorrer dessa pesquisa (MACHADO, 2017).

que estejam recebendo exclusivamente leite materno. No entanto, se fossem filhos de mães soropositivas para o HIV, eram atendidos pelo Programa, pois neste caso há contraindicação do aleitamento materno, como medida preventiva da transmissão vertical do vírus (BRASIL. MS, 2001).

O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde: "Bolsa-Alimentação" instituído pela Medida Provisória n. 2.206-1 de 6 de setembro de 2001, era um instrumento de participação financeira da União na complementação da renda familiar para melhoria da alimentação e destinava-se à promoção do progresso nas condições de saúde e nutrição de 3,58 milhões de pessoas, sendo 2,77 milhões de crianças de seis (6) meses a seis (6) anos e onze meses de idade e 803,0 mil mulheres gestantes e nutrizes. O Programa reunia várias ações agrupadas em dois (2) eixos fundamentais: o primeiro tratava do apoio financeiro a famílias de baixa renda em risco nutricional, propiciando-lhes meios que lhes possibilitavam o reforço da alimentação; o segundo buscava conscientizar as famílias beneficiadas de suas responsabilidades na melhoria de suas condições nutricionais, estimulando, principalmente, sua participação em ações básicas de saúde, com enfoque predominantemente preventivo (BRASIL. MS, 2002).

O Programa Fome Zero[43] resultou do trabalho de especialistas, representantes de ONGs, institutos de pesquisas, organizações populares e movimentos sociais ligados à questão da segurança alimentar de todo o Brasil, reunidos pelo Instituto Cidadania, com o intuito de apresentar uma proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse aspecto, Silva, Grossi e França (2010, p. 16) apontam que o referido Programa:

> [...] partiu do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde. A garantia desse direito é condição para se alcançar a cidadania e para que uma nação possa ser considerada civilizada. O direito à alimentação está inserido no plano dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O seu reconhecimento implica que o Estado deve garantir o acesso à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população, através de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional.

Diante do exposto se tem, no próximo item, a abordagem do PAA - um dos programas criados no bojo das ações do Programa Fome Zero.

---

[43] "O Programa Fome Zero teve maior importância e centralidade política no primeiro mandato do Governo Lula. Embora tenha continuado presente no segundo mandato, outros programas e políticas ganharam maior notoriedade neste período, como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)" (GRISA et al., 2009, p. 2).

2.1 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e foi instituído pelo artigo 19 da Lei n°. 10.696, de 2 de julho de 2003, sendo atualmente regulamentado pelo Decreto n°. 6.447, de 07 de maio de 2008.

De modo resumido, Grisa et al. (2009, p. 1) explicam a criação e a operacionalização do PAA da seguinte forma:

> A criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil. Partindo de uma concepção intersetorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. O Programa adquire os alimentos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso ao alimento ou em situação de risco alimentar.

O PAA foi implementado como um programa social que se mostrou como um importante instrumento de apoio à comercialização de parte da produção agropecuária dos agricultores familiares. Esse programa tem sido responsável pela geração de renda e incentivo e apoio aos agricultores que produzem gêneros alimentícios. Além disso, tem fomentado as formas coletivas de organização (VELOSO, 2011).

Saron (2014), ao analisar os efeitos dos programas de desenvolvimento rural para o apoio à agricultura familiar no Noroeste paulista, lembra que não há uma classificação do PAA enquanto programa fundamentado na abordagem territorial, nem mesmo nos documentos oficiais. Entretanto, o seu funcionamento confere algumas características de uma política territorial, ainda que não seja plena, já que, articula o campo e a cidade, com agricultores interessados em vender a produção e citadinos em terem acesso aos produtos agrícolas, requer a mobilização social em torno de organizações coletivas, como grupos informais, associações e cooperativas, e também dos beneficiários dos alimentos,

contemplando ações de incentivo ao desenvolvimento econômico e a segurança alimentar, dentre outros aspectos.

Grisa et al. (2009) afirmam que o PAA vem sendo visto de diferentes modos pelos grupos sociais beneficiários, que se distinguem em termos de seu perfil produtivo, formas de organização social, mediadores e trajetória de relação com o Estado e com as políticas públicas, o que faz com que a experiência de acesso ao referido programa não seja vivenciada da mesma maneira pelos diversos grupos.

Atualmente (2017), há as seguintes modalidades do PAA sistematizadas no Quadro 4.

Quadro 4: PAA: Modalidades, fonte de recursos, órgãos executores, forma de acesso, ementa e limites por DAP

PAA: Modalidades					
Modalidades	**Fonte de recursos**	**Executor**	**Forma de acesso**	**Ementa**	**Limites por DAP**
Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF).	MDS e MDA.	CONAB.	Individual, Cooperativa, Associação.	Tem por objetivo a melhoria na comercialização da produção familiar por duas formas: formação de estoque e a agregação de valor ao produto por meio do processamento. Os alimentos são adquiridos dos produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) pelo Governo federal a preços de referência.	R$8.000,00.
Compra com Doação Simultânea (CDS).	MDS.	CONAB, Estados e municípios.	Individual, Cooperativa, Associação.	Destina-se a aquisição de alimentos da agricultura familiar com vistas à doação a populações em situação de risco alimentar atendidas por entendidas por entidades sociais de caráter governamental e não-governamental. Via CONAB (R$8.000,00) e Via Termo de Adesão (R$6.500,00).	R$8.000,00 ou R$6.500,00.
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)	MDS e MDA.	CONAB.	Cooperativa e Associação.	Tem por objetivo adquirir alimentos da safra vigente de agricultores organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. A organização adquire a produção dos agricultores familiares listados na Proposta de Participação, beneficia os alimentos e os mantém em estoque próprio até sua entrega para estoques públicos ou comercialização no mercado convencional.	R$8.000,00.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL).	MDS.	Estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais.	Individual, Cooperativa, Associação.	A IPCL busca assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrizes, idosos e outros públicos prioritários. Esta modalidade restringe-se a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), beneficiando os estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais. A aquisição é feita de agricultores com produção máxima de 150 litros/dia e compra limitada em 100 litros por dia. O leite é pasteurizado em laticínios contratados e distribuído para famílias em postos instalados nos locais de concentração de beneficiários.	R$4.000,00 por semestre.
Compra Institucional	-	Recursos do proponente.	Individual, Cooperativa, Associação.	A modalidade Compra Institucional tem por objetivo realizar compras voltadas para o atendimento de demandas regulares de consumo (restaurantes universitários, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros) por parte da União, Estados, Distrito Federal e municípios. As compras são realizadas com recursos do próprio proponente, sem licitação.	R$20.000,00.
Aquisição de Sementes	MDS.	CONAB.	Cooperativa e Associação.	A modalidade permite a compra de sementes pela CONAB para atender às demandas de organizações previamente definidas e sua distribuição aos beneficiários consumidores.	R$6.000,00.

Fonte: BRASIL. MDA (2017a). Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>. Acesso em: 20 mar. 2017.

De acordo com Sousa, J. (2017, p. 7) ao estudar a inserção do PAA como mecanismo articulador do território na construção da territorialidade[44] camponesa:

> [...] o quadro[45] deixa claro que há uma articulação entre os objetivos da política e os planos estabelecidos nas modalidades de ações nos amplos e distintos espaços de produção agrícola vinculados à agricultura familiar. Sabe-se que diante dessa articulação as comunidades rurais tendem a terem incentivos à produção, bem como sua consolidação enquanto unidade territorial.

O autor afirma que para o PAA funcionar efetivamente é fundamental uma articulação entre as modalidades existentes. Acreditamos que também seja de suma importância a articulação com a assistência técnica e extensão rural e com outras políticas públicas, como o PRONAF, por exemplo.

2.1.1 Recursos aplicados no PAA no Brasil

De acordo com os dados da Tabela 2, no período de 2003 a 2016, o maior número de municípios beneficiados com o PAA ocorreu no ano de 2012, com 1.180 municípios atendidos. Concomitantemente ao crescimento do número de municípios, o atendimento de pessoas passou de 145.987 em 2003, para 18.208.960 em 2012 - ano em que 17.988 unidades recebedoras[46] foram beneficiadas.

No ano de 2013, as diminuições foram significativas tanto no que diz respeito ao número de municípios participantes do programa e de pessoas atendidas, quanto de unidades recebedoras. Após 2013, as variáveis apresentaram oscilações positivas e negativas de crescimento. Em 2017, especificamente, 543 municípios foram atendidos com 6.186.098 atendimentos e 1.092 unidades recebedoras foram contempladas.

---

[44] De acordo com Raffestin (1993, p. 160), a territorialidade é mais do que uma relação homem-território, pois segundo o autor, para além da demarcação de parcelas individuais há a relação social entre os homens. Assim, a territorialidade pode ser definida como "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema".

[45] O autor se refere ao quadro de modalidades das ações do PAA.

[46] De acordo com o artigo 2°, inciso III da Resolução nº 72 de 09 de outubro de 2015, do Grupo Gestor do PAA, considera-se unidade recebedora a organização formalmente constituída, definida nos incisos IV e V deste artigo, contemplada na proposta de participação da unidade executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores diretamente ou, em casos específicos, por meio de entidades por ela credenciadas. Os incisos IV e V remetem à rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição respectivamente (BRASIL. CONAB, 2016).

Tabela 2: PAA: Número de municípios, pessoas atendidas e unidades recebedoras, em escala nacional, no período de 2003 a 2017

Ano	Nº de municípios atendidos	Nº de pessoas atendidas	Nº de unidades recebedoras
2003	104	145.987	0
2004	293	540.027	0
2005	528	2.079.937	0
2006	950	4.290.986	0
2007	976	7.580.948	0
2008	976	10.643.207	0
2009	963	8.129.258	11.572
2010	1.076	14.292.020	17.744
2011	1.177	16.290.738	17.222
2012	1.180	18.208.960	17.988
2013	524	7.981.161	4.449
2014	619	11.460.634	3.968
2015	541	10.960.664	2.829
2016	476	9.306.019	2.619
2017	543	6.186.098	1.092

Fonte: BRASIL. CONAB (2018).

Segundo Colnago (2015, p. 83), que pesquisou o PAA no município de Dracena (SP), um dos fatores que resultaram na diminuição de recursos direcionados ao programa no ano de 2013 foi:

> [...] o extravio de recursos enviados ao PAA por algumas associações que, ao invés de utilizá-los na compra dos produtos da agricultura familiar, destinaram para outras funções, envolvendo assim várias denúncias, colocadas por segmentos econômicos que passaram a perder seu canal de comercialização com a entrada dos produtos da agricultura familiar para abastecimentos das entidades, por exemplo.

No entanto, a autora, consubstanciada por Cruz et al. (2014), afirma ainda que as principais razões para a redução de recursos em 2013 podem ser atribuídas: à seca ocorrida no Nordeste, ao envolvimento das Superintendências Regionais (deslocamento de funcionários que trabalham com PAA) no programa Venda em Balcão, à redução da demanda de Compra Direta, ao cancelamento da Formação de Estoque com liquidação física, à remodelação dos normativos e outros fatores que somados resultaram neste cenário.

Neves Neto e Hespanhol, R. (2016, p. 5), ao avaliarem a atuação das organizações coletivas rurais na execução do PAA nos municípios do EDR de Dracena[47] – SP, afirmam que:

> A ação do PAA e de outros programas, que compunham o leque de políticas públicas do Programa Fome Zero, como o Bolsa Família, Programa Luz para Todos, readequação do PNAE, ampliação do PRONAF, Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)[48], valorização do salário mínimo e a ampliação do número de empregos com registro em carteira, contribuíram para que o Brasil saísse do Mapa da Fome das Organizações das Nações Unidas.

Sobre esse aspecto, cumpre lembrar que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo o relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado em Roma. A FAO considerou dois (2) períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. De acordo com os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização apontou também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7%. O relatório demostrou que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional atingiu, no Brasil, nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome (BRASIL. MDS, 2014).

No entanto, em decorrência da crise política, econômica e financeira que se configurou no país desde 2014, os projetos aprovados do PAA diminuíram significativamente, o que demonstra a perda de relevância dessa política pública de compra institucional de alimentos na atual gestão do Governo federal. Os resultados da diminuição dos recursos do PAA apontados pelos autores são: aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e a redução da renda familiar dos agricultores mais descapitalizados (NEVES NETO; HESPANHOL, R., 2016).

---

[47] Os municípios que compõem o EDR de Dracena (SP) são: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.

[48] De acordo com Wedekin (2005) *apud* Baccarin (2009), a PGPM foi instituída em 1945 e seu gerenciamento era de responsabilidade da Comissão para Financiamento da Produção (CFP), órgão constituído em 1943. A referida política se dava por meio de dois instrumentos básicos, a Aquisição do Governo federal (AGF) e o Empréstimo do Governo federal (EGF). A AGF é executada com recursos advindos do Tesouro Nacional e auxilia na formação de estoques reguladores públicos. Já o EGF se baseia em crédito de comercialização, com recursos provenientes do Sistema Nacional de Crédito Rural. Na década de 1990 a PGPM foi marcada por relevantes mudanças institucionais. Seu gerenciamento passou a ser realizado pela CONAB e foram criados novos instrumentos, como o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), o Contrato de Opção de Venda e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO). Todos demonstram características baseadas na equalização de preços, ou na diferença entre o preço de mercado e o Preço Mínimo fixado pelo Governo federal (BACCARIN et al., 2012).

Hentz (2016), ao analisar o PAA na Microrregião Geográfica de Chapecó (SC)[49], afirmou que as reduções ocorridas podem estar correlacionadas às adequações e atualizações realizadas no Manual de Operações da Conab (MOC) e no Normativo de Operações da Conab (NOC), os quais passaram a vigorar com novas normas, restringindo o acesso por parte dos municípios e fornecedores beneficiados; aos vários casos de mau uso dos recursos do programa em escala nacional (desvios e fraudes) por parte das entidades proponentes, culminando na suspensão e/ou cancelamento do programa nestas localidades; aos problemas climáticos (secas e enchentes) nas diversas regiões brasileiras; a obrigatoriedade por parte dos municípios de dispor de um Banco de Alimentos para acessar o programa, bem como da participação de pelo menos 40% de mulheres no PAA a partir de 2011 - atualizações estas que passam a estabelecer novas exigências de acesso ao programa. Para o ano de 2015, segundo a referida autora, esta diminuição também poderia estar ligada ao momento de estagnação econômica pelo qual o país passava.

Este conjunto de fatores justifica, ao menos parcialmente, as oscilações (positivas e negativas) que aconteceram no programa no decorrer dos anos,

> [...] sendo aplicável ao montante de recursos, ao número de municípios participantes, a quantidade de produtos adquirida, ao número de agricultores fornecedores e ao número de projetos aprovados em nível de Brasil e das regiões (HENTZ, 2016, p. 131).

Os dados da Tabela 3 mostram os recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aplicados na aquisição de produtos do PAA no período de 2003 a 2017.

[49] A Microrregião Geográfica de Chapecó (SC) é composta por 38 municípios, a saber: Chapecó, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Pinhalzinho, Palmitos, Cunha Porã, São Carlos, Coronel Freitas, Quilombo, Saudades, Campo Erê, Águas de Chapecó, Caibi, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Modelo, Iraceminha, Caxambu do Sul, Saltinho, Serra Alta, Planalto Alegre, União do Oeste, Santa Terezinha do Progresso, Sul Brasil, Novo Horizonte, Formosa do Sul, São Bernardino, Águas Frias, Bom Jesus do Oeste, Irati, Cunhataí, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Jardinópolis, Flor do Sertão e Santiago do Sul (HENTZ, 2016).

Tabela 3: Recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017[50]

Ano	Recursos aplicados (em reais)
2003	81.541.207
2004	95.020.275,59
2005	98.772.840,61
2006	169.297.855,72
2007	178.552.647,64
2008	195.594.292,04
2009	263.310.574,75
2010	248.057.656,10
2011	280.570.336,91
2012	337.500.094,07
2013	122.416.212,49
2014	177.581.961,68
2015	136.481.240,33
2016	87.527.042,22
2017	55.480.941,82
Total	**2.527.705.179**

Fonte: BRASIL. CONAB (2018).

Os valores direcionados ao PAA aumentaram de forma contínua, nos governos do presidente Lula (2003/2006 e 2007/2010) e nos dois (2) primeiros anos da gestão da presidenta Dilma Roussef (2011 e 2012). No entanto, no ano de 2013 teve declínio, com recuperação em 2014, especificamente no ano das eleições para a Presidência da República (BRASIL. CONAB, 2016). Em 2015, 2016 e 2017, os decréscimos foram novamente verificados.

De acordo com Veloso (2017, p. 102), a involução dos recursos financeiros repassados ao PAA no país no ano de 2013:

> [...] pode ser atribuído as denúncias de desvios e fraudes no programa federal. O caso mais emblemático ocorreu no estado do Paraná, quando a investigação conduzida pela PF[51] denominada "Agro-Fantasma" constatou irregularidades e desvio de recursos em

[50] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2003 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

[51] Polícia Federal.

> municípios como Guarapuava, Foz do Jordão, Honório Serpa, Candói, Ponta Grossa, Irati, Rebouças, Teixeira Soares, Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Itapejara D'Oeste, Goioxim, Pinhão e Querência do Norte. Dentre as irregularidades apontadas, constavam: apropriação indébita previdenciária, estelionato contra a CONAB, formação de quadrilha, falsidade ideológica, ocultação de documento, peculato doloso e culposo, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, condescendência criminosa e violação de sigilo funcional.

Schmitz, Mota e Sousa (2016), em artigo, objetivaram analisar a experiência de um grupo de mulheres extrativistas, catadoras de mangaba, após cinco (5) anos de participação no (PAA). A pesquisa foi realizada no povoado de Pontal, Indiaroba (Sergipe), por meio de um estudo de caso com observações e entrevistas. Os principais resultados apontaram que a execução do PAA: "i) proporcionou a concretização de importantes demandas das catadoras de mangaba; ii) possibilitou a participação em um comércio justo; e iii) incentivou a mobilização delas e de parceiros fundamentais" (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2016, p. 80). No estudo, os autores tratam o PAA como uma política pública já inexistente e inferem que, com o fim do programa ocorreu o "retorno das incertezas e instabilidades decorrentes de um mercado frágil, onde o preço da mangaba é bastante variável e subjugado ao atravessador" (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2016, p. 80). Além da "i) desmobilização por uma causa comum, a comercialização; ii) intensificação da diversidade de ocupações com maior precarização; e iii) maior diferenciação social" (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2016, p. 80). Desse modo, "duas dimensões são fortemente atingidas com as incertezas que voltam a pairar sobre o trabalho extrativista das mulheres: o acesso aos recursos e a comercialização das frutas" (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2016, p. 94). Esse exemplo evidenciou as consequências positivas da execução do PAA e as negativas de um possível fim do referido programa.

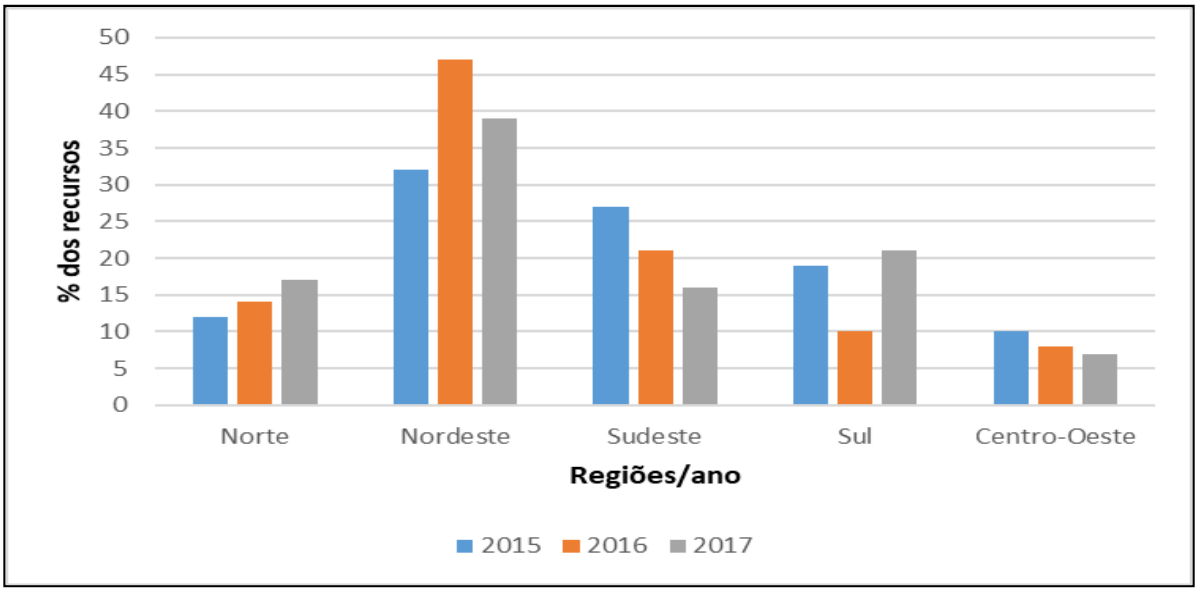
Segundo Schmitz, Mota e Sousa (2016, p. 82), ao contrário de outras políticas, como, "[...] a Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA)[52], o PAA não se constitui num direito dos beneficiários, mas tem o caráter de um programa que pode ser

[52] A PSDPA tem o papel de garantir uma renda de subsistência ao pescador (referente a um salário mínimo mensal) no período de defeso. Vale ressaltar que o defeso é um intervalo de interrupção à pesca durante a época em que as espécies realizam seus ciclos naturais de reprodução. É definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), variando de acordo com as regiões do país. Os pescadores ficam proibidos legalmente de pescarem nesse período, medida que vai ao encontro da renovação das espécies e da sustentabilidade da atividade (TEIXEIRA; ABDALLAH, 2008).

renovado ou interrompido, segundo critérios políticos e orçamentais", por isso reflete ainda mais o momento de estagnação econômica e de falta de prioridade do atual Governo federal às demandas sociais, como a dos agricultores familiares e as pessoas atendidas pela rede socioassistencial, desestruturando programas importantes como o PAA.

A Figura 1 demonstra a distribuição percentual dos recursos do PAA por região do Brasil nos anos de 2015, 2016 e 2017. De acordo com o relatório da CONAB referente ao ano de 2015 destacam-se as regiões Nordeste, com 32% de execução, e Sudeste com a execução de 27% do total dos recursos destinados ao programa. Verificou-se que em 2016 somente as regiões Norte e Nordeste somaram 61% na execução dos recursos. Em 2017, as regiões Norte e Nordeste reuniram 56% na execução dos recursos, uma vez que essas regiões foram elencadas como prioritárias em consonância com as deliberações do GGPAA. Os resultados demonstram que a demanda pelo PAA varia devido às características próprias de cada região, em termos de organização social local e do acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018).

Figura 1: Distribuição dos recursos do PAA por região brasileira em 2015, 2016 e 2017

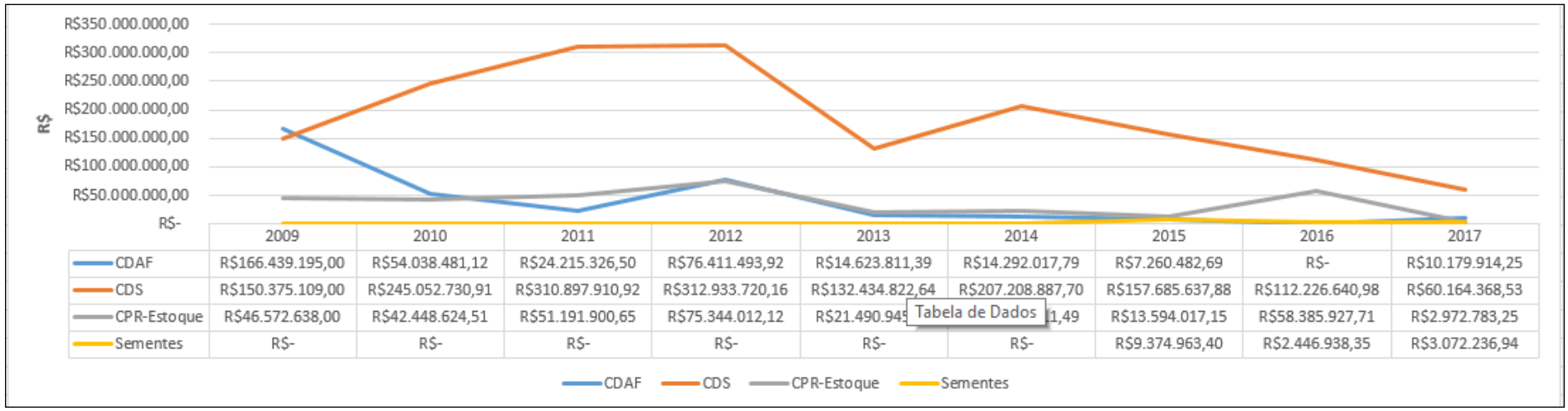


Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

Os dados da Figura 2 e da Tabela 4 demonstram que o melhor desempenho do PAA em 2015, 2016 e 2017 está centralizado na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS). O sucesso dessa modalidade comparada às demais deve-se ao seu desenho e as suas

características, ao permitir a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, como por exemplo, hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, que são adquiridos por meio de Organizações Fornecedoras e entregues às unidades recebedoras (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018).

Figura 2: Desempenho do PAA (em reais) dentre as modalidades de 2009 a 2017[53]



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CDAF	R$166.439.195,00	R$54.038.481,12	R$24.215.326,50	R$76.411.493,92	R$14.623.811,39	R$14.292.017,79	R$7.260.482,69	R$-	R$10.179.914,25
CDS	R$150.375.109,00	R$245.052.730,91	R$310.897.910,92	R$312.933.720,16	R$132.434.822,64	R$207.208.887,70	R$157.685.637,88	R$112.226.640,98	R$60.164.368,53
CPR-Estoque	R$46.572.638,00	R$42.448.624,51	R$51.191.900,65	R$75.344.012,12	R$21.490.945	1,49	R$13.594.017,15	R$58.385.927,71	R$2.972.783,25
Sementes	R$-	R$-	R$-	R$-	R$-	R$-	R$9.374.963,40	R$2.446.938,35	R$3.072.236,94

Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

[53] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2009 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), com recursos do MDS, que visava à sustentação de preços, operou, em 2015, o valor de R$ 7.260.482,69 na aquisição dos beneficiários fornecedores de 965,9 toneladas de leite em pó integral (BRASIL. CONAB, 2015).

A modalidade de Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque) foi instituída como apoio financeiro para a formação de estoques de alimentos por parte das Organizações Fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. Desde meados de 2013, essa modalidade é operada apenas com recursos advindos do MDA. A Figura 2 aponta que, no ano de 2015, foram operacionalizados mais de R$ 13.594.017,15 destacando-se o arroz, o leite em pó e a castanha do Brasil como os produtos que alcançaram 60% do valor total (BRASIL. CONAB, 2015).

O Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014 alterou o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, sendo que no artigo 17, inciso VI, acrescentou-se a descrição da modalidade Aquisição de Sementes, definida como: a compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para a doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. A Resolução n° 68 de 02 de setembro de 2014, do Grupo Gestor do PAA regulamentou a modalidade e em 2015 a CONAB começou a operá-la. Adquiridas de Organizações Fornecedoras detentoras da DAP Especial Pessoa Jurídica, as sementes são antecipadamente demandadas à CONAB por Órgãos e Entidades[54], e estes Órgãos fazem a devida destinação aos beneficiários consumidores (BRASIL. CONAB, 2015).

De modo geral, conforme verificado na Figura 2, todas as modalidades sofreram retrações nas execuções do PAA, no período de 2009 a 2017. No caso da CDAF, a diminuição foi de R$ 166.439.195,00 para R$ 10.179.914,25, ou seja, 93,88%. Quanto ao CDS foi de R$ 150.375.109,00 para R$ 60.164.368,53 ou 59,99%. No que se refere ao CPR Estoque foi de R$ 46.572.638,00 para R$ 2.972.783,25 ou 93,62%. No caso da Formação de Sementes[55] não houve operacionalização até o ano de 2014, mas de 2015 para 2017, a diminuição foi de R$ 9.374.963,40 para R$ 3.072.236,94 ou 67,23%.

[54] Segundo o artigo 5º da Resolução nº 68 de 02 de setembro de 2014, do GGPAA, os órgãos e entidades demandantes são: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Superintendências Regionais; Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Fundação Cultural dos Palmares (FCP); Instituto Chico Mendes (ICMBio) e estados, inclusive por meio de suas Secretarias Estaduais de Agricultura ou afins e suas entidades públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

[55] Na Figura 2, citado apenas como Sementes.

Sobre a desestruturação do PAA, como denominou Mattei (2018, p. 299) ao estudar a política agrária e os retrocessos do Governo Temer, o autor afirma que no

> [...] ano de 2015 a demanda total do programa foi de aproximadamente R$ 500 milhões, sendo que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) destinou o montante de R$ 266 milhões para as ações implementadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Pela Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016, estava previsto a alocação de R$ 500 milhões para o PAA sob responsabilidade do MDS, sendo que deste total, R$ 270 milhões deveriam ser repassados para as modalidades do programa executadas pela CONAB. Registre-se que até o mês de maio de 2016 a presidente afastada já havia autorizado o repasse de R$170 milhões, o que deveria atender a mais de 50 mil agricultores familiares. No dia 31 de maio de 2016, o MDSA cancelou o repasse desses recursos para a CONAB. Tal ato (recolhimento dos recursos repassados à CONAB) certamente agravou a execução da modalidade do programa "Doação Simultânea", devendo também ter afetado negativamente, tanto os milhares de agricultores familiares vinculados ao programa como muitos de seus beneficiários. Além dessas medidas, em 26.10.2016 foi publicado o decreto número 8.889, que extinguiu o Departamento de Renda e Agregação de Valor, da antiga Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Registre-se que tal departamento era fundamental para a implementação das ações do PAA sob responsabilidade do antigo MDA.

O autor ainda considera que é notório o reconhecimento de que a criação de mercados institucionais voltados à agricultura familiar foi uma das mais relevantes inovações das políticas públicas de desenvolvimento rural neste século. Ainda que o volume total dessas comercializações seja bem inferior se comparado ao total comercializado pelo sistema familiar de produção, nada justifica a desativação e desarticulação de tal política pública.

De acordo com a Tabela 4, as regiões que mais obtiveram recursos do PAA, no ano de 2015, na modalidade CDS foram: Nordeste (R$ 80.046.054,32), seguida do Sudeste (R$ 77.077.400,37). Na modalidade CPR-Estoque foram: Sul e Norte com R$ 11.940.457,52 e R$ 4.225.538,05, respectivamente, enquanto que na modalidade Aquisição de Sementes foram: Nordeste (R$ 9.014.114,40) e Sul (R$ 3.824.985,20).

Tabela 4: Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização em 2015, 2016 e 2017 em reais (R$)[56]

	Região/UF	CDS	CPR-Estoque	Sementes	Total
2015	**Norte**	28.674.220,17	4.225.538,05	499.500,00	**33.399.258,22**
	Nordeste	80.046.054,32	3.489.029,65	9.014.114,40	**92.549.198,37**
	Sudeste	77.077.400,37	319.800,00	505.360,40	**77.902.560,77**
	Sul	27.200.859,28	11.940.457,52	3.824.985,20	**54.075.037,50**
	Centro-Oeste	28.264.781,26	824.390,70	499.988,91	**29.589.160,87**
	Total	**241.263.315,40**	**20.799.215,92**	**14.343.948,91**	**287.515.215,73**
2016					
	Norte	23.990.841,47	1.743.090,22	165.267,24	**25.899.198,93**
	Nordeste	81.139.060,12	780.489,33	283.391,96	**82.202.941,41**
	Sudeste	38.386.499,76	0	0	**38.386.499,76**
	Sul	13.443.646,86	5.419.954,51	2.256.810,88	**21.120.412,25**
	Centro-Oeste	13.997.554,84	950.571,83	1.022.011,32	**15.970.137,99**
	Total	**170.957.603,04**	**8.894.105,89**	**3.727.481,40**	**183.579.190,30**
2017					
	Norte	17.001.085,30	895.772,92	1.352.088,55	**19.248.946,77**
	Nordeste	41.863.196,70	895.771,05	949.031,38	**43.707.999,13**
	Sudeste	17.402.853,46	927.548,11	0	**18.330.401,57**
	Sul	8.697.731,60	933.098,33	1.674.488,24	**11.305.318,17**
	Centro-Oeste	6.684.998,34	876.323,35	704.406,46	**8.265.728,15**
	Total	**91.649.865,40**	**4.528.513,76**	**4.680.014,63**	**100.858.393,80**

Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

[56] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2015 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

No ano de 2016, a espacialização da distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização foi bem semelhante em termos geográficos, mas não em termos financeiros (Tabela 4).

Na modalidade CDS, os destaques, no ano de 2016, foram novamente as regiões Nordeste e Sudeste, com R$ 81.139.060,12 e R$ 38.386.499,76, respectivamente, ou seja, um aumento no tocante à região Nordeste de R$ 9.089.881,08 (12,62%), em relação ao ano de 2015 e uma diminuição de R$ 30.990.604,04 (44,67%) no que se refere à região Sudeste em comparação ao ano supramencionado (Tabela 4).

Na modalidade CPR-Estoque, as regiões com maior número de arrecadações de recursos, no ano de 2016, foram Sul (R$ 5.419.954,51) e Norte (R$ 1.743.090,22) (Tabela 4). Segundo Hentz (2016, p. 133) que:

> A região Sul deteve [...] a maior parcela na alocação dos recursos do PAA, tendo em vista que possui um elevado grau de organização coletiva (associações/cooperativas) e de produção de pequenos agricultores, o que de fato facilita o acesso ao programa.

Pode também estar associado ao fato do maior estágio de desenvolvimento das cadeias produtivas nas quais se inserem os agricultores familiares e ao maior acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural para elaboração dos projetos (HENTZ, 2016).

No tangente à modalidade Aquisição de Sementes houve uma mudança financeira, mas também geográfica de distribuição dos recursos do PAA, se comparados os anos de 2015 e 2016. Em 2016, a região Nordeste não foi a protagonista no número de arrecadações. A região Sul obteve um valor total de recursos de R$ 2.256.810,88, ou seja, uma retração de R$ 1.186.045,18 (34,45%), enquanto que a região Centro-Oeste apresentou expansão em termos financeiros correlatos ao PAA, de R$ 571.973,02 (127,09%) (Tabela 4).

A maior execução do PAA em 2017 está concentrada na modalidade CDS, operacionalizada com recursos do MDS (Tabela 4).

A elevada concentração de estabelecimentos da agricultura familiar na região Nordeste (48%), segundo os dados do IBGE (Censo Agropecuário de 2006), justificam a expressividade do PAA nessa região, com uma distribuição de R$ 43.707.999,13, no ano de 2017.

De acordo com Souza, J. (2018, p. 673), em 2017, no início do governo Temer, as reduções dos recursos já tinham sido gigantescas e para 2018 o programa vinha sendo duramente ameaçado, ao passo que:

> [...] o poder executivo vem tentado reduzi-lo a valores ínfimos, inicialmente a proposta era de R$ 4 milhões, entretanto, o auge do problema foi no mês de agosto de 2017 quando o governo mandou para a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado o PLOA[57]/2018 que tinha uma proposta de corte de 99,8% no orçamento da política, restringindo o orçamento a R$ 750 mil.

O autor afirma ainda que os ataques do executivo ao PAA, só não colocaram fim na referida política pública porque encontrou forte rejeição dentre os órgãos de representação das cooperativas, dos membros da sociedade civil, do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Estas intervenções, entretanto, não recuperaram os valores auferidos em anos anteriores. Em termos gerais, o processo de destruição desta política vem preocupando um expressivo contingente de famílias que passaram a complementar suas rendas a partir do PAA em todo território nacional.

2.1.2 Categorias dos beneficiários fornecedores

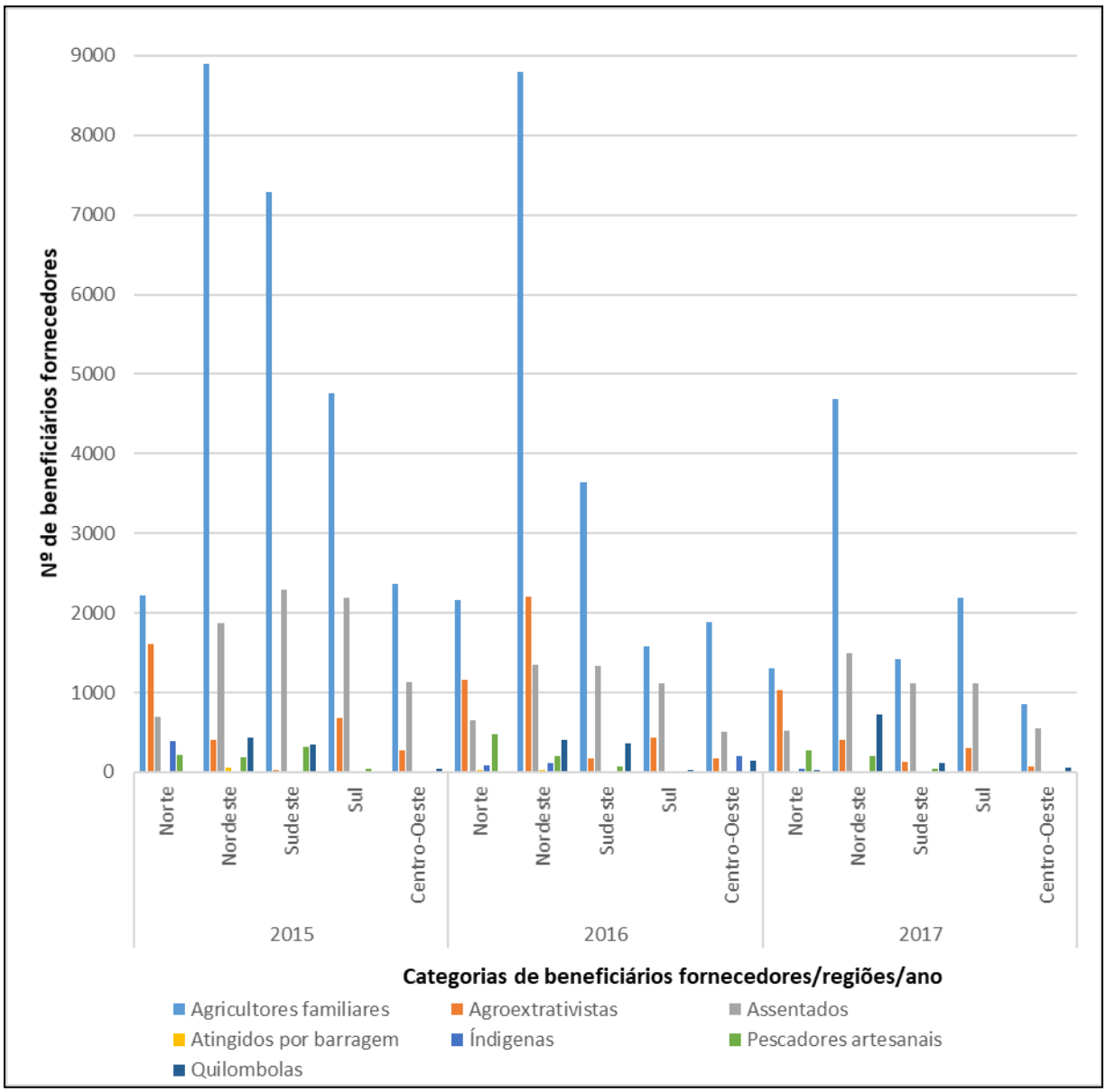
Na Figura 3, verifica-se que em 2015, foram 38.794 os beneficiários fornecedores separados por categoria e por região. Analisou-se que a soma do número de beneficiários fornecedores classificados nas categorias pescador artesanal, quilombola, indígena, atingidos por barragem e agroextrativista, equivale a aproximadamente 14% do total de beneficiários fornecedores do PAA, enquanto que os assentados respondem por 21% do total de beneficiários fornecedores - o que representa um ganho para esse segmento social. Os agricultores familiares, por sua vez, representam 65,8% dos beneficiários fornecedores, ou seja, constituem porcentagem majoritária dentre as categorias analisadas.

No ano de 2016, verificou-se uma diminuição de quatro (4) % de beneficiários assentados da reforma agrária, já que esses somavam 21% em 2015 e 17% em 2016. Sete (7) % são pescadores artesanais, quilombolas e comunidades indígenas (povos e comunidades tradicionais). Em relação à quantidade de agricultores familiares houve um decréscimo de 4,2% se comparados os anos de 2015 e 2016, no entanto, essa categoria permaneceu majoritária em relação as demais (agroextrativistas, assentados, atingidos por barragem,

[57] Projeto de Lei Orçamentária Anual.

indígenas, pescadores artesanais e quilombolas). Em 2017, foram 18.688 os beneficiários fornecedores, desses 10.472 ou 56% eram agricultores familiares; 1.941 ou 10,39% agroextrativistas; 4.797 ou 25,67% assentados; quatro (4) ou 0,02% atingidos por barragem; 46 ou 0,25% indígenas, 514 ou 2,75% pescadores artesanais e 914 ou 4,89% quilombolas (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018)[58].

Figura 3: Beneficiários fornecedores participantes do PAA em 2015, 2016 e 2017, por categoria e por região



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

[58] Para maiores detalhes verificar os anexos B, C e D deste trabalho.

A superioridade da região Nordeste em relação à quantidade de beneficiários fornecedores foi verificada durante os anos de 2015, 2016 e 2017. No ano de 2015, a região Nordeste teve 11.845 beneficiários fornecedores, ou seja, 30,53% dos 38.794 do país, já no ano de 2016, essa região teve 13.111 beneficiários fornecedores que representaram 44,72% do total de 29.318. Em 2017, foram 17.514 beneficiários fornecedores ou 40,21% dos 18.688 (BRASIL. CONAB. 2015, 2016 e 2018)[59]. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 3º da Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA)[60] no desenvolvimento de ações junto a esse público, a CONAB vem priorizando os projetos que tenham a participação de mulheres, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, extrativistas, entre outras comunidades, que são selecionados como Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) (BRASIL. CONAB, 2015).

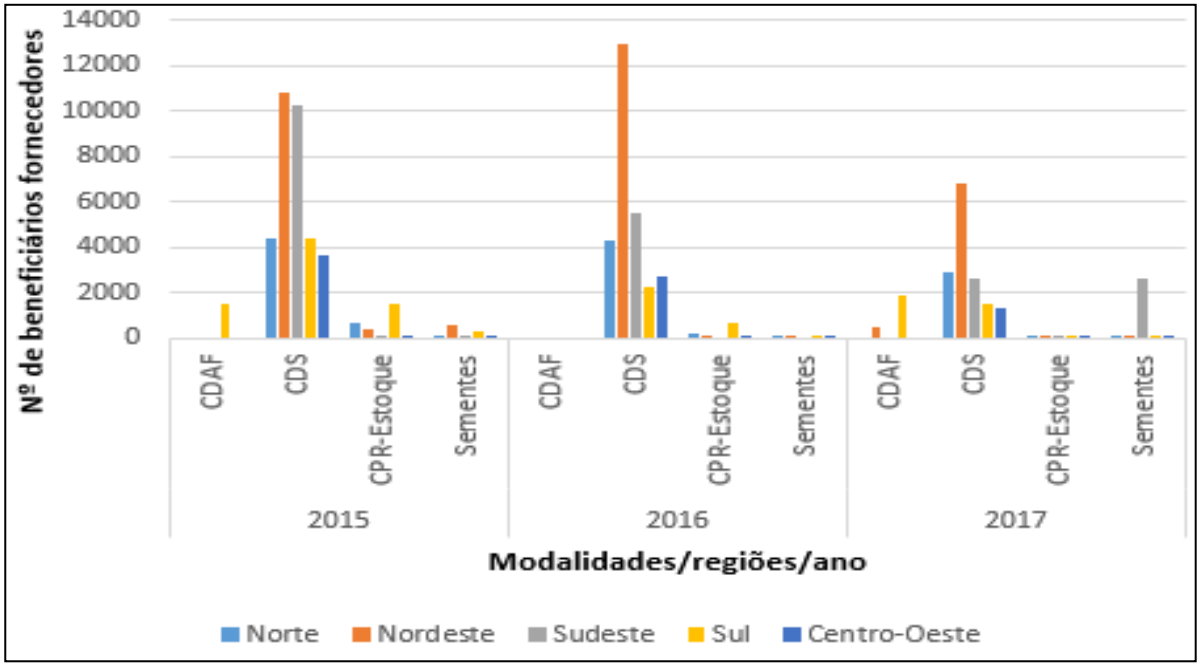
2.1.3 Beneficiários fornecedores

São considerados beneficiários fornecedores: os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no artigo 3º da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. A Figura 4 e o Mapa 1 demonstram o número de beneficiários fornecedores do PAA por modalidades e regiões em 2015, 2016 e 2017.

[59] Para maiores detalhes verificar os anexos B, C e D deste trabalho.

[60] O GGPAA é um órgão colegiado de caráter deliberativo, formado por representantes: do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Ministério da Fazenda; e do Ministério da Educação. O Grupo Gestor visa orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas Resoluções. É responsável por definir, no âmbito do PAA: a forma de funcionamento das modalidades do referido programa; a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores; as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares; e outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (BRASIL. CONAB, 2012).

Figura 4: Número de beneficiários fornecedores do PAA por modalidades e regiões em 2015, 2016 e 2017



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) tem a finalidade de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos da Agricultura Familiar e é uma modalidade com produtos específicos e necessita que o mercado esteja com preços inferiores ao preço de referência. Essa operação não foi executada em 2016 e, por isso, os dados não aparecem nos relatórios e compêndios disponibilizados pela CONAB (VIEGAS, 2018)[61]. No ano de 2016, o total de beneficiários fornecedores foi de 29.318 em todo o Brasil - o que significa uma diminuição expressiva de 9.476 ou 24,43% dos favorecidos em relação ao ano de 2015. A região com maior número de beneficiários fornecedores foi o Nordeste (13.111), com destaque para o Estado da Bahia (3.806) e a com menor número foi o Centro-Oeste (2.905). No ano de 2017, o total de beneficiários fornecedores foi de 18.688 em todo o Brasil, ou seja, uma retração de 10.630 deles ou 36,26% em comparação ao ano de 2016. Ainda que verificada uma queda no tocante ao número de beneficiários, assim como

[61] A ausência da modalidade "Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)" nos anos de 2015 e 2016 não foi justificada nos relatórios da CONAB, por tal motivo, entramos em contato com a referida Companhia e tivemos os dados destes anos enviados pelo Sr. Gustavo Lund Viegas, gerente de acompanhamento e controle das ações da agricultura familiar (DF) da CONAB por meio do endereço eletrônico: <lianecarvalho11@yahoo.com.br>. Acesso em: 13 ago. 2018.

verificado em relação ao ano de 2016, no ano de 2017 a região com a quantidade mais expressiva de beneficiários fornecedores foi a Nordeste (7.514), com maior evidência do Estado da Bahia (1.365) e a região com menor número foi a Centro - Oeste (1.548) (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018).

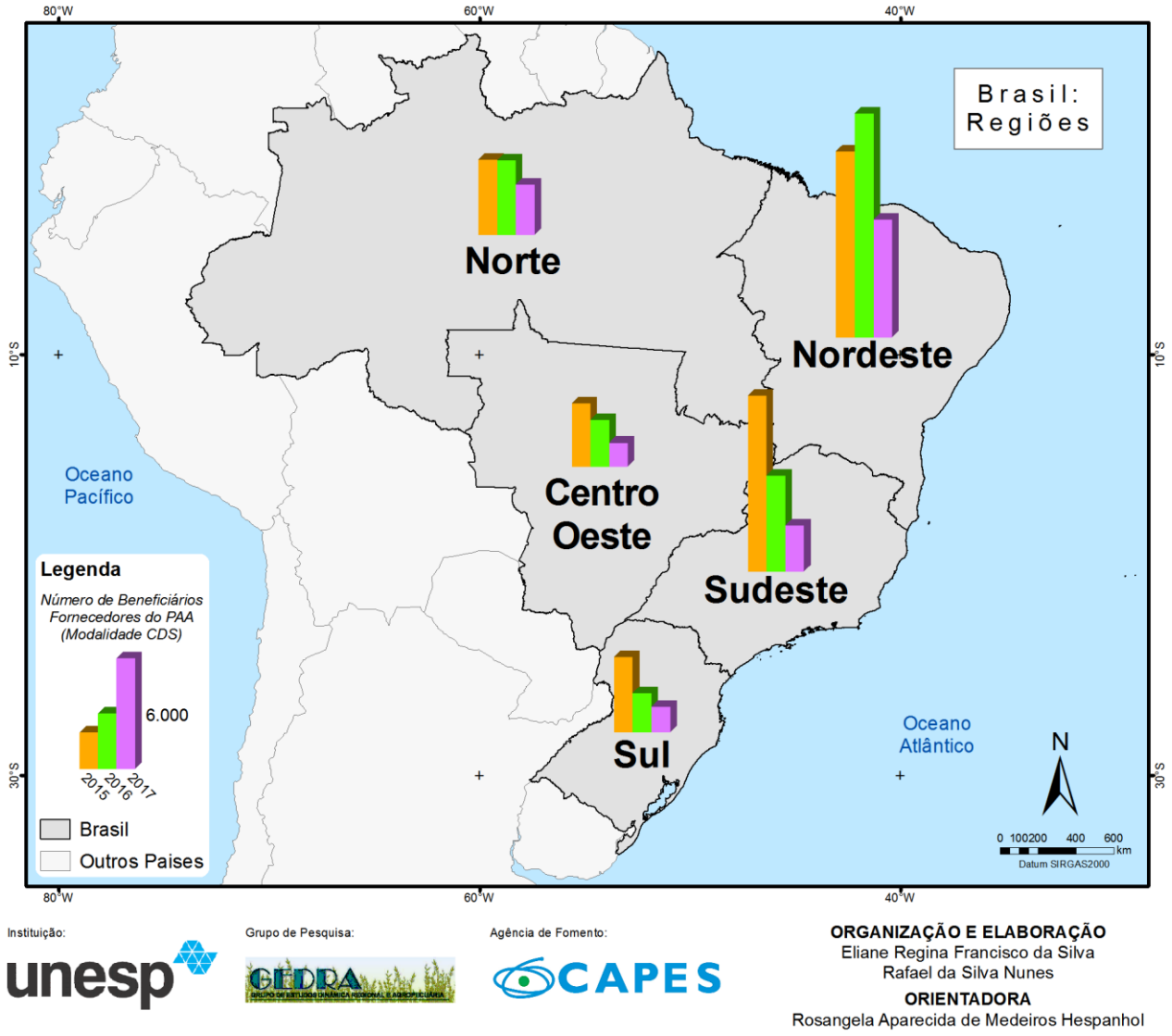
No ano de 2015, a modalidade CPR-Estoque teve maior notoriedade na região Sul com 1.498 beneficiários fornecedores ou 53,92% deles, seguida da região Norte com 673 ou 24,23% do total. Já no ano de 2016, as regiões de destaque na referida modalidade foram as mesmas que a de 2015 (Sul e Norte), mas com retrações no número de beneficiários fornecedores, 734 e 237, respectivamente. Enquanto que no ano de 2017 houve uma mudança geográfica parcial, pois a região Norte passou a ser a protagonista com 164 beneficiários fornecedores e a subsequente, a região Sudeste, com 143 de um total de 676 beneficiários fornecedores. Em termos gerais, o *déficit* no número de beneficiários fornecedores da modalidade CPR-Estoque no período de 2015 a 2017 foi de 75,67%.

A modalidade Sementes foi mais notada na região Nordeste, no ano de 2015, com 617 ou 58,15% dos 1.061 beneficiários fornecedores. No ano de 2016, a região de destaque foi a Sul, com 154 ou 57,25% dos 269 beneficiários fornecedores. No ano de 2017, a região de maior expressão na modalidade Sementes foi novamente a região Sul, com 138 ou 35,94% dos 384 beneficiários fornecedores. De modo geral, a retração no número de beneficiários fornecedores no período de 2015 a 2017 foi de 63,81%.

Como se pode verificar, de acordo com a Figura 4, a modalidade com maior expressividade no território brasileiro no período de 2015 a 2017 foi a CDS, por isso consideramos pertinente cartografar os dados sobre a referida modalidade. De modo geral, identifica-se a expressividade da modalidade CDS na região Nordeste, com destaque para o Estado da Bahia nos anos analisados[62] (Mapas 1 e 2).

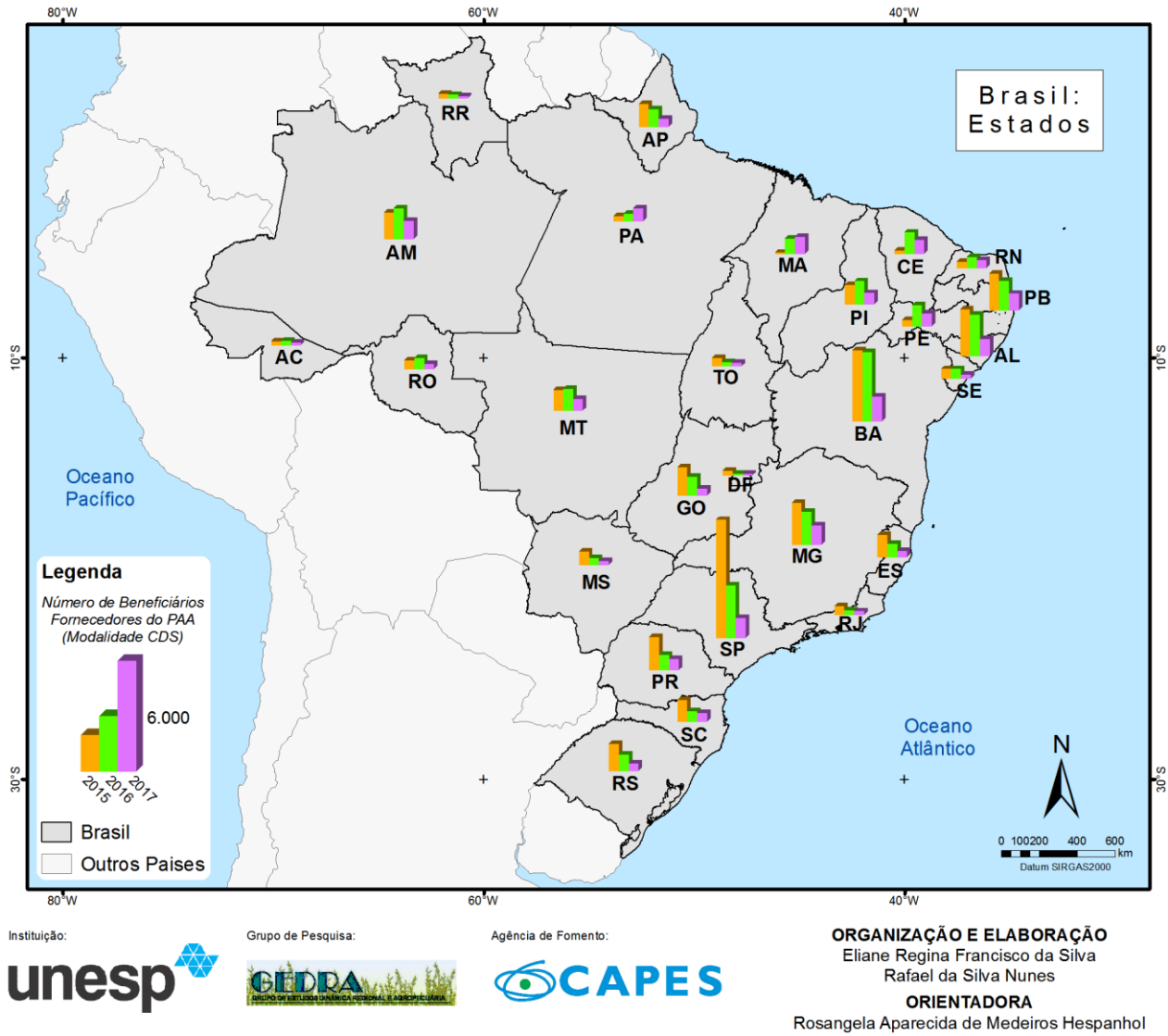
[62] Para maiores detalhes verificar os anexos E, F e G deste trabalho.

Mapa 1: Número de beneficiários fornecedores do PAA – Modalidade CDS nos anos de 2015, 2016 e 2017 por regiões brasileiras



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

Mapa 2: Número de beneficiários fornecedores do PAA – Modalidade CDS nos anos de 2015, 2016 e 2017 por estados brasileiros



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

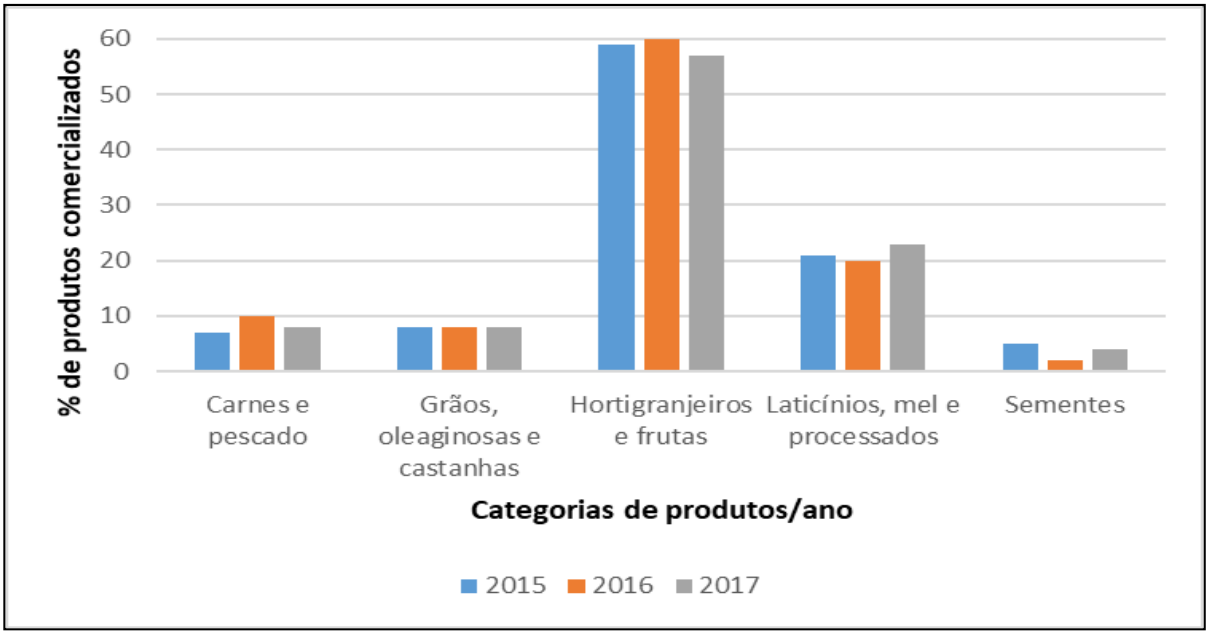
No período de 2015 a 2017, a modalidade CDS teve uma retração de 18.691 beneficiários fornecedores – o que significa uma diminuição de 55,03%.

2.1.4 Produtos

Os produtos adquiridos pelo PAA são diversificados, totalizando mais de 500 tipos de produtos desde 2003. A Figura 5 mostra as categorias de produtos adquiridos dos beneficiários fornecedores nos anos de 2015, 2016 e 2017. Muitos desses produtos são

regionais e sua aquisição opera no intuito de valorizar e respeitar os hábitos alimentares locais e a vocação agrícola regional.

Figura 5: Categoria de produtos produzidos por agricultores familiares e comercializados por meio do PAA em 2015, 2016 e 2017



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

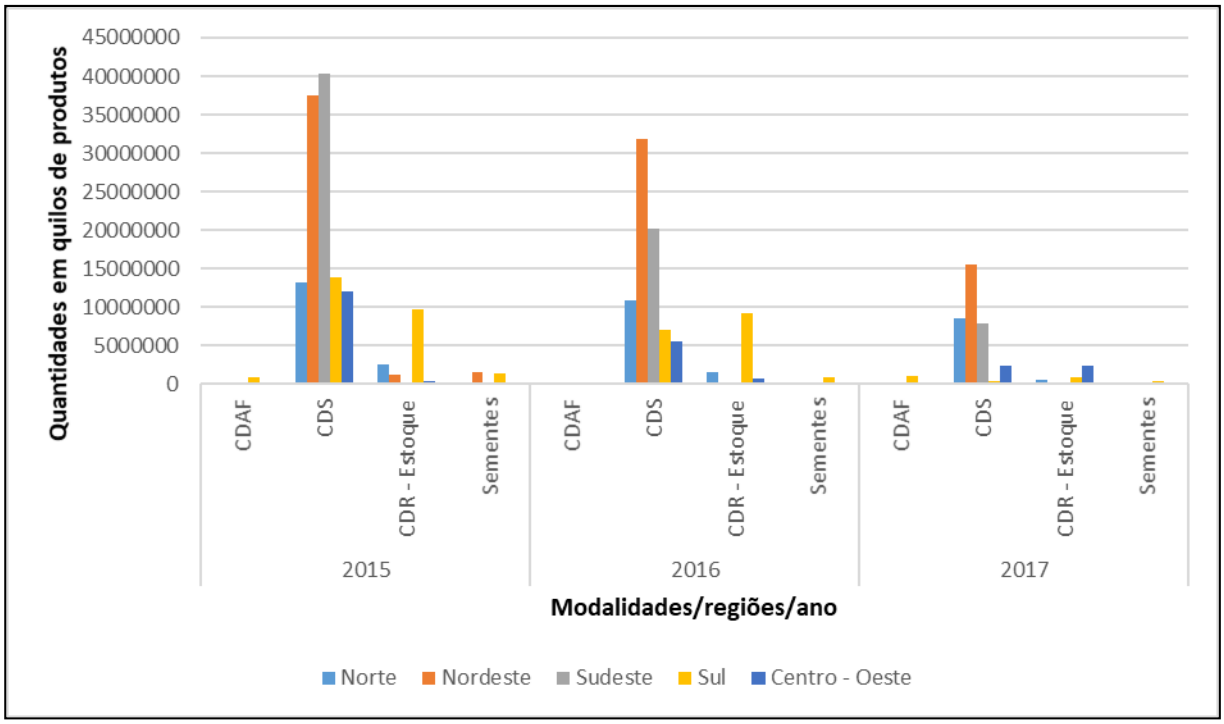
Observa-se na Figura 5 que, no ano de 2015, os hortigranjeiros e frutas foram os produtos mais adquiridos, atingindo juntos 59% do total. Em 2016, as frutas e os hortigranjeiros foram os produtos com 60% das aquisições. Laticínios, mel e processados, seguidos das carnes e pescados alcançaram 30% do valor das aquisições. Em 2017, as frutas e os hortigranjeiros foram os produtos com 57% das aquisições. Laticínios, mel e processados, juntamente com as carnes e pescados, alcançaram 31% do valor das aquisições (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018).

2.1.5 Quantidade de produtos

Em 2015, por meio das modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Aquisição de Sementes e CPR Estoque, foram operacionalizados 135.023.283 quilos de diversos produtos cultivados por 38.794 beneficiários fornecedores. Em 2016, por meio das modalidades CDS, Aquisição de Sementes

e CPR Estoque, foram operacionalizados mais de 88.000.000 quilos de diversos produtos cultivados por 29.318 beneficiários fornecedores. Na avaliação global das aquisições, a região Nordeste comercializou mais de 32.000.000 quilos de produtos com destaque para a modalidade CDS com 31.000.000 quilos; seguida pela região Sudeste com 20.000.000 quilos. Na modalidade Formação de Estoques, a execução foi de 11.600.000 quilos com destaque para a região Sul que formalizou oito (8) projetos com 9.000.000 quilos de produtos. No que se refere à modalidade Aquisição de Sementes foi operacionalizado um total de 1.100.000 quilos de sementes, com destaque para a região Sul que adquiriu 882.000 quilos. A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) não foi executada em 2016. Em 2017, por meio das modalidades CDS, CDAF, Aquisição de Sementes e CPR-Estoque foram adquiridos 44.407.860 quilos de diversos produtos cultivados por 18.688 beneficiários fornecedores. Destaca-se a região Nordeste que operacionalizou 16.015.150 quilos de produtos ou 36,06% do total[63] (Figura 6).

Figura 6: Quantidade em quilos de produtos adquiridos por modalidade de comercialização em 2015, 2016 e 2017

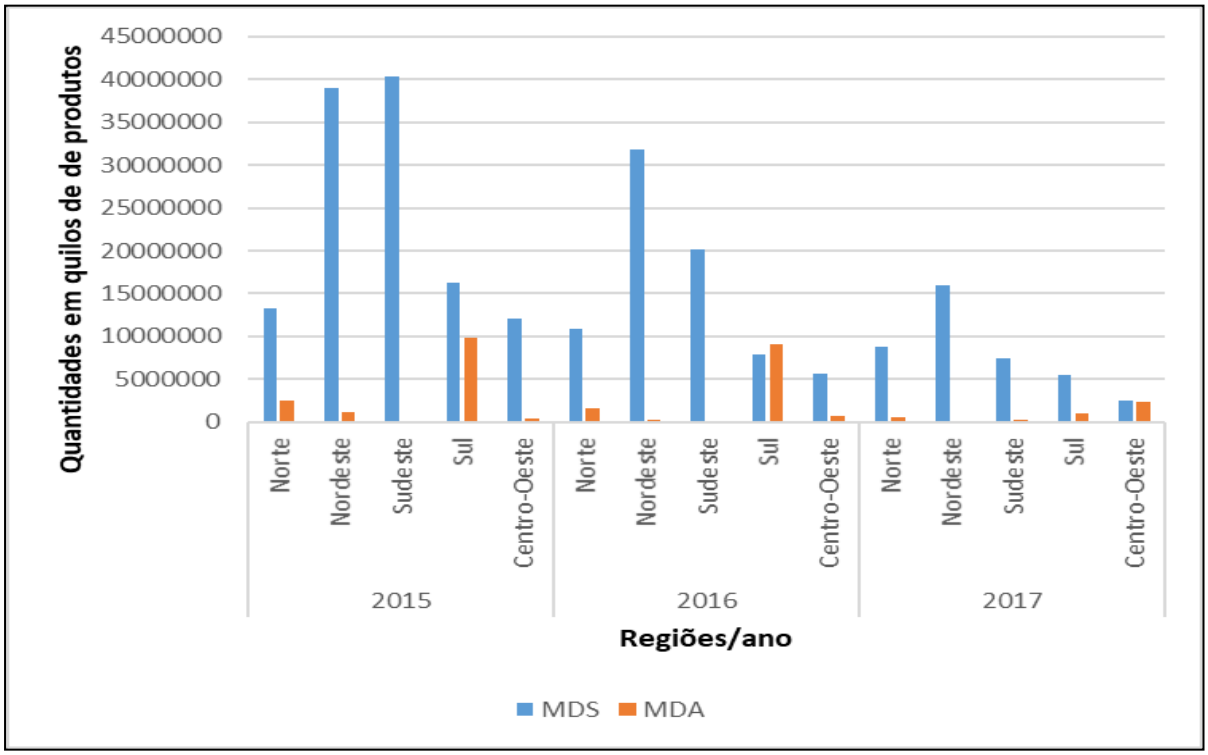


Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

[63] Para maiores detalhes verificar os anexos H, I e J deste trabalho.

Como se verifica na Figura 7, em relação ao ano de 2015, as regiões Sudeste e Nordeste adquiriram praticamente a mesma quantidade em quilos de produtos com recursos do MDS e MDA, ou seja, mais de 40.000.000 quilos cada. Em relação, especificamente, aos recursos do MDA, a Região Sul foi o destaque em termos de aquisição. No ano de 2016, se observa que a região Nordeste foi a que mais comercializou produtos com recursos do MDS e MDA - no total, 32.031.632 quilos, seguida da região Sudeste (20.179.727 quilos). Em 2017, a região Nordeste comercializou 36% da quantidade de produtos com recursos do MDS e MDA, ou seja, quase 16.000.000 quilos[64] (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018).

Figura 7: Quantidade em quilos de produtos adquiridos por região e por fonte de recursos em 2015, 2016 e 2017



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

A Figura 8 mostra que houve um acréscimo - ainda que oscilante no período de 2003 a 2017 - no que diz respeito à geração de renda dos beneficiários fornecedores, permitindo a inclusão econômica destes em decorrência do aumento do seu poder de compra e de

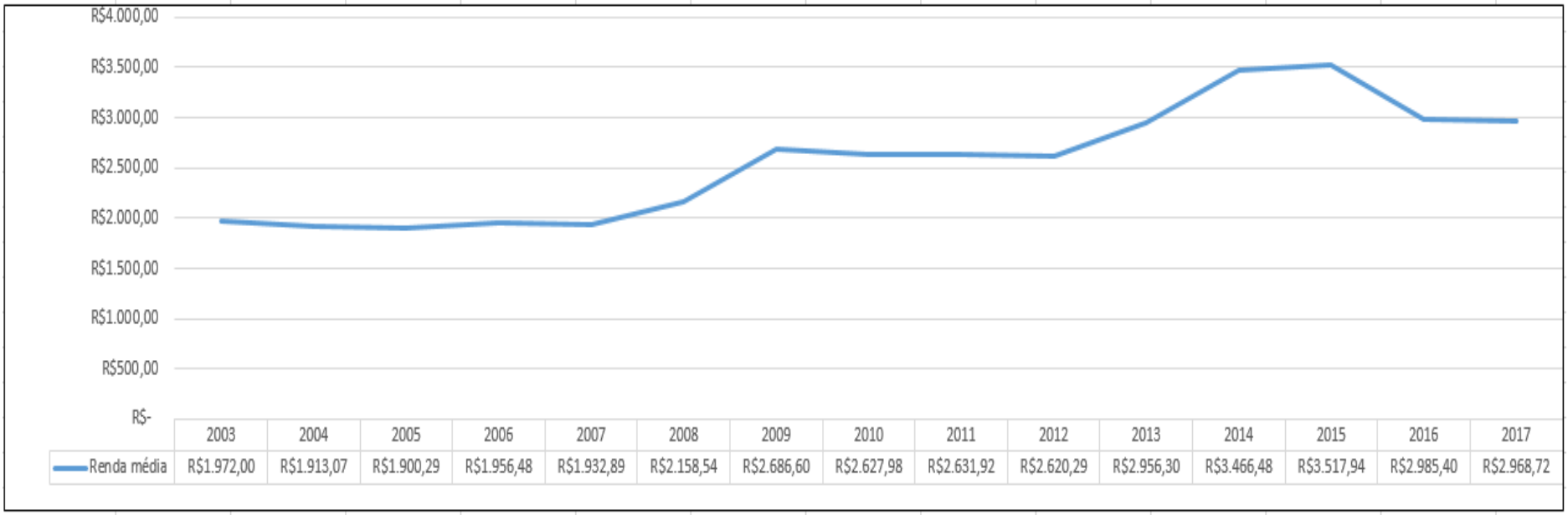
[64] Para maiores detalhes verificar os anexos K, L e M deste trabalho.

investimento em melhorias na produção. Vale ressaltar, no entanto, a diminuição da renda média anual a partir de 2016.

Em 2017, a renda média anual dos 38.794 beneficiários fornecedores foi de R$ 2.968,72, o que equivale a um aumento de 66,46% quando comparado à renda média no ano de 2003, que era de R$ 1.972,00[65] (BRASIL. CONAB, 2015).

[65] Para maiores detalhes verificar o apêndice Q deste trabalho.

Figura 8: Renda média anual dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2017 em reais (R$)[66]



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda média	R$1.972,00	R$1.913,07	R$1.900,29	R$1.956,48	R$1.932,89	R$2.158,54	R$2.686,60	R$2.627,98	R$2.631,92	R$2.620,29	R$2.956,30	R$3.466,48	R$3.517,94	R$2.985,40	R$2.968,72

Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

[66] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2003 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

O relatório da CONAB referente ao ano de 2016 afirma que:

> [...] a aquisição governamental tem proporcionado a inclusão econômica do beneficiário fornecedor, aumentando o seu poder de compra e o seu empoderamento para investir nas melhorias de sua produção e planejar suas despesas com segurança (BRASIL. CONAB, 2016, p. 18).

Acreditamos, no entanto que, apenas os valores repassados pelo PAA aos beneficiários fornecedores, muitas vezes, não permitem o investimento nas melhorias de sua produção, ou seja, em alguns casos, a referida política pública tem um caráter de complementariedade de renda e, por tal motivo, os produtores rurais necessitam de outras fontes para aprimorar seu processo produtivo, sobretudo no emprego de tecnologias. Ainda assim, ressaltamos a importância socioeconômica do Programa.

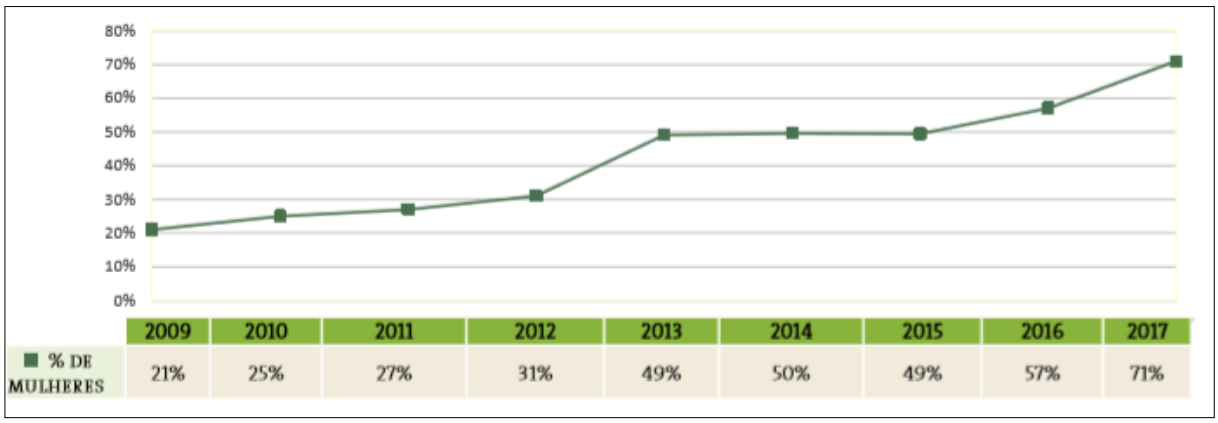
2.1.6 Mulheres no PAA

A partir de 2011, os projetos para acessar o PAA tiveram como um dos requisitos a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução nº 44 de 16 de agosto de 2011, do GGPAA.

Conforme se observa na Figura 9, a participação feminina nas modalidades do PAA alcançou em 2015 um contingente de 49% e, em 2016, 57%, reforçando a valorização de sua mão de obra, o aumento da renda e a garantia de sua inserção socioeconômica, minimizando, desse modo, a invisibilidade do papel da mulher no espaço rural (BRASIL. CONAB, 2015). Verifica-se que a participação feminina nas modalidades do PAA alcançou 71% em 2017.

Cabe ressaltar que o fortalecimento do trabalho e renda das mulheres no campo implica também na consolidação da segurança alimentar de suas famílias, uma vez que [...] “são elas as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família” (GOMES JÚNIOR; ANDRADE, 2013, p. 398).

Figura 9: Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2017



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
% DE MULHERES	21%	25%	27%	31%	49%	50%	49%	57%	71%

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.

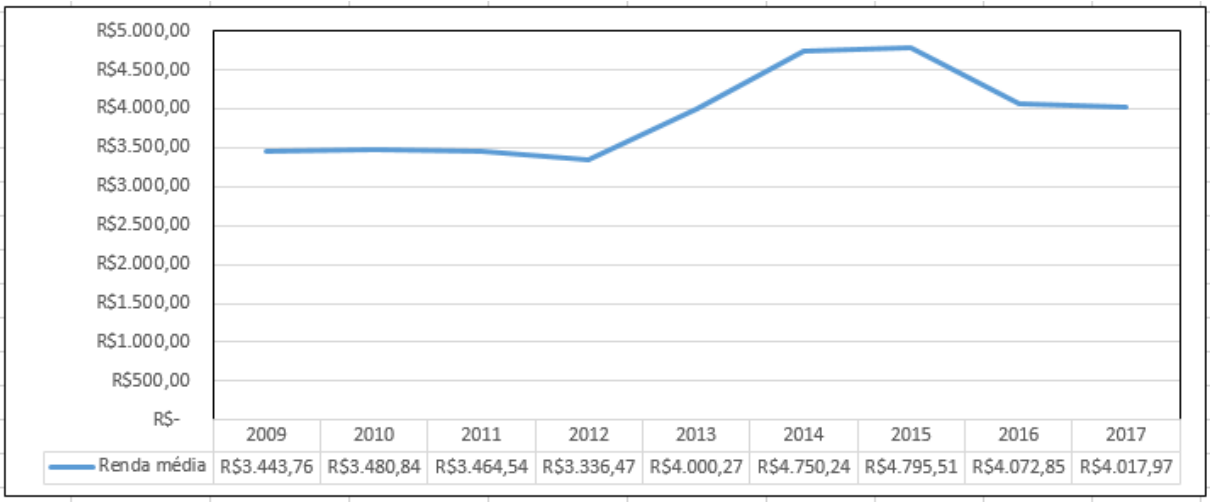
As mulheres assumem um papel relevante não só no ato de cozinhar, mas na responsabilidade que têm tanto no cultivo destinado à participação no mercado aberto a elas por meio das políticas públicas, como por exemplo, o PAA, quanto no cultivo destinado à nutrição das suas famílias. Seus atos também representam grande importância na construção da soberania alimentar[67] do país (GOMES JÚNIOR; ANDRADE, 2013).

Ressalta-se que, houve aumento da participação feminina, mas a renda média anual foi oscilante no período de 2009 a 2017, conforme observado na Figura 10. Em 2015, a renda média obtida foi de R$ 4.795,51, já em 2016 o valor pago pelas aquisições dos produtos ficou em R$ 4.072,85, um *déficit* de aproximadamente 15,06%[68] (BRASIL. CONAB, 2015).

[67] Conforme Gomes Júnior e Andrade (2013, p. 393), a soberania alimentar "[...] trata a perspectiva do direito de populações – principalmente daquelas que tiram da relação com a terra o seu sustento – assegurarem o seu consumo com base na sua produção. Soberania alimentar torna-se um conceito elementar para articular a luta dos povos em defesa da alimentação como um bem e um valor cultural em oposição ao seu valor como mercadoria para atender aos interesses do mercado externo. Nesse contexto é que as mulheres trabalhadoras do campo exerceriam um papel decisivo, uma vez que toca a elas, principalmente, a provisão da casa e as lides associadas à produção diversificada dos alimentos que vão à mesa da família."

[68] Para maiores detalhes verificar o apêndice R deste trabalho.

Figura 10: Renda média das mulheres no PAA, de 2009 a 2017[69], em reais (R$)[70]



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda média	R$3.443,76	R$3.480,84	R$3.464,54	R$3.336,47	R$4.000,27	R$4.750,24	R$4.795,51	R$4.072,85	R$4.017,97

Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

Em 2017, a renda média das mulheres no PAA foi R$ 54,88 ou 1,38% inferior a de 2016 (VIEGAS, 2018).

Ainda que se tenha falado da questão do gênero nos últimos anos, muito tem que se avançar para se conquistar a equidade entre homens e mulheres. Isso por que, "[...] trazer este tema para dentro do rural é algo bem mais complexo, pois o espaço do rural é marcado pela rígida divisão sexual do trabalho e pela posição subordinada das mulheres aos homens" (AZEVEDO; BARRETO; SANTOS, 2012, p. 4), mesmo que haja tentativas de mudanças, como por exemplo, na implementação do PAA.

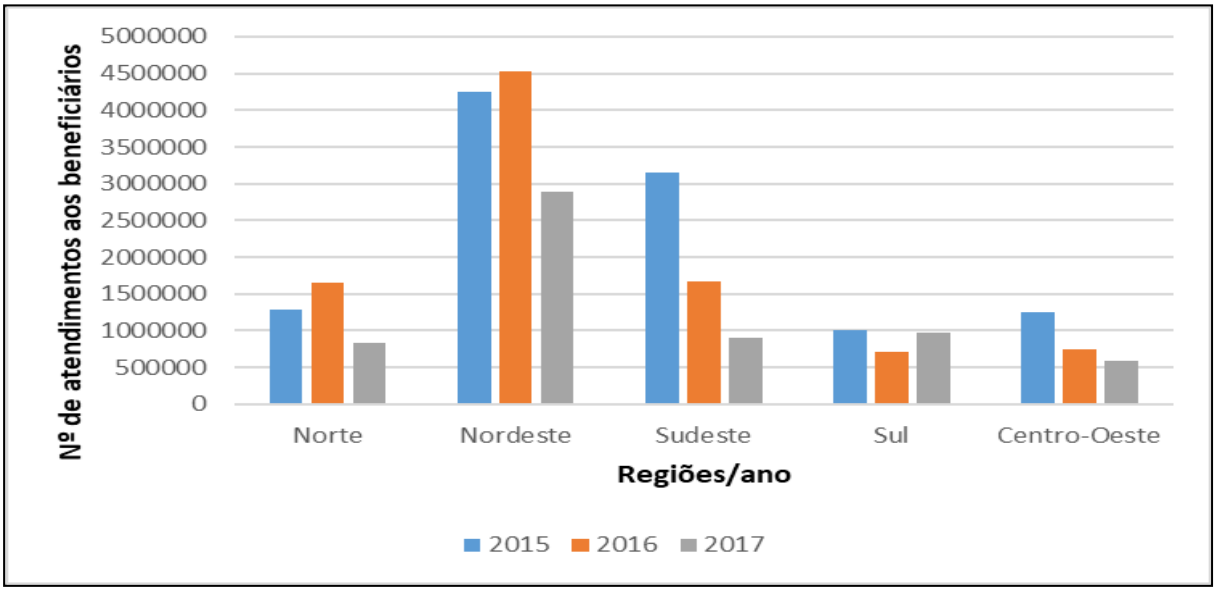
[69] O fator "Renda das mulheres no PAA" não foi avaliado nos relatórios da CONAB referente aos anos de 2016 e 2017, por tal motivo, entramos em contato com a referida Companhia e tivemos os dados destes anos enviados pelo Sr. Gustavo Lund Viegas, gerente de acompanhamento e controle das ações da agricultura familiar (DF) da CONAB por meio do endereço eletrônico: <lianecarvalho11@yahoo.com.br>. Acesso em: 9 ago. 2018.

[70] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2009 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

2.1.7 Unidades recebedoras

O PAA por meio das Organizações Fornecedoras entregou, em 2015, alimentos a 2.829 unidades recebedoras, que realizaram 10.960.664 atendimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo-lhes garantido o direito ao consumo saudável dos alimentos advindos da agricultura familiar. Conforme mostram as Figuras 11 e 12, destaca-se que do total de atendimentos, 4.254.219 ou 38,81% dos beneficiários consumidores e 736 ou 26,02% das unidades recebedoras estavam na região Nordeste. Em 2016, 2.619 unidades recebedoras foram contempladas e realizaram 9.306.019 atendimentos. Identifica-se que do total de atendimentos, 4.535.644 ou 48,74% dos beneficiários consumidores e 992 ou 37,88% das unidades recebedoras encontravam-se na região Nordeste. Se compararmos o ano de 2016 com o de 2015, verificaremos que houve uma diminuição de 210 atendimentos às unidades recebedoras, ou seja, de 7,42% e de 1.654.645 ou 15,09% dos atendimentos aos beneficiários[71]. No entanto, em relação, especificamente, à região Nordeste, houve um aumento de 281.425 beneficiários consumidores, ou seja, 6,62% e de 256 unidades recebedoras ou 34,78%.

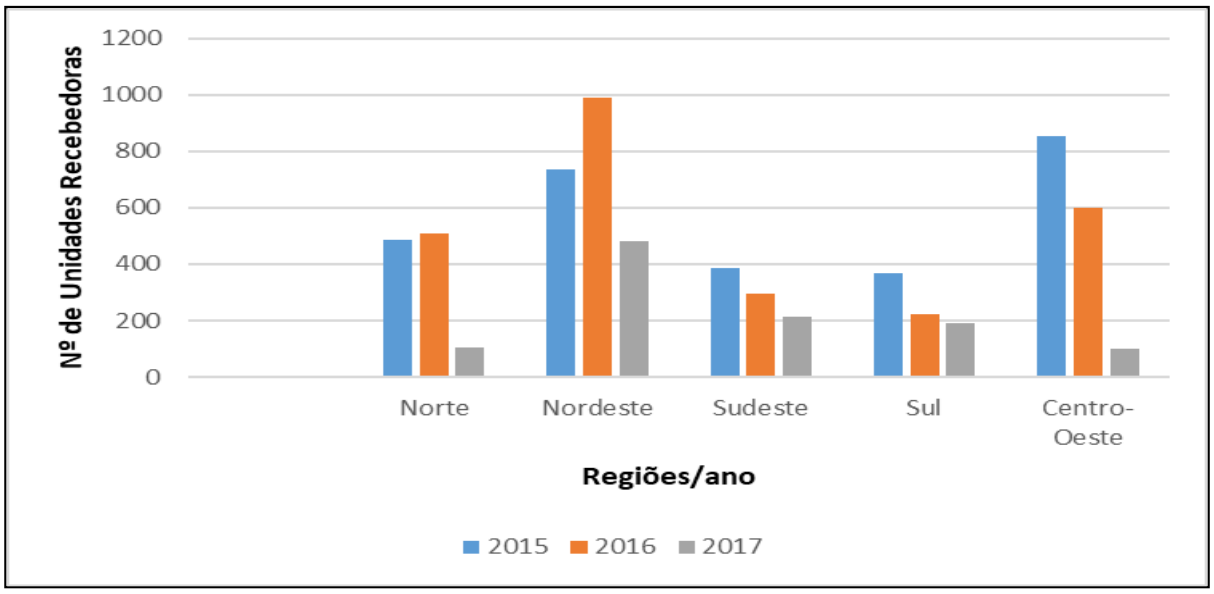
Figura 11: Número de atendimentos aos beneficiários, por região, em 2015, 2016 e 2017



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2017). SUPAF/GECAF.

[71] Para maiores detalhes verificar o anexo N deste trabalho.

Figura 12: Número de unidades recebedoras, por região, em 2015, 2016 e 2017



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

No ano de 2017 foram contempladas 1.092 unidades recebedoras, que realizaram 6.186.098 atendimentos. Em relação ao ano de 2016 houve uma diminuição de 1.527 atendimentos ou 58,30% à unidades recebedoras e de 3.119.921 ou 33,53% atendimentos aos beneficiários[72] (Figura 12).

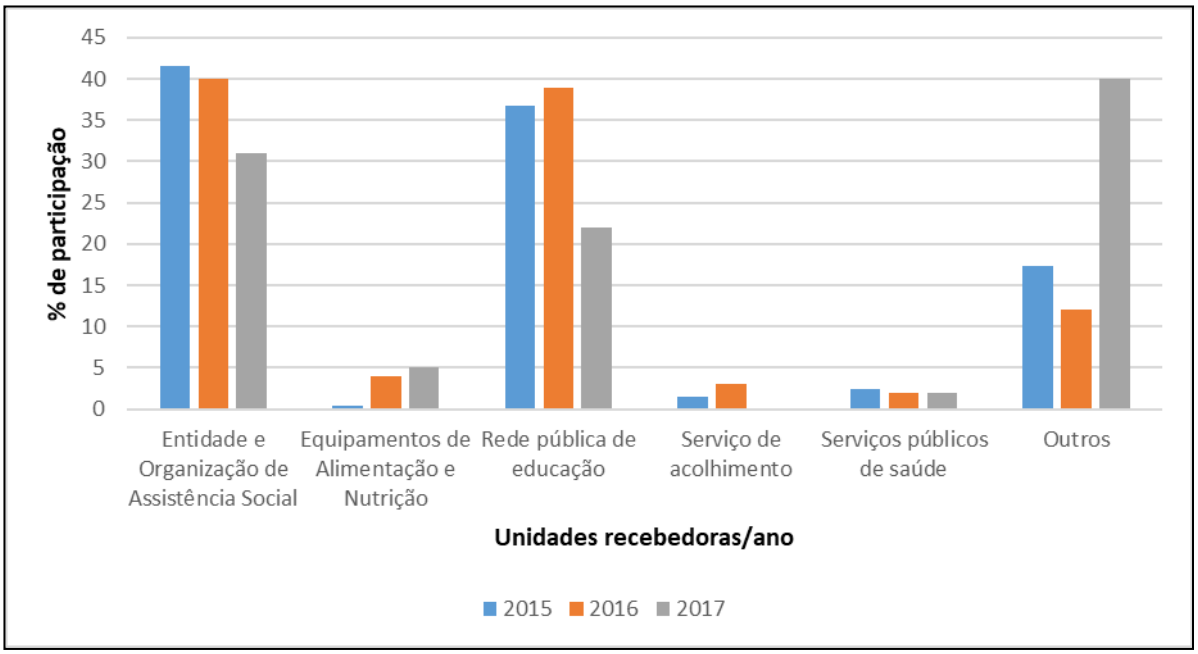
Objetivando aperfeiçoar a execução e operacionalização do PAA, foi publicada a Resolução nº 72, de 09 de outubro de 2015, do GGPAA (as Resoluções nº 62, de 24 de outubro de 2013 e nº 69 de 18 de setembro de 2014 do GGPAA foram revogadas), que define as normas e os procedimentos para a destinação dos alimentos, indicando as instituições e suas características para a participação no programa.

A Figura 13 mostra em 2015, o predomínio no abastecimento de entidades e organizações de assistência social e redes públicas de educação, que juntas somam aproximadamente 78% em participação no PAA, enquanto que as unidades recebedoras classificadas como serviço de acolhimento, serviços públicos de saúde e equipamentos de alimentação e nutrição, juntas, representam aproximadamente 4,38% em participação. Observa-se, em relação ao ano de 2016, que novamente há superioridade, em termos quantitativos, no abastecimento de entidades e organizações de assistência social e redes

[72] Para maiores detalhes verificar o anexo N deste trabalho.

públicas de educação, que juntas somam aproximadamente 79% de participação no Programa. Já as unidades recebedoras enquadradas como serviço de acolhimento, serviços públicos de saúde e equipamentos de alimentação e nutrição, juntas, representam aproximadamente 9,0% em participação. Enquanto que em 2017, verifica-se que o maior quantitativo em doações foi para as entidades e organizações de assistência social e para a rede socioassistencial, que juntas somam aproximadamente 62% em participação no Programa. Já as unidades recebedoras enquadradas como rede pública de educação, serviços públicos de saúde e equipamentos de alimentação e nutrição, juntas, representam 38% em recebimento de doações[73] (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018).

Figura 13: Unidades recebedoras atendidas pelo PAA em 2015, 2016 e 2017



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

A categoria "Outros" em relação ao ano de 2015 não foi especificada. Em 2016, correspondia às Entidades beneficentes de Saúde, ou seja, Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de educação (CEBAS), correspondendo a 1% em recebimento de doações e, Rede assistencial, a saber: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) respondendo juntos por 11%

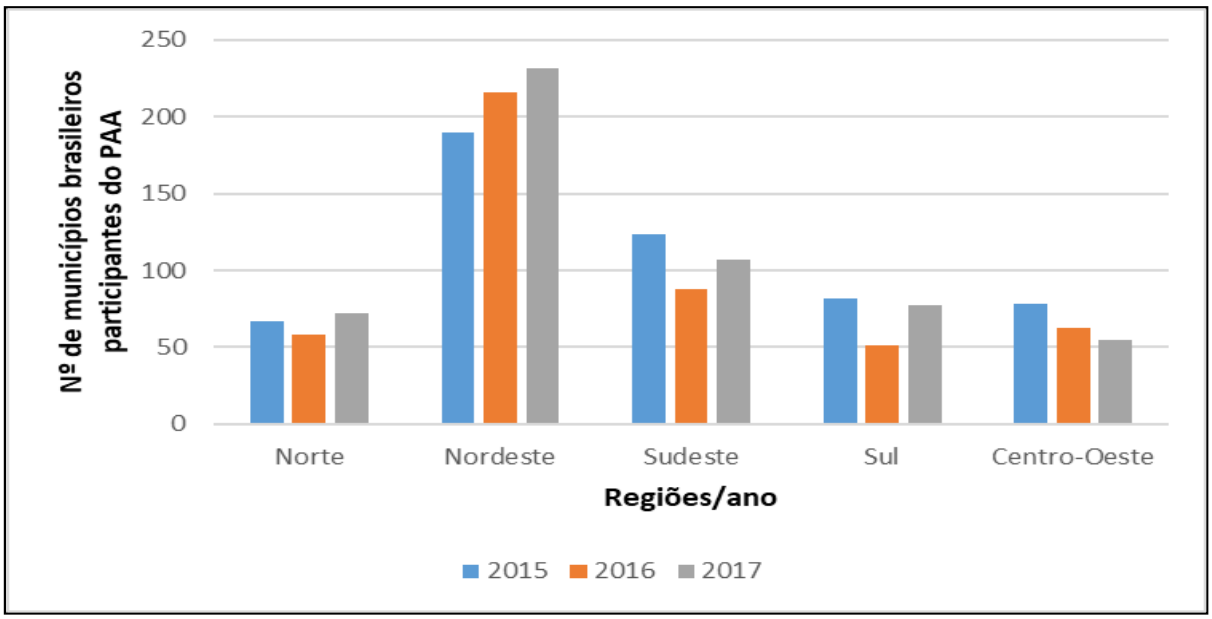
[73] Para maiores detalhes verificar o anexo O deste trabalho.

das doações. Em 2017, a categoria "Outros" correspondia à Rede Socioassistencial equivalente à 40% em participação no PAA.

2.1.8 Municípios participantes

De 2003 a 2015 o PAA esteve presente em mais de 2.700 municípios. Em 2015 participaram 541 municípios no Programa em questão, destes 190 ou 35,12% pertenciam ao estado do Nordeste. Em 2016, participaram 476 municípios das organizações fornecedoras, sendo que 216 ou 45,38% estavam localizados na região Nordeste. Ao comparar os anos de 2015 e 2016, verifica-se um *déficit* de 65 municípios participantes do PAA, ou seja, 12,01% - o que representa um dado preocupante. Em relação ao ano de 2016, o ano de 2017 apresentou um aumento de 67 municípios participantes do PAA, o que representa um aumento de 14,07%[74] (BRASIL. CONAB, 2015, 2016 e 2018) (Figura 14).

Figura 14: Número de municípios participantes do PAA por regiões em 2015, 2016 e 2017



Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

[74] Para maiores detalhes verificar o anexo P deste trabalho.

Segundo Hentz (2016), a criação do PAA representa um marco na política agrícola brasileira e manifesta a presença do Estado junto à agricultura familiar. Implantado em meio a um vasto debate sobre desenvolvimento e distribuição de renda, as ações do programa abrangem a União, os Estados e os municípios - parceria esta que proporcionou a aproximação do poder local com a produção familiar rural. As ações do programa fomentaram a articulação entre a produção, a comercialização e o consumo, propiciando a inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais[75].

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): ORIGEM E MUDANÇAS

Um dos primeiros programas que conciliava a alimentação e a educação, segundo Gunderson (2008), foi iniciado em Munique (Alemanha) em 1790. O programa foi recomendado por Benjamin Thompson, Conde Rumford, a partir da criação do *Poor People' s Institute*, fornecendo alimentação aos desempregados (crianças e adultos), a partir do ajuste nutritivo de ingredientes de baixo custo. A iniciativa foi copiada, *à posteriori*, em diversos outros países, como Inglaterra, Escócia, França e Suíça.

De acordo com Rocha (2003), que estudou a educação escolar e a higienização na infância, as primeiras medidas governamentais de oferta de alimentação escolar no Brasil ocorreram na década de 1920, época de grandes discussões sobre a alimentação. Neste período, em São Paulo, o "Instituto de Hygiene*"* foi o precursor na implementação de métodos de pesquisa e propostas de políticas públicas sobre questões alimentares. Este instituto financiou estudos pormenorizados em distintos países, dando notoriedade a importantes relatórios sobre o assunto. Destaca-se a tese de doutoramento do Professor Dr. Antonio de Almeida Júnior, intitulada "O saneamento pela educação", de 1922 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia.

Peixinho (2011, p. 33), que realizou um resgate histórico do PNAE, afirmou que o entendimento geral acadêmico e do Governo federal da década de 1930 era de que nos anos iniciais de vida, "[...] a fome comprometia o desenvolvimento do indivíduo de forma muitas

[75] De acordo com Real (2011) - que estudou a problemática da produção e do consumo de alimentos nos municípios de Rolante (RS), Belo Horizonte (MG) e Fernandes Pinheiro (PR) - os mercados institucionais incluem as compras governamentais de alimentos para serem utilizados em programas e organismos públicos, como por exemplo, alimentação escolar, hospitais, presídios, entre outros.

vezes irreversível, acarretando a vulnerabilidade crônica a determinadas doenças, a deficiência da capacidade intelectual e cognitiva e a baixa autoestima [...]".

No importante livro "Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço", publicado em primeira edição no ano de 1946, Josué de Castro analisou a influência da fome no desenvolvimento socioeconômico do Brasil e chegou à conclusão de que se houvesse um estudo comparativo entre as causas e consequências da fome e de outras calamidades como, por exemplo, a guerra e as epidemias, se verificaria que as menos conhecidas eram exatamente as da fome. O autor relatou, ainda, que havia uma conspiração de silêncio por parte da academia e dos governos sobre o tema e tal fato implicava numa constante e equivocada afirmação de que a fome era uma fatalidade provocada pela natureza ou por Deus para que a humanidade aprendesse a superar os obstáculos provocados pelo egoísmo e pelo orgulho (CASTRO, J., 1983).

Peixinho (2011, p. 34) ressalta que:

> O mundo começava a sentir as pressões dos fatos, em que milhões de pessoas morriam por subnutrição devido à escassez de alimentos. O fato de que cerca de dois terços da humanidade viviam num estado permanente de fome, começou a incomodar os governantes, políticos, grandes empresários principalmente aqueles que exploravam nações inteiras para garantir a exportação de alimentos produzidos no país, com receio de ver os seus lucrativos negócios desabarem.

Essa afirmação permite verificar que não havia interesse em se estudar a fome numa perspectiva social, em decorrência da preocupação por parte da "elite" em se preservar os lucros auferidos, por exemplo, através do cultivo de lavouras destinadas a abastecer os mercados externos, como por exemplo, a cana de açúcar, o café, a borracha, dentre outras.

No entanto, de acordo com o Relatório de pesquisa apresentado à CONAB e ao FNDE pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), enfocando, a partir da década de 1930, o problema da fome passou a ser tratado como um objeto de intervenção governamental e de políticas públicas (ABRANDH; IBASE, 2012).

Segundo Turpin (2008) - que estudou a alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e como garantia de segurança alimentar e nutricional - em 1933, Josué de Castro realizou na cidade de Recife um inquérito acerca das condições de vida da classe operária, apontando o *déficit* energético e de nutrientes.

Durante a década de 1940, outros inquéritos alimentares dirigidos no âmbito do Departamento Nacional de Saúde visaram analisar a alimentação em diversas capitais brasileiras, diante das necessidades nutricionais padronizadas. Os resultados dos inquéritos mostraram a precária situação alimentar da população (COIMBRA; MEIRA; LIMA, 1982).

É diante desse cenário que o PNAE teve sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo federal oferecer alimentação aos alunos. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros (BRASIL. FNDE, 2017).

Na década de 1950, foi elaborado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”. Nele, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade do Governo federal. Desse plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar permaneceu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente Unicef, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil (BRASIL. FNDE, 2017).

Em 31 de março de 1955 foi assinado o Decreto n° 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Na ocasião, foram firmados convênios diretamente com o FISI e outros organismos internacionais. Em 1956, com a edição do Decreto n° 39.007, de 11 de abril de 1956, ela (a CME) passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional (BRASIL. FNDE, 2017).

Em 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto n° 56.886/65 e surgiu uma lista de programas de ajuda norte-americana, entre os quais destacavam-se: o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, direcionado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da FAO/ONU (BRASIL. FNDE, 2017).

A partir de 1976, ainda que financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com a promulgação da Constituição Federal,

em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, por meio de um programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL. FNDE, 2017).

Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada. Em outros termos, o órgão gerenciador (o Governo federal) planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para executar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional (BRASIL. FNDE, 2017).

Em 1994, foi instituída a descentralização dos recursos para execução do Programa por meio da Lei n° 8.913, de 12/7/94, mediante promoção de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais se delegou competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização. A consolidação da descentralização, já sob o gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), se deu com a Medida Provisória n° 1.784, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser realizada automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, proporcionando maior agilidade ao processo (BRASIL. FNDE, 2017).

A Medida Provisória n° 2.178, de 28/6/2001 possibilitou grandes avanços ao PNAE, dentre os quais se ressaltam: a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local. Outra relevante conquista foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa (BRASIL. FNDE, 2017).

A partir de 2006, uma conquista fundamental foi a obrigatoriedade da presença de nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico formado por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao seu alcance. Outro aspecto destacável, a partir de 2006, foi o estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, resultando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), que são unidades de referência e apoio

organizadas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, frisa-se as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa (BRASIL. FNDE, 2017).

O PNAE é uma das políticas públicas mais antigas do país e um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, tanto no que diz respeito ao número de pessoas beneficiadas, quanto no que se refere aos recursos alocados, constituindo-se como uma relevante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao fomentar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por meio da alimentação escolar, bem como de várias medidas que auxiliam no alcance das metas dos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" (ODM) (VILLAR et al., 2013).

Gerenciado pelo FNDE, o referido programa tem, dentre suas ações: o estabelecimento das diretrizes e o acompanhamento da sua execução; a interação com os demais programas do Ministério da Educação (MEC) para discutir a inclusão da alimentação e nutrição como disciplina transversal no Projeto Político Pedagógico (PPP); a implementação com os demais órgãos governamentais e não governamentais da integração da política de SAN no ambiente escolar; a capacitação dos recursos humanos, quais sejam professores, alunos e merendeiras; o fomento ao controle social por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e da integração com demais órgãos de controle social na defesa das políticas públicas sociais; e a transferência dos recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e municípios, destinado unicamente para a aquisição de gêneros alimentícios para o fornecimento da alimentação escolar (PEIXINHO, 2011).

A política pública atende todos os alunos na educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), segundo os princípios do DHAA e da SAN (BRASIL. FNDE, 2015).

No decorrer de sua implementação, o PNAE passou por várias mudanças que resultaram em avanços, dos quais se destacam o incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, e o respeito aos hábitos alimentares saudáveis e regionais (VILLAR et al., 2013).

A partir de 16 de junho de 2009, o PNAE foi reformulado por meio da Lei federal n°11.947 que instituiu que, do total de recursos direcionados pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos municípios, estados e Distrito Federal, pelo menos 30% devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

De acordo com o FNDE (2015) (Quadro 5), as diretrizes para a execução do PNAE, segundo a Lei federal nº 11.947 de 2009 são:

Quadro 5: Diretrizes do PNAE

Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Educação Alimentar e Nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação social	Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
Direito à alimentação escolar	Garanta a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Fonte: BRASIL. FNDE (2015, p. 10-11).

O Quadro 5 mostra que as orientações para o PNAE abordam desde a questão do uso dos alimentos - que devem ser variados e correlatos aos hábitos alimentares locais -, até o direito à alimentação escolar e nutricional de forma igualitária, considerando-se as idades e condições de saúde dos alunos.

Outra mudança relevante ocorrida em 2013 foi a inclusão do atendimento aos alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para os da Educação de Jovens e Adultos (EJA) semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral (BRASIL. FNDE, 2017).

No tocante aos recursos financeiros, o PNAE repassa valor *per capita* diferenciado para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Assim, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da agricultura familiar, bem como diferenciar o valor *per capita* transferido aos alunos matriculados em escolas situadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Em 2012, o Governo federal aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil (BRASIL. FNDE, 2017).

Em 17 de junho de 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que firma um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Essa ação vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à SAN, visto a existência do Plano Nacional de Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfretamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (BRASIL. FNDE, 2017).

Destaca-se ainda que, em 2 de abril de 2015, a Resolução nº 4, levando em conta o fortalecimento da agricultura familiar e seu aporte para o desenvolvimento socioeconômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que versavam sobre a aquisição de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. A Resolução publicada em 2015 modificou o modo de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate; definiu os locais em que deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato (BRASIL. FNDE, 2017).

Com vistas a entender a dinâmica do PNAE nas escalas federal e estadual elaboramos as Tabelas 5, 6, 7 e 8.

De acordo com os dados disponibilizados pelo FNDE expostos na Tabela 5, se constata que no período de 2012 a 2016, os repasses financeiros do PNAE em escala nacional foram oscilantes, passando de R$ 3.306.504.238,00 para R$ 2.969.779.650,51, mas com quedas e aumentos no decorrer dos anos. A aquisição da agricultura familiar foi ascendente de R$ 366.611.838,48 a R$ 656.703.650,90 no período de 2012 a 2015. No ano de 2016 houve uma retração de R$ 46.976.128,00 ou 3,31%. No entanto, a obrigatoriedade da compra de, no mínimo, 30% dos recursos destinados pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) para produtos oriundos da agricultura familiar não foi respeitada, ainda que o percentual tenha aumentado de 11,09% para 22,82% entre 2012 e 2015. No ano de 2016 esse percentual ainda foi inferior ao do ano de 2015 (22,12).

Tabela 5: Repasses financeiros e aquisições da agricultura familiar para o PNAE em escala nacional[76] no período de 2012 a 2016[77]

Ano	Valores repassados (R$)	Aquisição da Agricultura familiar (R$)	% da aquisição da agricultura familiar em relação aos valores repassados
2012	3.306.504.238,00	366.611.838,48	11,09
2013	3.331.966.981,74	600.355.117,93	18,02
2014	3.019.888.093,84	652.564.917,47	21,61
2015	3.083.567.187,04	703.679.778,90	22,82
2016	2.969.779.650,51	656.703.650,90	22,12

Fonte: BRASIL. FNDE (2018). Organizado pela autora.

Na escala estadual, mais especificamente no Estado de São Paulo, os repasses no período de 2012 a 2015, assim como ocorrido em escala nacional, foram oscilantes, passando de R$ 606.344.666,00 para R$ 564.851.270,08, mas com altas e quedas no decorrer dos anos. Os aumentos também ocorreram nas aquisições da agricultura familiar (de R$ 54.226.056,92 para R$ 79.642.279,75) e na porcentagem das aquisições da agricultura familiar em relação aos valores repassados (de 8,94% para 22,14%). Ainda assim, o percentual mínimo (30%) dos

[76] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2012 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

[77] Os dados do ano de 2017 não foram analisados, pois ainda que solicitados pelo Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), fomos informados de que estes [dados] ainda estão sendo trabalhados e que em breve (mas, sem data prevista) estarão disponíveis no *site:* <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Informação recebida no endereço eletrônico <lianecarvalho11@yahoo.com.br>.

recursos destinados pelo FNDE para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar não foi atendido. Em relação ao ano de 2016, se comparado com o de 2015, todos os repasses foram menores. O valor repassado foi de R$ 564.851.270,08 e a aquisição da agricultura familiar foi de R$ 79.642.279,75 - o que significa apenas 14,09% em relação aos valores repassados (Tabela 6).

Tabela 6: Repasses financeiros e aquisições da agricultura familiar para o PNAE para o Estado de São Paulo[78] no período de 2012 a 2016[79]

Ano	Valores repassados (R$)	Aquisição da agricultura familiar (R$)	% da aquisição da agricultura familiar em relação aos valores repassados
2012	606.344.666,00	54.226.056,92	8,94
2013	642.432.435,76	76.809.837,98	11,96
2014	645.388.867,93	97.579.301,42	15,12
2015	621.464.000,95	137.597.840,90	22,14
2016	564.851.270,08	79.642.279,75	14,09

Fonte: BRASIL. FNDE (2018). Organizado pela autora.

De acordo com a Tabela 7, os valores repassados pelo Governo federal por alunos/ano foram crescentes em quase todo o período, bem como os valores repassados por escolas/ano, ainda que tenham sofrido oscilações ao longo dos anos.

[78] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2012 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

[79] Os dados do ano de 2017 não foram analisados, pois ainda que solicitados pelo Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) fomos informados de que estes [dados] ainda estão sendo trabalhados e que em breve (mas, sem data prevista) estarão disponíveis no *site:* <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Informação recebida no endereço eletrônico <lianecarvalho11@yahoo.com.br>.

Tabela 7: Valores repassados pelo Governo federal por alunos/ano e por escolas/ano em escala nacional[80] no período de 2000 a 2014[81]

Ano	Valores repassados por alunos/ano (R$)	Valores repassados por escolas/ano (R$)
2000	24,74	4.939,00
2001	22,28	4.473,65
2002	16,59	3.361,71
2003	17,11	3.528,92
2004	16,44	3.395,94
2005	19,94	4.110,35
2006	23,37	4.859,61
2007	22,17	4.700,23
2008	20,52	4.308,49
2009	21,10	5.694,32
2010	29,14	7.876,64
2011	28,35	7.655,70
2012	29,33	7.822,50
2013	29,78	7.916,13
2014	30,52	8.149,45

Fonte: BRASIL. PGI. Plataforma de Indicadores do Governo federal/Ensino Básico/Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Acesso em: 7 ago. 2018.

O número de alunos e escolas beneficiados no Estado de São Paulo durante o período de 2000 a 2014 foi crescente. Em 2000 somavam-se 6.595.744 alunos, enquanto que em 2014 já eram 8.530.304, ou seja, um aumento de 1.934.560 ou 29,33% no alunado estadual - o que refletiu diretamente na ampliação do número de escolas beneficiadas, que passou de 14.244 em 2000 para 20.620 (44,83%) em 2014. Se comparado com o ano de 2014, nos anos de 2015 e 2016 ocorreram sucessivas diminuições no número de alunos beneficiados, ou seja, foram 125.679 (1,47%) a menos e 379.190 (4,44%) a menos, respectivamente. Já no que diz respeito ao número de escolas beneficiadas houve uma diminuição entre os anos de 2014 e 2015 (de

[80] Os valores repassados pelo Governo federal por alunos/ano e por escolas/ano em escala nacional no período de 2000 a 2014 foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2000 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

[81] Os dados dos anos de 2015, 2016 e 2017 não foram analisados, pois ainda que solicitados pelo Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) fomos informados de que estes [dados] ainda estão sendo trabalhados e que em breve (mas, sem data prevista) estarão disponíveis no *site:* <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Informação recebida no endereço eletrônico <lianecarvalho11@yahoo.com.br>.

20.620 para 20.596 ou 0,12%), mas um aumento em relação ao ano de 2016 (20.698 ou 0,38%) como se verifica na Tabela 8.

Tabela 8: Número de alunos e escolas beneficiados pelo PNAE no Estado de São Paulo no período de 2000 a 2016[82]

Ano	Número de alunos beneficiados	Número de escolas beneficiadas
2000	6.595.744	14.244
2001	6.541.787	14.588
2002	6.428.185	14.871
2003	6.551.629	16.328
2004	6.534.915	16.731
2005	6.588.924	17.182
2006	6.708.011	17.507
2007	6.663.494	17.648
2008	6.593.211	17.405
2009	9.008.588	18.773
2010	8.846.722	19.110
2011	8.787.575	19.198
2012	8.563.859	19.410
2013	8.637.404	20.358
2014	8.530.304	20.620
2015	8.404.625	20.596
2016	8.151.114	20.698

Fonte: BRASIL. PGI. Plataforma de Indicadores do Governo federal/Ensino Básico/Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Acesso em: 7 ago. 2018.

O valor repassado pela União a estados, Distrito Federal e Prefeituras Municipais e Escolas Federais, por dia letivo, para cada aluno, é calculado considerando-se a etapa e a modalidade de ensino, tendo como base o Censo Escolar do ano anterior. Os recursos são enviados em até dez (10) parcelas durante o ano (BRASIL. FNDE, 2017).

> Em 2017, os valores *per capita* foram: i) creches: **R$ 1,07**; ii) pré-escola: **R$ 0,53**; iii) escolas indígenas e quilombolas: **R$ 0,64**; iv) Ensino Fundamental e Médio: **R$ 0,36**; v) Educação de Jovens e Adultos (EJA): **R$ 0,32**; vi) Ensino integral: **R$ 1,07**; vii) Ensino Médio em tempo integral: **R$ 2,00**,

[82] Os dados do ano de 2017 não foram analisados, pois ainda que solicitados pelo Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) fomos informados de que estes [dados] ainda estão sendo trabalhados e que em breve (mas, sem data prevista) estarão disponíveis no *site:* <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Informação recebida no endereço eletrônico <lianecarvalho11@yahoo.com.br>.

> viii) Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE)[83] no contraturno: **R$ 0,53** (BRASIL. FNDE, 2017).

Para o ano de 2018, os valores *per capita* que estão disponíveis no *site* do FNDE são os mesmos citados em relação ao ano de 2017 (BRASIL. FNDE, 2018).

No decorrer desse capítulo tentamos traçar um panorama das políticas públicas voltadas à agricultura familiar sob a perspectiva do conceito de território, com ênfase no PAA e no PNAE e constatamos a importância de ambos os programas no contexto da segurança alimentar e nutricional, a relevância para os agricultores familiares (convencionais ou assentados) em termos de permanência no campo, algumas limitações e a redução dos recursos no caso do PAA, o que tem gerado dificuldades tanto aos produtores, especialmente os mais descapitalizados, como as instituições da rede socioassistencial.

Diante das constatações, vale lembrar que Maia e Ferrante (2014, p. 252) - ao estudarem o PAA na perspectiva dos modos de vida em assentamentos rurais - afirmam que a referida política pública, sobretudo a modalidade Doação Simultânea é "[...] o primeiro Programa a valorizar e estimular a produção local da agricultura familiar, garantindo-lhes mercado e, por conseguinte, renda".

As autoras explicitam que:

> Os assentamentos rurais têm, em seu cotidiano, a necessidade de superar as limitações impostas pelo acesso inadequado aos fatores de produção, como, por exemplo: terras em sua maioria inférteis, com elevado grau de degradação ambiental e o acesso inadequado a outros recursos naturais, como é o expressivo caso da água; acesso inadequado aos créditos; falta de/ou precariedade de infraestruturas e maquinários; não/ou defasado acesso à tecnologia; força de trabalho disponível relativa (características físicas e psicossociais, perfil etário dos membros da família, idosos) (MAIA; FERRANTE, 2014, p. 252).

Diante dessa realidade, Maia e Ferrante (2014, p. 252) inferem que:

> [...] o Programa tem assegurado para além da oportunidade de participação no mercado local (e quiçá regional), em primeira instância, numa perspectiva econômica, na condição de beneficiário fornecedor (de alimentos) [...] a possibilidade de reinvestimentos na produção, o que ao longo do tempo pode influenciar positivamente na adequação de dados fatores de produção. O Programa também gera oportunidades para estes sujeitos utilizarem os recursos econômicos auferidos a partir da venda da sua produção agrícola com a aquisição de bens de consumo.

[83] O Atendimento Especial de Educação (AEE) é um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino e atende a alunos com algum tipo de deficiência de natureza física, intelectual, sensorial (visual e pessoas com surdez parcial ou total). O AEE é realizado no período inverso ao da classe comum frequentada pelo aluno (FNDE, 2014).

Entretanto, cabe ressaltar que ainda que o programa tenha - como apontado pelas autoras - possibilitado a oportunidade de reinvestimentos na produção, nem sempre isso ocorre, pois cada assentado ou assentada responde de forma particular aos benefícios auferidos com a participação no PAA.

Na concepção de Grisa et al. (2009), o PAA, sobretudo na modalidade Compra para Doação Simultânea, tem colaborado para a mudança da matriz produtiva e de consumo dos beneficiários, a articulação entre produção e consumo, o aumento dos preços, a garantia de mercado, a geração de novos mercados e o resgate do consumo de produtos tradicionais de cada região. Entretanto, algumas limitações são apresentadas, como por exemplo, a fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais - problemas que, muitas vezes, incidem na descontinuidade do programa. Veloso (2017) ressalta os cortes orçamentários do PAA, ocorridos desde o ano de 2015, por parte do Governo federal. No referido ano houve uma queda no aporte de recursos financeiros e o PAA esteve presente apenas em 541 municípios do Brasil, sendo que, desse total, 35,1% estavam localizados na região Nordeste; 22,9% na região Sudeste; 15,2% na região Sul; 14,4% na região Centro-Oeste e 12,4% na região Norte.

O PNAE, por sua vez, além de contribuir significativamente para a permanência dos produtores rurais no campo, dentre outros benefícios (diversificação produtiva, criação de um canal de comercialização, etc.), possibilita a ressignificação da importância de uma dieta alimentar balanceada e contribui para a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, bem como, para a melhoria do rendimento escolar (GUTEMBERG, 2015).

No entanto, o PNAE possui algumas fragilidades, e Castro, T. e Bombardi (2014, p. 17) apontam que a principal é a questão da sazonalidade dos alimentos. As autoras asseveram que:

> [...] [a sazonalidade dos alimentos] intrínseca ao processo produtivo muitas vezes não é levada em consideração nas chamadas públicas para a compra dos alimentos, sendo exigido que os agricultores entreguem ao longo de todo o ano produtos que ocorrem apenas em determinado período, ao invés de considerar a compra de produtos sazonais. A não consideração deste fator pode dificultar a participação da agricultura camponesa no programa.

Stolarski e Castro, D. (2007), ao estudarem os caminhos da alimentação escolar no Brasil, afirmam que os gargalos do PNAE, independentemente da região analisada, é a falta de compatibilização dos cardápios e da meta nutricional do referido programa ao reduzido

valor *per capita* repassado pelo Governo federal e a complementação de recursos pelos governos estaduais e municipais é insuficiente ou inexistente.

Em suma, mesmo diante das limitações apontadas, as referidas políticas públicas são de fundamental importância para os agricultores familiares e demais beneficiários (pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, alunos, dentre outros).

O PAA e o PNAE movimentaram, a posição dos envolvidos quanto as suas territorialidades[84] por meio da comercialização, dando-lhes vantagens diferenciadas. E, dessa forma, passa a ser inegável o fato de que houve uma mudança considerável no campo, sobretudo no Nordeste brasileiro. O mercado institucional garantiu: um canal de comercialização alternativo aos atravessadores (intermediários), incentivo ao associativismo e a agroecologia, dentre outros. Fomentando desse modo, formas de poder diferenciadas que repercutem fundamentalmente na produção e na reprodução social dos agricultores familiares. Além disso, pode-se falar não apenas em contribuições materiais, mas também em contribuições subjetivas, principalmente, porque estabelece uma nova forma de pensar o papel do Estado em garantir a compra de parte da produção dos agricultores familiares e, concomitantemente, a alimentação de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional - se opondo assim, à política creditícia predominante até então (SOUZA, J. 2018).

Por fim, ressalta-se, segundo Marioto (2013), que o PAA e o PNAE funcionam calcados numa relação de ministérios, esferas administrativas estaduais e municipais e representantes da sociedade civil, bem como associações e cooperativas de produtores rurais que constituem arranjos institucionais que, por sua vez, são definidos por Frey (2000), como o resultado de negociações entre os agentes políticos, compreendendo os padrões de comportamento existentes e os esperados pelas instituições políticas envolvidas.

No capítulo subsequente tratamos da caracterização da MRG de Presidente Prudente e dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), em específico, em termos de estrutura fundiária e produtiva e de variáveis econômicas e demográficas.

[84] Saquet (2010) afirma que territorialidade se refere às relações ocorridas no território e estão intrincadas aos processos sociais semelhantes e diferentes. A combinação específica e de cada relação espaço-tempo é produto que acompanha e condiciona os processos e configurações territoriais. O autor salienta ainda que, as relações de poder são múltiplas e com escalas diferenciadas, desse modo, em nosso cotidiano, presenciamos relações que são vividas, sentidas e às vezes compreendidas de formas distintas.

3 OS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP) NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE

3.1 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Antes de adentrarmos, especificamente, na implementação do PAA e do PNAE e seus rebatimentos aos produtores e aos demais agentes territoriais nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), consideramos pertinente discorrer sobre a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente[85] (Mapa 3), bem como sobre os referidos municípios selecionados como recorte espacial da pesquisa, com o intuito de apresentar o processo de formação e o desenvolvimento das atividades econômicas e da dinâmica populacional.

Vale lembrar, no entanto, que Microrregião Geográfica é uma das formas de regionalização utilizada pelo IBGE que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (art. 25, §3°), é uma região formada de municípios limítrofes com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. No entanto, raras são as microrregiões assim definidas. Por consequência, o termo é muito mais conhecido em decorrência de seu uso pelo IBGE que, para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais, divide os diversos estados da federação brasileira em microrregiões. No Brasil, atualmente, existe um total de 558 microrregiões. Essas microrregiões estão em regiões compostas maiores, denominadas de Mesorregiões, que totalizam 137 no país. Mesorregião, por sua vez, é a subdivisão dos estados brasileiros que incorpora vários municípios de uma área geográfica com paridades socioeconômicas. Outro exemplo de regionalização é a Macrorregião, que é uma extensa região que engloba os territórios dos estados formados por aspectos comuns, como por exemplo, características físicas, sociais, políticas, humanas, dentre outras (IBGE, 2018).

Até o final da década de 1980, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) designava a área da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente de Microrregião Homogênea da Alta Sorocabana de Presidente Prudente, a qual era composta por 27

[85] Os 30 municípios pertencentes à Microrregião Geográfica de Presidente Prudente constam na Introdução desse trabalho.

municípios e abrangia uma área total de 18.030 km² (HESPANHOL, R. 2010). A autora afirma ainda que:

> [...] Essa região é também conhecida como Alta Sorocabana, em virtude da presença e da grande importância exercida pela estrada de ferro no processo de incorporação produtiva desta área à dinâmica econômica paulista, estando localizada na porção sudoeste do Estado de São Paulo (HESPANHOL, R. 2010, p. 115).

Essa microrregião, junto a outras nove (9), a saber: Nova Alta Paulista, Alta Noroeste de Araçatuba, Alta Noroeste de Penápolis, Alta Paulista, Alta Sorocabana de Assis, Bauru, Ourinhos, Serra de Botucatu e Campos de Itapetininga constituíam a Mesorregião Sudoeste Paulista (HESPANHOL, R. 2000).

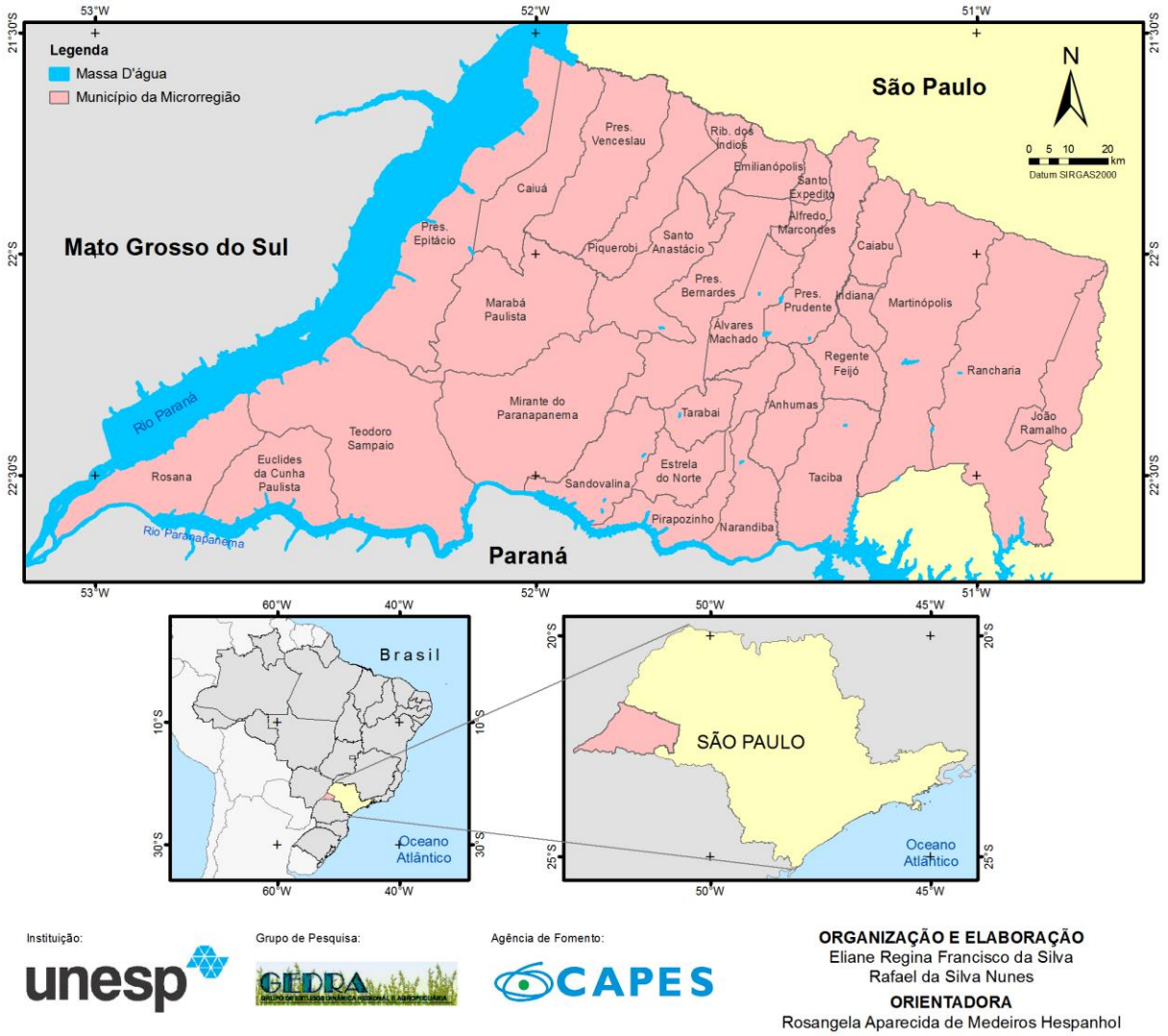
A autora explica que, a partir de 1989, com a institucionalização pelo IBGE de uma nova regionalização, que levava em conta indicadores básicos para a identificação das novas unidades espaciais, as relações sociais de produção, as características da estrutura produtiva, bem como as possíveis articulações resultantes, houve mudanças na configuração territorial das microrregiões. De acordo com esses novos critérios de regionalização, a Microrregião Homogênea da Alta Sorocabana de Presidente Prudente recebeu a denominação de Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, passando a formar, juntamente com as Microrregiões Geográficas de Adamantina e Dracena, a Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente, que abarcava, em 1995/96, um total de 52 municípios.

No que se refere aos municípios abrangidos pela Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, estes passaram de 27 para 30, em decorrência da emancipação político-administrativa de Euclides da Cunha Paulista e Rosana (desmembrados de Teodoro Sampaio) e Emilianópolis (desmembrado de Presidente Bernardes) em 1992 e de Ribeirão dos Índios (desmembrado de Santo Anastácio) em 1995[86], bem como da exclusão do município de Iepê, que passou a integrar a Microrregião Geográfica de Assis (HESPANHOL, R. 2000).

Segundo o IBGE (2018), a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente abrange uma área total de 17.515,798 km².

[86] De acordo com Hespanhol, R. (2000), o Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 considerou, para fins de levantamento censitário, as informações referentes a Ribeirão dos Índios conjuntamente com as do município de Santo Anastácio, já que esse município foi implantado somente em 1º de janeiro de 1997.

Mapa 3: Localização da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente no Estado de São Paulo, Brasil



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

Na Tabela 9 constam o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita* dos municípios que integram a MRG de Presidente Prudente.

Vale destacar, segundo Silva, P. (2011, p. 97) que estudou as cidades e a indústria por meio de uma contribuição para a análise da dinâmica econômica na Região de Presidente Prudente - SP, que "[...] O Produto Interno Bruto, como variável de mensuração econômica, apresenta fragilidades (no que diz respeito ao seu cálculo), mas mesmo assim acaba sendo muito utilizado para comparar diferentes espaços e medir a produção econômica."

De acordo com os dados verificou-se que, no ano de 2015, os municípios com os maiores PIB, respectivamente foram: Presidente Prudente (SP) com R$ 6.847.376,24, Rosana

(SP) com R$ 1.709.697,47 e Presidente Epitácio (SP) com R$ 985.556,11. Enquanto que os municípios com os maiores PIB *per capita* no mesmo recorte temporal foram: Sandovalina (SP) com R$ 94.176,93; Rosana (SP) com R$ 90.488,91 e Narandiba (SP) com R$ 45.753,23. Nos municípios de Sandovalina e Narandiba (SP) estão instaladas, respectivamente, a Destilaria Paranapanema UMOE Bioenergy S. A (etanol) e a Usina Cocal II Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda. (mista) (UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA - UDOP, 2018; BRASIL. MAPA: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA - SAPCANA, 2018). Enquanto que no município de Rosana (SP) encontra-se a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta que acumulam *royalties* para os municípios em que estão situadas (SILVA, P., 2011).

Tabela 9: PIB e PIB *per capita* dos municípios da MRG de Presidente Prudente no ano de 2015

Município	**PIB (R$)**	**PIB *per capita* (R$)**
Alfredo Marcondes	71.702,62	18.310,17
Álvares Machado	419.983,76	17.794,41
Anhumas	58.874,29	15.268,23
Caiabu	50.062,62	12.228,29
Caiuá	72.992,55	13.697,23
Emilianópolis	49.713,06	16.278,02
Estrela do Norte	51.027,95	19.226,81
Euclides da Cunha Paulista	110.040,00	11.583,16
Indiana	59.446,72	12.382,15
João Ramalho	132.733,71	31.107,03
Marabá Paulista	120.996,78	24.860,65
Martinópolis	497.240,48	19.199,57
Mirante do Paranapanema	373.559,30	21.429,51
Narandiba	208.680,49	45.753,23
Piquerobi	54.377,03	15.391,18
Pirapozinho	742.805,97	28.601,36
Presidente Bernardes	233.915,65	17.115,36
Presidente Epitácio	985.556,11	23.558,17
Presidente Prudente	6.847.376,24	31.877,17
Presidente Venceslau	682.580,83	17.965,48
Rancharia	982.979,94	34.132,43
Regente Feijó	572.118,98	30.089,35
Ribeirão dos Índios	33.890,87	15.690,22
Rosana	1.709.697,47	90.488,91
Sandovalina	372.940,65	94.176,93
Santo Anastácio	381.154,81	18.815,96
Santo Expedito	30.878,41	10.680,87
Taciba	113.064,54	19.205,80
Tarabai	87.933,72	12.670,56
Teodoro Sampaio	554.429,72	25.281,79

Fonte: BRASIL. SEADE (2018).

Por outro lado, os três (3) municípios com os menores PIB no ano de 2015, respectivamente foram: Santo Expedito (SP) com R$ 30.878,41, Ribeirão dos Índios (SP) com R$ 33.890,87 e Emilianópolis (SP) com R$ 49.713,06. Enquanto que os municípios com menores PIB *per capita* no mesmo recorte temporal foram: Santo Expedito (SP) com R$ 10.680,87, Euclides da Cunha Paulista (SP) com R$ 11.583,16 e Caiabu (SP) com R$ 12.228,29.

Em termos gerais, os dados sobre o PIB e o PIB *per capita* revelam que a MRG de Presidente Prudente possui municípios socioeconomicamente díspares, pois há os com altos

índices de PIB e PIB *per capita* e outros com baixos e isso está intimamente relacionado às atividades de maior importância na conjuntura econômica municipal, já que os municípios em que os setores acumulam maiores *royalties* têm maiores PIB, por exemplo.

3.1.1 Estrutura fundiária e produtiva da MRG de Presidente Prudente

Considerando os dados da Tabela 10, verifica-se que na MRG de Presidente Prudente há uma concentração da estrutura fundiária, pois 1.029.764 hectares ou 74,53% do total de 1.381.606 hectares correspondem às áreas de grandes estabelecimentos agropecuários no ano de 1995/96. No ano de 2006[87], 1.016.721 hectares ou 70,64% do total do grupo de área (1.439.113 hectares) se referem aos grandes estabelecimentos agropecuários.

De acordo com a Lei nº 8.629[88], de 25 de fevereiro de 1993, são classificadas como pequenos estabelecimentos agropecuários aqueles que possuem entre um (1) e quatro (4) módulos fiscais[89]; os médios que possuem entre quatro (4) e 15 módulos fiscais; e os grandes estabelecimentos são aqueles que possuem mais de 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993).

[87] Vale ressaltar que, até o momento, são esses os dados disponíveis pelo IBGE referentes ao Censo Agropecuário de 2006.

[88] A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 define que, são classificados como pequenos estabelecimentos agropecuários aqueles que possuem entre um (1) e quatro (4) módulos fiscais; os médios possuem entre quatro (4) e 15 módulos fiscais e grandes estabelecimentos aqueles que possuem mais de 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993). Cada município estipula a medida de área utilizada como módulo fiscal. Nos casos específicos dos municípios de Mirante do Paranapanema e de Rosana (SP), um (1) módulo fiscal corresponde a 30 hectares nas duas localidades (PMDRS, 2010; PMDRS, 2015). Ressalta-se que estamos fazendo referência a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 apenas para categorizar o tamanho dos estabelecimentos agropecuários (entre pequenos, médios e grandes), pois para definir o conceito de agricultura familiar utilizamos a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

[89] Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (2012), módulo fiscal é uma unidade de medida agrária, em hectares, que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais serem consideradas economicamente viáveis. O tamanho do módulo fiscal varia de cinco (5) a 110 hectares, de acordo com o munícipio. Para a sua definição são considerados: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e; (d) o conceito de "propriedade familiar".

Tabela 10: Estrutura fundiária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1995/96 - 2006)

Anos	**1995/96**				**2006**			
Área (ha)	E. A.*	%	Área	%	E. A.*	%	Área	%
Menos de 10	1.957	17,52	10.767	0,78	3.536	21,46	17.916	1,25
De 10 a menos de 50	5.747	51,47	133.011	9,62	9.616	58,49	204.894	14,24
De 50 a menos de 100	1.320	11,81	90.975	6,58	1.216	7,38	86.628	6,02
De 100 a menos de 500	1.583	14,16	339.356	24,56	1.594	9,69	358.100	24,88
De 500 a menos de 1.000	298	2,66	211.069	15,28	227	1,38	163.683	11,37
Mais de 1.000	274	2,45	596.428	43,17	250	1,52	607.892	42,24
Total	11.179	100	1.381.606	100	16.439	100	1.439.113	100

E. A.*: Estabelecimentos Agropecuários.
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

Resumidamente, foi verificado que na MRG de Presidente Prudente em 1995/96 somavam-se 9.024 estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares, contabilizando-se 80,72% do total numa área ocupada de 234.753 hectares ou 16,99% do total. Os estabelecimentos agropecuários do estrato de 100 a menos de 500 hectares somavam 1.583 ou 14,16% do total, numa área de 339.356 hectares ou 0,02% do total. Por fim, os estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares somavam 572, numa área de 807.497 hectares ou 58,44% do total. No ano de 2006, por sua vez, contabilizavam-se 14.368 estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares, ou seja, 309.438 hectares (21,51% do total). Já os estabelecimentos agropecuários do estrato de 100 a menos de 500 hectares somavam 1.594, numa área de 358.100 hectares ou 24,88% do total, enquanto que os

estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares somavam 771.575 ou 53,61% do total.

De acordo com Silva, E. (2015), o aumento no número de pequenos estabelecimentos agropecuários na MRG de Presidente Prudente está ligado à implantação dos assentamentos rurais nos municípios de Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Rosana, Sandovalina, Teodoro Sampaio, dentre outros. Segundo a autora, essa verificação, também explica, parcialmente, a diminuição do número de grandes estabelecimentos agropecuários (Ver Anexo A).

Na MRG de Presidente Prudente é significativa a diminuição da área ocupada com pastagem entre os anos de 1995/96 e 2006 (de 1.225.049 para 1.069.237 hectares), em compensação houve um aumento da área das lavouras permanentes e temporárias. Em relação às lavouras permanentes, a área ocupada em 1995/96 era de 9.038 hectares e em 2006 era de 21.941 hectares, enquanto que as lavouras temporárias ocupavam 137.245 hectares em 1995/96 e passou a ocupar 170.707 hectares em 2006 (Tabela 11).

Essa mudança no uso da terra no período compreendido entre 1995/96 e 2006 está correlacionada ao plantio da cana-de-açúcar. Santos J. e Pessoa (2008), ao estudarem a territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na MRG de Presidente Prudente, afirmam que na referida área, tradicionalmente ocupada pela pecuária, ocorreu a expansão do setor sucroalcooleiro, em virtude da grande disponibilidade de terras que, anteriormente, eram utilizadas pela pecuária extensiva, e que deram espaço aos canaviais. Concomitantemente, vem ocorrendo a incorporação de unidades agroindustriais por grupos empresariais advindos de outras regiões que, num movimento de concentração e centralização de capitais, produzem um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho.

Tabela 11: Evolução das áreas de pastagens e lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1995/96 - 2006)

Microrregião Geográfica de Presidente Prudente			
Anos	**Pastagens (ha)***	**Lavouras Permanentes (ha)**	**Lavouras Temporárias (ha)**
1995/96	1.225.049	9.038	137.245
2006	1.069.237	21.941	170.707

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.
* Inclui pastagens naturais e plantadas.

Para fins de verificação da evolução da área cultivada com cana-de-açúcar na MRG de Presidente Prudente durante as safras (2003/04 - 2013/14)[90] foi realizada uma pesquisa no Portal CANASAT[91]. Vale ressaltar que o ano da safra 2003/04 se constituiu no primeiro em que se procedeu ao levantamento das áreas canavieiras pelo referido Portal.

De acordo com os dados da Tabela 12, podemos identificar a expressiva expansão da área cultivada com a lavoura canavieira na MRG de Presidente Prudente, que elevou-se de 59.789 hectares na safra 2003/04 para 333.391 hectares na safra 2013/14.

De um modo geral, houve ampliação da área cultivada com cana-de-açúcar em todos os municípios da MRG de Presidente Prudente no período de 2003/04 - 2013/14, com exceção de Alfredo Marcondes e Álvares Machado. Merece destaque os municípios de Presidente Epitácio e Sandovalina que não possuíam o cultivo da lavoura no ano safra de 2003/04 e em 2013/14 contavam com 11.290 e 18.823 hectares cultivados, respectivamente.

[90] Os dados mais atuais sobre a evolução da área cultivada com cana-de-açúcar na MRG de Presidente Prudente são referentes ao ano safra 2013/2014 como consta no Portal CANASAT.

[91]O mapeamento é realizado anualmente utilizando imagens obtidas pelos satélites Landsat, CBERS e Resourcesat-I, disponibilizadas gratuitamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/ Divisão de Geração de Imagens (INPE/DGI) (CANASAT, 2018).

Tabela 12: Evolução da área cultivada (em hectares) com cana-de-açúcar na MRG de Presidente Prudente (safras 2003/04 - 2013/14)

Município	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Alfredo Marcondes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Álvares Machado	0	0	0	0	68	67	66	61	61	0	0
Anhumas	150	149	149	149	1.036	3.304	6.427	7.482	7.642	7.571	7.630
Caiabu	5.310	5.631	5.734	6.513	6.631	7.111	7.714	7.772	7.456	7.259	7.227
Caiuá	58	510	2.676	3.173	4.250	5.396	5.853	5.771	5.719	5.446	5.546
Emilianópolis	1.298	2.259	2.579	3.017	3.151	4.255	4.346	4.369	4.356	4.330	4.170
Estrela do Norte	0	21	27	27	113	2.178	4.490	4.513	5.463	6.315	7.639
Euclides da Cunha Paulista	1.219	1.217	1.197	1.188	1.210	1.162	1.533	2.524	2.455	3.344	4.021
Indiana	0	0	0	0	0	54	77	77	77	77	77
João Ramalho	2.385	3.350	3.882	7.004	11.699	12.598	14.520	15.703	15.776	16.527	16.672
Marabá Paulista	961	2.748	2.846	4.999	7.284	12.067	14.399	14.357	15.281	18.050	19.642
Martinópolis	6.925	8.097	9.205	12.633	18.111	22.181	27.535	27.774	30.150	31.926	34.919
Mirante do Paranapanema	0	0	98	842	1.990	2.204	6.350	11.070	13.265	14.660	19.404
Narandiba	591	744	1.173	1.660	4.883	7.271	10.525	12.097	13.449	13.782	14.399
Piquerobi	187	187	544	864	1.603	2.377	2.997	2.642	2.715	2.669	2.560
Pirapozinho	2.445	2.548	2.956	3.483	9.989	15.176	19.546	20.219	20.237	20.713	20.804
Presidente Bernardes	582	584	586	1.136	2.387	2.215	3.996	3.897	3.668	3.634	3.724
Presidente Epitácio	0	0	10	10	507	735	1.391	1.382	2.313	7.388	11.290
Presidente Prudente	7.731	7.849	8.041	8.117	8.203	8.269	8.473	8.353	8.032	8.095	8.132
Presidente Venceslau	24	2.628	3.292	3.721	5.526	6.702	8.635	9.054	9.707	9.879	10.431
Rancharia	8.974	9.332	9.711	9.980	12.605	21.330	25.466	29.707	30.904	33.619	40.359
Regente Feijó	255	362	764	776	937	1.187	1.413	1.565	1.427	1.249	1.320

Tabela 12: Evolução da área cultivada (em hectares) com cana-de-açúcar na MRG de Presidente Prudente (safras 2003/04 - 2013/14) - Continuação

Município	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Ribeirão dos Índios	0	72	2.229	2.746	2.809	3.133	4.131	4.248	4.242	4.180	4.408
Rosana	17	17	0	0	574	558	2.350	2.872	2.873	5.693	6.371
Sandovalina	0	0	0	0	2.281	10.785	15.080	15.662	15.747	17.167	18.823
Santo Anastácio	1.311	1.461	1.514	2.270	4.056	3.912	4.671	4.642	4.373	4.510	4.730
Santo Expedito	369	687	676	1.160	1.386	1.729	1.715	1.715	1.698	1.552	1.519
Taciba	5.055	5.083	3.198	4.154	6.932	12.120	15.693	16.707	18.670	18.305	20.253
Tarabai	0	0	0	950	993	999	2.047	2.810	3.299	4.091	4.253
Teodoro Sampaio	13.942	13.548	16.277	17.454	19.654	23.504	27.741	27.422	30.481	30.812	33.068
Total	**59.789**	**69.084**	**79.364**	**98.026**	**140.868**	**194.579**	**249.180**	**266.467**	**281.536**	**302.843**	**333.391**

Fonte: Portal CANASAT (2018). Organizado pela autora.

Na MRG de Presidente Prudente estão instaladas e em atividade cinco (5) usinas e uma (1) destilaria[92], a saber: a Atena Tecnologias em Energia Natural Ltda.[93] (mista)[94], no município de Martinópolis (SP); a Atvos - Unidade Conquista do Pontal S.A[95] (mista), no município de Mirante do Paranapanema (SP); a Cocal II Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda. (mista) no município de Narandiba (SP); a Alto Alegre S. A. (açúcar e etanol) no município de Presidente Prudente (SP); a Destilaria Paranapanema UMOE Bioenergy S. A (etanol) no município de Sandovalina (SP); e a Atvos - Unidade Alcídia S.A (mista) no município de Teodoro Sampaio (SP)[96] (UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA - UDOP, 2018; BRASIL. MAPA: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA - SAPCANA, 2018).

Com o intuito de analisar a produção agrícola na MRG de Presidente Prudente no período de 1990 a 2015 abordaremos a evolução das lavouras em termos de área e produção com base na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE. Para se verificar ano a ano a evolução das lavouras consultar Apêndice N.

No período de 1995/96 a 2015, considerando-se apenas os anos expressos na Figura 14, verifica-se que na MRG de Presidente Prudente, o algodão em caroço apresentou redução na área colhida e na quantidade produzida, sendo que o ano de 2015 houve os piores resultados para essa lavoura (2.802 toneladas produzidas em 1.302 hectares) (Figura 15).

Quanto ao amendoim em casca verificou-se certa oscilação na quantidade produzida e na área colhida no período estudado, com destaque para o ano de 2015 que apresentou um total de 50.640 toneladas em 11.088 hectares.

De acordo com Santos J. (2004), que estudou o sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente (SP), a diminuição das áreas com o plantio de lavouras como o

---

[92] Ao contrário das usinas que podem produzir etanol e açúcar e, em alguns casos, energia, a destilaria só produz etanol (SANTOS, G. et al., 2016).

[93] Ltda significa limitada ou sociedade limitada. Nesse tipo de constituição de sociedade empresarial regulada pelo Código Civil, a principal característica é a responsabilidade dos sócios se limitar ao valor da sua cota integralizada no capital social da empresa (MONTEIRO, 2014).

[94] Denomina-se *mista* em decorrência da usina produzir etanol, açúcar e energia (SANTOS, G. et al., 2016).

[95] S.A. significa Sociedade Anônima e é regulada pela Lei 6.404/76. Nesse caso, o capital da empresa é dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas (MONTEIRO, 2014).

[96] De acordo com a coordenadora de pessoas e organização da Atvos - Unidade Conquista do Pontal S.A (mista), do município de Mirante do Paranapanema (SP), em informação concedida no dia 12 de fevereiro de 2018 por telefone, a unidade Atvos - Unidade Alcídia S.A (mista) do município de Teodoro Sampaio (SP) esta hibernada, estando em funcionamento apenas a área agrícola. Ainda assim a mantivemos na nossa análise em decorrência da referida unidade estar alimentando o processo produtivo da Atvos - Unidade Conquista do Pontal S.A (mista), do município de Mirante do Paranapanema (SP).

algodão e o amendoim está ligada à instabilidade de preços, sendo que o declínio da produção de algodão levou ao fechamento de máquinas de beneficiamento deste produto na região.

O milho em grão apresentou a maior produção dentre as lavouras apontadas. Mesmo com uma diminuição nos números de produção, essa cultura alcançou em 2010 a marca de 68.623 toneladas colhidas em 20.428 hectares. A expansão do cultivo do milho está relacionada com a sua utilização na pecuária na microrregião em análise.

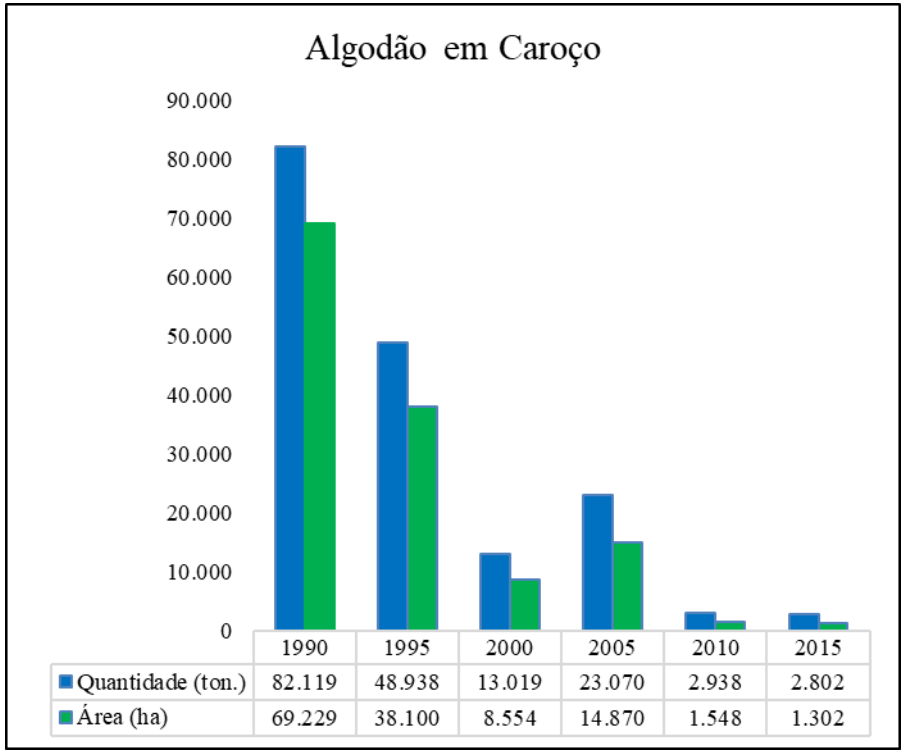
O arroz em casca não apresentou valores expressivos de produção. Dessa forma, 1990 foi o ano mais produtivo (5.228 toneladas em 3.801 hectares). Em 2010 foram colhidas somente 56 toneladas em 47 hectares.

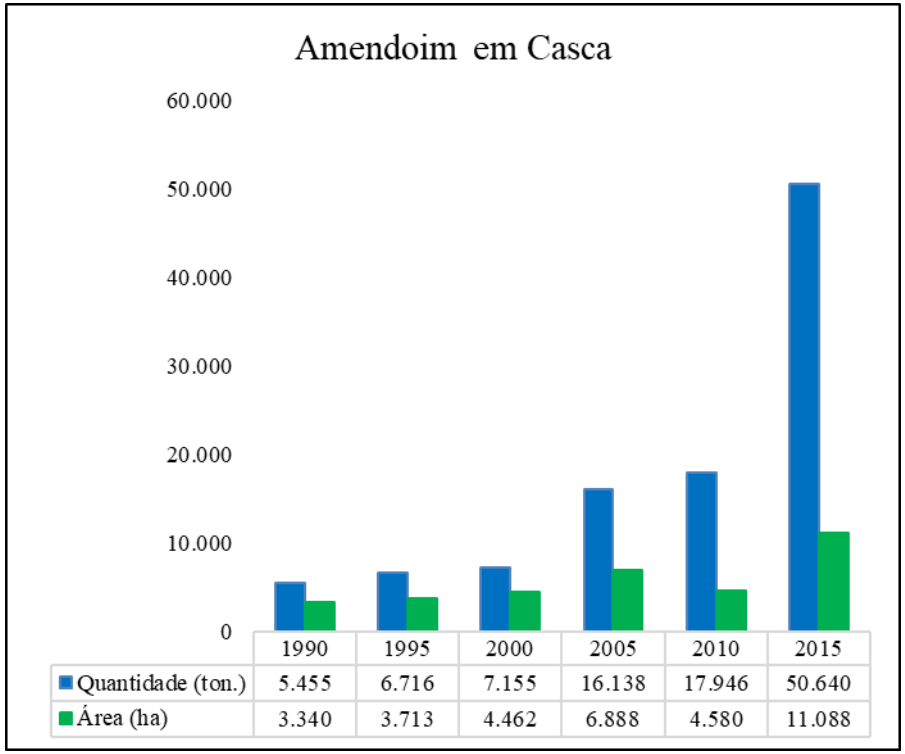
A produção do feijão em grão foi decrescente ao longo dos anos. Em 1990 foram colhidas 23.831 toneladas em 42.971 hectares, em 1995 foram 12.306 toneladas em 18.256 hectares, já em 2000 a produção foi de 12.149 toneladas em 14.984 hectares até chegar em 2015 com apenas 2.296 toneladas em 1.554 hectares.

No tocante às lavouras de feijão e arroz, identificou-se que houve oscilações na produção desses cultivos em virtude da instabilidade de preço no mercado, ainda assim, essas são relevantes para a subsistência (já que se reflete também do ponto de vista da alimentação) e reprodução social, sobretudo, dos pequenos produtores rurais.

Em relação ao café em coco, este apresentou reduções no período em análise, em 1990 foram produzidas 3.911 toneladas em 6.319 hectares, e o mínimo registrado ocorreu em 2010, quando foram produzidas 1.236 toneladas em 1.026 hectares.

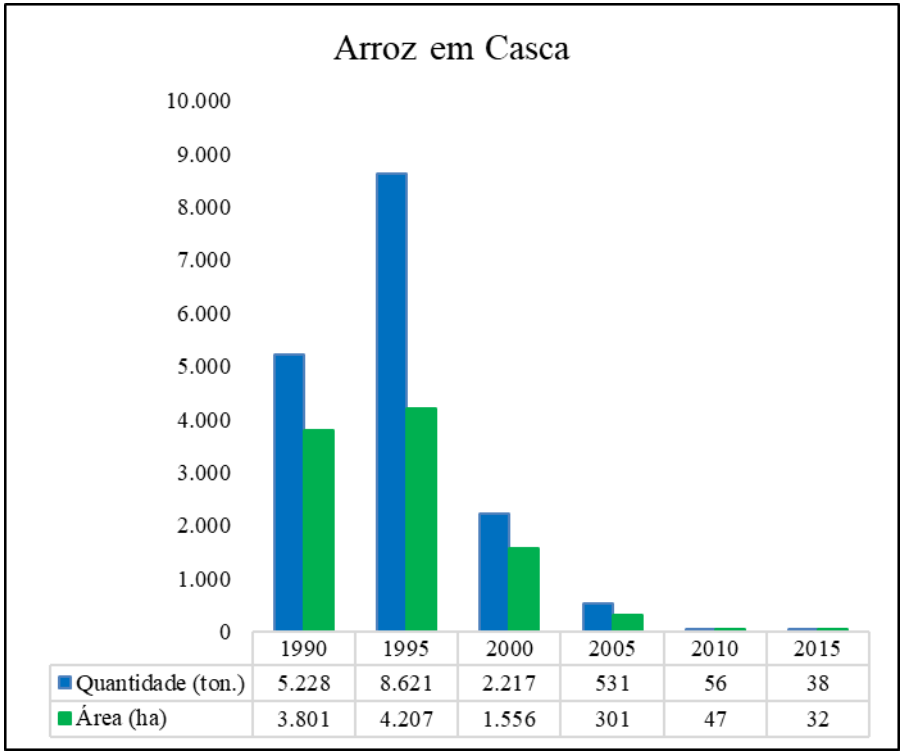
Figura 15: Lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente



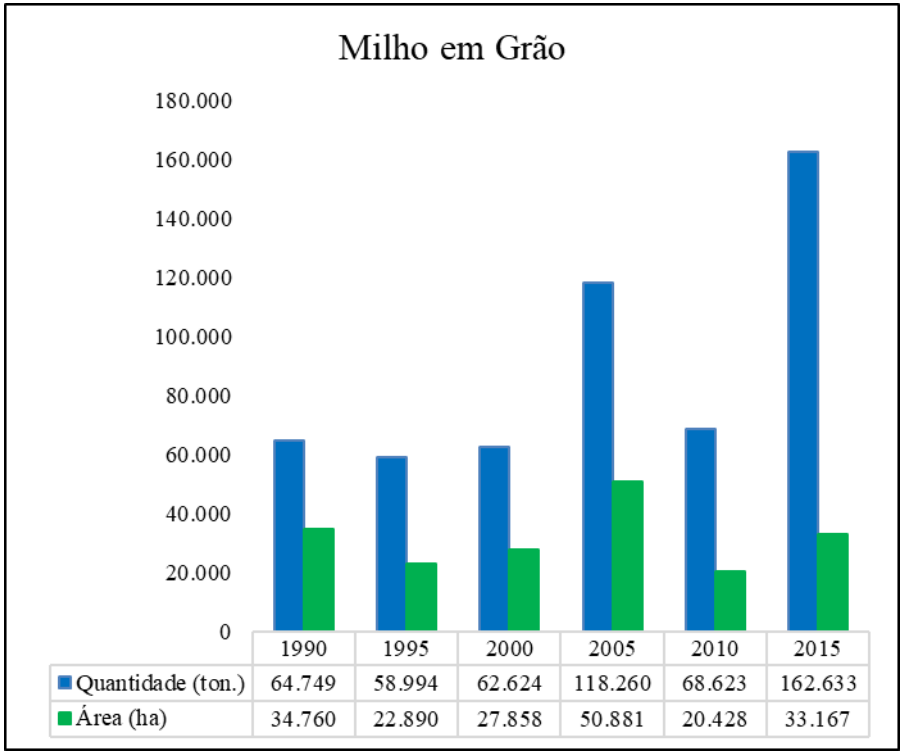


Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).

Figura 15: Lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - Continuação



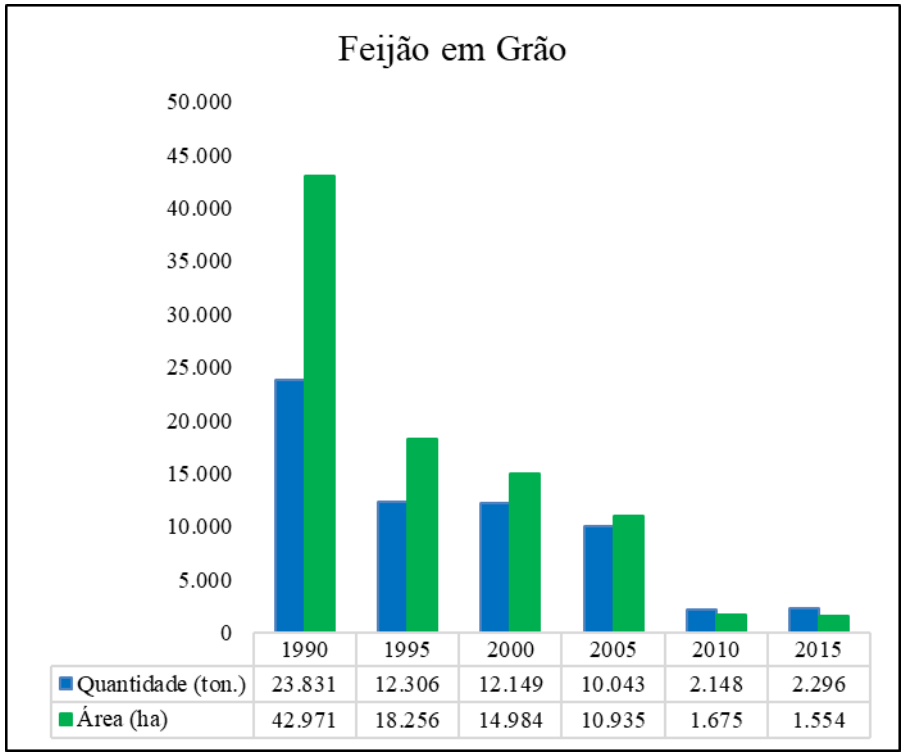
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Quantidade (ton.)	5.228	8.621	2.217	531	56	38
Área (ha)	3.801	4.207	1.556	301	47	32

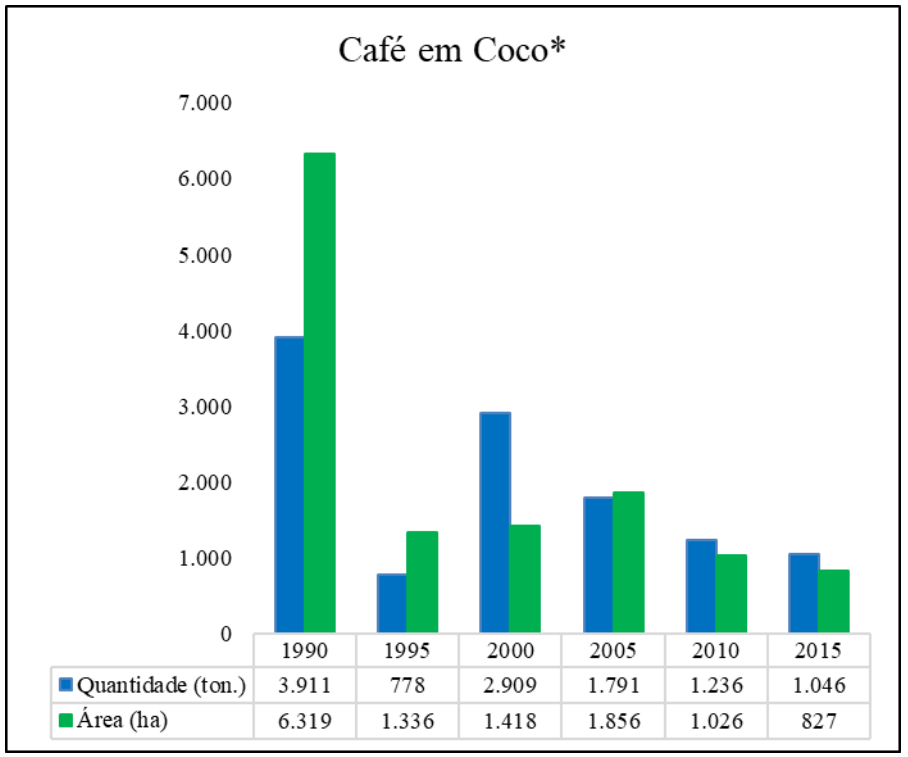


	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Quantidade (ton.)	64.749	58.994	62.624	118.260	68.623	162.633
Área (ha)	34.760	22.890	27.858	50.881	20.428	33.167

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).

Figura 15: Lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - Continuação





Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).
* Até 2001, café (em coco), a partir de 2002, café (beneficiado ou em grão).

Como já salientado, houve uma significativa diminuição da área ocupada com pastagem entre os anos de 1995/96 e 2006 (de 1.225.049 para 1.069.237 hectares) na MRG de Presidente Prudente. Do mesmo modo houve uma redução do efetivo de bovinos no período (de 1.672.025 para 1.507.897 cabeças), como demonstram os dados da Tabela 13.

Tabela 13: Efetivo de bovinos na MRG de Presidente Prudente (1995/96 - 2006)

MRG de Presidente Prudente	
Anos	**Nº de Cabeças**
1995/96	1.672.025
2006	1.507.897

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

A diminuição do efetivo bovino está correlacionada à redução das áreas com pastagens e ao aumento das áreas com o cultivo da cana-de-açúcar. Nesse aspecto, Hespanhol A. (2013), ao analisar a expansão da cana-de-açúcar e a redução do cultivo das demais lavouras e das pastagens no Oeste do Estado de São Paulo, ressalta que, a partir dos anos 2000, grandes grupos nacionais e estrangeiros passaram a implantar novas usinas, tanto no Estado de São Paulo, mormente na sua porção oeste, quanto em outros estados, sobretudo em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, contando, para tanto, com forte aporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem disponibilizado linhas de crédito a taxas atrativas de juros às empresas interessadas em investir no setor sucroenergético. Na porção oeste de São Paulo estão instaladas 76 ou 39,79% das 191 usinas existentes no Estado de São Paulo.

Com vistas a entender como se dá a dinâmica populacional da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, utilizaremos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE. Para fins de análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) utilizamos os dados disponíveis na Plataforma Atlas Brasil (2018).

3.1.2 População e o IDHM na MRG de Presidente Prudente

De acordo com os dados da Tabela 14, constata-se que no ano de 1991 a população urbana da microrregião em questão já era quase seis (6) vezes maior que a rural. Em 2000, o

contingente populacional da zona rural diminuiu e a área urbana acumulou mais de 61.203 habitantes em relação a 1991. No ano de 2010, a desigualdade populacional se tornou ainda mais evidente e a população rural totalizou apenas 58.743 habitantes.

De acordo com Pena, R. (2018), entre as causas do êxodo rural, é possível citar: a concentração da produção do campo, na medida em que a menor disponibilidade de terras proporciona maior mobilidade da população rural de média e baixa renda; a mecanização do campo, com a substituição dos trabalhadores rurais por maquinários, gerando menos empregos no setor primário e forçando a saída da população rural para as cidades e ainda, fatores atrativos oferecidos pelas cidades, como mais empregos nos setores secundário e terciário.

Tabela 14: Dinâmica populacional da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1991-2010)

Anos	População rural	População urbana	População total
1991	79.542	404.498	484.040
2000	78.514	465.701	544.215
2010	58.743	514.625	573.368

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A população da MRG de Presidente Prudente foi estimada em 2017 em 609.841 habitantes, segundo o IBGE (2018).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um parâmetro composto de indicadores de três (3) dimensões, a saber: longevidade, educação e renda e varia de zero (0) a um (1), sendo que quanto mais próximo de um (1), maior o desenvolvimento humano. (BRASIL. PLATAFORMA ATLAS BRASIL, 2018). Na Tabela 15 estão sistematizados os dados do IDHM na MRG de Presidente Prudente referentes ao período de 1991 a 2010.

Tabela 15: IDHM da MRG de Presidente Prudente no período de 1991 a 2010

Município	IDHM		
	1991	**2000**	**2010**
Alfredo Marcondes	0,550	0,646	0,741
Álvares Machado	0,538	0,661	0,758
Anhumas	0,513	0,585	0,741
Caiabu	0,480	0,629	0,729
Caiuá	0,435	0,593	0,697
Emilianópolis	0,449	0,635	0,727
Estrela do Norte	0,458	0,645	0,740
Euclides da Cunha Paulista	0,410	0,599	0,704
Indiana	0,515	0,678	0,761
João Ramalho	0,438	0,621	0,741
Marabá Paulista	0,415	0,584	0,677
Martinópolis	0,516	0,645	0,721
Mirante do Paranapanema	0,496	0,630	0,724
Narandiba	0,432	0,587	0,718
Piquerobi	0,453	0,619	0,711
Pirapozinho	0,520	0,668	0,776
Presidente Bernardes	0,568	0,671	0,757
Presidente Epitácio	0,531	0,665	0,750
Presidente Prudente	0,623	0,746	0,806
Presidente Venceslau	0,542	0,701	0,763
Rancharia	0,557	0,680	0,751
Regente Feijó	0,532	0,691	0,768
Ribeirão dos Índios	0,478	0,612	0,721
Rosana	0,540	0,688	0,764
Sandovalina	0,513	0,646	0,709
Santo Anastácio	0,537	0,684	0,753
Santo Expedito	0,519	0,666	0,732
Taciba	0,470	0,621	0,723
Tarabai	0,487	0,611	0,726
Teodoro Sampaio	0,485	0,625	0,741

Fonte: BRASIL. PLATAFORMA ATLAS BRASIL (2018).

Considerando que os municípios que se encontram na faixa de Desenvolvimento Humano entre 0,700 e 0,799 são considerados com IDHM Alto, verificou-se, segundo os dados da Tabela 26, que quase todos os municípios da MRG de Presidente Prudente estavam situados nessa condição (IDHM Alto), no ano de 2010, com exceções de Caiuá e Marabá Paulista (SP) que se encontravam com IDHM de 0,697 e 0,677, respectivamente, ou seja,

médio[97]. Ainda assim, vale ressaltar que houve melhoria no IDHM de todos os municípios localizados na MRG de Presidente Prudente no período entre 1991 e 2010.

A dimensão que mais contribuiu para a melhoria do IDHM de todos os municípios da MRG de Presidente Prudente foi a Longevidade (BRASIL. PLATAFORMA ATLAS BRASIL, 2018). De acordo com Alves, J. (2015, p. 1) que estudou o envelhecimento e a longevidade da população brasileira,

> Envelhecimento e longevidade são dois conceitos correlacionados, mas que têm acepções diferentes. Segundo o dicionário Houaiss, longevidade significa: característica ou qualidade de longevo; duração da vida mais longa que o comum.
> Envelhecimento significa: ato ou efeito de envelhecer; ato ou efeito de tornar-se velho, ou de aparentar velhice ou antiguidade.

De modo geral, o envelhecimento populacional é um conceito que mensura a proporção de pessoas idosas na população. A longevidade, por sua vez, contribui para o envelhecimento, mas o que mais influencia este fenômeno é a diminuição da taxa de fecundidade, já que o nascimento de menos crianças faz com que a base da pirâmide etária se estreite, enquanto que a alta proporção de crianças que nasceram no passado vai se tornando adultos e, posteriormente, idosos (ALVES, J., 2015).

A longevidade populacional cresceu muito durante o século XX e isso está correlacionado, dentre outros fatores, às novas tecnologias e aos avanços da medicina. Neste contexto, com a população idosa aumentando em ritmo superior ao dos outros grupos etários, o envelhecimento populacional brasileiro é inevitável. Em outros termos, a população brasileira está, concomitantemente, envelhecendo e ficando mais longeva (ALVES, J., 2015).

Nos itens seguintes tratamos do processo de formação, das atividades econômicas, da estrutura fundiária, das principais lavouras cultivadas e dos aspectos demográficos dos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e Rosana (SP).

3.2 O MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP)

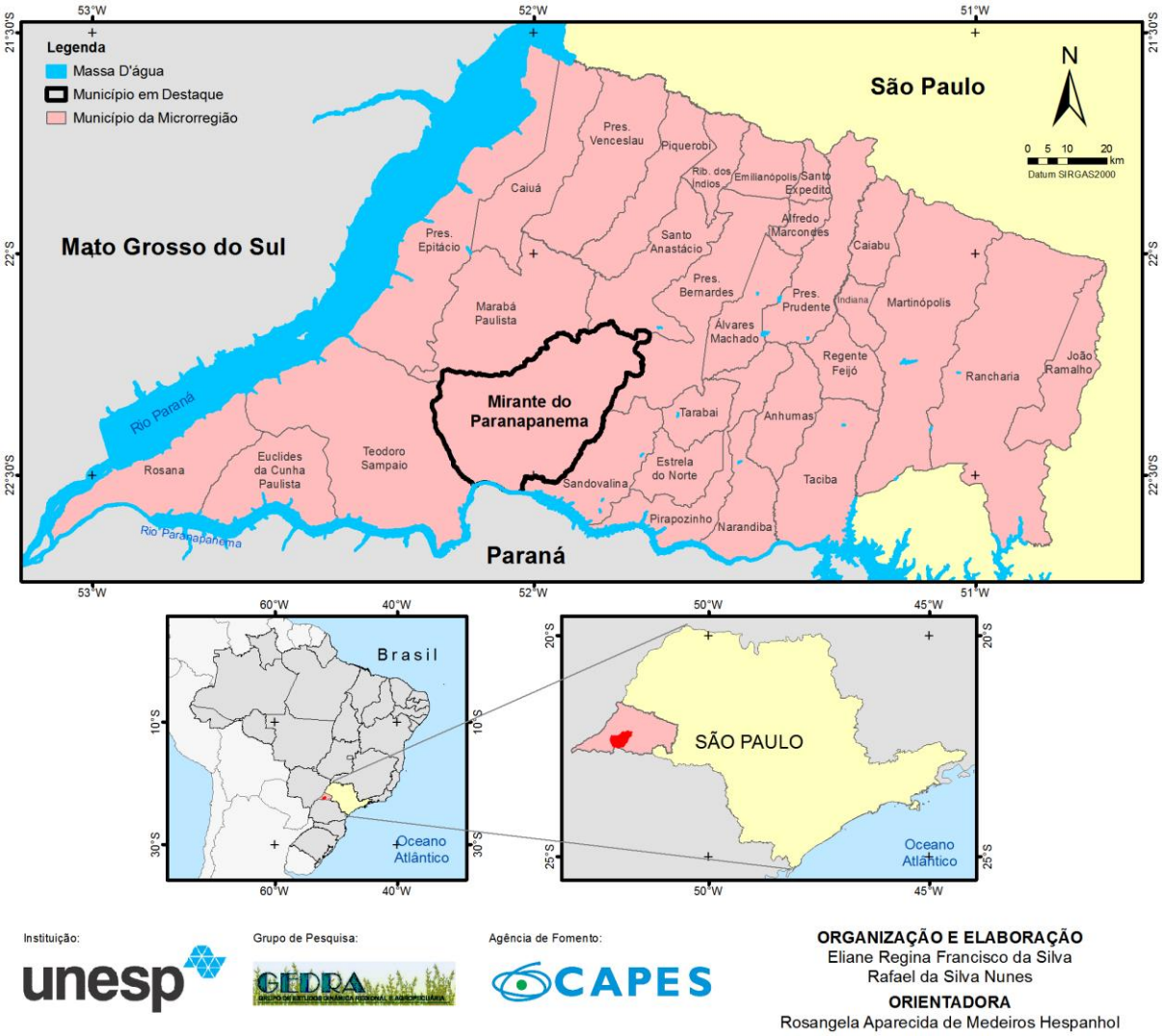
O município de Mirante do Paranapanema (SP) está localizado no sudoeste do estado de São Paulo e está inserido na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Tem como

[97] As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal são categorizadas da seguinte forma: de 0 a 0,499, muito baixo; de 0,500 a 0,599, baixo; de 0,600 a 0,699, médio; de 0,700 a 0,799, alto e de 0,800 ou mais, muito alto (BRASIL. PLATAFORMA ATLAS BRASIL, 2018).

municípios limítrofes: Sandovalina, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Marabá Paulista e Teodoro Sampaio (Mapa 4).

No tocante ao nome do município, cogitou-se, primeiramente, Palmital, mas em decorrência de já existir no Estado de São Paulo município com esse nome, não foi possível repeti-lo. Dessa forma, optou-se por colocar o nome de Mirante do Paranapanema por dois motivos: **Mirante:** por estar a sede do município situada numa área alta e **Paranapanema:** porque um antigo proprietário possuía uma ampla área de terras com o nome de Vale do Paranapanema (RAMALHO, 2002).

Mapa 4: Localização do município de Mirante do Paranapanema (SP) na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, Estado de São Paulo



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

O avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, que objetivavam atingir as barrancas do Rio Paraná, trouxe os primeiros exploradores de parte do Oeste Paulista, favorecendo o surgimento de vários núcleos populacionais (RAMALHO, 2002), como no caso do município de Mirante do Paranapanema (SP).

Segundo Santos M. P. (2003), a história de Mirante do Paranapanema está intimamente relacionada aos episódios ocorridos com a questão da posse e o processo intensivo de grilagem das terras.

No que se refere ao primeiro período, ou seja, ao que Santos M. P. (2003), denominou de **Pioneirismo europeu**, cumpre lembrar que a intenção do Dr. Labieno era formar em suas terras, colônias específicas para cada nacionalidade de imigrantes. Sobre esse aspecto, Martini (2000) salienta que essa era uma medida orientada exclusivamente aos interesses do colonizador, ao tentar atrair os colonos para um projeto que beneficiava um determinado grupo. Na verdade, o que se intentava era tão somente o interesse pelas vendas, mas para o colono, a quem essa propaganda era direcionada, poderia haver facilidades entre pessoas da mesma nacionalidade, que falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes culturais. Desse modo, surgiram várias colônias de imigrantes na região, tais como: Colônia de Costa Machado (composta por alemães e romenos); Colônia Branca (formada por alemães); Colônia Santo Antônio (povoada por húngaros e austríacos); Colônia Bessarábia (formada por russos, búlgaros e tchecos); e Colônia Lituana (constituída por lituanos).

Segundo Ramalho (2002, p. 57), "[...] essas informações revelam a complexidade étnica e cultural no processo de ocupação do atual município de Mirante do Paranapanema".

No tocante ao segundo período, denominado de **fundação e crescimento do patrimônio**, Souza, R. (2010) afirma que a utilização agrícola mais marcante no município ocorreu, sobretudo, durante as décadas de 1950 e 1960, tendo o algodão como carro-chefe da produção. Segundo o autor, a cotonicultura em Mirante do Paranapanema (SP) foi fomentada com a chegada das empresas beneficiadoras.

Quanto ao terceiro período, denominado de **emancipação político-administrativa**, Ramalho (2002, p. 58) afirma que "o primeiro pleito para a escolha do prefeito e vereadores para a Câmara Municipal ocorreu em 03 de outubro de 1954, quando foi eleito o primeiro prefeito, o Sr. José Quirino Cavalcante" e complementa dizendo que "a posse do primeiro prefeito, José Quirino Cavalcante, e dos primeiros vereadores da Câmara Municipal, ocorreu em 01 de janeiro de 1955".

No tangente ao quarto período, denominado de **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a reforma agrária** no município estudado, Souza, V. e Bergamasco (2017, p. 12) inferem que: "[...] a transformação do latifúndio[98] em assentamento rural[99] é a construção de um novo território, o qual necessita de condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma nova lógica de organização do espaço geográfico". Desse modo, as políticas públicas para este segmento não nascem somente do interesse do Estado, mas, sobremaneira, da organização e reivindicação desses trabalhadores rurais (SOUZA, V.; BERGAMASCO, 2017).

Vale ressaltar que o município de Mirante do Paranapanema (SP) se auto intitula e é conhecido como a "Capital da Reforma Agrária", pois concentra 35 assentamentos rurais, com 1.631 famílias assentadas e ocupando uma área de 36.768,71 ha (Ver Anexo A).

O PIB do município de Mirante do Paranapanema (SP) em 2015 foi de R$ 373.559,30, sendo que a maior participação ocorreu no Setor de Serviços com 53,46%, seguido pela Indústria, com 27,98% e a Agropecuária, com 18,56%. O PIB *per capita* do município foi de R$ 21.429,51 em 2015, enquanto que o PIB do Estado de São Paulo em 2015 foi de R$ 1.939.890.056,24 e o PIB *per capita* do supramencionado Estado foi de R$ 45.064,93 (BRASIL. SEADE, 2018).

No tocante aos empregos formais, no ano de 2016, no município de Mirante do Paranapanema (SP), o setor da Indústria respondia por 47,43% do total das ocupações; os Serviços por 36,95%; o Comércio por 9,99%; a Agropecuária, por 5,28%; e a Construção Civil, por 0,34%. A renda média do total de empregos formais, no ano de 2016 no município foi de R$ 2.533,66 (BRASIL. SEADE, 2018).

---

[98] Latifúndio, segundo Ribeiro, M. e Soares Junior (2015), significa grandes extensões de terra com apenas um proprietário. Na atual ordem jurídica, no entanto, o conceito está voltado para o imóvel que não é explorado nas proporções de suas potencialidades, nos termos do art. 4º, V, do Estatuto da Terra.

[99] Sobre esse aspecto, Souza, V. e Bergamasco (2017) afirmam, em relação ao município de Mirante do Paranapanema (SP), que os assentados tinham a percepção de que a ocupação da Fazenda São Bento foi um diferencial para a questão agrária do Pontal do Paranapanema e até do país. Segue na íntegra a fala de um entrevistado pelas autoras: "A São Bento é uma luta histórica, eu queria que mudasse de São Bento para outro nome, porque São Bento era o nome antigo da fazenda. A ocupação da São Bento no Pontal é importante porque foi a primeira área que foi ocupada aqui em Mirante pelos trabalhadores e o poder do latifúndio era muito forte na região, inclusive tinha muita influência no comércio em Mirante, tinha muita influência na sociedade de Mirante e nós éramos meio que sozinhos, porque nós éramos desconhecidos pela sociedade, então nós enfrentávamos uma dificuldade muito grande e aí desde a primeira ocupação em 1991 o pessoal veio pra cá, e a partir daí desenvolveu um processo de luta permanente para a conquista da São Bento por entender que era uma área de cinco mil e poucos hectares e era o pivô do latifúndio" (História de Vida, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005, p. 12).

3.2.1 Estrutura fundiária e produtiva do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Os dados da Tabela 16 mostram que o município de Mirante de Paranapanema (SP), tal qual a MRG de Presidente Prudente, apresenta concentração da estrutura fundiária, pois 59.192 hectares ou 61% do total de grupo de área (97.010 hectares) correspondem às áreas de grandes estabelecimentos no ano de 1995/96. No ano de 2006, 33.923 hectares ou 35,02% do total do grupo de área (96.856 hectares) se referem aos grandes estabelecimentos.

Tabela 16: Estrutura fundiária do município de Mirante do Paranapanema (1995/96 -2006)

Anos	**1995/96**				**2006**			
Área (ha)	E. A.*	%	Área	%	E. A.*	%	Área	%
Menos de 10	547	37,2	3.455	5,83	343	15,04	1.834	2,59
De 10 a menos de 50	613	41,67	3.124	5,27	1.662	72,89	11.942	16,88
De 50 a menos de 100	121	8,22	9.913	16,73	128	5,61	21.560	30,47
De 100 a menos de 500	157	10,67	8.653	14,60	124	5,43	9.159	12,94
De 500 a menos de 1.000	20	1,36	11.617	19,60	18	0,79	9.687	13,69
Mais de 1.000	13	0,88	22.507	37,97	5	0,22	16.580	23,43
Total	1471	100	59.269	100	2.280	100	70.762	100

E. A.*: Estabelecimentos Agropecuários.
Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

Resumidamente, no ano de 1995/96, os estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares no município de Mirante do Paranapanema (SP) somavam 1.281, contabilizando 87,09% do total, correspondendo, a uma área ocupada de 16.492 hectares, ou 27,83% da área total. Os estabelecimentos agropecuários do estrato de 100 a menos de 500 hectares contabilizam 157, numa área de 8.653 hectares enquanto que os estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares totalizavam 33, numa área de 34.124 hectares. Comparando o ano de 1995/96 com o de 2006, os estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares obtiveram aumento de um total de 852, enquanto que os do estrato de 100 a menos de 500 hectares tiveram uma diminuição de 33. Já os estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares tiveram um decréscimo de 10 entre 1995/96 e 2006 (Tabela 16).

Em termos gerais, houve um aumento no número de pequenos estabelecimentos agropecuários e uma modesta diminuição no total dos grandes em decorrência da implantação de assentamentos rurais.

De acordo com a Tabela 17, se verifica que no município de Mirante do Paranapanema (SP), no ano de 1995/96, a área de pastagens era superior a apresentada em 2006, ou seja, 83.215 e 81.311 hectares, respectivamente. Essa redução da área de pastagens está relacionada à expansão da lavoura da cana-de-açúcar que até o ano safra de 2004/05 não era explorada no município, como pode ser verificado na Tabela 12 desta pesquisa.

Assim como verificado na MRG de Presidente Prudente, no município de Mirante do Paranapanema (SP), no período de 1995/96 a 2006, houve um aumento das lavouras permanentes e temporárias. Em 1995/96 as lavouras permanentes ocupavam uma área de 295 hectares, já em 2006 a área ocupada era de 1.234 hectares. As lavouras temporárias, por sua vez, ocupavam 8.765 hectares em 1995/96 e 10.268 hectares em 2006.

Tabela 17: Evolução das áreas de pastagens e lavouras no município de Mirante do Paranapanema (1995/96 - 2006)

Município de Mirante do Paranapanema (SP)			
Anos	**Pastagens (ha)***	**Lavouras Permanentes (ha)**	**Lavouras Temporárias (ha)**
1995/96	83.215	295	8.765
2006	81.311	1.234	10.268

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.
* Inclui pastagens naturais e plantadas.

As principais lavouras plantadas no referido município estão expostas na Figura 16. Para se verificar ano a ano a evolução das lavouras consultar Apêndice O.

Hespanhol, R. (2000), baseada nos dados da FIBGE, apontou que em 1995/96, a cotonicultura foi responsável por nove (9)% do valor total das lavouras e era cultivada por todos os municípios da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. No entanto, vale ressaltar que, mais de 50% da produção de algodão estava concentrada nos municípios de Mirante do Paranapanema, Martinópolis, Rancharia, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Presidente Bernardes e Narandiba. De acordo com a Figura 15, nos anos posteriores ao de 1995, a produção foi quase sempre decrescente até chegar o ano de 2015 e se tornar inexistente.

A expansão da produção de soja em outras regiões brasileiras e a popularização do consumo de óleo de soja a partir dos anos 1970 e 1980 permitiram que as empresas reduzissem e até deixassem de processar o amendoim, provocando a redução da área de cultivo e, por consequência, da produção (HESPANHOL, R. 2000). Isso explica a inexistência da referida lavoura no município de Mirante do Paranapanema (SP). Somente a

partir de 1995 houve a produção de 12 toneladas em cinco (5) hectares. O ano de maior produção no período estudado foi o de 2015 com 517 toneladas colhidas numa área de 126 hectares.

No período de 1990 a 2015, no município de Mirante do Paranapanema (SP), o plantio de arroz teve baixa expressividade. Vale ressaltar que a partir de 2000 até 2015 não houve plantio de arroz no município em estudo.

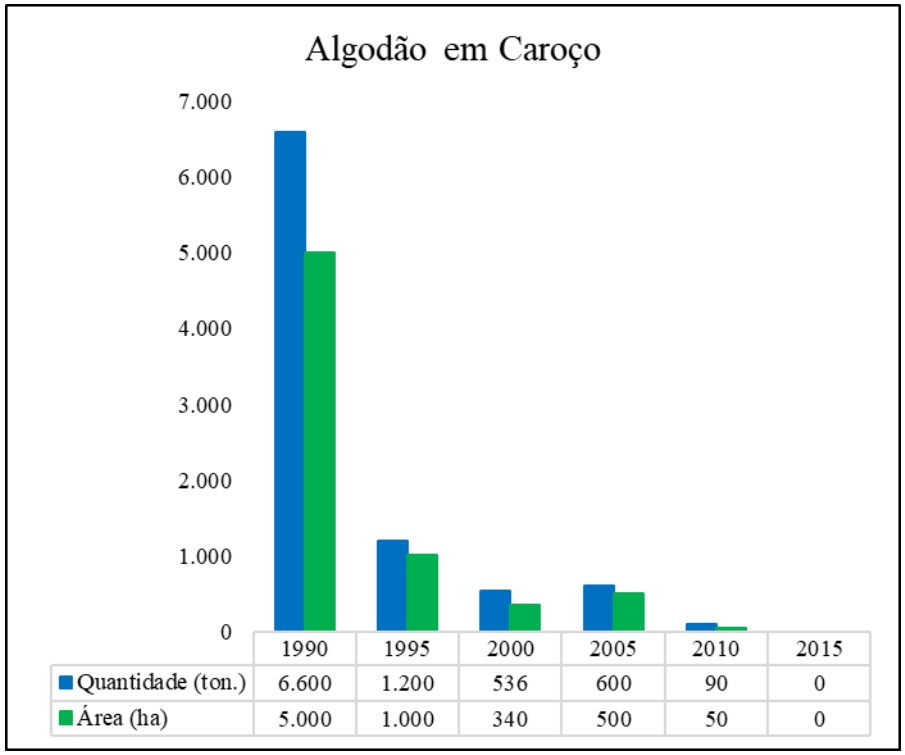
O plantio de milho no município de Mirante do Paranapanema (SP) está vinculado às atividades da pecuária e de comercialização. Ainda assim, verificou-se que houve, no período de 1990 a 2015, oscilações produtivas, sendo que o ano de maior produção foi o de 2015 em que foram produzidas 3.780 toneladas do grão em 1.360 hectares.

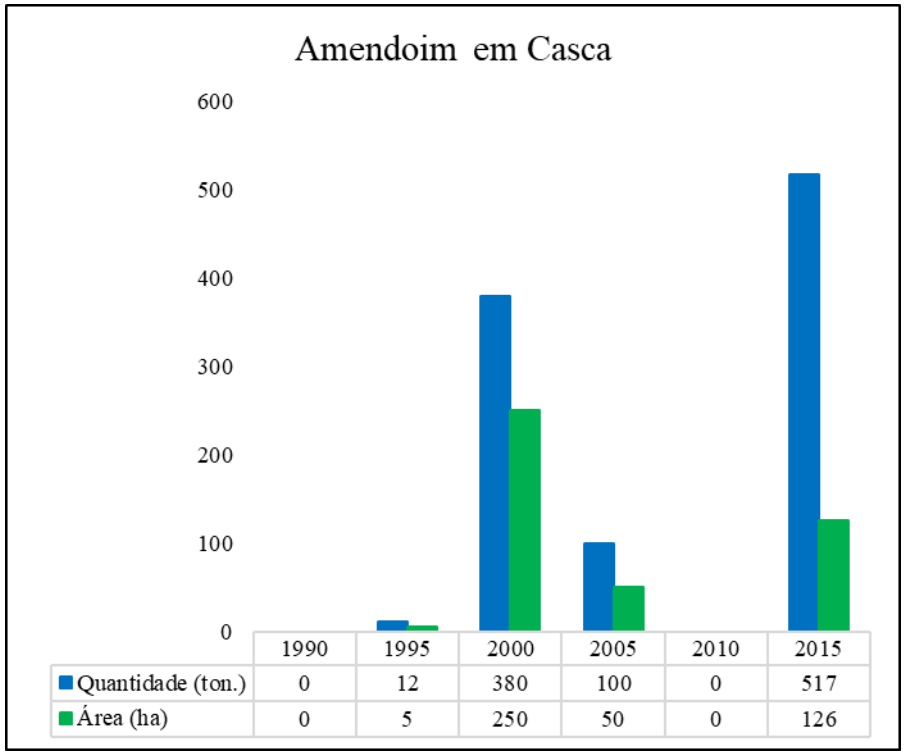
O feijão - lavoura destinada ao consumo familiar e à comercialização - apresentou no referido município diferentes desempenhos. No período de 1990 a 2015, dentre os anos expressos na Figura 15 o ano mais produtivo em relação a essa lavoura foi o de 2005 em que foram produzidas 1.546 toneladas em 1.300 hectares. Em 2010 e 2015 não houve produção.

O café não foi uma lavoura muito disseminada no município de Mirante do Paranapanema (SP) no período de 1990 a 2015. Em 2015 não houve o plantio da referida lavoura.

Verificou-se que as lavouras de maior destaque produtivo no município em análise foram o algodão, sobretudo até o final da década de 1990, e o milho durante todo o período de 1990 a 2015.

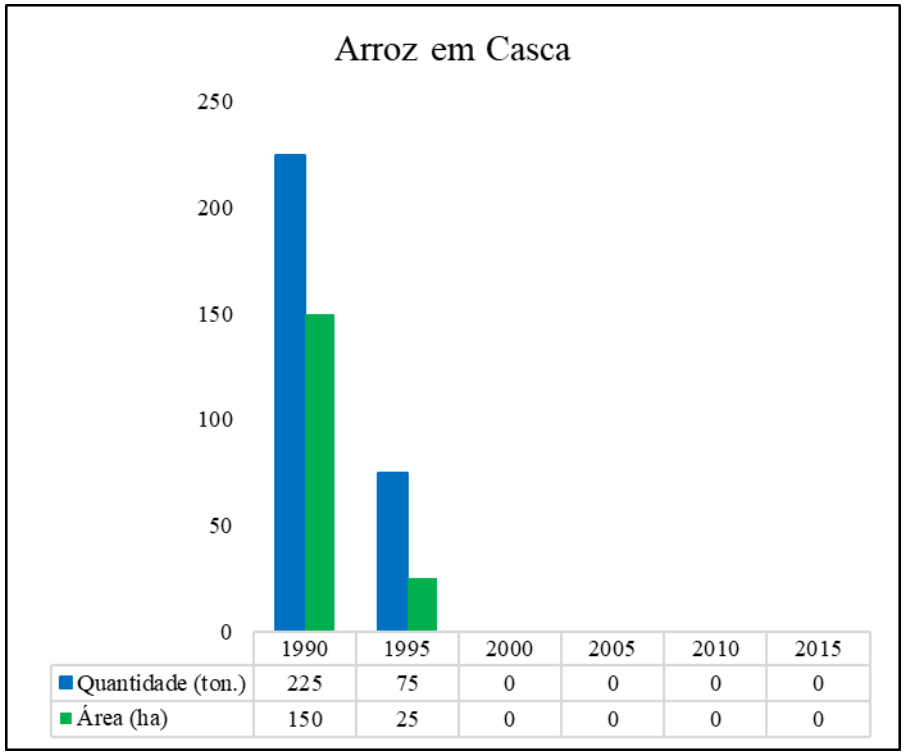
Figura 16: Lavouras no município de Mirante do Paranapanema (1990 - 2015)

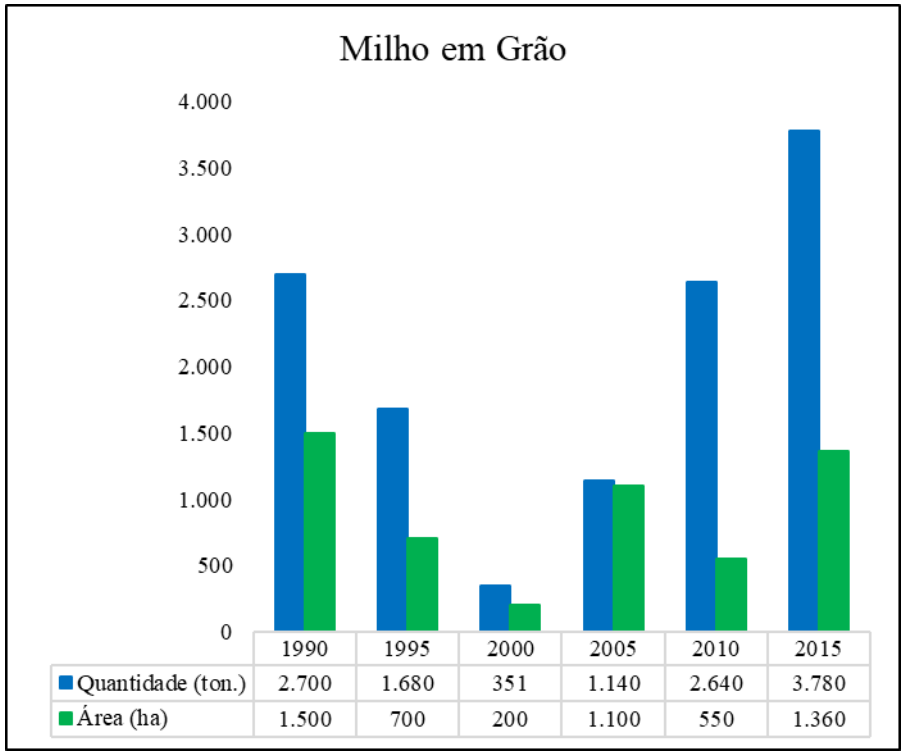




Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).

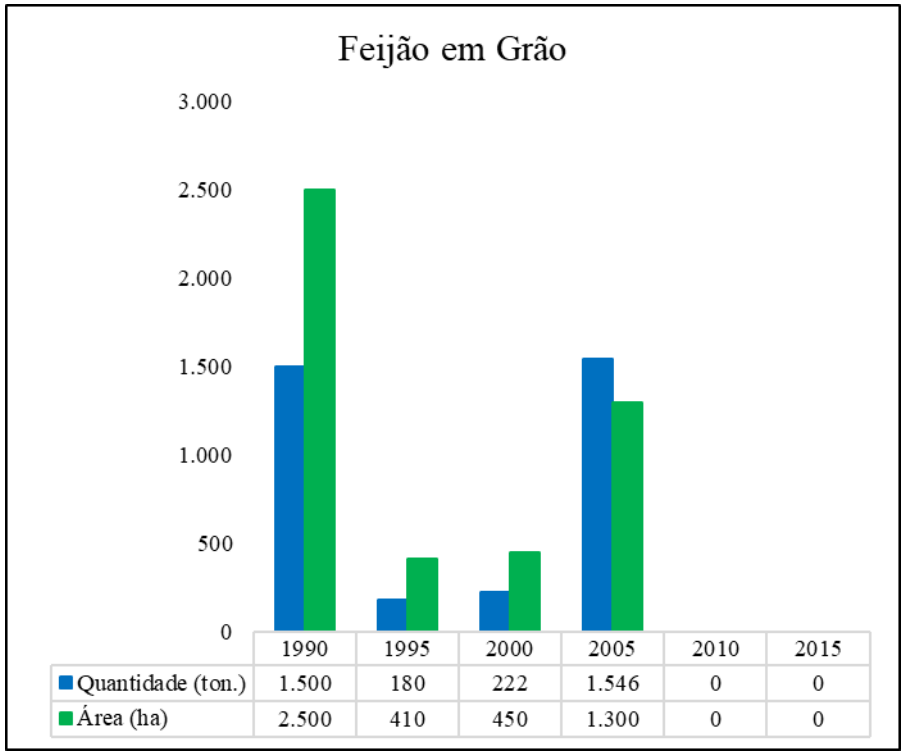
Figura 16: Lavouras no município de Mirante do Paranapanema (1990 - 2015) - Continuação

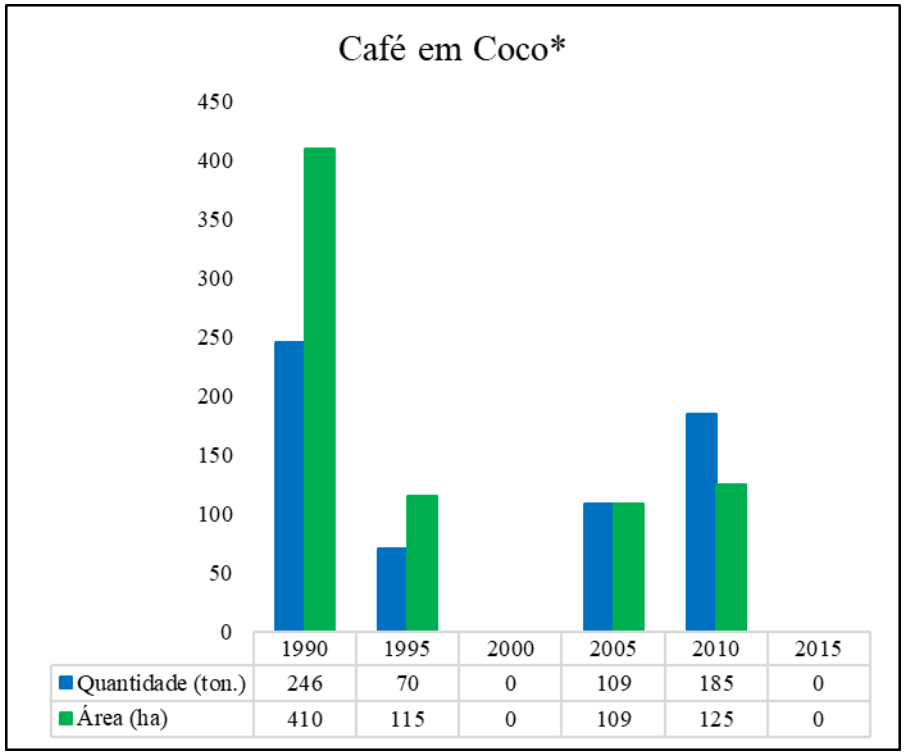




Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).

Figura 16: Lavouras no município de Mirante do Paranapanema (1990 - 2015) - Continuação





Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).
* Até 2001, café (em coco), a partir de 2002, café (beneficiado ou em grão).

Uma lavoura que não foi citada na Figura 15[100], mas merece ressalva é a cana-de-açúcar que, no município de Mirante do Paranapanema (SP), não era cultivada para fins de abastecimento de unidades sucroenergéticas até o ano safra de 2005/06. No entanto, a partir de 2006/07, o aumento da área cultivada foi significativo, chegando a 19.404 hectares no ano safra de 2013/14[101]. Vale relembrar que no referido município está localizada a Usina Atvos - Unidade Conquista do Pontal S.A (mista).

No tocante ao efetivo de bovinos no município de Mirante do Paranapanema (SP), verificou-se por meio dos dados da Tabela 18 que o número de cabeças aumentou de 108.931 para 113.631 no período de 1995/96 a 2006, opostamente ao que foi verificado em relação à MRG de Presidente Prudente.

Tabela 18: Efetivo de bovinos no município de Mirante do Paranapanema (1995/96 - 2006)

Município de Mirante do Paranapanema	
Anos	**Nº de Cabeças**
1995/96	108.931
2006	113.631

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

Um fato interessante é que apesar do aumento no número de bovinos houve uma redução na área de pastagens (de 83.215 hectares para 81.311 hectares) no período de 1995/96 e 2006, como verificado na Tabela 28, e o município não possui áreas de confinamento, de acordo com informações da Casa da Agricultura[102].

Com o objetivo de compreender a dinâmica populacional do município de Mirante do Paranapanema (SP), utilizaremos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE. Para analisar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) utilizamos os dados disponíveis na Plataforma Atlas Brasil (2018).

[100] Fizemos a escolha metodológica de não incluir a cana-de-açúcar na tabela com as demais lavouras, pois utilizamos uma fonte de pesquisa diferente, qual seja o Portal CANASAT que, como o próprio nome indica, é especializado na disponibilização de dados da supramencionada lavoura.
[101] Os dados pormenorizados do crescimento exponencial da lavoura de cana-de-açúcar no município de Mirante do Paranapanema (SP) se encontram na Tabela 12 desse trabalho.
[102] Informações concedidas via telefone pelo técnico da Casa da Agricultura no dia 27 de abril de 2018.

3.2.2 A população e o IDHM no município de Mirante do Paranapanema (SP)

De acordo com os dados da Tabela 19, verificou-se que em termos gerais, de 1991 a 2000 houve uma variação populacional de 6,75%, enquanto que de 2000 a 2010, a variação populacional foi de 5,31%. Em outros termos, em 1991 a população rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) era de 4.634 habitantes e em 2010, já era de 7.017 habitantes. A população urbana, em 1991 era de 10.545 habitantes e em 2010 era de 10.047. Esse fato está correlacionado, ao menos parcialmente, à implantação de assentamentos rurais no município em apreço (Ver Anexo A).

Tabela 19: Dinâmica populacional do município de Mirante do Paranapanema (1991-2010)

Anos	População Total	População Rural	População rural (%)	População urbana	População urbana (%)	Variação da População Total (1991 a 2000 e de 2000 a 2010)	Variação da População Total (1991 a 2000 e de 2000 a 2010) (%)
1991	15.179	4.634	30,53	10.545	69,47	1.024	6,75
2000	16.203	6.347	39,35	9.827	60,65		
2010	17.064	7.017	41,12	10.047	58,88	861	5,31

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

De acordo com o IBGE (2018), a população do município de Mirante do Paranapanema (SP) foi estimada, em 2017, em 18.130 habitantes.

Foram verificadas alterações positivas no IDHM do município de Mirante do Paranapanema (SP) no período de 1991 a 2010. Em 1991, o referido índice era de 0,496, em 2000 era de 0,630, já em 2010 era de 0,724 (BRASIL. PLATAFORMA ATLAS BRASIL, 2018).

De acordo com a Plataforma Atlas Brasil (2018), o município de Mirante do Paranapanema (SP) se situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) e a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,841, seguida de Educação, com índice de 0,674, e de Renda, com índice de 0,670. O referido município ocupa a 1.191ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

3.3 O MUNICÍPIO DE ROSANA (SP)

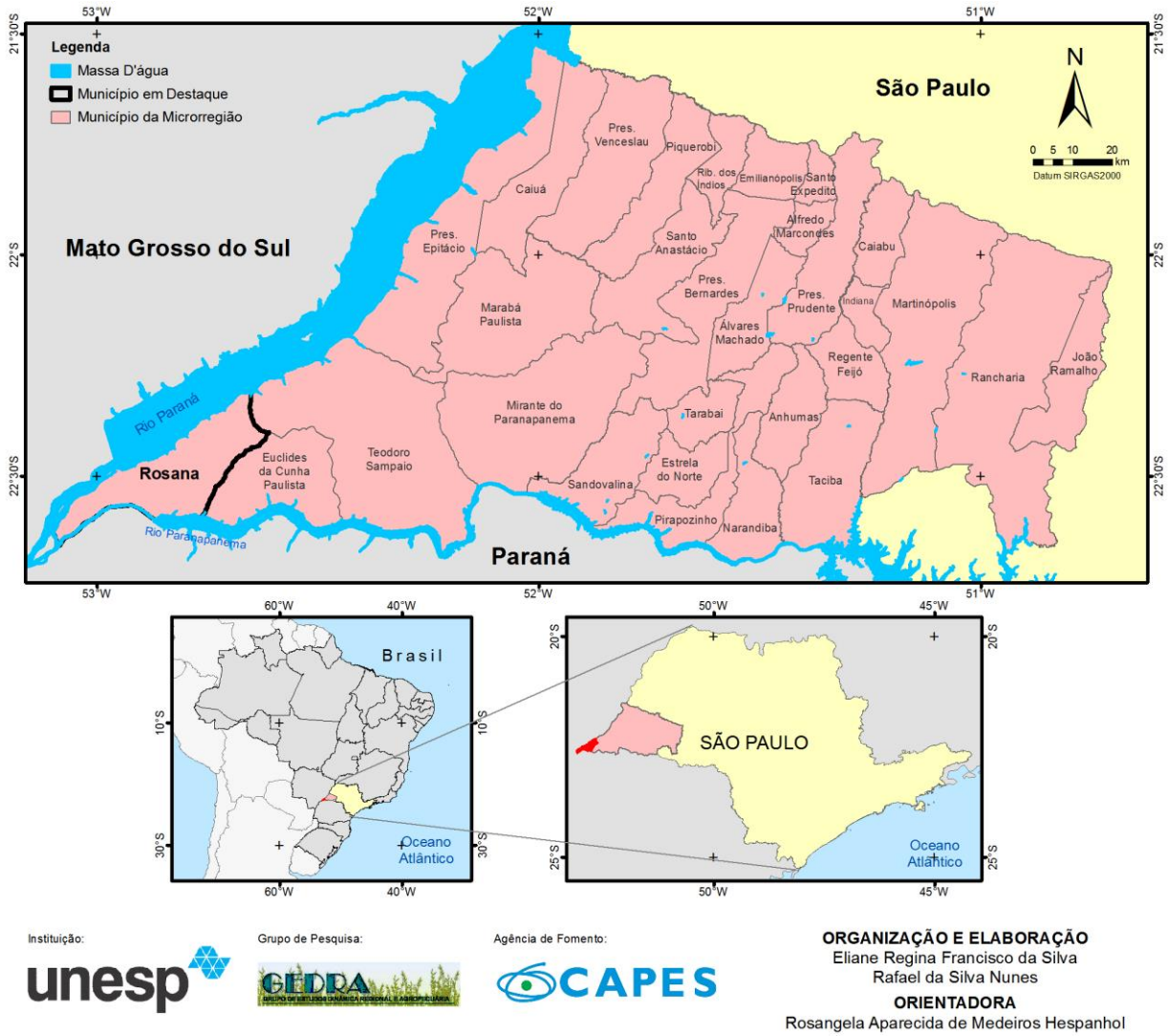
O município de Rosana (SP) está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo e pertencente à Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Têm como limites os municípios de Teodoro Sampaio (SP), Euclides da Cunha Paulista (SP), Diamante do Norte (PR), Bataiporã (MS) e Anaurilândia (MS) (Mapa 5).

De acordo com Souza, S. (2007), a formação socioeconômica do município de Rosana (SP) está relacionada com a expansão da cafeicultura; a implantação da estrada de Ferro Alta Sorocabana, sobretudo com a ampliação do Ramal de Dourados; com as rodovias e os projetos de desenvolvimento do Pontal do Paranapanema que propiciaram a construção de usinas hidrelétricas e de destilaria de álcool nessa região.

Segundo Hespanhol, A. (1985), da área total que seria destinada para o povoamento de Rosana (SP), a empresa Camargo Correia reservou uma parte para as pequenas propriedades rurais que serviriam de apoio e sustentariam o núcleo urbano com a produção agrícola. Desse modo, ficou dividido: perímetro urbano com 1.116 lotes com 500 m² cada um; área rural no entorno do núcleo urbano, com 273 propriedades rurais - estas variando em 144 chácaras de cinco (5) a dez (10) hectares, 133 sítios de 20 a 55 hectares, e 16 propriedades maiores próximas à margem do rio Paranapanema. Com a divisão da área, a Camargo Correia iniciou a venda dos lotes.

O autor afirma ainda que, diferentemente de núcleos urbanos do oeste paulista que se originaram de forma espontânea, a origem do município de Rosana (SP), se deu por meio de especulação imobiliária do plano de construção da estrada de ferro. Os compradores desses lotes pensavam em adquirir as terras e, posteriormente, com a chegada da linha de ferro, revender suas propriedades com altos preços. Ainda assim, alguns compraram com o objetivo de continuar na terra e produzir.

Mapa 5: Localização do município de Rosana (SP) na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, Estado de São Paulo



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

De acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS (2015) de Rosana (SP), com a criação do município de Teodoro Sampaio, a partir de 1965, os rosanenses pensaram em desligar-se de Presidente Epitácio e unir-se a Teodoro Sampaio em virtude da menor distância (95 km)[103] e melhores condições para os assuntos ligados as áreas administrativas e jurídicas. Foi realizado plebiscito com os eleitores votando a favor da anexação de Rosana a Teodoro Sampaio. Em 31 de dezembro de 1963, Rosana (SP) é elevada a

[103] A distância entre a sede de Rosana e Presidente Epitácio é de 187,8 km.

Distrito, por meio da Lei nº 8.050 e em janeiro de 1990 é emancipada de acordo com a Lei nº 6.645. O município só foi instalado em 1º de janeiro de 1993, com a posse do primeiro prefeito.

O PIB do município de Rosana (SP) em 2015 foi de R$ 1.709.697,47, ou seja, maior que o do município de Mirante do Paranapanema (SP) (R$ 373.559,30). Vale ressaltar que dentre os municípios da MRG de Presidente Prudente, o referido município foi o segundo colocado em termos de valores do PIB e do PIB *per capita.* A maior participação ocorreu no Setor de Indústria com 83,15% acompanhado pelo de Serviços, com 14,96% e Agropecuária, com 1,89%.

Sobre a maior participação do PIB ter ocorrido no Setor de Indústria (com 83,15%) no município de Rosana (SP), Silva, P. (2011) lembra o impacto da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (instalada em seu território) que acumula *royalties* pagos pelo Estado.

Em aspectos gerais, a Agropecuária detém maior relevância em termos econômicos para o município de Mirante do Paranapanema (SP) do que para o município de Rosana (SP), pois no primeiro município sua participação foi de 18,56% contra os 1,89% do segundo município. O PIB *per capita* do município de Rosana (SP) foi de R$ 90.488,91 em 2015, ou seja, significativamente superior ao do município de Mirante do Paranapanema (SP) que foi de R$ 21.429,51 no mesmo ano (BRASIL. SEADE, 2018). No entanto "[...] é preciso não perder de vista que tal medida [o PIB] representa uma tentativa de mensuração generalizada e que PIB não significa distribuição de renda e desenvolvimento humano" (SILVA, P., 2011, p. 97).

No que se refere aos empregos formais, no ano de 2016, no município de Rosana (SP), o setor de Serviços respondia por 63,91% do total das ocupações; do Comércio, por 19,81%, da Indústria, por 8,48%, da Agropecuária, por 6,06% e da Construção Civil, por 1,74% (BRASIL. SEADE, 2018). Identificou-se que o setor mais representativo, em termos econômicos, no município de Rosana (SP) foi o de Indústria, diferentemente do que foi verificado em relação ao município de Mirante do Paranapanema (SP) em que o setor de maior relevância econômica foi o de Serviços (47,43% do total das ocupações). Tanto no município de Rosana (SP) quanto no de Mirante do Paranapanema (SP), o Setor de Construção Civil foi o menos expressivo, representando 1,74% e 0,34%, respectivamente. A renda média do total de empregos formais, no ano de 2016 no município de Rosana (SP) foi de R$ 3.160,48, ou seja, R$ 626,82 a mais que a do município de Mirante do Paranapanema (SP) que foi de R$ 2.533,66 (BRASIL. SEADE, 2018).

3.3.1 Estrutura fundiária e produtiva do município de Rosana (SP)

Levando-se em conta os dados da Tabela 20, verifica-se que, assim como na Microrregião Geográfica (MRG) de Presidente Prudente, de um modo geral, no município de Rosana (SP) há concentração da estrutura fundiária, pois 32.836 hectares ou 74,7% do total de grupo de área (44.672 hectares) correspondem às áreas de grandes estabelecimentos no ano de 1995/96. Já no ano de 2006, 43.076 hectares ou 77,3% do total do grupo de área (55.761 hectares) se referem aos grandes estabelecimentos.

Tabela 20: Estrutura fundiária do município de Rosana (1995/96 -2006)

Anos	**1995/96**				**2006**			
Área (ha)	E. A.*	%	Área	%	E. A.*	%	Área	%
Menos de 10	66	10,95	302	0,67	239	29,43	965	1,69
De 10 a menos de 50	481	79,77	8.772	19,64	513	63,18	9.111	15,95
De 50 a menos de 100	19	3,15	1.398	3,13	11	1,35	769	1,34
De 100 a menos de 500	22	3,65	5.751	12,87	33	4,06	9.498	16,63
De 500 a menos de 1.000	8	1,33	4.873	10,90	5	0,62	3.207	5,61
Mais de 1.000	7	1,16	23.572	52,7	11	1,35	33.578	58,78
Total	603	100	44.668	100	812	100	57.128	100

E. A.*: Estabelecimentos Agropecuários.
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

Em suma, na Tabela 20 foi verificado que no município de Rosana (SP), no período de 1995/96 a 2006, houve um aumento de 197 estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares. Os estabelecimentos agropecuários do estrato de 100 a menos de 500 hectares tiveram aumento de 11 no mesmo período, enquanto que os estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares apresentaram aumento de um (1) estabelecimento. Vale ressaltar que os estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares que em 1995/96 somavam sete (7), numa área ocupada de 23,572 hectares ou 1,16% do total, em 2006, aumentaram para 11, ocupando 33.578 hectares ou 58,78 da área total.

Ao contrário do município de Mirante do Paranapanema (SP), Rosana (SP) apresentou um aumento na área com pastagens implantadas no período de 1995/96 a 2006 e, por conseguinte, uma diminuição na área de lavouras permanentes e temporárias. Em 1995/96 as lavouras temporárias ocupavam uma área de 385 hectares e em 2006 essa área decresceu para

286 hectares, enquanto que as lavouras temporárias ocupavam no mesmo período 4.970 hectares e 3.135 hectares, respectivamente (Tabela 21).

Tabela 21: Evolução das áreas de pastagens e lavouras no município de Rosana (1995/96 - 2006)

Município de Rosana (SP)			
Anos	**Pastagens (ha)***	**Lavouras Permanentes (ha)**	**Lavouras Temporárias (ha)**
1995/96	36.037	385	4.970
2006	48.666	286	3.135

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.
* Inclui pastagens naturais e plantadas.

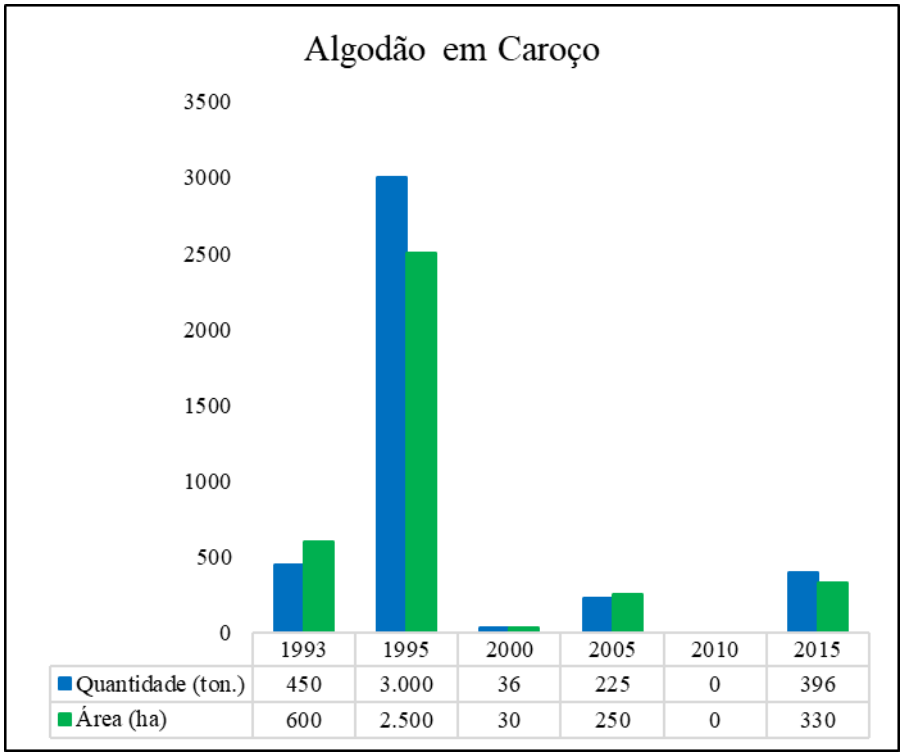
As principais lavouras cultivadas encontram-se na Figura 17. Para se verificar ano a ano a evolução das lavouras consultar Apêndice P.

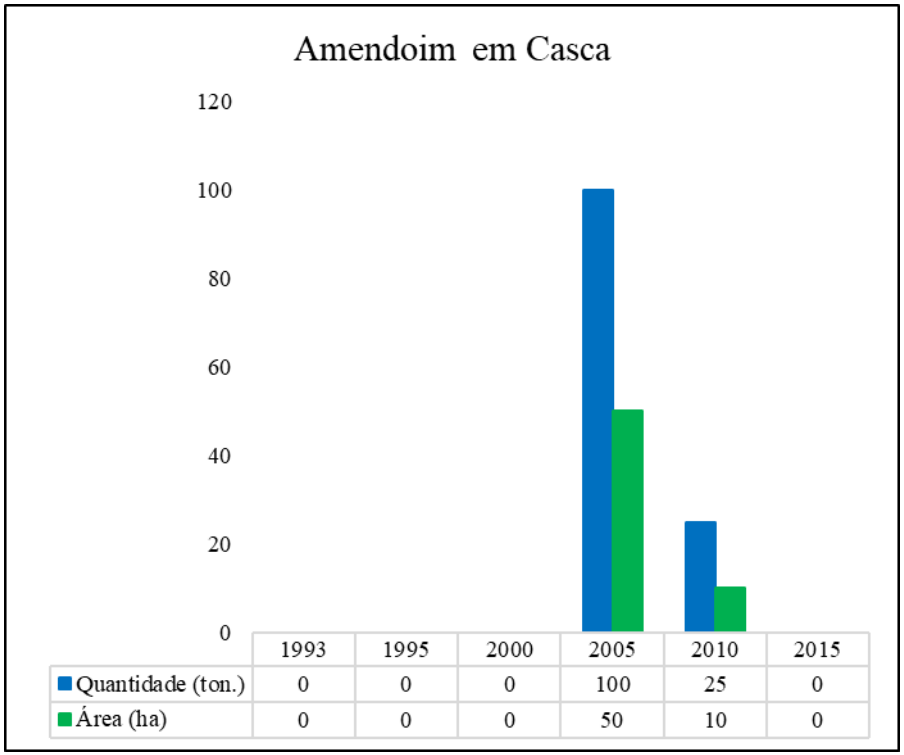
De acordo com os anos expressos na Figura 17, no período de 1993 a 2015, no município de Rosana (SP), as lavouras que tiveram maior expressão produtiva foram o milho - importante cultivo desenvolvido em todo o período analisado - sobretudo no ano de 2015 (11.520 toneladas em 2.400 hectares) em virtude de sua vinculação à pecuária bovina, podendo ser utilizado como complemento na alimentação do gado, no período em que as pastagens são insuficientes e se destinar à comercialização; o arroz, mormente no ano de 1995 em que se produziram 2.822 toneladas em 1.000 hectares; e o algodão, sobretudo no ano de 1995 em que foram colhidas 3.000 toneladas numa área de 2.500 hectares.

O amendoim não foi um cultivo de grande expressividade no município em análise e o feijão teve seu período áureo em 2005, com uma produção de 600 toneladas em 750 hectares[104]. Depois desse ano, a produção foi oscilante. A lavoura do café alcançou o seu pico de produção no ano de 1993, com uma produção de 120 toneladas em 50 hectares.

[104] Vale lembrar que não estamos nos referindo à questão de produtividade, somente de produção.

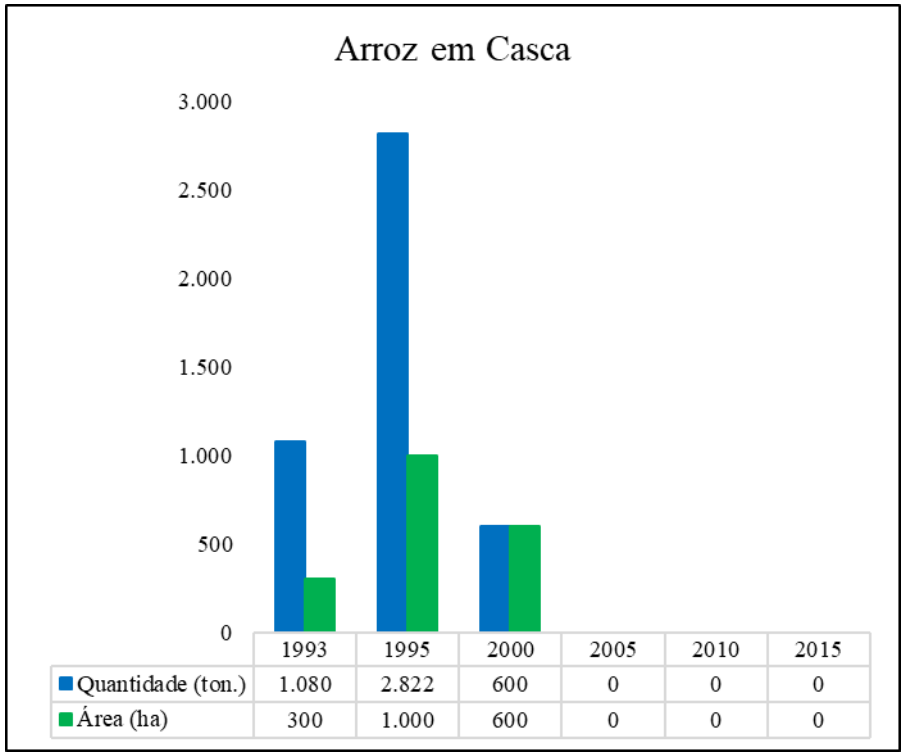
Figura 17: Lavouras no município de Rosana (1993 - 2015)



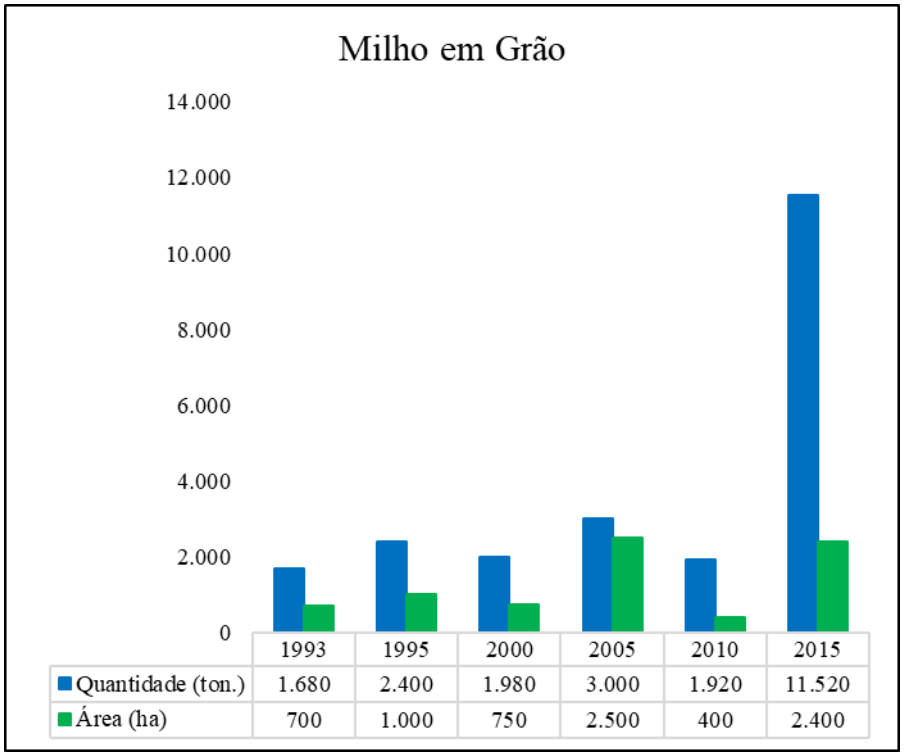


Fonte: FIBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).

Figura 17: Lavouras no município de Rosana (1993 - 2015) - Continuação



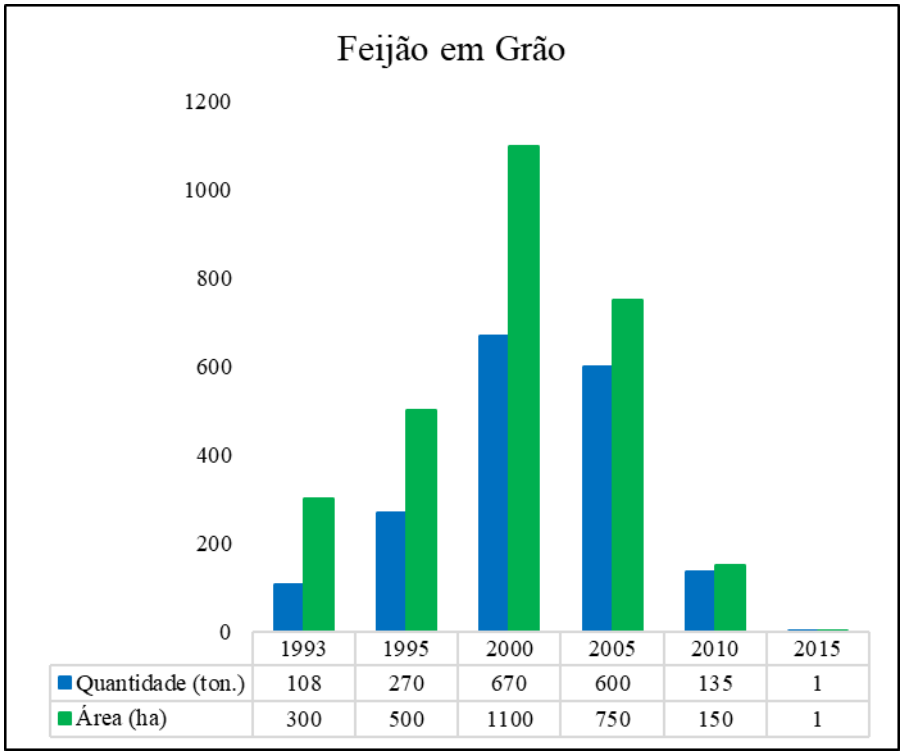
	1993	1995	2000	2005	2010	2015
Quantidade (ton.)	1.080	2.822	600	0	0	0
Área (ha)	300	1.000	600	0	0	0

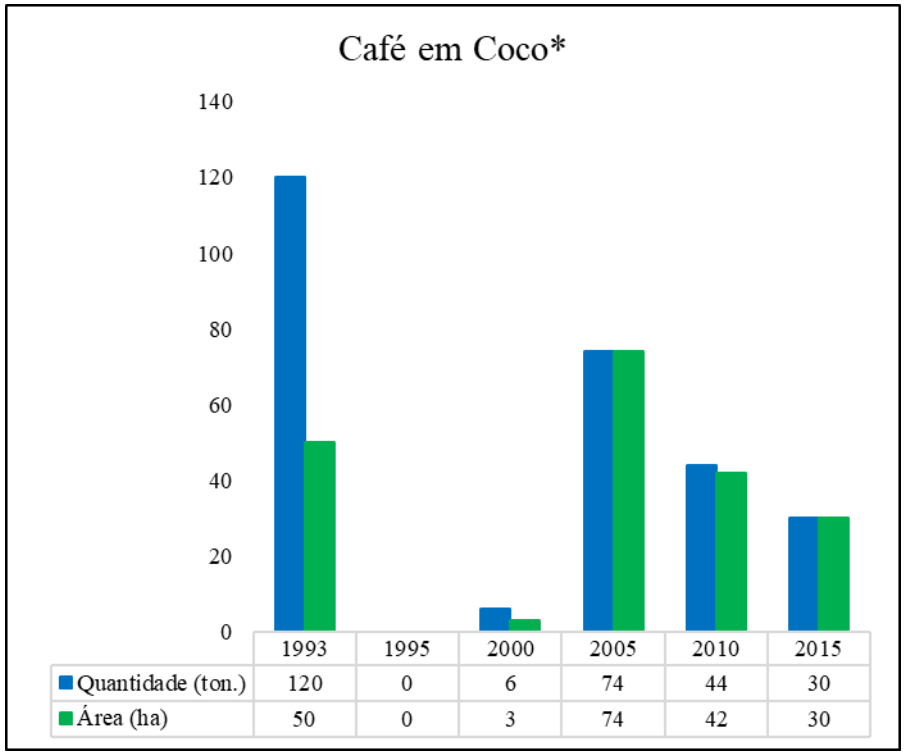


	1993	1995	2000	2005	2010	2015
Quantidade (ton.)	1.680	2.400	1.980	3.000	1.920	11.520
Área (ha)	700	1.000	750	2.500	400	2.400

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).

Figura 17: Lavouras no município de Rosana (1993 - 2015) – Continuação





Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).
* Até 2001, café (em coco), a partir de 2002, café (beneficiado ou em grão).

Opostamente ao verificado em relação ao município de Mirante do Paranapanema (SP), Rosana (SP) apresentou uma diminuição do efetivo bovino no período de 1995/96 a 2006 (de 73.099 para 65.522 cabeças) ao passo em que houve concomitantemente um aumento das áreas de pastagens (de 36.037 hectares para 48.666 hectares), como apontado na Tabela 22.

Tabela 22: Efetivo de bovinos no município de Rosana (1995/96 - 2006)

Município de Rosana	
Anos	**Nº de Cabeças**
1995/96	73.099
2006	65.522

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

Para estudar a dinâmica populacional do município de Rosana (SP), utilizaremos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE[105]. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi analisado por meio dos dados disponíveis na Plataforma Atlas Brasil (2018).

3.3.2 A população e o IDHM no município de Rosana (SP)

A população rural do município de Rosana (SP) no ano de 2000 era quase o triplo da urbana, enquanto que em 2010, a população urbana já era quase cinco (5) vezes maior que a rural (Tabela 23).

Tabela 23: Dinâmica populacional do município de Rosana (2000-2010)

Anos	**População Total**	**População Rural**	**População rural (%)**	**População Urbana**	**População urbana (%)**	**Variação da População Total (2000-2010)**	**Variação da População Total (2000-2010) (%)**
2000	24.192	18.003	74,42	6.198	25,58	- 4501	-18,61
2010	19.691	3.833	19,47	15.858	80,53		

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010.

[105] Cumpre ressaltar que não consideramos o Censo Demográfico de 1991 para a análise do município de Rosana (SP), como fizemos em relação ao município de Mirante do Paranapanema (SP), pois o referido só foi instalado em 1º de janeiro de 1993, com a posse do primeiro prefeito. Antes de 1993, os dados populacionais de Rosana (SP) são apresentados conjuntamente com os de Teodoro Sampaio (SP).

De um modo geral, houve um decréscimo do contingente populacional do município de Rosana (SP) no período de 2000 a 2010 de 4.501 habitantes ou de 18,61% (Tabela 34). Vale lembrar que a conclusão da construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta no ano de 1999, com a dispensa de grande número de trabalhadores, contribuiu para a diminuição da população do município de Rosana (SP).

Segundo o IBGE (2018), a população do município de Rosana (SP) foi estimada no ano de 2017 em 17.795 habitantes.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Rosana (SP) verificaram-se alterações positivas de 0,540, em 1991, para 0,688 em 2000 e para 0,764 no ano de 2010 (BRASIL. PLATAFORMA ATLAS BRASIL, 2018).

Segundo a Plataforma Atlas Brasil (2018), o município de Rosana (SP) se situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) e a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,818, seguida de Renda, com índice de 0,749, e de Educação, com índice de 0,728. O referido município ocupa a 304ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Apesar dos dados apresentados por meio das consultas no SEADE e na Plataforma Atlas Brasil mostrarem que, estatisticamente, o desenvolvimento humano no município de Rosana (SP) é maior que no município de Mirante do Paranapanema (SP), Silva, P. (2011, p. 97) adverte que:

> Determinada cidade pequena da região de Presidente Prudente pode ter um grande PIB como ocorre com Rosana, em razão dos *royalties* pagos pelo Estado dado o impacto da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (instalada em seu território), mas possuir uma população pobre e uma estrutura de serviços com caráter deficitário, bem como acumular diversos escândalos de corrupção em algumas de suas gestões municipais (em termos de má administração com afastamento de prefeitos).

Na prática, os altos valores do PIB apresentados por determinados municípios, como no caso em análise, Rosana (SP), não significam efetivamente melhor distribuição de renda e desenvolvimento humano para a população desta localidade em virtude de que o PIB demonstra apenas o montante do dinheiro usado e não a qualidade desse uso, ou seja, se propiciou ou não melhores condições de vida que incluem infraestrutura, saúde, educação, dentre outros.

Em suma, constatou-se no decorrer deste capítulo que se trata de municípios com estrutura fundiária concentrada – o que é um reflexo de toda a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – ainda que se tenha estudado o município de Mirante do Paranapanema (SP) que é considerado “a capital da Reforma Agrária” por conta do seu expressivo número de assentamentos rurais (35 no total). Verificou-se também pouco dinamismo da agricultura, sobretudo quando se identifica a quantidade de área com a implantação da cana-de-açúcar, por exemplo, para o abastecimento de unidades processadoras localizadas na região e a expressiva presença da pecuária, principalmente a leiteira em sistema extensivo de produção. Ainda que apresentado um alto IDHM reconhece-se a necessidade de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, sejam eles, convencionais ou assentados.

Diante do apresentado, no capítulo a seguir tratamos da caracterização das unidades produtivas dos agentes territoriais beneficiários fornecedores do PAA e do PNAE que se configuram como importantes políticas públicas que garantem a reprodução social e permanência no campo.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DOS AGENTES TERRITORIAIS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA E DO PNAE

O caminho percorrido entre a formulação de uma política e sua efetivação na prática requer uma trajetória longa que envolve tomadas de decisão pelos implementadores em determinados contextos políticos, econômicos e institucionais. Ou, em outros termos, referem-se a uma rede de agentes, sistemas complexos que resultam em situações imprevisíveis (ROSSI; FREEMAN, 1993).

De acordo com Souza, S. (2015, p. 59), ao analisar as políticas públicas e o desenvolvimento territorial:

> O ponto de partida para qualquer análise de uma política pública é definir quais são os objetivos e as demandas as quais fazem parte da implementação e materialização de suas ações nos territórios, por meio das práticas sociais e espaciais que constituem o processo de implementação de um determinado programa, em um território.

Assim: "[...] O objetivo principal de uma análise de política pública deve ir além da definição de resultados, todavia, deve compreender como as ações são definidas e apropriadas pelos agentes territoriais envolvidos no processo de sua implementação" (SOUZA, S., 2015, p. 59).

Desta maneira pode-se concluir que analisar a política pública em suas reais condições de efetivação significa, portanto, admitir que o implementador a modifica e, por isso, cada análise deve levar em conta os objetivos e estratégias, não somente dos formuladores das políticas, mas também das decisões e das preferências do agente que representa a autoridade central da rede de implementação (GOMES; FERRANTE, 2012).

Para Arretche (2001, p. 43) há uma grande responsabilidade e autonomia destes agentes:

> [...] a despeito dos esforços de regulamentação da atividade dos implementadores, estes têm razoável margem de autonomia para determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos bens e serviços a serem oferecidos. Neste sentido, eles têm a prerrogativa de, de fato, fazer a política. É esta autonomia que por sua vez, lhes permite atuar segundo seus próprios referenciais.

Quanto à avaliação das políticas públicas infere-se que, "[...] o processo avaliatório deve ser pensado como uma oportunidade de reflexão e possibilidade de conquistar os

resultados enunciados nos objetivos iniciais das políticas" (GOMES; FERRANTE, 2012, p. 163).

Nesse aspecto, Grisa et al. (2009) partem da concepção de que a avaliação não é, estritamente, a última fase do ciclo de uma política pública, mas sim uma etapa constante no processo de elaboração e implementação de uma política.

Cumpre lembrar que as políticas públicas e os programas governamentais têm inúmeras variáveis que podem comprometer seus níveis de eficácia[106]. Essas variáveis podem estar correlacionadas tanto aos aspectos socioculturais (ao capital social local, por exemplo), quanto às questões estruturais (infraestrutura e conhecimento técnico dos órgãos de extensão rural, apoio do poder público municipal, número de entidades dispostas a receber produtos agrícolas, dentre outros). Todos esses fatores devem ser levados em conta pelos gestores públicos (SIMÃO; SILVA, E. A; SILVEIRA, 2014).

Exemplo disso é o caso do Estado do Rio Grande do Sul, em que Grando e Ferreira (2013, p. 16), ao analisarem o PAA neste estado, afirmam que:

> [...] há distintos setores da agricultura familiar caracterizados por estruturas produtivas modernas, integrados economicamente ao mercado e socialmente organizados. Para isso, contribuiu como um fator decisivo o atrelamento desses agricultores ao padrão de desenvolvimento agrícola induzido pela indústria processadora, a indústria de máquinas e o sistema financeiro, que promovem o uso de tecnologias modernas e mudanças na organização da produção. É igualmente relevante, a tradição, aqui existente, na formação de diferentes associações de produtores (cooperativas, condomínios rurais, organização em feiras, agroindústrias comunitárias) em busca de melhor capacidade produtiva, poder de barganha na aquisição de insumos e equipamentos, uso coletivo de máquinas, etc. Também fazem parte desse processo de organização, as ações coletivas reivindicatórias, de longa data com força no Rio Grande do Sul (como, por exemplo, a luta por preços mais justos pelos seus produtos). Isso tudo levou a formação de um segmento de agricultores melhor habilitados para responder às exigências do PAA.

Diante do exposto, as autoras se indagam quanto ao fato de que restaria saber o quanto a clientela majoritária da referida política pública no Estado do Rio Grande do Sul, composta pelos agricultores tidos como mais consolidados, é representativa da agricultura familiar gaúcha. Por outro lado, se estaria ocorrendo no Rio Grande do Sul o que alguns críticos chamam de "descompasso entre as concepções originais e as ações de implementação"

[106] De acordo com Simão, Silva, E. A. e Silveira (2014, p. 4) consubstanciados em Figueiredo e Figueiredo (1986), "a eficácia visa analisar, à luz do que foi concebido para a execução de determinado programa, se ele está atingindo suas metas".

quando mencionam o PAA enquanto instrumento de política que deveria atender preferencialmente agricultores em situação de exclusão social.

4.1 O PAA E OS AGENTES TERRITORIAIS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

Abordaremos nesse item os produtores rurais - considerados Agentes territoriais beneficiários fornecedores - que participam do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). Os 48 pesquisados do recorte espacial de estudo que participavam do PAA eram todos assentados rurais (Tabela 24).

Tabela 24: Número de produtores participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra de pesquisados

Município	**Produtores participantes do PAA, segundo a CONAB**	**Amostra de 10% dos produtores participantes do PAA que foram pesquisados**
Mirante do Paranapanema	312	32
Rosana	16	16*
Total	328	48

*Em virtude do baixo número de produtores cadastrados nesse município realizamos a aplicação de formulários a 100% deles e não somente a 10%.
Org. Eliane Regina Francisco da Silva (2015).
Fonte: CONAB (2015) e prefeituras municipais.

Para a aplicação de formulários junto aos produtores participantes do PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP), consideramos uma amostra de 10% dos que entregavam gêneros alimentícios para o referido mercado institucional de compra da agricultura familiar, segundo o *site* da CONAB, ou seja, 32 produtores assentados. A escolha dos entrevistados foi realizada aleatoriamente. Chegamos até os produtores rurais selecionados com a ajuda do presidente de uma das associações estudadas no mês de março de 2016. Os 16 participantes do referido programa no município de Rosana (SP) são todos assentados rurais e membros da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA)

A aplicação de formulários faz parte da pesquisa de campo e a Geografia, assim como outras ciências, utiliza-se dessa ferramenta com vistas a estudar a espacialização dos fatos

humanos individuais e coletivos, que abordam o uso dos recursos naturais e os aspectos econômicos, sociais e políticos de um território, visando à compreensão dos mais diferentes aspectos que envolvem determinada realidade (CIOCCARI, 2013).

A autora explica que o trabalho de campo pode ser definido pela observação de fatos e fenômenos concretos, bem como pela coleta, análise e interpretação de dados, tendo como base uma fundamentação teórica que leve a compreender e explicar o objeto de estudo. Considerando-se o objeto de estudo, selecionam-se algumas técnicas, como por exemplo, aplicação de questionários, entrevistas e anotações em geral ou até mesmo amostras de materiais diversos, dentre outras.

Cioccari (2013), fundamentada em sua dissertação de mestrado que objetivou estudar o ensino da Geografia e o trabalho de campo no município de Júlio de Castilhos (RS), afirma que as aulas de Geografia são ministradas, muitas vezes, atualmente, no âmbito escolar e na formação de jovens, de modo afastado dos aspectos referentes ao vivido. Com o trabalho de campo há a exposição de conteúdos, partida de vivências e de experiências práticas, nos quais os fenômenos espaciais serão verificados *in loco*, levando a aprendizagem a ser construída a partir da realidade, "desconstruindo, assim, o processo de fixação do conteúdo por meio da memorização e de leituras desconectadas de seus cotidianos" (CIOCCARI, 2013, p. 14).

4.1.1 A implementação do PAA: produtores assentados entrevistados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

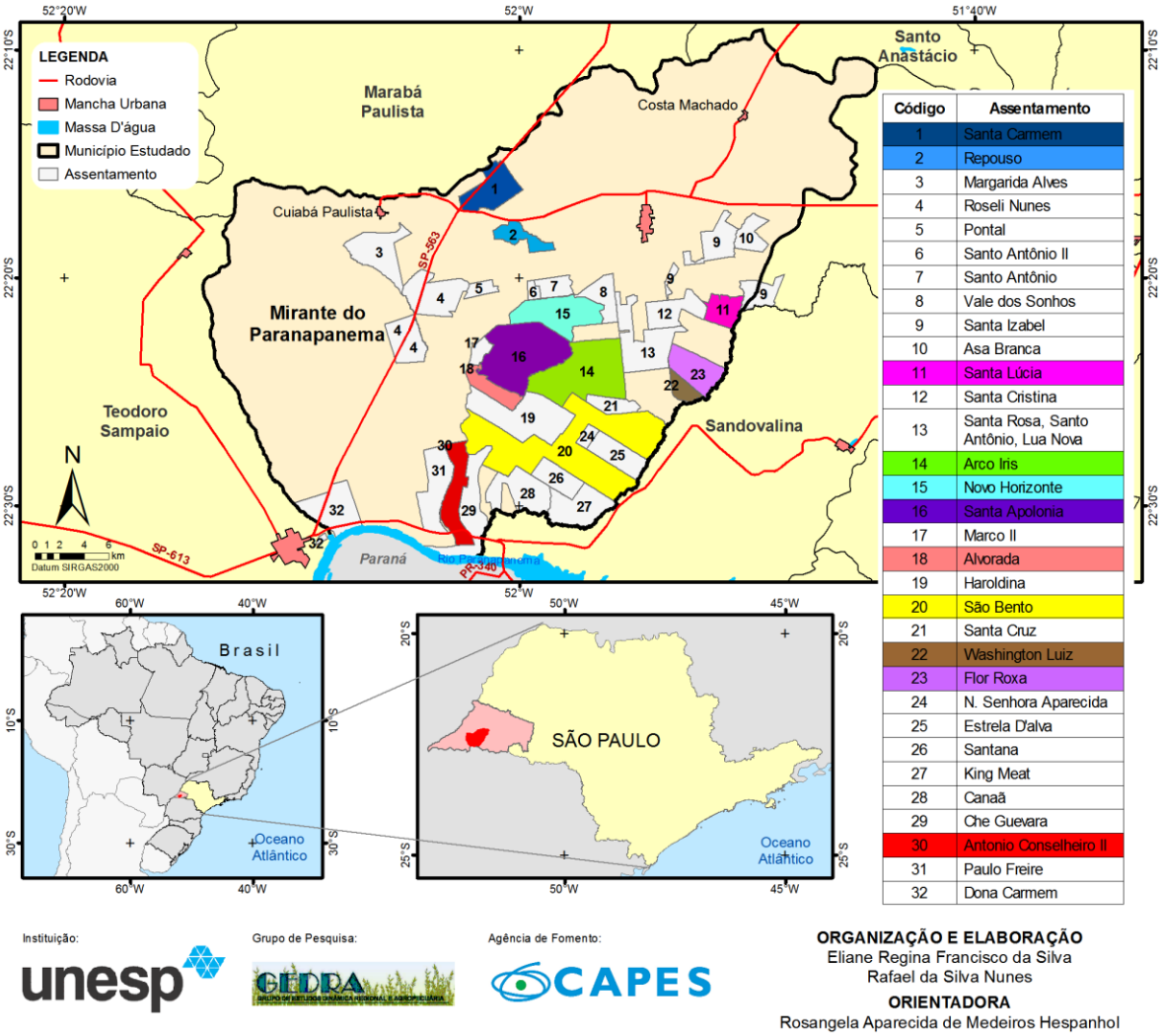
A Tabela 25 e o Mapa 6 mostram a distribuição dos 32 produtores rurais assentados pesquisados por local de residência e associação no município de Mirante do Paranapanema (SP).

Tabela 25: PAA: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados por local de residência e associação no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Local de residência	Número de famílias residentes nos assentamentos visitados	Associação de produtores rurais	Número de produtores rurais assentados pesquisados
Assentamento Arco Íris	105	Associação Unidos e Democráticos do Assentamento Arco Íris	8
Assentamento São Bento	182	Associação de Produtores Rurais Assentados Oeste (Associação Oeste)	5
Assentamento Santa Apolônia	104	Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema – SP (AMAS)	4
Assentamento Santa Carmem	37	Associação Força Feminina do Município de Mirante do Paranapanema	3
Assentamento Antônio Conselheiro	65	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antônio Conselheiro (APRAACON)	3
Assentamento Santa Lúcia	24	Associação União do Município e Comarca de Mirante do Paranapanema – SP	2
Assentamento Flor Roxa	39	Associação União do Município e Comarca de Mirante do Paranapanema – SP	2
Assentamento Novo Horizonte	57	Associação dos Micro produtores da Agricultura Familiar do Assentamento Santa Carmem (ASPRAF)	2
Assentamento Alvorada	21	Associação Comunitária de Produtores Rurais dos Assentamentos Flor Roxa e Washington Luiz (A.C.P.R)	1
Assentamento Washington Luiz	16	Associação Comunitária de Produtores Rurais dos Assentamentos Flor Roxa e Washington Luiz (A.C.P.R)	1
Assentamento Repouso	21		1
Total	**671**		**32**

Fonte: ITESP e Pesquisa de campo (março/2016).

Mapa 6: Localização dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados



Código	Assentamento
1	Santa Carmem
2	Repouso
3	Margarida Alves
4	Roseli Nunes
5	Pontal
6	Santo Antônio II
7	Santo Antônio
8	Vale dos Sonhos
9	Santa Izabel
10	Asa Branca
11	Santa Lúcia
12	Santa Cristina
13	Santa Rosa, Santo Antônio, Lua Nova
14	Arco Iris
15	Novo Horizonte
16	Santa Apolonia
17	Marco II
18	Alvorada
19	Haroldina
20	São Bento
21	Santa Cruz
22	Washington Luiz
23	Flor Roxa
24	N. Senhora Aparecida
25	Estrela D'alva
26	Santana
27	King Meat
28	Canaã
29	Che Guevara
30	Antonio Conselheiro II
31	Paulo Freire
32	Dona Carmem

Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

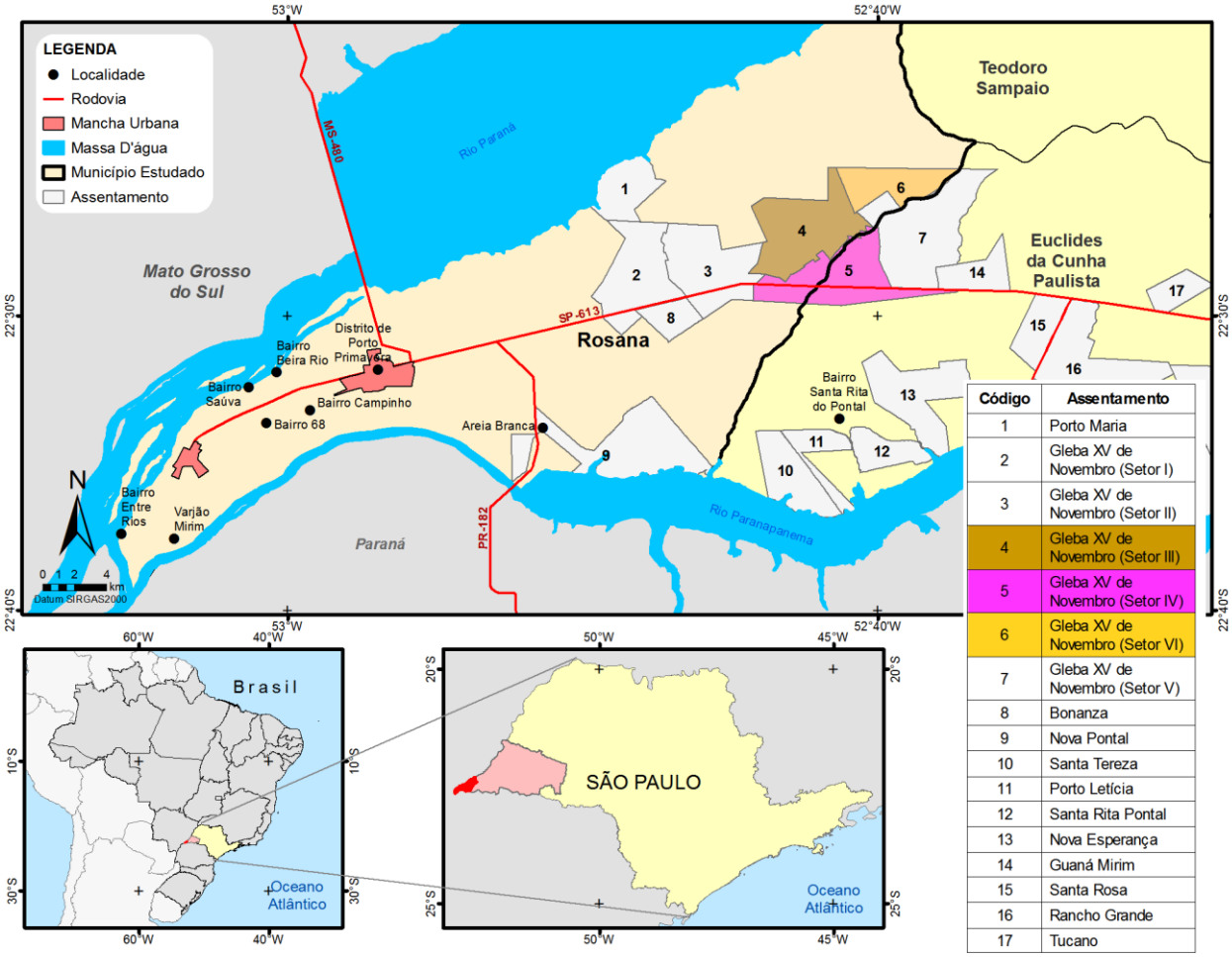
A Tabela 26 e o Mapa 7 mostram a distribuição dos 16 produtores rurais assentados pesquisados no município de Rosana (SP).

Tabela 26: PAA: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados no município de Rosana (SP) participantes do PAA

Local de residência	**Número de famílias residentes no assentamento visitado**	**Associação de produtores rurais**	**Número de produtores rurais assentados pesquisados**
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor III)	571*	Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA)	14
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor IV)			1
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor VI)			1
Total			**16**

*Não foi disponibilizado pelo ITESP o número de famílias residentes por Setor do Assentamento Gleba XV de Novembro.
Fonte: ITESP e Pesquisa de campo (abril/2016).

Mapa 7: Localização dos setores do Assentamento Gleba XV de Novembro no município de Rosana (SP) – em destaque os locais de residência dos entrevistados participantes do PAA



Código	Assentamento
1	Porto Maria
2	Gleba XV de Novembro (Setor I)
3	Gleba XV de Novembro (Setor II)
4	Gleba XV de Novembro (Setor III)
5	Gleba XV de Novembro (Setor IV)
6	Gleba XV de Novembro (Setor VI)
7	Gleba XV de Novembro (Setor V)
8	Bonanza
9	Nova Pontal
10	Santa Tereza
11	Porto Letícia
12	Santa Rita Pontal
13	Nova Esperança
14	Guaná Mirim
15	Santa Rosa
16	Rancho Grande
17	Tucano

Instituição: unesp — Grupo de Pesquisa: GEDRA — Agência de Fomento: CAPES

ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO
Eliane Regina Francisco da Silva
Rafael da Silva Nunes
ORIENTADORA
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco e Rafael da Silva Nunes.

Oliveira, J. (2015) assinala a simbiose entre assentamentos rurais e a modalidade Doação Simultânea do PAA no estado de São Paulo, sobretudo nas Regiões Administrativas de Registro, Presidente Prudente e Sorocaba no ano de 2012. Assim, o autor cita algumas pressuposições para a referida relação (PAA e assentamentos rurais): a) os assentados teriam maior nível de organização e reivindicação, em decorrência do processo de luta pela terra e atuação nos movimentos sociais; b) maior articulação com as estruturas institucionais superiores, sobretudo o INCRA e a CONAB objetivando atender o mesmo público; c) público formado por agricultores mais empobrecidos e com maior dificuldade de acesso ao sistema

financeiro; e, d) menor interesse dos agricultores familiares mais capitalizados, devido ao valor monetário individual (cota) ser relativamente mais baixo.

Vale ressaltar, segundo Souza, S. (2015) - que analisou as políticas públicas e o desenvolvimento territorial no Estado de São Paulo, sobretudo nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio - que novas dinâmicas socioeconômicas são criadas pela implantação de assentamentos rurais, pois esses fomentam o aumento da população no campo, propiciam a diversificação da produção agropecuária, reforçam o trabalho familiar em pequenos estabelecimentos rurais e estimulam a busca por bens de consumo duráveis, não-duráveis e por serviços prestados pelo poder público, nos núcleos urbanos. Assim sendo, os assentamentos rurais e as famílias assentadas colaboram para uma relação campo-cidade mais dinâmica, tanto no que se refere ao fluxo, quanto no tocante à densidade de pessoas e mercadorias, gerando um processo de complementaridade entre esses dois espaços.

Os produtores pesquisados participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) estavam organizados em associações. Vale ressaltar que as associações são definidas pela Lei nº 10.406/02 do Código Civil que as consideram como uma união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (art. 53). Sendo assim, as referidas associações formam um agrupamento de pessoas, com finalidade convergente, que buscam a defesa de determinados interesses, sem ter o lucro como objetivo. Em outros termos, são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que devem reverter a renda auferida por meio das atividades desempenhadas para o cumprimento dos seus objetivos estatutários. Quanto à finalidade das associações, essas podem ser classificadas em "altruística", como por exemplo, uma associação beneficente que atende a uma comunidade sem restrições qualificadas ou "não altruística" quando se restringe a um grupo seleto e homogêneo de associados.

É premente salientar que, ainda que os fins das associações não sejam de ordem econômica, elas não estão vetadas de realizar atividades geradoras de receita, visto que não há proibição legal ao desempenho de tais atividades, desde que as mesmas se caracterizem para o atendimento de seus fins. Dessa forma, elas não perdem a categoria de associação mesmo que realizem negócios para manter ou maximizar seu patrimônio, desde que isso não propicie lucro aos associados, dirigentes ou instituidores. Enfim, as atividades econômicas devem estar

previstas expressamente em seus estatutos, bem como a intenção de reverter por completo a receita gerada para a consecução dos seus objetivos sociais (CAZUMBÁ, 2016).

Os benefícios da participação em associações são identificados na cartilha disponibilizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR (2011, p. 8), que enfatiza:

> Uma associação legalmente registrada possibilita a seus associados ter voz e se fazer ouvir na sociedade e nos espaços de decisão pública, como os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, de educação, de saúde, de segurança, de meio ambiente, entre outros. Da mesma forma, para representar os seus interesses em câmaras municipais, em políticas e programas governamentais, ou mesmo para obterem acesso a algumas linhas de crédito, os produtores e trabalhadores rurais necessitam se organizar.

No entanto, Cavalcanti (2010) que versa sobre a visão de futuro, oportunidades e dificuldades das associações, lembra que essas organizações passam por grandes desafios internos, a saber: 1) Governança, 2) Foco, 3) Objetivos claros, 4) Transparência e 5) Gestão. O autor afirma que além da atitude de pioneirismo que o presidente deve ter, este ainda deve administrar muito bem os recursos (que são escassos) e também apresentar resultados e dados financeiros de forma transparente. Os demais membros também devem ser assíduos e participativos.

Cumpre ressaltar ainda que, muitas vezes, o individualismo se sobressai perante o altruísmo, em decorrência de experiências mal sucedidas ou mesmo pela dificuldade de se trabalhar coletivamente.

Segundo Hespanhol, R. (2013), as associações de produtores rurais, muitas vezes, são criadas pela incompetência de mobilização de outros canais de representação, como por exemplo, as cooperativas e os sindicatos. Dessa forma, essas organizações coletivas podem responder eficientemente quanto à escala produtiva e à viabilização da demanda dos produtores, frente aos altos custos de produção, exigências tecnológicas e dificuldades de comercialização. Contudo, a autora assinala que, em alguns casos, as associações surgem somente com vistas a possibilitar a obtenção de recursos públicos e/ou a participação em programas, nas escalas federal e/ou estadual.

Considerando que no município de Rosana (SP) todos os entrevistados faziam parte da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA), julgamos pertinente realizarmos uma entrevista com o presidente da referida associação[107].

De acordo com o agricultor, pecuarista e presidente da ARCA, a referida organização coletiva não dispõe de apoio (técnico, financeiro, organizacional, dentre outros) da prefeitura municipal. O referido entrevistado afirmou que as principais dificuldades enfrentadas pela associação são a falta de assistência técnica e de acesso aos financiamentos. Segundo ele, para ser associado só é necessário possuir a DAP. A ARCA foi criada em março de 2011 com 14 membros com o objetivo de se organizarem para participar do PAA. A iniciativa de criação da associação foi dos próprios produtores rurais membros.

A associação possui 16 associados, sendo nove (9) pertencentes ao município de Rosana (SP) e sete (7) ao município de Euclides da Cunha Paulista (SP). A sede está localizada na casa do presidente da associação, onde também ocorrem as reuniões bimestrais. A ARCA não possui funcionários e dos seus associados não são cobradas taxas. Também não há o uso de implementos agrícolas de forma coletiva e nem são realizadas compras em conjunto por parte dos associados.

Os associados da ARCA aderiram ao PAA no ano de 2011 e, segundo o entrevistado, até aquele momento (abril de 2016) não participavam de outros programas de compras governamentais, como por exemplo, o PNAE. Os responsáveis pela elaboração dos projetos do PAA é o ITESP, pois seus associados são todos assentados rurais. Os associados da referida associação souberam da existência do PAA pelo presidente da ARCA. Segundo ele, todos os associados podem ser considerados produtores de pequeno porte porque são todos agricultores familiares.

A entrega dos produtos para o PAA ocorre tanto no município de Rosana (SP) quanto no de Euclides da Cunha Paulista (SP). Quando indagado sobre a existência do COMSEA e do CAE no município, o entrevistado informou que não só os conhece como também participa de ambos.

De acordo com o presidente da ARCA, o pagamento aos produtores pela entrega da produção ao PAA ocorre via associação e o controle de qualidade dos produtos ocorre na casa dele, sendo realizado por ele e pela esposa. O entrevistado afirma que os preços pagos pelos

[107] Informações adquiridas por meio de entrevista realizada no dia 16 de abril de 2016.

produtos são compensadores e que o PAA propicia o aumento da renda dos produtores rurais, a garantia de comercialização, o estímulo à diversificação produtiva no município, ao trabalho familiar no campo e à participação feminina e à oferta de produtos de boa qualidade aos beneficiários. No entanto, ressalta a necessidade do aumento do valor da cota entregue, que no momento de realização da pesquisa de campo era de R$ 8.000,00.

No município de Mirante do Paranapanema (SP), dos 32 produtores assentados analisados, 29 ou 90,62% são agricultores e pecuaristas e três (3) ou 9,38% são apenas agricultores, enquanto que no município de Rosana (SP), dos 16 produtores assentados rurais analisados, seis (6) ou 37,50% são agricultores e pecuaristas; cinco (5) ou 31,25% são aposentados, pecuaristas e agricultores; três (3) ou 18,75% são apenas agricultores; e dois (2) ou 12,50% são agricultores, pecuaristas e pensionistas.

Quanto à aposentadoria, Moreira (2012, p. 315) - ao estudar a ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul - SP - afirma que:

> No caso específico da aposentadoria, a renda de transferência social é de suma importância para os produtores rurais idosos. A Previdência Social no Brasil passou por diferentes fases, e suas regras foram sendo alteradas pelos diversos governos, com o objetivo de abranger o maior número de beneficiários e, também, de evitar crises e desequilíbrios na economia brasileira.

Em vias gerais, a aposentadoria é uma política pública de transferência de renda que visa garantir o mínimo necessário para a reprodução social das famílias (MOREIRA, 2012).

No que se refere à idade dos produtores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP), pode-se observar que todos possuem idade acima de 30 anos e até a 70 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 51 e 60 anos, correspondendo a 12 produtores que representam 37,50% do total. Dos demais produtores, cinco (5) ou 15,63% possuem entre 30 e 40 anos; 11 produtores têm entre 41 e 50 anos que correspondem a 34,38% do total e quatro (4) ou 12,50% dos produtores têm idade entre 61 e 70 anos. No município de Rosana (SP) verificou-se que todos os entrevistados possuem idade acima de 30 anos e até a 70 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 61 e 70 anos, correspondendo a seis (6) produtores, representando 37,50% do total, ou seja, são produtores considerados idosos, como mostra os dados da Tabela 27.

Nessa perspectiva, vale ressaltar, segundo Morais (2007), que o envelhecimento populacional é um fenômeno de abrangência mundial, manifestado pela diminuição progressiva das taxas de fecundidade, mortalidade e aumento da expectativa de vida.

A referida autora que estudou o envelhecimento no meio rural, as condições de vida, saúde e apoio dos idosos *mais velhos* de Encruzilhada do Sul (RS), afirma ainda que "[...] dentre a população envelhecida (60 anos ou mais), são os idosos mais velhos (80 anos ou mais), a parcela que mais cresce, e com eles também aumentam as demandas sociais, de saúde e de infraestrutura, para comportar e assegurar a qualidade de vida dessa 'elite'" (MORAIS, 2007, p. 9).

Morais (2007) alerta que os idosos que vivem em áreas rurais, que segundo ela representam 60% em todo o mundo, merecem ter atenção redobrada, já que as doenças que se apresentam são distintas em decorrência das condições do ambiente, da falta de serviços de ajuda e de saúde disponíveis, e das características socioeconômicas.

Tabela 27: PAA: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

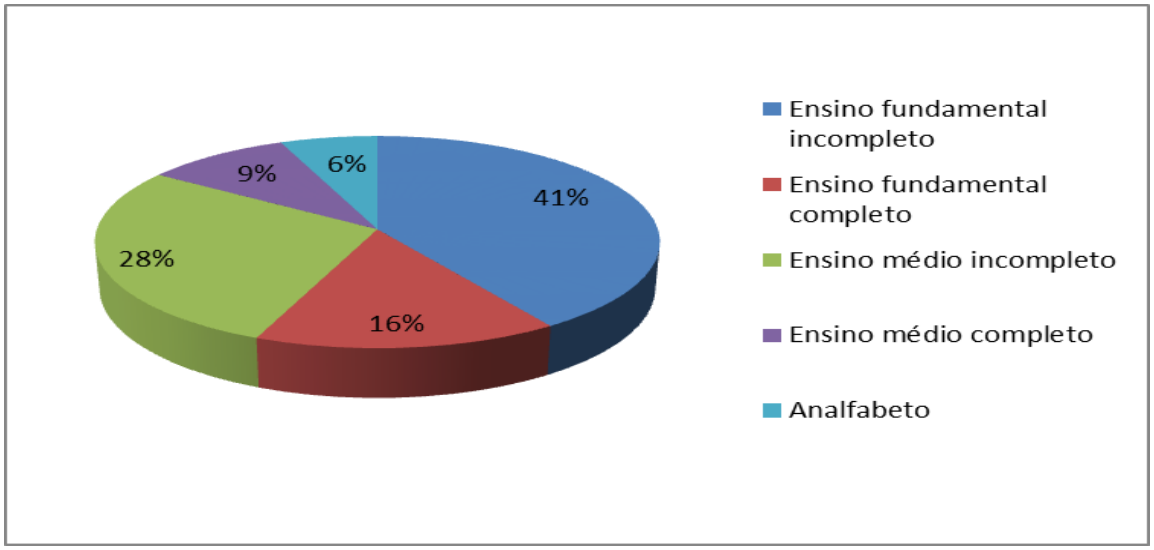
	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Idade	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
30 e 40	5	15,63	3	18,75
41 e 50	11	34,38	2	12,50
51 e 60	12	37,50	5	31,25
61 e 70	4	12,50	6	37,50
Total	**32**	**100**	**16**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Quanto à escolaridade dos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), 41% (13 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto; 16% (cinco (5) produtores) apontaram ter estudado até o ensino fundamental completo; 28% (nove (9) produtores) indicaram que estudaram até o ensino médio incompleto; 9% (três (3) produtores) informaram possuir o ensino médio completo; e apenas dois (2) produtores (6%) disseram ser analfabetos. Já no que se refere aos produtores do município de Rosana (SP) identificou-se que 50% (8 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto. Vale ressaltar também que dois (2) produtores (12%) disseram ser analfabetos e apenas um (1) ou 7% disse que tinha ensino superior completo (Figuras 18 e 19), ou seja, o

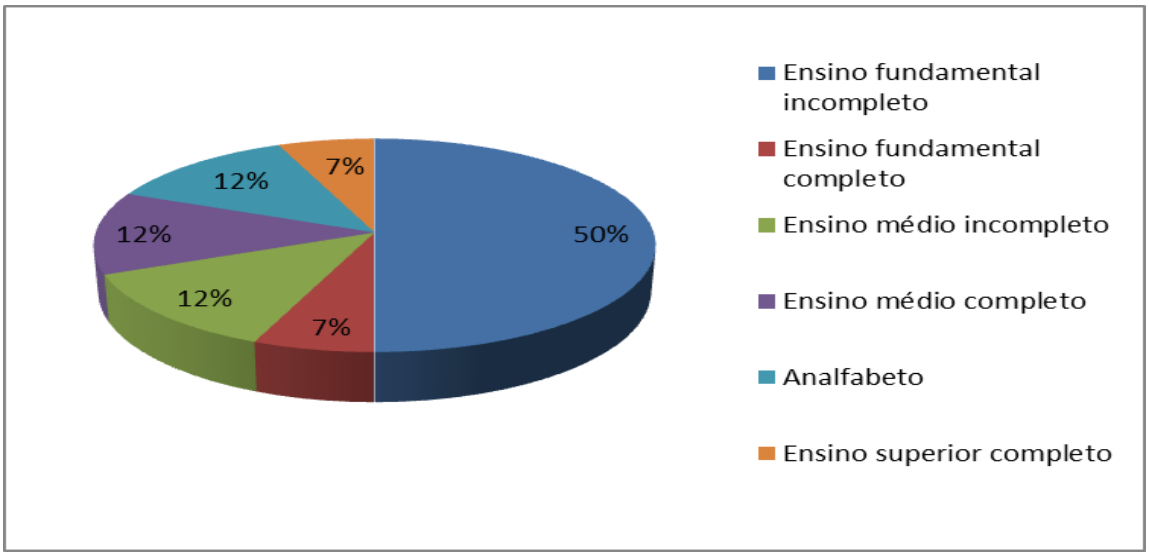
baixo nível de escolarização formal foi novamente verificado entre os entrevistados na presente pesquisa.

Figura 18: PAA: Escolaridade dos produtores assentados entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Figura 19: PAA: Escolaridade dos produtores assentados entrevistados no município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Verificou-se, de um modo geral, a baixa escolaridade dos produtores rurais pesquisados. Sobre esse aspecto, Neves Neto (2013, p. 283) ao estudar as políticas públicas e o desenvolvimento rural, e mais especificamente, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo[108] afirmou que:

> [...] Ainda que o conhecimento acumulado por esses produtores na lida diária deva ser incluído em toda política pública que tenha como objetivo o desenvolvimento rural, a pouca escolaridade pode dificultar a introdução de novas tecnologias nos espaços rurais.

Em outros termos, *o saber fazer* dos produtores rurais deve ser considerado, entretanto, às vezes, esse esbarra em algumas limitações, como por exemplo, a dificuldade de adesão às novas tecnologias.

Identificou-se que dos 32 produtores assentados estudados no município de Mirante do Paranapanema (SP), um (1) ou 3,12% mora entre um (1) e cinco (5) anos no lote rural; seis (6) ou 18,7% moram entre dez (10) e 15 anos; 22 ou 68,8% moram entre 15 e 20 anos; e três (3) ou 9,38% há mais de 20 anos. Esses dados mostram que seis (6) ou 37,50% dos analisados moram há cerca de 20 anos nos lotes rurais, ou seja, são produtores que, apesar das dificuldades enfrentadas, permanecem há muitos anos no meio rural.

Dos 16 assentados pesquisados no município de Rosana (SP) verificou-se que um (1) ou 6,25% mora entre um (1) e cinco (5) anos no lote rural; cinco (5) ou 31,25% moram entre 5 e 10 anos no lote rural e quatro (4) ou 25% moram entre 10 e 15 anos e seis (6) ou 37,50% há mais de 20 anos. Esses dados mostram que seis (6) ou 37,50% dos analisados moram há mais de 20 anos nos lotes rurais, ou seja, são produtores que apesar das dificuldades enfrentadas, como por exemplo, acesso à assistência técnica e infraestrutura básica (estradas, escolas, abastecimento d'água, postos de saúde, dentre outros) permanecem há muitos anos no meio rural (Tabela 28).

---

[108] Para mais informações sobre o desenvolvimento territorial, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, consultar: NEVES NETO, C. C. **Políticas públicas & desenvolvimento rural:** o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

Diante dessa realidade, Steffenon e Moser (2010, p. 15), que estudaram os assentamentos da reforma agrária em Santa Catarina, apontam a importância dos assentamentos rurais como direito à moradia e inferem que:

> [...] Apesar de a reforma agrária ainda não ser assumida como uma prioridade de governo ou política pública, esta tem demonstrado promover efetivamente a inclusão social, por meio da luta política, da organização, dos acampamentos e assentamentos, da produção de alimentos e geração de renda, da ascensão do nível cultural, da cooperação, da permanente luta por direitos para a agricultura camponesa. O acesso ao direito à moradia é uma das reivindicações históricas [...], bem como a elaboração de políticas e programas específicos para o meio rural; pois este também é espaço de vida e cidadania e requer atenção do Estado para garantir qualidade de vida e não apenas apoio tímido para atividades e estruturas produtivas.

Vale ressaltar que, devido à omissão do Estado e a falta de condições econômicas das famílias, ainda perduram muitos casos de inviabilização de moradias dignas. Compreende-se também que somente o acesso a este direito (o da moradia) não garante melhores condições de vida e cidadania no campo.

Tabela 28: PAA: Tempo de moradia dos produtores assentados entrevistados nos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Tempo de moradia (anos)	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Entre 1 e 5	1	3,12	1	6,25
Entre 5 e 10	-	-	5	31,25
Entre 10 e 15	6	18,7	4	25,00
Entre 15 e 20	22	68,8	6	37,50
Acima de 20	3	9,38	-	-
Total	**32**	**100**	**16**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

Dos 32 assentados pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), um (1) ou 3,12% possui uma área de oito (8) ha, dois (2) ou 6,25% possuem uma área de nove (9) ha; um (1) ou 3,12% possui uma área de 16 ha, quatro (4) ou 12,50% possuem uma área de 18 ha, dois (2) ou 6,25% possuem uma área de 18,50 ha, um (1) ou 3,12% possui uma área de 19 ha, um (1) ou 3,12% possui uma área de 20 ha, 14 ou 43,75% possuem uma área de 21 ha, dois (2) ou 6,25% possuem uma área de 22 ha, três (3) ou 9,38% possuem uma área de 23 ha e um (1) ou 3,12% possui uma área de 23,50 ha.

No município de Rosana (SP), dos 16 pesquisados, dez (10) ou 62,50% possuem área de 18 hectares e outros seis (6) ou 37,50% a área inferior ao referido estrato (Tabela 29). Verificou-se então que, todos os produtores pesquisados possuem minifúndios, pois na perspectiva do Direito Agrário, o Estatuto da Terra define em seu art. 4º, IV, o minifúndio como "o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar". Em outros termos, trata-se de uma propriedade de dimensão inferior à do módulo rural (BRASIL. CONGRESSO NACIONAL, 1964). No caso dos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e de Rosana (SP) o módulo fiscal corresponde a 30 ha.

Tabela 29: PAA: Área (ha) dos lotes dos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Nº de produtores	**Área (ha) dos lotes**	**Nº de produtores**	**Área (ha) dos lotes**
1	8	1	7
2	9	1	14
1	16	2	15
4	18	2	17
2	18,50	10	18
1	19	-	-
1	20	-	-
14	21	-	-
2	22	-	-
3	23	-	-
1	23,50	-	-
32	-	**16**	-

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

A extensão territorial (área em hectares) dos lotes de assentamentos rurais é significativamente díspare. Lagrotti (2018)[109] assinala que a região do Pontal do Paranapanema possui grande uniformidade fisiográfica da bacia sedimentar do Paraná (Arenito Caiuá), possuindo solos arenosos dispostos em planícies com longas rampas organizadas em declives suaves. Por isso, segundo Lagrotti (2005), os critérios utilizados para dimensionar a área dos lotes estão baseados na porcentagem de argila dos solos no horizonte A; na declividade; na presença de água e na distância dos centros consumidores.

[109] As informações sobre o dimensionamento dos lotes de assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema foram obtidas junto ao Sr. Carlos Alberto Arantes Lagrotti, analista de desenvolvimento agrário do ITESP por meio do endereço eletrônico: <lianecarvalho11@yahoo.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2018.

Verificou-se, de acordo com os dados da Tabela 40, que os produtores entrevistados são minifundiários. Ribeiro, M. e Soares Junior (2015) - ao estudarem o latifúndio e o minifúndio na perspectiva do Direito Agrário - consubstanciados em Marques (2015, p. 57) afirmam que o minifúndio caracteriza-se como "uma pequena gleba que, não obstante trabalhada por uma família, mesmo absorvendo-lhe toda a força de trabalho, mostra-se insuficiente para propiciar a subsistência e o progresso econômico e social do grupo familiar". Assim sendo, o tamanho restrito da área pode comprometer a reprodução social da família, no caso assentada.

O fato dos lotes serem menores que o módulo fiscal do município em análise pode ser um dos motivos que levaram os produtores a trabalharem no cultivo de olerícolas, já que essa atividade não exige grandes extensões de áreas para o seu desenvolvimento.

A realidade verificada do minifúndio pela maioria dos entrevistados permite apontar a dificuldade destes permanecerem em uma área tão restrita, ainda assim mostra que estes, apesar da limitação em termos de extensão territorial, conseguem por meio de certas atividades, como por exemplo, a horticultura, continuar produzindo no campo.

4.1.2 PAA: Caracterização da produção dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Tanto os 32 pesquisados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 16 entrevistados assentados do município de Rosana (SP) informaram que a forma de exploração do lote rural é a produção realizada por apenas um assentado ou um núcleo familiar.

Os 32 produtores assentados pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) e os 16 produtores assentados entrevistados do município de Rosana (SP) informaram não utilizar e/ou contratar empregados temporários ou permanentes.

Essas respostas (quanto à área do lote, à forma de exploração familiar e à utilização de mão-de-obra) permitem inferir que os pesquisados são agricultores familiares, considerando-se a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

Na Figura 20 se verifica um produtor assentado do município de Mirante do Paranapanema (SP) capinando a horta, onde produz os gêneros alimentícios que posteriormente são entregues ao PAA.

Figura 20: PAA: Produtor assentado do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando na horta para a entrega dos produtos no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Sobre o PAA, o produtor rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) entrevistado enfatiza: "[...] o PAA é uma ajuda extra no nosso orçamento. É bom para mim e para todos que participam. Se o programa acabar vai fazer muita falta para nós em termos de renda" (E. S., entrevista realizada em março de 2016).

Os produtores participantes do PAA do município de Mirante do Paranapanema (SP) produzem frutas (jaca, abacate, limão, laranja, acerola, banana, manga, melancia, mamão, dentre outros), verduras e legumes (alface, rúcula, cebolinha, salsa, coentro, couve, almeirão, dentre outros), tubérculos (rabanete), grãos (milho, feijão e urucum), raízes tuberosas (beterraba e cenoura) e bulbos (cebola)[110], além da criação de peixes e frangos, como pode se verificar na Figura 21.

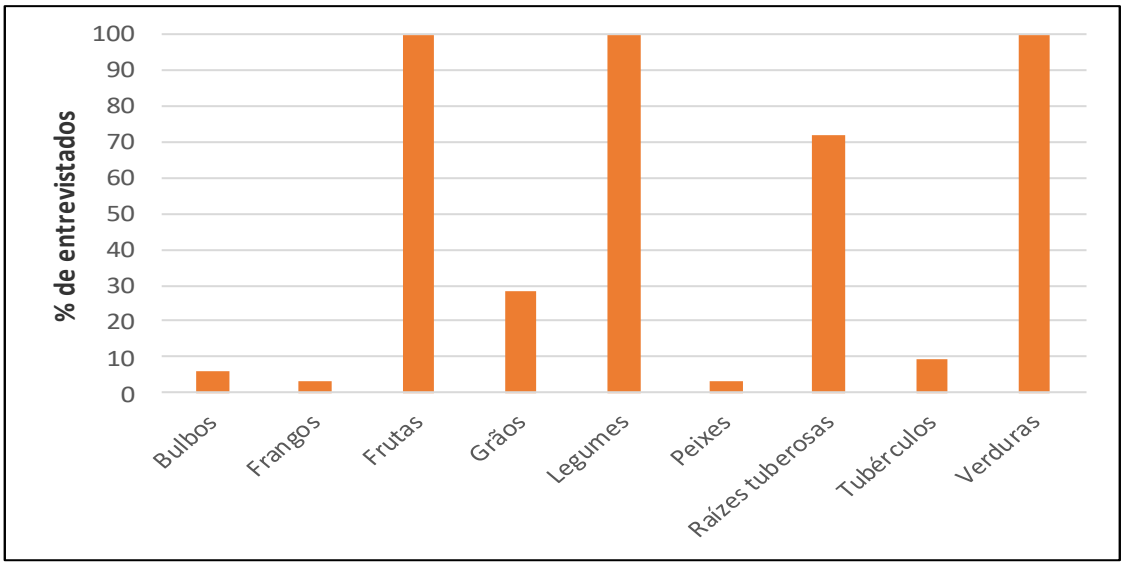
[110] A principal diferença entre as raízes tuberosas, os tubérculos e os bulbos é o local em que as reservas de nutrientes são acumuladas. Enquanto nos tubérculos, as reservas de nutrientes aparecem no caule do vegetal, nas raízes tuberosas (beterraba e cenoura, por exemplo) elas ficam nas raízes. Nesse tipo de vegetal, os nutrientes se acumulam dentro da raiz, embaixo da terra, e o caule fica acima da superfície. Já o tubérculo se caracteriza por ter um caule subterrâneo em formato geralmente arredondado, que é capaz de armazenar energia em forma de amido e inulina, entre outras substâncias. As raízes do tubérculo apenas fixam o vegetal ao solo, absorvem e conduzem água e nutrientes, sem acumulá-los. Um exemplo clássico de tubérculo é a batata. O caule do bulbo é reduzido a um disco basal ou a um eixo cônico achatado, denominado prato. São exemplos de bulbo, a cebola - composta de uma pequena parte mais dura em sua base, que corresponde ao caule e uma parte maior branca, formada pela sobreposição de estruturas foliares - e o alho - constituído de muitos bulbilhos, cada um com a mesma estrutura básica do bulbo. As raízes desse vegetal também não acumulam nutrientes (ALVES, E., 2016).

Figura 21: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores rurais do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Dentre os 32 produtores entrevistados, dois (2) ou 6,25% produzem bulbos; um (1) ou 3,13% produz frangos; 32 ou 100% produzem frutas; nove (9) ou 28,13% produzem grãos; 32 ou 100% produzem legumes; um (1) ou 3,13% produz peixes; 23 ou 71,88% produzem raízes tuberosas; três (3) ou 9,38% produzem tubérculos e 32 ou 100% produzem verduras. Esses dados denotam a diversificação produtiva dos entrevistados (Figura 22).

Figura 22: Produção dos participantes do PAA pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Os produtores participantes do PAA no município de Rosana (SP) produzem frutas (acerola, abacate, manga, melancia, limão, banana, mamão, dentre outros), verduras e legumes (alface, cebolinha, salsa, coentro, couve, chicória, almeirão, dentre outros), tubérculos (rabanete e mandioca), grãos (milho) e raízes tuberosas (beterraba). Na Figura 23 se verifica um produtor assentado realizando capina manual na horta para posterior entrega no PAA.

Figura 23: Produtor assentado do município de Rosana (SP) trabalhando na horta para entrega dos produtos no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

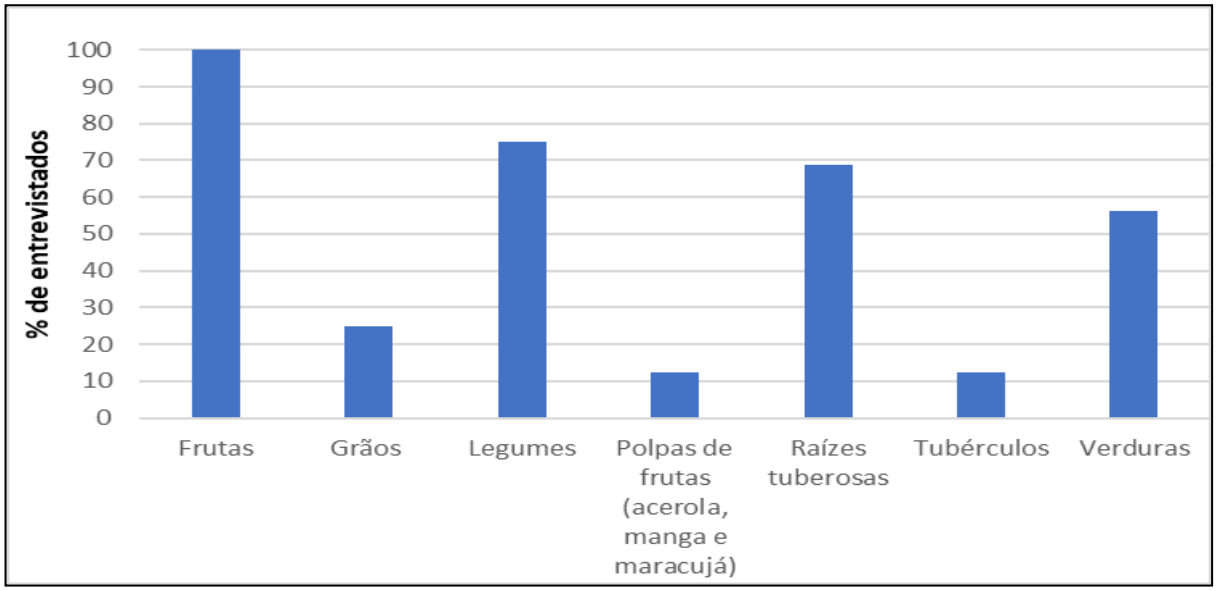
Em relação ao PAA, o entrevistado salienta: "[...] O PAA é bom porque é um dinheiro a mais que entra. Se o programa acabar vai ficar difícil porque mesmo com o leite, nesse tempo [entressafra], a produção é baixa. Não dá nem para fazer a compra do mês" (H. E. O., entrevista realizada em abril de 2016).

Diferentemente do município de Mirante do Paranapanema (SP), os produtores entrevistados no município de Rosana (SP) não produzem bulbos, nem criam, frangos e peixes, mas produzem polpas de frutas (acerola, manga e maracujá), como pode se verificar na Figura 20.

Dentre os 16 produtores entrevistados do município de Rosana (SP), 16 ou 100% produzem frutas; quatro (4) ou 25% produzem grãos; 12 ou 75,00% produzem legumes; 11 ou 68,75% produzem raízes tuberosas; dois (2) ou 12,50% produzem tubérculos; nove (9) ou

56,25% produzem verduras e dois (2) ou 12,50% produzem polpas de frutas (acerola, manga e maracujá). Esses dados denotam a diversificação produtiva dos entrevistados (Figura 24).

Figura 24: Produção dos participantes do PAA pesquisados no município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Na Figura 25 se identifica alguns dos produtos cultivados pelos produtores rurais do município de Rosana (SP) que participam do PAA.

Figura 25: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores rurais do município de Rosana (SP) para a entrega no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

A diversificação produtiva nos lotes dos assentamentos rurais pesquisados foi fomentada pelo PAA. Resultado similar foi verificado por Le Moal (2013), que estudou a referida política pública nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Segundo o autor:

> De fato, houve nos últimos anos uma notável reorientação dos agricultores para fornecimento de alimentos diversificados. [...] O PAA representa uma resposta consistente ao maior problema enfrentado pelos assentados em termos de valorização e de investimento na diversificação de seus sistemas produtivos: o escoamento da produção (LE MOAL, 2013, p. 99).

Além de comercializados no PAA, os gêneros alimentícios produzidos também são utilizados na alimentação familiar e, em alguns casos, comercializados no PNAE.

Quanto à produção pecuária no município de Mirante do Paranapanema (SP), verificou-se que 29 ou 90,62% dos 32 pesquisados são pecuaristas, seja complementarmente ou como atividade principal. Desses, 26 ou 89,66% desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, com a utilização de gado misto e três (3) ou 10,34% não comercializam a produção.

Dos 26 produtores que comercializam sua produção, 11 ou 42,31% entregam o leite para o Laticínio Nova Mix - unidade de Teodoro Sampaio (SP), oito (8) ou 30,77% para o Laticínio Novo Tempo - unidade de Mirante do Paranapanema (SP), quatro (4) ou 15,38% para o Laticínio Jussara - unidade de Cuiabá Paulista, dois (2) ou 7,69% para o Laticínio Líder - unidade de Presidente Prudente e um (1) ou 3,85% para o Laticínio Irmãos Carlucci - unidade de Álvares Machado (SP). Dentre os 26 produtores, 22 ou 84,62% conseguem entregar em média 70 litros de leite por dia no período de safra e 50 litros de leite por dia na entressafra, utilizando até 20 vacas (gado misto), já que não utilizam gado especializado para a produção leiteira e nem realizam suplementação alimentar. Apenas quatro (4) ou 15,38% conseguem entregar uma média igual ou superior a 100 litros e inferior a 180 litros, tanto no período da safra quanto na entressafra, pois utilizam vacas da raça Girolando e/ou Jersey e realizam a suplementação alimentar.

No tocante à produção pecuária no município de Rosana (SP), verificou-se que 13 ou 81,25% dos 16 pesquisados são pecuaristas, seja de forma complementar ou como atividade principal. Desses, sete (7) ou 43,75% desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, com a utilização de gado misto.

Os sete (7) produtores que comercializam sua produção, entregam o leite para o Laticínio Líder - unidade de Presidente Prudente (SP). Seis (6) dos pesquisados conseguem entregar, em média, 50 litros de leite por dia no período de safra e 30 litros por dia na entressafra, utilizando no até 10 vacas, já que não utilizam gado especializado para a produção leiteira e nem realizam suplementação alimentar e apenas um (1) consegue entregar em média 110 litros de leite por dia, utilizando gado misto, mas com alimentação suplementar.

Silva, E. (2015, p. 197) ao analisar a produção e o processamento do leite no município de Presidente Bernardes, localizado na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, verificou que, assim como no município de Mirante do Paranapanema (SP), há uma baixa produtividade nas propriedades e nos lotes rurais estudados. A autora explica que:

> Foi observado que o rebanho leiteiro, tanto nas propriedades convencionais quanto nos lotes rurais, é predominantemente não especializado, já que é constituído, mormente, por animais mistos, ou seja, de dupla aptidão[111]. Esse fato, ligado a alimentação, muitas vezes, inadequada, justifica uma produção média de 5 litros/vaca/dia, considerada baixa.

A autora verificou ainda que os produtores de leite entrevistados (tanto os convencionais quanto os assentados) do recorte espacial estudado (Presidente Bernardes - SP) são considerados não especializados, pois, na maioria das vezes, não fazem uso de recursos financeiros para o incremento da produção de leite, tanto no volume quanto na qualidade, nem a utilização de uma alimentação adequada para o rebanho (pastagens, silagem, concentrados, sais minerais, etc.).

De acordo com Cônsoli e Neves (2006), no Brasil, a produção leiteira pode ser caracterizada pela baixa adoção de tecnologia. Mesmo em unidades produtivas que utilizam rebanhos geneticamente qualificados, ocorre baixa produtividade por animal devido à inadequação do sistema de produção. Além do fato da não-especialização na produção leiteira, há ainda deficiência nutricional do rebanho e problemas do manejo, que acarretam produção aquém do potencial e baixo índice de fertilidade.

Silva, E. (2015), consubstanciada em Caielli (2000, p. 153-154), afirma que existem dois tipos distintos de exploração animal, a saber:

> a) intensivo, dependendo de rebanhos puros ou quase puros do holandês branco e preto e b) semi-intensivo e extensivo, formados por rebanhos mestiços zebu com raças europeias onde, além do leite, se faz cria de bezerros. Em cada um desses sistemas faz-se um tipo de manejo próprio. No sistema intensivo há um uso elevado da inseminação artificial, principalmente com sêmen importado. Os touros, quando usados, são quase sempre puros de origem ou por cruza, recebendo tratamento alimentar abundante, embora nem sempre adequado. As vacas geralmente recebem suplemento no cocho [...]. Nas criações semi-intensivas ou extensivas, os touros são soltos com a vacada e recebem aproximadamente o mesmo tratamento dispensado a elas. Como a dependência é maior na qualidade e quantidade de pasto, aqui se registram as maiores discrepâncias entre as exigências nutricionais e o alimento consumido, ocasionando inúmeros problemas de natureza reprodutiva.

Utilizando a classificação de exploração animal indicada por Caielli (2000), infere-se que os municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) dispõem de uma pecuária leiteira extensiva.

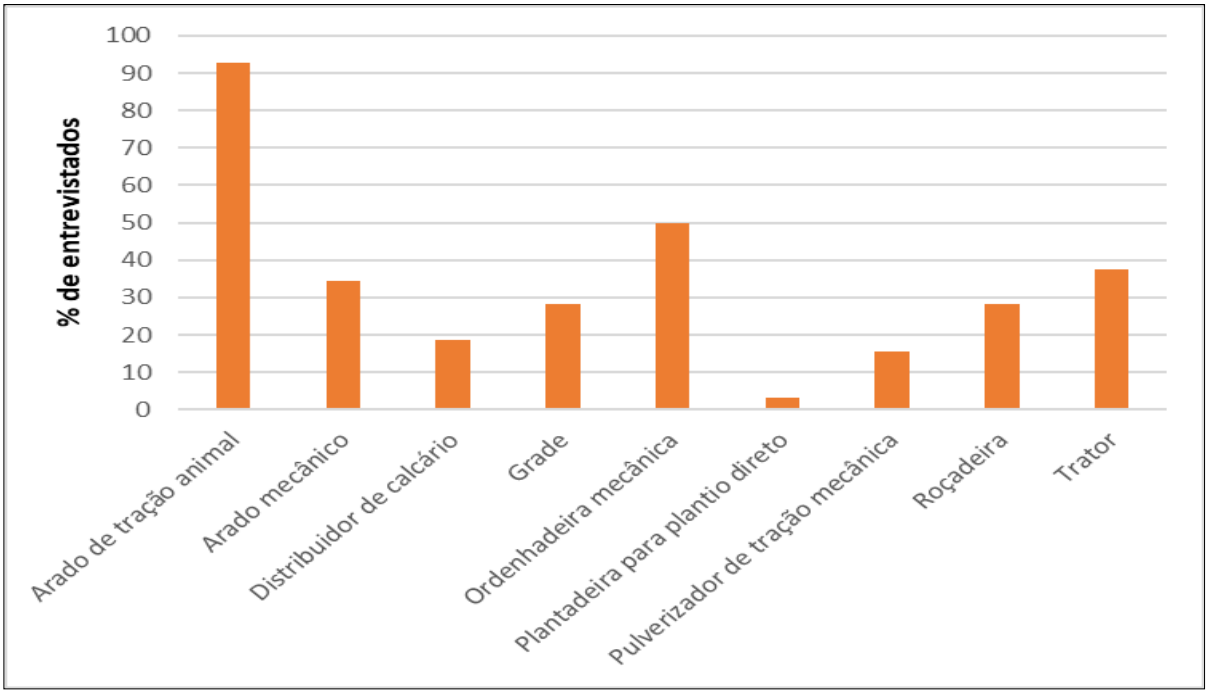
---

[111] Os animais com dupla aptidão são utilizados tanto para o fornecimento de leite quanto para o de carne.

4.1.2.1 Máquinas e/ou equipamentos e práticas utilizadas pelos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Na Figura 26 têm-se as máquinas e/ou equipamentos utilizados pelos entrevistados que participavam do PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP). Destaca-se o emprego do arado de tração animal utilizado por 30 ou 93,75% dos 32 entrevistados e da ordenhadeira mecânica utilizada por 16 ou 50% dos pesquisados. A plantadeira para plantio direto foi apontada por apenas um (1) produtor, ou seja, 3,13% dos entrevistados - o que denota o alto índice da prática do plantio convencional em detrimento do direto.

Figura 26: PAA: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

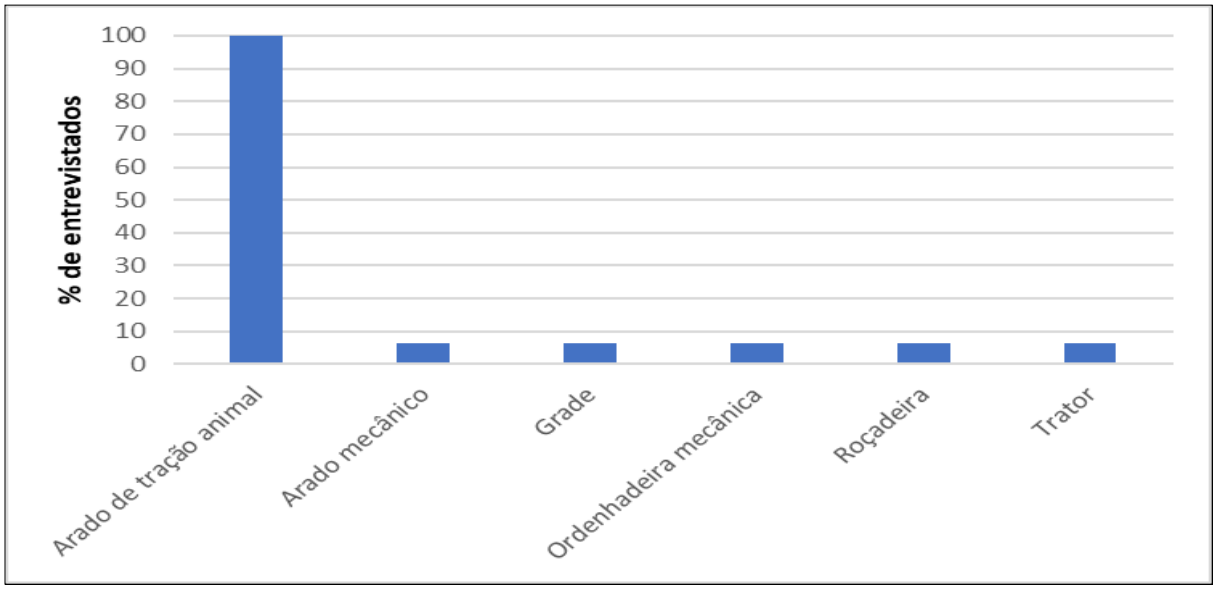
Na Figura 27 têm-se as máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados do município de Rosana (SP). Ao contrário do verificado no município de Mirante do Paranapanema (SP), não foram citados os seguintes: plantadeira para plantio direto, pulverizador de tração mecânica e distribuidor de calcário. Todos os 16 entrevistados responderam utilizar o arado de tração animal. Sobre esse aspecto, vale ressaltar, segundo o

artigo “Rio Rural[112] incentiva o uso de arado de boi para reduzir impactos no solo” disponibilizado no *site* SF Agro *Farming* Brasil (2016, s/p) [113] que:

> Para os agricultores acostumados às inovações tecnológicas, que estão cada vez mais presentes na vida do campo, o arado com tração animal (arado de boi) pode soar como algo ultrapassado. No entanto, a ferramenta que começou a ser usada nos primórdios da Idade Antiga (4.000 a.C) continua sendo uma tecnologia útil para o pequeno agricultor que deseja produzir com sustentabilidade. De baixo impacto ambiental, a técnica de aração com tração animal utiliza um instrumento pontiagudo de ferro para revolver a terra, sem provocar danos significativos ao solo.

O artigo mostra ainda que, com o uso do arado de tração animal, o solo ganha porosidade, melhor infiltração da água e menor compactação, além de ser mais viável financeiramente e não ser poluente por não utilizar combustível.

Figura 27: PAA: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados do município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

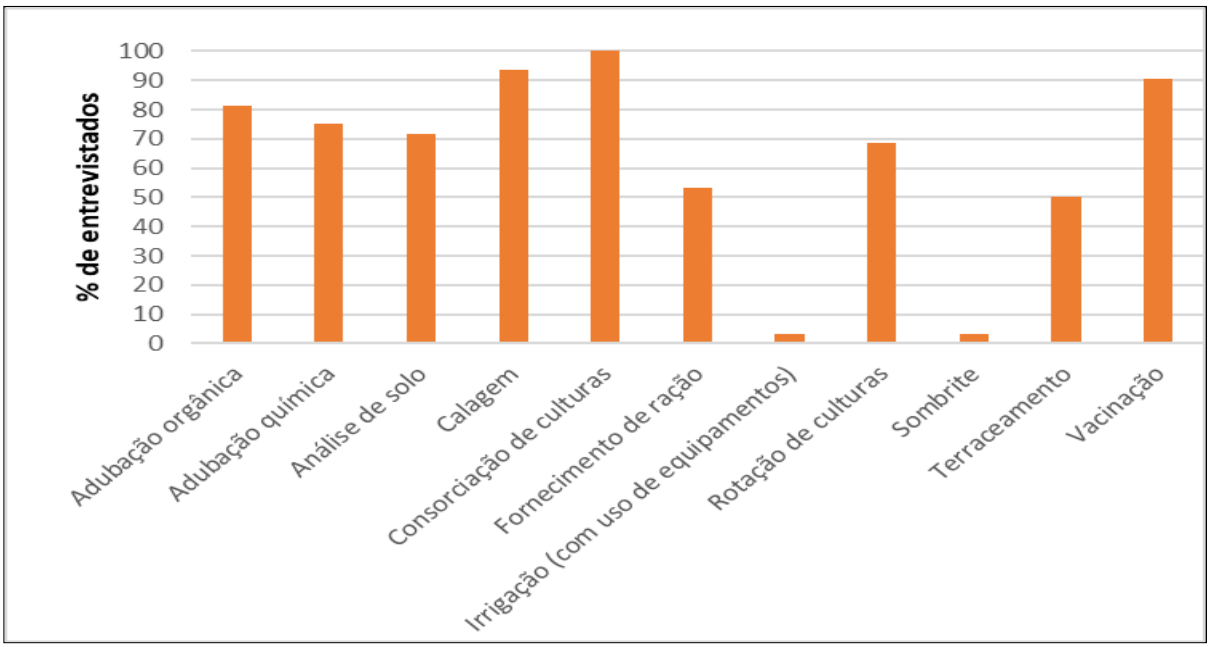
O uso do arado de tração animal por muitos entrevistados se justifica, segundo Batista et al. (2017) - que estudaram a tração animal na agricultura - pelo fato dessa prática ser eficiente principalmente em pequenas áreas, inclusive nas que se encontram com relevo

[112] O Rio Rural é um Programa que incentiva o uso do arado de tração animal desde o ano de 2006 no Noroeste Fluminense.
[113] O artigo encontra-se na íntegra no *site*: <http://sfagro.uol.com.br/rio-rural-incentiva-o-uso-do-arado-de-boi-para-reduzir-impactos-no-solo/>. Acesso em: 21abr. 2018.

acidentado, por não depender de combustível e por consequência resultar em menores custos de produção, identificando-se assim, com as necessidades do pequeno produtor rural.

As práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais estão expostas na Figura 28. A consorciação de culturas foi a única prática realizada pelos 32 produtores pesquisados. Em termos gerais, verificou-se que a maioria dos pesquisados está tomando somente as medidas estritamente necessárias à produção - análise de solo (23 ou 71,88% deles), adubação química (24 ou 75,00% deles), adubação orgânica (26 ou 81,25% deles) e calagem (30 ou 93,75% deles) - e obrigatórias, como no caso da vacinação do rebanho (29 ou 90,63% dos pesquisados), e isso se justifica pela tentativa de minimizar os custos. O uso de irrigação por meio de equipamentos (no caso, aspersores) foi citado por apenas um (1) ou 3,13% dos analisados.

Figura 28: PAA: Práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais

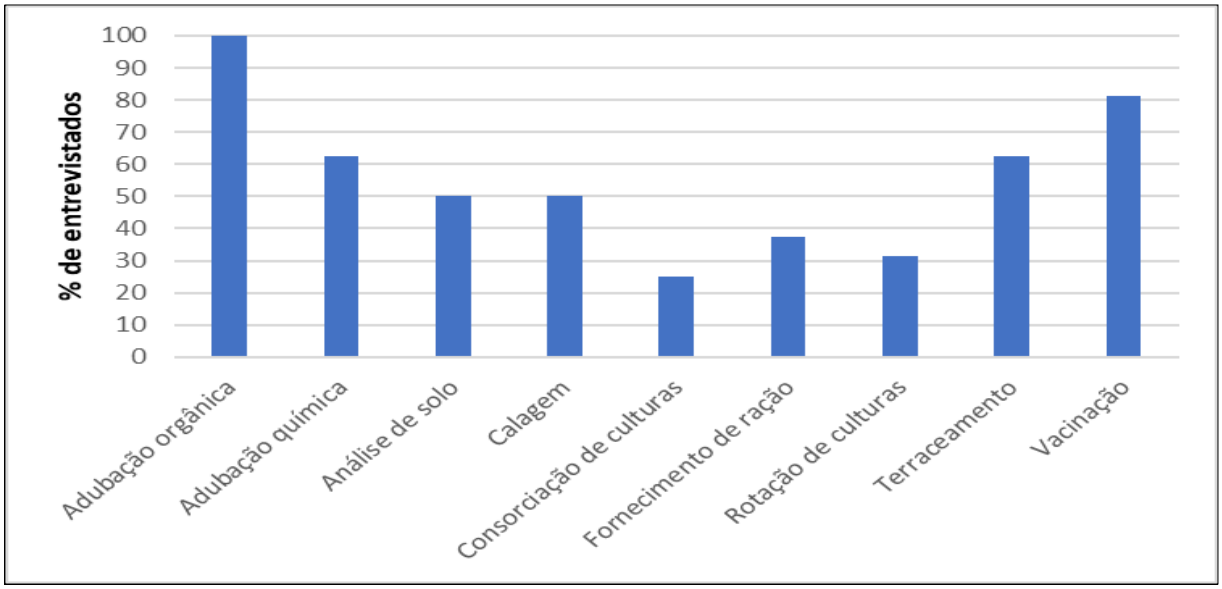


Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

As práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Rosana (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais estão descritas na Figura 29. A adubação orgânica foi citada pelos 16 entrevistados, enquanto que a adubação química foi apontada por dez (10) ou 62,50% deles. O terraceamento também foi uma prática apontada por dez (10) ou 62,50%

deles. A vacinação do rebanho, assim como no município de Mirante do Paranapanema (SP) foi citada por todos os pecuaristas entrevistados (13 ou 81,25%), por ser uma medida obrigatória.

Figura 29: PAA: Práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Rosana (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Nas Figuras 30 e 31 têm-se algumas das práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção de olerícolas nos lotes rurais para a entrega no PAA, como o uso de sombrite e irrigação com aspersores.

Figura 30: Sombrite para a produção de olerícolas num lote rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Figura 31: Irrigação com a utilização de aspersores para a produção de olerícolas num lote rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Não fizemos registros fotográficos de sombrite e irrigação no município de Rosana (SP) em virtude de que os produtores entrevistados não dispunham dessas técnicas.

Dos 32 produtores assentados entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP), apenas um (1) ou 3,12% deles não utiliza assistência técnica do ITESP, pois dispunha da particular. Os outros 31 ou 96,88% utilizam a assistência técnica do ITESP.

Dentre os 31 produtores que recebem assistência técnica do ITESP, 23 ou 74,19% alegaram que a frequência da prestação era rara, seis (6) ou 19,35% informaram que era mensalmente e apenas dois (2) ou 6,45% que era quando necessário.

Dos 16 produtores assentados pesquisados no município de Rosana (SP), apenas um (1) ou 6,25% dos produtores não utilizam assistência técnica. Os outros 15 ou 93,75% utilizam a assistência técnica do ITESP.

Dentre os 15 produtores que recebem assistência técnica do ITESP, 11 ou 73,33% alegaram que a frequência da prestação era rara, três (3) ou 20% informaram que era mensalmente e apenas um (1) ou 6,67% que era quando necessário.

Quando arguidos sobre a avaliação dos produtores do município de Mirante do Paranapanema (SP) sobre a qualidade da assistência técnica prestada, no caso, pelo ITESP, dez (10) ou 32,26% disseram ser boa, 15 ou 48,39% informaram ser regular, três (3) ou 9,68% falaram que era ruim e três (3) ou 9,68% responderam que era péssima.

Quando questionados sobre a avaliação dos produtores assentados do município de Rosana (SP) em relação à qualidade da assistência técnica prestada, no caso, pelo ITESP, seis (6) ou 40% disseram ser boa, seis (6) ou 40% informaram ser regular e três (3) ou 20% falaram que era péssima. Santos, S. (2006) ao realizar uma análise socioeconômica do Assentamento Timboré, localizado no município de Andradina (SP), com a aplicação de questionários a 40 assentados rurais, verificou que para 28 ou 70% dos entrevistados a assistência técnica era considerada irregular ou ausente. Ou seja, o referido trabalho também mostrou a insatisfação por parte dos assentados rurais no tocante à prestação de assistência técnica, resguardadas as devidas diferenças de proporção em termos do número de entrevistados e do recorte espacial analisado.

Vale ressaltar que Taveira e Oliveira, J. (2008, p. 20) estudaram a extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema (SP) e verificaram que "[...] atribulados por procedimentos burocráticos e uma mal-resolvida função fiscalizadora, sob todos os sentidos, incompatível com o mister do extensionista, os técnicos da Fundação

ITESP dedicavam-se pouco ao acompanhamento das atividades produtivas dos lotes". Os resultados encontrados pelos autores convergem com os do presente trabalho.

Dos 32 produtores assentados pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), a maioria, ou seja, 18 (56,25%) recebem entre um (1) e dois (2) salários mínimos por mês. Apenas quatro (4) ou 12,50% recebem mais que quatro (4) salários mínimos mensais. Os valores citados não se referem apenas aos auferidos com a produção agropecuária e, por conseguinte, em virtude da participação no PAA, mas também estão correlacionados com o recebimento das aposentadorias - que o caso de quatro (4) ou 12,50% dos entrevistados. Dos 16 produtores pesquisados no município de Rosana (SP), a maioria, ou seja, seis (6) ou 37,50% recebem entre um (1) e dois (2) salários mínimos; seguido de 5 (cinco) ou 31,25% que recebem entre dois (2) e três (3) salários mínimos (Tabela 30). Isso mostra o baixo nível de capitalização dos entrevistados. Vale ressaltar ainda que esses valores não estão exclusivamente relacionados à produção agropecuária, pois há também os valores auferidos por meio da aposentadoria.

Tabela 30: PAA: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Renda familiar mensal (salários mínimos)[114]	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Menos de 1	-	-	2	12,50
Entre 1 e 2	18	56,25	6	37,50
Entre 2 e 3	6	18,75	5	31,25
Entre 3 e 4	4	12,50	1	6,25
Mais de 4	4	12,50	2	12,50
Total	**32**	**100**	**16**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

Ao serem questionados sobre a forma pela qual foram informados sobre o PAA, 15 ou 43,88% dos 32 produtores assentados analisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmaram que souberam sobre a existência do programa por meio da associação de produtores que participam; nove (9) ou 28,12% alegaram que souberam pelo ITESP; e oito (8) ou 25% disseram que através de outros produtores participantes. No município de Rosana

[114] O valor do salário mínimo durante a pesquisa de campo era de R$880,00 mensais.

(SP), 15 ou 93,75% dos 16 analisados afirmaram que souberam sobre a existência do Programa por meio da associação de produtores que participam e apenas um (1) ou 6,25% disse que através de um outro produtor. Essa informação denota a importância da participação dos produtores em organizações coletivas, como por exemplo, as associações.

Tanto os 32 pesquisados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 16 pesquisados do município de Rosana (SP) informaram não terem utilizado financiamento para a melhoria ou aperfeiçoamento da produção entregue ao PAA e que conseguiram melhorar a produção com recursos próprios.

De um modo geral, tanto os 32 informantes do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 16 do município de Rosana (SP) afirmaram não terem dificuldades para participarem do PAA e que a entrega dos produtos é realizada uma (1) vez por semana.

Quando questionados sobre problemas com atraso no pagamento dos produtos entregues no PAA, 20 ou 62,50% dos analisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) informaram que ocorre em decorrência da quantidade de documentos exigidos e pelo fato do pagamento ser realizado via associação e não de forma individual - o que acabava por denotar maior responsabilidade aos presidentes das associações, de acordo, principalmente com os membros das referidas organizações coletivas menos atuantes. Enquanto que no município de Rosana (SP), os 16 analisados informaram nunca ter ocorrido tal atraso.

Dos 32 entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), 20 ou 62,50% deles afirmaram que já chegaram a receber ao final de um projeto do PAA até R$1.000,00 e os outros 12 ou 37,50% informaram que chegaram a receber de R$1.000,00 a R$5.000,00. No município de Rosana (SP), dos 16 entrevistados, 12 ou 75% deles afirmaram que já chegaram a receber ao final de um projeto até R$1.000,00 e os outros quatro (4) ou 25% informaram que chegaram a receber de R$1.000 a R$5.000,00[115].

Tanto os 32 pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 16 entrevistados do município de Rosana (SP) disseram nunca terem participado de programas como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e nem do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São

[115]Vale lembrar que os limites anuais pagos pelo PAA Doação Simultânea por DAP/produtor variavam em 2016 (ano da pesquisa de campo) de R$ 6,5 mil reais (individual) a R$ 8 mil (organizações: cooperativas ou associações).

Paulo (ou Microbacias I) foi implementado entre 2000 - 2008 e obteve êxito nos municípios que contrataram técnicos e agrônomos para a execução do programa. No entanto, cabe ressaltar que em vários municípios, o programa demorou a ser implementado e sofreu com a ausência de recursos material e humano. Ainda assim, o referido Programa atingiu resultados positivos ao incentivar a formação e/ou fortalecimento de associações de pequenos produtores rurais, além de apoiar "[...] os produtores rurais na cessão de máquinas, na recuperação de erosões e voçorocas, no calcário, na construção de abastecedouros comunitários e na readequação de estradas rurais [...]" (NEVES NETO, 2011, p. 193). Ainda segundo o supramencionado autor, já o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado não priorizou a questão ambiental, mas sim a econômica. A referida política pública priorizou as associações e/ou cooperativas de produtores rurais já consolidadas e com maior tempo de formação, além de dar ênfase às cadeias produtivas.

Dos 32 produtores assentados analisados do município de Mirante do Paranapanema (SP), ao serem questionados sobre a avaliação do PAA, traduzindo em uma nota que o programa deveria receber, 20 ou 62,50% deles informaram que era dez (10), quatro (4) ou 12,25% disseram que era nove (9) e oito (8) ou 25% disseram que era nota oito (8). Enquanto que dos 16 analisados do município de Rosana (SP) ao serem questionados sobre a avaliação do PAA, traduzindo em uma nota que o programa deveria receber, 13 ou 81,25% deles informaram que era dez (10), os outros três (3) ou 18,75% disseram que era nove (9), ou seja, de um modo geral, todos acreditam que o referido programa é importante e as justificativas para as altas notas foram: o aumento da renda monetária familiar, a criação de um canal de comercialização para os seus produtos, o pagamento seguro e regular e o incentivo aos jovens e às mulheres ao trabalho no campo.

De acordo com Mattei (2007), o PAA é uma política pública que visa a associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar.

Os 32 produtores assentados estudados do município de Mirante do Paranapanema (SP) informaram que para o aperfeiçoamento do programa deveria haver a melhoria dos preços dos produtos. Dentre os pesquisados do município de Rosana (SP), cinco (5) ou 31,25% informaram que não havia a necessidade de melhorias ou modificações no programa em questão. Os 11 ou 68,75% acusaram que deveria ser melhorado os preços pagos pelos produtos comercializados.

Tanto os 32 analisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 16 entrevistados do município de Rosana (SP) disseram haver a participação das mulheres no desenvolvimento das atividades voltadas à produção para entrega ao PAA (Figuras 32 e 33).

Como já exposto nesse trabalho, a partir de 2011, os projetos para acessar o PAA tiveram como um dos requisitos a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução nº 44 de 16 de agosto de 2011, do GGPAA.

Nesse aspecto, Izidoro (2015, p. 68), ao estudar o PAA em assentamentos rurais no município de Presidente Venceslau (SP) sob a perspectiva do gênero, infere que:

> É difícil para nós sinalizar se o aumento da participação das mulheres foi uma prática forçada pela resolução nº 44 emitida pela SESAN[116] e, portanto, conveniente para a comunidade rural no sentido econômico, ou se partiu de uma superação orgânica do machismo nos assentamentos estudados.

A autora afirma ainda que "a separação espacial entre casa-quintal e roça-pasto passa a ser questionada, na medida em que, com a produção para o PAA, os espaços produtivo-comercial e o de reprodução social (casa e quintal) tendem a se confundir cada vez mais" (IZIDORO, 2015, p. 69).

Em outros termos, ao menos teoricamente, o trabalho desempenhado pelas mulheres passa a ter maior visibilidade e sua atuação maior protagonismo, pois as atividades tidas - na visão machista - como, exclusivamente, de responsabilidade da mulher são fontes de consumo, mas também de renda familiar. Isso significou um avanço no tocante ao reconhecimento do trabalho das mulheres e ao mesmo tempo melhora das condições de vida dessas mulheres e da família.

[116] A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) é um dos órgãos públicos responsável pela gestão do PAA em conjunto com outros ministérios. A resolução nº 44 admite que há uma desigualdade de acesso das mulheres ao programa e considera que uma maior geração de renda significaria uma maior autonomia econômica para estas. No documento evidencia-se o objetivo da resolução de fomentar o acesso de mulheres ao PAA. Ele reconhece o Estado como principal agente no combate às desigualdades de gênero no espaço produtivo (IZIDORO, 2015).

Figura 32: Assentada do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Figura 33: Assentada do município de Rosana (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PAA

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Izidoro (2015) afirma que um número mais expressivo de mulheres cadastradas no PAA evidencia que este programa tem abrangido os espaços que, culturalmente, foram associados ao trabalho das mulheres e que, por não gerarem renda monetária até então, tinham sua relevância secundarizada. A autora lembra que, ainda que o PAA tenha suas restrições e entraves, ele garantiu, por meio da compra daquilo que a mulher produz, uma reversão dessa visão machista. Antes invisível, o trabalho das mulheres desempenhado nas atividades mais comerciais realizadas no lote familiar, torna-se evidente, na medida em que o programa, sobretudo na modalidade Doação Simultânea, compra produtos agrícolas que, por serem anteriormente utilizados só para o autoconsumo, tinham seu cultivo sob responsabilidade principalmente das mulheres, como por exemplo, a horticultura.

No contexto oficial, o MDA, através da cartilha denominada “Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil” publicada em 2017 mostrou por meio de dados dos Censos Agropecuário de 2006 e Demográfico de 2010 que: i) 24,8% das mulheres são responsáveis por famílias (únicas ou conviventes) (CENSO, 2010); ii) 34,1% das mulheres com 16 anos ou mais que não possuem rendimento estão no meio rural (CENSO, 2010); iii) a razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao dos homens ocupados no meio rural é 72,7% (CENSO, 2010); iv) mulheres rurais contribuem com 42,4% do rendimento familiar (CENSO, 2010); v) 12,68% dos estabelecimentos têm como responsáveis as mulheres (CENSO AGRO, 2006); vi) 16% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar têm como responsáveis as mulheres (CENSO AGRO, 2006). O documento mostrou ainda que as mulheres rurais têm relevante papel na agricultura familiar, pois são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade e manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares. São mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, representando 48% da população destas áreas (BRASIL. MDA, 2017b).

4.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

Saraiva et al. (2013), ao traçarem um panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, afirmam ser esse programa uma alternativa de mercado aos produtores rurais, já que tem remunerado melhor o agricultor, embora o volume de compra seja inferior ao contratado pelo PAA. Os autores afirmam ainda que mesmo que tenha força de lei, em muitos municípios, a obrigatoriedade da compra de, no mínimo, 30% dos recursos destinados pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) para produtos oriundos da agricultura familiar, ainda não é respeitada. Assim, diante do caráter recente da legislação (2009), destaca-se a necessidade de organização de gestores e agricultores familiares para a efetivação desta normativa nas distintas conjunturas brasileiras, para desse modo colaborar tanto para o desenvolvimento econômico local, quanto para o fornecimento de refeições aos discentes que atendam aos princípios de uma alimentação saudável e adequada.

Frente ao exposto, torna-se necessário verificar como se encontram os investimentos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) (Tabela 31).

Tabela 31: Repasses financeiros e aquisições de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE no período de 2011 a 2016[117] nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)[118]

Entidade executora	Ano	Valor transferido (R$)	Valor de aquisições da agricultura familiar (R$)	Percentual
Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema (SP)	**2011**	260.880,00	24.014, 81	9,21
	2012	202.964,58	23.548,56	11,60
	2013	277.232,31	49.942,67	18,01
	2014	303.287,72	94.559,12	31,18
	2015	357.208,87	583,66	0,16
	2016	367.152,10	27.693,59	7,54

Entidade executora	Ano	Valor transferido (R$)	Valor de aquisições da agricultura familiar (R$)	Percentual
Prefeitura Municipal de Rosana (SP)	**2011**	310.140,00	93.371,14	30,11
	2012	240.615,16	72.332,99	30,06
	2013	311.391,47	73.233,39	23,52
	2014	278.735,83	226.197,08	81,15
	2015	331.164,55	243.061,40	73,40
	2016	176.003,01	92.685,27	52,66

Fonte: BRASIL. FNDE. (2018).

De acordo com os dados da Tabela 31 analisou-se que, houve oscilações nos valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios no período de 2011 a 2014 no município de Mirante do Paranapanema (SP).

De acordo com a auxiliar de serviços do Setor de Suprimentos do município de Mirante do Paranapanema (SP)[119], os produtores não conseguem produzir o que é solicitado no cardápio escolar e sugerem a substituição por produtos que têm baixa aceitabilidade por parte dos alunos, como por exemplo, abóbora, berinjela, jiló, rúcula e almeirão. Vale lembrar

[117] Os dados do ano de 2017 não foram analisados, pois ainda que solicitados pelo Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) fomos informados de que estes [dados] ainda estão sendo trabalhados e que em breve (mas, sem data prevista) estarão disponíveis no *site:* <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Informação recebida no endereço eletrônico <lianecarvalho11@yahoo.com.br>.

[118] Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 11 set. 2018. No entanto, o ano de 2011 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

[119] Informações adquiridas por meio de entrevista realizada no dia 19 de maio de 2017.

que a nutricionista municipal é a responsável por realizar o teste de aceitabilidade e não deve haver um alto índice de desperdício. Com o baixo índice de aceitabilidade por parte dos alunos, os produtos sugeridos por alguns produtores não são incluídos no cardápio escolar e, consequentemente, passam a não ser mais adquiridos.

Segundo a entrevistada, os agricultores não produzem gêneros alimentícios de valor agregado que permita o alcance dos 30% mínimos exigidos por lei e permanecem produzindo quase que sempre os mesmos produtos, quais sejam: alface, cebolinha, salsa, coentro e couve, por que são de fácil manejo e ciclo produtivo mais curto.

No ano de 2014, o percentual mínimo de 30% dos recursos do FNDE da aquisição de gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar foi atingido e até foi ultrapassado (em 1,18%), pois, segundo a entrevistada, houve por parte de alguns produtores, o fornecimento de tilápia - que é um produto que tem um valor maior.

Em relação ao ano de 2015, a entrevistada não soube relatar o motivo do valor irrisório (R$ 583,66) direcionado às aquisições da agricultura familiar. Informou apenas que, muito provavelmente esse dado estivesse errado no *site* oficial do FNDE. Para tirarmos a dúvida, solicitamos por meio de um requerimento oficial os dados na prefeitura municipal de Mirante do Paranapanema (SP), mas não obtivemos resposta, mesmo depois de vários contatos.

Em 2016, o valor de aquisições da agricultura familiar foi de R$ 27.693,59, ou seja, correspondendo a 7,54% dos R$ 367.152,10 transferidos. Se compararmos com os dados de 2015 houve um acréscimo, mas se compararmos com os dados de 2014 houve um decréscimo significativo.

Segundo os dados da Tabela 31 identificou-se que houve oscilações nos valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios no período de 2011 a 2013 no município de Rosana (SP), mas um decréscimo de 6,54% de 2012 a 2013, no que diz respeito especificamente à agricultura familiar. Já no que se refere ao ano de 2014 houve um decréscimo de R$ 32.655,64 no valor investido na aquisição de gêneros alimentícios em relação a 2013, mas, opostamente, um acréscimo de 57,63% em relação ao valor de aquisições da agricultura familiar, em específico. No ano de 2014, o valor investido nas aquisições da agricultura familiar representou 81,15% dos R$ 278.735,83 transferidos. Um investimento expressivo.

De acordo com o técnico de desenvolvimento agrícola do ITESP de Rosana (SP)[120], no referido município, inicialmente (2011 e 2012) a intenção por parte da prefeitura municipal era atingir o mínimo obrigatório (30%). Existia pouca articulação entre prefeitura municipal e ITESP.

Em 2013, por uma questão de opção da prefeitura municipal, o percentual de aquisições da agricultura familiar foi menor que o mínimo obrigatório (23,52%), pois fizeram mais licitações do que chamada pública.

A partir de 2013, o ITESP e os produtores assentados, pressionaram a prefeitura municipal para a compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar. Então o técnico de desenvolvimento agrícola do ITESP se reuniu com a nutricionista que trabalha na prefeitura municipal e elaboraram um cardápio que era composto majoritariamente por gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar do município. Em decorrência dessa articulação, os dados foram positivos no ano de 2014 (81,15%). Nesse ano (2014) houve o fornecimento por parte dos agricultores familiares de polpas de frutas (acerola, manga, maracujá e goiaba) e rosca de coco - o que contribuiu para o aumento no percentual de compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Em 2015, houve um aumento da concorrência entre os grupos de produtores que comercializavam sua produção no PNAE e, por tal motivo, determinados produtos, como por exemplo, a alface, a mandioca e o tomate, foram adquiridos por preços muito baixos se comparados aos anos anteriores, o que resultou num *déficit* em relação ao ano de 2014.

Em 2016, com a não renovação do contrato da prefeitura municipal com o Estado, as escolas estaduais deixaram de receber a merenda via prefeitura e, por tal motivo, a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar ficou prejudicada, pois diminuiu significativamente o número de alunos que eram beneficiários da merenda escolar que era composta majoritariamente por produtos adquiridos da agricultura familiar. Com isso, o Estado ficou responsável por arcar com todos os gastos referentes à merenda das escolas estaduais. Ainda assim, o valor de aquisições da agricultura familiar foi de R$ 92.685,27, ou seja, 52,66% dos R$ 176.003,01 do valor transferido.

Quanto aos produtores que participam do PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP), se constatou que dentre os 33 pesquisados, 22 eram assentados rurais e

[120] Informações adquiridas por meio de entrevista realizada no dia 20 de julho de 2017.

11 eram produtores convencionais, segundo dados fornecidos pela prefeitura municipal (Tabela 32).

Todos os 22 produtores assentados entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) participam do PNAE individualmente e do PAA por meio de associações; enquanto que os 11 produtores convencionais não entregam produtos para o PAA por não serem associados.

Os 34 produtores entrevistados no município de Rosana (SP) participam individualmente do PNAE e todos eram assentados rurais.

A significativa participação de produtores assentados em associações é interessante na medida em que se verifica que, assim como o associativismo, os assentamentos rurais que, por sua vez, são a materialização do acesso e da luta pela terra são exemplos de organizações sociais. Segundo Andrade, Moreira e Moura (2013), que a organização social pode ser apreendida como uma atividade coletiva em busca do alcance de interesses em comum.

Tabela 32: Número de produtores participantes do PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra de pesquisados

Município	**Produtores participantes do PNAE, segundo a prefeitura municipal (dentre convencionais e assentados rurais)**	**Número de produtores participantes do PNAE que foram pesquisados**
Mirante do Paranapanema (SP)	33 (sendo 22 produtores assentados e 11 produtores convencionais)	33
Rosana (SP)	34 (todos assentados rurais)	34*

*Em virtude do baixo número de produtores cadastrados nesse município realizamos a aplicação de formulários a 100% deles e não somente, a 10%.
Org. Eliane Regina Francisco da Silva (2015).
Fonte: Prefeitura municipal.

4.2.1 PNAE: Caracterização dos produtores assentados e dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

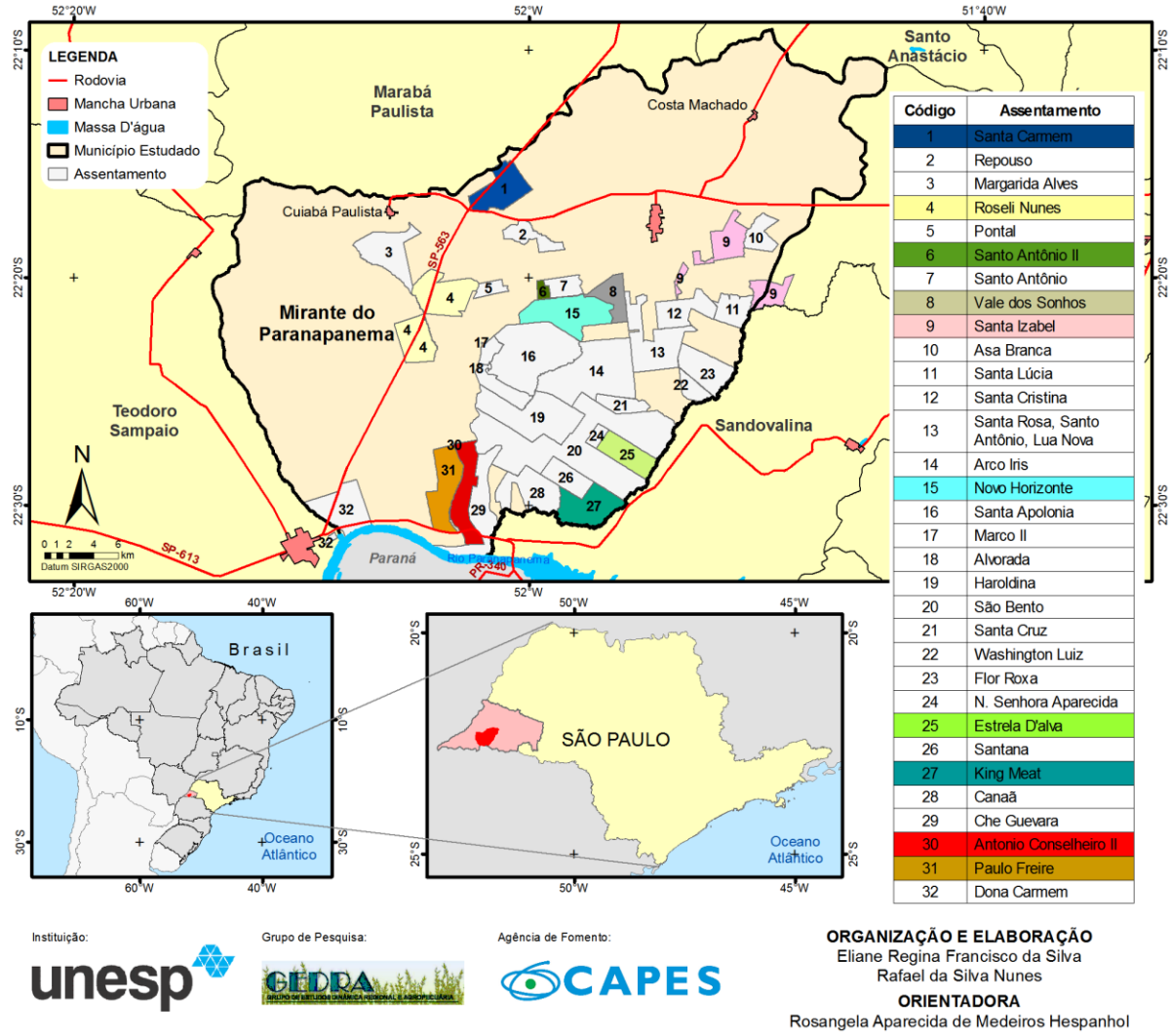
Os 22 produtores assentados rurais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) estavam localizados conforme demonstram a Tabela 33 e o Mapa 8.

Tabela 33: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados em Mirante do Paranapanema (SP) e que participaram do PNAE no ano de 2016

Local de residência	Número de famílias residentes nos assentamentos visitados	Número de produtores rurais assentados pesquisados	% de produtores rurais assentados pesquisados
Assentamento Santa Carmem	37	4	18,18
Assentamento Estrela D'Alva	31	3	13,64
Assentamento Paulo Freire	62	3	13,64
Assentamento Vale dos Sonhos	23	3	13,64
Assentamento Novo Horizonte	57	2	9,09
Assentamento Repouso	21	2	9,09
Assentamento Roseli Nunes	55	2	9,09
Assentamento Antônio Conselheiro	65	1	4,55
Assentamento King Meat	46	1	4,55
Assentamento Santa Isabel	46	1	4,55
Total	**443**	**22**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Mapa 8: Localização dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) – em destaque os locais de residência dos entrevistados que participaram do PNAE



Código	Assentamento
1	Santa Carmem
2	Repouso
3	Margarida Alves
4	Roseli Nunes
5	Pontal
6	Santo Antônio II
7	Santo Antônio
8	Vale dos Sonhos
9	Santa Izabel
10	Asa Branca
11	Santa Lúcia
12	Santa Cristina
13	Santa Rosa, Santo Antônio, Lua Nova
14	Arco Iris
15	Novo Horizonte
16	Santa Apolonia
17	Marco II
18	Alvorada
19	Haroldina
20	São Bento
21	Santa Cruz
22	Washington Luiz
23	Flor Roxa
24	N. Senhora Aparecida
25	Estrela D'alva
26	Santana
27	King Meat
28	Canaã
29	Che Guevara
30	Antonio Conselheiro II
31	Paulo Freire
32	Dona Carmem

Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

Os 34 produtores assentados rurais pesquisados no município de Rosana (SP) estavam localizados como apontam os dados da Tabela 34 e o Mapa 9.

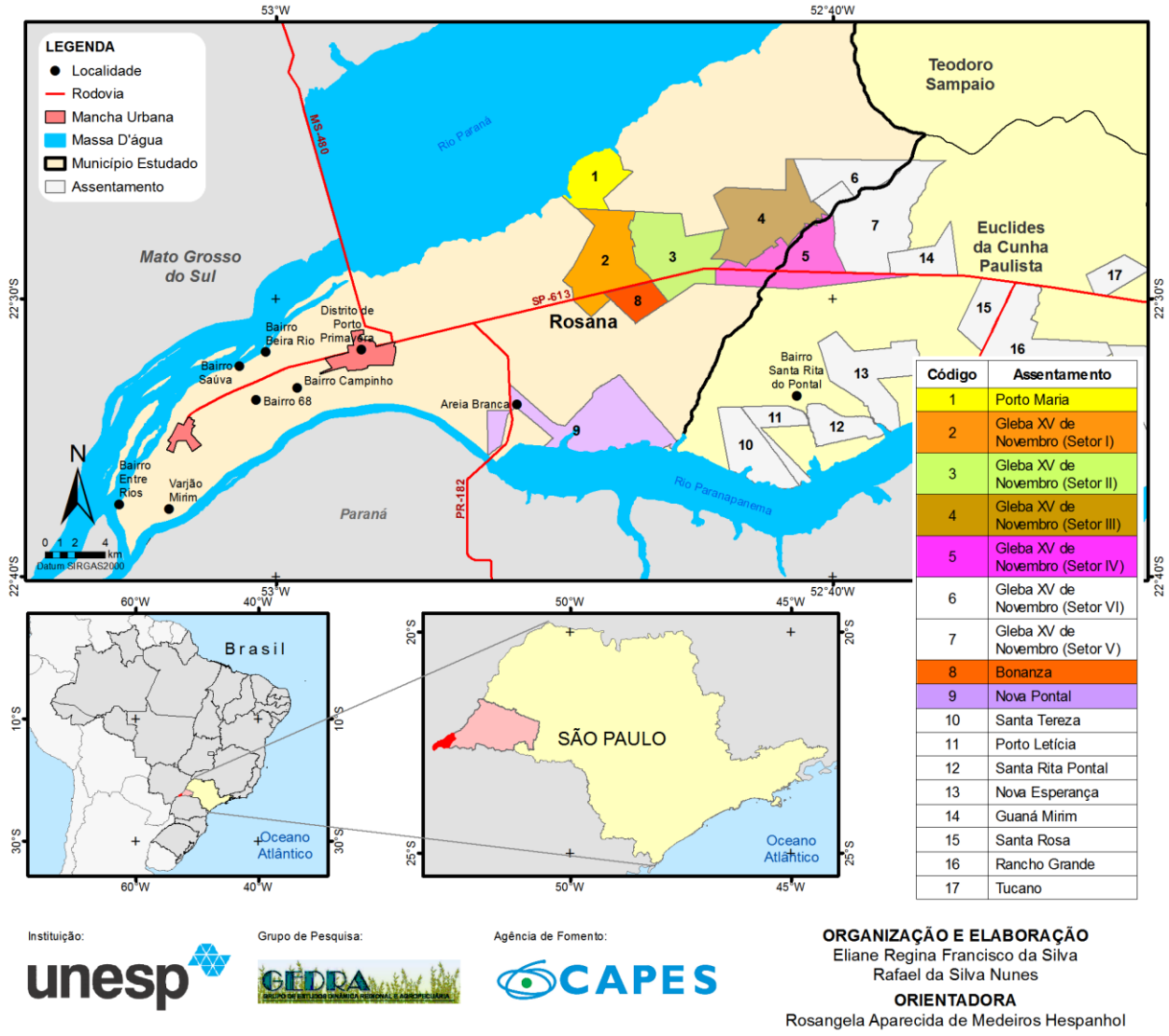
Tabela 34: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados no município de Rosana e que entregavam produtos ao PNAE em 2016

Local de residência	**Número de famílias residentes nos assentamentos visitados**	**Número de produtores rurais assentados pesquisados**	**% de produtores rurais assentados pesquisados**
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor I)	571*	4	11,76
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor II)		10	29,41
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor III)		9	26,47
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor IV)		1	2,94
Assentamento Nova Pontal	122	7	20,59
Assentamento Porto Maria	41	2	5,88
Assentamento Bonanza	31	1	2,94
Total	**628**	**34**	**100**

*Não foi disponibilizado pelo ITESP o número de famílias residentes por Setor do Assentamento Gleba XV de Novembro.

Fonte: ITESP e Pesquisa de campo (abril/2016).

Mapa 9: Localização dos setores do Assentamento Gleba XV de Novembro e dos Assentamentos Bonanza, Nova Pontal e Porto Maria no município de Rosana (SP)



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

Dos 22 produtores assentados analisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), 17 ou 77,27% são agricultores e pecuaristas, três (3) ou 13,64% são apenas agricultores e dois (2) ou 9,09% são agricultores, pecuaristas e funcionários públicos. Enquanto que dos 34 produtores assentados analisados no município de Rosana (SP), 21 ou 61,76% são agricultores e pecuaristas, seis (6) ou 17,65% são agricultores, pecuaristas e aposentados, quatro (4) ou 11,76% são apenas agricultores, dois (2) ou 5,88% são agricultores e comerciantes no meio rural e um (1) ou 2,94% é agricultor, pecuarista e aposentado.

Quanto à idade dos produtores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP), pode-se observar que todos possuem idade acima de 20 anos e até 70 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 41 e 50 anos, correspondendo a oito (8) produtores que representam 36,36% do total. Dos demais produtores, quatro (4) ou 18,18% possuem entre 20 e 30 anos; um (1) ou 4,55% dos produtores tem entre 31 e 40 anos que correspondem a 4,55% deles, quatro (4) ou 18,18% deles possuem entre 51 e 60 anos e cinco (5) ou 22,73% dos produtores têm idade entre 61 e 70 anos.

Quanto à idade dos produtores entrevistados no município de Rosana (SP), pode-se observar que todos possuem idade acima de 30 anos e até 70 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 41 e 50 anos, correspondendo a dez (10) produtores que representam 29,41% do total, como mostra os dados da Tabela 35.

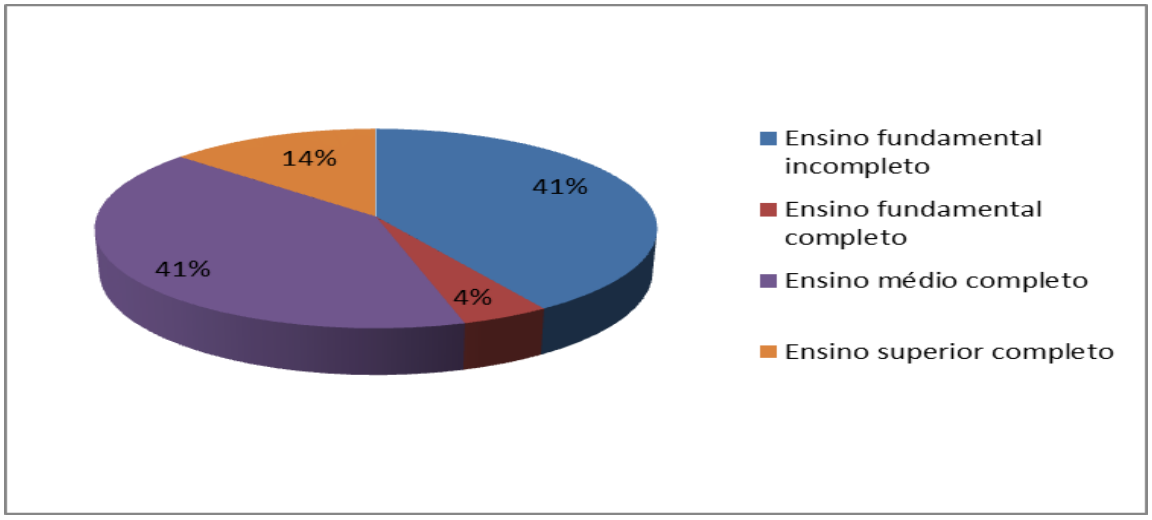
Tabela 35: PNAE: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Município de Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Idade	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
20 e 30	4	18,18	-	-
31 e 40	1	4,55	8	23,53
41 e 50	8	36,36	10	29,41
51 e 60	4	18,18	7	20,59
61 e 70	5	22,73	9	26,47
Total	**22**	**100**	**34**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

No que se refere à escolaridade dos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), 41% (9 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto; 4% (1 produtor) apontou ter estudado até o ensino fundamental completo; 41% (9 produtores) indicaram que estudaram até o ensino médio completo; 14% (3 produtores) informaram possuir o ensino superior completo (Figura 34).

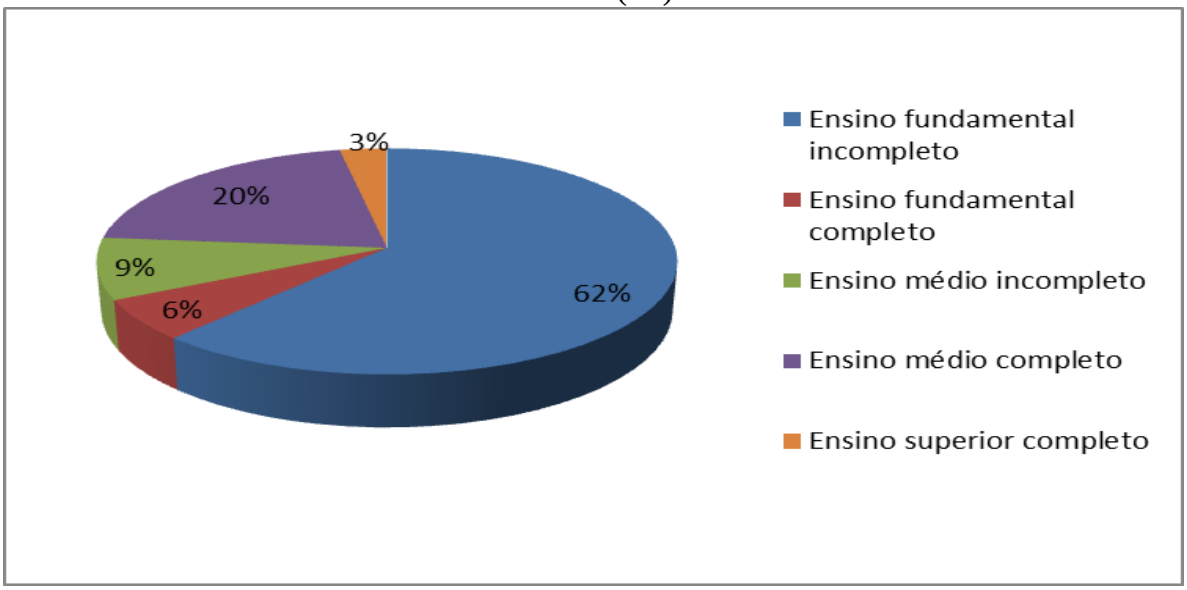
Figura 34: PNAE: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

No tocante à escolaridade dos entrevistados do município de Rosana (SP), 62% (21 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto; 6% (dois (2) produtores) informaram possuir o ensino fundamental completo; 9% (três (3) produtores) afirmaram ter estudado até o ensino médio incompleto; 20% (sete (7) produtores) indicaram que estudaram até o ensino médio completo; e apenas 3% (um (1) produtor) disse ter ensino superior completo (Figura 35).

Figura 35: PNAE: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados do município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Identificou-se que dos 22 produtores estudados no município de Mirante do Paranapanema (SP), três (3) ou 13,67% moram entre um (1) e cinco (5) anos no lote rural; um (1) ou 4,505% mora entre cinco (5) e dez (10) anos; quatro (4) ou 18,18% moram entre dez (10) e 15 anos; 12 ou 54,55% moram entre 15 e 20 anos; e dois (2) ou 9,09% há mais de 20 anos. Averiguou-se que dos 34 produtores estudados no município de Rosana (SP), sete (7) ou 20,59% moram entre 1 e 5 anos no lote rural; cinco (5) ou 14,71% moram entre 5 e 10 anos, cinco (5) ou 14,71% moram entre 10 e 15 anos, quatro (4) ou 11,76% moram entre 15 e 20 anos e 13 ou 38,23% há mais de 20 anos (Tabela 64). Esses dados mostram que 13 produtores (38,23%), ou seja, a maioria dos analisados mora há mais de 20 anos nos lotes rurais, o que significa que são produtores que apesar das dificuldades enfrentadas (em relação ao acesso à assistência técnica e infraestrutura básica: água, saúde e educação) permanecem há muitos anos no meio rural (Tabela 36).

Tabela 36: PNAE: Tempo de moradia dos produtores entrevistados nos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Tempo de moradia (anos)	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Entre 1 e 5	3	13,67	7	20,59
Entre 5 e 10	1	4,55	5	14,71
Entre 10 e 15	4	18,18	5	14,71
Entre 15 e 20	12	54,55	4	11,76
Acima de 20	2	9,09	13	38,23
Total	**22**	**100**	**34**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Verificou-se, de acordo com a Tabela 37, que a maioria dos produtores assentados entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP), ou seja, nove (9) ou 40,91% deles dispunha de uma área de 22 ha. Assim como verificado no município de Mirante do Paranapanema (SP), em Rosana (SP), um (1) módulo fiscal corresponde a 30 ha e da mesma forma em que se verificou em relação ao primeiro município, em Rosana (SP) a presença de minifundiários foi expressiva. Como se verifica na Tabela 48, a maioria dos produtores assentados entrevistados, ou seja, 16 ou 50% dos 34 possuíam uma área de 15 ha. Em termos gerais, a maioria dos entrevistados possuía uma área com a metade da extensão de um módulo fiscal no referido município.

Tabela 37: PNAE: Área (ha) dos lotes dos produtores entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Nº de produtores	**Área (ha) dos lotes rurais**	**Nº de produtores**	**Área (ha) dos lotes rurais**
2	15	1	1
3	16	4	7
1	17	3	14
2	19	16	15
2	20	1	16
3	21	9	18
9	22	-	-
22	-	**34**	-

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

Destaque-se o fato de um (1) produtor possuir um lote com uma área de apenas um (1) hectare[121].

Novamente as áreas dos lotes rurais são menores que um (1) módulo fiscal do município de Mirante do Paranapanema (SP), ou seja, 30 ha. Nesse contexto, Pantoja (2014, p. 3) - ao analisar o conceito de minifúndio - infere que:

> Não se pode confundir pequenas propriedades com produção pequena. Com técnicas avançadas, alguns minifundiários auferem bons lucros ao aproveitar ao máximo o espaço resumido, através do plantio de hortaliças, apicultura, criação de aves, piscicultura, fruticultura e qualquer atividade que dependa de pouco espaço e muita mão-de-obra.

Na presente pesquisa, a produção de hortaliças tem se mostrado como uma alternativa importante aos agricultores familiares para a permanência no campo, pois são destinadas tanto ao PAA como ao PNAE.

4.2.1.1 PNAE: Caracterização da produção dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

A forma de exploração do lote rural dos 22 pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) e dos 34 produtores pesquisados do município de Rosana (SP) é a produção realizada por apenas um proprietário rural ou um núcleo familiar.

[121]A questão do dimensionamento dos lotes de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema já foi tratada nesse trabalho por meio de Lagrotti (2005) e Lagrotti (2018).

Assim como os 22 produtores assentados entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), os 34 produtores assentados do município de Rosana (SP) não utilizam empregados temporários ou permanentes para o desenvolvimento das suas atividades.

Na Figura 36 se verifica um assentado do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando na horta para a entrega dos produtos no PNAE.

Figura 36: PNAE: Assentado do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando na horta para a entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Quanto ao PNAE, o produtor assentado do município de Mirante do Paranapanema (SP) salienta: "[...] é um programa bom, mas exige que a gente se programe para entregar os produtos" (I. S. R., entrevista realizada em março de 2016).

Vale ressaltar que a efetiva programação da qual o entrevistado se refere não foi verificada na pesquisa de campo.

Na Figura 37 tem-se alguns dos produtos entregues ao PNAE pelos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP).

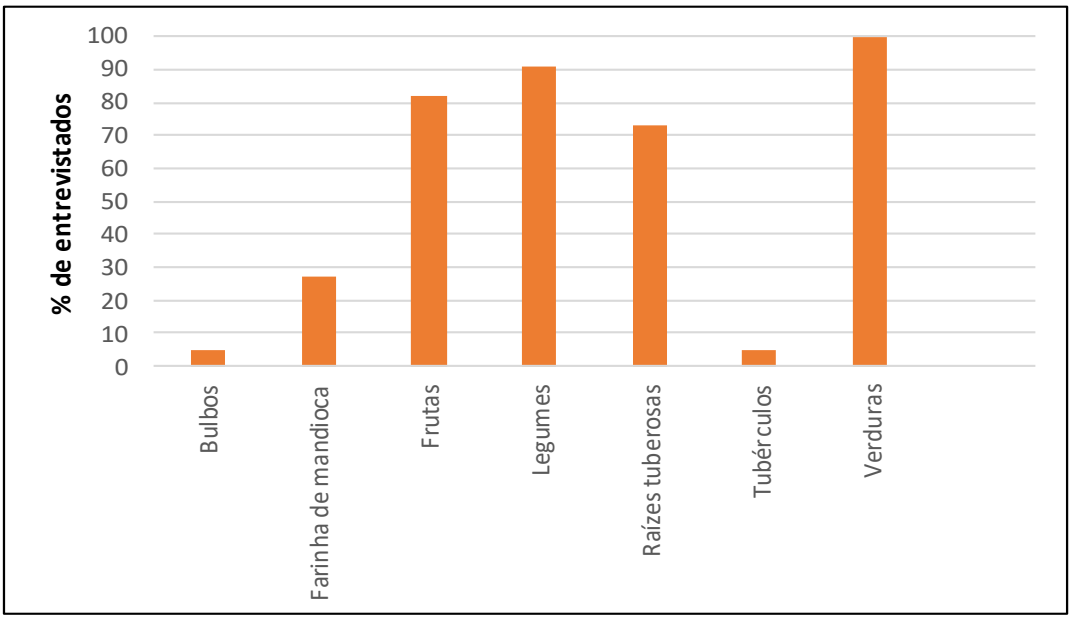
Figura 37: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Os produtores participantes do PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) produzem frutas (banana, manga melancia, limão, goiaba, laranja, maracujá, tangerina, abacaxi, dentre outros), verduras e legumes (alface, rúcula, cebolinha, salsa, coentro, dentre outros), tubérculos (mandioquinha), raízes tuberosas (beterraba, batata doce e cenoura), bulbos (alho) e farinha de mandioca, como pode se verificar na Figura 31.

Dentre os 22 produtores entrevistados, um (1) ou 4,55% produz bulbos; seis (6) ou 27,27% produzem farinha de mandioca; 18 ou 81,81% produzem frutas; 20 ou 90,91% produzem legumes; 16 ou 72,72% produzem raízes tuberosas; um (1) ou 4,55% produz tubérculos e 22 ou 100% produzem verduras. Esses dados denotam a diversificação produtiva dos entrevistados (Figura 38).

Figura 38: Produção dos produtores assentados participantes do PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Os produtores assentados participantes do PNAE do município de Rosana (SP) produzem frutas (abacate, banana, acerola, maracujá, goiaba, dentre outros), grãos (milho e urucum), verduras e legumes (alface, coentro, cebolinha, salsa, almeirão, rúcula, chicória, pimentão, dentre outros), tubérculos (batata inglesa), raízes tuberosas (cenoura e beterraba), bulbos (cebola), rosca de coco e polpas de frutas (acerola, goiaba e maracujá) (Figuras 39 e 40). Vale ressaltar que os cinco (5) ou 14,71% dos produtores que produzem polpas de frutas (acerola, goiaba e maracujá) não produzem bulbos, grãos, tubérculos, raízes tuberosas e nem verduras, ou seja, não possuem hortas.

Figura 39: Assentado do município de Rosana (SP) trabalhando na horta para a entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

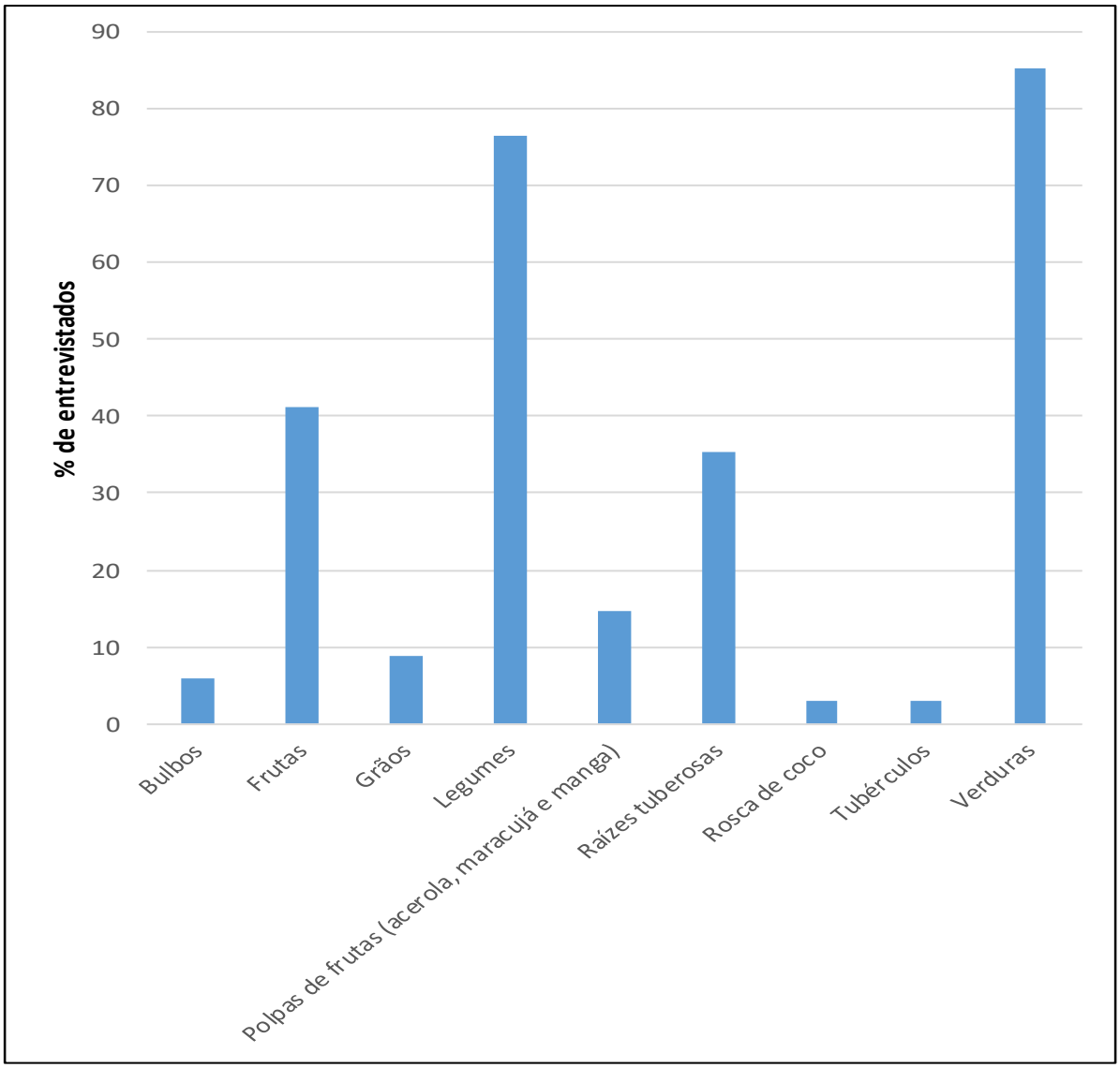
Em relação ao PNAE, o produtor assentado do município de Rosana (SP) enfatiza que: "[...] o programa é uma renda auxiliar. É exigente, mas importante para a gente que é do campo" (R. A., entrevista realizada em abril de 2016).

Figura 40: Rosca de coco produzida pelos produtores assentados do município de Rosana (SP) para entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Dentre os 34 produtores entrevistados, dois (2) ou 5,88% deles produzem bulbos; 14 ou 41,18% produzem frutas; três (3) ou 8,82% produzem grãos; 26 ou 76,47% produzem legumes; cinco (5) ou 14,71% produzem polpas de frutas (acerola, goiaba e maracujá); 12 ou 35,29% produzem raízes tuberosas; um (1) ou 2,94% produz rosca de coco; dois (2) ou 2,94% produzem tubérculos e 29 ou 85,29% produzem verduras (Figura 41).

Figura 41: Produção dos produtores assentados participantes do PNAE pesquisados do município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Quanto à produção pecuária no município de Mirante do Paranapanema (SP), verificou-se que 19 ou 86,36% dos 22 pesquisados são pecuaristas, seja complementarmente ou como atividade principal. Dos 19 pecuaristas, 15 ou 78,95% desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, com a utilização de gado misto e quatro (4) ou 21,05% são pecuaristas de gado de corte, ainda que não utilizem raças com aptidão específica para carne.

Dos 15 produtores que comercializam sua produção, cinco (5) ou 33,33% entregam o leite para o Laticínio Nova Mix - unidade de Teodoro Sampaio (SP), três (3) ou 20% para o Laticínio Novo Tempo - unidade de Mirante do Paranapanema (SP), três (3) ou 20% para o

Laticínio Líder - unidade de Presidente Prudente (SP), dois (2) ou 13,33% para o Laticínio Alto Alegre - unidade de Cuiabá Paulista e dois (2) ou 13,33% para o Laticínio Irmãos Carlucci - unidade de Álvares Machado (SP). Dentre os 15 produtores, 13 ou 86,67% conseguem entregar em média 50 litros de leite por dia no período de safra e 30 litros por dia na entressafra, utilizando até 25 vacas (gado misto), já que não utilizam gado especializado para a produção leiteira e nem realizam suplementação alimentar. Apenas dois (2) ou 13,33% conseguem entregar uma média igual ou superior a 100 litros e inferior a 160 litros no período da safra e na entressafra já que utilizam vacas da raça Girolando e/ou Jersey e realizam a suplementação alimentar dessas.

No tocante à produção pecuária do município de Rosana (SP), verificou-se que 28 ou 82,35% dos 34 pesquisados são pecuaristas, seja complementarmente ou como atividade principal. Desses, 24 ou 85,72% desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, com a utilização de gado misto e quatro (4) ou 14,29% trabalham com gado misto e vendem os animais como se esses fossem especializados em carne.

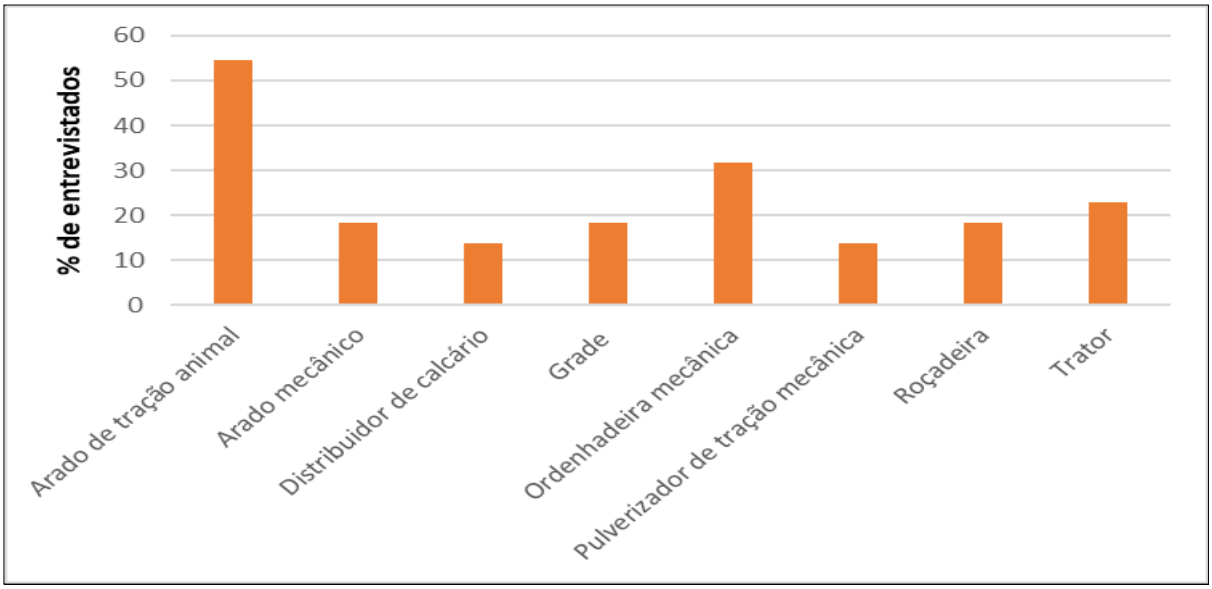
Dos 24 produtores que comercializam sua produção, 11 ou 45,83% entregam o leite para o Laticínio Líder – unidade de Presidente Prudente, oito (8) ou 33,33% para o Laticínio Nova Mix – unidade de Teodoro Sampaio (SP) e cinco (5) ou 20,83% para o Laticínio Novo Tempo - unidade de Mirante do Paranapanema (SP). Dentre os 24 produtores, 22 ou 84,62% conseguem entregar em média 60 litros de leite por dia no período de safra e 40 litros por dia na entressafra, utilizando até 20 vacas (gado misto), já que não utilizam gado especializado para a produção leiteira e nem realizam suplementação alimentar. Apenas dois (2) ou 8,33% conseguem entregar uma média igual ou superior a 100 litros e inferior a 150 litros por dia na safra e na entressafra, pois utilizam vacas da raça Girolando e/ou Jerseylando e realizam a suplementação alimentar dessas.

Da mesma forma que apontado em relação ao município de Mirante do Paranapanema (SP), a produção de leite nos lotes rurais do município de Rosana (SP) ocorre de maneira não especializada e num sistema de produção extensivo.

4.2.1.2 PNAE: Máquinas e/ou implementos e práticas utilizadas pelos produtores dos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Na Figura 42 têm-se as máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP), dentre os seguintes: 12 ou 54,55% possuem arado de tração animal; quatro (4) ou 18,18% possuem arado mecânico; três (3) ou 13,64% possuem distribuidor de calcário; quatro (4) ou 18,18% possuem grade; sete (7) ou 31,82% possuem ordenhadeira mecânica; três (3) ou 13,64 possuem pulverizador de tração mecânica; quatro (4) ou 18,18% possuem roçadeira e cinco (5) ou 22,73% possuem trator. Quatro (4) ou 18,18% dos produtores informaram que não dispunham de nenhuma das máquinas e/ou dos implementos citados. Destaque para o uso de arado de tração animal e, no caso dos produtores de leite, de ordenhadeira mecânica.

Figura 42: PNAE: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP)



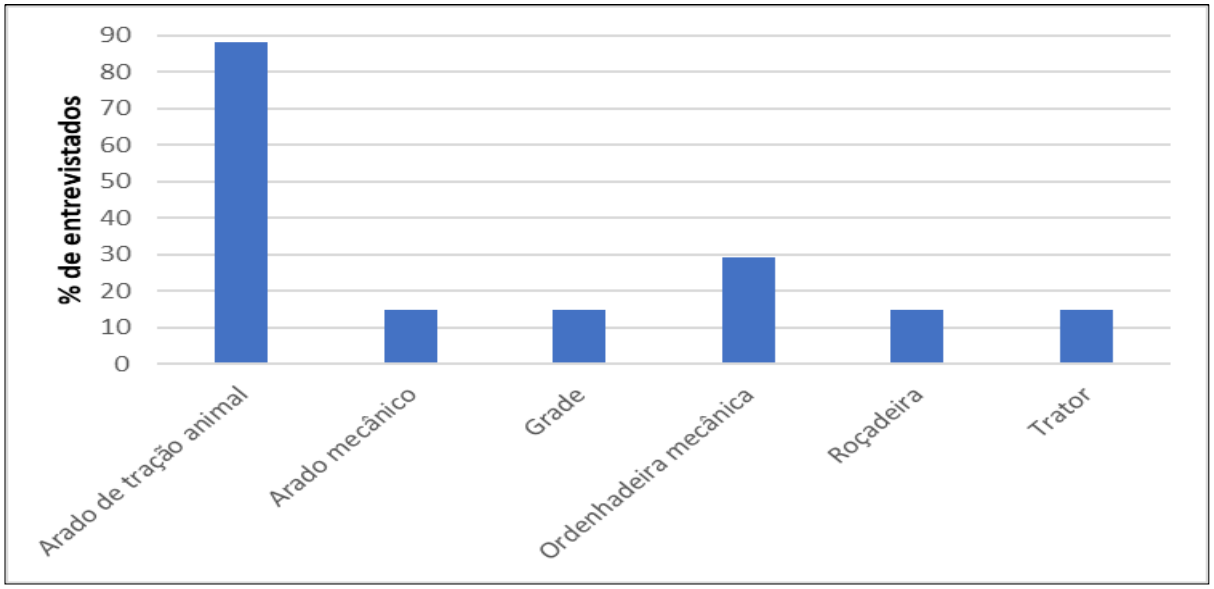
Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

A utilização expressiva do arado de tração animal se justifica pelos seguintes fatores: pequena área de plantio que, muitas vezes, não exige o uso de um trator e a ausência de condições de aquisição de um micro trator[122].

[122] Referido, muitas vezes, pelos produtores pelos termos Tobata ou Tobatinha.

Na Figura 43 têm-se as máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados assentados do município de Rosana (SP). Ao contrário do município de Mirante do Paranapanema (SP), não foi apontado pelos pesquisados do município de Rosana (SP) o uso de distribuidor de calcário e de pulverizador de tração mecânica. O arado de tração animal foi citado por 30 ou 88,26% dos 34 entrevistados; o arado mecânico por cinco (5) ou 14,71% deles; a grade por cinco (5) ou 14,71; a ordenhadeira mecânica por dez (10) ou 29,41% deles; a roçadeira por cinco (5) ou 14,71% deles e o trator por cinco (5) ou 14,71 dos pesquisados.

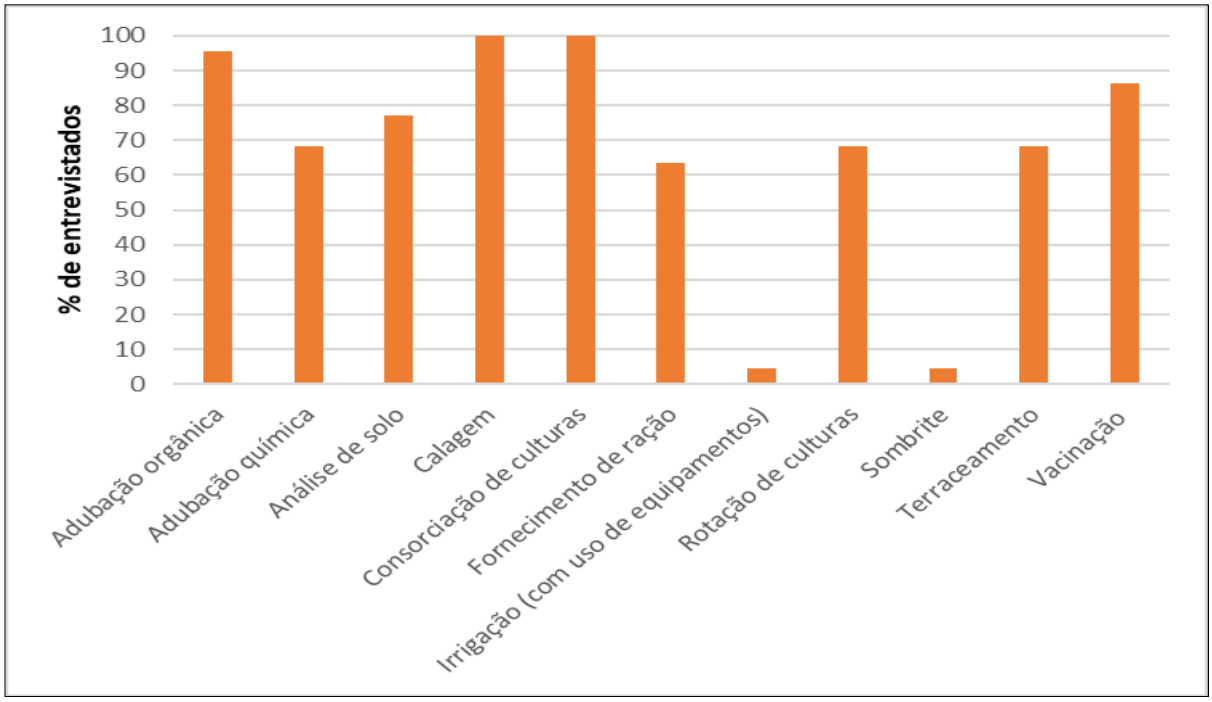
Figura 43: PNAE: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos entrevistados assentados do município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

As práticas utilizadas pelos entrevistados para a produção agropecuária nos lotes rurais do município de Mirante do Paranapanema (SP) estão descritas na Figura 44. Identificou-se que a calagem e a consorciação de culturas são práticas utilizadas pelos 22 produtores entrevistados. A adubação orgânica é utilizada por 21 ou 95,45% deles, seguida da análise de solo realizada por 17 ou 77,27% dos pesquisados. O uso de sombrite foi apontado por apenas um (1) ou 4,55% dos entrevistados e a mesma quantidade de produtores faz a utilização de irrigação com aspersores.

Figura 44: PNAE: Práticas utilizadas pelos entrevistados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Em suma, pode-se concluir que as práticas de calagem, consorciação de culturas, adubação orgânica e a análise de solo são frequentes em decorrência de serem cruciais para a produção, enquanto que o uso de sombrite e de irrigação com aspersores são relevantes, mas também mais onerosos (caros). A vacinação e o fornecimento de ração foram apontados pelos produtores de leite, pois a primeira é obrigatória no caso de determinadas doenças, como por exemplo, Febre Aftosa[123] e Brucelose[124] e a segunda é fundamental para a manutenção e/ou

[123] Febre Aftosa é uma doença infecciosa aguda que causa febre, seguida do aparecimento de vesículas (aftas), na maioria dos casos, na boca e nos pés de animais de casco fendido, como por exemplo, bovinos, búfalos, caprinos, ovinos e suínos. A doença é causada por um vírus, com sete (7) tipos diferentes, que pode se espalhar rapidamente, caso as medidas de controle e erradicação não sejam adotadas logo após sua detecção. O vírus está presente em grande quantidade no epitélio (tecido que reveste) e fluído das vesículas. Também pode ser encontrado na saliva, no leite e nas fezes dos animais afetados. A contaminação de qualquer objeto com alguma dessas fontes de infecção é uma forma perigosa de transmissão da doença de um rebanho a outro. No pico da doença, o vírus está presente no sangue. Nesse estágio, os animais infectados começam a excretar o vírus poucos dias antes do aparecimento dos sinais clínicos. Os animais contraem o vírus por contato direto com outros animais infectados ou por alimentos e objetos contaminados. A doença é transmitida pela movimentação de animais, pessoas, veículos e outros objetos contaminados pelo vírus. Calçados, roupas e as mãos das pessoas que lidaram com animais doentes também podem transmitir o vírus (BRASIL. AGRICULTURA, 2018).

[124] A Brucelose é uma doença infecciosa causada pela bactéria *Brucella* que causa sintomas como febre alta, dor de cabeça e dores nos músculos dos indivíduos afetados. É transmitida de animais para humanos por meio da

aumento da produção leiteira, ainda que não seja uma prática comum a todas as propriedades em que se desenvolve a pecuária leiteira.

Nas Figuras 45 e 46 têm-se algumas das práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção de olerícolas nos lotes rurais, ou seja, a utilização de sombrite e irrigação com o uso de aspersores para a entrega no PNAE.

Figura 45: Sombrite para a produção de olerícolas num lote rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

A Figura 45 mostra a utilização de sombrite, nesse caso, já deteriorado pelo vento e pelo tempo de uso (como se observa no lado direito da fotografia) e verificam-se os plantios de couve, cebolinha e coentro num estágio já avançado, ou seja, aptos à colheita e entrega ao PNAE e o plantio de alface ainda em fase inicial de produção.

---

ingestão de carne contaminada mal cozida, alimentos lácteos caseiros não pasteurizados, como leite ou queijo, por exemplo, através da inalação da bactéria porque ela pode se espalhar pelo ar e pelo contato direto com secreções do animal infectado. A transmissão da Brucelose de pessoa para pessoa é muito rara, mas os profissionais que trabalham com animais, como veterinários, agricultores, produtores de leite, trabalhadores de matadouros ou microbiologistas correm um risco maior de ficarem contaminados. A Brucelose humana tem cura quando o seu tratamento é realizado logo que seja diagnosticada a doença e, geralmente, envolve o uso de antibióticos durante cerca de dois (2) meses para eliminar a bactéria do organismo do indivíduo (FRAZÃO, A., 2017).

A Figura 46 mostra a irrigação com o uso de aspersores no plantio de couve que se encontra disponível à colheita e à comercialização, nesse caso, para o PNAE.

Figura 46: Irrigação com a utilização de aspersores para a produção de olerícolas num lote do município de Mirante do Paranapanema (SP) rural para a entrega no PNAE

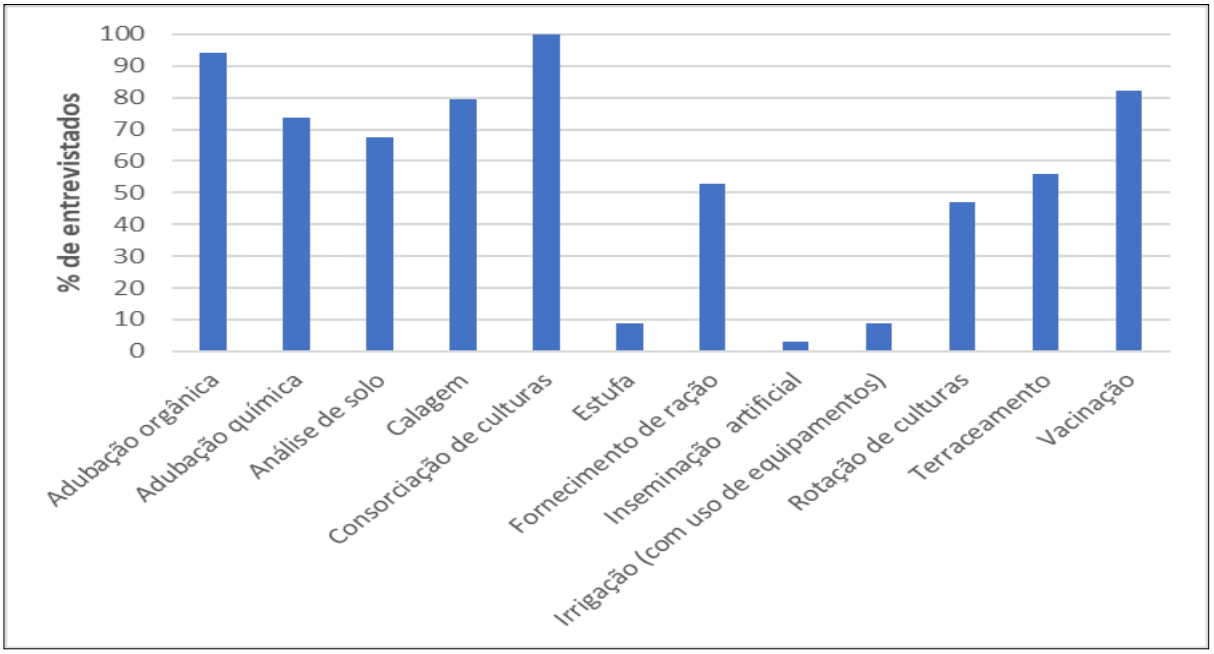
Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

As práticas utilizadas pelos entrevistados do município de Rosana (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais estão descritas na Figura 47. Diferentemente do município de Mirante do Paranapanema (SP), no município de Rosana (SP) foi apontado o uso de estufa[125] por três (3) ou 8,82% dos pesquisados. Enquanto que no município de Mirante do Paranapanema (SP) foi citado o uso de sombrite por um (1) ou 4,55% dos 22 pesquisados e o mesmo não ocorreu em relação ao município de Rosana (SP). Assim como verificado no caso dos produtores convencionais e assentados que entregam sua produção para o PAA, de um modo geral, as práticas mais recorrentes nos lotes rurais dos entrevistados que entregam sua produção para o PNAE são: a consorciação de culturas (34 ou 100%); a adubação orgânica (32 ou 94,12%); a calagem (27 ou 79,41%) e a adubação química (25 ou 73,53%). Não houve a indicação do uso de sombrite por parte dos produtores assentados do

[125] As estufas permitem na entressafra, a produção de espécies que necessitam de condições controladas, aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, menor incidência de pragas e doenças e proteção das plantas contra granizos e geadas (RURALNEWS, 2016).

município de Rosana (SP), mas houve o apontamento da prática de inseminação artificial por um (1) ou 2,94% dos 34 produtores entrevistados.

Figura 47: Práticas utilizadas pelos entrevistados assentados do município de Rosana (SP) para a produção agropecuária nos lotes rurais



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Nas Figuras 48 e 49 têm-se uma estufa e um aparelho de irrigação utilizados para a produção de olerícolas num lote rural do município de Rosana (SP).

Figura 48: Estufa para a produção de olerícolas num lote rural do município de Rosana (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Figura 49: Irrigação com a utilização de aspersor num lote rural do município de Rosana (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Dos 22 produtores assentados entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), apenas dois (2) ou 9,09% deles não utilizam assistência técnica. Os outros 20 ou 90,91% utilizam a assistência técnica do ITESP.

Dentre os 20 produtores que recebem assistência técnica do ITESP, 12 ou 60% informaram que a frequência da prestação era rara, sete (7) ou 35% disseram que era mensalmente e apenas um (1) ou 5% que era quando necessário.

Quando questionados sobre a avaliação dos produtores sobre a qualidade da assistência técnica prestada, no caso, pelo ITESP, um (1) ou 5% afirmou ser excelente, nove (9) ou 45% disseram ser boa, seis (6) ou 30% informaram ser regular e quatro (4) ou 20% responderam que era ruim.

Dos 34 produtores assentados do município de Rosana (SP), apenas dois (2) ou 5,88% deles não utilizam assistência técnica. Os outros 32 ou 94,12% utilizam a assistência técnica do ITESP.

Dentre os 32 produtores que recebem assistência técnica do ITESP, 17 ou 53,13% alegaram que a frequência da prestação era rara, sete (7) ou 21,87% informaram que era quando necessário, quatro (4) ou 12,50% que era semanalmente e outros quatro (4) ou 12,50% mensalmente.

Quando questionados sobre a avaliação dos produtores sobre a qualidade da assistência técnica prestada, no caso, pelo ITESP, quatro (4) ou 12,50% afirmaram que era excelente, 16 ou 50% disseram ser boa, seis (6) ou 18,75% informaram ser regular, dois (2) ou 6,25% falaram que era ruim e quatro (4) ou 12,50% responderam que era péssima.

Dos 22 produtores assentados pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), oito (8) ou 36,36% recebem entre um (1) e dois (2) salários mínimos; seis (6) ou 27,27% recebem entre dois (2) e três (3) salários mínimos, seis (6) ou 27,27% obtém uma faixa salarial entre três (3) e quatro (4) salários mínimos e dois (2) ou 9,09% recebem mais que quatro (4) salários mínimos mensais. Dos 34 produtores assentados pesquisados, 12 ou 35,29% recebem entre um (1) e dois (2) salários mínimos; dez (10) ou 29,41% recebem entre dois (2) e três (3) salários mínimos; seis (6) ou 17,65% obtém uma faixa salarial entre três (3) e quatro (4) salários mínimos; e seis (6) ou 17,65% recebem mais que quatro (4) salários mínimos. Vale destacar que a renda mensal dos agricultores, não são obtidas exclusivamente pela produção agropecuária, porque há um percentual considerável de agricultores aposentados (Tabela 38).

Tabela 38: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados que participam do PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Renda familiar mensal (salários mínimos)	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Menos de 1	-	-	-	-
Entre 1 e 2	8	36,36	12	35,29
Entre 2 e 3	6	27,27	10	29,41
Entre 3 e 4	6	27,27	6	17,65
Mais de 4	2	9,09	6	17,65
Total	**22**	**100**	**34**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Ao serem questionados sobre a forma pela qual foram informados sobre o PNAE, 15 ou 68,18% dos 22 analisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmaram que souberam sobre a existência do programa via ITESP e sete (7) ou 31,82% disseram que por meio de outros produtores participantes. Em Rosana (SP), 17 ou 50% dos 34 analisados afirmaram que souberam sobre a existência do programa por meio do ITESP, 15 ou 44,11% alegaram que souberam através de outros produtores já participantes e dois (2) ou 5,88% disseram que por meio das associações das quais esses participavam.

Tanto os 22 pesquisados assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 34 produtores assentados do município de Rosana (SP) informaram não terem utilizado financiamento para a melhoria ou aperfeiçoamento da produção entregue ao PNAE.

Os 22 produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) disseram que já tiveram uma produção maior que a demanda e quando isso ocorre, o excedente é utilizado para consumo próprio e comercializado na rua. Dos 34 assentados entrevistados do município de Rosana (SP), apenas oito (8) ou 23,53% disseram que já se depararam com a situação de terem uma quantidade maior de produção em relação à demanda. Segundo os pesquisados, os produtos que sobravam eram doados para pessoas que necessitavam (na rua) ou vendidos em restaurantes locais.

Dos 22 informantes do município de Mirante do Paranapanema (SP), 15 ou 68,18% afirmaram não terem dificuldades para participarem do PNAE e sete (7) ou 31,82% informaram terem, porque o departamento da prefeitura municipal responsável pelo Programa não solicita os produtos. Isso ocorre pelo fato de haver a sazonalidade da produção, ou seja, o referido departamento entra em contato com o produtor, caso ele não tenha o(s) gênero(s)

alimentício(s) solicitado(s), faz-se o pedido a outro produtor e então os produtos que estão disponíveis pelo primeiro produtor, no caso, não são entregues. Fica a cargo da nutricionista municipal a elaboração dos cardápios escolares.

De um modo geral, dos 34 informantes do município de Rosana (SP), 16 ou 47,06% afirmaram já terem tido dificuldades para participarem do PNAE em virtude da falta de um cronograma para a entrega dos produtos, sobretudo os sazonais.

Assim, como verificado na presente pesquisa, Veloso (2017, p. 212-213) - que estudou o PAA e o PNAE nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista - lembra que "a falta de um cronograma do Departamento de Merenda Escolar para realizar o pedido de produtos sazonais dificulta o planejamento dos agricultores [...]".

Quando questionados sobre problemas como o atraso no pagamento, os 22 analisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) informaram que isso não ocorria, enquanto que sete (7) ou 29,58% dos analisados do município de Rosana (SP) informaram que ocorriam, eventualmente, atrasos no pagamento, mas esses não souberam justificar o ocorrido.

Dos 22 entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), oito (8) ou 36,36% deles afirmaram que já chegaram a receber até R$1.000,00 e 14 ou 63,64% informaram que receberam de R$1.000,00 a R$ 5.000,00. Na opinião da auxiliar de serviços gerais (que ficava responsável por contatar os produtores e solicitar os produtos), os valores baixos recebidos pelos produtores são explicados pelo fato de que esses não conseguem produzir o suficiente para alcançar a cota de até R$ 20.000,00, enquanto que na versão dos produtores, a justificativa é a de que, sem o planejamento, o Departamento de Merenda solicita produtos dos quais, eles não têm à disposição (em virtude da sazonalidade, por exemplo) e por isso, não conseguem entregar.

Dos 34 entrevistados do município de Rosana (SP), 17 ou 50% deles afirmaram que já chegaram a receber de R$ 1.000,00 a R$ 5.000,00, nove (9) ou 26,47% informaram que ganharam de R$ 5.000,00 a R$ 10.000,00, quatro (4) ou 11,76% disseram que receberam de R$ 15.000,00 a R$ 20.000,00 e outros quatro (4) ou 11,76% que receberam menos que R$1.000,00.

Com a Resolução nº 4 do FNDE, de 2015, o limite individual foi ampliado para R$ 20.000,00 ao ano, não mais limitado a uma única Entidade Executora, ou seja, cada agricultor familiar pode negociar com várias Entidades Executoras (Prefeituras e Secretarias de

Educação), desde que não ultrapasse os R$ 360.000,00 por ano e perca o enquadramento estabelecido por lei (BRASIL. FNDE, 2017).

Tanto os 22 produtores assentados pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 34 produtores assentados do município de Rosana (SP) disseram não terem participado do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e nem do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado.

Os 22 analisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) ao serem questionados sobre a avaliação do PNAE, traduzindo em uma nota que o programa deveria receber, cinco (5) ou 22,73% deles informaram que era dez (10), um (1) ou 4,54% disse que era nove (9), um (1) ou 4,54% que era oito (8), sete (7) ou 31,82% que era cinco (5), dois (2) ou 9,09% que era três (3), três (3) ou 13,64% que era dois (2) e três (3) ou 13, 64% disseram que era nota zero (0). As justificativas para as notas altas foram: o canal de comercialização que o programa proporciona, o aumento da renda dos produtores e a possibilidade de fixação desses no campo. Em contrapartida, as notas baixas foram explicadas pelo valor menor recebido pelos produtos entregues ao PNAE por parte do Departamento de Merenda Escolar em decorrência da falta de um cronograma, como já explicado e também observado por Veloso (2017).

Dos 34 analisados do município de Rosana (SP) ao serem questionados sobre a avaliação do PNAE, traduzindo em uma nota que o programa deveria receber, 17 ou 50% deles informaram que era dez (10), nove (9) ou 26,47% disseram que era oito (8), seis (6) ou 17,65% que merecia a nota sete (7) e dois (2) ou 5,88% informaram que era nota quatro (4). As justificativas para as notas dez (10), oito (8) e sete (7) são: o programa é um importante canal de comercialização, é uma fonte de renda e o pagamento é seguro. Para a nota quatro (4), o motivo apontado pelos dois (2) entrevistados foi a pouca demanda para a grande quantidade de oferta de produtos que estes dispunham.

Os 22 produtores estudados do município de Mirante do Paranapanema informaram que para o aperfeiçoamento do programa deveria haver planejamento por parte do Departamento de Merenda Escolar para a realização dos pedidos de produtos sazonais.

De um modo geral, até mesmo pelos produtores que elogiaram o PNAE no município de Rosana (SP), surgiram as sugestões de aumento no valor da cota dos produtos e melhoria

na organização da coleta dos alimentos por parte da Divisão Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social[126].

Tanto os 22 analisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os 34 produtores assentados entrevistados do município de Rosana disseram haver a participação das mulheres no desenvolvimento das atividades voltadas à produção para entrega ao PNAE, desde o plantio até a colheita e comercialização (Figuras 50 e 51).

Figura 50: Assentada do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

[126] As denominações Divisão Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Departamento Municipal de Recepção e Distribuição dos Alimentos do PAA e Centro Comunitário Urbano se referem às instituições que recebem e distribuem aos beneficiários os alimentos do PAA. As denominações são utilizadas nos municípios de Rosana (SP), Mirante do Paranapanema (SP) e Euclides da Cunha Paulista (SP), respectivamente.

Figura 51: Assentada do município de Rosana (SP) trabalhando nas atividades voltadas à produção para entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

A participação ativa das mulheres não somente na produção, mas também em outras etapas da atividade agrícola, como a colheita, a comercialização, mesmo que de maneira modesta, suscita vários benefícios a elas, a saber: o aumento da renda e a autonomia econômica. A autonomia econômica, por sua vez, é fundamental, pois tendo seu próprio dinheiro, a mulher não se encontra mais tão submissa ao homem, o que a permite adquirir seus objetos pessoais sem precisar de autorização do esposo, "o que é considerado por muitas mulheres como constrangedor e humilhante. Por essa razão é importante para as mulheres que seu trabalho tenha uma remuneração específica, separada da do homem" (COUTINHO DE PAULA; HESPANHOL, R., 2012, p. 17).

4.2.1.3 PNAE: Caracterização dos produtores convencionais e das propriedades rurais do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Os 11 produtores convencionais pesquisados estavam localizados como demonstram os dados da Tabela 39 e o Mapa 10.

Tabela 39: Distribuição dos produtores rurais convencionais pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) que participam do PNAE

Local de residência	Número de produtores rurais convencionais pesquisados	% de produtores rurais convencionais pesquisados
Bairro do Mastro	1	9,09
Bairro Água da Saúde	1	9,09
Bairro Bessarábia	4	36,36
Bairro Canavial	1	9,09
Bairro Gleba Seca	3	27,27
Bairro Santo Antônio	1	9,09
Total	**11**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

De acordo com Halley (2014) - que estudou os bairros rural e urbano a partir de uma revisão conceitual, sobretudo sob as perspectivas geográficas e sociológicas - os geógrafos brasileiros *à priori* estudaram os bairros acerca de agrupamentos rurais localizados no Estado de São Paulo, focando suas análises na forma de dispersão das habitações, nos aspectos relacionados ao uso do solo e na relação do lugar com o espaço circundante. O autor acrescenta:

> Assim, não por acaso, nos estudos clássicos de Alice Cannabrava (1941) e de Nilo Bernardes (1958), percebe-se a descrição do bairro mais relacionada à distribuição espacial das moradias, sendo designado como um tipo de "habitat" disperso, ainda que por vezes revele tendências para uma aglutinação (HALLEY, 2014, p. 579).

Enquanto que, em outros trabalhos, encontram-se conceituações não ligadas designadamente à dispersão rural, mas enfatizando-se à existência de unidades territoriais, mais ou menos amplas, definidas em função da presença de determinados contatos sociais estabelecidos entre a população residente (HALLEY, 2014).

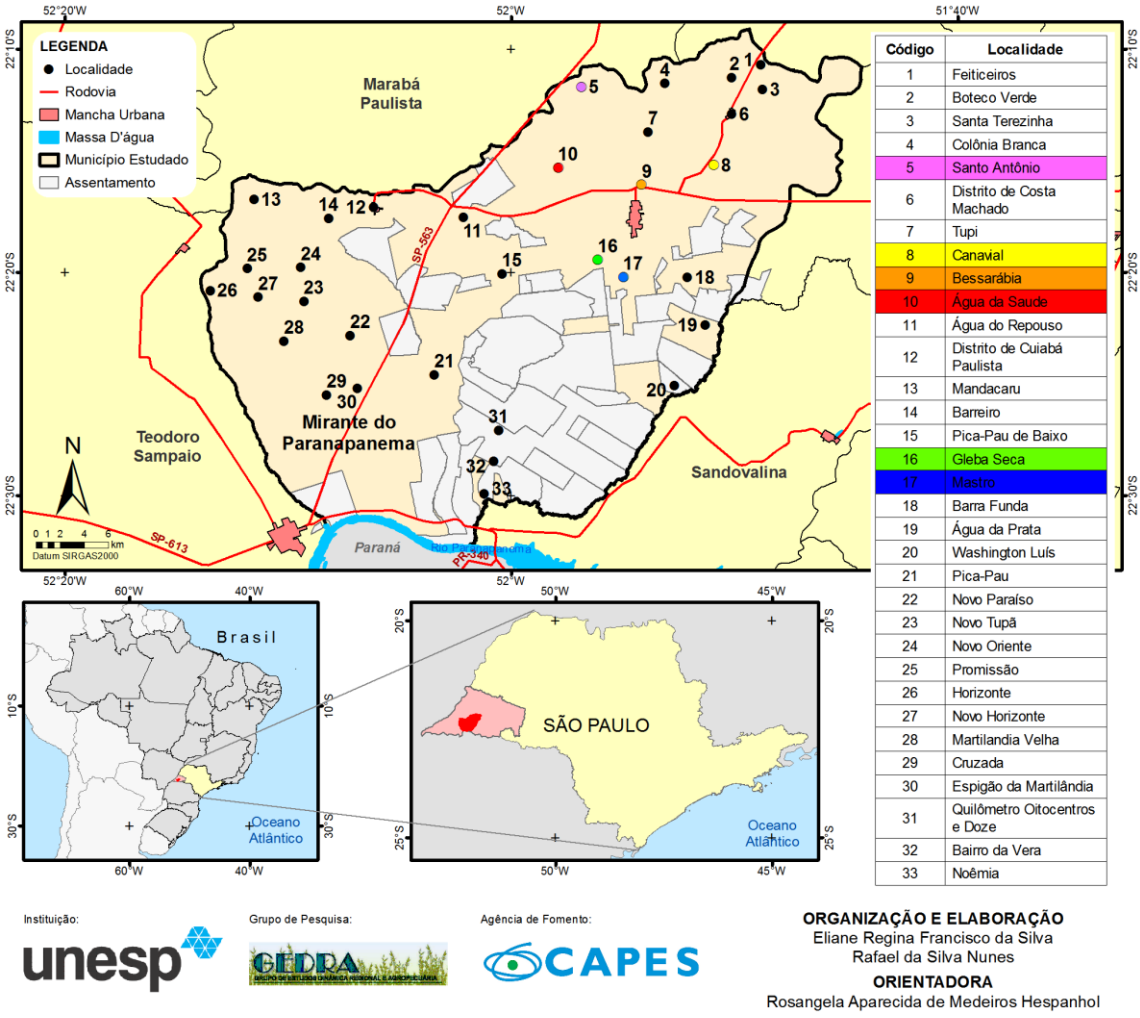
> É o caso do trabalho A região de São Luiz do Paraitinga, de Pasquale Petrone (1959), e também da análise de Nice Lecocq-Müller (1946), uma das primeiras teses em geografia no Brasil que conceitua o bairro rural como uma célula de comunidade social não morfológica, formada por habitações dispersas suficientemente próximas (HALLEY, 2014, p. 579).

Candido (2001, p. 84) é enfático ao afirmar que bairro rural é: "[...] a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das

outras". Em outros termos, para além do território, o bairro rural se caracteriza por um sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação não depende apenas da posição geográfica, ou seja, "[...] a convivência entre eles decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação" (CANDIDO, 2001, p. 84).

Verifica-se, assim, que o conceito de bairro rural é plural e esse recorte deve ser estudado a partir da escolha metodológica adotada. Ainda que fuja ao escopo da nossa pesquisa dissertar sobre os múltiplos significados do referido conceito, acreditamos que o que mais se encaixa com o nosso trabalho é o que se aplica a partir da perspectiva geográfica, pois se estuda o uso do solo e a relação das pessoas que moram no lugar com o espaço circundante.

Mapa 10: Localização dos bairros rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) – em destaque os locais de residência dos entrevistados que participam do PNAE



Código	Localidade
1	Feiticeiros
2	Boteco Verde
3	Santa Terezinha
4	Colônia Branca
5	Santo Antônio
6	Distrito de Costa Machado
7	Tupi
8	Canavial
9	Bessarábia
10	Água da Saude
11	Água do Repouso
12	Distrito de Cuiabá Paulista
13	Mandacaru
14	Barreiro
15	Pica-Pau de Baixo
16	Gleba Seca
17	Mastro
18	Barra Funda
19	Água da Prata
20	Washington Luís
21	Pica-Pau
22	Novo Paraíso
23	Novo Tupã
24	Novo Oriente
25	Promissão
26	Horizonte
27	Novo Horizonte
28	Martilandia Velha
29	Cruzada
30	Espigão da Martilândia
31	Quilômetro Oitocentros e Doze
32	Bairro da Vera
33	Noêmia

Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

Dos 11 produtores convencionais analisados, três (3) ou 27,27% são agricultores e pecuaristas, três (3) ou 27,27% são agricultores e piscicultores, dois (2) ou 18,18% são apenas agricultores, um (1) ou 9,09% é agricultor e comerciante, um (1) ou 9,09% é agricultor, engenheiro agrônomo e pecuarista e um (1) ou 9,09% é agricultor e mecânico.

No tocante à idade dos produtores entrevistados, pode-se observar que todos possuem idade acima de 30 anos e inferior a 70 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 41 e 50 anos, correspondendo a sete (7) produtores que representam 63,64% do total. Dos demais produtores três (3) ou 27,27% possuem entre 30 e 40 anos e um (1) ou 9,90% dos produtores tem idade entre 51 e 60 anos, como mostram os dados da Tabela 40.

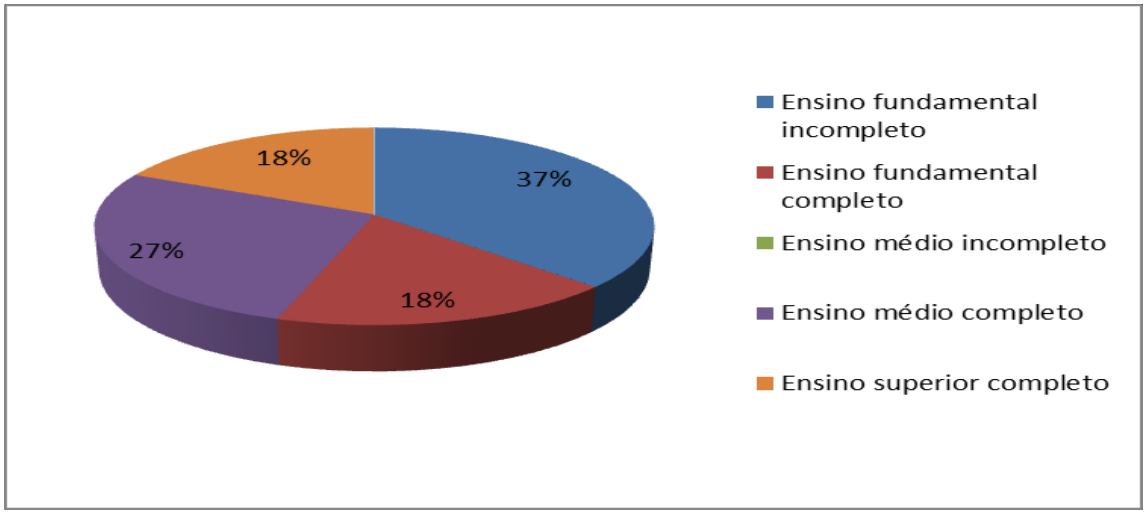
Tabela 40: PNAE: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Idade	Nº de produtores	% de produtores
30 e 40	3	27,27
41 e 50	7	63,64
51 e 60	1	9,09
Total	**11**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

No que se refere à escolaridade dos entrevistados, 37% (4 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto; 18% (2 produtores) apontaram ter estudado até o ensino fundamental completo; 27% (3 produtores) indicaram que estudaram até o ensino médio completo e apenas dois (2) produtores (18%) disseram terem ensino superior completo (Figura 52).

Figura 52: PNAE: Escolaridade dos produtores convencionais entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Identificou-se que dos 11 produtores estudados, três (3) ou 27,27% moram entre um (1) e cinco (5) anos na propriedade rural; dois (2) ou 18,18% moram entre cinco (5) e dez (10) anos, um (1) ou 9,09% mora entre dez (10) e 15 anos, dois (2) ou 18,18% moram entre 15 e 20 anos e três (3) ou 27,27% há mais de 20 anos, como se demonstra na Tabela 41.

Tabela 41: PNAE: Tempo de moradia dos produtores entrevistados nas propriedades rurais do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Tempo de moradia (anos)	Nº de produtores	% de produtores
Entre 1 e 5	3	27,27
Entre 5 e 10	2	18,18
Entre 10 e 15	1	9,09
Entre 15 e 20	2	18,18
Acima de 20	3	27,27
Total	**11**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Verificou-se, de acordo com a Tabela 42, que dos 11 pesquisados, sete (7) produtores são minifundiários, pois estes possuem uma área com extensão inferior a um (1) módulo fiscal - que nesse caso corresponde a 30 ha e quatro (4) produtores possuem pequenas propriedades rurais, considerando a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que define como pequenas propriedades aquelas que possuem entre um (1) e quatro (4) módulos fiscais - que no caso do município de Mirante do Paranapanema (SP) representa uma área de 30 a 120 ha.

Tabela 42: PNAE: Área (ha) das propriedades dos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Nº de produtores	Área (ha) das propriedades
1	3
2	13
1	15
1	18
2	21
3	42
1	54
11	-

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

4.2.1.4 PNAE: Caracterização da produção dos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP)

A forma de exploração da propriedade rural dos 11 pesquisados é a produção realizada por apenas um proprietário rural ou um núcleo familiar.

Dos 11 produtores convencionais, apenas dois (2) ou 18,18% deles utilizam empregados permanentes.

Essas respostas (quanto à área da propriedade, à forma de exploração familiar e a utilização de mão-de-obra) permitem inferir que os pesquisados são agricultores familiares, considerando-se a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

Na Figura 53 se identifica um produtor convencional do município de Mirante do Paranapanema (SP) capinando na horta para posterior entrega dos produtos no PNAE.

Figura 53: Produtor convencional do município de Mirante do Paranapanema (SP) trabalhando na horta para a entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

De acordo com o produtor convencional do município de Mirante do Paranapanema (SP), o PNAE "[...] é bom para a complementação da renda do homem do campo e bom para os alunos que comem um produto de boa qualidade" (G. T. C., entrevistada realizada em abril de 2016).

Na Figura 54 se verifica alguns dos produtos entregues pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) no PNAE.

Figura 54: Amostra de alguns gêneros alimentícios produzidos pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a entrega no PNAE

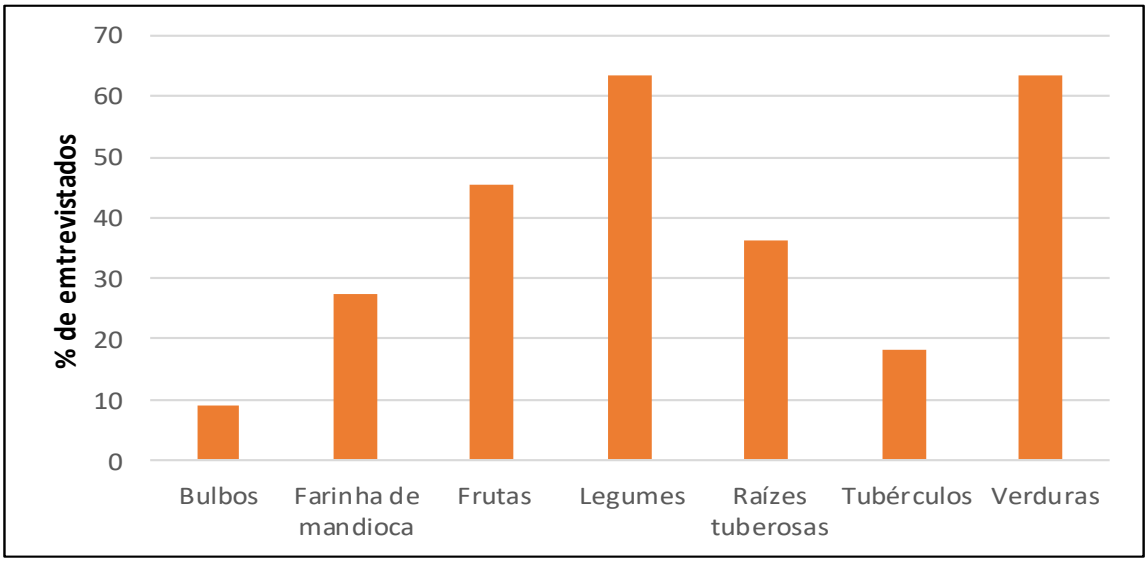
Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Os produtores convencionais participantes do PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) produzem frutas (tangerina, goiaba, manga, maracujá, melancia, laranja, dentre outros); verduras e legumes (alface, couve, cebolinha, coentro, salsa, dentre outros), tubérculos (mandioquinha e batata), raízes tuberosas (mandioca, beterraba e batata doce), bulbos (alho) e alguns, farinha de mandioca e filé de tilápia[127], como pode se verificar na Figura 44.

Dentre os 11 produtores convencionais entrevistados, um (1) ou 9,09% produz bulbos; três (3) ou 27,27% produzem farinha de mandioca; cinco (5) ou 45,45% produzem frutas; sete (7) ou 63,63% produzem legumes; quatro (4) ou 36,36% produzem raízes tuberosas; dois (2) ou 18,18% produzem tubérculos e sete (7) ou 63,63% produzem verduras. Vale destacar a produção de filé de tilápia realizada por três (3) ou 27,27% dos produtores pesquisados (Figura 55).

[127] Nos referimos ao filé de tilápia e não somente ao peixe, pois os produtores já entregam a sua produção com esse tipo de corte.

Figura 55: Produção dos produtores convencionais do PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

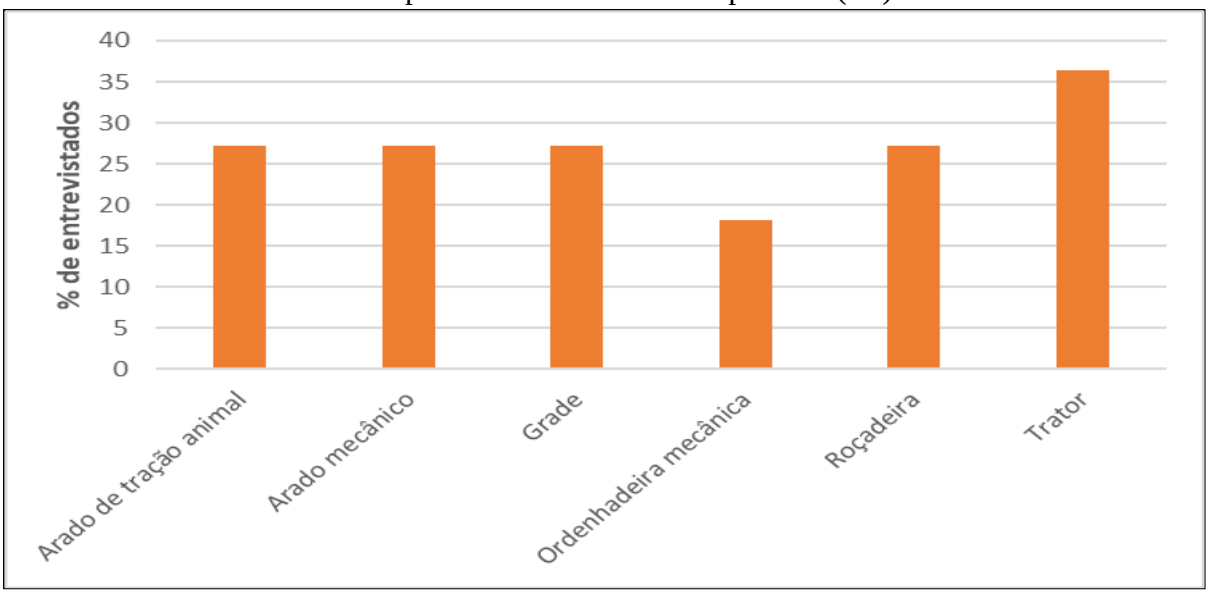
Quanto à produção pecuária no município de Mirante do Paranapanema (SP), verificou-se que quatro (4) ou 36,36% dos 11 pesquisados são pecuaristas, seja complementarmente ou como atividade principal. Desses, dois (2) ou 18,18% desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, com a utilização de gado girolando. Os outros dois (2) ou 18,18% desempenham a pecuária de corte com gado da raça Nelore.

Os dois (2) ou 18,18% dos produtores que comercializam sua produção entregam o leite para o Laticínio Nova Mix - unidade de Teodoro Sampaio (SP). Desses, um (1) ou 9,09% consegue entregar em média 90 litros de leite por dia no período de safra e 70 litros de leite por dia na entressafra, utilizando até 15 vacas (raça Girolando) e o outro (1 ou 9,09%) consegue entregar em média 200 litros de leite por dia no período de safra e 190 litros de leite por dia na entressafra, utilizando até 25 vacas (raça Girolando) e com suplementação alimentar dessas.

4.2.1.5 PNAE: Máquinas e/ou implementos e práticas utilizadas pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Na Figura 56 têm-se as máquinas e/ou implementos utilizados pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP), três (3) ou 27,27% possuem arado de tração animal e a mesma quantidade de produtores possuem arado mecânico, grade e roçadeira. Dois (2) ou 18,18% possuem ordenhadeira mecânica e quatro (4) ou 36,36% possuem trator. Constatou-se a predominância do uso de arado de tração animal e de trator, mas também casos em que não se utiliza nenhuma das opções listadas - quatro (4) ou 36,36% - e o trabalho era desenvolvido de modo inteiramente manual.

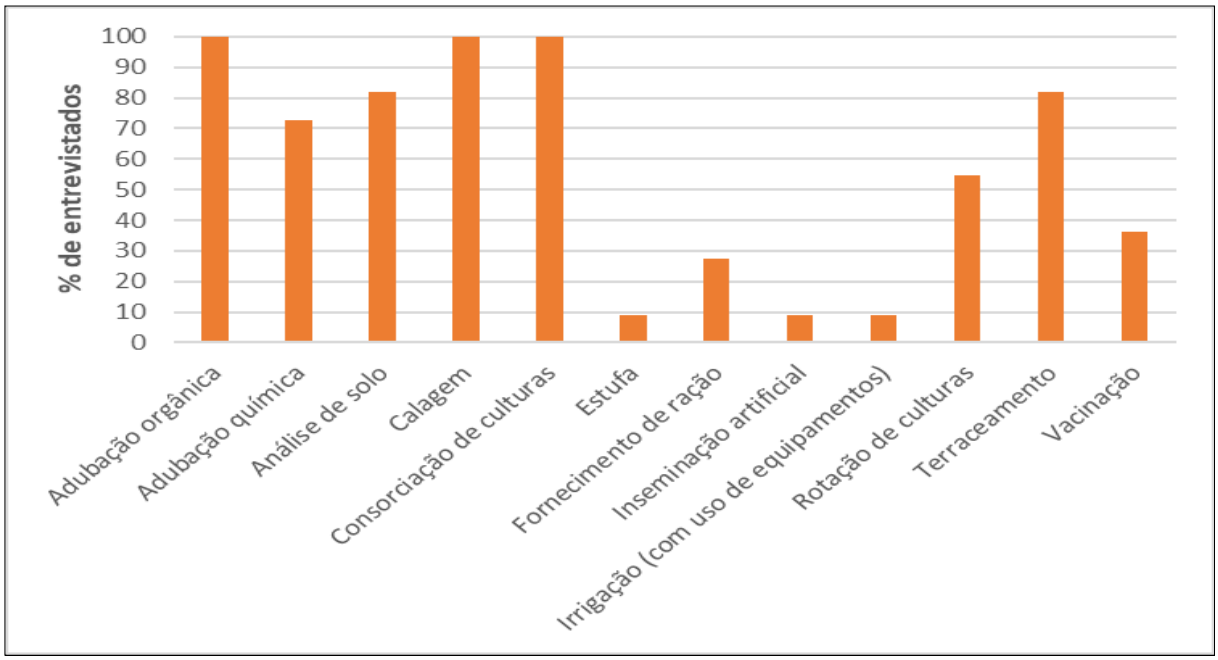
Figura 56: PNAE: Máquinas e/ou implementos utilizados pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

As práticas utilizadas pelos entrevistados para a produção agropecuária nas propriedades rurais estão descritas na Figura 57. Assim como verificado nos lotes rurais, destaca-se o uso de adubação orgânica, calagem e consorciação de culturas - práticas apontadas pelos 11 entrevistados.

Figura 57: PNAE: Práticas utilizadas pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) para a produção agropecuária nas propriedades rurais



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

O uso de estufa e de irrigação com aspersores e a prática de inseminação artificial foram citados por apenas um (1) ou 9,09% dos entrevistados.

Nas Figuras 58 e 59 têm-se algumas das práticas utilizadas pelos entrevistados para a produção de olerícolas nas propriedades rurais, ou seja, a utilização de estufa e irrigação.

Figura 58: PNAE: Estufa para a produção de olerícolas numa propriedade rural do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Figura 59: PNAE: Irrigação com a utilização de micro aspersor, também conhecido como aspersor tipo bailarina, para a produção de olerícolas numa propriedade rural do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Dos 11 produtores, cinco (5) ou 45,45% deles não utilizam assistência técnica. Os outros seis (6) ou 54,55% utilizam a assistência técnica da Casa da Agricultura.

Dentre os seis (6) produtores que recebem assistência técnica da Casa da Agricultura, quatro (4) ou 66,67% alegaram que a frequência da prestação era rara e os outros dois (2) ou 33,33% informaram que era mensalmente.

Quando questionados sobre a avaliação dos produtores sobre a qualidade da assistência técnica prestada, no caso, pela Casa da Agricultura, cinco (5) ou 83,33% disseram ser regular e apenas um (1) ou 16,67% informou ser boa.

Dentre os 11 produtores convencionais pesquisados, verificou-se que a maioria recebe mais que três (3) salários mínimos mensais, ou seja, sete (7) deles (Tabela 43).

Tabela 43: PNAE: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Renda familiar mensal (salários mínimos)	Nº de produtores	% de produtores
Menos de 1	1	9,09
Entre 1 e 2	2	18,18
Entre 2 e 3	1	9,09
Entre 3 e 4	3	27,27
Mais de 4	4	36,36
Total	**11**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Quando questionados sobre o ano inicial de entrega de produtos para o PNAE, dois (2) ou 18,18% informaram que desde 2010, dois (2) ou 18,18% disseram que desde 2012, dois (2) ou 18,18% afirmaram que desde 2013, um (1) ou 9,09% alegou que desde 2014 e quatro (4) ou 36,36% falaram que começaram a participar do referido programa apenas a partir de 2015.

Ao serem interrogados sobre a forma pela qual foram informados sobre o PNAE, sete (7) ou 63,64% dos 11 analisados afirmaram que souberam sobre a existência do programa por meio da Casa da Agricultura e os outros quatro (4) ou 36,36% alegaram que souberam através de outros produtores participantes.

Os 11 pesquisados informaram não terem utilizado financiamentos para a melhoria ou aperfeiçoamento da produção entregue ao PNAE.

Dos 11 entrevistados, sete (7) ou 63,64% disseram que já se depararam com a situação de terem uma quantidade maior de produção em relação à demanda. Segundo os pesquisados, os produtos que sobravam eram doados para famílias carentes.

Quatro (4) ou 36,36% dos 11 pesquisados informaram ter dificuldades para participarem do PNAE devido à falta de captação dos produtos, pois novamente foi apontada a situação em que pela inexistência de um cronograma por parte do Departamento de Merenda, os alimentos solicitados não condizem com os produtos cultivados pelos agricultores.

Quando questionados, os 11 produtores convencionais estudados informaram não terem tido problemas com atrasos no pagamento.

Dos 11 entrevistados, três (3) ou 27,27% deles afirmaram que já chegaram a receber ao final de um projeto até R$ 1.000,00, seis (6) ou 54,55% informaram que chegaram a receber de R$ 1.000 a R$ 5.000,00 e dois (2) ou 18,18% que receberam de R$5.000,00 a R$10.000,00.

Os 11 pesquisados disseram nunca terem participado do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e nem do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado.

Dos 11 analisados ao serem questionados sobre a avaliação do PNAE, traduzindo em uma nota que o programa deveria receber, seis (6) ou 54,55% deles informaram que era dez (10), um (1) ou 9,09% disse que era oito (8), um (1) ou 9,09% afirmou que era sete (7) e três (3) ou 27,27% disseram que era nota cinco (5), ou seja, de um modo geral, todos acreditam que o referido programa é importante e as justificativas para as altas notas foram: o valor pago pelos produtos é maior, se comparado com o PAA; o aumento da renda; a criação de um canal de comercialização para os seus produtos e o pagamento seguro e regular.

As sugestões apontadas pelos produtores convencionais estudados foram: um melhor planejamento na captação dos produtos, já que alguns informaram que os produtos que tinham sido aprovados em suas licitações, não haviam sido pedidos pelo Departamento de Merenda Escolar do município.

Se deveria haver por parte do Departamento de Merenda Escolar um cronograma para a realização dos pedidos dos produtos sazonais, como já indicado, precisaria também haver uma “[...] organização dos produtores com relação à sua produção, ou seja, poderiam estabelecer conjuntamente um planejamento da produção a fim de atender o programa, com

mais produtores rurais participantes [...]", conforme aponta Aristides (2013, p. 162) em sua pesquisa realizada sobre o PNAE no município de Pirapozinho (SP).

Dos 11 analisados, apenas dois (2) ou 18,18% disseram que não havia a participação das mulheres no desenvolvimento das atividades voltadas à produção para entrega ao PNAE, mas esses não justificaram a não participação (Figura 60).

Figura 60: Mulher trabalhando na sua propriedade rural convencional do município de Mirante do Paranapanema (SP) nas atividades voltadas à produção para entrega no PNAE

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Em suma, verificamos que a participação dos produtores rurais assentados nos programas de compras governamentais (PAA e PNAE), tanto no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no de Rosana (SP), é notória e expressiva. Ainda assim verificou-se a participação de produtores convencionais nos referidos programas e nesse trabalho não

tivemos como propósito analisá-los analogamente, pois ambos os pesquisados (assentados e convencionais) se enquadram no segmento da agricultura familiar.

Quanto às profissões dos entrevistados que entregam sua produção para o PAA e para o PNAE, analisou-se que no município de Mirante do Paranapanema (SP), a maioria[128] é agricultor e pecuarista, enquanto que no município de Rosana (SP), as referidas profissões foram bastante apontadas ao lado da condição de aposentado - o que revela a importância dessa fonte de renda aos produtores rurais pesquisados.

A idade avançada foi identificada tanto no tocante aos produtores rurais que entregam sua produção para o PAA e para o PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto para os que entregam no município de Rosana (SP) e isso indica um problema de sucessão no campo, uma vez que os filhos estudam e trabalham fora das propriedades convencionais ou lotes.

De acordo com Navarro (2010), o envelhecimento da população rural - dada à gravidade do problema - deve ser encarado com seriedade por parte das instituições governamentais no Brasil e ser tratado de forma prioritária em uma estratégia de desenvolvimento rural.

O nível de escolaridade dos produtores rurais mais apontado foi o ensino fundamental incompleto, tanto para os produtores que produzem para o PAA e para o PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no de Rosana (SP). Em termos de impactos para a agricultura, o baixo nível de escolaridade implica na dificuldade ou, muitas vezes, no não acesso a tecnologias que provavelmente aumentaria a produtividade dos cultivos dos produtores rurais - ainda que não nos esqueçamos da necessidade de investimento financeiro para a aquisição de tecnologia - o que por si só, já selecionaria o número de adeptos [à tecnologia].

Os produtores rurais que entregam sua produção para o PAA e para o PNAE, em sua maioria, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no campo (acesso à assistência técnica, sazonalidade da produção, dificuldade de organização, por exemplo), permanecem há muitos anos (± 20 anos) em suas unidades produtivas.

Considerando as respostas dos entrevistados quanto à área da propriedade e do lote (no caso dos assentados), à forma de exploração familiar e à utilização de mão-de-obra permite-se

[128] Ao analisar comparativamente os dados sobre os produtores e a produção entregue aos programas em apreço não nos deteremos a repetir as porcentagens das respostas obtidas, já que estas se encontram descritas ao longo do texto, mas pretendemos fazer uma síntese geral do capítulo.

afirmar que os pesquisados que entregam sua produção para o PAA e para o PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e no de Rosana (SP) são agricultores familiares, considerando-se a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Vale ressaltar a presença expressiva de minifundiários, ou seja, aqueles que possuíam uma área inferior a um (1) módulo fiscal - que em ambos os municípios analisados correspondem a 30 ha. Diante dessa realidade, vale ressaltar a importância do cultivo de olerícolas.

Os produtores participantes do PAA e do PNAE no recorte espacial estudado produzem diversificadamente: frutas, verduras, legumes, tubérculos, raízes tuberosas e bulbos. Além disso, no caso do PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP) houve até a produção de filé de tilápia e no de Rosana (SP), a produção de polpas de frutas (acerola, maracujá e manga) e rosca de coco.

No que se refere às máquinas e/ou equipamentos utilizados pelos entrevistados, citam-se os seguintes: trator, arado de tração animal, arado mecânico, grade, roçadeira, plantadeira para plantio direto, pulverizador de tração mecânica, distribuidor de calcário e ordenhadeira mecânica. No entanto, houve o predomínio da utilização de arado de tração animal tanto para os produtores do PAA e do PNAE entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto para os de Rosana (SP). Em menor quantidade de respostas, foi apontada a utilização de trator e, no caso dos produtores de leite, o uso de ordenhadeira mecânica.

Quanto às práticas mais utilizadas para a produção agropecuária, não se verificou diferenças substanciais dentre os dois (2) municípios (Mirante do Paranapanema e Rosana - SP), nem dentre os dois (2) grupos de pesquisados (convencionais e assentados) e nem no tocante aos programas aos quais se destinavam a produção (PAA e PNAE), ou seja, de um modo geral, a consorciação de culturas, as adubações química e orgânica, a calagem e a análise de solo, ao lado do uso de sombrite e de irrigação por aspersão foram os mais apontados. No que se refere, especificamente, aos produtores de leite, verificou-se a vacinação e o fornecimento de ração como as práticas mais mencionadas. O que explica essa constatação tão similar dentre recortes espaciais diferentes e destinos à produção distintos é o fato dessas práticas serem cruciais para a produção de hortaliças e o mesmo ocorre no caso da produção pecuária - ainda que não sejam medidas acatadas por todos os produtores, muitas vezes, por falta de condições financeiras.

Quanto à assistência técnica para a produção e entrega ao PAA e ao PNAE identificou-se que em Mirante do Paranapanema (SP) os produtores assentados alegaram, em

sua maioria, a prestação por parte do ITESP, no entanto, afirmaram a raridade de sua frequência - ainda assim disseram ser de boa qualidade, quando existente. Já os produtores convencionais que entregavam sua produção para o PNAE no referido município, de um modo geral, afirmaram não serem assistidos e aqueles que informaram terem a prestação de serviços pela Casa da Agricultura disseram que essa era rara, mas era boa (eficiente), quando ocorria. No município de Rosana (SP), todos os produtores entrevistados eram assentados rurais, e em sua maioria, tanto aqueles que entregavam gêneros alimentícios para o PAA quanto para o PNAE, informaram serem assistidos pelo ITESP, no entanto, assim como verificado no município de Mirante do Paranapanema (SP), a rara frequência da assistência técnica foi assinalada, bem como a boa qualidade desta, ainda que escassa.

No tocante à renda monetária familiar verificou-se que tanto no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no município de Rosana (SP), os produtores assentados que entregam sua produção para o PAA e para o PNAE, em sua maioria, obtêm uma faixa salarial entre um (1) e dois (2) salários mínimos mensais. Enquanto que verificou-se que a maioria dos produtores convencionais que produzem para o PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP) obtém uma renda salarial superior a quatro (4) salários mínimos por mês. Vale ressaltar, no entanto, que nesses valores já estão inclusos, a renda obtida, por alguns produtores, pela aposentadoria. A importância da aposentadoria rural ficou evidente ao passo em que se identificou uma alternativa de transferência de renda fundamental para a reprodução social de muitas famílias.

A maioria dos produtores rurais que entregava sua produção para o PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP) soube da existência do referido programa por meio das associações de que participavam. O mesmo foi verificado no município de Rosana (SP), o que denota a relevância desse tipo de organização social. Já no que se refere ao PNAE, a maioria dos entrevistados foi informada pelos técnicos do ITESP, no caso dos assentados rurais, tanto no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no de Rosana (SP), enquanto que os convencionais foram informados pelos técnicos da Casa da Agricultura.

No tocante à utilização de financiamentos para a implementação do PAA e do PNAE, nos municípios em análise, verificou-se que tanto os produtores convencionais quanto os assentados não fizeram uso dessa prática.

Quanto à possibilidade de excedentes da produção em relação à demanda constatou-se uma situação interessante quando comparado os municípios em análise. No município de

Mirante do Paranapanema (SP), a maioria dos produtores que entregava os gêneros alimentícios para o PAA, informou que já obteve uma parte da produção não absorvida pelo programa e o mesmo ocorreu no que se refere ao PNAE (tanto no tocante aos assentados quanto aos convencionais). Os produtos que sobravam eram doados às famílias que necessitavam, segundo os entrevistados. Opostamente a essa realidade, no município de Rosana (SP), todos os pesquisados afirmaram que nunca tiveram uma oferta maior que a demanda do PAA e quanto ao PNAE, somente uma minoria informou ser maior a quantidade de produtos que a procura por eles. Essa constatação permite inferir que em Rosana (SP) o planejamento produtivo para a entrega nos dois (2) programas de compras governamentais estudados está sendo realizado mais eficientemente do que em Mirante do Paranapanema (SP).

Tanto no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no de Rosana (SP), os produtores disseram não terem dificuldades para participarem do PAA e que a entrega dos produtos é realizada uma (1) vez por semana. Já no que se refere ao principal entrave correlato à participação no PNAE em ambos os municípios, o citado foi a falta de captação dos produtos por parte da prefeitura municipal, pois em decorrência da sazonalidade da produção, alguns produtos exigidos pela nutricionista municipal para composição dos cardápios escolares, não estavam disponíveis por parte dos produtores rurais e os que estes dispunham não eram solicitados para a entrega.

Quando questionados sobre problemas com atraso no pagamento, a maioria dos produtores que entregavam sua produção para o PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP), afirmou que ocorria em decorrência da quantidade de documentos exigidos e pelo fato do pagamento ser realizado via associação e não de forma individual - o que acabava por significar maior responsabilidade aos presidentes das associações, segundo, principalmente os membros das referidas organizações coletivas menos atuantes.

Já no tocante ao pagamento do PNAE, os produtores assentados e convencionais informaram que não ocorriam atrasos. Enquanto que no município de Rosana (SP), os produtores que entregavam os gêneros alimentícios para o PAA não reclamaram de atrasos, mas alguns que entregavam para o PNAE informaram que ocorriam, eventualmente, mas estes não souberam justificar o ocorrido.

Quanto aos valores recebidos por projeto ou período de entrega, a maioria dos produtores do município de Mirante do Paranapanema (SP) informou que recebia do PAA até

R$1.000,00 ou de R$1.000,00 a R$5.000,00. Quanto ao PNAE, as mesmas importâncias monetárias foram apontadas pelos assentados e pelos convencionais, com ressalva de uma minoria que recebeu de R$5.000,00 a R$10.000,00. Em relação aos pagamentos dos produtores do PAA em Rosana (SP) averiguou-se que parte majoritária deles recebia de R$1.000,00 a R$5.000,00, enquanto que no que se refere aos recebimentos do PNAE, ainda que a maioria tenha obtido um benefício de R$1.000,00 a R$5.000,00, valores como R$5.000,00 a R$10.000,00, R$15.000,00 a R$20.000,00 e outros menos que R$1.000,00 também foram apontados de modo menos expressivo.

No que se refere ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, identificou-se que todos os produtores do município de Mirante do Paranapanema (SP), sejam assentados ou convencionais, e os do município de Rosana (SP) que entregavam sua produção para o PAA e para o PNAE, não participavam das referidas políticas públicas.

Numa avaliação sobre o PAA com escala de zero (0) a dez (10), nos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e Rosana (SP) constatou-se respostas similares, na qual a maioria dos produtores denotava notas altas, como por exemplo, dez (10), nove (9) e oito (8) e justificavam estas, afirmando que o referido programa colaborava para o aumento da renda, a criação de um canal de comercialização para os seus produtos, o pagamento seguro e regular e o incentivo aos jovens e às mulheres ao trabalho no campo.

Já numa avaliação sobre o PNAE, considerando-se a mesma escala (zero (0) a dez (10)), verificou-se que no município de Mirante do Paranapanema (SP), as notas dos produtores assentados foram inferiores as verificadas em relação ao PAA, se analisadas individualmente. Ainda assim, se avaliadas agrupadamente, as notas, em geral foram positivas. Diante disso, as justificativas para as notas altas foram: o canal de comercialização que o programa proporciona, o aumento da renda dos produtores e a possibilidade de fixação destes no campo. Entretanto, as notas menores foram explicadas pela baixa captação dos produtos por parte da prefeitura municipal. As notas obtidas pelo PNAE, segundo os produtores convencionais, foram mais altas que as apontadas pelos assentados, mesmo se analisada de forma isolada. Ainda que com a apresentação de baixas notas permitiu-se assinalar que o valor pago pelos produtos é maior, se comparado com o PAA, que há o aumento da renda, que é um canal de comercialização para os seus produtos, que o pagamento

é seguro e regular e que é um incentivo às mulheres ao trabalho no campo. Os que deram notas baixas citaram a dificuldade na captação dos produtos. No caso do município de Rosana (SP), as notas em sua maioria foram altas: dez (10) e oito (8) em virtude, segundo a pesquisa de campo, da criação de um canal de comercialização, da fonte de renda e do pagamento seguro. Já a minoria que deu nota quatro (4) fundamentou-se no fato da necessidade de um cronograma por parte do departamento de merenda municipal para a captação dos gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares. De um modo geral, as respostas foram semelhantes nos dois municípios em análise.

Cumpre ressaltar que o agente territorial institucional, representante da CATI do município de Adamantina (SP), elaborou junto a sua equipe um calendário de produção da agricultura familiar onde constam mais de 50 itens dentre frutas, granjeiros, hortaliças, lácteos e legumes - medida que deveria ser tomada para outros municípios, como por exemplo, os de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) para melhor organizar a entrega dos produtos aos mercados institucionais de compra governamental (SÃO PAULO. CATI, 2018)[129].

Segundo Souza, G., Oliveira, A. e Takenaka (2014, p. 12) no artigo intitulado "Reflexões sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE", que alguns produtores rurais apresentam dificuldade de acesso à informação das chamadas públicas sobre produtos, quantidades e valores que são disponibilizados pelo Programa em níveis local, regional e nacional e sugerem que:

> [...] a lei deveria determinar um portal na Internet único que atenda essa demanda, bem como elaborar publicações periódicas e disponibilizá-las em locais estratégicos, como escolas, bancos e órgãos de assistência técnica e extensão rural, como por exemplo, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI/SP e a Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, entre outros.

A sugestão dada pelos autores permitiria a socialização das informações sobre as chamadas públicas, inclusive por parte daqueles produtores que estão impossibilitados de utilizarem a Internet, seja por motivos estruturais (ausência desse meio de comunicação) ou técnicos (dificuldade em trabalhar com a referida).

Quanto às alternativas para o aprimoramento do PAA, as mais citadas pelos produtores do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram a diminuição da burocracia

[129] As informações sobre o calendário de produção da agricultura familiar do município de Adamantina (SP) foram obtidas junto ao Prof. Dr. Carlos de Castro Neves Neto por meio do endereço eletrônico: <lianecarvalho11@yahoo.com.br>. Acesso em: 5 jul. 2018.

para o pagamento e o aumento do valor da cota. Enquanto que a mais apontada pelos produtores de Rosana (SP) foi o aumento do valor da cota.

Para a melhoria da implementação do PNAE foram apontadas pelos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) medidas como: aumento do valor da cota dos produtos, bem como planejamento no recebimento. Já as sugestões apontadas pelos produtores convencionais estudados foram: um melhor planejamento na captação dos produtos, já que alguns informaram que os produtos que tinham sido aprovados em suas chamadas públicas não haviam sido pedidos - assim como citado pelos assentados, ou seja, apontaram para a necessidade de um cronograma por parte do Departamento de Merenda Escolar para o pedido de produtos sazonais. No município de Rosana (SP), as sugestões foram o aumento no valor da cota dos produtos e melhoria na organização da coleta dos alimentos.

Houve unanimidade na afirmação da participação das mulheres no desenvolvimento das atividades voltadas à produção para a entrega ao PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e Rosana (SP).

Opostamente à unanimidade verificada na assertiva sobre a participação das mulheres na implementação do PAA nos municípios em apreço, no caso do PNAE, em Mirante do Paranapanema (SP), somente as mulheres dos entrevistados assentados, em sua totalidade, desenvolvem as atividades voltadas à produção. Enquanto que uma minoria dos produtores convencionais informou que suas esposas não trabalhavam para a entrega no Programa (sem justificar o fato). Já no município de Rosana (SP) houve a participação das mulheres de todos os pesquisados desde o plantio até a entrega dos produtos.

No capítulo seguinte trataremos dos produtores assentados rurais e convencionais **não** participantes do PAA e/ou do PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no tocante ao perfil, aos aspectos gerais sobre (des) informação, ao incentivo (ou não) ao acesso às políticas públicas e às perspectivas e dificuldades de permanência no campo em decorrência do fato de percebermos que a maioria dos estudos que tratam dos supramencionados programas não abordam esses temas em relação a essa categoria de produtores que se participassem dos referidos mercados institucionais de compra da agricultura familiar seriam por nós denominados de agentes territoriais beneficiários fornecedores.

5 PRODUTORES RURAIS NÃO PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

Nesse item trataremos dos produtores assentados rurais e convencionais, não participantes do PAA e/ou PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). Foi considerado o mesmo número de produtores participantes para a aplicação de formulários aos não participantes, para se entender o(s) motivo(s) pelo qual(is) estes não aderiram aos programas analisados. No caso do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram estudados 16 produtores convencionais e 16 produtores assentados, que totalizaram os 32 produtores que correspondiam à amostra de 10% dos que participaram do programa, segundo os dados disponibilizados pela CONAB. No município de Rosana (SP) considerando-se o mesmo percentual de amostragem (10%) foram estudados oito (8) produtores convencionais e oito (8) produtores assentados (Tabela 44).

Optamos por realizar a aplicação de formulários, com 50% de produtores assentados rurais e 50% de produtores convencionais para termos uma avaliação geral da realidade tanto nos lotes rurais quanto nas propriedades convencionais.

Os entrevistados não participavam de associações de produtores e foram selecionados para a pesquisa de forma aleatória.

Tabela 44: Número de produtores participantes e não participantes do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) no ano de 2015 e tamanho da amostra

Município	Produtores participantes do PAA, segundo a CONAB (dentre convencionais e assentados rurais)	Amostra de 10% dos produtores participantes do PAA que foram entrevistados	Número de produtores assentados não participantes do PAA que foram entrevistados	Número de produtores convencionais não participantes do PAA que foram entrevistados
Mirante do Paranapanema (SP)	312	32	16	16
Rosana (SP)	16	16*	8	8

*Em virtude do baixo número de produtores cadastrados nesse município realizamos a aplicação de formulários a 100% deles.
Org. Eliane Regina Francisco da Silva (2015).
Fonte: CONAB (2015).

Para chegarmos até os produtores não participantes do PAA fomos conduzidos por um produtor rural que também desempenhava a função de presidente de uma das associações pesquisadas e que conhecia esses agricultores rurais.

5.1 PRODUTORES RURAIS NÃO PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

5.1.1 Produtores assentados não participantes do PAA e do PNAE nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

5.1.1.1 Caracterização dos produtores, dos lotes rurais e da produção

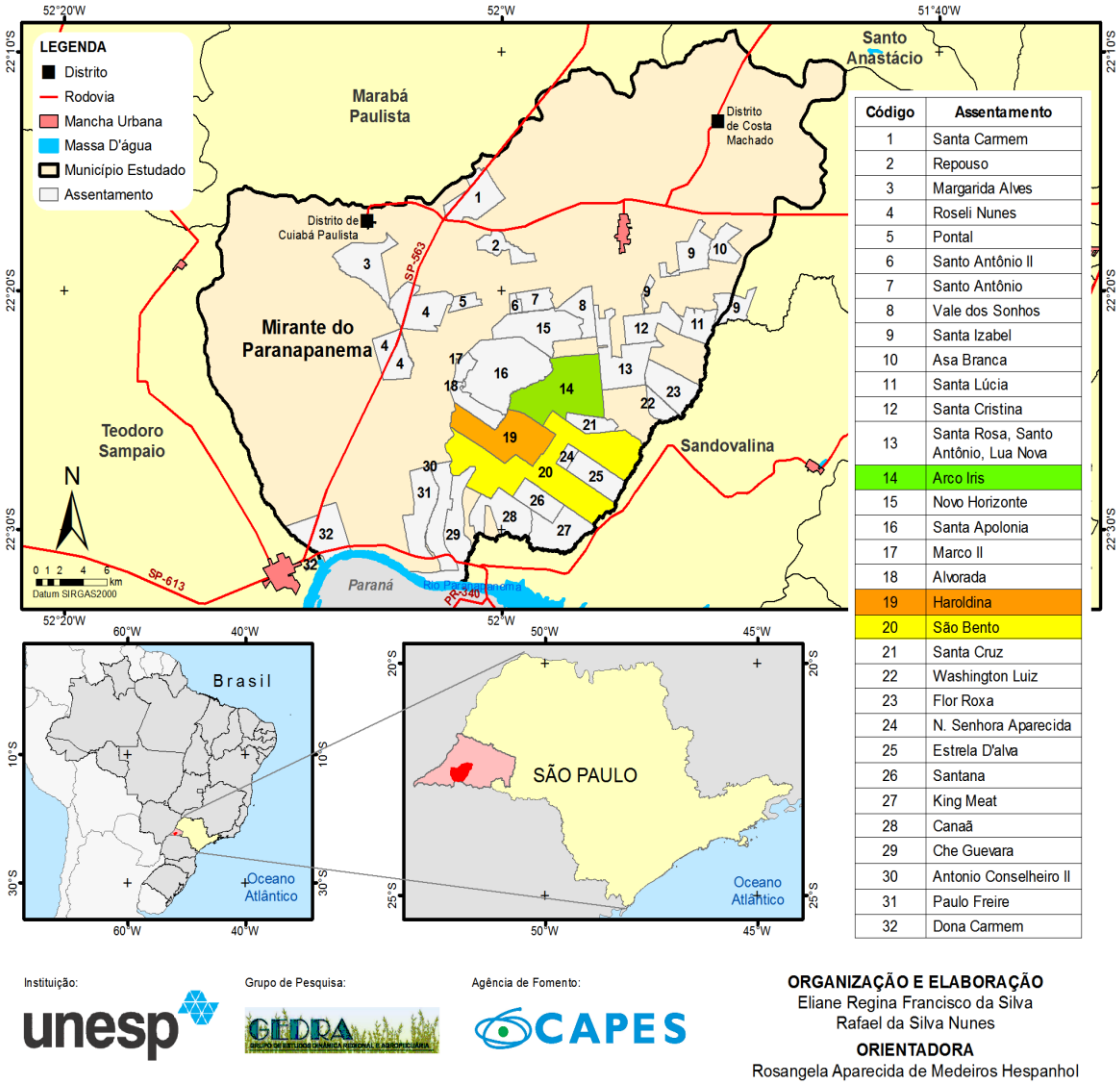
Os 16 produtores assentados pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) estavam localizados como demonstram a Tabela 45 e o Mapa 11.

Tabela 45: Distribuição dos produtores rurais assentados e não participantes do PAA e PNAE pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Local de residência	Número de famílias residentes nos assentamentos visitados	Número de produtores rurais assentados pesquisados	% de produtores rurais assentados pesquisados
Assentamento Arco Íris	105	7	43,75
Assentamento Haroldina	71	7	43,75
Assentamento São Bento	182	2	12,50
Total	358	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Mapa 11: Localização dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados



Código	Assentamento
1	Santa Carmem
2	Repouso
3	Margarida Alves
4	Roseli Nunes
5	Pontal
6	Santo Antônio II
7	Santo Antônio
8	Vale dos Sonhos
9	Santa Izabel
10	Asa Branca
11	Santa Lúcia
12	Santa Cristina
13	Santa Rosa, Santo Antônio, Lua Nova
14	Arco Iris
15	Novo Horizonte
16	Santa Apolonia
17	Marco II
18	Alvorada
19	Haroldina
20	São Bento
21	Santa Cruz
22	Washington Luiz
23	Flor Roxa
24	N. Senhora Aparecida
25	Estrela D'alva
26	Santana
27	King Meat
28	Canaã
29	Che Guevara
30	Antonio Conselheiro II
31	Paulo Freire
32	Dona Carmem

Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

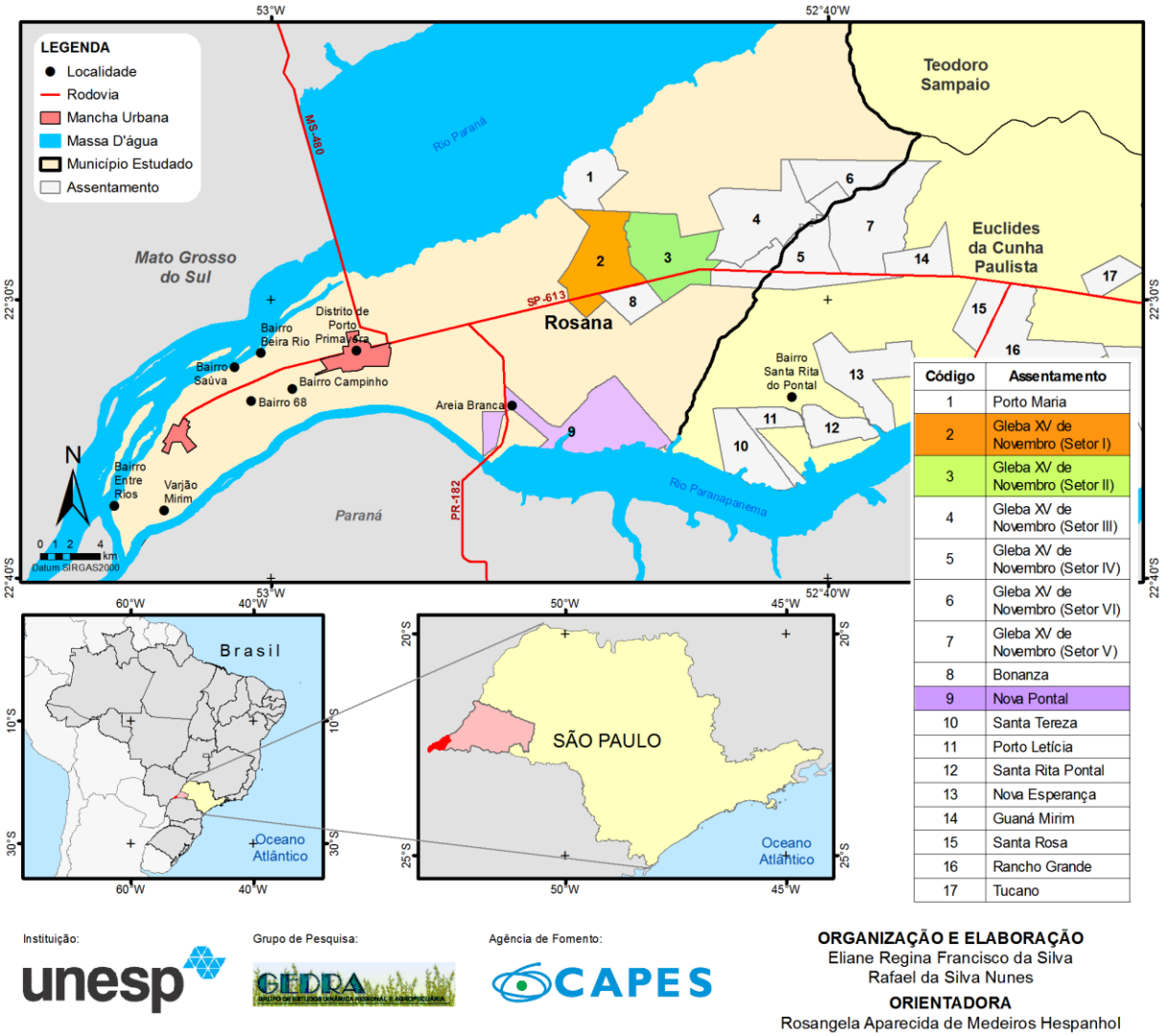
Os oito (8) produtores assentados pesquisados no município de Rosana (SP) estavam localizados conforme os dados da Tabela 46 e o Mapa 12.

Tabela 46: Distribuição dos produtores rurais assentados pesquisados e não participantes do PAA e PNAE no município de Rosana (SP)

Local de residência	**Número de famílias residentes nos assentamentos visitados**	**Número de produtores rurais assentados pesquisados**	**% de produtores rurais assentados pesquisados**
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor I)	571*	6	75,00
Assentamento Gleba XV de Novembro (Setor II)		1	12,50
Assentamento Nova Pontal	122	1	12,50
Total	556	8	100

*Não foi disponibilizado pelo ITESP o número de famílias residentes por Setor do Assentamento Gleba XV de Novembro.
Fonte: ITESP e Pesquisa de campo (abril/2016).

Mapa 12: Localização dos assentamentos rurais no município de Rosana (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

No município de Mirante do Paranapanema (SP) todos os 16 produtores assentados pesquisados são pecuaristas. Enquanto que no município de Rosana (SP), dos oito (8) produtores assentados pesquisados, três (3) ou 37,50% são aposentados e pecuaristas; três (3) ou 37,50% são agricultores e pecuaristas; um (1) ou 12,50% é apenas[130] agricultor; um (1) ou 12,50% é apenas pecuarista. Segundo os dados apresentados, verificou-se que três (3) ou 37,50% dos pesquisados são aposentados, ou seja, a aposentadoria representa uma fonte de

[130] Quando utilizamos o termo "apenas" nos referimos aos produtores que não desempenham outras atividades, nem são aposentados e/ou pensionistas.

renda importante para os referidos produtores assentados, assim como desempenha papel relevante no orçamento dos produtores convencionais.

Quanto à idade dos produtores rurais assentados entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), pode-se observar que todos possuem idade acima de 30 anos até a 70 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 41 e 50 anos, correspondendo a sete (7) produtores, representando 43,75% do total. No tocante à idade dos produtores assentados do município de Rosana (SP), pode-se observar que todos possuem idade acima de 30 até 70 anos. São três (3) ou 37,50% dentre os oito (8) produtores entrevistados que são idosos, como mostram os dados da Tabela 47.

Tabela 47: Faixa etária dos produtores rurais não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Idade	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
30 e 40	4	25	2	25,00
41 e 50	7	43,75	2	25,00
51 e 60	2	12,50	1	12,50
61 e 70	3	18,75	3	37,50
Total	**16**	**100**	**8**	**100**

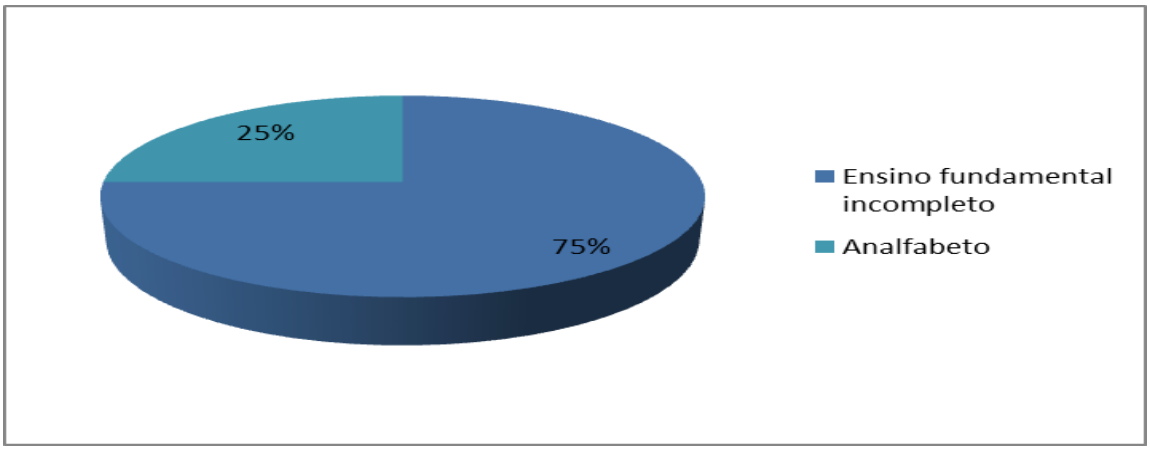
Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

No que se refere à escolaridade dos entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP), 75% (12 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto e 25% (4 produtores) apontaram ser analfabetos (Figura 61). Quanto à escolaridade dos entrevistados do município de Rosana (SP), 61% (5 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto; 13% (1 produtor) apontou ter estudado até o ensino fundamental completo; e apenas 13% (1 produtor) indicou que estudou até o ensino superior completo. Outro (13%) informou ser analfabeto (Figura 62). Novamente ficou evidente o baixo nível de escolaridade dos produtores entrevistados.

De acordo com o IBGE (2016), há uma questão estrutural do analfabetismo, pois ele está mais evidente entre a população idosa. Os dados mostram que, se entre a população de 15 anos ou mais a taxa de analfabetismo é de 7,2%, na faixa etária de 60 anos ou mais esse índice é quase três (3) vezes maior e chega a 20,4%. Há diferenças também entre as regiões do país. O Nordeste é a área com maior taxa de analfabetismo de todo Brasil, a saber: 14,8%. O menor

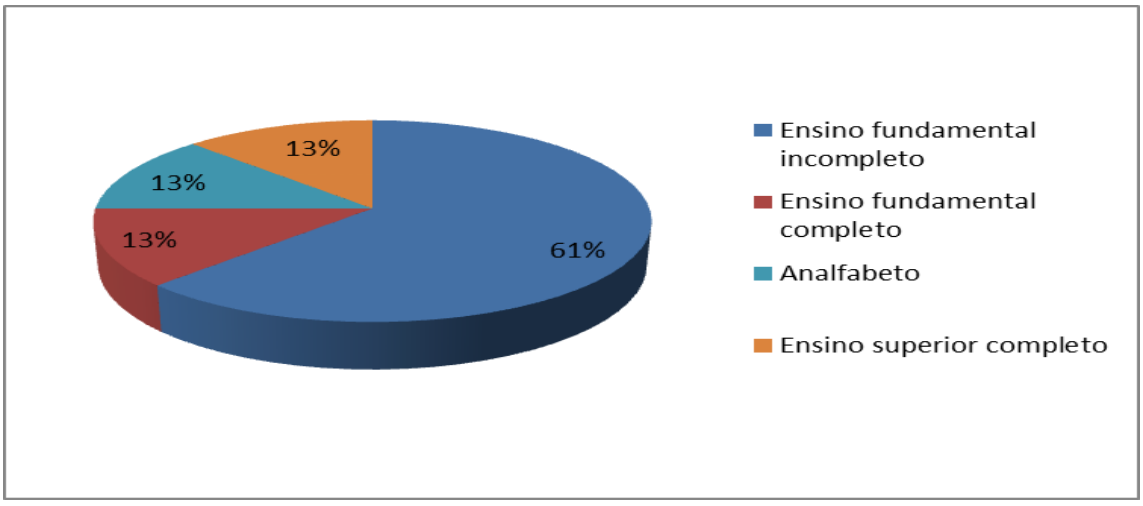
índice é registrado na região Sul, que apresenta percentual de analfabetismo de 3,6%, seguida da Sudeste (3,8%) e da Centro-Oeste (5,7%).

Figura 61: Escolaridade dos produtores assentados rurais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Figura 62: Escolaridade dos produtores assentados rurais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados do município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Identificou-se que dos 16 produtores assentados estudados no município de Mirante do Paranapanema (SP), 13 ou 81,25% deles moram entre um (1) e cinco (5) anos no lote rural e três (3) ou 18,75% moram entre 15 e 20 anos no lote rural. Em relação aos produtores assentados analisados no município de Rosana (SP), verificou-se que a maioria deles, ou seja,

quatro (4) ou 50% dos entrevistados moram há mais de 20 anos no lote rural. Isso significa que são produtores que, apesar dos percalços enfrentados, permanecem em seus lotes rurais (Tabela 48).

Os Assentamentos Arco Íris, Haroldina e São Bento III (município de Mirante do Paranapanema - SP) foram implantados em 1995[131], ou seja, apenas a minoria dos entrevistados (três (3) ou 18,75% deles) residem desde o início da sua implantação. Quanto ao Assentamento Gleba XV de Novembro (município de Rosana - SP) foi implantado em 1984 e o Assentamento Nova Pontal foi criado em 1998[132].

Tabela 48: Tempo de moradia dos produtores não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos lotes rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Tempo de moradia (anos)	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Entre 1 e 5	13	81,25	1	12,50
Entre 5 e 10	-	-	-	-
Entre 10 e 15	-	-	-	-
Entre 15 e 20	3	18,75	3	37,50
Acima de 20	-	-	4	50,00
Total	**16**	**100**	**8**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

Os 16 assentados pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) possuem uma área de 21 hectares, ou seja, são minifundiários, pois possuem um lote com menos de 30 hectares que é o módulo fiscal desta localidade. Dos pesquisados no município de Rosana (SP), três (3) ou 37,50% deles possuem área de 16 ha e cinco (5) ou 62,50% possuem área de 18 ha. Verificou-se que, assim como os produtores assentados pesquisados em Mirante do Paranapanema (SP), os produtores assentados estudados no município de Rosana (SP) possuem pequenas propriedades rurais, ou melhor, lotes rurais - o que é facilmente explicável pela própria condição de beneficiário da política de assentamento rural (Tabela 49).

[131] De acordo com dados disponibilizados pelo entrevistado do ITESP do município de Mirante do Paranapanema (SP).
[132] De acordo com dados disponibilizados pelo entrevistado do ITESP do município de Rosana (SP).

Tabela 49: Área (ha) dos lotes dos produtores assentados não participantes do PAA e PNAE entrevistados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Município de Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Nº de produtores	**Área (ha) dos lotes rurais**	**Nº de produtores**	**Área (ha) dos lotes rurais**
16	21	3	16
		5	18
16	-	**8**	-

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

Tanto os 16 assentados pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os oito (8) assentados analisados do município de Rosana (SP) informaram que a produção é realizada por apenas um assentado ou um núcleo familiar e que não utilizam empregados temporários ou permanentes.

Quanto às atividades econômicas realizadas pela unidade familiar constatou-se que os 16 pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) são pecuaristas, seja como atividade principal ou complementar. Dos 16 produtores, 15 ou 93,75% desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, com a utilização de gado misto e, apenas um (1) ou 6,25% trabalha com a pecuária de corte, ainda que com a utilização de gado misto, ou seja, sem a aptidão voltada especificamente para a produção de carne.

Dos 16 produtores que comercializam sua produção, seis (6) ou 37,50% entregam o leite para o Laticínio Nova Mix - unidade de Teodoro Sampaio (SP) e dez (10) ou 62,50% entregam para o Laticínio Novo Tempo[133] - unidade de Mirante do Paranapanema (SP). Os 16 produtores entregam, no máximo, 100 litros de leite por dia, utilizando até 15 vacas, já que não possuem gado especializado para a produção de leite e nem realizam suplementação alimentar do rebanho.

Já no que se refere às atividades econômicas realizadas pela unidade familiar dos produtores assentados analisados do município de Rosana (SP) constatou-se que sete (7) ou 87,50% dos oito (8) pesquisados são pecuaristas, seja complementarmente ou como atividade principal. Desses, seis (6) desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, sendo que dois (2) deles com a utilização de gado Jersey[134] e quatro (4) com a utilização de gado

[133] A Indústria e Comércio Laticínios Novo Tempo Ltda. é uma empresa privada que atua na área de processamento do leite e alimentos enlatados desde 1999.
[134] Raça especializada para a produção de leite.

misto[135] e, um (1) desenvolve a pecuária de corte, ainda que com a utilização de gado misto, ou seja, sem a aptidão voltada especificamente para a produção de carne.

Dos seis (6) produtores que comercializam sua produção, quatro (4) entregam o leite para o Laticínio Nova Mix - unidade de Teodoro Sampaio e dois (2) entregam para o Laticínio Líder[136] – unidade de Presidente Prudente. Desses quatro (4), apenas dois (2) conseguem entregar mais de 100 litros de leite por dia, utilizando até 20 vacas, seja no período de safra ou entressafra, pois utilizam gado especializado para a produção leiteira e realizam suplementação alimentar. Os outros dois (2) não possuem gado especializado para a produção de leite, possuem até 30 vacas não suplementadas e entregam 80 litros de leite por dia na safra e 60 litros por dia na entressafra.

Dos quatro (4) pesquisados que desempenham a agricultura seja como atividade principal ou complementar, dois (2) trabalham com horta e produzem alface, rúcula, almeirão, couve, coentro, cebolinha, salsa, dentre outros. Os outros dois (2) trabalham com frutas (banana) e raízes tuberosas (mandioca e batata-doce). A comercialização dessa produção é realizada em feiras e/ou nas ruas. Os produtores que produzem mandioca entregam para a Indústria e Comércio de Fécula O'Linda (INCOL)[137] - unidade de Nova Londrina (PR).

Dos 16 produtores assentados pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), seis (6) ou 37,50% recebem entre um (1) e dois (2) salários mínimos e os outros dez (10) ou 62,50% recebem entre dois (2) e três (3) salários mínimos. Enquanto que dos oito (8) produtores assentados pesquisados no município de Rosana (SP), um (1) obtém renda monetária familiar total mensal inferior a um (1) salário mínimo; três (3) recebem entre um

---

[135] Animais mistos são aqueles com aptidão tanto para carne quanto para leite e que não são considerados especializados para a pecuária de corte ou para produção de leite.

[136] A empresa Líder Alimentos possui uma unidade no município de Lobato (PR) e outra no município de Presidente Prudente (SP). O referido laticínio produz leite *Ultra High Temperature* (UHT), também conhecido pelos nomes: leite esterilizado, leite longa vida, leite asséptico, nas variedades: integral - semi desnatado e desnatado e o leite tipo C, bem como realiza os processos de compra, beneficiamento e venda dos seus produtos. Além de realizar a distribuição do *mix* de outras empresas do grupo, que é constituído por produtos como; sucos, bebidas lácteas, queijos e requeijão, entre outros (SILVA, E., 2009).

[137] O Grupo INCOL iniciou suas atividades no ano de 1973, através do seu fundador Tito Niehues. Este inaugurou a empresa Indústria e Comércio União, na cidade de Orleans, no Estado de Santa Catarina. Em 1982 inaugurou a filial na cidade de Ivinhema-MS, com capacidade diária de moagem de 100 toneladas de raiz de mandioca. Já no ano de 1986 iniciou a produção de tapioca, sendo a primeira empresa do Brasil a desenvolver a tecnologia. E, no fim do ano de 1991, entrou em funcionamento a unidade de produção de polvilho azedo e doce, com capacidade 5.000 toneladas ao ano. Ainda no mesmo ano iniciou a produção de sagu. A INCOL processa atualmente [2017] 1.000 toneladas de mandioca (*in natura*) dia e tem um parque fabril de 23.000m², com capacidade de produção de 25.000 toneladas de polvilho azedo e doce, 10.000 toneladas de fécula de mandioca, 7.000 toneladas de tapioca e 6.000 toneladas de sagu. Gera mais de 2.500 empregos diretos e indiretos (*SITE* DA INCOL, 2016).

(1) e dois (2) salários mínimos; três (3) recebem entre dois (2) e três (3) salários mínimos; e apenas um (1) obtém uma faixa salarial maior que quatro (4) salários mínimos (Tabela 50).

Tabela 50: Renda familiar mensal dos produtores assentados não participantes do PAA e PNAE entrevistados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Renda familiar mensal (salários mínimos)	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Menos de 1	-	-	1	12,50
Entre 1 e 2	6	37,50	3	37,50
Entre 2 e 3	10	62,50	3	37,50
Entre 3 e 4	-	-	-	-
Mais de 4	-	-	1	12,50
Total	**16**	**100**	**8**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

A composição da renda familiar dos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) é constituída pelos valores auferidos com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas no caso de três (3) produtores ou 18,75% do total, também do recebimento da aposentadoria. No caso de Rosana (SP), três (3) ou 37,50% dos oito (8) produtores assentados pesquisados auferem sua renda por meio das atividades agropecuárias, mas também do recebimento da aposentadoria.

5.1.1.2 Aspectos gerais sobre (des) informação e (falta de) incentivo ao acesso às políticas públicas no que se refere aos produtores rurais assentados analisados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

No que se refere ao PAA e ao PNAE, dez (10) ou 62,50% dos 16 pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmaram que desconheciam os referidos programas e, por isso, não sabiam informar quais suas finalidades. Os entrevistados afirmaram não participarem de associações de produtores - o que, de certa forma, dificulta a disseminação das informações sobre as referidas políticas públicas. Quanto aos seis (6) ou 37,50% dos produtores que afirmaram conhecer os Programas e suas finalidades, cinco (5) ou 31,25% informaram que não participavam porque faltava informação sobre os programas por

parte do ITESP e um (1) ou 6,25% disse que pretendia se especializar na produção de leite e que não iria utilizar parte da sua área com a produção para a entrega nos referidos mercados institucionais de compra da agricultura familiar. Seis (6) ou 75% dos oito (8) pesquisados no município de Rosana (SP) afirmaram que desconheciam os referidos programas e, por isso, não sabiam informar quais suas finalidades e, por conseguinte, não participavam dessas políticas públicas. No que se refere aos dois (2) ou 25% dos produtores que afirmaram conhecer os Programas e suas finalidades, um (1) informou que não participava porque preferia se especializar na produção de leite e não diversificar a produção e o outro disse que estava com a idade muito avançada (70 anos).

Quando questionados sobre o acesso a outros programas (Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, por exemplo), os 16 assentados pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) informaram que nunca participaram e que já tinham ouvido falar superficialmente sobre as referidas políticas públicas. No caso dos assentados entrevistados do município de Rosana (SP), os oito (8) pesquisados informaram que nunca participaram. Esses dados têm relação com a falta de divulgação das informações.

Esses dados mostram que há a falta de informação sobre os programas em análise, em alguns casos, mas houve um caso em que a não adesão aos programas se dava pelo fato do produtor ter a pretensão de se especializar na atividade leiteira e, por isso, não pretendia destinar parte de sua área para a produção de gêneros alimentícios para o PAA e/ou PNAE.

Souza-Esquerdo e Bergamasco (2015) ao analisarem o acesso aos Programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP)[138] verificaram que a maioria dos agricultores familiares não tem acesso ao PAA, principalmente por dois (2) motivos: falta de informação, já que há um desconhecimento dos produtores e até mesmo dos gestores públicos municipais sobre o programa; e o baixo valor sobre o limite de comercialização por agricultor/ano, o que não os estimula a acessá-lo.

[138] Os municípios pertencentes ao Circuito das Frutas (SP), segundo Souza-Esquerdo e Bergamasco (2015) são: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo.

5.1.1.3 Perspectivas e dificuldades de permanência no campo dos produtores rurais convencionais não participantes do PAA e PNAE dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Quanto às perspectivas de permanência e de desenvolvimento das atividades agropecuárias, 15 ou 93,75% dos 16 produtores pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmaram que é alto o seu grau de interesse e apenas um (1) ou 6,25% informou ser baixo, afirmando que a idade já está avançada (65 anos). Os 15 ou 93,75% dos produtores que têm um alto interesse em continuar produzindo informaram que, apesar dos altos custos para a produção, as atividades agropecuárias são as suas principais fontes de renda monetária.

No caso dos produtores assentados entrevistados do município de Rosana (SP), dois (2) ou 25% dos oito (8) produtores pesquisados afirmaram que é baixo o seu grau de interesse; três (3) ou 37,50% dos pesquisados informaram que é médio o seu nível de interesse em permanecer produzindo; e três (3) ou 37,50% disseram que é alto o grau de interesse em continuar trabalhando no campo. Os dois (2) ou 25% dos produtores que têm um baixo interesse em continuar produzindo afirmaram não possuir recursos econômicos para continuar com as atividades agropecuárias. Os três (3) ou 37,50% dos produtores que tem um nível mediano de interesse na permanência da produção no campo informaram que apesar dos altos custos para a produção, as atividades agropecuárias são suas principais fontes de renda. Os três (3) ou 37,50% dos produtores que disseram ter um alto interesse em permanecer produzindo na área rural afirmaram que as atividades agropecuárias, sobretudo a produção de leite, é uma renda mensal garantida. Se considerarmos o número de produtores que pretendem em níveis mediano e alto permanecer produzindo no campo, ou seja, seis (6) ou 75% dos oito (8) pesquisados, observaremos que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores, a intenção de permanência e produção no campo é majoritária.

No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos produtores assentados e não participantes do PAA e PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, em escala de prioridade, as principais respostas obtidas foram: baixo preço pago pelo leite, altos custos de produção, falta de recursos financeiros para a compra de animais especializados e suplementação para o rebanho e falta de assistência técnica. As respostas obtidas pelos assentados entrevistados no município de Rosana (SP), em escala de prioridade foram: falta de assistência técnica e de

incentivo governamental (como por exemplo, financiamentos com taxas menores e prazos maiores) e de melhores técnicas e equipamentos de cultivo.

Quanto à permanência no campo verificou-se que, na opinião de 14 ou 87,50% dos 16 produtores pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), os jovens, de um modo geral, não se sentem estimulados a continuar produzindo e morando no meio rural. Isso se deve, segundo os entrevistados, ao trabalho árduo que o campo exige, ao fato dos jovens preferirem estudar e trabalhar na cidade e a baixa renda obtida com as atividades agropecuárias, se comparada com os altos custos de produção. Em relação aos dois (2) ou 12,50% dos produtores que acham que os jovens pretendem continuar no campo, ambos disseram que esses já estão acostumados a morarem na zona rural.

Na opinião de seis (6) ou 75% dos oito (8) produtores pesquisados no município de Rosana (SP), os jovens não se sentem estimulados a continuar produzindo e morando no meio rural. Isso se deve, segundo os entrevistados, ao trabalho árduo que o campo exige, ao fato dos jovens preferirem estudar e trabalhar na cidade e a baixa renda obtida pelas atividades agropecuárias, se comparada com os altos custos de produção, além do fato de muitos pais não estimularem a permanência de seus filhos nos lotes rurais. Em relação aos dois (2) ou 25% dos produtores que acham que os jovens pretendem continuar no campo, ambos afirmaram que os jovens não possuem alternativa de ir para cidade por falta de emprego na área urbana, ou seja, na verdade, os que afirmaram que, em sua opinião, os jovens pretendem permanecer no campo, disseram isso muito mais por uma questão de falta de oportunidade dos jovens trabalharem na cidade, do que vontade de ficar.

Dalcin e Troian (2009, p. 17) em estudo de caso realizado no município de Santa Rosa (RS) intitulado “Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer”, afirmam que:

> [...] disponibilizar aos jovens imersos no meio rural um ambiente favorável à constituição da cidadania e condições de vida hábeis de agenciar a integração econômica e a emancipação social é crucial para que se consiga a permanência dos jovens no campo.

As autoras ressaltam ainda a importância das políticas públicas, como forma de manter os jovens em atividades rurais, salientando-se a necessidade de ações que tenham por objetivo à melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social.

5.1.2 Produtores convencionais não participantes do PAA e do PNAE dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

5.1.2.1 Caracterização dos produtores, das propriedades e da produção dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

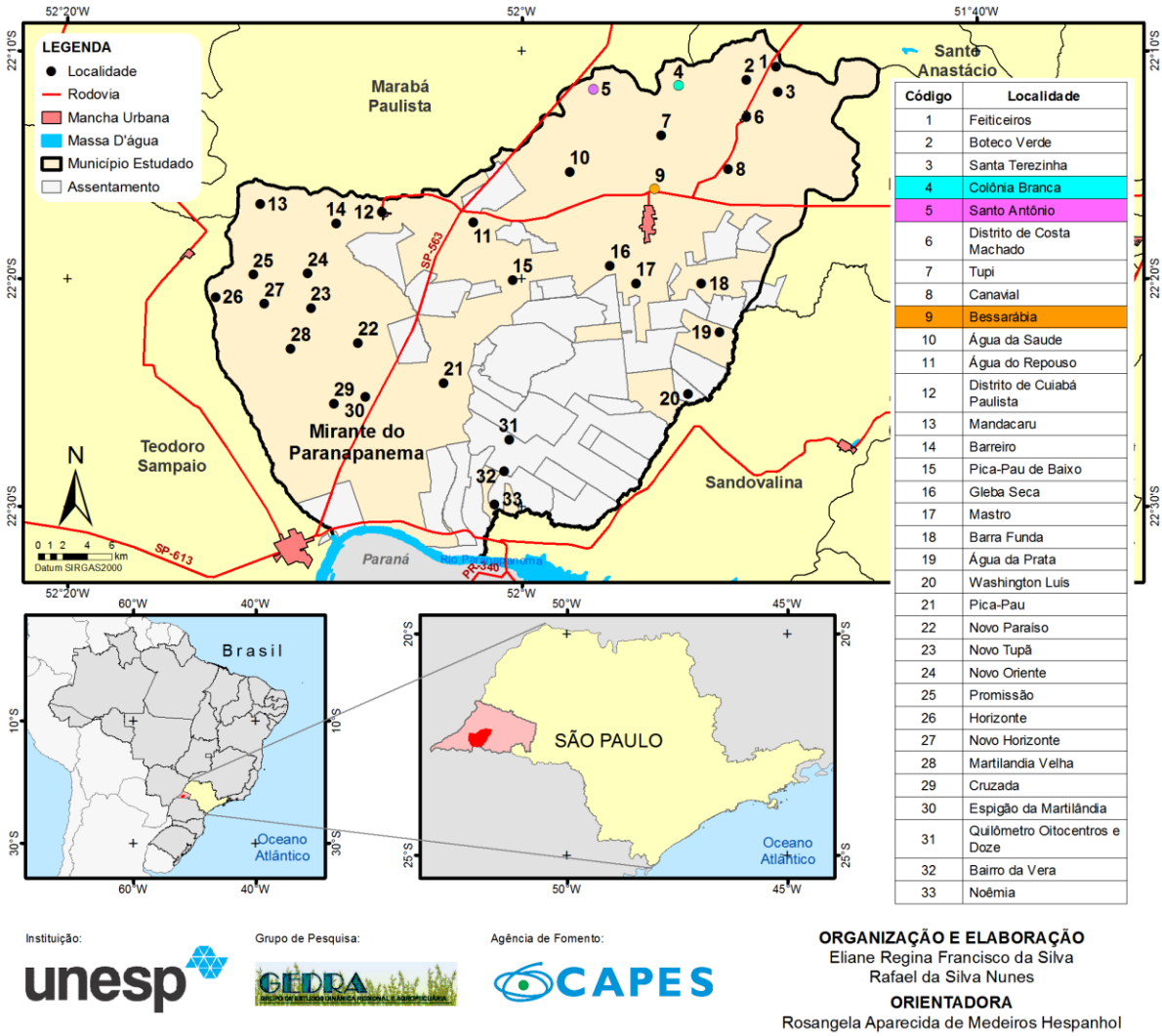
Os 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) estavam localizados como demonstram os dados da Tabela 51 e o Mapa 13.

Tabela 51: Distribuição dos produtores rurais convencionais não participantes do PAA e PNAE pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Local de residência	**Número de produtores rurais convencionais pesquisados**	**% de produtores rurais convencionais pesquisados**
Bairro Colônia Branca	7	43,75
Bairro Bessarábia	6	37,50
Bairro Santo Antônio	3	18,75
Total	16	100

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Mapa 13: Localização dos bairros rurais no município de Mirante do Paranapanema (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados



Código	Localidade
1	Feiticeiros
2	Boteco Verde
3	Santa Terezinha
4	Colônia Branca
5	Santo Antônio
6	Distrito de Costa Machado
7	Tupi
8	Canavial
9	Bessarábia
10	Água da Saude
11	Água do Repouso
12	Distrito de Cuiabá Paulista
13	Mandacaru
14	Barreiro
15	Pica-Pau de Baixo
16	Gleba Seca
17	Mastro
18	Barra Funda
19	Água da Prata
20	Washington Luis
21	Pica-Pau
22	Novo Paraíso
23	Novo Tupã
24	Novo Oriente
25	Promissão
26	Horizonte
27	Novo Horizonte
28	Martilandia Velha
29	Cruzada
30	Espigão da Martilândia
31	Quilômetro Oitocentros e Doze
32	Bairro da Vera
33	Noêmia

Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

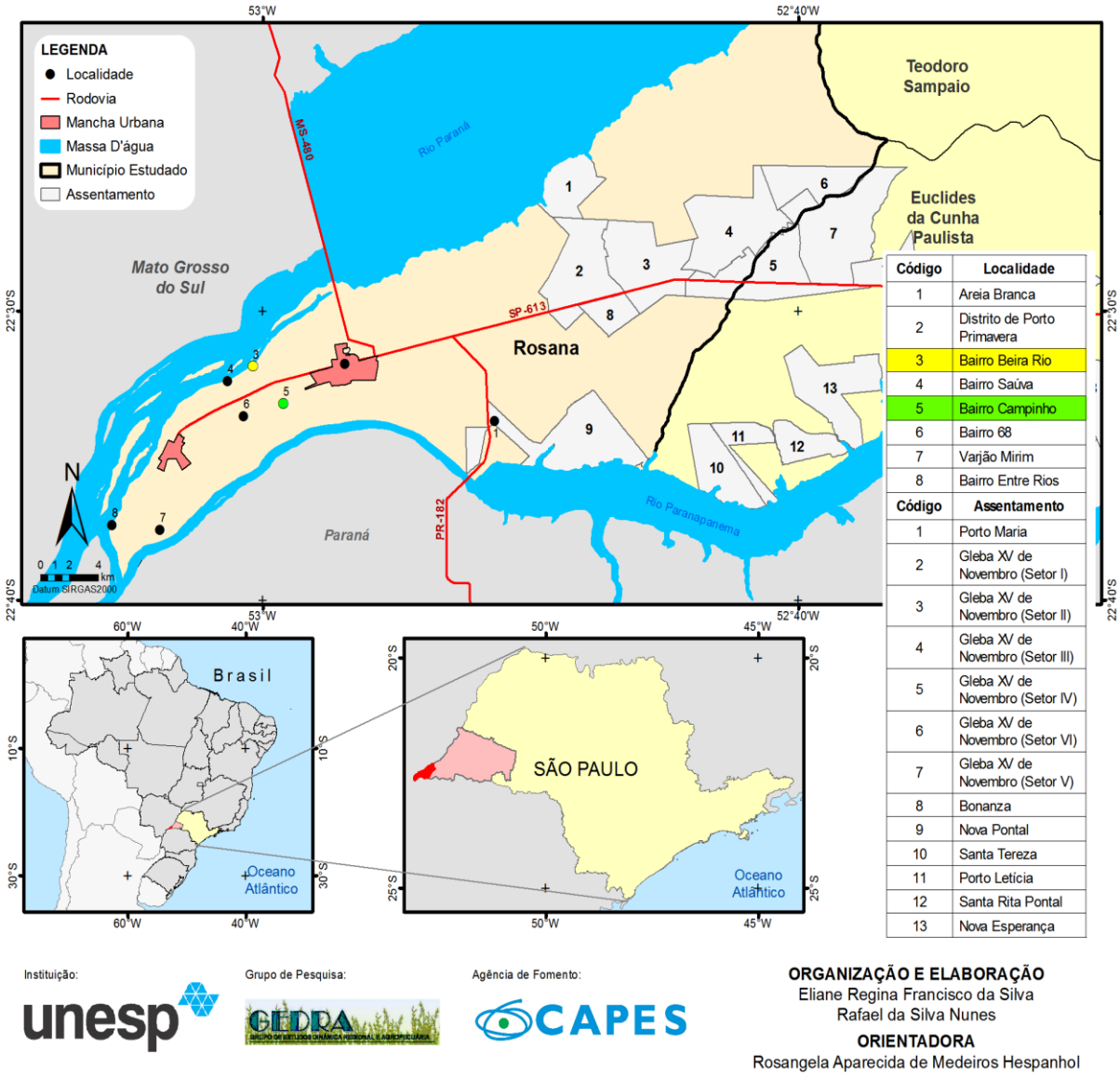
Os oito (8) produtores convencionais pesquisados no município de Rosana (SP) estavam localizados como se verifica nos dados da Tabela 52 e no Mapa 14.

Tabela 52: Distribuição dos produtores rurais convencionais não participantes do PAA e PNAE pesquisados

Local de residência	Número de produtores rurais convencionais pesquisados	% de produtores rurais convencionais pesquisados
Bairro Beira Rio	4	50
Bairro Campinho	4	50
Total	8	100

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Mapa 14: Localização dos bairros rurais no município de Rosana (SP) - em destaque os locais de residência dos entrevistados



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

Dos 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), oito (8) ou 50% são pecuaristas; quatro (4) ou 25% são funcionários públicos, dois (2) ou 12,50% são aposentados, um (1) ou 6,25% recebe auxílio-doença e um (1) ou 6,25% é agricultor. Quanto aos produtores convencionais pesquisados do município de Rosana (SP), dos oito (8), dois (2) ou 25% são apenas[139] pecuaristas; dois (2) ou 25% são apenas agricultores; quatro (4) ou 50% são aposentados e pecuaristas. Dessa forma, em relação ao município de Rosana (SP) verificou-se que quatro (4) ou 50% dos pesquisados são aposentados, ou seja, a aposentadoria representa uma fonte de renda importante para os referidos produtores convencionais, como já verificado em relação aos outros produtores nesta pesquisa.

Quanto à idade dos produtores convencionais entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP), pode-se verificar que todos possuem idade acima de 30 anos até a 70 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 41 e 50 anos, correspondendo a 11 produtores que representam 68,75% do total. No município de Rosana (SP) identificou-se que quatro (4) ou 50% dos entrevistados informaram ter entre 61 e 70 anos, como mostram os dados da Tabela 53. Novamente se verifica o envelhecimento da população rural.

Tabela 53: Faixa etária dos produtores rurais convencionais entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Idade	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
30 e 40	1	6,25	2	25,00
41 e 50	11	68,75	1	12,50
51 e 60	2	12,50	1	12,50
61 e 70	2	12,50	4	50,00
Total	**16**	**100**	**8**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

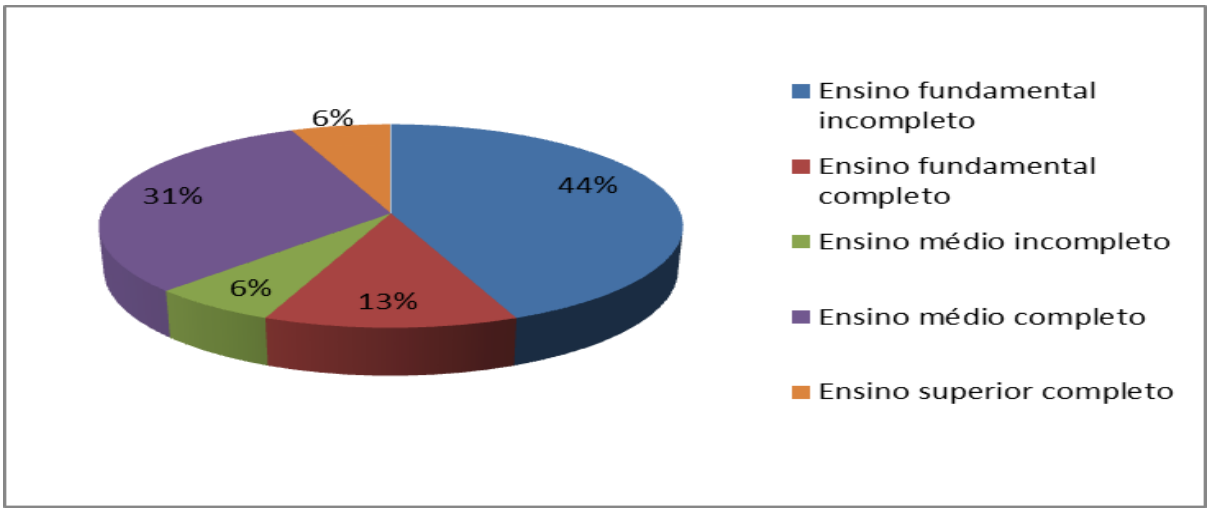
No tocante à escolaridade dos entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP), 44% (sete (7) produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto; 13% (dois (2) produtores) apontaram ter estudado até o ensino fundamental

[139] Quando utilizamos o termo "apenas" nos referimos aos produtores que não desempenham outras atividades, nem são aposentados e/ou pensionistas.

completo; 6% (um (1) produtor) indicou que estudou até o ensino médio incompleto; 31% (cinco (5) produtores) informaram possuir o ensino médio completo e apenas um (1) ou 6% disse que tinha o ensino superior completo (Figura 63). No que se refere à escolaridade dos produtores convencionais entrevistados no município de Rosana (SP), todos os oito (8) produtores afirmaram terem cursado o ensino fundamental incompleto (Figura 64).

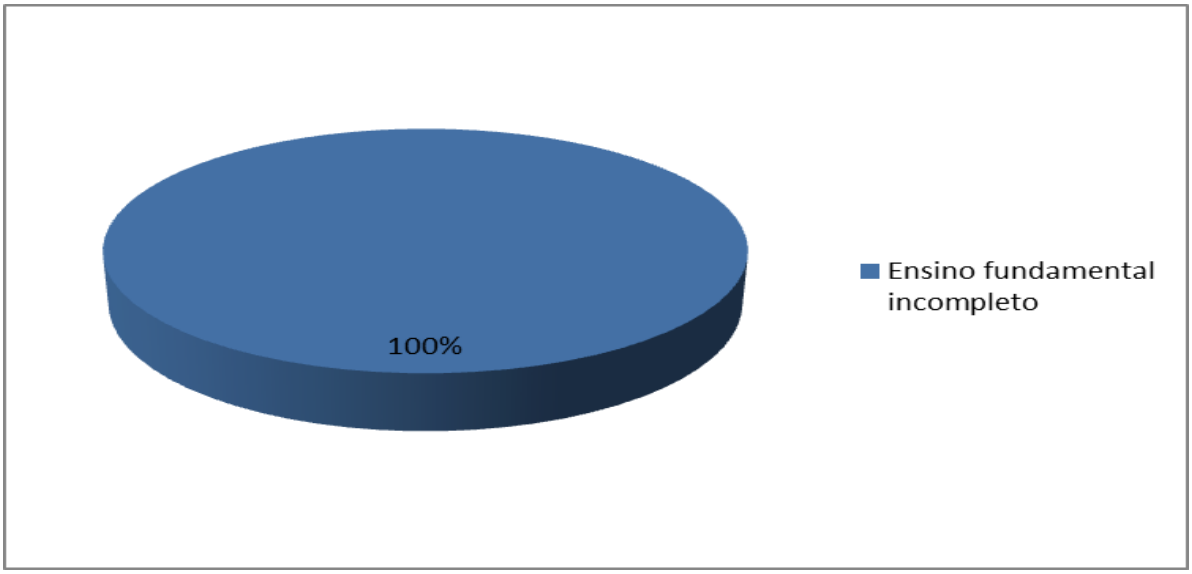
A maioria dos produtores agropecuários brasileiros tem baixa escolaridade, segundo mostra o Censo Agropecuário 2006. De acordo com o levantamento, a maior parte dos produtores é analfabeta ou sabe ler e escrever, mas não tem nenhum estudo formal (39%) ou tem ensino fundamental incompleto (43%), totalizando mais de 80% dos produtores rurais. Entre as mulheres, o analfabetismo chega a 45,7%, enquanto que entre os homens, essa taxa é de 38,1%. Apenas 3% dos produtores têm ensino superior, de acordo com o Censo (FARID, 2009).

Figura 63: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados e não participantes do PAA e PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Figura 64: Escolaridade dos produtores rurais entrevistados e não participantes do PAA e PNAE no município de Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Identificou-se que dos 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), dois (2) ou 12,50% moram entre dez (10) e 15 anos na propriedade rural e 14 ou 87,50% moram há mais de 20 anos na propriedade rural. No município de Rosana (SP), quatro (4) ou 50% dos produtores convencionais entrevistados moram há mais de 20 anos na propriedade, ou seja, são produtores que apesar das dificuldades enfrentadas tanto oriundas dos aspectos financeiros quanto dos relacionados à falta de informação permanecem há muitos anos no meio rural (Tabela 54).

Tabela 54: Tempo de moradia dos produtores convencionais não participantes do PAA e PNAE entrevistados nas propriedades rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Tempo de moradia (anos)	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Entre 1 e 5	-	-	2	25,00
Entre 5 e 10	-	-	1	12,50
Entre 10 e 15	2	12,50	1	12,50
Entre 15 e 20	-	-	-	-
Acima de 20	14	87,50	4	50,00
Total	**16**	**100**	**8**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

Dos 16 produtores rurais convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), 12 ou 75% deles são minifundiários. Destes, oito (8) possuíam uma área inferior a metade de um módulo fiscal, ou seja, menos que 15 ha - o que demonstra a restrição em termos de extensão de área dos entrevistados. No município de Rosana (SP), os oito (8) pesquisados também são minifundiários, ou seja, seus lotes tinham uma extensão territorial menor de 30 ha que corresponde a um (1) módulo fiscal do município em análise. Novamente, destaca-se o fato de que um (1) ou 12,5% dos entrevistados possuía uma área de apenas um (1) hectare, como se verifica na Tabela 55.

Tabela 55: Área (ha) das propriedades rurais dos produtores convencionais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Nº de produtores	**Área (ha) das propriedades rurais**	**Nº de produtores**	**Área (ha) das propriedades rurais**
1	1	1	1
2	2	3	2,42
4	4	4	15,50
1	7	-	-
1	15	-	-
1	19	-	-
1	25	-	-
1	27	-	-
1	36	-	-
1	46	-	-
2	110	-	-
16	**-**	**8**	**-**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

Quando questionados sobre a forma de exploração da propriedade rural, tanto os 16 produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os oito (8) pesquisados do município de Rosana (SP) afirmaram que a produção é realizada por apenas um proprietário rural ou um núcleo familiar.

Quando indagados sobre a utilização de mão-de-obra contratada, verificou-se que os 16 produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) não utilizavam empregados temporários e nem permanentes. Enquanto seis (6) ou 75% dos produtores convencionais do município de Rosana (SP) não utilizavam empregados temporários ou

permanentes e somente dois (2) ou 25% deles utilizavam empregados permanentes e apenas um (1) empregado/cada.

Quanto às atividades econômicas realizadas pela unidade familiar constatou-se que oito (8) ou 50% dos 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) são pecuaristas, seja complementarmente ou como atividade principal. Destes, três (3) desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, com a utilização de gado misto e cinco (5) desempenham a pecuária de corte (com comercialização com outros produtores do ramo da região), ainda que com a utilização de gado misto, ou seja, sem aptidão específica para carne.

Os três (3) produtores que comercializam sua produção, entregam o leite para o Laticínio Novo Tempo - unidade de Mirante do Paranapanema (SP). Os três (3) conseguem entregar, individualmente, em média 50 litros de leite por dia no período de safra e 30 litros de leite por dia na entressafra, utilizando até 15 vacas, já que não utilizam gado especializado para a produção leiteira e nem realizam suplementação alimentar.

O produtor que desempenha a atividade agrícola trabalha com plantação de sementes para pastagens e comercializa local e regionalmente, com as empresas dos Grupos Facholi[140] e Gasparim[141] .

A renda familiar predominante entre os 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) foi a de um (1) e dois (2) salários mínimos mensais - resposta dada por oito (8) ou 50% dos entrevistados (Tabela 67).

Das respostas obtidas pelos oito (8) produtores convencionais pesquisados no município de Rosana (SP), a predominante foi que há a obtenção de uma renda familiar total mensal entre um (1) e dois (2) salários mínimos[142] - resposta dada por cinco (5) ou 62,50% dos pesquisados (Tabela 56).

Para além da renda obtida com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, dois (2) ou 12,50% dos 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) são aposentados e um (1) ou 6,25% deles recebe auxílio-doença.

---

[140] O Grupo Facholi trabalha com sementes e produtos de nutrição animal. A sede se localiza em Santo Anastácio (SP) e as filiais em Cuiabá (MT), Vilhena (RO) e Marabá (PA) (Informações concedidas por uma funcionária do referido Grupo por telefone).

[141] O Grupo Gasparim trabalha com sementes, nutrição animal, confinamento e fazendas de pecuária dos proprietários do supramencionado Grupo. A sede se localiza em Presidente Bernardes (SP) e apesar de não possuir filiais, possui depósitos nos municípios de Marabá (PA) e Paraíso do Tocantins (TO) (Informações concedidas por uma funcionária do referido Grupo por telefone).

[142] O valor do salário mínimo durante a pesquisa era de R$880,00.

No município de Rosana (SP) identificou-se que seis (6) ou 75% dos oito (8) produtores convencionais pesquisados são pecuaristas, seja complementarmente ou como atividade principal. Desses, quatro (4) desempenham a pecuária leiteira para a comercialização, sendo que quatro (2) deles com a utilização de gado Girolando[143] e dois (2) com a utilização de gado misto[144]; três (3) desempenham a pecuária de corte, ainda que com a utilização de gado misto e; um (1) desempenha a pecuária leiteira para o consumo com a utilização de gado misto.

Os quatro (4) ou 50% dos produtores que comercializam sua produção entregam o leite para o Laticínio Nova Mix[145] - unidade de Teodoro Sampaio. Destes, somente um (1) consegue entregar mais de 100 litros de leite por dia, utilizando até 20 vacas, já que utiliza gado especializado para a produção leiteira e realiza suplementação alimentar. Os outros três (3) não possuem gado especializado para a produção de leite, possuem até 20 vacas não suplementadas e entregam menos de 100 litros de leite por dia.

Os dois (2) ou 25% dos pesquisados que desempenham a agricultura como atividade principal trabalham com horta e produzem alface, rúcula, almeirão, couve, coentro, cebolinha, salsa, dentre outros. A produção é comercializada na rua e em feiras locais.

Tabela 56: Renda familiar mensal dos produtores convencionais e não participantes do PAA e PNAE entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

	Mirante do Paranapanema (SP)		**Rosana (SP)**	
Renda familiar mensal (salários mínimos)	**Nº de produtores**	**% de produtores**	**Nº de produtores**	**% de produtores**
Menos de 1	-	-	-	-
Entre 1 e 2	8	50	5	62,50
Entre 2 e 3	4	25	3	37,60
Entre 3 e 4	2	12,50	-	-
Mais de 4	2	12,50	-	-
Total	**16**	**100**	**8**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/abril 2016).

[143] Raça especializada para a produção de leite.
[144] Animais *mistos* são aqueles com aptidão tanto para carne quanto para leite e que não são considerados *especializados* para a pecuária de corte e nem para a de leite.
[145] O laticínio Nova Mix Industrial e Comercial de Alimentos Ltda. tem a matriz instalada em São Paulo e filiais em Vazante (MG), Campo Belo (MG), Mercedes (PR), Itaperuna (RJ), São Jesus dos Perdões (SP) e em Teodoro Sampaio (SP). A unidade de Teodoro Sampaio emprega 160 funcionários fixos e 185 funcionários eventuais e é responsável pela captação e fabricação de queijos, sendo eles; coalho, coalho com orégano, coalho tradicional, cottage, frescal, frescal *light*, prato, ralado, requeijão, ricota cremosa, ricota fresca, ultra filtrado e ultra filtrado *light* (SILVA, E., 2015).

É premente salientar que dos oito (8) produtores convencionais entrevistados no município de Rosana (SP), quatro (4) ou 50% recebem aposentadoria - o que auxilia na composição da renda familiar.

5.1.2.2 Aspectos gerais sobre (des) informação e (falta de) incentivo ao acesso às políticas públicas dos produtores rurais convencionais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

Ao serem questionados sobre o PAA e o PNAE, sete (7) ou 43,75% dos 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmaram que desconheciam os referidos programas e, desse modo, não sabiam informar quais suas finalidades e, por conseguinte, não participavam dessas políticas públicas.

No que se refere aos nove (9) ou 56,25% dos produtores que afirmaram conhecer os Programas e suas finalidades, estes informaram que não participavam porque preferiam se especializar na produção de leite ou de sementes e que, por tais motivos, não despenderiam área para a exploração de outras atividades.

Quanto ao município de Rosana (SP) constatou-se que seis (6) ou 75% dos oito (8) produtores convencionais pesquisados afirmaram que desconheciam os referidos programas e, desse modo, não sabiam informar quais suas finalidades e, por conseguinte não participavam dessas políticas públicas.

Matos, Moleta e Creme (2017) ao estudarem as políticas públicas para o produtor rural no município de Guamiranga (PR) afirmaram que no tocante ao PAA e ao PNAE, a maioria dos entrevistados e, principalmente, aqueles que nunca entregaram para esses programas, demonstraram conhecimento superficial ou nenhum conhecimento sobre o seu funcionamento.

Referente aos dois (2) ou 25% dos produtores que afirmaram conhecer os supracitados Programas e suas finalidades, ambos informaram que não participavam porque preferiam se especializar na produção de hortas para comercialização local (ruas, mercados e feiras), pois já tinham sua clientela consolidada e não precisariam mudar nada para se adequar às exigências dos Programas, como por exemplo, se tornar associado, no caso do PAA.

Quando questionados sobre o acesso a outros programas (Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e Projeto de

Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, por exemplo), os 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP), assim como os 16 produtores assentados pesquisados informaram que nunca participaram e que nem sabiam como aderir às políticas públicas.

Esses dados têm relação, ao menos parcialmente, com a falta de assistência técnica e de participação em alguma organização social, como por exemplo, associações de produtores - ainda que não estejamos afirmando que todos associados participem de políticas públicas. Isso porque, os 16 produtores estudados afirmaram não receber nenhum incentivo ou assistência técnica por meio de órgão municipal, estadual ou privado e não participarem de associações ou qualquer outra forma de organização coletiva social. Quanto aos informados sobre os programas em estudo, verificou-se que a especialização na produção de leite ou de sementes é um fator importante para a não adesão ao PAA e/ou PNAE, pois a destinação de área para especialização em determinadas atividades, impossibilitaram a diversificação produtiva para o fornecimento aos mercados institucionais.

No município de Rosana (SP) os oito (8) produtores convencionais informaram que nunca participaram de programas (Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, por exemplo). Novamente, ressaltamos que esses dados têm relação com a falta de acesso às informações. De acordo com Moreira et al. (2013) que estudaram as estratégias e as políticas públicas de informação para inclusão de agricultores familiares na sociedade da informação é crucial o papel do Governo na formulação de estratégias e execução de políticas públicas que proporcionem condições igualitárias para a utilização de recursos tecnológicos e acesso às informações e ao conhecimento por parte de toda população.

5.1.2.3 Perspectivas e dificuldades de permanência no campo dos produtores rurais convencionais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)

No tocante às perspectivas de permanência e de desenvolvimento das atividades agropecuárias, 12 ou 75% dos produtores convencionais entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmaram que é baixo o seu grau de interesse; um (1) ou 6,25% dos pesquisados informou que é médio o seu nível de interesse em permanecer

produzindo e três (3) ou 18,75% disseram que é alto o grau de interesse em continuar trabalhando no campo. Os 12 ou 75% dos produtores que têm um baixo interesse em continuar produzindo afirmaram pretender partir para outras atividades (como por exemplo, o funcionalismo público) ou que as atividades agropecuárias estão inviáveis pelo alto custo de produção e o baixo retorno financeiro. Os quatro (4) ou 25% dos produtores que têm níveis mediano e alto de interesse de permanência na produção no campo informaram que encontram nas atividades agropecuárias suas principais fontes de renda. O número de produtores que tem baixo interesse em permanecer produzindo no campo é expressivo, ou seja, 12 ou 75% dos pesquisados, mas, objetivamente eles ainda não possuíam condições de mudar de ocupação.

No município de Rosana (SP), dois (2) ou 25% dos produtores afirmaram que é baixo o seu grau de interesse; três (3) ou 37,50% dos pesquisados informaram que é médio o seu nível de interesse em permanecer produzindo e três (3) ou 37,50% disseram que é alto o grau de interesse em continuar trabalhando no campo. Os dois (2) ou 25% dos produtores que tem um baixo interesse em continuar produzindo afirmam estar com uma idade já avançada (entre 61 e 70 anos). Os três (3) ou 37,50% dos produtores que tem um nível mediano de interesse na permanência da produção no campo informaram que os custos para a produção são altos e os lucros são baixos, mas que já estão habituados a trabalharem com as atividades agropecuárias. Já os três (3) ou 37,50% dos produtores que disseram ter um alto interesse em permanecer produzindo na área rural afirmaram que encontram nas atividades agropecuárias sua principal ou única fonte de renda. Se considerarmos o número de produtores que pretendem em níveis mediano e alto permanecer produzindo no campo, ou seja, seis (6) ou 75% dos pesquisados, observaremos que, apesar das dificuldades, a intenção de permanência e produção no campo é significativa.

No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP) para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, em escala de prioridade, as principais respostas obtidas foram: falta de assistência técnica, problemas relacionados ao clima e altos custos de produção. Resposta semelhante foi verificada em relação ao município de Rosana (SP): falta de assistência técnica e de incentivo governamental (como por exemplo, financiamentos com taxas menores e prazos maiores).

No tocante à permanência no campo verificou-se que, os 16 produtores convencionais pesquisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) acreditam que os jovens não se sentem estimulados a continuar morando e/ou produzindo no meio rural. Em virtude de que, no campo, o trabalho é árduo e devido ao fato dos jovens preferirem estudar e trabalhar na cidade. Além disso, os pesquisados acham que os jovens consideram a renda obtida com as atividades rurais baixa, se comparada com os altos custos de produção. Segundo Carvalho et al. (2009, p. 12) que estudaram as perspectivas dos jovens no campo e na cidade por meio de uma análise no município de Garanhuns (PE),

> [...] as pessoas não recebem capacitação adequada para realizar a atividade rural de maneira eficiente e que garanta perspectivas promissoras. É muito grande a carência de assistência técnica na região, os jovens encontram muita dificuldade no acesso ao crédito e a novas tecnologias, falta de educação ajustada à realidade local e saúde de boa qualidade (Grifo nosso).

Quanto ao município de Rosana (SP), na opinião de seis (6) ou 75% dos oito (8) produtores pesquisados, os jovens não se sentem estimulados a continuar produzindo no meio rural. Isso se deve, segundo os pesquisados, ao trabalho árduo que o campo exige, ao fato dos jovens preferirem estudar e trabalhar na cidade e a baixa renda obtida pelas atividades agropecuárias, se comparada com os altos custos de produção. Em relação aos que acham que os jovens pretendem continuar no campo, um (1) ou 12,50% afirmou que isso se deve ao fato de que eles pretendem dar continuidade às atividades dos seus pais e o segundo (12,50%) informou que acredita que os jovens nascidos no meio rural são acostumados com o modo de vida no campo.

Em síntese, se verificou que, no que se refere à idade dos produtores rurais não participantes do PAA e/ou PNAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) a maioria[146] deles, tanto os assentados quanto os convencionais, encontrava-se na faixa etária de 41 a 50 anos, enquanto que os produtores rurais pesquisados do município de Rosana (SP), em sua maioria tinha entre 61 e 70 anos, ou seja, novamente se verificou o envelhecimento da população e, nesse caso em específico, a rural.

[146]Ao analisar comparativamente os dados sobre a caracterização dos produtores assentados e convencionais não participantes do PAA e/ou PNAE, das propriedades, dos lotes e da produção; dos aspectos gerais sobre a (des) informação e a (falta de) incentivo ao acesso às políticas públicas e; das perspectivas e dificuldades de permanência no campo, não nos deteremos a repetir as porcentagens das respostas obtidas, já que estas se encontram descritas ao longo do texto, mas pretendemos fazer uma síntese geral do capítulo.

Quanto à escolaridade dos produtores assentados e convencionais entrevistados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) identificou-se que a maioria tinha cursado apenas o ensino fundamental incompleto. Essa constatação denota o baixo nível de escolaridade dos produtores rurais pesquisados. Cumpre ressaltar que "[...] o aumento do nível de escolaridade pode contribuir para o aumento do nível de produtividade e renda do trabalho" (NEY; PEREIRA; ZAMPIROLLI, 2009, p. 13).

No tocante ao tempo de moradia, a maioria dos assentados entrevistados do município de Mirante do Paranapanema (SP) reside entre um (1) e cinco (5) anos em seu lote, mas há também aqueles que residem entre 15 a 20 anos. Quanto aos produtores convencionais, identificou-se que a maioria residia há mais de 20 anos em sua propriedade rural. No município de Rosana (SP) constatou-se que a maioria dos produtores assentados morava há mais de 20 anos em seus lotes, assim como verificado em relação aos produtores convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP). A maioria dos produtores convencionais também tinha um longo período de residência em suas propriedades rurais, ou seja, acima de 15 anos. Em termos gerais, apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais assentados ou convencionais, como por exemplo, a falta ou a ineficiência da assistência técnica e os altos custos de produção, sobretudo quando comparados com a renda obtida com as atividades agropecuárias, estes ainda permanecem no campo.

No que se refere à área dos lotes rurais dos assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP), averiguou-se que todos eram minifundiários. No tocante aos convencionais verificou-se que a maioria também era minifundiários, sendo que alguns possuíam uma área inferior à metade do módulo fiscal, ou seja, menos que 15 hectares. Quanto ao município de Rosana (SP) identificou-se a mesma realidade de minifúndio apresentada pelos assentados rurais de Mirante do Paranapanema (SP). Quanto aos produtores convencionais de Rosana (SP) verificou-se que todos eram minifundiários.

Quando questionados sobre a forma de exploração dos lotes rurais ou propriedades rurais, os produtores assentados e convencionais, tanto do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto do município de Rosana (SP) afirmaram que a produção era realizada por apenas um assentado ou proprietário rural ou um núcleo familiar.

No que se refere às atividades econômicas realizadas pela unidade familiar verificou-se o desenvolvimento majoritário da pecuária tanto como atividade principal quanto complementar no que se refere tanto aos produtores assentados quanto aos convencionais do

município de Mirante do Paranapanema (SP). Os locais de destino da produção leiteira eram o Laticínio Nova Mix - unidade de Teodoro Sampaio (SP) e o Laticínio Novo Tempo - unidade de Mirante do Paranapanema (SP). O produtor que desempenhava a atividade agrícola trabalhava com plantação de sementes para pastagens e comercializa local e regionalmente, com as empresas dos Grupos Facholi e Gasparim. Quanto ao município de Rosana (SP), tanto os produtores assentados quanto os convencionais, em sua maioria também eram pecuaristas. A produção de leite dos produtores assentados era direcionada para o Laticínio Nova Mix - unidade de Teodoro Sampaio e para o Laticínio Líder - unidade de Presidente Prudente. Dos quatro (4) assentados pesquisados que desempenham a agricultura seja como atividade principal ou complementar, dois (2) trabalham com horta e os outros dois (2) trabalham com frutas e raízes tuberosas. A comercialização dessa produção é realizada em feiras e/ou nas ruas. Os produtores que produzem mandioca entregam para a Indústria e Comércio de Fécula O'Linda (INCOL) - unidade de Nova Londrina (PR). Os dois (2) pesquisados que desempenham a agricultura como atividade principal trabalham com horta e comercializam sua produção na rua e em feiras locais.

Em termos gerais, se identificou, na maioria dos casos, a relevância da pecuária, sobretudo a leiteira e uma produção de leite não especializada desenvolvida num sistema extensivo e no caso dos agricultores, uma produção de pequena escala, sobretudo de olerícolas para comercialização local e apenas um (1) caso de produção de sementes para comercialização regional.

Quanto à renda dos 16 produtores assentados pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) averiguou-se que a maioria, ou seja, dez (10) deles recebem entre dois (2) e três (3) salários mínimos. Cumpre lembrar que a composição da renda familiar é constituída pelos valores auferidos com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas no caso de três (3) produtores, também do recebimento da aposentadoria. No tocante aos produtores convencionais do referido município, dentre os 16, oito (8) recebem entre um (1) e dois (2) salários mínimos mensais. Vale ressaltar que para além da renda obtida com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, dois (2) dos 16 produtores são aposentados e um (1) deles recebe auxílio-doença. Em relação a renda familiar dos produtores assentados de Rosana (SP), dos oito (8) produtores assentados pesquisados, três (3) recebem entre um (1) e dois (2) salários mínimos e outros três (3) recebem entre dois (2) e três (3) salários mínimos. É importante ressaltar que três (3) oito (8) produtores assentados pesquisados auferem sua

renda por meio das atividades agropecuárias, mas também do recebimento da aposentadoria. Já no que se refere aos produtores convencionais do município em análise, a maioria, ou seja, cinco deles obtém uma renda familiar total mensal entre um (1) e dois (2) salários mínimos. É premente salientar que dos oito (8) produtores convencionais entrevistados, quatro (4) ou 50% recebem aposentadoria - o que auxilia na composição da renda familiar.

Quanto ao (des) conhecimento dos programas PAA e/ou PNAE, a maioria dos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP), afirmou que desconheciam os referidos programas e, por tal motivo, não sabiam informar quais suas finalidades. Também afirmaram não participarem de associações de produtores - o que, de certo modo, dificulta a disseminação das informações sobre as referidas políticas públicas.

Quanto aos seis (6) produtores que afirmaram conhecer os Programas e suas finalidades, cinco (5) informaram que não participavam porque faltava informação sobre os programas por parte do ITESP e um (1) disse que pretendia se especializar na produção de leite e que não iria utilizar parte da sua área com a produção para a entrega nos referidos mercados institucionais de compra da agricultura familiar. Em relação aos produtores convencionais do município, a maioria deles informou que desconhecia os referidos programas, e por isso, não sabiam informar quais suas finalidades e nem não participavam do PAA e/ou PNAE. Quanto aos nove (9) produtores que afirmaram conhecer os Programas e suas finalidades, estes informaram que não participavam porque optaram por especializar na produção de leite ou de sementes e por isso, não destinariam área para a exploração de outras atividades.

No tocante aos produtores assentados do município de Rosana (SP), a maioria afirmou desconhecer os referidos programas e, portanto, não participavam deles. Dos dois (2) produtores que afirmaram conhecer os programas e suas finalidades, um (1) informou que não participava porque elegia se especializar na produção de leite e não diversificar a produção e o outro disse que estava com a idade muito avançada (70 anos). No que se refere aos produtores convencionais do município, seis (6) dos oito (8) pesquisados afirmaram que desconheciam os referidos programas. Quanto aos dois (2) produtores que afirmaram conhecer os Programas e suas finalidades, ambos informaram que não participavam porque preferiam se especializar na produção de hortas para comercialização local (ruas, mercados e feiras), pois já tinham sua clientela consolidada e não precisariam mudar nada para se adequar às exigências dos Programas, como por exemplo, se tornar associado, no caso do PAA.

Resumidamente, a não participação dos produtores no PAA e/ou PNAE têm relação, ao menos em parte, com a falta de informação, de assistência técnica e de participação em alguma organização social, como por exemplo, associações. No tocante aos informados sobre os programas em análise, o fator para a não participação nas referidas políticas públicas é a especialização na produção de leite ou de sementes, já que o direcionamento de área para especialização em determinadas atividades, impossibilitou a diversificação produtiva para o fornecimento aos mercados institucionais de compra governamental.

Em relação ao acesso (ou não) a outros programas, como por exemplo, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, todos os 16 produtores assentados pesquisados do município de Mirante do Paranapanema (SP) informaram que nunca participaram e que já tinham ouvido falar, mas de modo não detalhado sobre as referidas políticas públicas. Os 16 produtores convencionais, por sua vez, informaram que nunca participaram e que nem sabiam como aderir às políticas públicas. Tanto os produtores assentados, quanto os produtores convencionais pesquisados do município de Rosana (SP) ao serem questionados sobre o acesso a outros programas (Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (ou Microbacias I) e Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, por exemplo), informaram que nunca participaram. Esses dados têm relação com a falta de informações.

Quanto às perspectivas de permanência e de desenvolvimento das atividades agropecuárias, a maioria dos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmou que é alto o seu grau de interesse. Os 15 produtores que têm um alto interesse em continuar produzindo informaram que, apesar dos altos custos para a produção, as atividades agropecuárias são as suas principais fontes de renda monetária. No que se refere aos produtores convencionais do referido município, a realidade é oposta, pois a maioria afirmou que é baixo o seu grau de interesse em continuar produzindo no campo em decorrência de que pretendiam partir para outras atividades (como por exemplo, o funcionalismo público) ou que as atividades agropecuárias estão inviáveis pelo alto custo de produção e o baixo retorno financeiro, no entanto, esses ainda não possuíam objetivamente condições de mudar de ocupação. Quanto aos produtores assentados do município de Rosana (SP), o número de produtores que pretendem, em níveis mediano e alto, permanecer

produzindo no campo, ou seja, seis (6) dos oito (8) pesquisados, afirmam que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores, a intenção de permanência e produção no campo é majoritária. Assim como verificado no tocante aos produtores assentados, os produtores convencionais do município em análise, em sua maioria, ou seja, seis (6) dos oito (8) entrevistados, pretendem, em níveis mediano e alto, permanecer produzindo no campo. Desse modo, observamos que, apesar das dificuldades enfrentadas por estes, a intenção de permanência e produção no campo é significativa.

No que tange às dificuldades enfrentadas pelos produtores para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, em escala de prioridade, as principais respostas obtidas pelos produtores assentados do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram: baixo preço pago pelo leite, altos custos de produção, falta de recursos financeiros para a compra de animais especializados e suplementação para o rebanho e falta de assistência técnica. Quanto às respostas dos produtores convencionais do referido município, obteve-se os problemas relacionados ao clima e assim como apontado pelos produtores assentados, os altos custos de produção e a falta de assistência técnica. No município de Rosana (SP), a falta de assistência técnica e de incentivo governamental (como por exemplo, financiamentos com taxas menores e prazos maiores) foram as dificuldades mais citadas pelos produtores assentados e convencionais pesquisados. A ausência de melhores técnicas e equipamentos de cultivo foi outra dificuldade apontada pelos produtores assentados do município de Rosana (SP).

Quanto à permanência no campo verificou-se que, tanto na opinião da maioria dos produtores assentados quanto dos convencionais do município de Mirante do Paranapanema (SP), os jovens, de um modo geral, não se sentem estimulados a continuar produzindo e morando no meio rural em decorrência, segundo os entrevistados, do trabalho árduo que o campo exige, do fato dos jovens preferirem estudar e trabalhar na cidade e da baixa renda obtida com as atividades agropecuárias, se comparada com os altos custos de produção. Respostas semelhantes foram apontadas pelos produtores assentados e convencionais do município de Rosana (SP).

No próximo capítulo mostramos como se dá a distribuição dos alimentos do PAA aos agentes territoriais beneficiários consumidores e a atuação dos agentes territoriais institucionais e dos organizacionais ou mediadores nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) e identificamos a relevância dos programas em análise, bem

como caracterizamos os agentes territoriais beneficiários consumidores e pontuamos alguns estrangulamentos do PAA e do PNAE nas localidades pesquisadas.

6 DISTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO PAA AOS AGENTES TERRITORIAIS BENEFICIÁRIOS CONSUMIDORES E A ATUAÇÃO DOS AGENTES TERRITORIAIS INSTITUCIONAIS E DOS ORGANIZACIONAIS OU MEDIADORES

Antes de adentrarmos a este capítulo da pesquisa, gostaríamos de esclarecer que ao contrário do que fizemos nos demais capítulos, neste a análise será realizada de forma separada quanto aos municípios. Isso se deve ao fato de que no município de Mirante do Paranapanema (SP) também foram pesquisados agentes territoriais consumidores em dois (2) distritos[147], quais sejam: Costa Machado e Cuiabá Paulista e no caso do município de Rosana (SP) entrevistamos no Assentamento Gleba XV de Novembro. Além disso, em decorrência das especificidades da implementação do PAA no município de Rosana (SP), como se verificará no decorrer do texto, também tivemos que realizar pesquisa de campo no município de Euclides da Cunha Paulista (SP). Em outros termos, as particularidades expostas impossibilitaram uma análise conjunta das variáveis estudadas.

É importante salientar que assim como designamos agentes territoriais beneficiários fornecedores, os que forneciam sua produção para os mercados institucionais de compra da agricultura familiar, denominamos os que recebiam esses alimentos de agentes territoriais beneficiários consumidores, tanto no caso do PAA (pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional) quanto no do PNAE (alunos). Isso porque concordamos com Raffestin, em sua obra "Por uma Geografia do poder" de 1993 ao afirmar que

> [...] Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

[147] De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia (2013, p. 8), "[...] os distritos são unidades administrativas do município. Sua criação, desmembramento ou fusão dependem de leis municipais, que devem observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual. Podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica. A localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, tem a categoria de Vila".

Raffestin (1993) ao dissertar sobre a multifuncionalidade do poder, do território e da territorialidade, enfatiza que as imagens[148] manifestam relações de produção e, por consequência as relações de poder. A partir do momento em que essas imagens são decifradas, passam então a delinear a estrutura complexa que engloba desde o Estado até o indivíduo, opondo-se às percepções que privilegiam apenas o poder do Estado.

6.1 MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP)

Em função do município de Mirante do Paranapanema (SP) possuir dois (2) distritos, quais sejam: Costa Machado e Cuiabá Paulista, realizamos a aplicação de formulários levando em conta 10% do total dos beneficiários consumidores de cada localidade que dispunham da carteirinha de Cadastro Único.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou simplesmente, Cadastro Único, é uma ferramenta que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. São famílias de baixa renda aquelas que possuem meio salário mínimo mensal por pessoa integrante da mesma ou que a renda total mensal é de até três (3) salários mínimos. Nele são registradas várias informações, como por exemplo: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, dentre outras. A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, do Bolsa Verde[149], dentre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de

[148] De acordo com Raffestin (1993), imagens são formas assumidas por estruturas manipuladas em um sistema de objetivos intencionais e de ações.

[149] O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas importantes para a conservação ambiental. Atua como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem. O programa concede R$ 300 reais, de três (3) em três (3) meses, para as famílias que sejam beneficiárias em áreas para a conservação ambiental, respeitando as regras de utilização dos recursos. O benefício será concedido por dois (2) anos, podendo ser renovado. Esse benefício, criado no âmbito do plano Programa Brasil Sem Miséria**,** é direcionado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em reservas extrativistas, florestas nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável federais e assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária. Também podem ser inclusos no Programa territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais**,** além de outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo. O Bolsa Verde - instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado

beneficiários de programas oferecidos pelos governos estaduais e municipais, ou seja, funciona como uma "porta de entrada" para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Na escala federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único (BRASIL. MDS, 2018).

No caso do município de Mirante do Paranapanema, o Cadastro Único é disponibilizado pelo Centro de Atendimento à População (CAP) - Departamento de Assistência Social da prefeitura municipal[150].

A carteirinha do Cadastro Único dá o direito dos beneficiários buscarem uma (1) vez por semana os gêneros alimentícios no Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA, comumente chamado no município de "Barracão da CONAB" - que é uma entidade pública vinculada à prefeitura municipal (Figura 65). Para cada dia da semana há uma carteirinha com cores diferenciadas para não haver a busca dos produtos em dias trocados (Figura 66).

A assistente social do município de Mirante do Paranapanema (SP), ou como denominamos nessa pesquisa, "agente territorial institucional" informou que, na sede do município, até os uniformes dos funcionários têm as cores das carteirinhas para diferenciarem os dias de distribuição dos produtos. O transporte dos gêneros alimentícios das propriedades ou lotes rurais até o Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA é realizado por um caminhão da prefeitura municipal.

---

pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011 - possui como objetivos: incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável); promover a cidadania e melhoria das condições de vida; elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional (BRASIL. MMA, 2018).

[150] As informações sobre o Departamento de Assistência Social do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 16 de março de 2016 junto à assistente social daquela localidade.

Figura 65: “Barracão da CONAB” no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Figura 66: Carteirinhas de Cadastro Único para a distribuição dos alimentos do PAA no Barracão da CONAB no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

A distribuição dos alimentos é organizada por dias da semana e local, a saber: às segundas-feiras são atendidas 313 famílias; às terças-feiras, 260 famílias, às quartas-feiras, 262 famílias e às quintas-feiras, 162 famílias, na sede do município. No distrito de Cuiabá Paulista, às quartas-feiras são atendidas 203 famílias e no distrito de Costa Machado, às quintas-feiras, são 250 famílias. Quando há produtos excedentes (melancia, laranja, dentre outros) estes são direcionados a determinadas entidades como, por exemplo, creches para serem servidos como sobremesas ou para serem transformados em sucos naturais. Há ainda, o caso dos produtos não entregues que são encaminhados a beneficiários consumidores que

estão numa lista avulsa e que não recebem os produtos com frequência e aos acampamentos rurais (Fazenda Santa Cruz - Kurata e Doroti) (Figura 67).

Figura 67: Acampamentos (Fazenda Santa Cruz-Kurata) no município de Mirante do Paranapanema (SP) e alimentos distribuídos

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

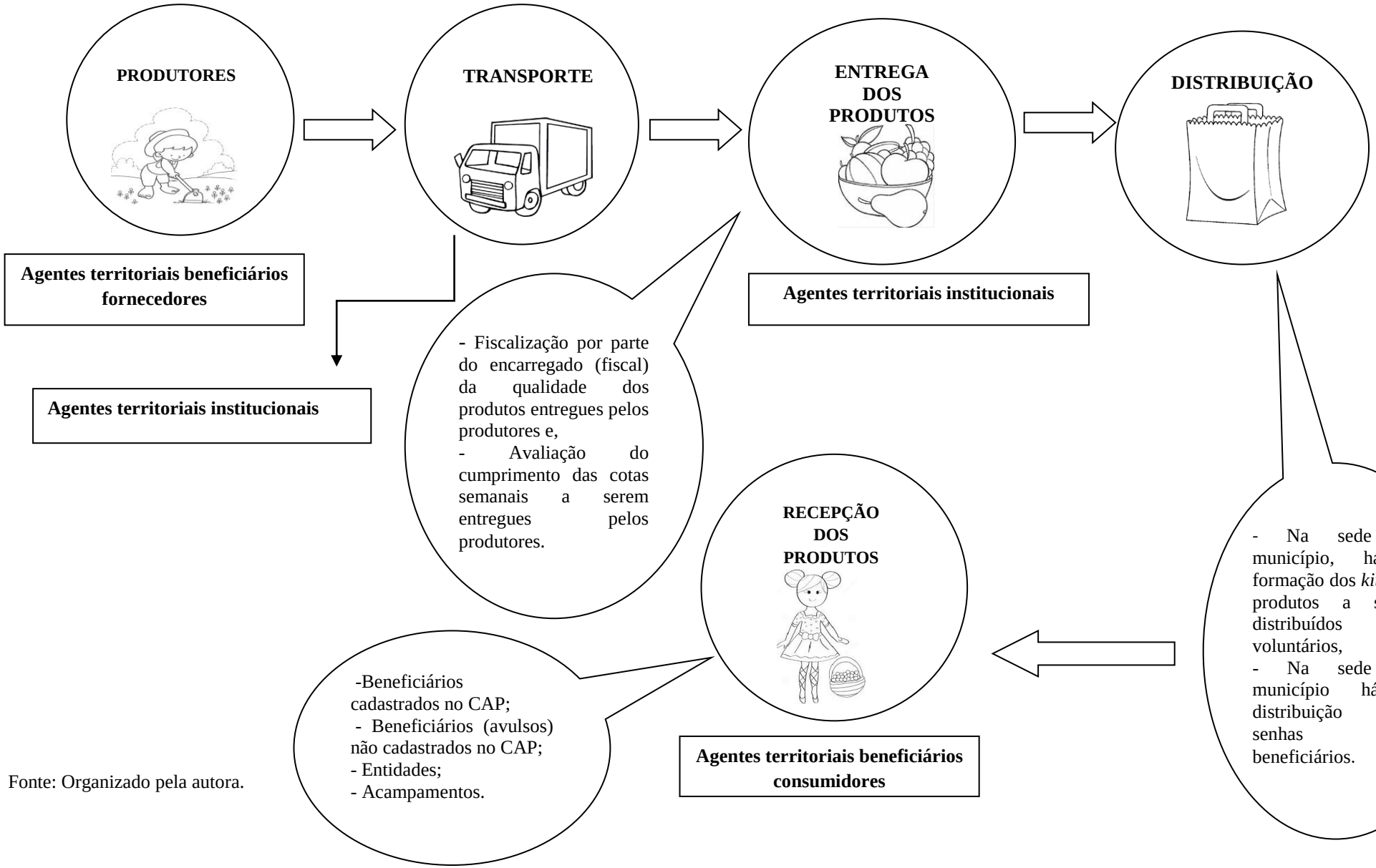
Os alimentos são divididos em *kits* formados pelos voluntários, de acordo com os produtos disponíveis no dia. A entrega dos *kits* é realizada por meio da distribuição de senhas (Figura 68).

Figura 68: *Kits* formados pelos voluntários, de acordo com os produtos disponíveis no dia para a distribuição aos beneficiários do município de Mirante do Paranapanema (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Na Figura 69 tem-se o organograma que sintetiza o PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP).

Figura 69: Organograma do PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Organizado pela autora.

Com o intuito de terem, sempre que possível, o acesso à alimentos diversificados, os responsáveis pelo "Barracão da CONAB" criaram uma tabela de produtos com cota semanal para os produtores rurais fazerem um planejamento dos produtos a serem entregues, de acordo com as informações concedidas pela assistente social.

No "Barracão da CONAB" trabalham um (1) motorista, dois (2) funcionários de serviços gerais (carregamento/descarregamento, dentre outros), um (1) funcionário de serviços gerais (limpeza), um (1) diretor de serviços (prestação de contas), um (1) encarregado (fiscal), um (1) assistente social e um (1) guarda-mirim. Todos os funcionários pertencentes ao quadro da prefeitura municipal, além de oito (8) voluntários.

Na visão da entrevistada, o PAA beneficia as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar, melhora a qualidade de vida destas pessoas e ajuda o produtor por ser uma fonte de renda e um canal de comercialização. Nas palavras da assistente social: "O PAA é um programa bom para o produtor e para os beneficiários"[151]. Salienta ainda que o PNAE também é um programa importante por ser uma alternativa a mais para o produtor rural, mas que se restringiria a responder as questões sobre o PAA, porque trabalhava diretamente com esse programa.

Quanto às limitações que o PAA tem no município em análise, a assistente social salienta a falta de uma melhor infraestrutura para o armazenamento dos produtos, como por exemplo, câmaras frias, mas frisa a importância da continuidade do programa.

Para melhoria do programa, a entrevistada sugere o oferecimento de cursos aos produtores para a prestação de contas.

A assistente social afirma que o PAA pode estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo em decorrência do aumento na renda familiar e assevera que "[...] muitos estão trabalhando para melhorar a área em que residem". Essa opinião se assemelha com a do diretor do EDR de Presidente Venceslau, mas é totalmente contrária à opinião expressada pelos produtores entrevistados.

[151] Na nossa concepção, assim como os produtores rurais, as famílias que recebem os produtos do PAA são consideradas agentes territoriais beneficiários.

No município de Mirante do Paranapanema (SP) estavam cadastradas 997 famílias, assim aplicamos formulários a 100 beneficiários consumidores, representantes dessas famílias. No distrito de Costa Machado, 250 famílias estavam cadastradas, desse modo foram pesquisadas 25 representantes destas famílias, enquanto que no distrito de Cuiabá Paulista, estavam inscritas 203 famílias e por isso, foram analisadas 21 famílias por meio de algum representante delas.

Cumpre lembrar que para a distribuição dos alimentos é realizada a seguinte programação: segundas-feiras, terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras no "Barracão da CONAB" no município de Mirante do Paranapanema (SP); às quartas-feiras no distrito de Cuiabá Paulista; e às quintas-feiras no distrito de Costa Machado.

6.1.1 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Quanto à condição profissional dos 100 agentes territoriais beneficiários consumidores do município de Mirante do Paranapanema (SP), 48 ou 48% estavam desempregados, 11 ou 11% deles recebiam auxílio-doença, quatro (4) ou 4% eram agricultores, dez (10) ou 10% eram aposentados, 15 ou 15% eram aposentados e pensionistas, quatro (4) ou 4% eram funcionários públicos, e oito (8) ou 8% deles eram pensionistas. Verificou-se que a maioria dos entrevistados se encontrava desempregado (48 deles), era aposentado (25 do total) ou ainda recebendo auxílio-doença (11 deles).

Quanto à idade dos beneficiários entrevistados, a maioria, ou seja, 40 ou 40% deles tinham entre 41 e 60 anos e 25 ou 25% tinham mais que 60 anos (Tabela 57).

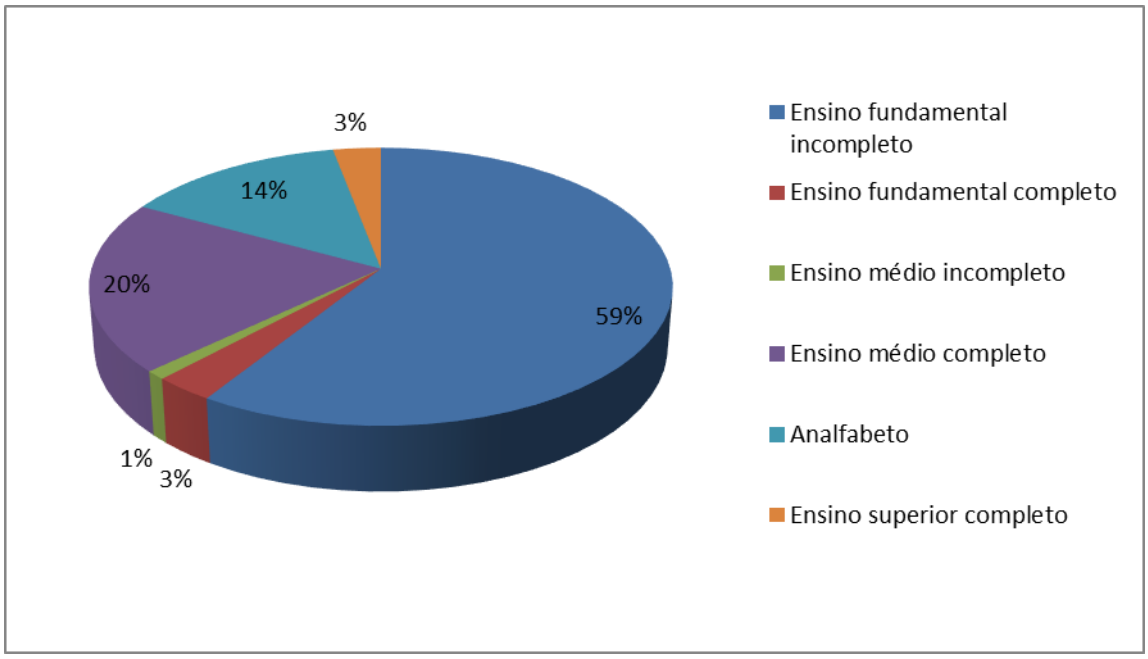
Tabela 57: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Idade	Nº de beneficiários	% de beneficiários
18 e 40	35	35
41 e 60	40	40
Mais de 60	25	25
Total	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

No que se refere ao nível de escolaridade analisou-se que dos 100 pesquisados, 14 ou 14% deles eram analfabetos, 59 ou 59% tinham o ensino fundamental incompleto, três (3) ou 3% tinham o ensino fundamental completo, um (1) ou 1% tinha o ensino médio incompleto, 20 ou 20% tinham o ensino médio completo e três (3) ou 3% tinham o ensino superior completo (Figura 70).

Figura 70: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

De acordo com a Tabela 58 identificou-se que a maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores (70 ou 70%) já é residente há mais de 20 anos no referido município.

Tabela 58: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Tempo de moradia (anos)	Nº de produtores	% de produtores
Menos de 1	3	3
Entre 1 e 5	7	7
Entre 5 e 10	4	4
Entre 10 e 15	7	7
Entre 15 e 20	9	9
Acima de 20	70	70
Total	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

A maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados, ou seja, 71 ou 71% deles disseram que a família tinha uma renda entre um (1) e dois (2) salários mínimos mensais. Destaca-se o fato de que nenhum dos 100 entrevistados recebe valor acima de três (3) salários mínimos mensais (Tabela 59).

Tabela 59: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Mirante do Paranapanema (SP)

Renda familiar mensal (salários mínimos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	23	23
Entre 1 e 2	71	71
Entre 2 e 3	6	6
Entre 3 e 4	-	-
Mais de 4	-	-
Total	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Em relação à forma de conhecimento sobre a existência do PAA, 43 ou 43% dos 100 pesquisados informaram que souberam por meio de outros beneficiários e 57 ou 57% deles disseram que foram avisados pela assistência social do município.

No que se refere à data inicial de recebimento dos alimentos ofertados pelo PAA, 62 ou 62% dos 100 estudados informaram que recebem os produtos desde o ano de 2013, 14 ou 14% afirmaram que recebem desde 2014, 17 ou 17% disseram que

recebem os produtos desde 2015 e sete (7) ou 7% deles afirmaram que passaram a ser beneficiados pelo programa apenas a partir do ano de 2016.

Quando interrogados sobre o conhecimento da proveniência dos alimentos recebidos, 70 ou 70% dos 100 pesquisados afirmaram que sabiam que os produtos vinham da agricultura familiar. Os outros 30 (30%) dos pesquisados afirmaram que desconheciam a origem dos produtos recebidos.

Quanto à avaliação da qualidade dos produtos recebidos, 94 ou 94% dos beneficiários deram nota dez (10) aos alimentos, três (3) ou 3% deram nota nove (9), três (3) ou 3% deram oito (8). De modo geral, a avaliação feita pelos beneficiários em relação aos alimentos recebidos é bastante positiva.

As explicações para as notas altas em relação aos produtos recebidos pelos beneficiários são: - os produtos ajudam na quantidade e na qualidade da dieta alimentar em suas residências e os produtos ganhos não necessitam ser comprados e, por conseguinte, fazem com que haja uma diminuição dos gastos mensais. Apenas um (1) beneficiário afirmou que o PAA é um incentivo para os agricultores familiares.

Os 100 pesquisados informaram que recebem do referido programa, frutas, verduras, raízes tuberosas e tubérculos e que os produtos são bastante diversificados e de boa qualidade.

No tocante à avaliação dos beneficiários sobre a implementação do PAA, 66 ou 66% dos pesquisados afirmaram que não tinham nenhuma sugestão para a melhoria ou modificação do programa, 28 ou 28% dos analisados disseram que deveria haver melhorias na organização da distribuição dos alimentos, quatro (4) ou 4% apontaram a necessidade de melhorar a infraestrutura, ou seja, que houvesse um local adequado para armazenamento e distribuição dos produtos e outros dois (2) ou 2% sugeriram o aumento do número de funcionários para a entrega dos produtos.

Os 100 beneficiários analisados no município de Mirante do Paranapanema (SP) informaram que a distribuição ocorre por meio de senhas para a captação dos alimentos e que estes já são entregues em *kits* pelos voluntários com “quantidades similares de produtos”. No entanto, alguns beneficiários informaram que não há uma divisão igualitária dos alimentos nos *kits* distribuídos.

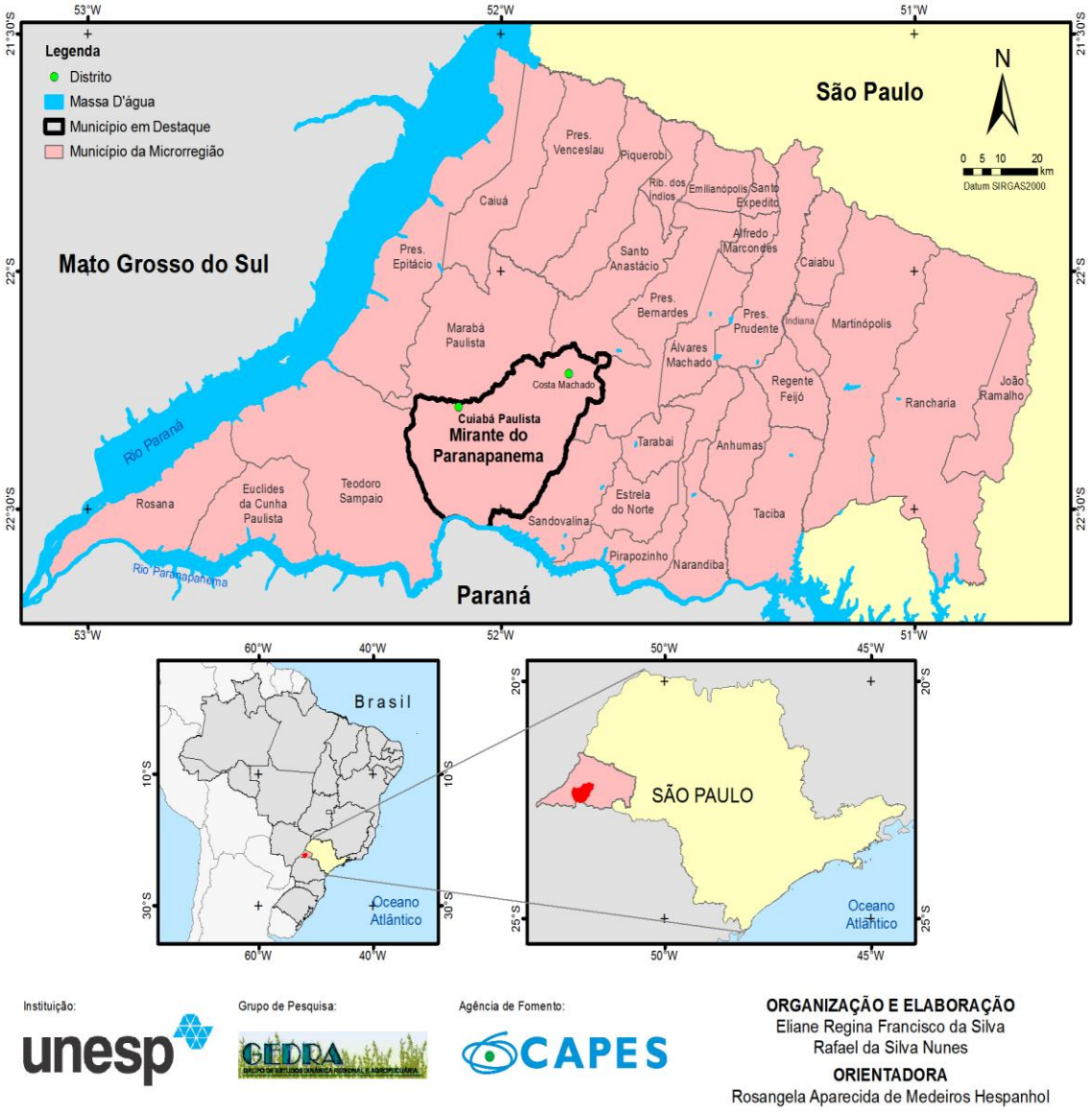
6.1.2 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no distrito de Cuiabá Paulista

No distrito de Cuiabá Paulista (Mapa 15), 203 pessoas estavam cadastradas no CAP, desse modo foram pesquisadas 21 delas, já que consideramos como amostra 10% do total de beneficiários.

A distribuição dos alimentos aos beneficiários ocorria num depósito do referido distrito localizado na Rua: Deoclécio Lopes, n. 452, Bairro: Centro[152].

[152] Não fomos autorizados a registrar por meio de fotografias o local de distribuição dos alimentos.

Mapa 15: Localização do distrito de Cuiabá Paulista no município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

No que se refere à condição profissional dos 21 agentes territoriais beneficiários consumidores do distrito de Cuiabá Paulista, 11 ou 52,37% estavam desempregados, três (3) ou 14,29% eram funcionários públicos, três (3) ou 14,29% eram aposentados e quatro (4) ou 19,05% eram agricultores.

A taxa de subutilização da força de trabalho no país, que inclui os desempregados, pessoas que gostariam de trabalhar mais horas e aqueles que desistiram

de procurar emprego, bateu recorde no primeiro trimestre de 2018, alcançando 24,7%. No Estado de São Paulo, a taxa de desemprego no mesmo período foi de 14%. Além disso, o Brasil atingiu o menor número de trabalhadores com carteira assinada desde 2012 (IBGE, 2018).

Quanto à idade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados, predominou-se a faixa etária entre 41 e 60 anos - resposta dada por 13 ou 61,90% dos 21 beneficiários pesquisados, conforme se verifica na Tabela 60.

Tabela 60: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)

Idade	Nº de beneficiários	% de beneficiários
18 e 40	6	28,57
41 e 60	13	61,90
Mais de 60	2	9,53
Total	**21**	**100**

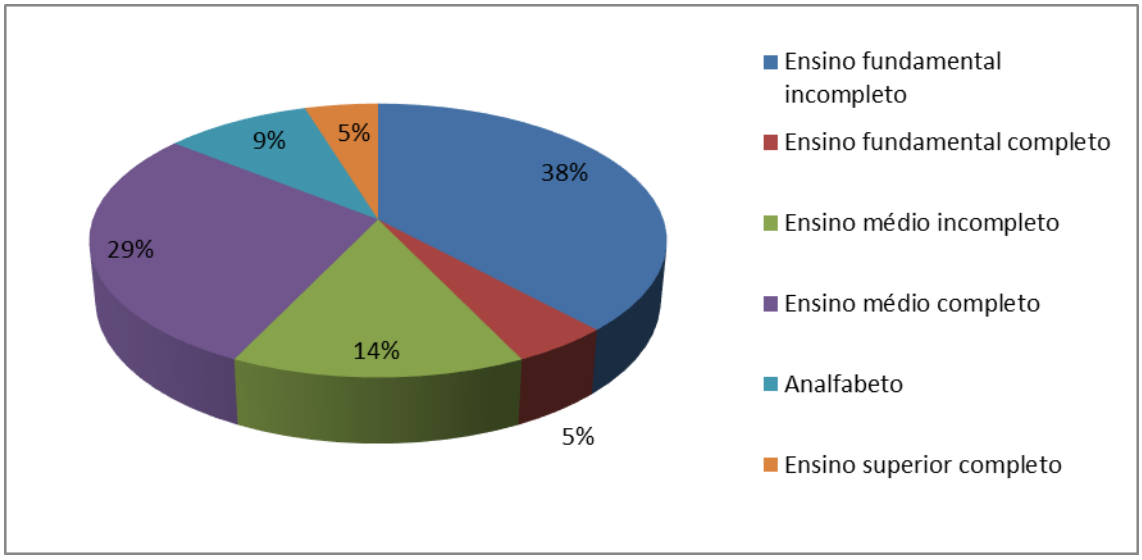
Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

No tocante ao nível de escolaridade verificou-se que dos 21 pesquisados, dois (2) ou 9% deles eram analfabetos, oito (8) ou 38% tinham o ensino fundamental incompleto, um (1) ou 5% tinha o ensino fundamental completo, três (3) ou 14% tinham o ensino médio incompleto, seis (6) ou 29% tinham o ensino médio completo e apenas um (1) ou 5% tinham o ensino superior completo (Figura 71).

Kassab (2006)[153] afirmou que a reforma agrária e o investimento maciço em educação podem ser complementares haja vista que o autor considera que a educação é a variável mais importante na determinação da desigualdade de renda em todos os setores da sociedade brasileira, assim como a desigualdade fundiária está relacionada à concentração de renda no meio rural.

[153]Kassab (2016) faz suas considerações no Jornal da UNICAMP ao noticiar que a tese do Profº Marlon Gomes Ney revelou o peso da baixa escolaridade na desigualdade de renda no Brasil.

Figura 71: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Identificou-se que a maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores (14 ou 66,67%) já é residente há mais de 20 anos no referido distrito (Tabela 61).

Tabela 61: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)

Tempo de moradia (anos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	-	-
Entre 1 e 5	-	-
Entre 5 e 10	6	28,57
Entre 10 e 15	1	4,76
Entre 15 e 20	-	-
Acima de 20	14	66,67
Total	**21**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Como se verifica na Tabela 62, a maioria, ou seja, 17 ou 80,95% dos entrevistados afirmaram que sua família dispunha de uma renda mensal entre um (1) e dois (2) salários mínimos.

Tabela 62: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Cuiabá Paulista - Mirante do Paranapanema (SP)

Renda familiar mensal (salários mínimos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	4	19,05
Entre 1 e 2	17	80,95
Entre 2 e 3	-	-
Entre 3 e 4	-	-
Mais de 4	-	-
Total	**21**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Em relação à forma de conhecimento sobre a existência do PAA, cinco (5) ou 23,81% dos 21 pesquisados informaram que souberam por meio de outros beneficiários e 16 ou 76,19% deles disseram que foram avisados pela assistência social do município.

Quanto à data inicial de recebimento dos alimentos ofertados pelo PAA, 16 ou 76,19% dos 21 pesquisados informaram que recebem os produtos desde o ano de 2013, quatro (4) ou 19,05% disseram que recebem desde 2014 e um (1) ou 4,76% respondeu que capta os produtos desde 2015.

No tocante ao conhecimento da proveniência dos alimentos recebidos, 18 ou 85,71% dos 21 pesquisados afirmaram que sabiam que os produtos vinham da agricultura familiar. Os outros três (3) ou 14,29% dos estudados afirmaram que desconheciam a origem dos produtos recebidos.

Quanto à avaliação da qualidade dos produtos recebidos, 21 ou 100% dos beneficiários deram nota dez (10) aos alimentos.

Os motivos para a unanimidade da nota dez (10) em relação aos produtos recebidos pelos beneficiários são: - os produtos são diversificados e de boa qualidade.

Os 21 pesquisados informaram que recebem do referido programa, frutas, verduras, raízes tuberosas e tubérculos.

No tocante à avaliação dos beneficiários sobre a implementação do PAA, apenas dois (2) ou 9,52% dos pesquisados afirmaram que não tinham nenhuma sugestão para melhoria ou modificação do programa, 13 ou 61,90% dos analisados apontaram a necessidade de melhor infraestrutura, ou seja, local adequado para armazenamento e

distribuição dos produtos e outros seis (6) ou 28,58% sugeriram o aumento do número de funcionários.

Cumpre ressaltar que não fomos autorizados a registrar por meio de fotografias o local de distribuição dos alimentos - ao contrário do que ocorreu na sede do município -, pois este não se encontrava adequado em termos de infraestrutura, ou seja, o local não dispunha de bancas para exposição dos produtos que, por sua vez, eram colocados no chão para posterior distribuição. Essa verificação ratifica a necessidade de melhorias na infraestrutura dos locais de distribuição sugeridas por 13 ou 61,90% dos entrevistados.

Ao contrário do constatado na sede do município, segundo os 21 beneficiários consumidores analisados no distrito de Cuiabá Paulista, não há distribuição de senhas para a captação dos alimentos e, por conseguinte, cada beneficiário pega o que quer e o quanto deseja. Disseram que são orientados a pegarem apenas o necessário e para terem ciência da necessidade de divisão igualitária com os demais contemplados - o que, segundo alguns pesquisados, nem sempre acontece.

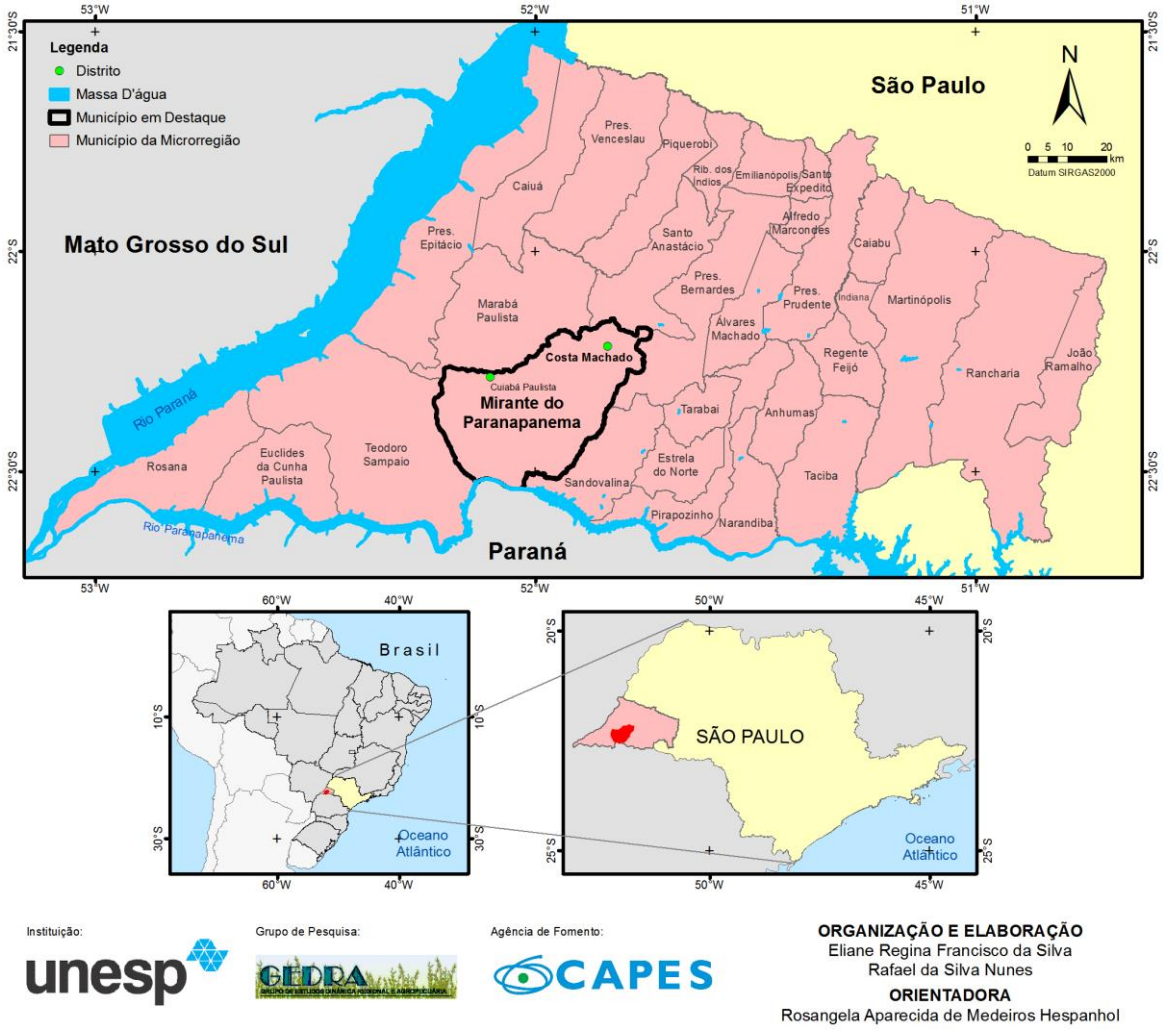
6.1.3 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no distrito de Costa Machado

No distrito de Costa Machado (Mapa 16), 250 famílias estavam cadastradas no CAP do município de Mirante do Paranapanema (SP), desse modo foram pesquisadas 25 delas, ou seja, 10% do total de famílias beneficiárias consumidoras.

A distribuição dos alimentos aos beneficiários ocorria na quadra de uma escola do referido distrito, localizada na Rua: Dr. Carlos Helbig, n. 571, Bairro: Centro[154].

[154] Não fomos autorizados a registrar por meio de fotografias o local de distribuição dos alimentos.

Mapa 16: Localização do distrito de Costa Machado no município de Mirante do Paranapanema (SP)



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

No tocante à condição profissional dos 25 agentes territoriais beneficiários consumidores do distrito de Costa Machado, 18 ou 72% estavam desempregados, um (1) ou 4% era funcionário público, um (1) ou 4% era aposentado, três (3) ou 12% eram agricultores e dois (2) ou 8% recebiam auxílio-doença.

A maioria dos beneficiários entrevistados se encontrava na faixa etária entre 18 e 40 anos (12 ou 48% deles) como se indica na Tabela 63.

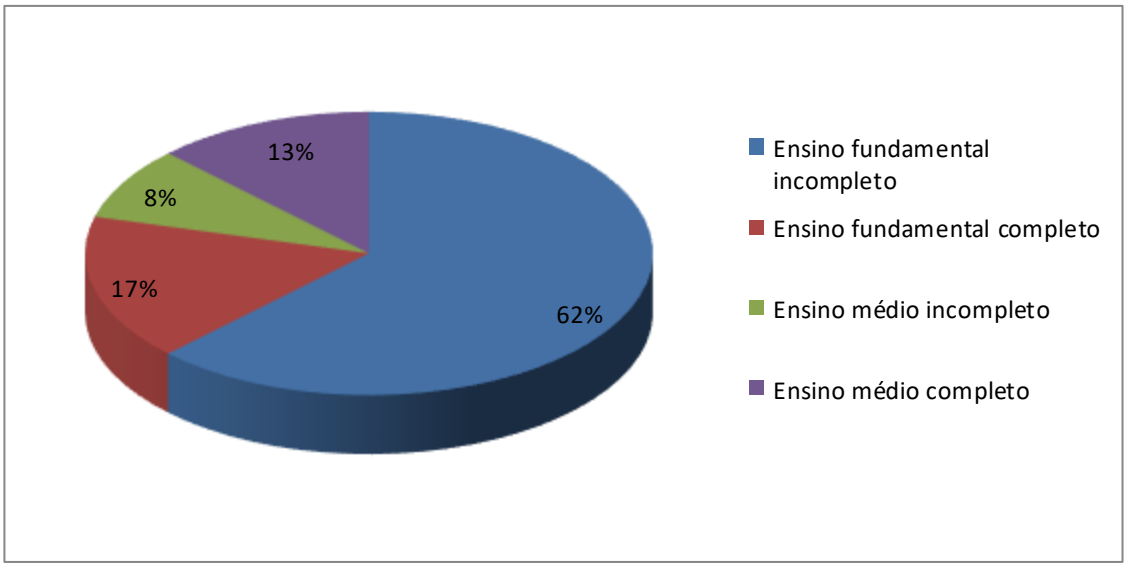
Tabela 63: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Costa Machado – Mirante do Paranapanema

Idade	Nº de beneficiários	% de beneficiários
18 e 40	12	48
41 e 60	11	44
Mais de 60	2	8
Total	**25**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

No tocante ao nível de escolaridade, verificou-se que dos 25 pesquisados, um (1) ou 4% deles era analfabeto, 15 ou 62% tinham o ensino fundamental incompleto, quatro (4) ou 17% tinham o ensino fundamental completo, dois (2) ou 8% tinham o ensino médio incompleto e três (3) ou 13% tinham o ensino médio completo. Nenhum dos entrevistados tinha o ensino superior (Figura 72).

Figura 72: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Costa Machado - Mirante do Paranapanema



Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Quando indagados sobre o tempo de residência no distrito de Costa Machado, a maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores, 17 ou 68% deles responderam que já era residente há mais de 20 anos no referido distrito (Tabela 64).

Tabela 64: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores no distrito de Costa Machado - Mirante do Paranapanema (SP)

Tempo de moradia (anos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	-	-
Entre 1 e 5	2	8
Entre 5 e 10	1	4
Entre 10 e 15	3	12
Entre 15 e 20	2	8
Acima de 20	17	68
Total	**25**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

A renda familiar predominante dentre os beneficiários esteve entre um (1) e dois (2) salários mínimos mensais, resposta de 14 ou 56% dos pesquisados (Tabela 65).

Tabela 65: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no distrito de Costa Machado - Mirante do Paranapanema (SP)

Renda familiar mensal (salários mínimos)	Nº de beneficiários	Nº de beneficiários (%)
Menos de 1	11	44
Entre 1 e 2	14	56
Entre 2 e 3	-	-
Entre 3 e 4	-	-
Mais de 4	-	-
Total	**25**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (março/2016).

Quando interrogados sobre a forma de conhecimento sobre a existência do PAA, 17 ou 68% dos 25 pesquisados informaram que souberam por meio de outros beneficiários e oito (8) ou 68% deles disseram que foram avisados pela assistência social.

Em relação ao ano inicial de captação dos alimentos ofertados pelo PAA, 15 ou 60% dos 25 estudados informaram que recebem os produtos desde o ano de 2013, seis (6) ou 24% disseram que recebem desde 2014, três (3) ou 12% responderam que desde 2015 e um (1) ou 4% respondeu que recebe os produtos desde 2016.

No tocante ao conhecimento da proveniência dos alimentos recebidos, 12 ou 48% dos 25 pesquisados informaram que sabiam que os produtos vinham da agricultura familiar. Os outros 13 ou 52% dos estudados afirmaram que desconheciam a origem dos produtos recebidos.

Quanto à avaliação dos produtos recebidos, dos 25 beneficiários, 24 ou 96% do total deram nota dez (10) aos alimentos, somente um (1) ou 4% deu nota nove (9), ou seja, de modo geral, todos os beneficiários sentem-se satisfeitos com os produtos recebidos.

As razões para as notas positivas em relação aos produtos recebidos pelos beneficiários são: - os alimentos são de boa qualidade e ajudam na diversificação da dieta alimentar.

Os 25 pesquisados informaram que recebem do referido programa, frutas, verduras, raízes tuberosas e tubérculos e que os produtos são diversificados.

Quanto à avaliação dos beneficiários sobre a implementação do PAA, 11 ou 44% dos analisados disseram que não tinham nenhuma sugestão para melhoria ou modificação do programa, sete (7) ou 28% dos analisados apontaram a necessidade de melhor infraestrutura, ou seja, local adequado para armazenamento e distribuição dos produtos e outros sete (7) ou 28% sugeriram uma melhor distribuição dos alimentos.

Assim como ocorreu no distrito de Cuiabá Paulista, não fomos autorizados a registrar por meio de fotografias o local de distribuição dos alimentos - diferentemente do que ocorreu na sede do município -, pois este não se encontrava adequado em termos de infraestrutura. Essa constatação vem ao encontro das respostas de alguns entrevistados, ou seja, sete (7) ou 28% deles.

A questão da falta de infraestrutura em distritos - ainda que não estudada sob a perspectiva específica da implementação do PAA - é tratada por Monastiky et al. (2009, p. 9) ao pesquisar a modernização e as políticas públicas nos distritos municipais.

> [...] parece inevitável que a questão das demandas das comunidades distritais municipais de cada unidade federativa também se coloque aos gestores públicos responsáveis pela execução das políticas públicas. Por certo, não se trata de reduzir todos os problemas sociais que ocorrem fora das cidades à escala distrital, mas de reconhecer que o modo de vida de determinadas comunidades e as políticas públicas de dotação de infraestrutura e serviços públicos apresentam certas

> especificidades que podem ser melhor compreendidas quando também se recorre ao recorte distrital municipal.

Em outro momento, os autores lembram que:

> As infraestruturas básicas como fornecimento de energia, tratamento de água e esgotos, comunicações e transportes; os equipamentos coletivos de lazer, educação, cultura e comércio e os serviços públicos de saúde, correio, internet e segurança concedidos à iniciativa privada ou organizados diretamente pelo Estado são determinantes para a qualidade de vida nesses pequenos núcleos urbanos locais. Resta precisar em que medida esses serviços e equipamentos são atendidos nos distritos [...] (MONASTIKY et al., 2009, p. 11)

De modo geral, os autores expõem as necessidades básicas dos moradores dos distritos e deixa claro que deveria haver similaridades na implantação das políticas públicas nos distritos e nos distritos sedes dos municípios, mas isso nem sempre ocorre.

Assim como verificado nas respostas dos beneficiários do distrito de Cuiabá Paulista, os 25 beneficiários analisados no distrito de Costa Machado informaram que não há distribuição de senhas para a captação dos alimentos e, por conseguinte, cada beneficiário fica responsável por pegar a quantidade e a variedade que deseja dos gêneros alimentícios disponíveis. No entanto, apesar da instrução para pegarem apenas o necessário e para dividirem igualitariamente os produtos, isso não ocorre segundo alguns pesquisados.

6.2 MUNICÍPIO DE ROSANA (SP)

Com o intuito de se verificar como estava se dando a distribuição de alimentos do PAA no município de Rosana (SP), realizamos a aplicação de formulários aos beneficiários[155] consumidores contemplados com os produtos advindos da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA).

[155] No município de Rosana (SP) não fomos informados qual era o número de beneficiários do PAA, por isso realizamos a aplicação de formulários a todos os que recebiam os produtos na igreja localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro e a uma amostra de 10% dos beneficiários que recebiam os produtos no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) ainda que soubéssemos que nem toda a produção ofertada era oriunda da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA).

Quando realizamos a pesquisa, os alimentos não estavam mais sendo entregues aos beneficiários nas instalações da Divisão Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no município de Rosana (SP) (Figura 73) - como ocorria anteriormente. Os produtos que eram entregues na referida Divisão até então eram oriundos da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS).

Figura 73: Local onde ocorria a distribuição dos alimentos do PAA no município de Rosana (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

No momento da pesquisa de campo, a OMUS não estava participando do PAA. No entanto, achamos pertinente entrevistar a presidenta da associação[156] e obtivemos as seguintes informações: a referida entrevistada é pecuarista, agricultora e aposentada e informou que a principal dificuldade enfrentada pelos associados da OMUS é a falta de organização dos seus membros. Apontou também que para ser associado, o produtor deve seguir os seguintes requisitos: possuir DAP, pagar 13% a cada prestação de conta do PAA e mais R$10,00 mensais para a manutenção da associação. Informou que a referida associação possui 82 associados, mas que somente 32 deles entregavam sua

[156] As informações sobre a OMUS foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 16 de março de 2016 junto à pecuarista, agricultora, aposentada e presidenta da referida associação.

produção ao PAA em decorrência dos demais acharem o programa inviável financeiramente.

A presidenta disse ainda que a sede da associação é na sua casa, que as reuniões ocorrem mensalmente e que a supramencionada organização social não possui funcionários contratados, não dispõe de implementos agrícolas e nem realiza compras coletivas. Afirmou que a OMUS aderiu ao PAA em 2008 e que os projetos são elaborados pelo ITESP, pois todos são assentados rurais. Declarou também que a OMUS nunca realizou entregas de produtos a outros municípios e a forma de recebimento era realizada via associação de acordo com a entrega da produção

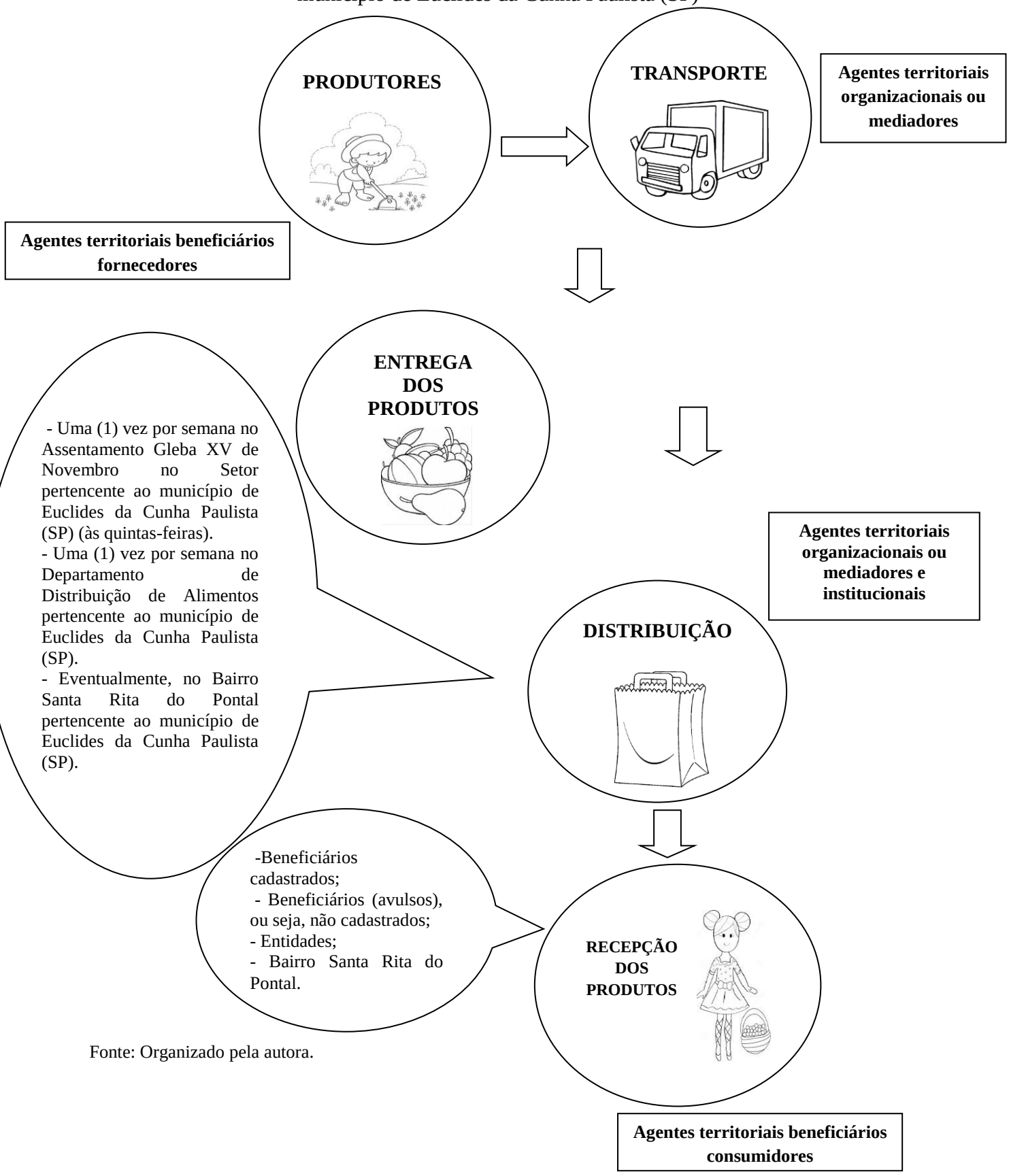
A associação foi criada em março de 1990 e partiu da iniciativa de um grupo de seis (6) e posteriormente de 35 mulheres para reivindicar questões voltadas às políticas públicas em geral: saúde, alimentação, educação, dentre outros para a melhoria das condições de vida das associadas.

A entrevistada explicou que o controle de qualidade dos produtos que eram entregues ao PAA ocorria na sede da associação, no momento da recepção e pesagem dos gêneros alimentícios e inferiu que no tocante aos valores recebidos pelos produtos, estes eram compensadores em relação a alguns produtos, sobretudo as olerícolas, mas não em relação a outros, sobretudo os processados, como por exemplo, polpas de frutas e roscas de coco, por que os custos de produção eram altos.

Por fim, apontou que o aumento da renda dos produtores rurais, a garantia de comercialização, o pagamento seguro e a oferta de produtos de qualidade eram alguns dos benefícios auferidos com o PAA e que a sugestão para a melhoria do programa era o aumento do valor da cota de entrega de produtos de cada agricultor.

Na Figura 74 tem-se o organograma que sintetiza o PAA no município de Rosana (SP).

Figura 74: Organograma do PAA no município de Rosana (SP) que no momento da pesquisa de campo contemplava agentes territoriais beneficiários consumidores no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)



Fonte: Organizado pela autora.

Ao compararmos a implementação do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) verificamos uma maior atuação do agente territorial organizacional ou mediador no segundo município, isso porque o presidente da associação ARCA é o responsável por receber (Figura 75), pesar (Figura 76) e até transportar (Figura 77) os gêneros alimentícios até os locais de distribuição aos Agentes territoriais beneficiários consumidores, tanto na Igreja localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, quanto no Centro Comunitário Urbano do município de Euclides da Cunha Paulista. No município de Mirante do Paranapanema (SP), a atuação das associações - que são por nós denominadas agentes territoriais organizacionais ou mediadores - estava mais voltada à questão do cumprimento do requisito para a entrega dos produtos ao mercado institucional de compra da agricultura familiar. Na Figura 74 citamos a atuação do agente territorial institucional, porém esta se realiza no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) por meio do trabalho desempenhado pela assistente social do referido município.

Figura 75: Recebimento dos alimentos na casa do presidente da ARCA no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Figura 76: Pesagem dos alimentos sendo realizada na casa do presidente da ARCA no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Figura 77: Carreta de pequeno porte utilizada no transporte dos alimentos até a igreja e ao município de Euclides da Cunha Paulista (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

6.2.1 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no Assentamento Gleba XV de Novembro

Na Figura 78 verifica-se a distribuição de alimentos ocorrendo numa igreja localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro[157]. Nesse local foram pesquisados 41 beneficiários consumidores. Os alimentos que sobravam da produção municipal dos produtores que participavam do PAA eram direcionados ao Centro Comunitário Urbano do município de Euclides da Cunha Paulista (SP), onde eram distribuídos.

Figura 78: Distribuição dos alimentos sendo realizada na igreja localizada na Gleba XV de Novembro no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)*****

*Cumpre ratificar que a Gleba XV de Novembro está parte localizada no município de Rosana (SP) e parte no município de Euclides da Cunha Paulista (SP). A igreja encontra-se localizada no município de Euclides da Cunha Paulista (SP).
Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Dos 41 agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados residentes na Gleba XV de Novembro que recebiam alimentos do PAA nas instalações da igreja, oito (8) ou 19,51% eram residentes no Setor III, 25 ou 60,98% no Setor IV, sete (7) ou 17,07% no Setor V e um (1) ou 2,44% no Setor VI. Como já salientado, parte da Gleba

[157] A distribuição dos alimentos ocorria, mais precisamente, na casa do pastor que morava ao lado da igreja. Este contava com a ajuda da esposa e de voluntários.

XV de Novembro está localizada no município de Rosana (SP) e a outra parte no município de Euclides da Cunha Paulista (SP), por isso a localização das residências dos beneficiários depende do Setor onde eles moram. Diante disso, dos 41 entrevistados, 13 ou 31,71% residem no município de Rosana (SP) e os outros 28 ou 68,29% no município de Euclides da Cunha Paulista (SP).

No que concerne à condição profissional, dois (2) ou 4,88% deles eram monitores escolares, dois (2) ou 4,88% eram diaristas, dois (2) ou 4,88% eram pensionistas, três (3) ou 7,32% eram pecuaristas, três (3) ou 7,32% eram aposentados, quatro (4) ou 9,75% eram agricultores, oito (8) ou 19,51% eram funcionários públicos e 17 ou 41,46% estavam desempregados.

A faixa etária predominante dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados era entre 18 e 40 anos, resposta dada por 22 ou 53,66% deles (Tabela 66).

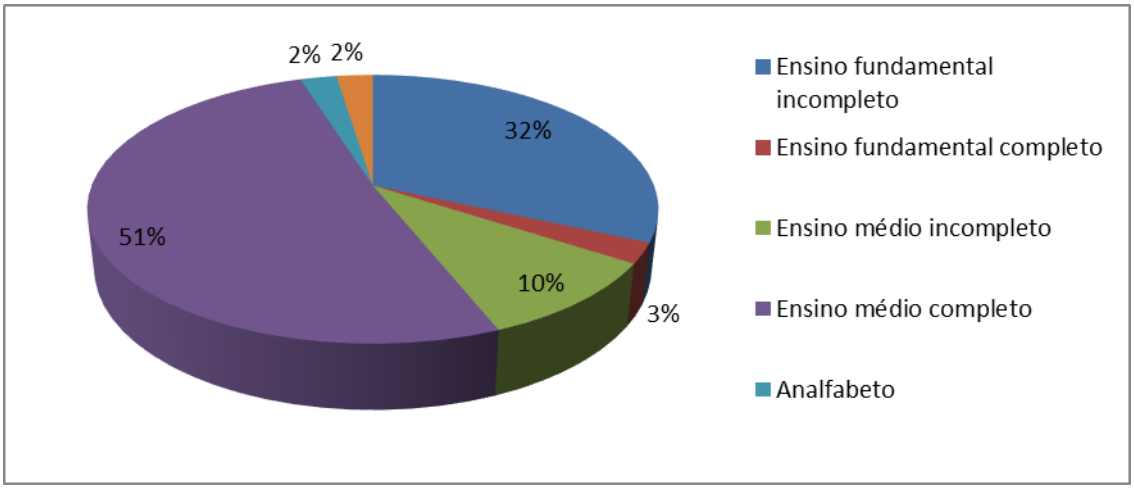
Tabela 66: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP)

Idade	Nº de beneficiários	% de beneficiários
18 e 40	22	53,66
41 e 60	16	39,02
Mais de 60	3	7,32
Total	**41**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Quanto ao nível de escolaridade, verificou-se que dos 41 entrevistados, um (1) ou 2% deles era analfabeto, 13 ou 32% tinham o ensino fundamental incompleto, um (1) ou 2% tinha o ensino fundamental completo, quatro (4) ou 10% tinham o ensino médio incompleto, 21 ou 51% tinham o ensino médio completo, um (1) ou 3% tinha o ensino superior completo (Figura 79).

Figura 79: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Quando questionados sobre o tempo de residência no lote rural, verificou-se que a maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores já é residente há mais de 20 anos no lote rural, pois esta foi a resposta de 15 ou 36,59% dos 41 entrevistados (Tabela 67).

Tabela 67: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP) em seus lotes

Tempo de moradia (anos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	4	9,76
Entre 1 e 5	10	24,39
Entre 5 e 10	7	17,07
Entre 10 e 15	3	7,32
Entre 15 e 20	2	4,88
Acima de 20	15	36,59
Total	**41**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Concernente à renda familiar, a maior parte dos entrevistados (20 ou 48,78%) informou que recebia mensalmente entre um (1) e dois (2) salários mínimos (Tabela 68).

Tabela 68: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no Assentamento Gleba XV de Novembro - Rosana (SP)

Renda familiar mensal (salários mínimos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	16	39,02
Entre 1 e 2	20	48,78
Entre 2 e 3	2	4,88
Entre 3 e 4	2	4,88
Mais de 4	1	2,44
Total	**41**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Em relação à forma de conhecimento sobre a existência do PAA, dois (2) ou 4,88% dos pesquisados informaram que souberam por meio do presidente da associação ARCA, 19 ou 46,34% deles disseram que foram avisados pelo pastor da igreja que frequentam e 20 ou 48,78% afirmaram que foram alertados por outros beneficiários do programa.

Quanto ao ano inicial de recebimento dos alimentos ofertados pelo PAA, sete (7) ou 17,07% informaram que recebem os produtos desde o ano de 2014, 12 ou 29,27% afirmaram que recebem desde 2015 e 22 ou 53,66% deles disseram que passaram a ser beneficiados pelo programa apenas a partir do ano de 2016.

Quando questionados sobre o conhecimento da proveniência dos alimentos recebidos, 39 ou 95,12% dos 41 pesquisados afirmaram que sabiam que os produtos vinham dos assentamentos rurais. Isso significa que os referidos beneficiários não sabiam informar que os produtos eram oriundos da agricultura familiar - o que não necessariamente significa ser proveniente de assentamentos rurais. Outros dois (2) ou 4,88% dos beneficiários informaram que desconheciam a origem dos alimentos recebidos.

No que se refere à avaliação dos produtos recebidos, 33 ou 80,49% dos beneficiários deram nota dez (10) aos alimentos, quatro (4) ou 9,76% deram nota oito (8), três (3) ou 7,32% deram nota nove (9) e apenas um (1) ou 2,44% deu nota seis (6). De modo geral, a avaliação feita pelos beneficiários em relação aos alimentos recebidos é bastante positiva. O entrevistado que deu nota seis (6) para os produtos recebidos

justificou afirmando que, algumas vezes, os produtos não chegam ao ponto ideal de maturação, ou chegam sem estarem maduros ou maduros demais.

Para justificar as notas positivas para os produtos recebidos, os beneficiários informaram que: - os produtos ajudam na quantidade e na qualidade da dieta alimentar em suas residências, - os alimentos oferecidos, são muitas vezes, àqueles que eles não conseguem produzir em seus lotes e, - os produtos ganhos não necessitam ser comprados e, por conseguinte, fazem com que haja uma diminuição dos gastos mensais.

Todos os 41 pesquisados informaram que recebem do programa, frutas, verduras, raízes tuberosas, tubérculos e até farinha de mandioca e que os produtos são bastante diversificados.

No tocante à avaliação dos beneficiários sobre a implementação do PAA, 29 ou 70,73% dos pesquisados afirmaram que não tinham nenhuma sugestão para melhoria ou modificação do programa, oito (8) ou 19,51% informaram que os produtos deveriam ser distribuídos em *kits*, e quatro (4) ou 9,76% disseram que pleiteavam maior organização no local de apresentação (bancas) dos produtos.

Assim como verificado nos distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado pertencentes ao município de Mirante do Paranapanema (SP), os 41 beneficiários analisados no Assentamento Gleba XV de Novembro informaram que não há distribuição de senhas para a o recebimento dos alimentos.

Vale ressaltar que ao se verificar assentados rurais sendo beneficiados por uma política pública como o PAA, identifica-se um estrangulamento do Programa, pois estes agentes territoriais beneficiários consumidores [os assentados rurais] por possuírem seus lotes têm condições de plantar e obter boa parte dos gêneros alimentícios necessários à sua dieta alimentar.

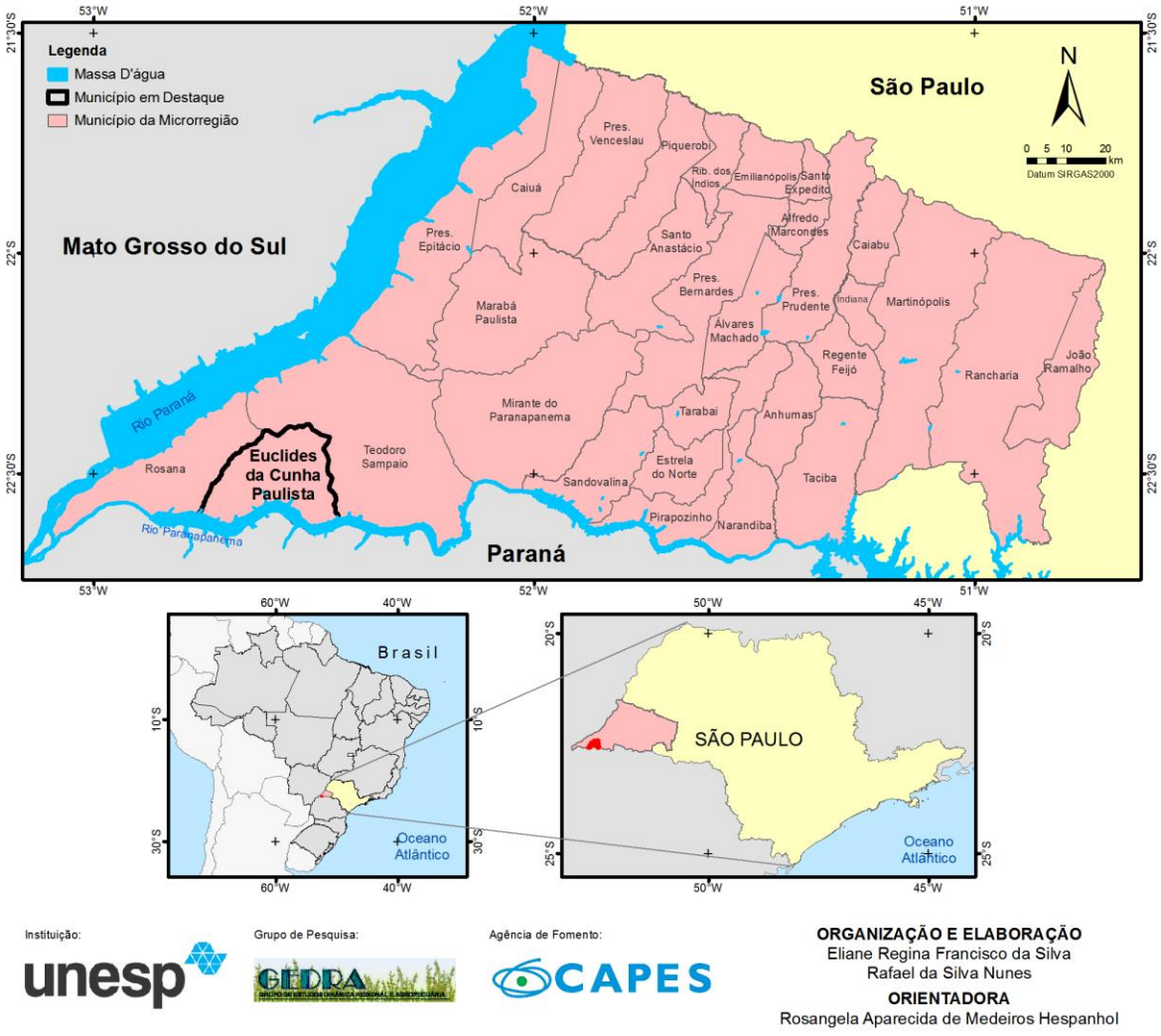
6.2.2 Os agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no Centro Comunitário Urbano do município de Euclides da Cunha Paulista (SP)

Realizamos a aplicação de formulários aos agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) (Mapa 17) porque ainda que não tenha sido esse o recorte espacial selecionado para a análise da

presente pesquisa, a associação ARCA, pertencente ao município de Rosana (SP) e faz entregas dos seus produtos a esse município.

No município de Euclides da Cunha Paulista (SP) estavam cadastradas no Departamento de Assistência Social municipal, um total de 1.041 famílias, assim aplicamos formulários a 105 representantes dessas famílias.

Mapa 17: Localização do município de Euclides da Cunha Paulista (SP) na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

O local de distribuição dos alimentos no município de Euclides da Cunha Paulista era o Centro Comunitário Urbano (Figuras 80, 81 e 82), localizado na Rua: Adriane Cristina Venâncio da Silva, n. 518, Bairro: Centro.

Figura 80: Local de distribuição dos alimentos do PAA no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Figura 81: Bancas em que ficavam expostos os produtos para a distribuição

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Figura 82: Distribuição dos alimentos sendo realizada no Centro Comunitário Urbano do município de Euclides da Cunha Paulista (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

No tocante à condição profissional dos 105 agentes territoriais beneficiários consumidores do município de Euclides da Cunha Paulista (SP), 58 ou 55,23% estavam desempregados, 21 ou 20% deles eram aposentados, 15 ou 14,29% eram pensionistas, seis (6) ou 6,89% recebiam auxílio-doença, três (3) ou 2,87% deles eram estudantes e dois (2) ou 1,90% eram funcionários públicos.

A faixa etária predominante dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados foi entre 41 e 60 anos - resposta de 43 ou 40,95% dos beneficiários entrevistados (Tabela 69).

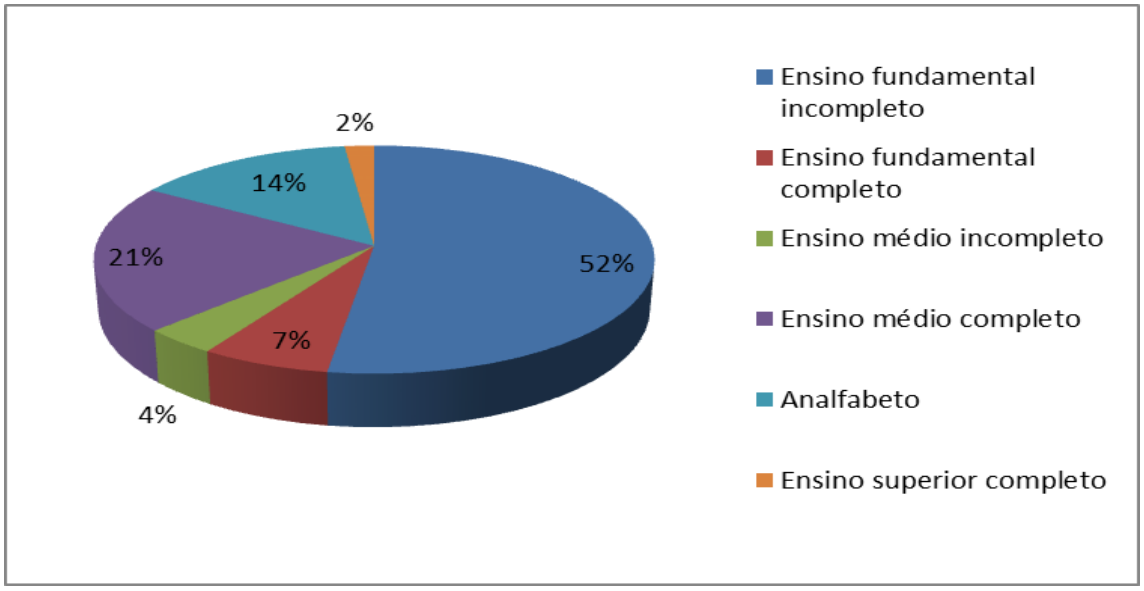
Tabela 69: Faixa etária dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)

Idade	Nº de beneficiários	% de beneficiários
18 e 40	36	34,28
41 e 60	43	40,95
Mais de 60	26	24,77
Total	**105**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

No que se refere ao nível de escolaridade analisou-se que dos 105 pesquisados, 15 ou 14% deles eram analfabetos, 55 ou 52% tinham o ensino fundamental incompleto, sete (7) ou 7% tinham o ensino fundamental completo, quatro (4) ou 4% tinham o ensino médio incompleto, 22 ou 21% tinham o ensino médio completo, dois (2) ou 2% tinham o ensino superior completo (Figura 83).

Figura 83: Escolaridade dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Quando questionados sobre o tempo de residência no município de Euclides da Cunha Paulista (SP), a maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores, ou

seja, 73 ou 69,52% deles responderam residirem há mais de 20 anos no município (Tabela 70).

Tabela 70: Tempo de moradia dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)

Tempo de moradia (anos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	5	4,76
Entre 1 e 5	12	11,43
Entre 5 e 10	3	2,86
Entre 10 e 15	4	3,81
Entre 15 e 20	8	7,62
Acima de 20	73	69,52
Total	**105**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

No tocante à renda familiar, a maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores, ou seja, 54 ou 51,43% dos 105 entrevistados disseram ganhar entre um (1) e dois (2) salários mínimos mensais (Tabela 71).

Tabela 71: Renda familiar mensal dos agentes territoriais beneficiários consumidores entrevistados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)

Renda familiar mensal (salários mínimos)	Nº de beneficiários	% de beneficiários
Menos de 1	49	46,67
Entre 1 e 2	54	51,43
Entre 2 e 3	2	1,90
Entre 3 e 4	-	-
Mais de 4	-	-
Total	**105**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2016).

Em relação à forma de conhecimento sobre a existência do PAA, 86 ou 81,90% dos 105 pesquisados informaram que souberam por meio de outros beneficiários, 16 ou 15,24% deles disseram que foram avisados pela assistência social do município e três (3) ou 2,86% afirmaram que foram alertados pela igreja que frequentavam.

Quanto ao ano inicial de recebimento dos alimentos ofertados pelo PAA, 52 ou 49,53% dos 105 pesquisados informaram que buscam os produtos desde o ano de 2013, 17 ou 16,19% afirmaram que recebem desde 2014, 18 ou 17,14% disseram que captam os produtos desde 2015 e 18 ou 17,14% deles afirmaram que passaram a ser beneficiados pelo programa apenas a partir do ano de 2016.

Quando questionados sobre o conhecimento da proveniência dos alimentos recebidos, 85 ou 80,95% dos 105 pesquisados afirmaram que sabiam que os produtos vinham dos assentamentos rurais. Do total de analisados, 17 ou 16,19% afirmaram que desconheciam a origem dos produtos recebidos e apenas três (3) ou 2,86% afirmaram que os produtos eram advindos da agricultura familiar.

Silva, M. (2013) realizou um estudo sobre o desenvolvimento do PAA em um assentamento do município de Presidente Bernardes (SP) e verificou que a população que recebe os alimentos desconhece sua origem e o funcionamento das políticas públicas, além de manterem uma visão estereotipada e negativa dos assentamentos rurais e dos processos de luta pela terra. No caso do município de Euclides da Cunha Paulista (SP), muitos dos agentes territoriais beneficiários consumidores desconhecem a origem dos alimentos recebidos, pois não entendem o conceito de agricultor familiar, mas não possuem uma visão pejorativa dos assentados rurais, haja vista que consideram que sejam apenas estes os fornecedores dos gêneros alimentícios.

No que se refere à avaliação dos produtos recebidos, 73 ou 69,52% dos beneficiários deram nota dez (10) aos alimentos, 14 ou 13,33% deram nota nove (9), sete (7) ou 6,67% deram oito (8), três (3) ou 2,86% deram nota sete (7) e oito (8) ou 7,62% deram nota cinco (5). De modo geral, a avaliação feita pelos beneficiários consumidores em relação aos alimentos recebidos é bastante positiva. Os oito (8) ou 7,62% dos beneficiários consumidores que deram nota cinco (5) afirmaram que os produtos, por vezes, não são diversificados ou não se encontram em estado de consumo em virtude de não estarem maduros ou estarem estragados.

As justificativas para as notas positivas em relação aos produtos recebidos pelos beneficiários consumidores são: - os produtos ajudam na quantidade e na qualidade da dieta alimentar em suas residências e os produtos ganhos não necessitam ser comprados e, por conseguinte, fazem com que haja uma diminuição dos gastos mensais.

Dos 105 pesquisados que informaram que recebem do programa, frutas, verduras, raízes tuberosas e tubérculos e que os produtos são bastante diversificados, apenas oito (8) ou 7,62% dos beneficiários consumidores reclamaram da falta de diversidade dos produtos.

Quanto à avaliação dos agentes territoriais beneficiários consumidores sobre a implementação do PAA, 60 ou 57,14% dos pesquisados afirmaram que não tinham nenhuma sugestão para melhoria ou modificação do programa e 45 ou 42,86% dos estudados informaram que deveria haver melhorias na organização da distribuição dos alimentos.

Assim como ocorrido nos distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado pertencentes ao município de Mirante do Paranapanema (SP), os beneficiários consumidores analisados no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) (105) informaram que não há distribuição de senhas para a recepção dos alimentos e cada um pega o que quer e o quanto deseja, mas nem todos respeitam a indicação de pegarem apenas o necessário e de terem ciência da necessidade de divisão igualitária com os demais contemplados.

Vale ressaltar que a Superintendência Regional da CONAB no estado de São Paulo determinou que, a partir do ano de 2013, os municípios que recebessem os produtos do PAA deveriam criar o Banco de Alimentos, de modo a centralizar e distribuir os alimentos por meio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS (BRASIL. CONAB, 2017). No entanto, nos municípios e distritos visitados essa determinação não foi cumprida até o momento de realização da pesquisa de campo (2016).

Por fim, vale ressaltar a relevância do PAA para os agentes territoriais beneficiários consumidores que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional haja vista que o Programa possibilita a recepção de produtos diversificados que compõem a dieta alimentar destes. Entretanto, não se pode esquecer o fato paradoxal de que alguns assentados rurais do Assentamento Gleba XV de Novembro (Rosana – SP) que por sua condição de detentores de terra teriam condições de produzir alimentos também recebem gêneros alimentícios advindos da referida política pública.

Com a não priorização da continuidade do PAA (e quase extinção do programa) por parte do governo federal atual, a adequada alimentação dos agentes territoriais beneficiários consumidores e o canal de comercialização dos agentes territoriais beneficiários fornecedores estão significativamente comprometidos.

No capítulo subsequente trataremos dos agentes territoriais institucionais e dos organizacionais ou mediadores nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) de modo a analisar a articulação (ou não) entre eles e a forma em que implementam o PAA e o PNAE nessas localidades ao desempenharem suas funções.

7 A ATUAÇÃO DOS AGENTES TERRITORIAIS INSTITUCIONAIS E DOS ORGANIZACIONAIS OU MEDIADORES NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

Sack (1986) compreende o território como uma área controlada e delimitada por alguma autoridade, uma extensão resultante de estratégias de influência, quer por indivíduos ou grupos sociais.

Saquet em sua obra "Abordagens e concepções de território" de 2010, por sua vez, considera a existência de inúmeros sujeitos que compõem o território e afirma que:

> [...] No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades. [...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior ao homem. Na relação espaço *versus* território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro, são inseparáveis, como a relação tempo histórico e articulações escalares, no território. [...] Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares (SAQUET, 2010, p. 158).

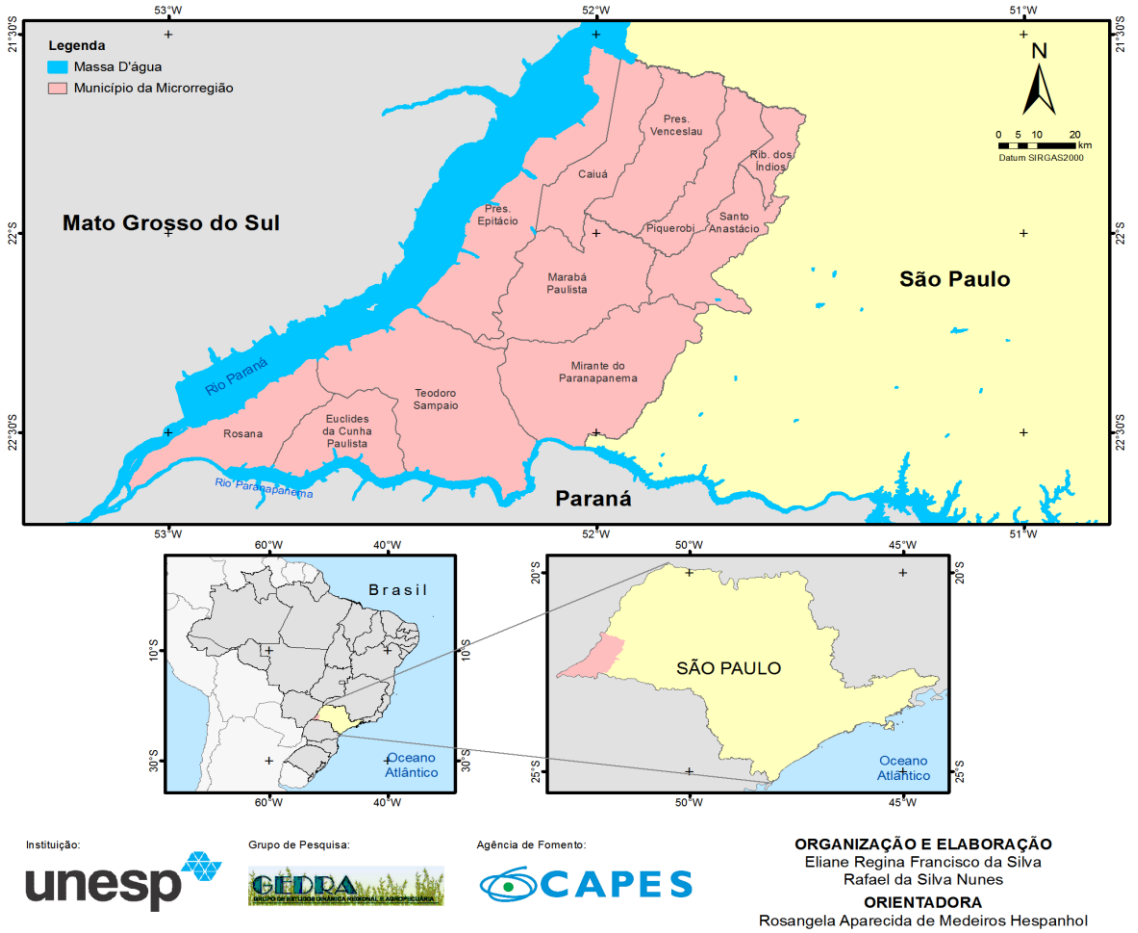
Nesse contexto, propõe-se entender como se dá a atuação dos agentes territoriais institucionais e organizacionais ou mediadores nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) para se verificar como cada um desses agentes se posiciona no território em que atua em relação ao PAA e ao PNAE. A análise se dará a partir das entrevistas concedidas por cada agente territorial com vistas a se verificar a articulação (ou não) entre eles e as suas opiniões e/ou sugestões acerca das políticas públicas estudadas.

7.1 OS AGENTES TERRITORIAIS INSTITUCIONAIS NOS MUNICÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

7.1.1 Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Venceslau (SP)

O EDR de Presidente Venceslau (SP) contempla os municípios de Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio (Mapa 18).

Mapa 18: Localização dos municípios pertencentes ao EDR de Presidente Venceslau (SP)



Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

De acordo com o diretor[158], o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Venceslau (SP), do qual os municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e Rosana (SP) fazem parte, auxilia os referidos municípios no que diz respeito à implementação do PAA e do PNAE, fomentando a produção agropecuária e a

[158] As informações sobre o EDR de Presidente Venceslau (SP) foram obtidas por meio de entrevista realizada no dia 6 de abril de 2016 junto ao médico veterinário e diretor regional dessa instituição.

organização de grupos de produtores em associações e/ou cooperativas através das Casas da Agricultura e do ITESP por meio de palestras e reuniões técnicas. O entrevistado afirma ainda que a relação dos técnicos do EDR - produtores rurais ocorre direta e indiretamente, ou seja, em determinadas ocasiões as palestras e cursos são ministrados com os técnicos do EDR e os produtores e, noutras, com os representantes das Casas da Agricultura e do ITESP (instruídos pelo EDR e, por vezes, técnicos convidados especializados no tema a ser discutido) e os produtores rurais.

O entrevistado assevera que, com a implementação do PAA, houve o fomento à participação dos produtores rurais em associações ou cooperativas. Isso por que é um dos requisitos do programa, o que não necessariamente significa que o produtor rural tenha a visão da importância que essas formas de organização social (associações e cooperativas) desempenham.

Quando questionado sobre os preços de referência para o pagamento dos produtos entregues pelos agricultores familiares ao PAA e ao PNAE, o diretor afirma que esses são compensadores, pois são "praticados acima do preço do mercado local e não sofrem oscilação" (F. M., entrevista realizada em abril de 2016).

Quanto aos produtos entregues aos referidos programas pelos agricultores familiares dos municípios pertencentes ao EDR de Presidente Venceslau (SP), o entrevistado alega que são diversificados, abarcando desde legumes, verduras e frutas até mel, frango e peixe, dependendo do município.

O diretor assegura ainda que houve uma adequação dos agricultores familiares participantes do PAA e do PNAE em relação à adoção de tecnologias em suas propriedades e/ou lotes rurais quanto ao uso de estufa e irrigação, por exemplo, por meio de recursos próprios e/ou financiamentos. No entanto, vale ressaltar que durante a pesquisa de campo a incorporação de novas tecnologias não foi verificada na maioria dos estabelecimentos rurais visitados dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), somente em alguns deles, sobretudo em virtude da necessidade de investimentos financeiros.

No que se refere ao nível (alto, médio ou baixo) de dinamismo da economia gerada pela implementação do PAA e do PNAE nos municípios pertencentes ao EDR de Presidente Venceslau (SP), o entrevistado disse ser, de um modo geral, médio, pois a

renda obtida com os referidos programas é utilizada na economia local. Nas palavras do entrevistado: "Acredito que 70% da renda obtida com os programas são gastos no próprio município" (F. M., entrevista realizada em abril de 2016).

Quanto aos aspectos positivos dos programas, o diretor elenca: o aumento na renda do produtor rural, a formação de um canal de comercialização, o aumento da produção agropecuária, a produção de alimentos de qualidade e procedência conhecida e o desenvolvimento local.

Quanto às limitações, o entrevistado afirma que no caso do PAA, ocorre a falta de recursos concedidos pelo governo federal e, no caso do PNAE, o desinteresse dos produtores em produzir em maior escala.

Diante desse cenário apontado pelo diretor, este sugere que deve haver, no caso do PAA, um aumento dos recursos concedidos pelo governo federal, já no caso do PNAE, um planejamento por parte dos produtores rurais para a produção e por parte das entidades beneficiadas para a recepção dos produtos.

No tocante ao PAA, vale ressaltar que:

> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - uma das mais exitosas ações federais de fortalecimento da agricultura familiar e de inclusão social – corre sério risco de se tornar improdutivo. Afinal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018, apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional, destina apenas R$ 750 mil ao PAA, o que é uma redução considerável em relação aos mais de R$ 255 milhões investidos em 2016 e aos R$ 330 milhões previstos para este ano (AGROEMDIA, 2018, s/p)[159].

O entrevistado informou que a importância da continuidade da implementação dos Programas está correlacionada a fatores sociais e econômicos, tanto para os produtores - que encontram, nesses programas alternativas de fonte de renda, quanto para os beneficiários consumidores que são contemplados com produtos diversificados e obtêm uma melhor dieta alimentar. Abordou ainda a questão do giro da economia local, pois se há mais pessoas recebendo pelo seu trabalho, há mais pessoas consumindo.

[159] O artigo "Cortes no orçamento de 2018 ameaçam Programa de Aquisição de Alimentos" encontra-se na íntegra no *site* <https://agroemdia.com.br/2017/10/16/cortes-no-orcamento-de-2018-ameacam-programa-de-aquisicao-de-alimentos/>. Acesso em: 6 maio 2018.

Na opinião do diretor houve aumento do volume de gêneros alimentícios produzidos e a diversificação na produção, sobretudo de olerícolas. Nesse aspecto, vale ressaltar, de acordo com Ellis (2000), que a diversificação da produção agrícola (e das fontes de renda) diminui o efeito de uma restrição no rendimento de determinado cultivo, ao passo em que "dissolve" o impacto em outras possíveis rendas, minimiza o efeito da sazonalidade dos produtos agropecuários e, ainda, o impacto dos riscos climáticos, financeiros, dentre outras possíveis tensões. Assim, a diversificação pode ser apreendida como promotora da autonomia das unidades familiares, atenuando a vulnerabilidade e a suscetibilidade à insegurança alimentar.

O entrevistado afirma que com a implementação do PAA e do PNAE há redução do êxodo rural e o estímulo à permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias, sobretudo se houver a garantia de continuidade dos programas, já que essas políticas públicas permitem uma renda alternativa aos produtores rurais e, por conseguinte, possibilitam sua fixação no campo. Essa afirmação se mostrou completamente oposta ao que opinaram os agricultores entrevistados, pois estes informaram que os jovens não têm a pretensão de continuar residindo e/ou trabalhando no campo em decorrência das dificuldades enfrentadas, como por exemplo, o trabalho árduo e o retorno financeiro não compatível com os custos de produção. Diante disso, concluímos que o referido agente territorial institucional, como denominamos o diretor do EDR de Presidente Venceslau, foi muito otimista em relação às políticas públicas estudadas (PAA e PNAE), sobretudo quanto à permanência dos jovens no campo em termos de moradia e reprodução social. Ao mesmo tempo, verificamos que há um distanciamento significativo do responsável pelo EDR de Presidente Venceslau que não permitiu a captação da avaliação dos produtores rurais sobre a permanência dos jovens no campo.

7.1.2 Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)[160]

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) é a entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo, assim como o reconhecimento das Comunidades de Quilombolas. É vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, atuando em todo o território do estado de São Paulo, o ITESP tem como objetivo promover a democratização do acesso à terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, quilombolas, posseiros, implementando também políticas de desenvolvimento sustentável para as comunidades com as quais atua (ITESP, 2016).

O entrevistado do ITESP do município de Mirante do Paranapanema (SP) informou que foi o responsável pela elaboração dos projetos do PAA, no caso das associações de produtores rurais assentados. No município de Rosana (SP), o entrevistado assevera que foi o responsável por buscar em Presidente Epitácio (SP), informações (requisitos para implantação, possíveis beneficiários, questões burocráticas, dentre outras), já que o referido município tinha mais experiência com essa política pública. Além disso, segundo o entrevistado, fica a cargo dessa instituição, a elaboração dos projetos do PAA, no caso das associações de produtores rurais assentados. No tocante ao PNAE, o técnico de desenvolvimento agrário informa que o ITESP mantém uma parceria com a prefeitura municipal, assistência social e outros órgãos públicos – no entanto, não soube e/ou não quis pormenorizar as ações dessa parceria.

No início da implantação do PAA e do PNAE no município de Mirante do Paranapanema (SP), as principais dificuldades enfrentadas, de acordo com o entrevistado foram: a falta de informação sobre os programas e de organização e planejamento da produção por parte dos produtores rurais. As mesmas dificuldades foram apontadas pelo entrevistado do município de Rosana (SP).

[160] As informações sobre o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio de entrevista realizada no dia 4 de março de 2016 junto ao zootecnista dessa instituição. Enquanto que as informações sobre o referido Instituto do município de Rosana (SP) foram obtidas por meio de entrevista realizada no dia 8 de abril de 2016 junto ao técnico de desenvolvimento agrário e tecnólogo ambiental dessa instituição.

Em ambos os municípios pesquisados, os responsáveis pelo ITESP apontaram, de modo geral, os seguintes aspectos positivos: a criação de um canal de comercialização dos produtos, a geração de renda para as famílias participantes, o estímulo do produtor à fixação no campo (inclusive àquelas que já estavam prestes a sair do campo), o fomento à participação numa organização social (associação), o giro da economia local e a oferta de alimentos de boa qualidade (tanto para às pessoas que necessitam para o consumo, no caso do PAA, quanto para os alunos nas escolas, no caso do PNAE).

. Quanto aos aspectos negativos, sobretudo no que se refere ao PAA, o entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) sublinhou a limitação orçamentária governamental que gerou a exclusão de algumas propostas encaminhadas à CONAB e à dificuldade de ter pessoas capacitadas para a prestação de contas, ou seja, dificuldades burocráticas. O entrevistado de Rosana (SP) mencionou o baixo valor da cota do PAA por produtor. Nada foi relatado quanto ao PNAE.

A sugestão para a melhoria na implementação do PAA apontada tanto pelo entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto do município de Rosana (SP) foi o aumento do valor da cota a ser entregue por cada produtor. No entanto, o PAA não é uma política pública prioritária do Governo atual. De acordo com Oliveira, C. (2017) que publicou o artigo intitulado "Agricultores temem extinção do Programa de Aquisição de Alimentos", "[...] Cortes orçamentários para o setor, que passam de 90%, começam a prejudicar a agricultura familiar."[161]

No que se refere ao PNAE foi feita a sugestão pelo entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) da criação de convênios entre prefeituras municipais para o escoamento da produção, já que no município em análise, há uma oferta de produtos maior que a demanda. Enquanto que a proposta do entrevistado do município de Rosana (SP) foi a capacitação dos produtores rurais para o aumento da produtividade para atingir e/ou superar os 30% mínimos exigidos por lei.

[161] A citação não possui paginação, pois se encontra num artigo digital disponibilizado no *site*: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/contag-teme-extincao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 25 abr. 2018.

7.1.3 Casas da Agricultura dos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana(SP)[162]

As funções da Casa da Agricultura, segundo o médico veterinário da referida instituição do município de Mirante do Paranapanema (SP), são "promover a extensão rural através da assistência técnica e responder pelos programas estaduais" (P. F. T. V. R., entrevista realizada março de 2016). Resposta semelhante foi dada pelo engenheiro agrônomo da referida instituição do município de Rosana (SP): "[...] promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas, com o envolvimento da comunidade, entidades parceiras e todos os segmentos dos negócios agrícolas" (J. L. M., entrevista realizada em abril de 2016).

No município de Mirante do Paranapanema (SP), o entrevistado afirma que é responsável por fiscalizar as condições físicas e biológicas dos produtos de origem animal e informa que não tem contato direto com a implementação do PAA. No entanto, o médico veterinário assinala que no início da implantação dos referidos programas não houve uma pré-seleção dos participantes. Os interessados se organizaram em associações para participar do PAA e, no caso do PNAE, concorreram à chamada pública individualmente. No município de Rosana (SP) o entrevistado afirma que é responsável por prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais e informa que não tem contato direto com a implementação do PAA e PNAE. Segundo ele, "por que não têm associações de produtores rurais convencionais no município, só de assentados rurais e, essas são de responsabilidade do ITESP" (J. L. M., entrevista realizada abril de 2016). Quanto ao PNAE, o entrevistado salienta que "[...] a participação dos produtores ocorre individualmente e estes não nos procura para ter acesso ao programa" (J. L. M., entrevista realizada em abril de 2016).

Quanto aos pontos positivos dos programas estudados, o entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) elenca: a oferta de alimentos para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar, o aumento na renda dos produtores rurais e a participação dos produtores em associações. Em contrapartida,

[162] As informações sobre a Casa da Agricultura do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 11 de março de 2016 junto ao médico veterinário dessa instituição. No município de Rosana (SP) as informações foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 8 de abril de 2016 junto ao engenheiro agrônomo dessa instituição.

assinala como ponto negativo, a diminuição do comércio dos gêneros alimentícios em feiras livres, já que são muitos os beneficiários do PAA. Em oposição a esta realidade, Marioto (2013), em sua dissertação de mestrado verificou que por meio da implementação do PAA no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) foi organizada uma feira livre para a comercialização de produtos agrícolas.

Já o entrevistado do município de Rosana (SP) aponta como pontos positivos dos programas em análise: o aumento na renda dos produtores rurais, a formação de um canal de comercialização com venda garantida e o estímulo à permanência dos mais jovens no campo ou o seu retorno às atividades agropecuárias em virtude da obtenção de renda complementar. No caso, especificamente, do PAA, há a oferta de alimentos para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. Entretanto, indica como pontos negativos, o baixo valor da cota a ser atingida pelos produtores e a falta de planejamento da produção por parte dos produtores que implica numa produção acentuada de determinados produtos, tais como, alface, cebolinha, salsa, coentro, dentre outros, e escassa doutros, como por exemplo, repolho, brócolis, couve flor, etc.

Tanto o médico veterinário da Casa da Agricultura do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto o engenheiro agrônomo da referida instituição do município de Rosana (SP) sugerem que os produtores devem promover uma diversificação produtiva e, não somente, trabalhar com cultivos de fácil manejo, tais como: alface, coentro, cebolinha, dentre outros e que deveriam elaborar um cronograma de plantio dos cultivos.

7.1.4 Divisões Municipais de Agricultura dos municípios de Mirante do Paranapanema e de Rosana (SP)[163]

De acordo com o diretor da Divisão Municipal de Agricultura do município de Mirante do Paranapanema (SP) e o técnico agropecuário da mesma instituição no

[163] As informações sobre a Divisão Municipal de agricultura do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 3 de março de 2016 junto ao diretor dessa instituição. No município de Rosana (SP), as informações foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 6 de abril de 2016 junto ao técnico agropecuário dessa instituição.

município de Rosana (SP), a Divisão tem como funções: coordenar a política agrícola do município, prestando assistência técnica e apoio a produtores rurais e fomentar e desenvolver políticas de produção familiar rural.

Segundo o entrevistado no município de Mirante do Paranapanema (SP), os programas estudados, sobretudo o PAA, se disseminaram no município com fluidez em virtude do grande número de associações que já existiam antes da implantação do programa. O referido afirma ainda que: "Houve difusão das informações sobre o PAA e o PNAE por parte da Casa da Agricultura, ITESP e Divisão Municipal de Agricultura" (J. Q. C., entrevista realizada em março de 2016). Fato interessante foi apontado pelo entrevistado do município de Rosana (SP), este informou que inicialmente PAA e PNAE não obtiveram muita adesão por parte dos produtores rurais, sobretudo em relação aos homens. Segundo ele: "[...] as mulheres organizadas em associações 'tomaram frente', principalmente no caso do PAA e somente após isso é que os homens começaram a se informar sobre essas políticas públicas" (J. L. M., entrevista realizada em abril de 2016). Diante dessa afirmação vale ressaltar a importância do PAA para as mulheres.

O entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) informou que a principal dificuldade enfrentada na implantação dos programas estudados foi a conscientização por parte dos produtores rurais em melhorar a qualidade dos produtos a serem entregues. Enquanto que o técnico agropecuário do município de Rosana (SP) disse que a falta de informação por parte dos produtores rurais em termos de funcionamento, requisitos e benefícios foi o maior obstáculo a ser transposto, por isso foram realizadas reuniões com os produtores rurais para que as dúvidas sobre as referidas políticas públicas fossem sanadas.

Quanto aos aspectos positivos, tanto o representante da Divisão Municipal de Agricultura do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto o da mesma instituição do município de Rosana (SP), convergem em citar: o recebimento seguro e/ou garantido dos produtos comercializados, a difusão da importância do associativismo (para o acesso ao PAA), o aumento na renda dos produtores rurais e a oferta de alimentos de boa qualidade para as pessoas que se encontram em situação de

vulnerabilidade alimentar e nutricional (no caso do PAA) e para os alunos (no caso do PNAE).

No município de Mirante do Paranapanema (SP), o entrevistado apontou como aspecto negativo, a burocracia. No entanto, afirma que: "[...] por se tratar de dinheiro, tem que haver transparência em decorrência de algumas denúncias de produtores utilizando a DAP de outros para a entrega de produtos" (J. Q. C., entrevista realizada em março de 2016). Já no município de Rosana (SP) foi salientada a falta de diversificação produtiva por parte dos produtores rurais - que preferem plantar cultivos que exigem menos em termos de manejo.

A sugestão feita pelo entrevistado no município de Mirante do Paranapanema (SP) para o aperfeiçoamento dos programas foi a continuidade do PAA e do PNAE sem diminuição das verbas governamentais destinadas a eles. Vale ressaltar, no entanto, que os cortes orçamentários já são realidade no que se refere ao PAA e como também já salientado, o valor *per capita* repassado pelo Governo federal, bem como a complementação de recursos pelos governos estaduais e municipais ao PNAE é insuficiente ou inexistente[164]. No município de Rosana (SP) as propostas foram: a diversificação produtiva por parte dos produtores e a capacitação destes quanto ao planejamento da produção, embalagem e armazenamento dos produtos.

7.1.5 Setor de Suprimento Escolar do município de Mirante do Paranapanema (SP)[165] e Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA do município de Euclides da Cunha Paulista (SP)[166]

O Setor de Suprimento Escolar do município de Mirante do Paranapanema (SP) é uma entidade pública vinculada à prefeitura municipal e que atua há mais de 12 anos com o PNAE. Realiza a chamada pública com os itens e quantidades que cada produtor

[164] Essa questão foi tratada no segundo capítulo dessa pesquisa por meio do trabalho desenvolvido por Stolarski e Castro, D. (2007).

[165] As informações sobre o Setor de Suprimento Escolar do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 11 de março de 2016 junto a auxiliar de serviços do referido departamento municipal.

[166]As informações sobre o Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA do município de Euclides da Cunha Paulista (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 22 de abril de 2016 junto à assistente social do município.

deverá entregar[167]. Posteriormente, ocorre o contato do Setor de Suprimento com os produtores ou vice-versa e são efetuadas as compras. Os produtos que não são provenientes dos produtores rurais são adquiridos por "pregão"[168].

Os produtos (frutas, verduras, legumes, raízes tuberosas e tubérculos, dentre outros) chegam ao Setor de Suprimento e passam pela fiscalização (auxiliar de serviços - responsável pelo recebimento) para verificação dos padrões de qualidade (boa aparência, tamanho e peso adequados). As folhosas devem ser frescas, estar lavadas e em sacos transparentes, os demais produtos necessitam estar embalados ou encaixotados corretamente e serem frescos. Posteriormente esses produtos são entregues nas sedes das entidades. A quantidade de produtos recebidos pelas entidades está correlacionada com o número de alunos e é especificada pela nutricionista da prefeitura municipal.

Quando questionada sobre a avaliação do PNAE, traduzindo em uma nota que o programa deveria receber, a entrevistada do Setor de Suprimentos afirmou que dez (10), já que o município de Mirante do Paranapanema (SP) consegue obedecer e até ultrapassar a meta mínima dos 30% dos recursos do FNDE que devem ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar. Além disso, a informante afirma que o referido programa aumenta a renda dos produtores, bem como é um canal de comercialização para estes e auxilia na fixação dos produtores no campo. No que se refere aos alunos, há uma melhoria na qualidade e na diversificação dos produtos utilizados na merenda escolar.

A auxiliar de serviços salienta que um fator limitante do PNAE é a falta de planejamento por parte dos produtores para a entrega dos produtos e, por consequência, sugere que para o melhor desempenho do programa é necessária à elaboração de um cronograma produtivo.

Cumpre lembrar que o município dispõe de uma cozinha piloto com capacidade para atender 2.153 refeições diárias, mas esta, por sua vez, não disponibiliza a merenda

[167] Com a Resolução n° 4 do FNDE, de 2015, o limite individual foi ampliado para R$ 20 mil reais ao ano, não mais restrito a uma única Entidade Executora, ou seja, cada agricultor familiar pode negociar com várias Entidades Executoras (Prefeituras e Secretarias de Educação), desde que não supere os 360 mil reais/ano e perca o enquadramento estabelecido por lei (BRASIL. FNDE, 2017).

[168]O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

de todas as dez (10) entidades escolares do município em análise, apenas de seis (6) delas, sendo três (3) estaduais e três (3) municipais. Todas as dez (10) escolas possuem cozinheiras e/ou merendeiras. As escolas que não são atendidas pela cozinha piloto do município são quatro (4), localizadas uma (1) no distrito de Cuiabá Paulista, uma (1) no Assentamento São Bento, uma (1) no bairro Paraíso e uma (1) no Assentamento Santa Clara. Nessas escolas, as cozinheiras e/ou merendeiras preparam a merenda e a distribui, enquanto que nas seis (6) que são atendidas, essas profissionais somente preparam os cafés da manhã e as saladas e servem a merenda aos alunos.

Inicialmente, tínhamos a pretensão de realizar uma entrevista com o responsável pelo Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA no município de Rosana (SP), ou seja, com um Agente territorial institucional do supramencionado município. No entanto, o referido programa não estava funcionando regularmente (sobretudo quanto à distribuição na sede do município)[169] quando realizamos a pesquisa de campo. Desse modo, entrevistamos a responsável pelo Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)[170] - que estava sendo beneficiado com parte dos produtos que eram entregues pelos agricultores familiares pertencentes à Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA) sediada em Rosana (SP).

De acordo com a assistente social entrevistada[171], o local de distribuição de alimentos no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) é o Centro Comunitário Urbano. Segundo ela, a distribuição dos alimentos ocorre para as famílias que se encontram em condições socioeconômicas desfavoráveis e que são cadastradas no Departamento de Assistência Social da prefeitura municipal. Para a recepção dos alimentos é necessário o uso da carteirinha fornecida pela assistente social municipal.

A distribuição dos alimentos ocorre às quintas-feiras e atende a 1.041 famílias, de acordo com a quantidade de alimentos disponíveis. Cumpre lembrar que, quando há

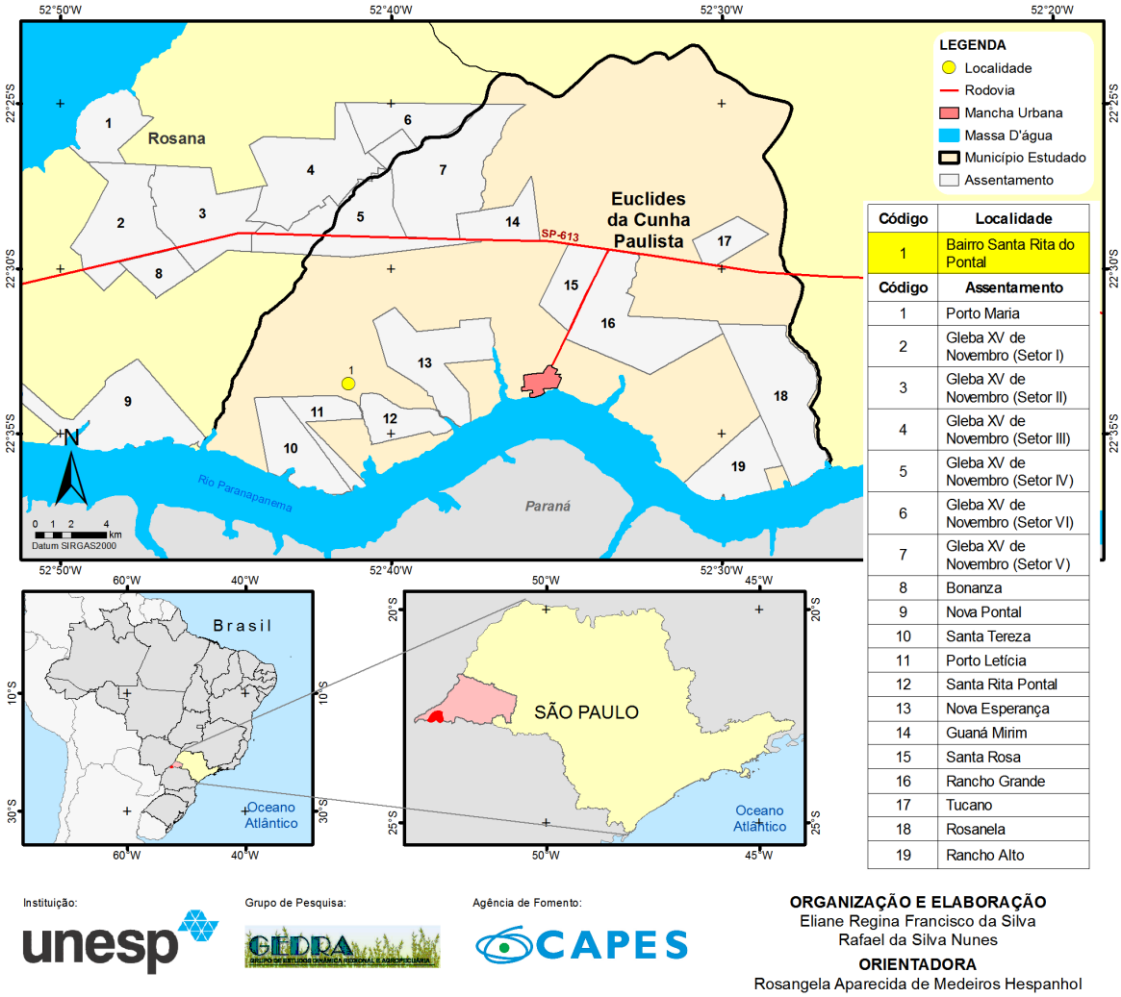
[169]No Assentamento Gleba XV de Novembro, inclusive na área territorial pertencente à Rosana (SP), estava ocorrendo a distribuição dos alimentos. Vale lembrar que parte do referido assentamento pertence ao município de Euclides da Cunha Paulista (SP).

[170] As informações sobre o Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA do município de Euclides da Cunha Paulista (SP) foram obtidas por meio de entrevista realizada no dia 21 de abril de 2016 junto ao assistente social do referido departamento municipal.

[171] Considerada em nossa pesquisa como um dos agentes territoriais institucionais.

sobras, estas são encaminhadas a beneficiários que não possuem carteirinha e que não recebem os produtos com frequência e ao Bairro Rural Santa Rita do Pontal pertencente ao município de Euclides da Cunha Paulista (SP) (Mapa 19). Quando faltam produtos para as famílias cadastradas a distribuição ocorre considerando-se a ordem de chegada dos agentes territoriais beneficiários consumidores.

Mapa 19: Localização do Bairro Rural Santa Rita do Pontal no município de Euclides da Cunha Paulista (SP)



Código	Localidade
1	Bairro Santa Rita do Pontal
Código	**Assentamento**
1	Porto Maria
2	Gleba XV de Novembro (Setor I)
3	Gleba XV de Novembro (Setor II)
4	Gleba XV de Novembro (Setor III)
5	Gleba XV de Novembro (Setor IV)
6	Gleba XV de Novembro (Setor VI)
7	Gleba XV de Novembro (Setor V)
8	Bonanza
9	Nova Pontal
10	Santa Tereza
11	Porto Letícia
12	Santa Rita Pontal
13	Nova Esperança
14	Guaná Mirim
15	Santa Rosa
16	Rancho Grande
17	Tucano
18	Rosanela
19	Rancho Alto

Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Regina Francisco da Silva e Rafael da Silva Nunes.

Os alimentos não são divididos em *kits*. "Cada um pega o que quer", segundo a informante. Ocorre ainda a entrega de parte dos alimentos às creches e à Casa da Criança do município.

Não há distribuição de senhas porque, de acordo com a entrevistada, "[...] os beneficiários sempre arrumavam um jeito de perder ou estragar a senha para tentar conseguir ter acesso aos alimentos mais rápido" (P. C., entrevista realizada em abril de 2016).

No Centro Comunitário Urbano trabalham três (3) funcionários de serviços gerais (carregamento/descarregamento, dentre outros). Todos pertencentes à prefeitura municipal, além de 14 voluntários.

Na opinião da entrevistada, o PAA beneficia as famílias que se encontram em situação socioeconômica desfavorecida e melhora a qualidade da dieta alimentar destas, além de diminuir os seus custos mensais domiciliares.

O aspecto negativo apontado pela assistente social é a falta de organização na distribuição dos alimentos. Para melhoria do Programa, a entrevistada sugere a elaboração de *kits*. Verificou-se que o aspecto negativo e a sugestão indicados não são referentes ao programa em si, mas à falta de organização em sua implementação.

A assistente social afirma que o PAA não consegue fixar os jovens no campo ou possibilitar o seu retorno às atividades agropecuárias, já que, segundo ela, "[...] eles preferem estudar e trabalhar na cidade". Entretanto, a entrevistada salienta que o referido programa "[...] melhora as condições socioeconômicas daqueles produtores rurais que se encontram no campo" (P. C., entrevista realizada em abril de 2016).

Resumidamente, percebeu-se que os agentes territoriais institucionais pesquisados, tanto no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no município de Rosana (SP), veem no PAA e no PNAE uma oportunidade para o escoamento da produção dos agricultores familiares, bem como uma alternativa de renda e um incentivo à fixação dos produtores no campo - ainda que tenham apontado algumas limitações das referidas políticas públicas, como por exemplo, a falta de recursos concedidos pelo governo federal e, no caso do PNAE, o desinteresse dos produtores em produzir em escala, dentre outras. No entanto, verificou-se um certo distanciamento da realidade quando realizamos a entrevista com o diretor do EDR de Presidente Venceslau em que foi afirmado que há uma redução do êxodo rural e o estímulo à permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias quando da participação dos agricultores familiares no PAA e/ou PNAE. Isso nos levou a acreditar que possa não

estar ocorrendo uma articulação dentre os agentes territoriais envolvidos na implementação do PAA e/ou PNAE.

7.2 OS AGENTES TERRITORIAIS ORGANIZACIONAIS OU MEDIADORES NOS MUNCÍPIOS DE MIRANTE DO PARANAPANEMA E ROSANA (SP)

7.2.1 Conselhos Municipais

De acordo com Fornazier (2015), com a Constituição Federal, aprovada em 1988, surgem propostas de criação de espaços participativos - como por exemplo, os Conselhos Municipais - com a finalidade de aproximar os agentes sociais do Estado. Com a referida Constituição se abriu espaço ao terceiro ente federativo que no país é o município, com ações mais descentralizadas[172].

Vale ressaltar, no entanto, segundo Arretche (1996) em seu artigo "Mitos da Descentralização: maior democracia e eficiência nas políticas públicas?" que muito dos resultados positivos não são oriundos da descentralização. A autora se fundamenta em alguns argumentos. Quanto ao primeiro que diz respeito à expectativa de que a descentralização seria condição necessária à democratização do processo decisório, a autora explica:

> [...] penso que, qualquer que seja o conteúdo da proposta de democracia ao qual se esteja filiado, os princípios e valores que o sustentam devem se encarnar em instituições concretas, as quais têm variado ao longo do tempo. Dado que permanecerão existindo questões que devem ser processadas pelos distintos níveis de governo, o caráter democrático do processo decisório depende menos do âmbito no qual se tomam decisões e mais da natureza das instituições delas encarregadas. Além disso, a associação entre centralismo e autoritarismo pode ser mais bem explicada pelo exame da forma pela qual se associaram historicamente, no processo de formação dos distintos Estados nacionais, estruturas administrativas do governo central e elites locais e/ ou regionais. É a maior ou menor capacidade de absorção/cooptação/integração dessas elites no Estado centralizado que estimularia essas mesmas elites a identificar descentralização e

[172] O município passou a ser considerado a instância adequada para a execução, a gestão e a fiscalização das políticas públicas (HESPANHOL, R., 2008).

> democratização em suas demandas por maior participação no processo político (ARRETCHE, 1996, s/p[173]).

Quanto ao segundo argumento que versa sobre a expectativa de que a descentralização implicaria num esvaziamento das funções do governo central, Arretche (1996) afirma:

> [...] creio que o exame do caso brasileiro aponta na direção oposta. [...] o sucesso de reformas do Estado de tipo descentralizador supõe uma expansão seletiva das funções do governo central, mais especificamente o fortalecimento de suas capacidades administrativas e institucionais na condução e regulação de políticas setoriais implementadas pelos governos subnacionais e do próprio processo de descentralização. Essa função se torna ainda mais relevante em países caracterizados por disparidades intra-regionais muito significativas, como é o caso do Brasil (ARRETCHE, 1996, s/p[174]).

Por fim, com relação à possibilidade de que a descentralização viabilize formas de controle sobre a ação dos governos dada a proximidade entre eleitos e eleitores e que, portanto, esta implique na redução do emprego de recursos públicos para fins clientelistas, a autora salienta:

> [...] parece-me que essa expectativa deve ser examinada antes sob o ângulo da natureza das instituições encarregadas da prestação dos serviços do que sob o ângulo da escala de prestação de serviços. Nesse sentido, não há uma relação necessária entre descentralização e redução do clientelismo: este pode ocorrer em qualquer escala de operações. Na verdade, a redução do clientelismo supõe a construção de instituições que garantam a capacidade de *enforcement*[175] do governo e a capacidade de controle dos cidadãos sobre as ações deste último (ARRETCHE, 1996, s/p[176]).

Em termos gerais, muito tem se falado na versão positiva da descentralização (a criação dos Conselhos municipais, por exemplo), no entanto, Arretche (1996) apontou críticas a esse processo que merecem ser consideradas desde a necessidade de uma

[173]A citação não possui paginação, pois se encontra num artigo digital disponibilizado no *site*: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.
[174]A citação não possui paginação, pois se encontra num artigo digital disponibilizado no *site*: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.
[175] Nesse sentido, leia-se: atuação.
[176]A citação não possui paginação, pois se encontra num artigo digital disponibilizado no *site*: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

melhor articulação entre os entes federativos até a indispensável atuação mais eficiente do governo e um maior controle dos cidadãos diante dessa atuação.

Ainda assim, Fornazier (2015) afirma que os Conselhos foram criados nas diversas áreas como saúde, educação, dentre outras. O objetivo era cooperar na elaboração de demanda dos agentes sociais e fiscalizar as ações, por meio da prestação de contas. Na opinião do autor, a descentralização também foi uma maneira encontrada de melhorar a gestão dos recursos, sobretudo em um cenário de crises econômicas no final da década de 1980. No entanto, a construção desses espaços nem sempre ocorre de forma harmoniosa, fomentando a integração dos vários representantes. Assim, em alguns espaços, a decisão pode centrar-se mais próxima dos agentes locais, e em noutros, pode abranger apenas alguns representantes e não a maioria. Pode haver ainda situações em que, mesmo existindo o espaço, seu papel de representatividade e de participação pode ser imperceptível.

Diante desse cenário, torna-se interessante verificar como se dá a atuação de alguns Conselhos que estão correlacionados às políticas públicas e, em específico, as que são foco desse trabalho.

7.2.1.1 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) dos municípios de Mirante do Paranapanema[177] e Rosana (SP) [178]

Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) do município de Mirante do Paranapanema (SP) compete:

> Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal;
> Promover a integração dos vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte;
> Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual e anualmente o Programa de Trabalho Anual e acompanhar a sua execução;

[177] As informações sobre o CMDR de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da Ata do referido Conselho e através da entrevista realizada no dia 10 de março de 2016 junto ao médico veterinário da Casa da Agricultura do referido município e presidente do CMDR.
[178] As informações sobre o CMDR de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da Ata do referido Conselho e através da entrevista realizada no dia 17 de abril de 2016 junto ao agricultor, pecuarista e presidente do CMDR.

> Manter intercâmbio com os conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum e;
> Assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas à agropecuária e ao abastecimento alimentar (sic)[179].

O referido Conselho é constituído por:

> Um (1) representante titular e um (1) suplente da prefeitura municipal;
> Um (1) representante titular e um (1) suplente do Escritório de Desenvolvimento Regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, indicados pelo Coordenador;
> Um (1) representante titular e um (1) suplente do Escritório de Defesa Agropecuária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, indicados pelo Coordenador;
> Um (1) representante titular e um (1) suplente da Associação/Sindicato dos produtores rurais, pelo mesmo indicado;
> Um (1) representante titular e um (1) suplente da Cooperativa Rural, pelo mesmo indicado;
> Um (1) representante titular e um (1) suplente do Sindicato dos trabalhadores rurais, pelo mesmo indicado;
> Um (1) representante titular e um (1) suplente da Fundação ITESP, pelo mesmo indicado.
> 1º) No caso da inexistência de Associação/Sindicato ou Cooperativa, deverá ser garantida a participação de representantes dos produtores e trabalhadores rurais;
> 2º) Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural são designados por ato do prefeito municipal;
> 3º) O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é de dois (2) anos, facultada a recondução, após nova indicação (sic)[180].

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) do município de Rosana (SP) possui as mesmas atribuições que o de Mirante do Paranapanema (SP) e visa desde o estabelecimento de parâmetros para a política agrícola municipal até o assessoramento do Poder Executivo Municipal em relação aos agronegócios.

A composição do Conselho do município de Mirante do Paranapanema é a mesma que a de Rosana (SP) e é constituído por 14 membros, sendo sete (7) titulares e sete (7) suplentes.

Ambos os entrevistados do município de Mirante do Paranapanema e o de Rosana (SP) informaram que o CMDR não auxilia na execução do PAA e do PNAE, porque, segundo eles, existem departamentos municipais específicos com essa

[179] O texto original encontra-se na Ata do referido Conselho.
[180] O texto original encontra-se na Ata do referido Conselho.

finalidade. Desse modo, os representantes não sabiam dar informações mais detalhadas sobre os programas quanto ao número de agricultores familiares participantes, possível seleção de agricultores para participação, tipos de produtos produzidos, dentre outras.

Na opinião do entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP), os programas têm como pontos positivos: a melhoria na qualidade da alimentação dos beneficiários, o aumento na renda dos produtores e a criação de canais de comercialização para estes. Em contrapartida, tem como ponto negativo: a questão burocrática para acesso. Já o entrevistado do município de Rosana (SP) elencou para além dos pontos positivos lembrados pelo representante do município de Mirante do Paranapanema (SP), o pagamento seguro aos produtores pela comercialização de seus produtos. Entretanto, considera haver uma oferta maior de produtos a serem comercializados que a demanda.

Tanto o entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto o de Rosana (SP) afirmaram que a continuidade do PAA e do PNAE é crucial para a manutenção da renda dos produtores rurais.

O entrevistado de Mirante do Paranapanema (SP) afirma que houve um aumento na produção e não uma diversificação da oferta de alimentos no município por meio da implantação dos referidos programas. Isso porque, segundo ele, os produtores plantam o que é mais fácil de se produzir.

Sobre esse aspecto, Souza, L. (2012, p. 33) afirma que diante do cenário de produção da agricultura familiar no estado de São Paulo, verifica-se que:

> [...] um dos efeitos do advento do mercado institucional - primeiro com o PAA e, mais recentemente, com o PNAE - sobre o universo da agricultura familiar, não apenas no Estado de São Paulo, mas em todo Brasil [é] o impulso à diversificação da produção.

A afirmação do referido autor lembra que há, com a criação dos mercados institucionais, um fomento à diversificação produtiva, mas isso, como se verifica na fala do presidente do CMDR do município de Mirante do Paranapanema (SP), nem sempre se materializa.

Entretanto, o entrevistado de Rosana (SP) afirma que houve um aumento na produção e na oferta de alimentos no município por meio da implantação dos referidos

programas. Houve, por exemplo, segundo ele, a produção de polpas de frutas - o que não havia antes da implantação do PAA e do PNAE. Em outros termos, no caso de Rosana (SP), a afirmação de Souza, L. (2012) sobre a diversificação produtiva se confirma.

Tanto o entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto o do município de Rosana (SP) acreditam que o PAA e o PNAE possibilitam a redução do êxodo rural dos municípios porque são fontes de renda e canais de comercialização para os produtores rurais.

No entanto, o entrevistado do município de Mirante do Paranapanema (SP) afirma que o PAA e o PNAE não podem "estimular" a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias, apenas melhoram as condições daqueles produtores "mais velhos" que permanecem no meio rural, porque a renda obtida por esses programas é acessória e não permite que os jovens, que muitas vezes, já têm outras fontes de renda, retornem ou se fixem no campo, enquanto que o presidente do CMDR de Rosana (SP) considera que os programas em análise estimulam a permanência dos mais jovens no campo para o trabalho familiar. Ainda assim, vale ressaltar que a permanência dos jovens em decorrência da implementação do PAA e do PNAE não foi um fato verificado na pesquisa de campo no nosso recorte espacial de estudo.

Concordamos com Hespanhol, A. e Hespanhol, R. (2004), ao afirmarem que é preciso frisar que a maioria dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural da Região de Presidente Prudente não cumprem as funções a eles incumbidas em decorrência de problemas advindos da falta de articulação dos agentes locais, da deficiente participação dos membros dos conselhos, da interferência de interesses políticos partidários, da falta de projetos efetivos e de recursos para implementá-los, entre muitos outros.

A participação pode ser entendida como:

> [...] um importante instrumento e modelo de gerenciamento de políticas públicas. Todavia, participação é mais do que uma técnica. Participação é uma filosofia de gestão e uma forma de envolver significativamente os cidadãos nas decisões de políticas públicas e de programas e projetos que interferem suas vidas. Participação é uma

> dimensão da governança pública (GAVENTA; VALDERRAMA, 1999, p. 169).

A relação entre participação e poder é um ponto fundamental. Isto porque a participação na construção de diagnósticos e planejamentos pode indicar a

> [...] subversão a ordem estruturada e as relações de poder existente no território. Se a proposta do desenvolvimento territorial tem como fundamental o equilíbrio social, é essencial a busca por melhor compartilhamento de decisões e poder. Isto, porém, não se apresenta somente na proposição, mas, sobretudo, na prática (GAVENTA; VALDERRAMA, 1999, p. 170).

Em outros termos, a deficiente participação dos membros dos conselhos citada por Hespanhol, A. e Hespanhol, R. (2004) influenciam negativamente na gestão das políticas públicas em prol, nesse caso, dos agentes territoriais beneficiários fornecedores e consumidores do PAA e do PNAE. É preciso lembrar, segundo Souza, P. (2012, p. 80), que há também os fatores de paridade entre os membros: "[...] enquanto alguns possuem conhecimentos técnicos, jurídicos e poder de argumentação política, outros não".

Quanto à interferência de interesses políticos partidários, vale ressaltar que há uma tendência expressiva por parte dos prefeitos considerarem o conselho como um poder paralelo, pois ainda que este não tenha poder de deliberação, os recursos que chegam por seu intermédio necessitam da sua chancela, fazendo com que parte dos prefeitos procure influenciar na sua constituição e até na definição das suas ações ou meramente inviabilizem o seu funcionamento efetivo (HESPANHOL, A.; HESPANHOL, R., 2004).

7.2.1.2 Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) dos municípios de Mirante do Paranapanema[181] e Rosana (SP)

No plano federal há o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que é um instrumento de articulação entre o governo e a sociedade civil na

[181] As informações sobre o COMSEA de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da Ata do referido Conselho e através da entrevista realizada no dia 10 de março de 2016 com o engenheiro ambiental e presidente do COMSEA do referido município.

proposição de diretrizes para as ações na área de alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, o referido Conselho tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na elaboração de políticas e na definição de orientações, para que o país garanta o direito humano à alimentação. O referido Conselho fomenta a participação da sociedade civil na formulação, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e considera que a organização da sociedade é uma condição fundamental para as conquistas sociais e para a superação definitiva da exclusão (CALDEIRA, 2008).

Peliano (2001) ao estudar a assistência alimentar nas políticas governamentais afirma que *à priori*, o CONSEA funcionou por aproximadamente dois (2) anos e, nesse curto período, desempenhou papel salutar na descentralização do PNAE, conferindo prioridade no programa de distribuição de leite como estratégia de combate à desnutrição materna e infantil. A autora afirma ainda que no governo de Fernando Henrique Cardoso, o referido Conselho foi extinto e se intensificou o processo de fragmentação nas políticas de combate à fome, mas no governo Lula, o CONSEA foi retomado. De acordo com Machado (2017), recriado em 2003, compete ao CONSEA, dentre outras atribuições, propor à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com base nas deliberações das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Da mesma forma que o Conselho Nacional atua para articular governo e sociedade civil, no plano federal, na formulação de propostas de segurança alimentar e nutricional, os Conselhos Municipais podem desempenhar esse papel no plano municipal (BRASIL. CONSEA., 2011).

Os objetivos e as competências do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) são: a) propor as diretrizes gerais para a elaboração e implantação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e para a implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no município, implementadas pelo seu órgão executor e demais órgãos e entidades envolvidos no estado ou município; b) articular e mobilizar a sociedade civil organizada; c) realizar e/ou patrocinar estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e

nutricional; d) criar câmaras temáticas para acompanhamento permanente de temas fundamentais na área da segurança alimentar; e) promover a participação e o controle social e, f) contribuir para a inserção do estado/município no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL. CONSEA., 2011).

Compete ao COMSEA do município de Mirante do Paranapanema (SP):

> 1) Acompanhar as ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional;
> 2) Propor as diretrizes da política e do plano municipal de segurança alimentar e nutricional;
> 3) Articular áreas do governo municipal e de organizações da sociedade civil para implementação de ações que visam promover a segurança alimentar e nutricional;
> 4) Propor ações emergenciais para atendimento à população em situação de insegurança alimentar e ações de educação alimentar e nutricional;
> 5) Propor e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública;
> 6) Ampliar as condições de acesso a alimentos de qualidade;
> 7) Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
> 8) Produzir conhecimento e acesso à informação;
> 9) Desenvolver atividades integradas com os Conselhos Estadual e Federal;
> 10) Elaborar diagnóstico da situação de insegurança alimentar, a realização do monitoramento e a aferição dos resultados obtidos, mediante identificação e acompanhamento de indicadores;
> 11) Realizar, incentivar e apoiar estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;
> 12) Realizar, em um período não superior a quatro (4) anos, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e;
> 13) Elaborar o seu Regimento Interno (sic)[182].

A composição do COMSEA do município de Mirante do Paranapanema (SP) é a seguinte: um (1) presidente; um (1) vice-presidente e um (1) secretário executivo. Além de representantes do poder municipal e estadual, a saber: Secretaria Municipal de Agricultura; Poder Executivo Municipal; Secretaria Municipal de Promoção Social; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde e; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo e; representantes da sociedade civil, quais sejam: Centro de Formação e Promoção Humana; Associação de Usuários do Centro

[182] O texto original encontra-se na Ata do referido Conselho.

Comunitário Urbano; Sindicato Rural Patronal; Associação Comercial e Empresarial; Usuários do PAA e Movimentos Sociais.

A diretoria do COMSEA é eleita pelos seus membros titulares para mandato de dois (2) anos, permitida uma única recondução por igual período, respeitada, sempre, a alternância de poder e de funções entre os representantes do poder público municipal e da sociedade civil.

A participação no COMSEA do município de Mirante do Paranapanema (SP) não é remunerada, sendo considerada, porém, como serviço público relevante.

As instituições representadas no COMSEA devem obrigatoriamente atuar no município.

Os conselheiros são designados pelo prefeito municipal à vista da indicação do órgão ou entidade representada no colegiado para mandato de dois (2) anos, permitida uma única recondução por igual período, e admitida sua substituição mediante indicação do respectivo órgão ou entidade.

A falta não justificada a três (3) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas deve ser comunicada pelo COMSEA ao prefeito municipal para deliberação acerca da perda do mandato e da nova designação.

A perda de mandato de membro do COMSEA deverá por este ser comunicada formalmente ao destituído e ao órgão ou entidade representada, a fim de que a indicação de novo membro se faça no período de 15 dias.

O COMSEA do município de Mirante do Paranapanema (SP) poderá instituir comissões ou grupos de trabalho de caráter permanente ou transitório, para estudar e propor medidas específicas.

O entrevistado encontra-se na função de presidente do COMSEA há 11 meses[183] e foi eleito, como manda o regimento, por meio de votação dos membros titulares do referido Conselho. O COMSEA funciona no município de Mirante do Paranapanema (SP) desde o ano de 2015.

O presidente do referido Conselho informou que fiscaliza os produtos entregues para a merenda escolar, verificando a sua qualidade, além de ter contato com os produtores rurais e com as associações de produtores rurais.

[183] Considerando-se o mês de março de 2016.

No que diz respeito, especificamente, aos aspectos positivos do PNAE, o entrevistado infere que este é um canal de comercialização sem a presença de intermediários e que o programa possibilita a melhoria na qualidade da alimentação dos beneficiários. Quanto ao aspecto negativo, o referido frisa a falta de comprometimento dos produtores rurais com a qualidade dos produtos entregues e que, por tal motivo, aponta a melhoria da qualidade dos produtos como uma opção de aperfeiçoamento do supramencionado programa.

No município de Rosana (SP), o COMSEA é representado pelo CAE - diferentemente do que ocorre no município de Mirante do Paranapanema (SP) - em que os dois (2) Conselhos possuem representantes diferentes.

7.2.1.3 Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) dos municípios de Mirante do Paranapanema[184] e Rosana (SP)[185]

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) existe desde o ano de 2000 para fiscalizar os recursos federais destinados à merenda escolar e garantir as boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos nas instituições de ensino. Instituído por medida provisória, posteriormente ele passou a ser previsto pela lei nº 11.947/2009, que regulamenta a Alimentação Escolar. Sua criação está relacionada à descentralização dos repasses do PNAE, do MEC, que passaram a ser realizados diretamente aos municípios e estados sem a necessidade de convênios e acordos similares, objetivando dar maior agilidade ao processo. Composto de representantes da sociedade civil, de trabalhadores da Educação, de pais e de discentes, cabe ao órgão analisar uma série de ações, que incluem desde a produção dos alimentos até a prestação de contas dos gastos relacionados ao assunto. Também é tarefa do CAE emitir um parecer anual sobre o uso desses recursos pela rede de ensino - trabalho que exige precisão, já que é com base

[184] As informações sobre o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 28 de março de 2016 junto à professora municipal e presidente do referido Conselho.

[185] As informações sobre o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Rosana (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 14 de abril de 2017 junto à pedagoga e presidente do referido Conselho.

nesse relatório que será determinada a continuidade ou a interrupção dos repasses do FNDE para a alimentação escolar (BALMANT, 2012).

A participação da comunidade na operacionalização do PNAE através dos CAEs permite o sentimento de pertencimento no processo de construção de algo para o bem comum, "[...] essencial à consciência coletiva, isto é, o empoderamento do indivíduo em prol do coletivo, num relacionamento de respeito e compromisso social" (SOUZA, G.; OLIVEIRA, A.; TAKENAKA, 2014, p. 15).

As atribuições do CAE no município de Mirante do Paranapanema (SP), segundo a presidenta do referido Conselho são: verificar a qualidade dos alimentos comprados para a merenda escolar, assim como as suas condições de transporte, armazenamento e preparo; apoiar o trabalho da nutricionista municipal na elaboração dos cardápios a serem utilizados nas escolas; visitar as escolas ao longo do ano e verificar *in loco* a qualidade da merenda servida; e acompanhar o processo licitatório para a compra de alimentos.

As atribuições do CAE do município de Rosana (SP), segundo o seu regimento interno apresentado pela presidenta do referido Conselho são:

> I) Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
> II) Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
> III) Receber e analisar as prestações de conta do PNAE no Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON) - FNDE[186], e remeter ao FNDE, - com parecer conclusivo, observada a legislação específica que trata do assunto;
> IV) Comunicar à Entidade Executora, as ocorrências de irregularidades com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio e furtos, para que sejam tomadas as devidas providências;
> V) Opinar na elaboração dos cardápios, observando as disposições previstas na legislação;
> VI) Acompanhar e avaliar o serviço da alimentação escolar nas escolas;

[186] O SIGECON tem por objetivo contemplar todos os procedimentos necessários para que os Conselhos de Controle Social dos Programas do FNDE, como por exemplo, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (CACS/FUNDEB), possam emitir seu parecer conclusivo sobre a prestação de contas de suas Entidades Executoras (BRASIL. FNDE, 2015).

VII) Comunicar ao FNDE o descumprimento das disposições previstas na legislação específica do PNAE;
VIII) Incentivar a realização de campanhas educativas de esclarecimentos sobre a alimentação, higiene e saneamento básico na Rede de Ensino municipal e estadual de Rosana;
IX) Levantar dados nas escolas e na comunidade com a finalidade de avaliar o PNAE no município;
X) Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-se em conta quanto à elaboração dos cardápios para a Alimentação Escolar;
§1º São atribuições, ainda, do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Rosana acompanhar e fiscalizar:
I) O direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos;
II) A universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública (municipal e estadual) de educação básica;
III) A equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária;
IV) O emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado se saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
V) O compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricionais entre os entes federados, conforme disposto no artigo 208 da Constituição Federal;
VI) A participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e municípios para garantir a execução do PNAE;
VII) A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
VIII) Sugerir medidas aos órgãos dos poderes Executivo e Legislativo do município, nas fases e elaboração do Plano Plurianual, da lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento municipal, visando:
a) As metas a serem alcançadas;
b) A aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;
c) O enquadramento das dotações orçamentárias específicas para alimentação escolar;
§ 2º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Rosana realizará e ou participará de conferências, fóruns ou seminários para tratar sobre o assunto referente à alimentação escolar – PNAE/FNDE.

> § 3º Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Rosana:
> I) Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Rosana, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
> II) Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
> III) Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas no sistema SIGECON, com a participação de, no mínimo, 50% + um (1) dos conselheiros titulares;
> IV) Elaborar, num prazo não superior a trinta dias da posse de seus membros, a revisão do Regimento Interno (sic)[187].

Tanto a presidenta do CAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto de Rosana (SP) informaram que o referido Conselho é um órgão de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento e que possui membros titulares e suplentes representantes do Poder Executivo, das entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área da educação, de pais de alunos e da sociedade civil.

Ambas as entrevistadas afirmam que todos os membros do CAE atuam de maneira voluntária e para cada um há o respectivo suplente. Os mandatos são de quatro (4) anos, mas cada membro pode ser reconduzido, de acordo com a indicação do segmento que representa. O representante do executivo pode ser indicado pelo prefeito. Já os demais integrantes devem ser eleitos em assembleia.

São atribuições do presidente, segundo a entrevistada do município de Mirante do Paranapanema (SP):

> I) Coordenar as atividades do Conselho;
> II) Convocar os membros às reuniões do Conselho;
> III) Organizar a ordem do dia das reuniões;
> IV) Conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos à pauta;
> V) Abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;
> VI) Verificar a presença dos membros;
> VII) Realizar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes e;
> VIII) Assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho (sic)[188].

[187] O texto original encontra-se na Ata do referido Conselho.
[188] O texto original encontra-se na Ata do referido Conselho.

Compete aos membros do Conselho, de acordo com a presidenta:

> I) Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
> II) Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
> III) Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
> IV) Comparecer às reuniões na hora pré-fixada;
> V) Desempenhar as funções que para as quais foram designados;
> VI) Obedecer às normas regimentais do Conselho;
> VII) Justificar seu voto, quando for o caso;
> VIII) Apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados às suas atribuições;
> IX) Apresentar retificações ou impugnações às atas e;
> X) Assinar as atas das reuniões do Conselho (sic)[189].

As competências da presidenta do Conselho, segundo a entrevistada do município de Rosana (SP), são similares às apontadas pela presidente do CAE de Mirante do Paranapanema (SP), e se referem desde a coordenação das atividades até às questões mais burocráticas, como por exemplo, a assinatura das atas aprovadas.

A presidenta entrevistada no município de Mirante do Paranapanema (SP) está na gestão do CAE há dois (2) anos[190] e foi eleita por votação dos membros do Conselho presentes em assembleia. Enquanto que a presidenta entrevistada no município de Rosana (SP) está na gestão do CAE há sete (7) anos[191], sendo que em seu primeiro mandato (2008 a 2015) foi indicada como representante da sociedade civil e no segundo (2015 a 2017)[192] como representante dos docentes da rede municipal.

Tanto o CAE do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto o de Rosana (SP) atuam desde o ano de 2001, tendo sido criados para operarem em parceria com o Governo Municipal na execução do PNAE junto aos estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino, como afirmam as presidentas entrevistadas.

A entrevistada do município de Mirante do Paranapanema (SP) afirmou que o CAE não mantem contato direto com os produtores rurais, mas em caso de problemas de qualquer natureza que envolva os produtos que compõem a merenda escolar, o

[189] O texto original encontra-se na Ata do referido Conselho.
[190]Considerando-se o mês de março de 2016.
[191]Considerando-se o mês de abril de 2017.
[192] Uma nova eleição ocorreu em novembro de 2017 e a referida presidente não pode se candidatar novamente em cumprimento ao regimento interno do CAE.

referido Conselho deve ser acionado - o que até então ainda não havia ocorrido. Enquanto que a entrevistada do CAE do município de Rosana (SP) informou que realiza reuniões quadrimensais ou quando necessário junto aos produtores rurais para o planejamento da produção. No entanto, essas reuniões não foram mencionadas pelos produtores entrevistados.

Quanto aos aspectos positivos do PNAE, as entrevistadas dos municípios de Mirante do Paranapanema e de Rosana (SP) convergem ao citar: a contribuição para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e das ações de orientação no que se refere à educação alimentar e nutricional. As presidentas não apontaram aspectos negativos e nem fizeram sugestões para a melhoria do programa em análise.

Alguns estudos mostram que nem sempre os conselhos representam os vários agentes territoriais. Com o intuito de permitir que as políticas públicas saiam dos limites territoriais municipais criou-se as políticas territoriais. No entanto, no plano de concepção, nessas políticas pouco se frisam as diferenças de poder e conflitos, já que elas ficam mais no plano gerencial. Outrossim, mesmo ampliando as ações para o território, estas estão mais no campo consultivo, pois

> [...] quando vai para a implementação de projetos, o território não é um ente jurídico e não tem autonomia em executar. Com isso, há a necessidade de buscar arranjos como retornar aos municípios para receber esses recursos. A criação de consórcios públicos permitiria resolver em parte essa problemática, porém, é um mecanismo ainda pouco presente nos projetos de desenvolvimento rural. Para a formação desses também recai sobre as diferenças de poder entre municípios, grupos sociais, etc. em questões de inadimplência com o Governo Federal (FORNAZIER, 2015, p.17).

O autor afirma ainda que, desse modo, na transição de uma política pública de seu plano de construção para a implementação, uma série de limitações vão surgindo. Os exemplos atuais revelam que as políticas territoriais ainda ficam atreladas ao município e, com isso, nas especificidades dos territórios há casos de exclusão de grupos sociais, além de maior poder de influência de alguns municípios, dentre outros - o que faz oposição ao objetivo principal da política territorial, que é o de integrar ações em um espaço maior, abrangendo os distintos agentes territoriais.

7.2.2 Nutricionistas dos municípios de Mirante do Paranapanema[193] e Rosana (SP)[194]

A nutricionista que trabalha na prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema (SP) está nessa função há 12 anos[195] e salienta que são suas atribuições, a coordenação da alimentação das escolas, creches e entidades filantrópicas municipais, no que diz respeito à elaboração de cardápios, treinamentos às cozinheiras e/ou merendeiras (sobre formas adequadas de preparo e manuseio dos alimentos e dos equipamentos de serviços) e alunos (quanto à boa alimentação tanto nas escolas quanto em suas residências) e ainda a preparação de cardápios para eventos municipais que não estão correlacionados às instituições de ensino. Enquanto que a nutricionista que trabalha na prefeitura do município de Rosana (SP) encontra-se nessa função há três (3) meses[196] para substituir a titular que estava de licença maternidade, e tem as mesmas incumbências da profissional entrevistada no município de Mirante do Paranapanema (SP).

A informante do município de Mirante do Paranapanema (SP) declarou que para a elaboração do cardápio escolar são realizados testes de aceitabilidade com os alunos e que a maioria deles consome os alimentos preparados com os produtos obtidos por meio da agricultura familiar, advindos do PNAE. A nutricionista do município de Rosana (SP) informou que para a elaboração do cardápio escolar são levadas em consideração as necessidades nutricionais dos alunos e os produtos disponíveis no município e completa [...] "Elabora-se o cardápio, considerando-se, inclusive a intolerância por parte de alguns alunos a determinados alimentos" (N. G. R., entrevista realizada em abril de 2016). Alegou ainda que há uma parceria com o CAE para que seja garantida as boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos nas instituições de ensino.

---

[193] As informações sobre a merenda escolar no município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 18 de março de 2016 junto à nutricionista da prefeitura municipal.

[194] As informações sobre a merenda escolar no município de Rosana (SP) foram obtidas por meio da entrevista realizada no dia 16 de abril de 2016 junto à nutricionista da prefeitura municipal.

[195] Considerando-se o mês de março de 2016.

[196] Considerando-se o mês de abril de 2016.

Quando questionada sobre a principal dificuldade enfrentada no início da implantação do PNAE, a nutricionista do município de Mirante do Paranapanema (SP) declarou que foi reunir e organizar os agricultores para informá-los que a compra dos gêneros alimentícios teria que estar de acordo com a elaboração do cardápio e que estes (os agricultores familiares) não poderiam produzir somente alface, por exemplo, já que olerícolas eram o que eles mais produziam. A questão da falta de planejamento por parte dos produtores em relação aos alimentos que serão entregues pelo PNAE e serão utilizados nos cardápios da merenda escolar também foi salientada pela nutricionista do município de Rosana (SP). Para tentar diminuir ou acabar com esse problema [falta de planejamento por parte dos produtores], a nutricionista do município de Rosana (SP) sugere a elaboração de um cronograma de produção.

A relação com os produtores para a aquisição dos alimentos da merenda escolar ocorre por meio de chamada pública. De acordo com a entrevistada do município de Mirante do Paranapanema (SP), "[...] já aconteceram situações em que o produtor não tinha o produto que deveria entregar, desse modo, o pedido foi feito para o próximo da lista" (A. A. M. V., entrevista realizada em março de 2016). Segundo a informante, foi realizada uma reunião com os agricultores familiares participantes do PNAE, na qual foi demonstrada a eles a quantidade média de cada alimento que deveria ser adquirido semanalmente e então foi realizado um sorteio para a ordem de entrega dos produtos.

A nutricionista do município de Rosana (SP) informou que também "[...] já ocorreram situações em que o produtor não tinha o produto que deveria entregar, desse modo, foi contatado o próximo da lista e o produtor foi notificado" (N. G. R., entrevista realizada em abril de 2016). No entanto, ao contrário do que foi relatado pela nutricionista do município de Mirante do Paranapanema (SP), não foi apontada a realização de reunião com os produtores para a tentativa de um planejamento de entrega dos produtos ao PNAE.

A merenda escolar dos dois municípios em análise é elaborada com os produtos dos agricultores familiares, mas também, com os obtidos através de "pregões", quais sejam: os produtos agrícolas não produzidos no município e os alimentos industrializados.

Tanto a nutricionista do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto a de Rosana (SP) inferiram que a adoção da compra dos produtos da agricultura familiar através do PNAE para a merenda escolar é importante, pois, segundo elas, os alimentos são de boa qualidade e têm boa aceitação por parte dos alunos, já que são diversificados: verduras, legumes, frutas, dentre outros.

Segundo a nutricionista de Mirante do Paranapanema (SP), o município consegue cumprir a lei que obriga que, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE devem ser gastos com produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e até supera esse percentual mínimo. Enquanto que, de acordo com a nutricionista de Rosana (SP), o município encontra-se com dificuldade para cumprir a referida lei, pois segundo ela, os produtores não disponibilizam os alimentos necessários à dieta alimentar dos alunos, por falta de um planejamento da produção, como já salientado.

A nutricionista do município de Mirante do Paranapanema (SP) informou que há casos de sobras de alimentos nas escolas, mas que as cozinheiras e/ou merendeiras são orientadas por ela a armazená-las em temperaturas apropriadas e servi-las no período posterior. Quando ocorre a sobra de alimentos no último período de aulas, elas são orientadas a realizar o descarte. A entrevistada do município de Rosana (SP) afirmou que também há casos de sobras de alimentos nas escolas, mas que têm sido realizados trabalhos de orientação com os alunos para o não desperdício e com as cozinheiras e/ou merendeiras para a diminuição da quantidade de alimentos a serem oferecidos nos pratos.

A adequada alimentação escolar, de acordo com a entrevistada do município de Mirante do Paranapanema (SP), é crucial, pois "[...] um aluno bem nutrido obtém melhores rendimentos escolares" (A. A. M. V., entrevista realizada em março de 2016). A nutricionista do município de Rosana (SP) salientou que "[...] muitos alunos têm na alimentação escolar, uma das principais refeições do dia, se não, a principal" (N. G. R., entrevista realizada em abril de 2016).

De acordo com a entrevistada do município de Mirante do Paranapanema (SP), o cardápio contém produtos enlatados e embutidos. Sobre esse fato a referida argumenta:

> Tentamos fornecer o cardápio mais saudável possível, porém ainda existe a compra de alguns itens enlatados, como milho verde, molho de tomate, ervilha e embutidos. No caso, da salsicha, por exemplo, há

> a compra para baratear um pouco os custos do cardápio e mesmo que não seja um produto saudável, é um dos que tem melhor aceitação por parte dos alunos (A. A. M. V., entrevista realizada em março de 2016).

Os hábitos alimentares adquiridos na escola, na opinião da referida entrevistada, influenciam muito no espaço familiar dos alunos, pois segundo ela, é na escola e principalmente, nas creches (tempo integral) que eles passam boa parte do seu dia.

Segundo a entrevistada do município de Rosana (SP), o cardápio também contém produtos embutidos (salsicha, linguiça, empanados, dentre outros) e sucos artificiais que são servidos uma (1) vez por semana. Segundo ela, os hábitos alimentares adquiridos na escola influenciam de algum modo, na alimentação no espaço familiar dos alunos, pois, muitas vezes, estes explicam para os pais, irmãos e agregados, a importância de uma boa alimentação. Informações essas que são transmitidas pela nutricionista municipal.

No que se refere à venda de lanches nas cantinas das escolas, a nutricionista do município de Mirante do Paranapanema (SP) relata:

> Sou contra a venda de produtos em cantinas nas escolas, pois a maioria não fornece alimentos saudáveis [...] somente salgadinhos, refrigerantes, doces, dentre outros – que são maléficos à saúde. Caso vendessem alimentos saudáveis, como por exemplo, lanches e sucos naturais, seria mais interessante. Ainda assim, não sou a favor de cantinas nas escolas, pois as crianças menos favorecidas [financeiramente] não têm condições de comprar, passam vontade e podem acabar tendo o rendimento escolar comprometido. As cantinas escolares não se importam com a qualidade dos alimentos servidos, somente com os lucros auferidos (A. A. M. V., entrevista realizada em março de 2016).

Diferentemente do município de Mirante do Paranapanema (SP), as escolas do município de Rosana (SP) não possuem cantinas e, por isso, a nutricionista não se posicionou sobre o assunto.

Segundo a entrevistada do município de Mirante do Paranapanema (SP), são realizadas reuniões sobre a educação nutricional em algumas escolas. No entanto, segundo ela, não há como desenvolver esse trabalho assiduamente em toda a rede municipal, pois têm que desempenhar suas funções em quatro (4) creches, quatro (4)

entidades filantrópicas, 13 escolas e em uma (1) cozinha piloto. Além de ter que preparar o cardápio de eventos (reuniões, por exemplo) municipais.

Conforme informou a nutricionista do município de Rosana (SP), são realizadas visitas às escolas para a supervisão e orientação às cozinheiras e/ou merendeiras e para a orientação dos alunos sobre a necessidade de uma alimentação saudável para a promoção de um estado de bem estar e qualidade de vida e saúde. De acordo com ela, as visitas ocorrem aleatoriamente, geralmente uma (1) vez por semestre e em todas as instituições de ensino do município.

No município de Mirante do Paranapanema (SP), a cozinha piloto está ativa ao contrário do observado em relação ao município de Rosana (SP). Sobre esse aspecto, a nutricionista do município de Rosana (SP) afirmou que houve uma melhor aceitação à merenda escolar por parte dos alunos, já que, segundo ela: "[...] os alimentos passaram a serem preparados na hora" (N. G. R., entrevista realizada em abril de 2016). A descentralização da qual a entrevistada se refere ocorreu pelo fato de que a merenda era preparada na cozinha piloto e passou a ser nas próprias instituições escolares a partir do ano de 2015.

Conforme Sobral e Costa (2008, p. 77), que estudaram a sistematização e a importância do PNAE, existem quatro (4) modalidades de descentralização da referida política pública, são elas:

> a) Estadualização: nessa esfera a Secretaria Estadual da Educação é o órgão conveniado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e executor dos recursos financeiros, repassando os gêneros alimentícios à rede estadual e/ou municipal; b) Municipalização: nessa esfera o município é o órgão conveniado com o FNDE, executor dos recursos financeiros, que adquire os alimentos e os envia prontos para consumo (cozinhas-piloto) ou não (cozinhas descentralizadas), para todas as unidades escolares municipais e/ou estaduais; c) Escolarização: caracterizada pela situação na qual o conveniado com o FNDE é a Secretaria Estadual de Educação, que recebe e repassa os recursos diretamente para as unidades escolares da rede pública estadual e municipal. O diretor da unidade escolar passa a ser o responsável por todas as atividades ligadas à aquisição e confecção da merenda escolar. d) Misto: na qual coexistem, em diferentes combinações, as situações de descentralização mencionadas.

Segundo Stolarski e Castro, D. (2007), a descentralização do PNAE para os estados e municípios significou um processo dinâmico, complexo e heterogêneo, com características específicas em cada localidade brasileira. Assim, supõe-se que cada município adota o modelo de gestão da alimentação escolar mais adequado ao contexto em que se encontra e as condições de que dispõe.

De acordo com os autores, somente na gestão centralizada os cozinheiros relataram problemas com a quantidade dos produtos da agricultura familiar entregues nas escolas. Este fato pode sugerir que a descentralização favorece o controle da quantidade e da logística da entrega, sobretudo quando a chamada pública é realizada pela própria Unidade Executora. Além disso, "[...] a descentralização da aquisição dos alimentos pressupõe uma maior aproximação e articulação das escolas com os agricultores" (STOLARSKI; CASTRO, D., 2007, p. 60).

O processo de descentralização no preparo dos alimentos também foi verificado no trabalho de Aristides (2013, p. 120) que estudou o PNAE no município de Pirapozinho (SP) e verificou que

> [...] o PNAE foi implantado em Pirapozinho em 1994, quando ocorreu a descentralização do programa, a partir da celebração de convênios com a esfera municipal, pois até esse ano a merenda era de responsabilidade da União. Em 1994 essa política foi descentralizada, ficando essa competência a cargo dos municípios. Contudo, a participação dos agricultores familiares no PNAE somente se efetivou em 2009, ano de determinação da Lei nº 11.947, que estabelece a destinação de 30% dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Segundo a presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Pirapozinho, até 1994 a alimentação escolar era preparada nas escolas, e a partir de então ela foi descentralizada, com a instalação da Cozinha Piloto, órgão responsável pelo recebimento dos alimentos, preparo e distribuição da merenda para todas as escolas estaduais e municipais, incluindo as creches e as instituições filantrópicas.

Segundo a supracitada autora, para que ocorresse o processo de descentralização da alimentação escolar no município de Pirapozinho (SP) foi necessário um trabalho coletivo entre os produtores rurais, a Casa da Agricultura e a Cozinha Piloto local para o mapeamento dos produtos disponíveis e os necessários na dieta alimentar dos discentes.

Santos, S., Costa, M. e Bandeira (2016, p. 317), apontam outras denominações às modalidades de gestão do PNAE, a saber: centralizada, descentralizada, semi-descentralizada e terceirizada.

Na centralizada:

> [...] o setor de alimentação escolar da Secretaria de Educação gerencia o recurso, através da compra dos gêneros alimentícios, planejamento orçamentário, elaboração de cardápios, supervisão e avaliação da alimentação escolar, armazenamento dos produtos e distribuição dos alimentos, que podem ser realizada de três formas:
> 1. O armazenamento é realizado em um estoque central, os quais serão, posteriormente, distribuídos às escolas que preparam as refeições;
> 2. Os fornecedores entregam os produtos diretamente às escolas, nesse caso, não há estoque central de alimentos, o estoque é feito em cada escola;
> 3. A Prefeitura ou Secretaria Estadual de Educação possui cozinhas-piloto, as quais recebem os gêneros alimentícios e preparam as refeições, e posteriormente, as transportam para as escolas.

Segundo os autores, esta é a forma de gestão mais adotada pelos estados e municípios brasileiros. Suas principais vantagens são: a escola não se responsabiliza pela aquisição dos alimentos, não há necessidade de um estoque grande nas unidades escolares, o que minimiza um possível desperdício, além de que os gêneros podem ser comprados com um preço mais baixo devido ao grande volume adquirido. Por outro lado, as desvantagens são a necessidade de um maior controle do armazenamento, para que não ocorra desperdício; a falta de uma equipe habilitada e específica para esta atribuição e de um espaço físico suficiente para sua adequada execução.

Na descentralizada:

> [...] os recursos são repassados diretamente às escolas. Estas fazem as compras dos gêneros alimentícios a serem utilizados na alimentação escolar. Para isso, se faz necessário à criação de unidades executoras representativas da comunidade escolar, como, por exemplo, a associação de pais e mestres, conselho escolar, entre outros, as quais são responsáveis pelo recebimento e pela execução dos recursos financeiros.
> Além das atividades habituais de recebimento e armazenagens dos gêneros alimentícios, preparo e distribuição das refeições, as escolas assumem as atividades gerenciais, tais como compra e planejamento sobre fiscalização da Secretaria de Educação (SANTOS, S.; COSTA, M.; BANDEIRA, 2016, p. 318).

As principais vantagens dessa forma de gestão são: a compra pode considerar os alimentos regionais e, sobretudo, os produtos produzidos pela agricultura local, fortalecendo a economia da região; adequa um cardápio, de acordo com as características alimentares dos alunos. A desvantagem evidenciada é a ausência de uma equipe qualificada que garanta a qualidade na execução do programa, bem como o alcance de seus objetivos de forma efetiva.

Na semi-descentralizada:

> [...] a Secretaria de Educação compra os alimentos não perecíveis e os distribui nas escolas e repassa o recurso para a aquisição dos gêneros alimentícios perecíveis. Apenas uma parte dos alimentos é adquirida pela própria escola (SANTOS, S.; COSTA, M.; BANDEIRA, 2016, p. 318).

Os principais benefícios são: a compra considera os alimentos regionais e, mormente, os produzidos pela agricultura local, fortalecendo a economia da região, além de que a compra dos alimentos que se estragam com maior facilidade pode ter uma frequência diária; e, o cardápio oferecido pela escola é elaborado por uma equipe habilitada. Um aspecto negativo encontrado é a necessidade de um controle efetivo para planejamento e compra dos gêneros.

Na terceirizada:

> [...] uma empresa é contratada para fornecer a alimentação pronta aos escolares. As compras dos gêneros alimentícios são realizadas pela Prefeitura ou pela Secretaria Estadual de Educação, que também define o cardápio e fiscaliza a execução da alimentação escolar feita pela empresa. As refeições podem ser preparadas numa cozinha-piloto ou a empresa pode utilizar o espaço físico da própria escola (SANTOS, S.; COSTA, M.; BANDEIRA, 2016, p. 319).

Os principais benefícios são: uma alimentação mais variada e o número menor de funcionários da prefeitura ou do estado, envolvidos na alimentação escolar. As desvantagens são: custo elevado das refeições, as (os) merendeiras (os) concursadas são remanejadas (os) para outras funções e o fato de que o dinheiro que está sendo pago à empresa poderia ser utilizado na contratação de merendeiras, na reforma das cozinhas, na compra de equipamentos de melhor qualidade, entre outros.

Por fim, vale ressaltar, segundo os autores, que um município pode ter mais de um tipo de gestão, isso porque nem todas as escolas têm as mesmas condições

estruturais e organizacionais de executar a alimentação escolar, sobretudo, quando se trata das pequenas escolas, em número de alunos e de espaço físico. O Brasil tem uma extensão territorial continental e por isso fica difícil definir qual é a melhor forma de gestão que pode ser aplicada em determinada região, município ou estado, quanto ao programa de alimentação. As realidades, necessidades e dificuldades são diferenciadas por regiões, pois cada uma apresenta suas características e particularidades.

7.2.3 Cozinheiras e/ou merendeiras das entidades escolares e da cozinha piloto do município de Mirante do Paranapanema[197] e Rosana (SP)[198]

Com o intuito de verificar como se dava o trabalho das merendeiras, cozinheiras, cozinheiras/merendeiras ou merendeiras/cozinheiras[199] das entidades escolares e da cozinha piloto[200] dos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e Rosana (SP) realizamos entrevistas com essas profissionais. O objetivo foi verificar como estavam sendo desenvolvidas suas funções diante da oferta de alimentos da agricultura familiar por meio do PNAE, além de se analisar a visão das cozinheiras/merendeiras acerca da participação da nutricionista municipal nas entidades escolares.

Vale ressaltar a importância das merendeiras e a ressignificação do seu papel após a instituição do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006 que compõe a Lei nº 11.947 de 2009, também conhecida como Lei do PNAE, segundo Castro, T. e Bombardi (2014) - que estudaram o PNAE sob os aspectos das potencialidades e dos limites para contribuição no processo de territorialização camponesa.

---

[197] As informações sobre as cozinheiras e/ou merendeiras das entidades escolares e da cozinha piloto do município de Mirante do Paranapanema (SP) foram obtidas por meio das entrevistas realizadas nos dias 20, 21 e 22 de março de 2016 junto às referidas profissionais.

[198] As informações sobre as cozinheiras e/ou merendeiras das entidades escolares do município de Rosana (SP) foram obtidas por meio das entrevistas realizadas nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2016 junto às referidas profissionais.

[199] Vale ressaltar que ora denominamos merendeiras, ora cozinheiras, ora cozinheiras/merendeiras e ora merendeiras/cozinheiras em decorrência do modo como essas profissionais se auto intitulam em virtude da forma como foram lançadas as vagas no edital do concurso em que foram aprovadas.

[200] No caso da cozinha piloto, só visitamos a do município de Mirante do Paranapanema (SP), pois a do município de Rosana (SP) estava inativa.

As autoras, amparadas em Assao et al. (2012), afirmam que esses autores encontram na figura da merendeira papel crucial no processo de conscientização dos alunos para hábitos alimentares saudáveis e complementam:

> Interessante ressaltar que, historicamente, o cargo da merendeira esteve atrelado à operacionalização do serviço de alimentação, com ênfase principalmente, aos aspectos nutricionais e de higiene das refeições, condizentes às 6 Art. 3º da Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Características do programa que por um período privilegiou o atendimento aos aspectos biológicos da alimentação, subestimando os outros aspectos sociais que envolvem o ato de alimentar-se, assim como as suas possibilidades pedagógicas. Porém, atualmente, as novas diretrizes do Programa de Alimentação Escolar, ao destacarem a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o reconhecimento da sua dimensão pedagógica, possibilitam maior visibilidade do desenvolvimento de atividades promotoras de saúde por meio das merendeiras (ASSAO et al., 2012, p. 30 *apud* CASTRO, T.; BOMBARDI, 2014, p. 5-6).

Assim, fica evidente a sugestão destas profissionais não somente prepararem as refeições, mas também fazerem parte da equipe pedagógica responsável pela elaboração das medidas acerca da segurança alimentar e nutricional.

Diferentemente do caso município de Rosana (SP), como verificaremos mais adiante, o município de Mirante do Paranapanema (SP) possui uma cozinha piloto ativa e, por tal motivo, também foi realizada uma entrevista com a responsável por esse local. Foram visitadas também uma (1) escola de Ensino Fundamental e Médio localizada na zona urbana, uma (1) escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural, uma (1) escola de Ensino Fundamental e Médio localizada no distrito de Cuiabá Paulista e outra escola de Ensino Fundamental e Médio localizada no distrito de Costa Machado.

Na cozinha piloto do município de Mirante do Paranapanema (SP), a entrevistada foi a cozinheira-chefe e merendeira. A informante afirmou que trabalham na cozinha piloto nove (9) merendeiras, uma (1) cozinheira chefe e merendeira (que é a entrevistada) e uma (1) auxiliar de cozinha.

Quando indagada sobre a existência de mudanças na alimentação oferecida aos alunos após a reformulação do PNAE, a entrevistada informou que aumentou a oferta de alimentos frescos e de boa qualidade. Quanto ao trabalho desempenhado após a reformulação no programa em análise, a entrevistada afirmou que não teve grandes problemas quanto ao manuseio e preparo dos produtos.

A cozinheira chefe informou que há a adesão por parte dos alunos à merenda escolar e que as sobras são reutilizadas no período imediatamente posterior, mas não de um dia para o outro, sob a orientação da nutricionista municipal.

A operacionalização das questões sanitárias relacionadas à merenda escolar segue orientação da nutricionista municipal e os alimentos chegam do setor de suprimento e são embalados e armazenados em geladeiras (legumes, verduras e frutas), prateleiras (não perecíveis) e *freezers* (carnes).

A qualidade dos alimentos, segundo a entrevistada, é ótima e a frequência de recebimento dos alimentos é de uma (1) vez por semana, de acordo com o cardápio da nutricionista municipal.

Segundo a entrevistada, a maior parcela dos alunos pode ser considerada com baixo poder aquisitivo, o que reafirma a relevância da alimentação escolar regular.

Quando questionada sobre a existência de mudanças na saúde dos alunos com a inserção da alimentação escolar implementada após a reformulação do PNAE, a entrevistada informou que "[...] melhorou consideravelmente a nutrição dos alunos" (F. S. L. M., entrevista realizada em março de 2016).

A forma de aquisição dos alimentos industrializados e/ou não produzidos pelos agricultores familiares é o pregão, segundo a entrevistada.

A cozinheira informou que há duas (2) vezes por ano, treinamento e instruções sobre manuseio, higienização, acondicionamento e modo de preparo dos alimentos ministrado pela nutricionista municipal.

Quanto às atribuições desenvolvidas na unidade em relação à merenda escolar, a entrevistada informou que são realizados, o recebimento e estocagem dos alimentos, pré-preparo, preparo, distribuição dos alimentos e a higienização das instalações e equipamentos de serviços (sobretudo da cozinha e da despensa).

Segundo a cozinheira chefe, a merenda escolar influencia na alimentação familiar, pois: "[...] as crianças aprendem a se alimentarem melhor" (F. S. L. M., entrevista realizada em março de 2016).

Ainda que na cozinha piloto, por motivos óbvios, não tenha cantina, a entrevista se posicionou contrária à existência desse tipo de estabelecimento comercial nas escolas, já que, segundo ela: "[...] em algumas escolas há o comércio em cantinas e às

vezes os alunos chegam em suas casas dizendo que estão com fome e os pais vão até às escolas perguntarem se essas não estão servindo a merenda escolar" (F. S. L. M., entrevista realizada em março de 2016).

Esse fato, segundo ela, está correlacionado à má alimentação proporcionada pela ingestão por parte dos alunos de produtos comprados nas cantinas.

Por último, a cozinheira chefe da cozinha piloto frisou a existência de treinamentos e cursos de instrução ministrados pela nutricionista junto à escola com o intuito de ensinar aos discentes a importância de uma alimentação saudável e afirmou que a nutricionista faz pesquisa de aceitação de cardápio com os alunos com o intuito de saber deles se os alimentos oferecidos têm boa palatabilidade (se são saborosos, aprazíveis ao paladar). A pesquisa de aceitação de cardápio ocorre semestralmente ou quando por algum motivo está ocorrendo muito desperdício de alimentos, e nesse caso, a referida profissional mapeia os alimentos com maior índice de rejeição para substituí-los nos próximos cardápios. Ressalta-se que, no caso de substituição dos alimentos por rejeição dos alunos, os produtores são prejudicados, pois repentinamente esses necessitam fornecer outros gêneros alimentícios para a reposição dos ingredientes da dieta alimentar dos discentes, e muitas vezes, estes não foram produzidos pela questão da sazonalidade.

Com o intuito de não nos tornarmos repetitivos, tornaremos expostas as respostas obtidas pelas entrevistadas realizadas na Escola de Ensino Fundamental e Médio localizada na zona urbana, na Escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural do município de Mirante do Paranapanema (SP) e nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio localizadas nos distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado, de modo agrupado, dando destaque apenas às respostas que forem diferenciadas das demais.

As cozinheiras merendeiras da Escola de Ensino Fundamental e Médio localizada na zona urbana e da Escola de Ensino Fundamental e Médio localizada no distrito de Cuiabá Paulista informaram que nessas instituições trabalham três (3) funcionárias na cozinha, já as cozinheiras merendeiras da Escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural e da Escola de Ensino Fundamental e Médio

localizada no distrito de Costa Machado afirmaram que nessas entidades trabalham apenas duas (2) profissionais.

De modo geral, quando interrogadas sobre a qualidade dos produtos ofertados após a reformulação do PNAE, todas as entrevistadas se mostraram satisfeitas e não expuseram objeções quanto ao trabalho desempenhado no que diz respeito à manipulação e preparo dos alimentos.

Houve unanimidade nas respostas das entrevistadas quanto à boa aceitabilidade dos alunos no tocante aos alimentos preparados com os produtos advindos da agricultura familiar e no que se refere à orientação da nutricionista municipal de reutilizar os alimentos de um período para o outro, mas não de um dia para o outro.

As cozinheiras merendeiras também responderam de modo similar quanto à operacionalização das questões sanitárias relacionadas à merenda escolar ao afirmarem que seguem a orientação da nutricionista municipal e que os alimentos que chegam da cozinha piloto, são embalados e armazenados nas geladeiras (frutas, verduras e legumes); nas prateleiras (não-perecíveis) e nos *freezers* (carnes).

Quanto à periodicidade da frequência de recebimento dos alimentos nas entidades escolares, tanto as entrevistadas da Escola de Ensino Fundamental e Médio localizada na zona urbana quanto das Escolas de Ensinos Fundamental e Médio localizadas nos distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado informaram receber os produtos duas (2) vezes por semana, apenas a entrevistada da Escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural afirmou receber os alimentos apenas uma (1) vez por semana.

As cozinheiras merendeiras, de um modo geral, apontaram que os alunos podem ser considerados como um público com baixo poder aquisitivo e, portanto, a alimentação escolar regular é de extrema relevância. Todas apontaram que a merenda escolar pressupõe uma dieta alimentar mais diversificada e balanceada em termos nutricionais.

As quatro (4) pesquisadas informaram que a aquisição de alimentos industrializados e/ou não produzidos pelos agricultores familiares ocorre por meio de pregão.

As cozinheiras merendeiras da Escola de Ensinos Fundamental e Médio localizada na zona urbana e da Escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural informaram que há oferta de alimentos embutidos, como por exemplo, salsicha e de sucos artificiais aos alunos, uma (1) vez por semana, enquanto que as cozinheiras merendeiras das Escolas de Ensinos Fundamental e Médio localizadas nos distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado afirmaram que há o uso de embutidos, tais como, a salsicha na merenda escolar oferecida aos discentes, uma (1) vez por semana, mas não de sucos artificiais.

As quatro (4) cozinheiras merendeiras disseram haver duas (2) vezes por ano a realização de treinamento/instrução sobre manuseio, higienização, acondicionamento e o modo de preparo dos alimentos ministrados pela nutricionista municipal e que as atribuições desenvolvidas na unidade em relação à merenda escolar são: controle de estoque, recebimento e estocagem dos alimentos, pré-preparo, preparo, distribuição e higienização das instalações e equipamentos do serviço de alimentação (principalmente a cozinha e a despensa).

Quando indagadas sobre a influência (ou não) da merenda escolar em relação à alimentação familiar, as respostas foram: “[...] Alguns alunos preferem se alimentar na escola, pois afirmam que a alimentação da escola é melhor que a da sua própria casa”; “[...] As crianças aprendem a se alimentarem com verduras, frutas e legumes” e “[...] As crianças aprendem a se alimentar melhor e, alguns pedem para os seus pais preparem refeições com verduras, frutas e legumes, segundo informações que já obtivemos por eles próprios”.

Na Escola de Ensino Fundamental e Médio localizada na zona urbana tem uma (1) cantina, mas a entrevistada se opõe a ela, afirmando que: “[...] Acho que não deveria ocorrer as vendas. Alguns alunos compram na cantina e os outros que não têm condições financeiras ficam com vontade” (L. P. N., entrevista realizada em março de 2016). Nessa instituição, a diretora vetou a venda de refrigerantes e chicletes. Na Escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural e nas Escolas de Ensinos Fundamental e Médio localizadas nos distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado não há cantinas.

Quando indagadas sobre a existência de treinamento/instrução/curso vinculado entre a nutricionista e as escolas, com o objetivo de ensinar aos alunos a importância de

uma alimentação saudável, as representantes da Escola de Ensinos Fundamental e Médio localizada na zona urbana e das Escolas de Ensinos Fundamental e Médio localizadas nos distritos de Cuiabá Paulista e Costa Machado informaram que a nutricionista faz pesquisa de aceitação de cardápio com os alunos e de conscientização para uma alimentação saudável para a promoção de um estado de bem estar e qualidade de vida e saúde, já a representante da Escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural afirmou não haver o referido procedimento na instituição em que atua, mas não soube explicar o motivo do ocorrido, mesmo tendo ciência da existência desses (treinamento/instrução/curso) nas demais instituições de ensino do município.

Por estar a cozinha piloto do município de Rosana (SP) inativa e por se tratar de uma quantidade de recortes espaciais analisados diferenciada, ou seja, no município de Mirante do Paranapanema (SP) foram visitados dois (2) distritos (Cuiabá Paulista e Costa Machado) e no município de Rosana foi visitado apenas um (1) distrito (Primavera) consideramos pertinente descrever separadamente as informações acerca do município de Rosana (SP).

No município de Rosana (SP), visitou-se uma (1) escola de ensinos fundamental e médio da zona urbana, uma (1) escola de ensino fundamental da zona rural e uma (1) escola de ensinos fundamental e médio de Primavera (distrito de Rosana - SP).

Na Escola de Ensinos Fundamental e Médio localizada na zona urbana, a entrevistada foi a cozinheira. A referida informou que trabalham na cozinha da unidade escolar três (3) cozinheiras e três (3) ajudantes de cozinha.

Quando questionada sobre a existência de mudanças na alimentação oferecida aos alunos após a reformulação do PNAE, a entrevistada informou que aumentou a diversificação dos produtos. Em relação às possíveis mudanças no trabalho em decorrência da reformulação no programa em análise, a entrevistada afirmou que desde que iniciou suas atividades na escola, o PNAE já era reformulado.

A cozinheira informou que há adesão por parte dos alunos à merenda escolar e que as sobras são reutilizadas no período imediatamente posterior, mas não de um dia para o outro, sob a orientação da nutricionista municipal.

A operacionalização das questões sanitárias relacionadas à merenda escolar segue orientação da nutricionista municipal e os alimentos chegam do setor de

suprimento e são embalados e armazenados em geladeiras (legumes e frutas), prateleiras (não perecíveis) e *freezers* (carnes).

A qualidade dos alimentos, segundo a entrevistada é boa e a frequência de recebimento dos alimentos é de duas (2) vezes por semana, de acordo com o cardápio da nutricionista municipal.

De acordo com a entrevistada, a maioria dos alunos pode ser considerada um público com baixo poder aquisitivo, o que segundo ela reforça a importância da alimentação escolar regular.

Quando interrogada sobre a existência de mudanças na saúde dos alunos com a inserção da alimentação escolar implementada após a reformulação do PNAE, a entrevistada informou que melhorou a nutrição dos alunos, pois as refeições "[...] são completas, com verduras, legumes, dentre outros" (W. G. S., entrevista realizada em abril de 2016).

A forma de aquisição dos alimentos industrializados e/ou produzidos pelos agricultores familiares é o pregão.

Os alimentos embutidos e sucos artificiais no cardápio da merenda escolar são utilizados duas (2) vezes por semana.

A cozinheira informou que havia uma (1) vez por ano treinamento e instruções sobre manuseio, higienização, acondicionamento e o modo de preparo dos alimentos ministrado pela nutricionista municipal.

No que se refere às atribuições desenvolvidas na unidade em relação à merenda escolar, a entrevistada informou que são realizados, o controle de estoque; o recebimento, a estocagem, o pré-preparo, o preparo e a distribuição dos alimentos e a higienização das instalações e equipamentos de serviços (principalmente da cozinha e da despensa).

Na opinião da cozinheira, a merenda escolar influencia na alimentação familiar, pois segundo ela: "[...] algumas crianças aprendem na escola a importância de uma alimentação diversificada e pedem para os pais preparem em casa, refeições similares às oferecidas nas escolas" (W. G. S., entrevista realizada em abril de 2016).

A entrevistada afirmou que não há cantina naquela unidade escolar e por isso, não tinha uma opinião formada sobre a implicação da venda de lanches na escola à alimentação dos alunos.

Por fim, a cozinheira salientou a existência de treinamentos e cursos de instrução vinculados entre a nutricionista e a referida escola com o objetivo de ensinar aos alunos a importância de uma alimentação saudável e afirmou "[...] a nutricionista faz pesquisa de aceitação de cardápio com os alunos e de conscientização para uma alimentação saudável para a promoção de um estado de bem estar e qualidade de vida" (W. G. S., entrevista realizada em abril de 2016).

Na Escola de Ensino Fundamental localizada na zona rural, a entrevistada foi a auxiliar de serviços gerais. A supracitada afirmou que trabalham na cozinha da escola em questão uma (1) cozinheira/merendeira e duas (2) auxiliares de cozinha.

Quando interrogada sobre a existência de mudanças na alimentação oferecida aos alunos após a reformulação do PNAE, a entrevistada informou que se passou a oferecer alimentos mais frescos e saudáveis aos alunos. No tocante às possíveis mudanças no trabalho em decorrência da reformulação no programa em análise, a entrevistada afirmou que desde que iniciou suas atividades na escola, o PNAE já era reformulado.

A auxiliar de serviços gerais informou que as sobras são raras, pois há controle por parte dela e das auxiliares de cozinha e instruções por parte da nutricionista municipal e que "[...] quando a merenda escolar era preparada na cozinha piloto sobravam muito mais alimentos" (J. F. R., entrevista realizada em abril de 2016).

Os cuidados com as questões sanitárias relacionadas à merenda escolar seguem orientação da nutricionista municipal e os alimentos chegam do setor de suprimento e são embalados e armazenados em geladeiras (legumes e frutas), prateleiras (não perecíveis) e *freezers* (carnes).

A qualidade dos alimentos, segundo a entrevistada, é boa e a frequência de recebimento dos alimentos é de uma (1) vez por semana, de acordo com o cardápio da nutricionista municipal.

Segundo a entrevistada, a maioria dos alunos pode ser considerada de classe média baixa e a merenda escolar é de suma importância, sobretudo pelo fato de que

“[...] muitos deles, se deslocam de longas distâncias para chegar até a escola” (J. F. R., entrevista realizada em abril de 2016).

Sobre a possibilidade da existência de mudanças na saúde dos alunos com a inserção da alimentação escolar implementada após a reformulação do PNAE, a entrevistada ressaltou a melhoria na qualidade nutricional da dieta alimentar dos alunos.

A forma de aquisição dos alimentos industrializados e/ou produzidos pelos agricultores familiares é o pregão.

Os alimentos embutidos e sucos artificiais no cardápio da merenda escolar são oferecidos uma (1) vez por semana.

A entrevistada informou que havia uma (1) vez por ano treinamento e instruções sobre manuseio, higienização, acondicionamento e o modo de preparo dos alimentos ministrado pela nutricionista municipal.

Quanto às funções desenvolvidas na unidade em relação à merenda escolar, a entrevistada informou que são realizados, o controle de estoque; o recebimento, a estocagem, o pré-preparo, o preparo e a distribuição dos alimentos e a higienização das instalações e equipamentos de serviços (principalmente da cozinha e da despensa).

Na opinião da auxiliar de serviços gerais, a merenda escolar influencia na alimentação familiar, pois, segundo ela: “[...] alguns alunos passaram a ingerir alimentos saudáveis que apesar de nunca antes ter experimentado já afirmavam não gostarem” (J. F. R., entrevista realizada em abril de 2016).

Assim como na escola visitada na zona urbana, na da zona rural não há cantina e, por isso, a entrevistada não se posicionou diante do fato de algumas unidades escolares comercializarem lanches.

Por último, a auxiliar de serviços gerais frisou a existência de treinamentos e cursos de instrução vinculada entre a nutricionista e a referida escola com o intuito de ensinar aos alunos a relevância de uma alimentação saudável e acentuou “[...] além da instrução em relação à dieta alimentar dos alunos, a nutricionista faz uma (1) vez por ano uma triagem para a verificação de peso e altura deles” (J. F. R., entrevista realizada em abril de 2016).

Na Escola de Ensinos Fundamental e Médio localizada no distrito de Primavera a entrevistada foi a cozinheira. A entrevistada informou que trabalham na cozinha da escola em questão três (3) cozinheiras e uma (1) auxiliar de cozinha.

A entrevistada informou que se passou a oferecer alimentos mais frescos e de melhor qualidade aos alunos após a reformulação do PNAE. No tocante às possíveis mudanças no trabalho em decorrência da reformulação no programa em análise, a entrevistada afirmou que desde que iniciou suas atividades na escola, o PNAE já era reformulado.

A cozinheira afirmou que as sobras são raras e que "[...] seguem a orientação da nutricionista municipal de reutilizar os alimentos de um período para o outro, mas não de um dia para o outro" (L. A. S. P., entrevista realizada em abril de 2016).

Os cuidados com as questões sanitárias relacionadas à merenda escolar seguem orientação da nutricionista municipal e os alimentos chegam do setor de suprimento e são embalados e armazenados em geladeiras (legumes e frutas), prateleiras (não perecíveis) e *freezers* (carnes).

A qualidade dos alimentos, segundo a entrevistada é boa e a frequência de recebimento dos alimentos é de uma (1) vez por semana, de acordo com o cardápio da nutricionista municipal.

De acordo com a entrevistada, a maioria dos alunos pode ser considerada um público com baixo poder aquisitivo e a merenda escolar é de suma importância, pois "[...] alguns deles vêm na merenda escolar a principal refeição do dia" (L. A. S. P., entrevista realizada em abril de 2016).

Sobre a possibilidade da existência de mudanças na saúde dos alunos com a inserção da alimentação escolar implementada após a reformulação do PNAE, a entrevistada ressaltou que "[...] alguns alunos não gostavam de verduras, legumes e verduras e passaram a gostar em decorrência da merenda escolar" (L. A. S. P., entrevista realizada em abril de 2016).

A forma de aquisição dos alimentos industrializados é o pregão e os produzidos pelos agricultores familiares é a chamada pública.

Os alimentos embutidos e sucos artificiais no cardápio da merenda escolar são oferecidos uma (1) vez por semana.

A entrevistada informou que havia duas (2) vezes por ano treinamento e instruções sobre manuseio, higienização, acondicionamento e o modo de preparo dos alimentos ministrado pela nutricionista municipal.

No que se refere às funções desenvolvidas na unidade em relação à merenda escolar, a entrevistada informou que são realizados, o controle de estoque; o recebimento, a estocagem, o pré-preparo, o preparo e a distribuição dos alimentos e a higienização das instalações e equipamentos de serviços (principalmente da cozinha e da despensa).

Na opinião da cozinheira, a merenda escolar influencia na alimentação familiar, pois, segundo ela: "[...] alguns alunos passaram a ingerir alimentos saudáveis que apesar de nunca antes ter experimentado já afirmavam não gostar" (L. A. S. P., entrevista realizada em abril de 2016).

Assim como nas escolas visitadas nas zonas urbana e rural também não há cantina na escola visitada em Primavera e, portanto, a cozinheira não opinou sobre o fato de algumas unidades escolares comercializarem lanches.

A cozinheira ressaltou o fato da nutricionista realizar a pesquisa de aceitação de cardápio com os alunos e de conscientização para uma alimentação saudável.

Em suma, verificou-se que tanto na escola localizada na zona urbana quanto nas localizadas na zona rural e no distrito de Primavera, a importância do PNAE foi ressaltada pelas entrevistadas, sobretudo no tocante à diversidade e qualidade da dieta alimentar dos discentes. Além disso, foi confirmada por todas as interrogadas a atuação da nutricionista municipal na elaboração do cardápio das entidades escolares e na conscientização aos alunos da necessidade de uma alimentação de boa qualidade nutricional.

Por fim, identificou-se também um processo de descentralização da elaboração dos alimentos oferecidos na merenda das entidades escolares do município de Rosana (SP), por meio da inativação da cozinha piloto que, segundo as entrevistadas, foi um fator importante, pois diminuiu as sobras e melhorou a aceitação da merenda escolar por parte de alguns alunos, já que segundo uma das entrevistadas, a merenda escolar que era preparada na cozinha piloto ao ser transportada para as escolas, sobretudo as mais distantes, muitas vezes, não chegavam em temperatura adequada e aparência atrativa.

Em suma, percebeu-se no que se refere aos agentes territoriais organizacionais ou mediadores estudados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) que estes, assim como os agentes territoriais beneficiários fornecedores e consumidores e os agentes territoriais institucionais, estão cientes dos benefícios auferidos pelos agricultores familiares com sua participação no PAA e/ou PNAE. No entanto, no que se refere, especificamente, aos Conselhos, verificou-se certa artificialidade[201] quanto a sua atuação, pois estes parecem não serem articulados entre si e com os demais agentes territoriais, ou seja, os Conselhos que foram constituídos com a finalidade de aproximar e integrar os agentes, como salientado por Fornazier (2015), na prática não têm conseguido cumprir estes propósitos e tem muito mais se limitado às questões burocráticas, como por exemplo, por meio de seus Regimentos, exigir a participação de seus membros em reuniões e sua comprovação por meio de assinaturas. Vale ressaltar ainda que, em Rosana (SP), o COMSEA é representado pelo CAE, em outros termos, na prática um (1) Conselho responde por dois (2) - o que não é o correto. Segundo Silva e Marques (2004), os Conselhos deveriam ter se tornado um espaço distinto para a participação do agricultor familiar na gestão social. Todavia, a grande maioria se constituiu em mais uma atividade administrada, indiretamente, pelos governos locais.

Já a relação das merendeiras, cozinheiras, cozinheiras/merendeiras ou merendeiras/cozinheiras[202] com as nutricionistas municipais, segundo a pesquisa de campo em ambos os municípios pesquisados, parece ser articulada, pois como ressaltado, as supracitadas profissionais realizam treinamentos e cursos de instrução para orientar as mencionadas profissionais das entidades escolares no tocante ao manuseio, higienização, armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos aos alunos. Verificou-se também uma articulação entre as nutricionistas municipais e os alunos, por nós denominados de agentes territoriais beneficiários consumidores do

[201] Expressão utilizada por Mattei e Cazella (2004) no capítulo "Planejamento e gestão do PRONAF Infraestrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina" do livro "Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural" de 2004.

[202] Como já salientamos, ora denominamos merendeiras, ora cozinheiras, ora cozinheiras/merendeiras e ora merendeiras/cozinheiras em decorrência do modo como essas profissionais se auto intitulam em virtude da forma como foram lançadas as vagas no edital do concurso que foram aprovadas.

PNAE, já que estas profissionais orientam os estudantes em relação à dieta alimentar e a importância de uma boa alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intentamos, ao longo desta pesquisa, por meio de reflexões teóricas e análise de dados de fontes secundária e primária, avaliar os efeitos da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - ambas políticas públicas institucionalizadas pelo Governo federal - nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), localizados na MRG de Presidente Prudente.

A tese que defendemos é a de que falta uma maior e/ou melhor articulação entre os agentes territoriais beneficiários, os agentes territoriais institucionais e os agentes territoriais organizacionais ou mediadores nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) para a maior eficiência na implementação do PAA e do PNAE.

A análise comparativa realizada em dois (2) municípios, a saber: Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), se mostrou relevante por apontar que os resultados obtidos com a pesquisa diferem em decorrência das particularidades do ponto de vista geográfico de cada recorte espacial de estudo, ainda que se trate dos mesmos conceitos: políticas públicas, território e agentes territoriais.

Ao contextualizar a evolução do PAA e do PNAE, a partir dos dados de fontes secundárias, nas escalas nacional, estadual e municipal, como pretendíamos no primeiro objetivo específico do trabalho, verificamos que o PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e o PNAE é uma das políticas públicas mais antigas do país e um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, tanto no que diz respeito ao número de pessoas beneficiadas, quanto no que se refere aos recursos alocados. Por meio do estudo do PNAE, abordamos a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Entretanto, constatamos que os cortes orçamentários do PAA vêm preocupando um expressivo contingente de famílias que passaram a complementar suas rendas a partir desta política pública em todo território nacional e, no caso do PNAE, que o valor *per capita* repassado pelo Governo federal, bem como a complementação de recursos pelos governos estaduais e municipais, tem sido insuficiente.

Ao identificar e analisar as potencialidades e o(s) fator(es) de estrangulamento dos programas nos municípios selecionados, como visávamos no segundo objetivo específico da pesquisa, averiguamos que o PAA apresenta algumas limitações, como o valor da cota a ser entregue por produtor que era considerada baixa pelos entrevistados, a fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política da gestão local. No município de Rosana (SP) e, mais especificamente, no Assentamento Gleba XV de Novembro, identificamos um estrangulamento do Programa, já que verificamos assentados rurais sendo beneficiários consumidores do PAA e estes por possuírem seus lotes têm condições de plantar e obter boa parte dos gêneros alimentícios necessários à sua dieta alimentar e, dessa forma, permitir que outras pessoas fossem beneficiadas com a referida política pública. As principais fragilidades do PNAE são: a sazonalidade dos alimentos e a falta de um planejamento para a entrega dos produtos por parte dos agricultores familiares e de um cronograma do Departamento de Merenda Escolar para realizar o pedido de produtos sazonais dos produtores. Ainda assim, mesmo diante das limitações apontadas, as referidas políticas públicas são de fundamental relevância para os agricultores familiares e demais beneficiários (pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, alunos, dentre outros).

O terceiro objetivo específico da tese se constituiu em traçar o perfil dos agentes territoriais beneficiários fornecedores (agricultores familiares - convencionais e assentados) que participam do PAA e do PNAE e dos agentes territoriais beneficiários consumidores do PAA e ao contemplá-lo observamos que os agentes territoriais beneficiários fornecedores, participantes do PAA e/ou PNAE, em sua maioria, possui baixo nível de escolaridade e idade avançada, tanto no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no de Rosana (SP). Apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais assentados ou convencionais, como por exemplo, a falta ou a ineficiência da assistência técnica e os altos custos de produção, sobretudo quando comparados com a renda obtida com as atividades agropecuárias, estes ainda permanecem no campo. Verificamos que a participação dos produtores rurais assentados no PAA e no PNAE, tanto no município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto no de Rosana (SP), é significativa. Ainda assim identificou-se a participação de produtores convencionais nos referidos programas. Tanto os produtores assentados

quanto os convencionais estudados se enquadram no segmento da agricultura familiar. Em relação, à maioria dos agentes territoriais beneficiários consumidores dos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e seus distritos (Cuiabá Paulista e Costa Machado), Rosana (SP) e o Assentamento Gleba XV de Novembro e Euclides da Cunha Paulista (SP) também verificou-se um baixo nível de escolaridade. A renda monetária destes, como previsível[203] era de cerca de três (3) salários mínimos.

Identificamos uma grande variedade de gêneros alimentícios comercializados no PAA e no PNAE, desde frutas, verduras, legumes, tubérculos, raízes tuberosas e bulbos, até filé de tilápia no município de Mirante do Paranapanema (SP), e polpas de frutas (acerola, maracujá e manga) e rosca de coco, no caso de Rosana (SP). Em termos gerais, tanto agentes territoriais beneficiários fornecedores do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto os de Rosana (SP) citaram como pontos positivos do PAA, o aumento da renda, a criação de um canal de comercialização para os seus produtos, o pagamento seguro e regular e o incentivo e o reconhecimento do trabalho das mulheres no campo. Quanto à avaliação do PNAE, os benefícios referidos foram o canal de comercialização que o programa proporciona, o aumento da renda dos produtores e a possibilidade de fixação destes no campo.

Um fato importante é que houve unanimidade na afirmação da participação das mulheres no desenvolvimento das atividades voltadas à produção para a entrega ao PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema (SP) e Rosana (SP). Ainda assim, diferentemente da unanimidade verificada na assertiva sobre a participação das mulheres na implementação do PAA nos municípios em apreço, no caso do PNAE, em Mirante do Paranapanema (SP), somente as mulheres dos entrevistados assentados, em sua totalidade, desenvolvem as atividades voltadas à produção e comercialização com o referido programa. Enquanto que uma minoria dos produtores convencionais informou que suas esposas não trabalhavam para a entrega no referido Programa (sem justificar o fato). Já no município de Rosana (SP) houve a participação das mulheres de todos os pesquisados (assentados e produtores convencionais) desde o plantio até a entrega dos

[203] O MDS, por meio do Cadastro Único preconiza que as famílias beneficiadas tenham uma renda de meio salário mínimo mensal por pessoa integrante ou que a renda total mensal seja de até três (3) salários mínimos.

produtos e isso representa reconhecimento do trabalho e melhora das condições de vida dessas mulheres e da família.

A pesquisa permitiu constatar que a participação dos produtores rurais, sejam convencionais ou assentados, no PAA não garante automaticamente a participação destes no PNAE. Isso porque a participação no PNAE exige maior envolvimento e articulação entre os agentes territoriais, sejam eles beneficiários fornecedores, institucionais, organizacionais ou mediadores.

Ao investigarmos o perfil dos agricultores familiares que não participam dos programas, procurando compreender as razões dessa ausência nas políticas pesquisadas para atingirmos o quarto objetivo específico, constatamos que a não participação dos produtores no PAA e/ou PNAE têm relação, ao menos em parte, com a falta de informação, de assistência técnica e de participação em alguma organização social, como por exemplo, associações. No tocante aos informados sobre os programas em análise, o fator para a não participação nas referidas políticas públicas é a especialização na produção de leite ou de sementes, já que o direcionamento de área para especialização em determinadas atividades, impossibilitou a diversificação produtiva para o fornecimento aos mercados institucionais de compra governamental.

Ao analisarmos a atuação dos agentes territoriais institucionais e dos agentes territoriais organizacionais ou mediadores na implementação das políticas públicas selecionadas e abordarmos o quinto e último objetivo específico, identificamos que os agentes territoriais institucionais reconhecem a importância socioeconômica do PAA e do PNAE para os agentes territoriais beneficiários, mesmo diante de alguns entraves dos referidos mercados institucionais de compra da agricultura familiar. Entretanto, percebemos a necessidade de uma maior e/ou melhor articulação entre os agentes territoriais envolvidos na implementação do PAA e/ou PNAE. Ao compararmos a implementação do PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP) identificamos uma maior atuação do agente territorial organizacional ou mediador no segundo município, isso porque o presidente da associação (ARCA) é o responsável por receber, pesar e até transportar os gêneros alimentícios até os locais de distribuição aos agentes territoriais beneficiários, tanto na Igreja localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, quanto no Centro Comunitário Urbano do município de Euclides da

Cunha Paulista. No município de Mirante do Paranapanema (SP), a atuação das associações - que são por nós denominadas de agentes territoriais organizacionais ou mediadores - estava mais voltada à questão do cumprimento do requisito para a entrega dos produtos ao mercado institucional de compra da agricultura familiar. Averiguamos ainda que, os agentes territoriais organizacionais ou mediadores estudados nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP), assim como os agentes territoriais beneficiários e os agentes territoriais institucionais estão cientes dos benefícios alcançados pelos agricultores familiares com sua participação no PAA e/ou PNAE.

No entanto, no que se refere, especificamente, aos Conselhos (CMDR, CAE, COMSEA), verificou-se que estes parecem não serem articulados entre si e com os demais agentes territoriais. Já as profissionais que trabalham nas cozinhas das entidades escolares, tanto do município de Mirante do Paranapanema (SP) quanto do município de Rosana (SP), estão mais articuladas com as nutricionistas municipais, já que estas profissionais realizam treinamentos e cursos de instrução para orientar as mencionadas profissionais das escolas no tocante ao manuseio, higienização, armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos aos alunos. Evidenciou-se também uma articulação entre as nutricionistas municipais e os alunos, por nós denominados de agentes territoriais beneficiários do PNAE, já que estas profissionais orientam os estudantes em relação à dieta alimentar e a importância de uma boa alimentação.

O uso do conceito de território no decorrer da pesquisa foi de suma importância, pois, ao termos ciência de que o referido está interligado ao espaço, identificamos especificidades em relação à implementação do PAA e do PNAE em recortes espaciais distintos. Os interesses que pressupõem as formas de *poder* e que diferem o espaço do território foram evidenciados no trabalho por meio da atuação dos agentes territoriais e sua articulação (ou não) entre eles. Ademais, ao tratarmos das mudanças de abordagens da setorial para a territorial, ao menos em termos de discurso, identificamos características mais territoriais nos programas analisados.

Diante do exposto durante o decorrer da pesquisa e levando em consideração a atual conjuntura política e econômica do país faz-se necessário alguns apontamentos: considerando a importância socioeconômica do PAA para os agricultores familiares,

sejam assentados rurais ou convencionais, ressalta-se a dificuldade de permanência no campo e de obtenção de renda para os referidos agentes territoriais beneficiários fornecedores, caso haja a extinção do referido Programa. A descontinuidade do PAA também traria implicações negativas para as mulheres que participam e encontraram nessa política pública uma fonte de renda e de autonomia econômica. As associações que se encontram ativas, muitas vezes, em decorrência do cumprimento do requisito para participação no PAA, muito possivelmente, não continuarão em funcionamento caso haja a extinção do referido mercado institucional de compra da agricultura familiar. Os agentes territoriais beneficiários consumidores que recebem os gêneros alimentícios deixariam de obter gratuitamente boa parte dos alimentos que compõem a sua dieta alimentar e, por consequência, aumentariam os dispêndios mensais, caso tivessem condições econômicas. No tocante ao PNAE, a tendência é de que os recursos disponibilizados pelos governos estaduais e municipais sejam cada vez mais escassos.

Por fim, ressaltamos que, na nossa concepção, há certo caráter de clientelismo/paternalismo na implementação do PAA nos municípios selecionados, pois apesar dessa política pública não fornecer renda de modo assistencialista e permitir a permanência do produtor no campo por meio da criação de um canal de comercialização da produção dos agricultores familiares, o poder público local, no caso as prefeituras ou os agentes territoriais institucionais, permite a recepção de forma desorganizada dos gêneros alimentícios por parte dos agentes territoriais beneficiários consumidores, pois os municípios e os distritos visitados não possuem Bancos de Alimentos. No caso do PNAE, em específico, a situação é distinta, pois os alimentos são direcionados às escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias (conveniadas com o poder público) de modo já correlacionado à quantidade de alunos matriculados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH); INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Projeto Agricultura familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada.** Relatório de pesquisa apresentado a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, Brasília, 2012.

AGROEMDIA: DO CAMPO À MESA. **Cortes no orçamento de 2018 ameaçam Programa de Aquisição de Alimentos,** 2018. Disponível em: < https://agroemdia.com.br/2017/10/16/cortes-no-orcamento-de-2018-ameacam-programa-de-aquisicao-de-alimentos/>. Acesso em: 06 maio 2018.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: < portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em: 13 jan. 2017.

ALVES, E. S. Qual a diferença entre raiz tuberosa, tubérculo e bulbo?, 2016. In: **Nova escola.** Disponível em: http://novaescola.org.br/ciencias/fundamentos/qual-diferenca-entre-raiz-tuberosa-tuberculo-bulbo-caule-cebola-batata-beterraba-511193.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2018.

ALVES, J. E. D. Envelhecimento, longevidade e longevidade da população brasileira. In: **Longevidade ADunicamp.** Disponível em: <http://longevidadeadunicamp.org.br/?p=1249>. Acesso em: 26 mar. 2018.

AMABILE, A. E. N. Políticas públicas. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Org.). **Dicionário de políticas públicas.** Barbacena: EdUEMG, 2012.

ANDRADE, A. A. X.; MOREIRA, D. C.; MOURA, R. A. O papel da organização social e ambiental nos assentamentos rurais, 2013. In: **Espaço do produtor.** Disponível em: < https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=31&acao=exibir>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ARISTIDES, M. J. S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Pirapozinho (SP).** 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ARRETCHE, M. T. S. Mitos da Descentralização: Maior Democracia e eficiência nas Políticas Públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 11, n.31, p. 44-66, 1996. Disponível em: <

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm >. Acesso em: 20 jul. 2018.

ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo, 2001.

AZEVEDO, H. S.; BARRETO, F. O.; SANTOS, M. N. F. A participação de mulheres como critério de avaliação dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais...** Florianópolis, 2012, ISSN 2179-510X. Disponível em: < http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373326394_ARQUIVO_Artigo_Cod_7997477_HelenaSelmaAzevedo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

AZEVEDO, F. F.; LOCATEL, C. D. A reprodução camponesa no Semiárido Potiguar: importância do setor artesanal de laticínios para as famílias rurais seridoenses. In: **OKARA:** Geografia em debate, João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, v. 3, n. 1, p. 142-167, 2009. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 16 out. 2014.

BACCARIN, J. G. **Sistema de produção agropecuário brasileiro**: evolução recente. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2009. 237p.

BACCARIN, J. G.; BUENO, G.; ALEIXO, S. S.; SILVA, D. B. P. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar sob a Vigência da Lei 11.947/2009: Adequação das Chamadas Públicas e Disponibilidade de Produtos no Estado de São Paulo em 2011. In: 50º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER): Agricultura e Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade. **Anais...**Vitória – ES, 2012. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/citations?user=H5oGzMAAAAAJ>. Acesso em: 5 maio 2017.

BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão Local:** programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BALMANT, O. Conselho de Alimentação Escolar (CAE). In: **Gestão escolar,** 2012. Disponível em: < https://gestaoescolar.org.br/conteudo/349/conselho-de-alimentacao-escolar-cae>. Acesso em: 17 set. 2018.

BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J. C. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. In: **Revista Alimentos e Nutrição,** Araraquara, v. 14, n. 1, p. 109-121, 2003. Disponível em: < serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/download/847/72f >. Acesso em: 22 mar. 2017.

BATISTA, G. H.; DUARTE, G.; FURQUIM, J. A. V.; BENTO, L. M.; DELPHINO, Y. T. M. **Tração animal na agricultura**, 2017. Disponível em: < https://www.arquivo/18669764/tracao-animal-na-agricultura>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A. DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales,** Universidad de Barcelona, Espanha, v. 17, n. 1002, 30 nov. 2012. Serie documental de Geografia Crítica. Cuadernos Críticos de Geografia Humana. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1002.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BLOG NEWNUTRITION. **Definições de nutricionista e nutrólogo,** 2017. Disponível em: <blog.newnutrition.com.br/por-que-devo-procurar-um-nutricionista/>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BRASIL. AGRICULTURA. **O que é febre aftosa? Quais as principais formas de transmissão?,** 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/PerguntasfrequentesFebreaftosa.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre a destinação de recursos à alimentação escolar, Brasília, jun. 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, Brasília, fev. 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 26 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Brasília, jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 26 jul. 2016.

BRASIL. Coordenadoria de Comunicação Social. Ministério da Saúde (MS). **INAN:** ação integrada de nutrição e saúde, 2017. Disponível em: < https://www.google.com.br/search?q=pns&oq=pns&aqs=chrome..69i57j0l5.2505j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>. Acesso em 23 fev. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Como criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2017. Disponível em: < http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/conferencias-municipais-como-fazer>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Ações da Conab-PAA**. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1493&t=2 >. Acesso em 23 fev. 2017.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Ações da Conab-PAA**. 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1629&t=2>. Acesso em 23 fev. 2017.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Ações da Conab-PAA**. 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a a=1723&t=2>. Acesso em 23 fev. 2017.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Transparência pública do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.** 2015. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrir DetalhesFornecedores>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Produtos e Serviços:** Transparência pública do PAA, 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA:** resultados das ações da CONAB em 2017. Compêndio de Estudos CONAB, ISSN: 2448-3710, v. 13, 2018. Disponível em: < https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Acesso em: 9 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 23 fev. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional.** Conceitos: Lei nº 11.346. 2006. Disponível em: < http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues>. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar.** 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/repasses-financeiros>. Acesso em 30 mar. 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Diretrizes para a execução do PNAE, segundo a Lei federal nº 11.947.** 2015. Disponível em: < https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Histórico.** 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 13 abr. 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 no município de Mirante do Paranapanema (SP).** 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 ago. 2018.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 no município de Rosana (SP).** 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 7 ago. 2018.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Repasses financeiros nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.** 2018. Disponível em: < http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-repasses-financeiros>. Acesso em: 7 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Sistema de Acompanhamento da Produção CANAvieira (SAPCANA). **Relação de instituições cadastradas no departamento de cana-de-açúcar e agroenergia.** Disponível em: < http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sapcana/downloadBaseCompletaInstituicao.action >. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Manual Operacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDA/SPA, 2000. Disponível em: < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/cartilha%20pronaf.pdf.>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Portaria nº 080 de 24 de abril de 2002,** 2002. Disponível em: < https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=184224>. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Marco referencial para apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**, 2005. Disponível em: < http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Políticas de financiamento e proteção da produção - MDA. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2010-2011**.

Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDA/SPA, 2010. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Citricultura/26RO/App_MDA.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar:** renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. 2012. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf >. Acesso em 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Observatório da seca:** Garantia Safra. Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDA/SPA, 2013. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/garantia-safra.html>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).** Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDA/SPA, 2016a. Disponível em: < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Cartilha_do_Programa_de_Garantia_de_Pre%C3%A7os_M%C3%ADnimos_para_a_Agricultura_Familiar_-_PGPAF.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Agricultura familiar e do desenvolvimento agrário.** Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDA/SPA, 2016b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/assist%C3%AAncia-t%C3%A9cnica-de-extens%C3%A3o-rural>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **PAA:** modalidades, fonte dos recursos, órgãos executores, formas de acesso, ementa e limites da DAP, 2017a. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil.** Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. Brasília: DPMR/MDA, 2017b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Seguro da Agricultura Familiar (SEAF),** 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/seaf>. Acesso em: 3 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família.** Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDS/SPA, 2012. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Plano Brasil sem miséria no seu município.** Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDA/SPA, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/Cartilha_BSM,P20eleitoral_Municipio_20x25cm_10072014.pdf.pagespeed.ce.ioh8sxhan-.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Brasil sai do mapa da fome das nações unidas, segundo FAO**. Notícias MDS, Setembro de 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fomedas-nacoes-unidas-segundo-fao> Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar.** 2ª ed. Brasília, 2015. Disponível em: < www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?...9572...cartilha-2015>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Plataforma de Indicadores do Governo Federal/Ensino Básico/Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). PGI. Dados até agosto de 2014. **Número de alunos e escolas beneficiados pelo PNAE no período de 2000 a 2014.** Disponível em: <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204797&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BRASIL. Plataforma de Indicadores do Governo Federal/Ensino Básico/Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). PGI. Dados até agosto de 2014. **Valores repassados pelos Governos federal e municipal por alunos/ano e por escolas/ano no período de 2000 a 2014.** Disponível em: <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204797&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Bolsa Verde.** Disponível em: < http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Programa Combate às Carências Nutricionais (PCCN)**. Brasília: Ministério da Saúde: Secretaria Executiva, 2001. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_13.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Programa Alimentação Saudável:** Bolsa-Alimentação. Brasília: Ministério da Saúde: Secretaria Executiva, 2002. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta_saudavel.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. Plataforma Atlas Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BRASIL. **Programa Nacional de Habitação Rural:** Manual do programa, 2012. Disponível em: < http://www.contag.org.br/imagens/f2201cartilha_pnhr.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Economia, Emprego e Rendimento.** Disponível em: < http://www.perfil.seade.gov.br/#>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BUENO, P. H. C. O conceito de território e políticas públicas: algumas reflexões. In: IV Jornada Internacional de políticas públicas, São Luís (MA), **Anais...**São Luís (MA): Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2009, 10p. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br/.../o-conceito-de-territorio-e-politicas-publicas-algumas-reflexoe.....> Acesso em: 25 ago. 2016.

CALDEIRA, F. **Consumo alimentar em Presidente Prudente – SP:** subsídios para políticas públicas. 286 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; SOUZA JÚNIOR, J. P.; FERRER, M. T. Perspectivas dos jovens rurais: campo *versus* cidade. In: 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural "Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações", **Anais...** Porto Alegre, jul. 2009. Disponível em: < www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>. Acesso em: 8 set. 2018.

CARVALHO, R. K. C. Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA). In: **Revista de Política Agrícola,** v. 3, n. 1, jan./ fev./ mar. 1994. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/136/108>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CASTRO. I. R. R.; MONTEIRO, C. A. Avaliação do impacto do programa "Leite é Saúde" na recuperação de crianças desnutridas no município do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia,** v. 5, n. 1, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v5n1/07.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CASTRO, J. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983. 361p. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

CASTRO, I. E. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO, T. P.; BOMBARDI, L. M. **PNAE:** potencialidades e limites para contribuição no processo de territorialização camponesa, 2014. Disponível em: < http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/01/1A/11_Terena%20Castro.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CAVALCANTI, M. R. **Visão de futuro, oportunidades e dificuldades das associações de pecuaristas,** 2010. Disponível em: < http://www.beefpoint.com.br/visao-de-futuro-oportunidades-e-dificuldades-das-associacoes-de-pecuaristas-63049/>. Acesso em: 1 fev. 2018.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBÉ, Y.; BÚRIGO, F. L. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. In: **Política & Sociedade,** Florianópolis, v. 15, p. 49-79, Edição Especial, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2491>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CAZUMBÁ, N. Como criar uma associação: conceito e procedimentos. In: **Nossa Causa,** 2016. Disponível em: < http://nossacausa.com/como-criar-uma-associacao-conceito-e-procedimentos/>. Acesso em 1 fev. 2018.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CIOCCARI, C. C. **Ensino de Geografia e o trabalho de campo:** construindo possibilidades de ensino e aprendizagem sobre o espaço urbano e rural em Júlio de Castilhos, RS. 93 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CLEMENTE, E. C. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na região de Jales – SP.** 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil:** o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede *Farm* to *Cafeteria Canada* (F2CC). 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

COIMBRA, M.; MEIRA, J. F. P.; LIMA, M. B. **Comer e aprender***:* Uma história da alimentação escolar no Brasil. Belo Horizonte: Instituto Nacional de Alimentação Escolar, 1982. 320 p.

COLNAGO, E. T. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Dracena – SP.** 276 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia,** Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CÔNSOLI, M. A.; NEVES, M. F. (Coord.). **Estratégias para o leite no Brasil.** São Paulo: Atlas S.A./ PENSA, 2006.

CONTIJO, C. R. B. Agente**.** In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

COUTINHO DE PAULA, L. A.; HESPANHOL, R. A. M. O PAA no assentamento São José em Presidente Prudente (SP): seus desdobramentos na vida das mulheres agricultoras. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária "Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro". **Anais**…Uberlândia - MG, 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1146_1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: I Seminário Nacional Sociologia & Política, "Sociedade e Política em tempos de incerteza", **Anais**... UFPR, p. 1-20, 2009. Disponível em: <www.humans.ufpr.br/evento/SociologiaPolítica>. Acesso em: 8 set. 2018.

DATALUTA: Banco de dados da luta pela terra. **Relatório Pontal do Paranapanema 2013,** 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2013.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2015.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. **Desenvolvimento territorial:** articulação de políticas públicas e atores. Rio de Janeiro: CPDA/ICHS/UFRJ, 2007. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil.** Documentos. ISSN 1518-4277, nov. 2012. Disponível em: < http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/variacao-Geografica-do-Tamanho-dos-Modulos-Fiscais-no-Brasil-Embrapa.pdf >. Acesso em: 14 nov. 2016.

FARID, J. Agricultor tem baixo nível de escolaridade, aponta IBGE. In: **Economia & Negócios**, 2009. Disponível em: <

http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agricultor-tem-baixo-nivel-de-escolaridade-aponta-ibge,443486>. Acesso em: 1 mar. 2018.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Revista NERA,** Ano 8, n. 6, jan./jun., ISSN 1806-6755, 2005. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em: 26 ago. 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORNAZIER, A. O papel do município nas políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: 53º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER): Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Anais...**João Pessoa - PB, 2015. Disponível em: < http://sober.org.br/congresso2015/>. Acesso em: 13 maio 2017.

FRAZÃO, A. Brucelose. In: **Tua Saúde,** 2017. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/brucelose/>. Acesso em: 3 fev. 2018.

FRAZÃO, D. Josué de Castro: médico e pesquisador brasileiro. In: **Ebiografia.** Disponível em: <https://www.ebiografia.com/josue_de_castro/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FRAZÃO, D. Pierre Bourdieu: sociólogo francês. In: **Ebiografia.** Disponível em: < https://www.ebiografia.com/pierre_bourdieu/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FREITAS, E. R.; BANCO, M. S. S. G. **Agroecologia:** conceitos. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2010_2/agroecologia/index.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA),** Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GAVENTA, J.; VALDERRAMA, C. **Participation, citizenship and local governance.** Workshop Strengthening participation in local governance. Brighton: IDS, 1999, p. 25-41.

GEERTZ, C. Estar lá, escrever aqui. **Diálogos,** São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989.

GOMES JÚNIOR, N. N.; ANDRADE, É. R. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. Porto Alegre: In: **Revista Textos & Contextos,** v.12, n.2, p.392-402, jul/dez., 2013.

GOMES, T. P. S.; FERRANTE, V. L. S. B. Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. In: **Retratos de assentamentos.**

Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA. Araraquara, v. 15, n. 1, p. 157-185, 2012.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. In: **Textos para discussão Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) N. 133**, Porto Alegre, mar. 2013. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/20140730o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-e-sua-relacao-com-o-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** a produção e institucionalização das ideias. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva:** apontamentos e questões para o debate, 2009. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural** (**RESR)**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

GUNDERSON, G. W. **The national school lunch program:** Background and development. Washington: United States Department of Agriculture, 2008. 37 p.

GUTEMBERG, I. Qual a importância do PNAE no contexto educacional brasileiro? In: **Recanto das Letras.** Disponível em : < https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/5230255>. Acesso em: 15 fev. 2018.

HAESBAERT, R. Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In. SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

HAESBAERT, R. Território e região no desafio dos conceitos por uma política de ordenamento territorial. In: COELHO NETO, A; SANTOS, E.; SILVA, O. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS, 2010, p.155-170.

HALLEY, B. M. Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual. **GEOUSP:** Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 577-593, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/82793>. Acesso em: 23 fev. 2018.

HENTZ, C. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó – SC.** 239 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

HESPANHOL, A. N. **O Distrito de Rosana:** alguns aspectos. 82f. Monografia (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1985.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKY, J. C. (Org.). **Geografia Agrária:** território e poder. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 384p.

HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. M. Desenvolvimento rural e poder local: a situação dos CMDRs na região de Presidente Prudente-SP. In: Seminário Internacional "Desenvolvimento Local na Integração: estratégias, instituições políticas". **Anais...,** 2004, p.1-16.

HESPANHOL, R. A. M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. In: **Campo-território:** revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, ago. 2010, p. 125-147. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11964/8247>. Acesso em: 12 ago. 2015.

HESPANHOL, R. A. M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 ago. 2008, vol. II, nº. 270 (79). Disponível em: <.http://www.ub.es/geocrit/-xcol/221.htm>. Acesso em: 19 mar. 2015.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar:** Perspectiva de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2000.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. In: **Sociedade & Natureza,** Uberlândia, v 25, p. 469-483, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: IBGE, 2 ed. 2004. 332 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Definição de Microrregião, Mesorregião e Macrorregião**, 2018. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2018 Disponível em: < https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>. Acesso em: 12 ago. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/falta-trabalho-para-277-milhoes-de-pessoas-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2018.

INFORMATIVO NUTRIÇÃO. **Hipovitaminose A,** 2017. Disponível em: < http://informativodenutricao.blogspot.com.br/2008/11/hipovitaminose.html>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Quem somos.** Disponível em: <www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em: 6 mar. 2016.

IZIDORO, L. T. **Para além do espaço doméstico:** o Programa de Aquisição de Alimentos e a visibilização do trabalho feminino nos assentamentos rurais de Presidente Venceslau - SP. 106 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. In: **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 13 jan. 2017.

KAGEYAMA, A. A. (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro:** do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, 1987.

KASSAB, A. Tese revela peso da baixa escolaridade na desigualdade de renda no meio rural. In: **Jornal da UNICAMP,** 28 ago - 10 set. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp_hoje/jornalPDF/ju335pg04.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

LAGROTTI, C. A. A. **Dimensionamento dos lotes de assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lianecarvalho11@yahoo.com.br> em: 27 jul. 2018.

LAGROTTI, C. A. A. Modelo de exploração econômica para um lote de assentamento baseado em sistema rotacionado 'Integração lavoura-pecuária' em projetos na região do Pontal do Paranapanema.. In: II jornada de estudos em Assentamentos rurais, 2005, Campinas. **Anais...**, 2005.

LEITE, S.; CAZELLA, A.; LOPES, E.; ALENTEJANO, P.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N. G. **Políticas públicas, atores e desenvolvimento local/territorial:** análise sobre três casos do meio rural brasileiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005. (Relatório de Pesquisa – convênio REDES/ FAO-LSP).

LE MOAL, M. F. **Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2013.

LINDO, P. V. F. **Uma crítica geográfica ao conceito de território no PNAS:** Por um diálogo entre Geografia e Serviço Social. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

MACHADO, R. L. A. O que é CONSEA. In: **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2017. Disponível em: < http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea>. Acesso em: 16 set. 2018.

MAIA, P. O.; FERRANTE, V. L. B. S. PAA em assentamentos rurais: novos modos de vida? In: **Retratos de assentamentos,** v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/162/147>. Acesso em: 1 fev. 2018.

MARIOTO, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial:** um estudo comparativo entre os municípios de Euclides de Cunha Paulista - SP e Paranavaí - PR. 183 f. Dissertação (Mestrado de Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MARTINI, M. de. **A empresa de terras e colonização Labieno da Costa Machado:** do velho para o novo Oeste Paulista. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

MATOS, R. D.; MOLETA, D. CREME, P. K. C. Políticas públicas para o produtor rurl familiar no município de Guamiranga - PR. In: O maior congresso de Administração da América Latina "Conhecimento: a alavanca do desenvolvimento", **Anais...** Ponta Grossa (PR), set. 2017. Disponível em: < www.admpg.com.br/2017/down.php?id=2714&q=1>. Acesso em: 8 set. 2018.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. In: **Revista Okara:** Geografia em debate, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018. Disponível em: < http://www.okara.ufpb.br >. Acesso em: 18 ago. 2018.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. In: **Sociedade e Desenvolvimento Rural,** Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2007. Disponível em:

<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewPDFInterstitial/20/22>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do PRONAF Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 175-199.

MAY, T. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. **Assentamentos rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MUAD, 2004.

MENEZES, C. C. P.; MARTINES, L.; PAGANI NETTO, C. Projeto CATI Leite. In: PAGANI NETTO, C. (Coord.). **Manual técnico CATI.** Campinas, n. 80, p. 1-12, dez. 2012.

MOCELIN, D. G. **Fato sociológico.** Disponível em: < http://fatosociologico.blogspot.com/2010/07/bourdieu-propoem-concepcao-de-agente.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MONASTIKY, L. B.; ALBUQUERQUE, E. S.; BAUCHROWITZ, L.; LIMA, J. A "escala esquecida": modernização e políticas públicas nos distritos municipais. In: **Temas & Matizes,** n. 16, p. 8-23, 2009.

MONTEIRO, J. C. B. As principais diferenças entre Ltda e S.A. In: **Contábeis:** o portal da profissão contábil. Disponível em: < http://www.contabeis.com.br/artigos/2062/as-principais-diferencas-entre-ltda-e-sa/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, E. V. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul – SP.** 378 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

MOREIRA, F. M.; CARVALHO, A. M. G.; SANTOS, P. L. V. A. C.; SANTANA, R. C. G. Estratégias e políticas públicas de informação para inclusão de agricultores familiares na sociedade da informação. In: **Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM)** "Estratégias para a preservação e acesso à informação", 2013. Disponível em: < https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/estrategias-e-politicas-publicas-de-informacao-para-inclusao-de-agricultores-familiares.pdf>. Acesso em: 8 set. 2018.

MORAIS, E. P. **Envelhecimento no meio rural:** condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul – RS. 216 f. Tese (Doutorado em

Enfermagem Fundamental). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

NAVARRO, Z. Meio século de transformações no mundo rural e a ação governamental. In: **Revista de política agrícola,** Ano XIX, Brasília, jul/2010, p.107-151. Disponível em: <http://www.cecat.embrapa.br/estudos-estrategicos>. Acesso em: 22 abr. 2017.

NEVES NETO, C. C. O Projeto de desenvolvimento rural sustentável - Microbacias II., **Periódico eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista,** v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: < www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum.../114>. Acesso em: 23 set. 2017.

NEVES NETO, C. C. **Políticas públicas & desenvolvimento rural:** o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, R. A. M. A atuação das organizações coletivas rurais na execução do PAA nos municípios do EDR de Dracena - SP. In: 2º Simpósio Internacional em Agronegócio e Desenvolvimento (SIAD): "Desafios da Segurança Alimentar". **Anais...**Tupã - SP, 2016. Disponível em: <www.tupa.unesp.br/siad>. Acesso em: 26 abr. 2017.

NEY, M. G.; PEREIRA, V. S.; ZAMPIROLLI, P. D. A importância da educação para a reforma agrária e a melhoria do nível de renda dos empregados na agricultura brasileira. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais...**Porto Alegre, 2009. Disponível em: < www.sober.org.br/palestra/13/681.pdf>. Acesso em: 8 set. 2018.

OLIVEIRA, C. Agricultores temem extinção do Programa de Aquisição de Alimentos. In: **Rede Brasil Atual (RBA),** 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/contag-teme-extincao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 25 abr. 2018.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, P. S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas.** São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998, v. 1, p. 17-26.

OLIVEIRA, J. A. O que significa agronegócio? **Sociedade Espírito-santense de engenheiros agrônomos (SEEA)**, 2010. Disponível em: <http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php>. Acesso em: 17 out. 2017.

OLIVEIRA, J. O. **Políticas Públicas para a agricultura familiar**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

OLIVEIRA, E. S. **As políticas de alimentação e nutrição no Brasil:** uma opção para os descamisados? 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/600/580>. Acesso em: 22 mar. 2017.

PANTOJA, M. R. R. **Minifúndio.** Disponível em: < www.revista.unisal.br/lo/index.php/revdir/article/view/93/55>. Acesso em: 23 fev. 2018.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.** 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

PELIANO, A. M. M. Assistência alimentar nas políticas governamentais. **Revista de Política Agrícola,** v. 10, n. 1, p. 20-26, 2001.

PENA. R. F. A. Conceito de território. In: **Mundo Educação,** 2017. Disponível em: < http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conceito-territorio.htm>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PENA, R. F. A. Êxodo rural no Brasil. In: **Mundo Educação,** 2018. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/Exodo-rural-no-brasil.htm>. Acesso em: 8 set. 2018.

PINHEIRO, A. R. O. Reflexões sobre o processo histórico/político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2008. Disponível em: < http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1813/1866>. Acesso em 23 mar. 2017.

PINTO, H. S. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A modernização do Estado e os avanços na superação da fome. In: **Textos para discussão 150,** ago/2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/.../td-150-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil-....>. Acesso em: 22 mar. 2017.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PMDRS) DE MIRANTE DO PARANAPANEMA, 2010.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PMDRS) DE ROSANA, 2015.

PORTAL CANASAT. **Monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite**. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/tabelas.html>. Acesso em: 19 fev. 2018.

PSICOLOGIA ACADÊMICA. **O que é estruturalismo?**, 2011. Disponível em: < https://psicologiaacademica.blogspot.com/2011/01/o-que-e-estruturalismo.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RAMALHO, C. B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema/SP.** 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

REAL, L. C. V. **A problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar:** uma revisão de literatura. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2011.

RESENDE, L. M. **A Segurança Alimentar e Nutricional e a transferência de renda na América Latina:** uma revisão de literatura. 73 f. Monografia (Graduação em Nutrição) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RIBEIRO, R. J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, São Paulo, 11 (1), p. 189-195, maio de 1999.

RIBEIRO, M. L. N.; SOARES JUNIOR, R. **O latifúndio e o minifúndio na perspectiva do Direito Agrário**, 2015. Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/44805/o-latifundio-e-o-minifundio-na-perspectiva-do-direito-agrario>. Acesso em: 23 fev. 2018.

ROCHA, H. H. P. Educação escolar e higienização de infância. In: **Caderno CEDES,** v. 23, n. 59, Campinas, 2003.

ROSSI, P. H.; FREEMAN, H. E. **Evaluation:** a systematic approach. Newbury Park, Sage publications, 1993.

RURALNEWS. **Estufas:** produção agrícola em ambientes controlados. Disponível em: <http://www.ruralnews.com.br/visualiza.php?id=202>. Acesso em: 13 out. 2016.

SACK, R. D. Human territoriality**:** a theory. **Annals of the Association Geographers**, v. 73, n. 01, p. 55-74, 1986.

SANTOS, G. R.; VIAN, C. E. F.; SHIKIDA, P. F. A.; BELIK, W. Apontamentos e diretrizes para políticas públicas. In: SANTOS, G. R. **Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil:** desafios, crises e perspectivas. IPEA, 2016.

SANTOS, J. C dos. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente-SP.** 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, J. C.; PESSÔA, V. L. S. A territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP: as tramas do capital e os impactos no mundo do trabalho. In: **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, v.3, n. 5, p. 243-263, fev. 2008. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11847/6934>. Acesso em: 31 jan. 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**. Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo, 2000.

SANTOS, M. P. **Mirante do Paranapanema:** 50 anos de história. Mirante do Paranapanema, 2003. 1 CD ROM.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21, 22), p. 111 – 125, 1999.

SANTOS, S. A. dos. **Análise socioeconômica do Assentamento Timboré**. 29 f. Disponível em: < http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/anexo_princ_3.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SANTOS, S. R.; COSTA, M. B. S.; BANDEIRA, G. T. P. As formas de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: **Revista Salud Pública,** v. 18, n. 2, p. 311-322, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303957356_As_formas_de_gestao_do_programa_nacional_de_alimentacao_escolar_PNAE>. Acesso em: 17 set. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). **Calendário de produção da agricultura familiar de Adamantina,** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lianecarvalho11@yahoo.com.br> em: 5 jul. 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: **Ciência Saúde Coletiva,** 2013, v. 18, n. 4. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000400004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 5 maio 2017.

SARON, F. A. **Os efeitos dos programas de desenvolvimento rural para o apoio à agricultura familiar no Noroeste paulista:** limites, desafios e perspectivas. 243. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

SCHMITZ, D.; MOTA, M.; SOUSA, G. M. O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres em Sergipe. In: **Política & Sociedade,** Florianópolis, v. 15, p. 80-103, Edição Especial, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2491>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA. **Perfil dos distritos 2013,** 2013. Disponível em:< http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_agricultura/geral/perfil_distritos_2013.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Associações rurais:** práticas associativas, características e formalização, Brasília: SENAR, 2011. 56 p.: il.; 21 cm - (Coleção SENAR; 153). Disponível em: < http://www.senar.org.br/sites/default/files/153_-_associacoes_rurais_0.pdf >. Acesso em: 1 fev. 2018.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. In: **Estudos avançados,** v. 9, n. 23, jan./abr., 1995. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100007 >. Acesso em: 22 mar. 2017.

SILVA, E. R. F. **Modernização da agricultura e reestruturação produtiva da atividade leiteira.** 284 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, E. R. F. **O perfil do produtor na cadeia produtiva do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.** 111. f. Monografia (Graduação em Tecnologia em Agronegócio) - Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2009.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. (Org.). **Fome Zero:** a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf >. Acesso em: 22 mar. 2017.

SILVA, K. R. D.; SILVA, L. A. C. **Análise da comercialização e do impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de Bananeiras, na Paraíba,** Universidade Federal da Paraíba, Universidade Aberta do Brasil, 2011. Disponível em: < http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/analise_da_comercializaaao_e_do_impacto_do_paa_e_pnae_na_condiaao_de_vida_das_famalias_agricultoras_de_bananeiras_na_paraaba_1343924527.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.

SILVA, M. E. **A Representação Social e a Territorialidade da Reforma Agrária no Espaço Urbano a partir do Programa de Aquisição dos Alimentos.** 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas IGCE - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil.** Porto Alegre: UFGRS, 2004, p. 9-20.

SILVA, P. F. J. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na Região de Presidente Prudente - SP. 285 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SILVA, S. P. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. In: **Texto para discussão:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SIMÃO, G. L.; SILVA, E. A.; SILVEIRA, S. F. R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, Brasília, jul./set., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000300007>.Acesso em: 17 fev. 2018.

SITE DA INCOL. **Conheça a INCOL.** Disponível em: <http://www.incol.com.br/site/aEmpresa.php>. Acesso em: 11 out. 2016.

SITE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão**: vários anos. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SITE DRAUZIO. **Doenças e sintomas:** anemia ferropriva, 2016. Disponível em: < https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/anemia-ferropriva/>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SITE SF AGRO *FARMING* BRASIL. **Rio Rural incentiva o uso de arado de boi para reduzir impactos no solo,** 2016. Disponível em: <.http://sfagro.uol.com.br/rio-rural-incentiva-o-uso-do-arado-de-boi-para-reduzir-impactos-no-solo/>. Acesso em: 21abr. 2018.

SOBRAL, F.; COSTA, V. M. H. M. Programa nacional de alimentação escolar: sistematização e importância. In: **Revista Alimentos e Nutrição,** v. 19, n. 1, p. 73-81,

2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/37995067-Programa-nacional-de-alimentacao-escolar-sistematizacao-e-importancia.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

SOUSA, J. R. G. Nas linhas do território: entre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário – a inserção do PAA como mecanismo articulador do território na construção da territorialidade camponesa. In: **Boletim DATALUTA,** n. 111, mar. 2017. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 5 maio 2017.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). In: **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR),** Piracicaba – SP, v. 52, supl. 1, p. S205-S222, 2014, imp. Fev. 2015. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600011>. Acesso em: 8 set. 2018.

SOUZA, G. P. O.; OLIVEIRA, A. J. M.; TAKENAKA, E. M. M. Reflexões sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. In: **Periódico Eletrônico do X Fórum Nacional da Alta Paulista,** v. 10, n. 11, 2014, p. 1-17. Disponível em: < https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/.../801>. Acesso em: 05 maio 2017.

SOUZA, J. R. M. A política de aquisição de alimentos na mira do golpe. In: **Revista Okara:** Geografia em debate, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 664-677, 2018. Disponível em: < http://www.okara.ufpb.br >. Acesso em: 18 ago. 2018.

SOUZA, L. B. Organizações da agricultura familiar no Estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. In: BELIK, W.; CORÁ, M. A. J. (Org.). **Projeto Nutre SP:** análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012, p. 31-45.

SOUZA, P. C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural na Região de Presidente Prudente:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, R. J. de. **O sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo sobre as dinâmicas socioambientais em Mirante do Paranapanema – SP.** 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, S. P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas:** o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

SOUZA, S. P. **Políticas públicas e desenvolvimento territorial:** O Programa Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia)

– Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SOUZA, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **O Pontal do Paranapanema e a transformação do latifúndio em áreas de assentamento rural:** o caso do assentamento São Bento. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-05.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

STEFFENON, R.; MOSER, L. **A moradia rural nos assentamentos da reforma agrária:** o caso do assentamento Quiguay Passos Maia - Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_6A/06A-06.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

STOLARSKI, M. C.; CASTRO, D. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 113, p. 31-58, jul./dez. 2007. Disponível em: < www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/rev_pr_113_marcia.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

TAKAGI, M. **Construindo a política de segurança alimentar e nutricional no Brasil,** 2017. Disponível em: <http://cienciadoleite.com.br/noticia/3300/construindo-a-politica-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil--parte-3>. Acesso: 22 mar. 2017.

TAVEIRA, L. R. S.; OLIVEIRA, J. T. A. A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v. 46, n. 1, Brasília, jan./mar., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000100001>. Acesso em: 03 fev. 2018.

TEIXEIRA, G. S.; ABDALLAH, P. R. Política de Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal: assistencialismo ou incentivo? In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER) **Anais...**Rio Branco – AC, 2008. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/905>. Acesso em: 26 abr. 2017.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. In: **Revista Território,** ano III, n. 5, jul./dez. 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/05_3_trindade%20jr.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XVII, 2012, Belo Horizonte/MG. **Anais...,** 2012. Belo Horizonte, 2012. p. 1-10.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. Programas de comercialização de alimentos: uma análise das modalidades de intervenção em interface com a cidadania. In: **Revista de Nutrição,** Campinas, v. 16, n. 4, p. 387-397, out./dez., 2003. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/26371322_Programas_de_comercializacao_de_alimentos_uma_analise_das_modalidades_de_intervencao_em_interface_com_a_cidadania>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA - UDOP. **Usinas/destilarias no mundo.** Disponível em: < http://www.udop.com.br/index.php?item=unidades&cn=am&id_pais=1#A >. Acesso em: 12 fev. 2018.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. In: **Revista de Nutrição,** Campinas - SP, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005. Disponível em: < http://www.jourlib.org/paper/1080726#.WHkb6lMrLIU>. Acesso em: 13 jan. 2017.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Aprendizagens territoriais na Amazônia Paraense: o que as experiências nos ensinam? In: VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. M.; LADISLAU, E. (Org.). **O desafio Político da Sustentabilidade Urbana:** Gestão Socioambiental de Belém. Belém: Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), 2009, p. 315-331.

VELOSO, F. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP):** o PRONAF e o PAA. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

VELOSO, F. **Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP).** 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

VIEGAS, G. L. **Renda das mulheres no PAA nos anos de 2016 e 2017** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lianecarvalho11@yahoo.com.br> em: 9 ago. 2018.

VIEGAS, G. L. **Ausência da modalidade "Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)" nos anos de 2015 e 2016 nos relatórios e compêndios da CONAB** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lianecarvalho11@yahoo.com.br> em: 13 ago. 2018.

VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do Estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da

agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: **Revista Brasileira de Epidemiologia,** São Paulo – SP, v. 16, n. 1, p. 223 - 226, 2013. Disponível em: < http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v16n1/1415-790X-rbepid-16-01-0223.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA - ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EDR) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:
Profissão:

1. De que forma o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) auxilia na execução do PAA e PNAE nos municípios?

2. Como era o desenvolvimento do PNAE nos municípios de responsabilidade do EDR antes de 2009 e depois com a implantação da lei que garante que, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar?

3. Qual o número de agricultores familiares participantes dos programas (PAA/PNAE)? E quais foram as principais dificuldades no início da implantação? Como foram resolvidas?

4. No início do processo de implantação dos programas (PAA/PNAE) houve uma seleção de agricultores para participar? E, atualmente, se um produtor deseja participar, como ele deve proceder?

5. No caso das associações participantes do PAA/PNAE, o (a) senhor (a) considera que a participação dos associados tornou-se mais frequente com a implantação destas políticas públicas nos município de abrangência do EDR? Em caso negativo, por que esse desinteresse ocorre?)

6. Os preços de referência para os agricultores familiares que participam do PAA/PNAE são compensadores? Qual é o parâmetro de referência dos preços para os programas?

7. Quais são os tipos de alimentos produzidos pelos agricultores incluídos no PNAE? Existe um controle ou vigilância sobre a qualidade dos alimentos distribuídos? Como isso é feito?

8. Houve melhoria na qualidade destes produtos depois que passaram a ser entregues nos programas? Em caso afirmativo, a que se deve isso? E de que maneira é realizado o processo de distribuição desses alimentos nos municípios abrangidos pelo EDR?

9. Quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram distribuídas ao público alvo, desde o início da adesão dos municípios ao programa? E atualmente (2016)?

10. Houve uma adequação dos agricultores participantes do PAA/PNAE em adoção de tecnologias em suas propriedades? De que maneira isso ocorreu, eles se utilizaram de algum tipo de financiamento (Pronaf)?

11. Qual é o nível de dinamismo da economia dos municípios selecionados? O (A) senhor (a) considera alto ou baixo? Isso está ligado diretamente com a implantação do PAA/PNAE? O (A) senhor (a) considera que os programas trouxeram dinamicidade para economia local? Como? Por quê?

12. Quais são os aspectos positivos dos programas?

13. Quais são as limitações do PAA/PNAE?

14. Quais são as sugestões para a melhoria dos programas?

15. Qual é a importância da continuidade dos programas?

16. Em sua opinião, com os programas houve aumento e/ou diversificação da oferta de alimentos nos municípios? Em caso afirmativo, por que/como?

17. O (A) senhor (a) considera que o PAA e o PNAE trazem benefícios em relação à garantia de segurança alimentar? Por quê?

18. E quanto à redução do êxodo rural dos municípios pertencentes ao EDR?

19. Em sua opinião, esses programas podem estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo? Ou apenas melhoram as condições daqueles produtores que permaneceram no campo? Por quê?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CASAS DA AGRICULTURA, INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP) E DIVISÃO AGROPECUÁRIA MUNICIPAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:
Profissão:

1. Qual a função/objetivo (s) dessa instituição?

2. Como ocorreu no município a implantação dos programas PAA e PNAE? O (A) senhor (a) teve algum tipo de participação? De que forma?

3. Em relação à associação, o (a) senhor (a) auxiliou no primeiro projeto elaborado para o PAA? Como procedeu tal ajuda? O (A) senhor (a) também ajudou a associação a fazer o projeto para o PAA? E hoje, de que forma auxilia os produtores associados?

4. No início da implantação dos programas PAA e PNAE houve uma seleção de produtores para participar dos programas na associação? Em caso afirmativo, quais critérios foram levados em consideração? Quais foram as principais dificuldades? Elas foram resolvidas? Como?

5. Como o (a) senhor (a) avalia os impactos gerados por esses programas (PAA e PNAE) para o segmento da agricultura familiar no município? Eles foram positivos? Quais foram as principais mudanças alcançadas?

6. E para o município, de modo geral os programas trouxeram uma significativa transformação em termos sociais e econômicos? Houve uma diversificação e aumento da oferta de alimentos? Seria possível quantificar essas informações (em termos de área cultivada/variedade de produtos cultivados, número de produtores rurais participantes)?

7. Quais foram os resultados alcançados nas entidades beneficiadas com o PAA e nas escolas com o PNAE no município?

8. Que outros tipos de benefícios a seu ver os programas podem gerar? Existem aspectos negativos ou limitações ao desenvolvimento do programa? Quais? Como podem ser resolvidos em sua opinião?

9. Em sua opinião, o que precisaria ser alterado nos programas? O (A) senhor (a) considera que os preços de comercialização compensadores para os produtores rurais? Em média, é maior ou menor ao praticado pelos intermediários ou outros canais de comercialização?

10. Podemos afirmar que esses programas podem estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo? Ou apenas melhoram as condições daqueles produtores que permaneceram no campo? Qual sua visão sobre esse aspecto?

11. Em relação às associações de produtores e, em especifico os associados, o (a) senhor (a) acredita que programas como o PAA e o PNAE têm ajudado a fortalecê-las? Em quais aspectos?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA - DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS DO PAA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:
Função:

1. Qual (is) o (s) objetivo (s)/ funções do Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA?

2. Quem são os beneficiários do Departamento de Distribuição dos Alimentos do PAA? Há um cadastrado? Em caso afirmativo, como ocorre?

3. Como funciona a distribuição dos alimentos?

4. Na sua avaliação, quais são os aspectos positivos do PAA?

5. Na sua avaliação, quais são as limitações do PAA?

6. Quais são as suas sugestões para a melhoria dos programas?

7. Na sua opinião, qual é a importância da continuidade dos programas?

8. O (A) senhor (a) considera que o PAA traz benefícios em relação à garantia de segurança alimentar na escala do município? Em caso afirmativo, como? Em caso negativo, por quê?

9. Em sua opinião, esse programa pode estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo? Ou apenas melhoram as condições daqueles produtores que permaneceram no campo? Por quê?

10. Quantos funcionários trabalham no Departamento de Distribuição de Alimentos? São da prefeitura municipal? Há voluntários? Em caso afirmativo, quantos?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECEPÇÃO DO PNAE DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

1. Nome do entrevistado:

2. Função:

3. Nome da entidade:

4. Tipo de entidade? Está vinculada a qual entidade? Pública? Particular?

5. Qual é o público atendido (instituições de ensino, entidades filantrópicas, etc.)?

6. Há quanto tempo a entidade trabalha com o PNAE?

7. Como é feita a entrega dos produtos para a entidade?

8. Quais produtos e que quantidade a entidade recebe no PNAE? Quais ela mais utiliza?

9. Existe alguma restrição e/ou exigência com relação às características dos produtos recebidos?

10. E com relação à parte burocrática, ou seja, quais documentos são necessários dispor/entregar para participar do PNAE? Ë muito complicado? Quais etapas são necessárias?

11. Qual é sua avaliação do PNAE (numa escala de 0 a 10). Justifique.

12. O departamento está satisfeito com o programa? E com os produtos recebidos?

13. Quais fatores limitam ou dificultam o acesso dos pequenos produtores rurais ao PNAE?

14. Se pudesse fazer sugestões para melhorar o programa, quais seriam?

15. Em sua opinião, o PNAE pode estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo? Ou apenas melhora as condições daqueles produtores que permaneceram no campo? Por quê?

16. Quantos funcionários trabalham nesse Departamento? São da prefeitura municipal? Há voluntários? Em caso afirmativo, quantos?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:
Profissão:

1. Qual a função do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)?

2. O CMDR auxilia na execução do PAA e do PNAE nos municípios? Em caso afirmativo, de que forma? Em caso negativo, por quê?

3. Como era o desenvolvimento do PNAE nos municípios antes de 2009 e depois com a implantação da lei que garante que, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar?

4. Qual é o número de agricultores familiares participantes dos programas (PAA/PNAE)? E quais foram as principais dificuldades no início da implantação? Como foram resolvidas?

5. No início do processo de implantação dos programas (PAA/PNAE) houve uma seleção de agricultores para participar? E, atualmente, se um produtor deseja participar, como ele deve proceder?

6. No caso das associações participantes do PAA/PNAE, o (a) senhor (a) considera que a participação dos associados tornou-se mais frequente com a implantação destas políticas públicas nos municípios de abrangência do EDR? Em caso negativo, por que esse desinteresse ocorre?)

7. Os preços de referência para os agricultores familiares que participam do PAA/PNAE são compensadores? Qual é o parâmetro de referência dos preços para os programas?

8. Quais são os tipos de alimentos produzidos pelos agricultores incluídos no PNAE? Existe um controle ou vigilância sobre a qualidade dos alimentos distribuídos? Como isso é feito?

9. Houve melhoria na qualidade destes produtos depois que passaram a ser entregues nos programas? Em caso afirmativo, a que se deve isso? E de que maneira é realizado o processo de distribuição desses alimentos nos municípios abrangidos pelo EDR?

10. Quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram distribuídas ao público alvo, desde o início da adesão dos municípios ao programa? E atualmente (2016)?

11. Houve uma adequação dos agricultores participantes do PAA/PNAE em adoção de tecnologias em suas propriedades? De que maneira isso ocorreu, eles se utilizaram de algum tipo de financiamento (Pronaf)?

12. Na sua opinião, quais são os aspectos positivos dos programas?

13. Na sua opinião, quais são as limitações do PAA/PNAE?

14. Na sua opinião, quais sugestões poderiam ser dadas para a melhoria dos programas?

15. Qual é a importância da continuidade dos programas?

16. Em sua opinião, com os programas houve aumento e/ou diversificação da oferta de alimentos nos municípios? Em caso afirmativo, por que/como?

17. O (A) senhor (a) considera que o PAA e o PNAE trazem benefícios em relação à garantia de segurança alimentar? Por quê?

18. E quanto à redução do êxodo rural dos municípios?

19. Em sua opinião, esses programas podem estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo? Ou apenas melhoram as condições daqueles produtores que permaneceram no campo? Por quê?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE F: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (COMSEA) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:
Escolaridade:
Profissão:

1. Quais são as atribuições do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) no município?

2. Quem pode compor o COMSEA? Por quantos membros ele é composto? De que maneira é realizada a escolha dos membros do conselho? É por votação? Por quanto tempo permanece uma equipe de gestão do COMSEA? E possível numa mesma gestão ocorrer a entrada e/ou a saída de membros do COMSEA?

3. Como são distribuídas as funções do COMSEA entre seus membros? O que faz cada integrante?

4. Há quanto tempo o (a) senhor (a) está na gestão do COMSEA? Como entrou no Conselho, foi por escolha própria ou indicado por alguém? No caso de indicação, quem fez? No caso de ter sido escolha sua, como ficou sabendo da existência do COMSEA?

5. Desde que ano o COMSEA funciona no município? Porque a criação do COMSEA ocorreu nesse ano? O que motivou sua criação? Quem teve a iniciativa de cria-lo? Quais foram as dificuldades iniciais?

6. O (A) senhor (a) tem o papel de fiscalizar os produtos entregues para a merenda escolar na associação? Como é a relação entre os membros do COMSEA com a associação de produtores? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo quais? E como foram resolvidos?

7. E com os produtores rurais, o (a) senhor (a) (membros do COMSEA) tem contato direto? Em caso afirmativo, de que forma isso ocorre? É difícil essa relação ou não? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo, quais? E como foram resolvidos?

8. E com as escolas participantes do programa, como COMSEA atua perante elas? É difícil essa relação ou não? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo quais? E como foram resolvidos?

9. Qual é a importância que o (a) senhor (a) atribui ao papel desempenhado pelo COMSEA junto ao programa da merenda escolar (PNAE)? Existe alguma coisa que precisa ser mudado e melhorado no COMSEA?

10. Qual sua opinião sobre o PNAE, considerando seus aspectos positivos ou negativos? O que o (a) senhor (a) acredita que precisa melhorar no funcionamento do programa?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE G: ROTEIRO DE ENTREVISTA - CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:
Escolaridade:
Profissão:

1. Quais são as atribuições do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no município?

2. Quem pode compor o CAE? Por quantos membros ele é composto? De que maneira é realizada a escolha dos membros do conselho? É por votação? Por quanto tempo permanece uma equipe de gestão do CAE? E possível numa mesma gestão ocorrer a entrada e/ou a saída de membros do CAE?

3. Como são distribuídas as funções do CAE entre seus membros? O que faz cada integrante?

4. Há quanto tempo o (a) senhor (a) está na gestão do CAE? Como entrou no Conselho, foi por escolha própria ou indicado por alguém? No caso de indicação, quem fez? No caso de ter sido escolha sua, como ficou sabendo da existência do CAE?

5. Desde que ano o CAE funciona no município? Porque a criação do CAE ocorreu nesse ano? O que motivou sua criação? Quem teve a iniciativa de cria-lo? Quais foram as dificuldades iniciais?

6. O (A) senhor (a) tem o papel de fiscalizar os produtos entregues para a merenda escolar na associação? Como é a relação entre os membros do CAE com a associação de produtores? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo quais? E como foram resolvidos?

7. E com os produtores rurais, o (a) senhor (a) (membros do CAE) tem contato direto? Em caso afirmativo, de que forma isso ocorre? É difícil essa relação ou não? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo, quais? E como foram resolvidos?

8. E com as escolas participantes do programa, como CAE atua perante elas? É difícil essa relação ou não? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo quais? E como foram resolvidos?

9. Qual é a importância que o (a) senhor (a) atribui ao papel desempenhado pelo CAE junto ao programa da merenda escolar (PNAE)? Existe alguma coisa que precisa ser mudado e melhorado no CAE?

10. Qual sua opinião sobre o PNAE, considerando seus aspectos positivos ou negativos? O que o (a) senhor (a) acredita que precisa melhorar no funcionamento do programa?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE H: ROTEIRO DE ENTREVISTA - NUTRICIONISTA DA MERENDA ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:
Escolaridade:
Profissão:

1. Quais são suas atribuições em relação à alimentação escolar no município? Há quanto tempo o (a) senhor (a) está nesta função?

2. Ocorreram mudanças na alimentação oferecida nas escolas com a adoção do PNAE? Em caso afirmativo, quais? Houve significativa transformação com a entrada dos produtos da agricultura familiar? Como? (Os alunos aceitaram bem os novos cardápios)?

3. Quais foram as principais dificuldades encontradas no início da implantação do PNAE no município? Essas dificuldades estavam relacionadas à entrada dos produtos da agricultura familiar ou tiveram outros motivos? Como essa mudança foi aceita pelas merendeiras? Houve mudança em relação ao preparo dos alimentos? Como?

4. Quais são os critérios utilizados para a elaboração do cardápio a ser consumido nas escolas? Existe uma adequação dos produtos a serem consumidos com o que o produtor possui para entregar? Quem participa da elaboração do cardápio? Como ele é elaborado? Em que período do ano? Existe transformação do cardápio ao longo do ano como isso funciona?

5. Na elaboração do cardápio para a merenda escolar, já ocorreu à situação de vários produtores terem o mesmo produto a ser entregue no programa? Em caso afirmativo, qual medida foi tomada para solucionar esse problema? Esse problema ainda vem ocorrendo? Com qual frequência? Existe comum acordo entre os produtores na entrega dos produtos? É por intermédio da associação. Como funciona?

6. Como é a relação estabelecida com os produtores para a aquisição do produto da merenda? Já aconteceu alguma vez do produtor não ter o produto solicitado para a merenda? Como solucionaram esse caso?

7. As cozinheiras e/ou merendeiras receberam algum treinamento/instrução sobre o modo de preparo dos alimentos? Em caso afirmativo, qual é a periodicidade desses treinamentos? De que forma são realizados? Quem é o responsável pelos treinamentos?

8. A merenda escolar do município é atendida somente com os produtos do agricultor familiar, ou existem outras formas de aquisição desses alimentos? (Exemplo mercado varejista ou outras formas). Em caso afirmativo, por que isso ocorre? Isto está intimamente ligado com a falta de produtos oferecidos pelos produtores segundo as exigências criadas na merenda das escolas? Ou há outros fatores? Quais?

9. No programa da merenda escolar (PNAE) é obrigatória a compra de no mínimo 30% dos recursos do FNDE com produtos da agricultura familiar do município. Dessa forma, quando o produtor participa do programa e não entrega a mercadoria seja por que acabou ou outro motivo, o que é feito para obter o mesmo produto? De que forma é operacionalizado? Há a substituição do produto ou o produtor, ou há a compra do mercado varejista? No caso da substituição por outro produto ou por outro produtor ou a compra de mercado varejista é possível essa flexibilidade dentro do programa, ou a prioridade de compra é dada somente ao produtor? Explique como funciona.

10. Como ressaltado anteriormente, o município tem obrigação de comprar 30% dos recursos do FNDE com produtos da agricultura familiar os produtos para a merenda escolar. Qual é a porcentagem de compra dos produtores no município? Em sua opinião, por que isso ocorre?

11. O (A) senhor (a) saberia me informar quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram distribuídas às crianças e adolescentes desde o início da adesão do município ao programa da merenda escolar? E atualmente (2016)?

12. Como é realizado o pagamento dos produtos fornecidos? É via associação ou diretamente
como os produtores? É mensal, semanal, trimestral? Como funciona?

13. Como o (a) senhor (a) avalia a adoção do PNAE para a merenda escolar do município? Quais são seus aspectos positivos e negativos? Em sua opinião, o que precisaria ser modificado ou transformado no programa para torná-lo melhor?

14. A maioria dos alunos tem aderido à merenda escolar?

15. Existem casos de sobras de alimentos nas escolas? Em caso afirmativo, o que tem sido feito para solucionar esse problema?

16. No que se refere à condição socioeconômica dos alunos, qual é a sua opinião sobre a importância da alimentação regular na escola?

17. Com relação aos alimentos industrializados (óleo, sal, açúcar, dentre outros) e às carnes (bovina, suína, dentre outras), de que forma são adquiridos?

18. O cardápio contém produtos embutidos (salsicha, linguiça, empanados, dentre outros) e sucos artificiais? Em caso afirmativo, qual é a frequência da sua utilização?

19. O (A) senhor (a) acredita que os hábitos alimentares adquiridos na escola influenciam de algum modo, a alimentação no espaço familiar dos alunos?

20. Qual é a sua opinião à respeito da venda de lanche na cantina da escola? De que modo essa situação afeta a escolha pela alimentação oferecida pela merenda?

21. Existe alguma iniciativa, já iniciada, de realização de projeto vinculado entre o (a) senhor (a) e as escolas, com o objetivo de ensinar aos alunos a importância de uma alimentação saudável para a promoção de um estado de bem estar e qualidade de vida e saúde? Em caso afirmativo, comente sobre isso.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA - COZINHEIRAS E/OU MERENDEIRAS DAS ENTIDADES ESCOLARES E DA COZINHA PILOTO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Número do questionário:
Nome do entrevistado:
Local da entrevista:
Profissão:

1. Há quantos anos a senhora trabalha como cozinheira nessa instituição? Já trabalhou em outras nessa mesma função?

2. O que modificou na alimentação oferecida nas escolas com a adoção do programa de merenda escolar (PNAE)? Houve significativa transformação com a entrada dos produtos da agricultura familiar? Como? (Os alunos aceitaram bem os novos cardápios)?

3. O que modificou no trabalho da senhora com a adoção da entrada dos produtos da agricultura familiar? Relate sobre isso?

4. Os alunos têm aderido à merenda escolar? Em caso negativo, destacar os motivos da não aceitação.

5. Existem casos de sobra de alimentos nas escolas? Em caso afirmativo, o que tem sido feito para solucionar esse problema?

6. Quanto às questões sanitárias, de que forma elas são operadas dentro do programa?

7. Os alimentos recebidos para o preparo da merenda são frescos? Qual é a frequência do recebimento?

8. Em que local os alimentos são armazenados?

9. No que se refere à condição socioeconômica dos alunos, qual é a sua opinião sobre a importância da alimentação regular na escola?

10. Para a senhora, a saúde dos alunos mudou com a inserção da alimentação escolar implementada pelo PNAE?

11. Com relação aos alimentos industrializados (arroz, feijão, óleo, sal, açúcar, entre outros) e às carnes (bovina, suína, aves, entre outras), de que forma são adquiridos?

12. O cardápio contém alimentos como embutidos (salsicha, calabresa, linguiças empanados) e sucos artificiais? Qual é a frequência da sua utilização no cardápio?

13. Quantas cozinheiras e/ou merendeiras atuam no preparo da merenda escolar atualmente? E quantos funcionários trabalham nesse local, de forma geral, atualmente? Quem são eles e quais são as
suas funções?

14. As cozinheiras e/ou merendeiras receberam algum treinamento/instrução sobre manuseio, higienização, acondicionamento e o modo de preparo dos alimentos? Em caso afirmativo, qual é a periodicidade desses treinamentos? De que modo são realizados? Quem é o responsável pelos treinamentos?

15. Assinalar as atribuições desenvolvidas na unidade:
( ) planejamento e/ou adequação do cardápio
( ) controle de estoque
( ) recebimento e estocagem dos alimentos
( ) pré-preparo
( ) preparo
( ) distribuição
( ) higienização das instalações e equipamentos do serviço de alimentação (principalmente a cozinha e a despensa)

16. A senhora acha que os hábitos alimentares adquiridos na escola influenciam de algum modo a alimentação no espaço familiar dos alunos?

17. Qual é a sua opinião a respeito da venda de lanche na cantina da escola? De que modo essa condição afeta a escolha pela alimentação saudável oferecida pela merenda?

18. Por fim, existe alguma iniciativa de realização de projeto (cursos/treinamentos, etc.) vinculado entre a nutricionista e as escolas, com o objetivo de ensinar aos alunos a importância de uma alimentação saudável para a promoção de um estado de bem estar e qualidade de vida e saúde? Em caso afirmativo, relate a experiência.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE J: ROTEIRO DE ENTREVISTA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Data: ___/____/____

Nome do entrevistado:

Escolaridade:

Profissão:

Questões gerais sobre a associação

1. A associação atualmente recebe algum tipo de apoio da prefeitura? Qual? E no início da sua organização, houve algum tipo de apoio da municipalidade? De que forma?

2. Na associação, atualmente, quais são os principais problemas que dificultam suas ações?

3. Quais são as exigências que a associação coloca para o produtor se tornar associado?

4. Do total dos seus associados, quantos destes são do município e quantos são de outros municípios? Quais municípios?

5. A associação dispõe de uma sede? Onde são realizadas as reuniões da associação? Qual é a frequência delas? Ela dispõe de algum local para armazenamento da produção ou de insumos, etc.?

6. Qual é o número de funcionários que a associação possui: Permanentes:___ Temporários___? Exercem quais funções? É a associação quem paga esses funcionários ou eles são cedidos pela prefeitura e/ou outra instituição?

7. Quais recursos são utilizados para realizar o pagamento dos funcionários? A pessoa é contratada por dia ou é mensalista?

8. Atualmente a associação dispõe de implementos agrícolas que podem ser utilizados pelos associados? Quais? Qual é o preço cobrado? Qual é o critério para utilização dos equipamentos?

9. A associação realiza compras coletivas de insumos entre os associados? Em caso afirmativo, quais? Com qual frequência? Qual a vantagem das compras coletivas?

Questões sobre os programas PAA e PNAE

1. Em que ano foi implantado o PAA e o PNAE na associação? Quais foram as principais dificuldades encontradas nessa fase inicial?

2. Quem elabora os projetos do PAA? No início da implantação dos programas, contaram com apoio de algum órgão como a CATI ou a casa da agricultura do município? E atualmente contam com o apoio de algum órgão? Qual? Qual é o período de execução de cada projeto?

3. Como os produtores associados foram informados sobre a existência do PAA e do PNAE?

4. Quantos produtores associados à associação possuem quando do início do PAA no município e atualmente (2016)? Destes quantos entregavam para o PAA e para o PNAE em 2016 (número absoluto e percentual)? E destes quantos entregavam para os dois programas? (número absoluto e percentual) E no início da implantação de cada programa, qual era o número de associados participantes em cada programa (número absoluto e percentual)?

5. Dos agricultores associados que entregam produtos ao PAA e ao PNAE, quantos são do município (número absoluto e percentual)? Existem produtores fora do município que entregam para o PAA e o PNAE nesse município? Em quantos eles são (número absoluto e percentual)?

6. Há produtores associados que entregam tanto ao PAA como ao PNAE? Isso está diretamente relacionado aos valores pagos pelo projeto da merenda em relação ao PAA? Ou a quais outros fatores? Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores para participarem dos dois programas?

7. Como os associados podem ser classificados como produtores: Grandes:____, Médios_____, Pequenos____. Quais critérios são utilizados para classificá-los dessa forma?

8. Qual é a área em ha, em média, que os produtores rurais associados possuem? Quais são os principais produtos cultivados por eles? Todos são proprietários ou se encaixam em outras categorias (arrendatários, parceiros etc.)? E em quantos eles são em termos percentuais sobre cada categoria apresentada?

9. A associação entrega ou já entregou produtos do PAA e do PNAE para outros municípios da região? Em caso afirmativo, quais? Por quê?

10. Para o produtor associado participar do PAA e do PNAE como ele deve proceder? Quem emite a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)?

11. O (A) senhor (a) sabe se existe o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no município? Em caso afirmativo, o (a) senhor (a) participa? Por quê?

12. Qual órgão é responsável pela execução do PAA e do PNAE no município? Ex: Prefeitura, ou é a própria associação?

13. Para a venda no PAA, é utilizada a tabela de preços da Conab. E no PNAE quais são os parâmetros de referência utilizados para os preços dos produtos?

14. Dos produtos entregues ao PNAE, qual foi o valor do projeto de 2015 e agora em 2016? Houve uma mudança dos valores de R$ 9.000 para R$ 20.000? O (A) senhor (a) acredita que os produtores participantes do programa tem uma produção suficiente para vender até o valor de R$ 20.000 (em cada projeto) a partir da lei decretada em 4 Julho de 2012?

15. Como os produtores associados participantes do PAA e do PNAE recebem pelos produtos entregues? É via associação o pagamento ou é diretamente na conta bancária de cada produtor?

16. O produtor recebe mensalmente pela quantia que ele entrega, ou uma única vez com o valor total de acordo com o período de cada projeto? O que é exigido de documento do produtor para que ele tenha seu pagamento (Ex: nota fiscal)?

17. Em qual local é armazenado os produtos entregues no PAA e do PNAE? É na própria associação? Quais são os dias de entrega de cada programa? São os próprios produtores que trazem os produtos?

18. Como são entregues os produtos do PAA para as entidades socioassistenciais e do PNAE para as escolas?

19. Quantas entidades a associação atende com a entrega de alimentos pelo PAA? E quantas famílias, em média, são atendidas por projeto em 2016? E quantas escolas a associação atende pelo PNAE e quantas crianças e adolescentes são atendidas em média por projeto conforme os dados de 2016?

20. Quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram distribuídas ao público alvo, do PAA e do PNAE desde o início da adesão do município ao programa? E atualmente (2016)?

21. Como é feito o controle de qualidade dos produtos entregues pela associação ao PAA e ao PNAE? Existe algum critério? Há alguma diferença nesse sentido de um programa para outro?

22. Houve uma adequação dos pequenos produtores associados participantes do PAA e do PNAE em adoção de tecnologias em suas propriedades? Eles se utilizaram de algum de tipo de financiamento (Pronaf)? Em caso afirmativo, esse financiamento ocorreu de maneira individualizada ou de forma coletiva por intermédio da associação?

23. Desde a implantação do PAA e do PNAE, os que aderiram ao programa continuam ou houve um processo de diminuição ou substituição desses produtores no âmbito dos programas? Por quê?

24. Em sua opinião, os preços pagos aos produtores no PAA e no PNAE são compensadores? O que precisa ser melhorado dentro de cada programa, para que haja benefício em prol aos agricultores familiares participantes?

25. Quais foram os benefícios que o PNAE trouxe para os produtores rurais e para a merenda das escolas?

26. Quais foram os benefícios que o PAA trouxe para os produtores e para as entidades socioassistenciais receptoras?

27. O (A) senhor (a) acredita que programas como o PAA e o PNAE têm ajudado a fortalecer a associação em termos de participação dos associados na tomada de decisões?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE K: FORMULÁRIO A SER APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE

Data: ___/____/____

Número do questionário:

Participante do PAA ( ) Sim ( ) Não
Participante do PNAE ( ) Sim ( ) Não

Nome do entrevistado:

Local da entrevista:

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR RURAL ASSOCIADO:

1.1 Profissão:
1.2 Idade:
1.3 Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

1.4 Situação civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Outra. Qual?

1.5 Tem filhos? ( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, quantos?:
Idade dos filhos:

1.6 Escolaridade do responsável pela unidade produtiva:
( ) Analfabeto
( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Fundamental incompleto
( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo
( ) Superior completo ( ) Superior incompleto

1.7 Local de residência:
( ) No Município de ....., em sua propriedade rural
( ) Na sede urbana (cidade) de.....
( ) No Distrito de ..... (Município de.....)
Outro:

1.8 Há quanto tempo mora neste local:
( ) Menos de um ano; ( ) Entre 1 a 5 anos; ( ) Entre 5 a 10 anos;

( ) Entre 10 a 15 anos; ( ) Entre 15 a 20 anos ( ) Acima de 20 anos
( ) Acima de 40 anos ( ) Acima de 50 anos
1.9 Quais os motivos que levaram a preferir morar na cidade do que em sua propriedade rural?

2. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE PRODUTIVA:
2.1 Condição do produtor em relação à propriedade: ( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) Parceiro ( ) Outro:

2.2 Quantas propriedades rurais possui?
( ) Apenas uma onde mora;
( ) Apenas uma e não mora na propriedade;
( ) Mais de uma e mora em uma das propriedades;
( ) Mais de uma e não mora em nenhuma das propriedades

2.3 Formas de aquisição da propriedade: ( ) Compra ( ) Herança ( ) Compra e Herança ( ) Outra forma Qual?

2.4 Onde se localiza sua(s) propriedade(s) ou área arrendada:
Bairro:
Município:

2.5 Soma da área das propriedades rurais que possui ou arrenda ou desenvolve outro sistema de produção (____) ha (____) alq e área da propriedade rural em que mora (____) ha (__) alq.

2.6 De acordo com a atividade econômica, a exploração da propriedade rural ocorre segundo:
( ) A produção é realizada por apenas um proprietário rural, ou um núcleo familiar, já que a propriedade tem apenas um dono;
( ) A produção é realizada por mais de um proprietário rural ou mais de um núcleo familiar, já que a propriedade possui mais de um dono, segundo a manutenção da propriedade por irmãos;
( ) Outra forma: Qual?

2.7 É utilizado outro tipo de mão-de-obra além da familiar na produção agropecuária?
( )Sim ( )Não

2.8 Qual é o tipo de mão de mão-de-obra empregada:
( ) Empregados Permanentes. Quantos? Em qual fase do processo produtivo?
( ) Empregados Temporários. Quantos? Em qual fase do processo produtivo? Outros:

2.9 Principal atividade econômica realizada pela unidade familiar

Lavouras	**Área (ha/alq)**	**Produção total anual (ton. sac. kl.)**	**Número de pés**

2.10 Produção pecuária:
Pecuária: nº total de cabeças: Tipo de gado?
Número de cabeças de vacas:
Quantos litros de leite são produzidos por dia?
Destino da produção de leite: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação. Qual?
Gado de corte (nº de cabeças):
Destino da produção: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação. Qual?:
Suínos (nº de cabeças):
Outros animais (quais e n° de cabeças):
Destino da produção: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação. Qual?:

2.11 Meios de produção disponível

Máquinas/Implementos	**Número**	**Máquinas/Implementos**	**Número**
Trator		Distribuidor de calcário	
Arado de tração animal		Ordenhadeira mecânica	
Arado mecânico/grade/roçadeira		Outros:	
Plantadeira para plantio direto			
Pulverizador de tração mecânica			

2.12 Nível tecnológico: Utiliza ou pratica com frequência nas principais atividades (culturas e/ou criações)

Especificação	**Sim**	**Não**	**Especificação**	**Sim**	**Não**
Análise de Solo Outros_____			Áreas com erosão		

2.13 Como é feita a comercialização da produção?
( ) Cooperativa. Qual? Localizada onde?
( ) Associação PAA e PNAE ( ) sim ( )não outra forma?:
Agroindústria. Qual? Localizada onde?
( ) Mercado local e/ou regional:
( ) Laticínio. Qual? Localizado onde?
( ) Outra: Qual? Localizada onde?

2.14 O(A) senhor (a) tem dificuldades de comercialização da produção? ( ) Sim ( )Não
Em caso afirmativo, quais?

2.15 Utiliza algum tipo de assistência técnica em sua propriedade? ( ) Sim ( ) Não

2.16 Em caso afirmativo, qual é o tipo de assistência técnica prestada?
( ) Oficial (Casa da Agricultura) ( )Particular. Qual? ( ) Cooperativa. Qual?
( ) Associação. Qual?

2.17 Com qual frequência? Como o (a) senhor (a) avalia a assistência técnica prestada?
( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima
Justificar:
2.18 A renda (monetária) familiar total mensal é de aproximadamente de:
( ) Menos de 1 salário mínimo
( ) Entre 1 e 2 salários mínimos
( ) Entre 2 e 3 salários mínimos
( ) Entre 3 e 4 salários mínimos
( ) Mais que 4 salários mínimos

2.19 O total da renda familiar mensal é gerado (Pode ser assinalada mais de uma alternativa):
( ) Somente por meio da produção agropecuária ( ) Da aposentadoria ( ) De outras rendas (arrendamento de terras, aluguel de casas) ( ) Trabalho fora da propriedade;
( ) Outros:

2.20 Do total da renda familiar, quanto se consegue com: (% com relação à renda monetária familiar)
Renda proveniente da produção agropecuária:
Renda proveniente de atividades não agropecuárias (ex: Aposentadoria, trabalho fora da propriedade etc..):

2.21 Quem são os membros da família que não trabalham na propriedade rural e trabalham fora?

2.22 A renda gerada por essas atividades não agropecuárias é utilizada para:
( ) Manutenção da propriedade auxiliando sobretudo no processo de produção
( ) Para uso pessoal
( ) Para a família em atividades de consumo

( ) Outros:

2.23 Porque é necessário o desenvolvimento de outro tipo de atividade não agropecuária?
( ) Incapacidade da renda agrícola de prover a sobrevivência da família.
( ) Independência financeira de mulheres e filhos;
( ) Ascensão social
( ) Manutenção da propriedade
( ) Outros

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E INSERÇÃO DO PRODUTOR

3.1 Desde que ano o (a) senhor (a) entrega seus produtos para o PAA e para o PNAE?

3.2 Como o (a) senhor (a) ficou sabendo da existência dos programas?
( ) Por intermédio da associação de produtores
( ) Por intermédio do engenheiro da Casa da Agricultura
( ) Por intermédio de outro produtor rural
( ) Outra forma. Qual?

3.3 Quem te estimulou a participar?

3.4 Quais produtos o (a) senhor (a) entrega para o PAA?

3.5 Quais produtos o (a) senhor (a) entrega para o PNAE?

3.6 São os mesmos produtos entregues nos dois programas? ( ) Sim. ( ) Não. Quais?

3.7 E quanto à quantidade (volume) entregue. Qual é? (Especificar a unidade – caixa de 60 quilos -, quilogramas etc.).

3.8 No caso de ser uma produção de época (sazonal), como o (a) senhor (a) faz para obtê-la anualmente e entregar nos programas? Ou é possível fazer a substituição de um produto por outro?

3.9 O (A) senhor (a) teve que plantar outros tipos de cultivos para entrega-los nos programas?
( ) Sim. Quais? ( ) Não.

3.10 O (A) senhor (a) aumentou a área de cultivo de alguns produtos? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, quais produtos passou a produzir com sua participação nos programas?

3.11 O (A) senhor (a) melhorou algum aspecto da produção após ter entrado no PAA/PNAE ( )Sim
( )Não Em caso afirmativo, quais aspectos foram melhorados?

3.12 O (A) senhor (a) utilizou algum tipo de financiamento para melhorar a produção a ser entregue no PNAE/PAA?
( ) Sim. Qual linha de financiamento? Qual foi o valor obtido? Em que ano? ( ) Não
Porquê

3.13 O (A) senhor (a) já se deparou com a situação de ter uma quantidade maior de produto e a demanda de entrega para o PAA ou PNAE ser menor? ( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, o que o (a) senhor (a) fez para comercializar o restante da sua produção?

3.14 O (A) senhor (a), após começar a entregar seus produtos nesses programas, ampliou suas opções de comercialização com outros canais de venda? ( ) Sim
Quais
( ) Não, apenas continuou naqueles em que comercializava antes de entrar nos programas. Quais são?

3.15 E no período de transação da implantação dos projetos de venda, tanto para o PAA como para o PNAE, onde o (a) senhor (a) passa a destinar sua produção que eram entregues no (s) programa(s)?

3.16 O (A) senhor (a) tem alguma dificuldade de participação nos programas (PAA e PNAE)? Sim ( )
Não ( )
Em caso afirmativo, quais?

3.17 Com relação ao PAA, qual é sua frequência de entrega dos seus produtos?
( ) Semanal. Quantas vezes por semana?
( ) Quinzenal.
( ) Mensal.

3.18 Em relação ao PNAE, o (a) senhor (a) tem dificuldade de entregar seu produto semanalmente? ( ) Sim ( )Não
Por quê?

3.19 Já tiveram problemas com atrasos no pagamento dos produtos entregues para o PAA e o PNAE.
( ) Sim. Em caso afirmativo, esses atrasos eram e são frequentes ou já foi solucionado esse problema?
( ) Não

3.20 Qual é o valor que o (a) senhor (a) já chegou a receber entregando no PNAE ao fim de cada chamada pública?
(Para aqueles que já concluíram alguma chamada pública)
( ) Menos de R$ 1.000,00
( ) Entre R$ 1.000,00 e R$ 5.000,00
( ) Entre R$ 5.000,00 e R$ 10.000,00

( ) Entre R$ 10.000,00 e R$ 15.000,00
( ) Entre R$ 15.000,00 e R$ 20.000,00
( ) Conseguiu entregar os R$ 20.000,00 e tinha mais mercadoria para entregar.

3.21 Se o (a) senhor (a) iniciou sua participação no PNAE recentemente, qual foi o valor que se comprometeu a receber?

3.22 O (A) senhor (a) sabe quais entidades e escolas são atendidas com os produtos que entrega no PAA e PNAE?
( ) Sim ( ) Não Quais?

3.23 Em quais dos dois programas o (a) senhor (a) prefere entregar seus produtos? ( ) PAA ( ) PNAE
( ) Os dois
( ) Não tenho preferência. Por quê?

3.24 O (A) senhor (a) participa de algum outro tipo de programa como o Microbacias 2, dentre outros? ( ) Sim ( ) Não. Qual?

3.25 E no Microbacias 1, o (a) senhor (a) participou? ( ) sim ( ) não
Em caso de ter participado, de que forma esse programa trouxe benefícios para sua produção, para sua propriedade e/ou para sua família?

3.26 Como o (a) senhor (a) avalia os programas PAA e PNAE (numa escala de 0 a 10). (Justificar)

3.27 Em sua opinião**,** o que poderia ser modificado ou melhorado em cada programa?

3.28 E referente à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), quantas e quais pessoas em sua família possui?

3.29 Quantas pessoas da sua família entregam para o PAA e o PNAE?
Existe a participação das mulheres? Elas possuem a DAP, ou apenas auxiliam na produção sem ter este documento?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE L: FORMULÁRIO A SER APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NÃO PARTICIPANTES DO PAA E/OU PNAE

Data: ___/____/____

Número do questionário:
Nome do entrevistado:
Local da entrevista:

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR RURAL ASSOCIADO:
1.3 Profissão:

1.4 Idade:

1.3 Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

1.4 Situação civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Outra. Qual?

1.5 Tem filhos? ( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, quantos?
Idade dos filhos:

1.6 Escolaridade do responsável pela unidade produtiva:
( ) Analfabeto
( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Fundamental incompleto
( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo
( ) Superior completo ( ) Superior incompleto

1.7 Local de residência:
( ) No Município de ....., em sua propriedade rural
( ) Na sede urbana (cidade) de.....
( ) No Distrito de ..... (Município de.....)
Outro:

1.8 Há quanto tempo mora neste local:
( ) Menos de um ano; ( ) Entre 1 a 5 anos; ( ) Entre 5 a 10 anos;
( ) Entre 10 a 15 anos; ( ) Entre 15 a 20 anos ( ) Acima de 20 anos

( ) Acima de 40 anos ( ) Acima de 50 anos
1.9 Quais os motivos que levaram a preferir morar na cidade do que em sua propriedade rural?

2. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE PRODUTIVA:
2.1 Condição do produtor em relação à propriedade: ( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) Parceiro ( ) Outro:

2.2 Quantas propriedades rurais possui?
( ) Apenas uma onde mora;
( ) Apenas uma e não mora na propriedade;
( ) Mais de uma e mora em uma das propriedades;
( ) Mais de uma e não mora em nenhuma das propriedades

2.3 Formas de aquisição da propriedade: ( ) Compra ( ) Herança ( ) Compra e Herança ( ) Outra forma Qual?

2.4 Onde se localiza sua(s) propriedade(s) ou área arrendada:
Bairro:
Município:

2.5 Soma da área das propriedades rurais que possui ou arrenda ou desenvolve outro sistema de produção ( ) ha ( ) alq e área da propriedade rural em que mora ( ) ha ( ) alq.

2.6 De acordo com a atividade econômica, a exploração da propriedade rural ocorre segundo:
( ) A produção é realizada por apenas um proprietário rural, ou um núcleo familiar, já que a propriedade tem apenas um dono;
( ) A produção é realizada por mais de um proprietário rural ou mais de um núcleo familiar, já que a propriedade possui mais de um dono, segundo a manutenção da propriedade por irmãos;
( ) Outra forma: qual?

2.7 É utilizado outro tipo de mão-de-obra além da familiar na produção agropecuária?
( )Sim ( )Não

2.8 Qual é o tipo de mão de mão-de-obra empregada:
( ) Empregados Permanentes. Quantos? Em qual fase do processo produtivo?
( ) Empregados Temporários. Quantos? Em qual fase do processo produtivo?( ) Outros

2.9 Principal atividade econômica realizada pela unidade familiar

Lavouras	**Área (ha/alq)**	**Produção total anual (ton. sac. kl.)**	**Número de pés**

2.10 Produção pecuária:
Pecuária: nº total de cabeças: Tipo de gado?
Número de cabeças de vacas:
Quantos litros de leite são produzidos por dia?
Destino da produção de leite: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação.
Qual?
Gado de corte (nº de cabeças)
Destino da produção: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação.
Qual?
Suínos (nº de cabeças)
Outros animais (quais e n° de cabeças)
Destino da produção: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação.
Qual?

2.12 Meios de produção disponível

Máquinas/Implementos	**Número**	**Máquinas/Implementos**	**Número**
Trator		Distribuidor de calcário	
Arado de tração animal		Ordenhadeira mecânica	
Arado mecânico/grade/roçadeira		Outros:	
Plantadeira para plantio direto			
Pulverizador de tração mecânica			

2.12 Nível tecnológico: Utiliza ou pratica com frequência nas principais atividades (culturas e/ou criações)

Especificação	**Sim**	**Não**	**Especificação**	**Sim**	**Não**
Análise de Solo Outros_____			Áreas com erosão		
Adubação Química			Inseminação Artificial		
Adubação Orgânica			Vacinação		
Calagem			Ração		
Terraceamento			Outros		
Rotação de Culturas					
Consorciação de Culturas					
Estufa					

2.13 Como é feita a comercialização da produção?
( ) Cooperativa. Qual? Localizada onde?
( ) Associação PAA e PNAE ( ) sim ( )não outra forma?
( ) Agroindústria. Qual? Localizada onde?
( ) Mercado local e/ou regional
( ) Laticínio. Qual? Localizado onde?
( ) Outra: Qual? Localizada onde?

2.14 O(A) senhor (a) tem dificuldades de comercialização da produção? ( ) Sim ( )Não
Em caso afirmativo, quais?

2.15 Utiliza algum tipo de assistência técnica em sua propriedade? ( ) Sim ( ) Não

2.16 Em caso afirmativo, qual é o tipo de assistência técnica prestada?
( ) Oficial (Casa da Agricultura) ( )Particular. Qual?
( ) Cooperativa. Qual?
( ) Associação. Qual?

2.17 Com qual frequência? Como o (a) senhor (a) avalia a assistência técnica prestada?
( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima
Justificar:

2.18 A renda (monetária) familiar total mensal é de aproximadamente de:
( ) Menos de 1 salário mínimo
( ) Entre 1 e 2 salários mínimos
( ) Entre 2 e 3 salários mínimos
( ) Entre 3 e 4 salários mínimos
( ) Mais que 4 salários mínimos

2.19 O total da renda familiar mensal é gerado (Pode ser assinalada mais de uma alternativa):
( ) Somente por meio da produção agropecuária ( ) Da aposentadoria ( ) De outras rendas (arrendamento de terras, aluguel de casas) ( ) Trabalho fora da propriedade;
( ) Outros:

2.20 Do total da renda familiar, quanto se consegue com: (% com relação à renda monetária familiar)
Renda proveniente da produção agropecuária:
Renda proveniente de atividades não agropecuárias (ex: Aposentadoria, trabalho fora da propriedade etc..):

2.21 Quem são os membros da família que não trabalham na propriedade rural e trabalham fora?

2.22 A renda gerada por essas atividades não agropecuárias é utilizada para:
( ) Manutenção da propriedade auxiliando sobretudo no processo de produção
( ) Para uso pessoal
( ) Para a família em atividades de consumo
( ) Outros:

2.23 Porque é necessário o desenvolvimento de outro tipo de atividade não agropecuária?
( ) Incapacidade da renda agrícola de prover a sobrevivência da família.
( ) Independência financeira de mulheres e filhos;
( ) Ascensão social
( ) Manutenção da propriedade
( ) Outros:

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E A NÃO PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES

3.1 O (A) senhor (a) conhece os programas PAA e PNAE? ( )Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, como ficou sabendo da existência desses dois programas?

3.2 O (A) senhor (a) sabe qual é a finalidade dos dois programas? ( )Sim ( )Não. Em caso afirmativo, quais são?

3.3 Por que o (a) senhor (a) não participa?

3.4 Possui interesse em participar? ( ) Sim ( ) Não**.** Por quê?

3.5 O (A) senhor (a) participa ou já participou de algum outro programa? (Exemplo microbacias).
( ) Sim
( ) Não.
Em caso afirmativo, qual foi sua avaliação desse programa?

3.6 O (A) senhor (a) utiliza ou já utilizou algum tipo de financiamento para melhorar sua produção?
( ) Sim . Qual tipo, em que ano e obteve qual valor?
( ) Não. Por quê?

3.7 O (A) senhor (a) possui alguma dificuldade de comercialização? ( ) Sim ( ) Não. O que o (a) senhor (a) acha que poderia ser feito para melhorar os problemas relacionados à comercialização da produção agropecuária?

3.8 O (A) senhor (a) já pensou que o PAA e o PNAE poderiam ajuda-lo a minimizar seus problemas de comercialização a partir da garantia de compra?

3.9 O (A) senhor (a) recebe ou já recebeu incentivos para participar do PAA e do PNAE pela associação e técnicos da Casa da Agricultura? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, por que mesmos com os incentivos não quis participar do programa?
No caso de não ter recebido esse incentivo, por que mesmo assim o (a) senhor (a) participa da associação?

4. PERSPECTIVAS E AVALIAÇÃO DO PRODUTOR:
4.1 Qual é o grau de interesse que o (a) senhor (a) tem de continuar investindo nas atividades agropecuárias?
( ) alto; ( ) médio; ( ) baixo Porquê dessa avaliação (alto, médio ou baixo)?

4.2 Quais são, em sua opinião, as principais dificuldades enfrentadas na atividade? (Pode assinalar mais de uma alternativa):
( ) Falta de incentivo do Estado. De que tipo?
( ) Dificuldade de comercialização;
( ) Falta de assistência técnica;
( ) Problemas relacionados ao clima;
( ) Falta de melhores técnicas e equipamentos de cultivo;
( ) Outras, quais?

4.3 Em sua opinião, os jovens de hoje se sentem pouco estimulados a permanecer na zona rural?
( ) Sim
( ) Não. Por quê?

4.4 O que o (a) senhor (a) acha que o Governo poderia fazer para melhorar as condições dos agricultores brasileiros?

4.5 O (A) senhor (a) considera que as políticas públicas destinadas aos agricultores, como o PAA e o PNAE, têm ajudado a melhorar as condições dos produtores rurais?
( ) Sim ( ) Não Por quê?

4.6 O (A) senhor (a) tem alguma dificuldade para continuar vivendo da produção agropecuária?
( ) Sim
( ) Não. Quais dificuldades são essas?

4.7 Em sua opinião, com relação ao futuro, quais são as perspectivas da família na unidade produtiva?
( ) Permanecer produzindo no meio rural
( ) Permanecer apenas morando na propriedade
( ) Arrendar a propriedade
( ) Deixar como herança para os filhos
( ) Vender e ir para a cidade. Por quê?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE M: ROTEIRO DE ENTREVISTA – BENEFICIÁRIOS CONSUMIDORES DO PAA
Data: ___/____/____

Número do questionário:
Nome do entrevistado:
Local da entrevista:

1. IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO:
1.5 Profissão:

1.6 Idade:

1.3 Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

1.4 Situação civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Outra. Qual?

1.5 Tem filhos? ( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, quantos?
Idade dos filhos:

1.6 Escolaridade do responsável pela unidade produtiva:
( ) Analfabeto
( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Fundamental incompleto
( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo
( ) Superior completo ( ) Superior incompleto

1.7 Local de residência:
( ) No Município de ....., em sua propriedade rural
( ) Na sede urbana (cidade) de.....
( ) No Distrito de ..... (Município de.....)
Outro:

1.8 Há quanto tempo mora neste local:
( ) Menos de um ano; ( ) Entre 1 a 5 anos; ( ) Entre 5 a 10 anos;
( ) Entre 10 a 15 anos; ( ) Entre 15 a 20 anos ( ) Acima de 20 anos
( ) Acima de 40 anos ( ) Acima de 50 anos

1.9 A renda (monetária) familiar total mensal é de aproximadamente de:

( ) Menos de 1 salário mínimo
( ) Entre 1 e 2 salários mínimos
( ) Entre 2 e 3 salários mínimos
( ) Entre 3 e 4 salários mínimos
( ) Mais que 4 salários mínimos

1.10 O total da renda familiar mensal é gerado (Pode ser assinalada mais de uma alternativa):
( ) Somente por meio do trabalho assalariado ( ) Da aposentadoria ( ) De pensão
( ) Outros:

1.11 Do total da renda familiar, quanto se consegue com: (% com relação à renda monetária familiar)
Renda proveniente do trabalho assalariado:
Renda proveniente de outras atividades (ex: Aposentadoria, pensão):

2. MEDIDAS PARA O RECEBIMENTO DOS ALIMENTOS DOADOS NO PAA

2.1 Como o (a) senhor (a) procedeu para conseguir receber os alimentos do PAA? Necessitou de algum documento? Em caso afirmativo, qual? Onde providenciou? Quem emitiu?

3. O PAA, SUA AVALIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

3.1 Desde que ano o (a) senhor (a) recebe os alimentos do PAA?

3.2 Como o (a) senhor (a) ficou sabendo do programa PAA?

3.3 O (A) senhor (a) tem conhecimento de onde são provenientes os produtos que recebe do PAA? Em caso afirmativo, relate.

3.4 Como o (a) senhor (a) avalia o programa PAA (numa escala de 0 a 10). (Justificar)

3.5 Que tipo de produtos o (a) senhor (a) recebe do PAA (tubérculos, frutas, verduras, legumes)? Cite.

3.6 Os produtos que o (a) senhor (a) recebe do PAA são diversificados ou não?

3.7 Como o (a) senhor (a) avalia os produtos que recebe do programa? São de boa qualidade?

3.8 Como são entregues os produtos? Qual sua avaliação sobre a forma como é operacionalizada a entrega dos produtos?

3.9 Em sua opinião**,** o que poderia ser modificado ou melhorado no programa?

APÊNDICE N: PRINCIPAIS LAVOURAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE (1990 - 2015)

Ano	Algodão em Caroço		Amendoim em casca		Arroz em Casca		Milho em grão		Feijão em Grão		Café em coco*	
	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)
1990	82.119	69.229	5.455	3.340	5.228	3.801	64.749	34.760	23.831	42.971	3.911	6.319
1991	78.286	51.276	5.868	3.786	3.805	3.805	88.632	35.835	20.014	33.349	2.799	4.226
1992	83.728	61.530	5.827	3.737	3.618	3.710	53.862	43.253	29.322	40.762	1.975	3.462
1993	35.518	34.408	6.765	3.880	4.832	2.476	60.352	31.003	27.618	29.153	1.600	2.437
1994	50.297	37.347	4.319	2.567	6.724	2.598	54.933	24.087	27.154	31.714	934	1.477
1995	48.938	38.100	6.716	3.713	8.621	4.207	58.994	22.890	12.306	18.256	778	1.336
1996	26.671	22.905	4.968	2.638	4.506	2.221	56.335	20.969	11.067	14.803	1.389	1.263
1997	17.182	11.393	8.038	4.466	5.103	1.544	75.954	26.047	11.914	13.997	1.055	1.445
1998	22.903	22.760	12.398	6.154	3.443	1.203	78.392	30.540	9.911	10.524	1.038	1.541
1999	18.862	12.298	9.128	4.725	3.205	1.624	71.142	29.090	12.625	14.074	1.399	1.609
2000	13.019	8.554	7.155	4.462	2.217	1.556	62.624	27.858	12.149	14.984	2.909	1.418
2001	9.977	5.591	10.304	5.694	1.909	844	79.614	27.124	10.493	8.449	2.104*	1.638
2002	8.967	4.981	9.248	5.233	1.940	872	86.151	29.332	11.126	12.063	2.301	1.746
2003	12.310	6.382	13.159	5.892	1.297	622	144.694	49.650	8.651	8.898	1.967	1.785
2004	16.627	9.259	15.626	6.833	1.129	522	134.341	48.186	8.296	9.091	2.006	1.770
2005	23.070	14.870	16.138	6.888	531	301	118.260	50.881	10.043	10.935	1.791	1.856
2006	10.887	6.346	28.202	10.228	221	134	92.496	40.920	7.849	8.287	1.789	1.768
2007	6.707	3.777	26.634	9.204	212	124	81.625	29.820	5.868	6.333	1.790	1.716
2008	2.551	1.083	21.453	7.330	164	80	94.947	30.592	2.962	2.791	1.133	1.026
2009	472	320	16.969	5.390	-	-	52.603	15.728	1.158	805	1.240	1.136
2010	2.938	1.548	17.946	4.580	56	47	68.623	20.428	2.148	1.675	1.236	1.026
2011	3.110	1.738	29.902	6.911	62	52	69.468	26.498	1.736	2.039	1.188	1.002
2012	2.921	1.571	44.369	12.118	62	52	101.062	32.166	4.594	3.614	921	879
2013	2.115	1.128	50.183	11.054	26	22	115.620	33.870	1.194	1.129	898	802
2014	3.849	1.596	39.302	11.247	26	22	152.686	35.830	2.055	1.836	907	829
2015	2.802	1.302	50.640	11.088	38	32	162.633	33.167	2.296	1.554	1.046	827

Fonte: FIBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015).

* Até 2001, café (em coco), a partir de 2002, café (beneficiado ou em grão).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE O: PRINCIPAIS LAVOURAS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP) (1990 - 2015)

Ano	Algodão em Caroço		Amendoim em casca		Arroz em Casca		Milho em grão		Feijão em Grão		Café em coco*	
	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)
1990	6.600	5.000	-	-	225	150	2.700	1.500	1.500	2.500	246	410
1991	5.780	3.600	-	-	82	170	4.000	1.800	1.540	1.800	246	410
1992	5.350	3.500	-	-	156	260	2.880	2.400	1.134	1.800	240	400
1993	893	850	-	-	270	150	2.880	1.500	1.500	1.500	240	400
1994	875	1.060	-	-	40	22	1.440	600	1.600	2.000	150	192
1995	1.200	1.000	12	5	75	25	1.680	700	180	410	70	115
1996	945	900	10	5	30	25	1.680	700	406	847	150	115
1997	1.080	800	25	12	25	20	12.600	3.600	134	280	130	115
1998	1.260	1.200	100	50	75	50	10.000	3.000	360	600	52	200
1999	720	480	100	50	85	48	2.880	1.200	108	300	202	192
2000	536	340	380	250	-	-	351	200	222	450	-	-
2001	450	300	200	100	-	-	2.280	650	459	430	314	157
2002	450	300	290	170	-	-	2.385	750	135	300	220	157
2003	675	300	300	100	-	-	3.360	1.100	216	200	149	101
2004	450	250	250	100	-	-	2.340	1.100	168	350	153	109
2005	600	500	100	50	-	-	1.140	1.100	1.546	1.300	109	109
2006	300	200	122	49	-	-	1.788	820	120	200	109	109
2007	285	190	130	72	-	-	2.640	1.200	246	370	120	80
2008	30	20	120	40	-	-	2.304	900	162	180	144	80
2009	-	-	-	-	-	-	2.640	550	-	-	186	100
2010	90	50	-	-	-	-	2.640	550	-	-	185	125
2011	-	-	-	-	-	-	2.304	780	36	50	225	125
2012	-	-	580	156	-	-	1.002	620	18	25	79	44
2013	-	-	642	156	-	-	2.160	700	18	25	57	32
2014	-	-	517	126	-	-	1.350	1.000	-	-	54	30
2015	-	-	517	126	-	-	3.780	1.360	-	-	-	-

Fonte: FIBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015). * Até 2001, café (em coco), a partir de 2002, café (beneficiado ou em grão).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE P: PRINCIPAIS LAVOURAS NO MUNICÍPIO DE ROSANA (SP) (1993 - 2015)

Ano	Algodão em Caroço		Amendoim em casca		Arroz em casca		Milho em grão		Feijão em grão		Café em coco*	
	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)	Quantidade (ton.)	Área (ha)
1993	450	600	-	-	1.080	300	1.680	700	108	300	120	50
1994	2.922	2.164	-	-	3.763	1.000	2.477	1.032	108	300	13	42
1995	3.000	2.500	-	-	2.822	1.000	2.400	1.000	270	500	-	-
1996	1.500	1.500	-	-	2.000	784	1.200	500	240	500	-	-
1997	2.250	1.200	-	-	3.528	784	1.380	600	105	220	-	-
1998	1.080	1.200	-	-	2.100	500	1.200	500	90	150	9	38
1999	450	350	-	-	2.100	1.000	1.200	500	180	300	4	15
2000	36	30	-	-	600	600	1.980	750	670	1100	6	3
2001	120	100	-	-	360	100	1.800	600	60	100	40	20
2002	180	100	189	120	360	100	1.620	500	120	200	28	20
2003	339	226	-	-	180	50	1.728	480	108	150	104	74
2004	241	230	-	-	-	-	1.320	600	72	120	104	74
2005	225	250	100	50	-	-	3.000	2.500	600	750	74	74
2006	-	-	-	-	-	-	330	200	60	100	74	74
2007	-	-	-	-	-	-	450	170	60	100	74	74
2008	-	-	-	-	-	-	1.320	600	90	100	97	70
2009	-	-	-	-	-	-	1.920	400	-	-	44	32
2010	-	-	25	10	-	-	1.920	400	135	150	44	42
2011	270	150	55	20	-	-	3.625	1.347	26	36	63	42
2012	798	532	-	-	-	-	4.068	1.160	14	20	37	25
2013	450	300	10	4	-	-	6.192	1.615	3	4	37	25
2014	450	300	10	4	-	-	147	50	-	-	30	30
2015	396	330	-	-	-	-	11.520	2.400	1	1	30	30

Fonte: FIBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (1990-2015). * Até 2001, café (em coco), a partir de 2002, café (beneficiado ou em grão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE Q: RENDA MÉDIA ANUAL DOS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DE 2003 A 2017 EM REAIS (R$)*

	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Valores nominais	R$ 1.972,00	R$ 2.158,00	R$ 2.170,00	R$ 2.319,00	R$ 2.472,00	R$ 3.012,00	R$ 3.695,00	R$ 4.023,00	R$ 4.231,00	R$ 4.554,00	R$ 5.422,00	R$ 6.598,00	R$ 7.411,00	R$ 6.739,00	R$ 6.673,00
Valores deflacionados	R$ 1.972,00	R$ 1.913,07	R$ 1.900,29	R$ 1.956,48	R$ 1.932,89	R$ 2.158,54	R$ 2.686,60	R$ 2.627,98	R$ 2.631,92	R$ 2.620,29	R$ 2.956,30	R$ 3.466,48	R$ 3.517,94	R$ 2.985,40	R$ 2.968,72

Fonte: BRASIL. CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.

Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2003 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE R: RENDA MÉDIA DAS MULHERES NO PAA, DE 2009 A 2017, EM REAIS (R$)

	2009	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Valores nominais	R$ 3.443,76	R$ 3.870,11	R$ 4.045,07	R$ 4.211,55	R$ 5.328,58	R$ 6.566,76	R$ 7.337,26	R$ 6.677,43	R$ 6.559,50
Valores deflacionados	R$ 3.443,76	R$ 3.480,84	R$ 3.464,54	R$ 3.336,47	R$ 4.000,27	R$ 4.750,24	R$ 4.795,51	R$ 4.072,85	R$ 4.017,97

Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF. VIEGAS (2018).

*Os valores foram deflacionados por meio da Correção pelo Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas) - IGP-DI (FGV) da Calculadora do Cidadão disponível no *site* do Banco Central do Brasil: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 23 ago. 2018. No entanto, o ano de 2009 foi utilizado como ano base e por isso, se considerou o valor nominal.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANEXOS

ANEXO A: RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Quantidade de Assentamento	Nº de lotes	Área total (ha)
Caiuá	Luis Moraes Neto (São Francisco)	Ago./03	Federal	1	104	1.721,37
Caiuá	Malu	Mar./03	Estadual	1	24	477,11
Caiuá	Maturi	Jan./98	Estadual	1	172	4.519,35
Caiuá	Santa Angelina	Fev./02	Estadual	1	23	535,81
Caiuá	Vista Alegre	Fev./02	Estadual	1	22	532,80
Caiuá (3)	Santa Rita 3	Set./98	Estadual	1	21	523,54
Caiuá/Presidente Venceslau	Nossa Senhora das Graças	Mar./10	Estadual	1	66	1.544,66
Euclides da Cunha Paulista	Gleba XV de Novembro	Mar./84	Estadual	*	137	*
Euclides da Cunha Paulista	Guaná Mirim	Fev./02	Estadual	1	34	812,13
Euclides da Cunha Paulista	Nova Esperança	Jul./00	Federal	1	98	2.028,78
Euclides da Cunha Paulista	Porto Letícia	Out./97	Estadual	1	36	707,00
Euclides da Cunha Paulista	Tucano	Nov./91	Estadual	1	35	664,83
Euclides da Cunha Paulista	Rancho Alto	Set./98	Estadual	1	50	1.292,24
Euclides da Cunha Paulista	Rancho Grande	Set./98	Estadual	1	101	2.447,09
Euclides da Cunha Paulista	Santa Tereza	Maio/09	Estadual	1	46	1.318,17
Euclides da Cunha Paulista	Santa Rita do Pontal	Nov./90	Estadual	1	51	805,37
Euclides da Cunha Paulista	Santa Rosa	Maio/92	Estadual	1	65	865,67
João Ramalho	Boa Esperança	Abr./07	Federal	1	29	54,69
Marabá Paulista	Governador André Fraco Montoro	Out./17	Estadual	1	235	4.640,16
Marabá Paulista	Dom Paulo Evaristo Arns	Jan./17	Estadual	1	42	522,92
Marabá Paulista	São Pedro	Abr./04	Estadual	1	8	261,46
Marabá Paulista	Areia Branca	Fev./88	Federal	1	87	1.879,44

Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Quantidade de Assentamento	Nº de lotes	Área total (ha)
Marabá Paulista	Nossa Sra. Aparecida	Set./03	Estadual	1	17	616,10
Marabá Paulista	Santa Maria 2	Set./04	Estadual	1	40	1.091,61
Marabá Paulista	Santo Antonio	Fev./99	Estadual	1	73	1.822,47
Marabá Paulista	Santo Antonio da Prata	Abr./04	Estadual	1	34	813,57
Martinópolis	Chico Castro Alves	Dez./95	Federal	1	87	1.783,05
Martinópolis	Nova Vida (Rodeio)	Dez./95	Federal	1	37	961,62
Mirante do Paranapanema	Alvorada	Mar./97	Estadual	1	21	565,53
Mirante do Paranapanema	Arco Íris	Dez./95	Estadual	1	105	2.606,79
Mirante do Paranapanema	Asa Branca	Set./09	Estadual	1	21	498,65
Mirante do Paranapanema	Canaã	Dez./95	Estadual	1	55	1.223,74
Mirante do Paranapanema	Estrela D'Alva	Jan./95	Estadual	1	31	784,50
Mirante do Paranapanema	Flor Roxa	Dez./95	Estadual	1	39	953,67
Mirante do Paranapanema	Haroldina	Dez./95	Estadual	1	71	1.964,89
Mirante do Paranapanema	Irmã Dorothy Stang	Ago./16	Estadual	1	35	543,27
Mirante do Paranapanema	King Meat	Dez./95	Estadual	1	46	1.134,50
Mirante do Paranapanema	Lua Nova	Jun./96	Estadual	1	17	375,00
Mirante do Paranapanema	Marco II	Abr./97	Estadual	1	9	242,96
Mirante do Paranapanema	Margarida Alves	Mar./06	Federal	1	90	1.257,59
Mirante do Paranapanema	Nossa Senhora Aparecida	Nov./97	Estadual	1	9	175,03
Mirante do Paranapanema	Novo Horizonte	Jun./96	Estadual	1	57	1.540,59
Mirante do Paranapanema	Pontal (Santa Rosa 2)	Jun./96	Estadual	1	13	235,44
Mirante do Paranapanema	Repouso (Santo Antonio 2)	Out./00	Estadual	1	21	515,05
Mirante do Paranapanema	Roseli Nunes (Nhancá)	Mar./03	Estadual	1	55	2.082,75
Mirante do Paranapanema	Santa Apolônia	Dez./96	Estadual	1	104	2.657,74
Mirante do Paranapanema	Santa Carmem	Dez./95	Estadual	1	37	1.067,90
Mirante do Paranapanema	Santa Cristina	Jun./96	Estadual	1	35	837,90
Mirante do Paranapanema	Santa Cruz	Dez./95	Estadual	1	17	411,08

Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Quantidade de Assentamento	Nº de lotes	Área total (ha)
Mirante do Paranapanema	Santa Isabel 1	Jun./96	Estadual	1	46	1.452,77
Mirante do Paranapanema	Santa Lúcia	Jun./96	Estadual	1	24	597,27
Mirante do Paranapanema	Santa Rosa 1	Jun./96	Estadual	1	24	639,93
Mirante do Paranapanema	Santana	Dez./95	Estadual	1	29	650,06
Mirante do Paranapanema	Santo Antonio	Mar./05	Estadual	1	17	399,29
Mirante do Paranapanema	Santo Antonio 1	Jun../96	Estadual	1	17	517,99
Mirante do Paranapanema	Santo Antonio 2	Dez./05	Estadual	1	7	118,71
Mirante do Paranapanema	São Bento	Jan./05	Estadual	1	182	5.190,50
Mirante do Paranapanema	Vale dos Sonhos	Jun./96	Estadual	1	23	617,94
Mirante do Paranapanema	Washington Luís	Jun./96	Estadual	1	16	343,24
Mirante do Paranapanema	Paulo Freire	Nov./00	Federal	1	62	1.295,22
Mirante do Paranapanema	Antonio Conselheiro	Nov./00	Federal	1	65	1.078,66
Mirante do Paranapanema	Che Guevara (Santa Clara)	Jan./95	Estadual	1	46	976,45
Mirante do Paranapanema	Dona Carmem	Out./08	Federal	1	185	1.216,13
Piquerobi	Santo Antonio da Lagoa	Mar./97	Estadual	1	29	968,03
Piquerobi	São José da Lagoa	Jun./96	Estadual	1	29	1.026,37
Piquerobi	Santa Rita 2	Dez./97	Estadual	1	26	600,96
Presidente Bernardes	Água Limpa 1	Set./96	Estadual	1	31	956,00
Presidente Bernardes	Água Limpa 2	Set./96	Estadual	1	26	789,00
Presidente Bernardes	Florestan Fernandes (São Jorge)	Ago./98	Estadual	1	55	1.116,61
Presidente Bernardes	Palu	Set./96	Estadual	1	44	1.243,85
Presidente Bernardes	Quatro Irmãs	Out./98	Estadual	1	15	385,98
Presidente Bernardes	Rodeio	Mar./97	Estadual	1	65	1.861,39
Presidente Bernardes	Santa Eudóxia	Set./96	Estadual	1	6	167,00
Presidente Bernardes	Santo Antonio 2	Set./98	Estadual	1	24	683,44
Presidente Epitácio	Engenho	Out./01	Federal	1	29	480,10

Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Quantidade de Assentamento	Nº de lotes	Área total (ha)
Presidente Epitácio	Lagoinha	Dez./98	Federal	1	153	2.105,52
Presidente Epitácio	Porto Velho	Out./01	Federal	1	87	1.492,88
Presidente Epitácio	São Paulo	Ago./03	Estadual	1	76	1.855,28
Presidente Venceslau	Primavera 1	Abr./96	Estadual	1	82	2.027,90
Presidente Venceslau	Primavera 2	Jun./96	Estadual	1	43	1.081,93
Presidente Venceslau	Radar	Jun./96	Estadual	1	29	548,24
Presidente Venceslau	Santa Maria	Abr./96	Estadual	1	17	263,90
Presidente Venceslau	Tupanciretã	Jun./96	Estadual	1	78	2.861,62
Presidente Venceslau	São Camilo	Nov./09	Estadual	1	25	668,93
Rancharia	Nova Conquista	Out./98	Federal	1	104	2.501,67
Rancharia	São Pedro	Mar./01	Federal	1	74	1.763,53
Ribeirão dos Índios	Yapinary	Jun./96	Estadual	1	40	852,52
Rosana	Bonanza	Nov./98	Estadual	1	31	574,79
Rosana	Nova Pontal	Set./98	Estadual	1	122	2.786,90
Rosana	Porto Maria	Mar./09	Estadual	1	41	1.127,10
Rosana	Gleba XV de Novembro	Fev./94	Estadual	1	434	13.309,76
Sandovalina	Bom Pastor	Set./97	Estadual	1	130	2.628,39
Sandovalina	Dom Tomás Balduíno (ex Guarany)	Jan./01	Estadual	1	68	1.334,29
Teodoro Sampaio	Córrego Azul	Nov./97	Estadual	1	9	226,71
Teodoro Sampaio	Água Branca I	Out./98	Estadual	1	29	629,88
Teodoro Sampaio	Água Sumida	Fev./88	Federal	1	121	4.214,61
Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata	Out./98	Estadual	1	18	458,55
Teodoro Sampaio	Cachoeira do Estreito	Nov./97	Estadual	1	29	490,47
Teodoro Sampaio	Fusquinha	Set./03	Estadual	1	46	1.081,77
Teodoro Sampaio	Haidéia	Nov./97	Estadual	1	27	868,26
Teodoro Sampaio	Laudenor de Souza (Porto Alcídia)	Set./97	Estadual	1	67	1.541,01
Teodoro Sampaio	Padre Josimo (São Pedro da Alcídia)	Jul./03	Estadual	1	96	2.290,19

Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Quantidade de Assentamento	Nº de lotes	Área total (ha)
Teodoro Sampaio	Santa Cruz da Alcídia	Jan./00	Estadual	1	25	704,75
Teodoro Sampaio	Santa Edwiges	Set./03	Estadual	1	25	691,99
Teodoro Sampaio	Santa Rita da Serra	Nov./97	Estadual	1	40	837,43
Teodoro Sampaio	Santa Terezinha da Água Sumida	Jul./99	Estadual	1	48	1.345,82
Teodoro Sampaio	Santa Terezinha da Alcídia	Out./98	Estadual	1	26	1.345,83
Teodoro Sampaio	Santa Vitória	Nov./97	Estadual	1	27	492,61
Teodoro Sampaio	Santa Zélia	Mar./99	Estadual	1	104	2.730,35
Teodoro Sampaio	Santo Antonio Coqueiros	Nov./97	Estadual	1	23	367,09
Teodoro Sampaio	Santo Expedito	Nov./09	Estadual	1	37	662,85
Teodoro Sampaio	Zilda Arns	Jun./11	Estadual	1	8	679,75
Teodoro Sampaio	Vale Verde	Nov./97	Estadual	1	50	1.010,75
Teodoro Sampaio	Vô Tonico	Out./98	Estadual	1	19	550,77

* A área total do Assentamento Gleba XV de Novembro está disponibilizado no município de Rosana (SP), pois o referido Assentamento encontra-se parte no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) e parte no município de Rosana (SP).
Fonte: ITESP.

ANEXO B: BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES PARTICIPANTES DO PAA EM 2015, POR CATEGORIA, REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS

Região/UF	Número de beneficiários fornecedores							
	Agricultores familiares	Agroextrativistas	Assentados	Atingidos por Barragem	Indígenas	Pescadores Artesanais	Quilombolas	Total
Norte	**2.214**	**1.617**	**695**	**14**	**387**	**212**	**-**	**5.139**
Acre	182	165	219	-	-	5	-	571
Amazonas	671	619	61	-	100	93	-	1.544
Amapá	365	796	87	-	-	-	-	1.248
Pará	134	15	56	-	-	99	-	304
Rondônia	457	6	10	-	95	-	-	568
Roraima	148	7	94	-	192	-	-	441
Tocantins	257	9	168	14	-	15	-	463
Nordeste	**8.889**	**409**	**1.867**	**57**	**2**	**187**	**434**	**11.845**
Alagoas	2.104	4	484	-	-	67	113	2.772
Bahia	3.500	195	342	-	2	-	255	4.294
Ceará	183	1	2	-	-	-	-	186
Maranhão	28	40	-	-	-	-	-	68
Paraíba	1.309	142	391	-	-	89	34	1.965
Pernambuco	225	-	46	57	-	-	32	360
Piauí	599	25	423	-	-	31	-	1.078
Rio Grande do Norte	287	2	64	-	-	-	-	353
Sergipe	654	-	115	-	-	-	-	769
Sudeste	**7.285**	**29**	**2.297**	**-**	**2**	**318**	**353**	**10.284**
Espírito Santo	994	9	205	-	1	-	26	1.235
Minas Gerais	2.128	2	115	-	-	8	6	2.259
Rio de Janeiro	160	2	-	-	-	304	-	466
São Paulo	4.003	16	1.977	-	1	6	321	6.324
Sul	**4.764**	**686**	**2.188**	**-**	**15**	**41**	**11**	**7.705**
Paraná	1.170	383	540	-	15	-	6	2.114
Rio Grande do Sul	2.962	4	1.356	-	-	41	5	4.368
Santa Catarina	632	299	292	-	-	-	-	1.223
Centro-Oeste	**2.359**	**277**	**1.133**	**10**	**1**	**-**	**41**	**3.821**
Distrito Federal	237	1	33	-	-	-	-	271
Goiás	1.170	49	339	10	-	-	10	1.578
Mato Grosso do Sul	198	-	541	-	1	-	-	740
Mato Grosso	754	227	220	-	-	-	31	1.232
Total	**25.511**	**3.018**	**8.180**	**81**	**407**	**758**	**839**	**38.794**
Participação (%)	**65,80**	**7,80**	**21,10**	**0,20**	**1,00**	**2,00**	**2,20**	**100**

Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF.

ANEXO C: BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES PARTICIPANTES DO PAA EM 2016, POR CATEGORIA, REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS

Região/UF	Número de beneficiários fornecedores							
	Agricultores familiares	Agroextrativistas	Assentados	Atingidos por Barragem	Indígenas	Pescadores Artesanais	Quilombolas	Total
Norte	**2.168**	**1.155**	**651**	**28**	**91**	**481**	**7**	**4.581**
Acre	133	204	97	-	-	11	-	445
Amazonas	714	263	258	-	33	381	-	1.649
Amapá	259	584	121	-	-	**1**	1	966
Pará	285	7	15	-	10	84	6	407
Rondônia	489	80	10	-	47	2	-	628
Roraima	153	10	70	-	1	-	-	234
Tocantins	135	7	80	28	-	2	-	252
Nordeste	**8.794**	**2.207**	**1.347**	**35**	**118**	**208**	**402**	**13.111**
Alagoas	1.517	277	345	-	13	1	59	2.212
Bahia	2.190	1.291	106	35	105	-	79	3.806
Ceará	1.134	-	-	-	-	26	-	1.160
Maranhão	514	33	64	-	-	31	182	824
Paraíba	932	105	391	-	-	117	29	1.574
Pernambuco	962	104	66	-	-	-	20	1.152
Piauí	537	396	269	-	-	33	33	1.268
Rio Grande do Norte	531	-	55	-	-	-	-	586
Sergipe	477	1	51	-	-	-	-	529
Sudeste	**3.635**	**169**	**1.332**	**0**	**1**	**66**	**357**	**5.560**
Espírito Santo	620	6	47	-	1	-	46	720
Minas Gerais	1.598	121	30	-	-	2	3	1.754
Rio de Janeiro	156	26	1	-	-	64	-	247
São Paulo	1.261	16	1.254	-	-	-	308	2.839
Sul	**1.580**	**441**	**1.113**	**0**	**1**	**0**	**26**	**3.161**
Paraná	663	39	182	-	-	-	-	884
Rio Grande do Sul	759	84	833	-	-	-	-	1.676
Santa Catarina	158	318	98	-	**1**	-	26	601
Centro-Oeste	**1.880**	**178**	**504**	**0**	**196**	**0**	**147**	**2.905**
Distrito Federal	73	6	2	-	-	-	26	107
Goiás	905	6	145	-	-	-	-	1.056
Mato Grosso do Sul	66	-	110	-	149	-	104	429
Mato Grosso	836	166	247	-	**47**	-	17	1.313
Total	**18.057**	**4.150**	**4.947**	**63**	**407**	**755**	**939**	**29.318**
Participação (%)	**61,60**	**14,20**	**16,90**	**0,20**	**1,40**	**2,60**	**3,20**	**100**

Fonte: BRASIL. CONAB (2016). SUPAF/GECAF.

ANEXO D: BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES PARTICIPANTES DO PAA EM 2017, POR CATEGORIA, REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS

Região/UF	Número de beneficiários fornecedores							
	Agricultores familiares	Agroextrativistas	Assentados	Atingidos por Barragem	Indígenas	Pescadores Artesanais	Quilombolas	Total
Norte	**1.311**	**1.036**	**520**	**1**	**37**	**273**	**23**	**3.201**
Acre	45	17	99	-	-	-	-	161
Amazonas	372	402	89	1	-	239	-	1.103
Amapá	73	321	57	-	-	-	1	452
Pará	422	207	60	-	-	34	22	745
Rondônia	212	45	43	-	37	-	-	337
Roraima	88	27	84	-	-	-	-	199
Tocantins	99	17	88	-	-	-	-	204
Nordeste	**4.690**	**405**	**1.497**	**-**	**9**	**195**	**718**	**7.514**
Alagoas	686	15	205	-	-	-	106	1.012
Bahia	627	58	292	-	9	62	317	1.365
Ceará	692	1	73	-	-	-	-	766
Maranhão	540	98	16	-	-	13	243	910
Paraíba	272	73	432	-	-	83	27	887
Pernambuco	925	37	157	-	-	-	23	1.142
Piauí	504	70	149	-	-	-	2	725
Rio Grande do Norte	305	48	51	-	-	37	-	441
Sergipe	139	5	122	-	-	-	-	266
Sudeste	**1.422**	**127**	**1.113**	**-**	**-**	**46**	**111**	**2.819**
Espírito Santo	229	7	84	-	-	-	26	346
Minas Gerais	940	81	15	-	-	2	3	1.041
Rio de Janeiro	149	3	1	-	-	44	-	197
São Paulo	104	36	1.013	-	-	-	82	1.235
Sul	**2.189**	**303**	**1.110**	**2**	**-**	**-**	**2**	**3.606**
Paraná	500	6	259	1	-	-	-	766
Rio Grande do Sul	1.471	39	781	1	-	-	2	2.294
Santa Catarina	218	258	70	-	-	-	-	546
Centro-Oeste	**860**	**70**	**557**	**1**	**-**	**-**	**60**	**1.548**
Distrito Federal	117	20	16	-	-	-	-	153
Goiás	271	35	159	1	-	-	-	466
Mato Grosso do Sul	71	-	155	-	-	-	-	226
Mato Grosso	401	15	227	-	-	-	60	703
Total	**10.472**	**1.941**	**4.797**	**4**	**46**	**514**	**914**	**18.688**
Participação (%)	**56,00**	**10,39**	**25,67**	**0,02**	**0,25**	**2,75**	**4,89**	**100**

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.

ANEXO E: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA POR MODALIDADES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES EM 2015

Região/UF	CDAF	CDS	CPR-Estoque	Sementes	Total
Norte	**0**	**4.367**	**673**	**99**	**5.139**
Acre	-	217	354	-	**571**
Amazonas	-	1.409	135	-	**1.544**
Amapá	-	1.248	-	-	**1.248**
Pará	-	304	-	-	**304**
Rondônia	-	457	111	-	**568**
Roraima	-	269	73	99	**441**
Tocantins	-	463	-	-	**463**
Nordeste	**0**	**10.773**	**455**	**617**	**11.845**
Alagoas	-	2.507	233	32	**2.772**
Bahia	-	3.771	210	313	**4.294**
Ceará	-	186	-	-	**186**
Maranhão	-	68	-	-	**68**
Paraíba	-	1.953	12	-	**1.965**
Pernambuco	-	360	-	-	**360**
Piauí	-	1.047	-	31	**1.078**
Rio Grande do Norte	-	353	-	-	**353**
Sergipe	-	528	-	241	**769**
Sudeste	**0**	**10.211**	**41**	**32**	**10.284**
Espírito Santo	-	1.194	41	-	**1.235**
Minas Gerais	-	2.227	-	32	**2.259**
Rio de Janeiro	-	466	-	-	**466**
São Paulo	-	6.324	-	-	**6.324**
Sul	**1.559**	**4.376**	**1.498**	**272**	**7.705**
Paraná	-	1.787	314	13	**2.114**
Rio Grande do Sul	1.559	1.429	1.184	196	**4.368**
Santa Catarina	-	1.160	-	63	**1.223**
Centro-Oeste	**-**	**3.669**	**111**	**41**	**3.821**
Distrito Federal	-	271	-	-	**271**
Goiás	-	1.537	-	41	**1.578**
Mato Grosso do Sul	-	740	-	-	**740**
Mato Grosso	-	1.121	111	-	**1.232**
Total	**1.599**	**33.396**	**2.778**	**1.061**	**38.794**

Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF.

ANEXO F: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA POR MODALIDADES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES EM 2016

Região/UF	CDAF	CDS	CPR-Estoque	Sementes	Total
Norte	**0**	**4.327**	**237**	**17**	**4.581**
Acre	-	255	190	-	**445**
Amazonas	-	1.649	-	-	**1.649**
Amapá	-	966	-	-	**966**
Pará	-	407	-	-	**407**
Rondônia	-	581	47	-	**628**
Roraima	-	217	-	17	**234**
Tocantins	-	252	-	-	**252**
Nordeste	**0**	**12.973**	**118**	**20**	**13.111**
Alagoas	-	2.212	-	-	**2.212**
Bahia	-	3.688	118	-	**3.806**
Ceará	-	1.160	-	-	**1.160**
Maranhão	-	824	-	-	**824**
Paraíba	-	1.574	-	-	**1.574**
Pernambuco	-	1.152	-	-	**1.152**
Piauí	-	1.248	-	20	**1.268**
Rio Grande do Norte	-	586	-	-	**586**
Sergipe	-	529	-	-	**529**
Sudeste	**0**	**5.560**	**0**	**0**	**5.560**
Espírito Santo	-	720	-	-	**720**
Minas Gerais	-	1.754	-	-	**1.754**
Rio de Janeiro	-	247	-	-	**247**
São Paulo	-	2.839	-	-	**2.839**
Sul	**0**	**2.273**	**734**	**154**	**3.161**
Paraná	-	838	-	46	**884**
Rio Grande do Sul	-	866	734	76	**1.676**
Santa Catarina	-	569	-	32	**601**
Centro-Oeste	**0**	**2.693**	**134**	**78**	**2.905**
Distrito Federal	-	107	-	-	**107**
Goiás	-	1.019	-	37	**1.056**
Mato Grosso do Sul	-	388	-	41	**429**
Mato Grosso	-	1.179	134	-	**1.313**
Total	**0**	**27.826**	**1.223**	**269**	**29.318**

Fonte: BRASIL. CONAB (2016). SUPAF/GECAF.

ANEXO G: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA POR MODALIDADES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES EM 2017

Região/UF	CDAF	CDS	CPR-Estoque	Sementes	Total
Norte	**0**	**2.925**	**164**	**112**	**3.201**
Acre	-	161	-	-	**161**
Amazonas	-	977	97	29	**1.103**
Amapá	-	452	-	-	**452**
Pará	-	713	8	24	**745**
Rondônia	-	268	59	10	**337**
Roraima	-	150	-	49	**199**
Tocantins	-	204	-	-	**204**
Nordeste	**500**	**6.807**	**126**	**81**	**7.514**
Alagoas	63	920	-	29	**1.012**
Bahia	-	1.320	45	-	**1.365**
Ceará	-	766	-	-	**766**
Maranhão	-	910	-	-	**910**
Paraíba	-	887	-	-	**887**
Pernambuco	437	705	-	-	**1.142**
Piauí	-	616	81	28	**725**
Rio Grande do Norte	-	441	-	-	**441**
Sergipe	-	242	-	24	**266**
Sudeste	**0**	**2.676**	**143**	**0**	**2.819**
Espírito Santo	-	346	-	346	**346**
Minas Gerais	-	1.041	-	1.041	**1.041**
Rio de Janeiro	-	197	-	197	**197**
São Paulo	-	1.092	143	1.092	**1.235**
Sul	**1.853**	**1.490**	**125**	**138**	**3.606**
Paraná	107	625	-	34	**766**
Rio Grande do Sul	1.746	388	87	73	**2.294**
Santa Catarina	-	477	38	31	**546**
Centro-Oeste	**0**	**1.377**	**118**	**53**	**1.548**
Distrito Federal	-	115	38	-	**153**
Goiás	-	399	14	53	**466**
Mato Grosso do Sul	-	219	7	-	**226**
Mato Grosso	-	644	59	-	**703**
Total	**2.353**	**15.275**	**676**	**384**	**18.688**

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.

ANEXO H: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR MODALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO EM 2015

Região/UF	CDAF	CDS	CPR-Estoque	Sementes	Total
Norte	**0**	**13.197.318**	**2.538.332**	**55.500**	**15.791.150**
Acre	-	668.613	1.541.625		**2.210.238**
Amazonas	-	5.623.103	87.770		**5.710.837**
Amapá	-	2.251.603			**2.251.603**
Pará	-	1.164.429			**1.164.429**
Rondônia	-	1.377.842	556.766		**1.934.608**
Roraima	-	1.185.251	352.171	55.500	**1.592.922**
Tocantins	-	926.478			**926.478**
Nordeste	**0**	**37.457.294**	**1.216.613**	**1.510.400**	**40.184.307**
Alagoas	-	13.027.651	787.203	200.000	**14.014.854**
Bahia	-	10.012.478	420.060	630.400	**11.062.938**
Ceará	-	317.996			**317.996**
Maranhão	-	128.254			**128.254**
Paraíba	-	6.165.187	9.350		**6.174.537**
Pernambuco	-	1.279.748			**1.279.748**
Piauí	-	3.203.420		80.000	**3.283.420**
Rio Grande do Norte	-	725.576			**725.576**
Sergipe	-	2.596.984		600.000	**3.196.984**
Sudeste	**0**	**40.300.520**	**63.960**	**123.560**	**40.488.040**
Espírito Santo	-	5.590.680	63.960		**5.654.640**
Minas Gerais	-	8.088.261		123.560	**8.211.821**
Rio de Janeiro	-	801.186			**801.186**
São Paulo	-	25.820.394			**25.820.394**
Sul	**965.977**	**13.923.128**	**9.781.816**	**1.395.397**	**26.066.318**
Paraná	-	7.174.325	1.787.222	50.000	**9.011.547**
Rio Grande do Sul	965.977	3.682.963	7.994.594	1.229.405	**13.872.939**
Santa Catarina	-	3.065.840		115.992	**3.181.832**
Centro-Oeste	**0**	**12.012.641**	**419.445**	**61.381**	**12.493.467**
Distrito Federal	-	987.567			**987.567**
Goiás	-	4.253.186		61.381	**4.314.567**
Mato Grosso do Sul	-	2.961.777			**2.961.777**
Mato Grosso	-	3.810.111	419.445		**4.229.556**
Total	**965.977**	**116.890.902**	**14.020.166**	**3.146.238**	**135.023.283**

Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF.

ANEXO I: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR MODALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO EM 2016

Região/UF	CDAF	CDS	CPR-Estoque	Sementes	Total
Norte	**0**	**10.847.810**	**1.539.195**	**24.750**	**12.411.755**
Acre	-	402.522	1.181.102	-	1.583.624
Amazonas	-	5.017.116	-	-	5.017.116
Amapá	-	2.020.365	-	-	2.020.365
Pará	-	1.460.659	-	-	1.460.659
Rondônia	-	950.558	358.093	-	1.308.651
Roraima	-	511.640	-	24.750	536.390
Tocantins	-	484.950	-	-	484.950
Nordeste	**0**	**31.781.912**	**188.720**	**61.000**	**32.031.632**
Alagoas	-	7.555.730	-	-	7.555.730
Bahia	-	8.635.778	188.720	-	8.824.498
Ceará	-	1.319.346	-	-	1.319.346
Maranhão	-	1.475.576	-	-	1.475.576
Paraíba	-	5.003.044	-	-	5.003.044
Pernambuco	-	3.163.538	-	-	3.163.538
Piauí	-	1.585.986	-	61.000	1.646.986
Rio Grande do Norte	-	904.074	-	-	904.074
Sergipe	-	2.138.840	-	-	2.138.840
Sudeste	**0**	**20.179.727**	**0**	**0**	**20.179.727**
Espírito Santo	-	3.013.570	-	-	3.013.570
Minas Gerais	-	6.017.232	-	-	6.017.232
Rio de Janeiro	-	474.647	-	-	474.647
São Paulo	-	10.674.278	-	-	10.674.278
Sul	**0**	**7.044.850**	**9.144.537**	**882.405**	**17.071.792**
Paraná	-	3.173.625	-	145.800	3.319.425
Rio Grande do Sul	-	2.105.896	9.144.537	681.050	11.931.483
Santa Catarina	-	1.765.329	-	55.555	1.820.884
Centro-Oeste	**0**	**5.532.119**	**721.837**	**171.314**	**6.425.270**
Distrito Federal	-	284.740	-	-	284.740
Goiás	-	1.473.438	-	52.514	1.525.952
Mato Grosso do Sul	-	1.473.438	-	118.800	1.542.648
Mato Grosso	-	2.350.093	721.837	-	3.071.930
Total	**0**	**75.386.418**	**11.594.289**	**1.139.469**	**88.120.176**

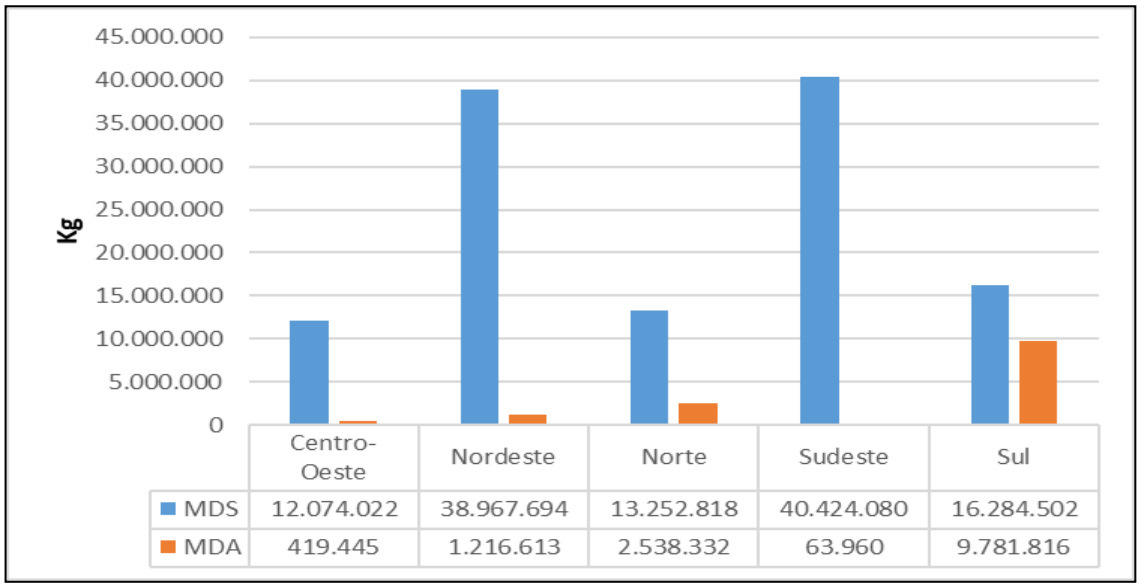
Fonte: BRASIL. CONAB (2016). SUPAF/GECAF.

ANEXO J: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR MODALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO EM 2017

Região/UF	CDAF	CDS	CPR-Estoque	Sementes	Total
Norte	**0**	**8.617.300**	**518.610**	**133.480**	**9.269.380**
Acre	-	356.850	-	-	356.850
Amazonas	-	1.997.660	174.870	22.700	2.195.220
Amapá	-	831.490	-	-	831.490
Pará	-	2.633.060	3.750	20.440	2.657.250
Rondônia	-	1.956.570	339.990	26.820	2.323.390
Roraima	-	531.220	-	63.520	594.740
Tocantins	-	310.440	-	-	310.440
Nordeste	**280.520**	**15.543.190**	**74.750**	**116.680**	**16.015.150**
Alagoas	35.870	3.493.310	-	31.800	3.560.980
Bahia	-	3.671.650	34.540	-	3.706.190
Ceará	-	1.026.630	-	-	1.026.630
Maranhão	-	1.329.120	-	-	1.329.120
Paraíba	-	2.492.440	-	-	2.492.440
Pernambuco	244.650	1.553.140	-	-	1.797.790
Piauí	-	646.880	40.210	55.640	742.740
Rio Grande do Norte	-	672.730	-	-	672.730
Sergipe	-	657.290	-	29.240	686.530
Sudeste	**0**	**7.945.450**	**302.260**	**0**	**7.797.700**
Espírito Santo	-	1.134.840	-	-	1.134.840
Minas Gerais	-	2.557.760	-	-	2.557.760
Rio de Janeiro	-	405.290	-	-	405.290
São Paulo	-	3.397.560	302.260	-	3.699.820
Sul	**1.046.630**	**398.880**	**960.070**	**398.880**	**6.387.700**
Paraná	61.110	60.160	-	60.160	1.521.840
Rio Grande do Sul	985.520	281.540	873.950	281.540	3.190.240
Santa Catarina	-	57.180	86.120	57.180	1.675.610
Centro-Oeste	**0**	**2.457.570**	**2.371.100**	**91.260**	**4.937.930**
Distrito Federal	-	208.910	924.450	-	1.133.360
Goiás	-	560.620	10.500	91.260	662.380
Mato Grosso do Sul	-	687.690	80.000	-	767.690
Mato Grosso	-	1.018.350	1.356.160	-	2.374.510
Total	**1.327.150**	**38.113.620**	**4.226.790**	**740.290**	**44.407.860**

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.

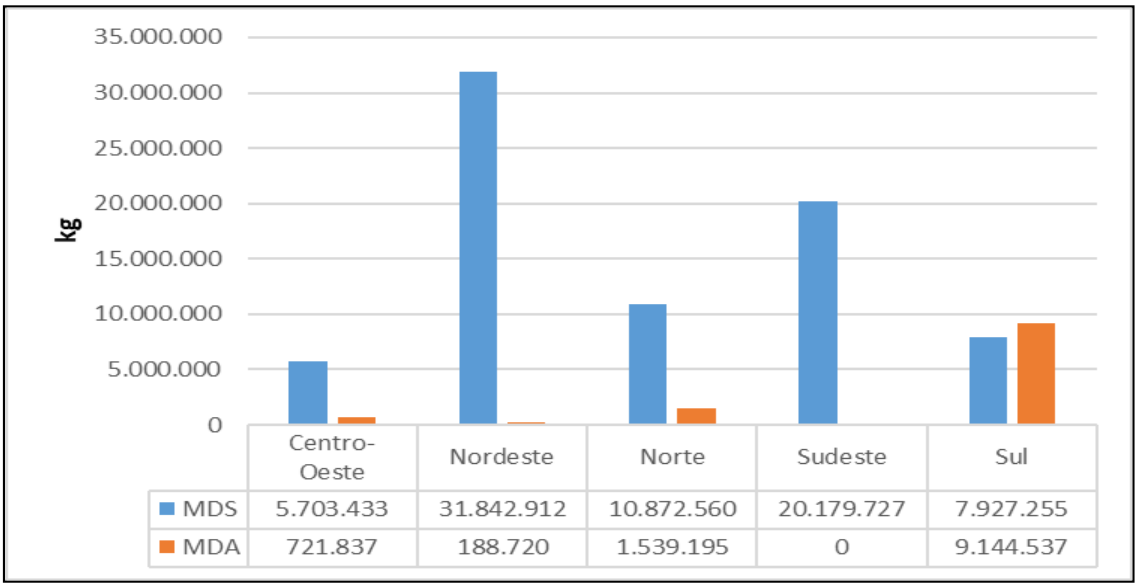
ANEXO K : QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR REGIÃO E POR FONTE DE RECURSOS EM 2015



	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
MDS	12.074.022	38.967.694	13.252.818	40.424.080	16.284.502
MDA	419.445	1.216.613	2.538.332	63.960	9.781.816

Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF.

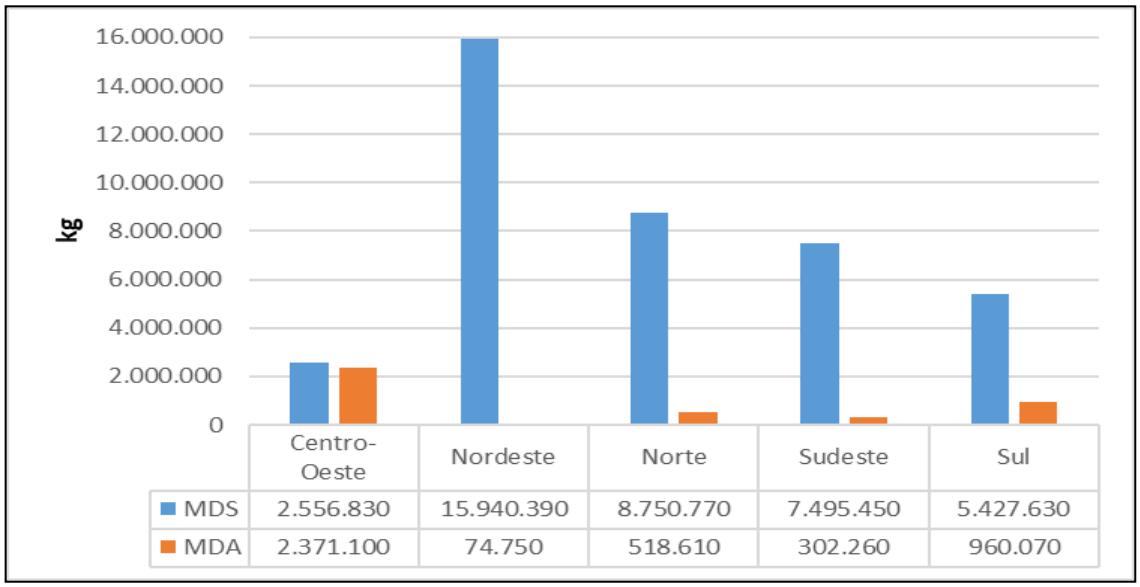
ANEXO L: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR REGIÃO E POR FONTE DE RECURSOS EM 2016



	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
MDS	5.703.433	31.842.912	10.872.560	20.179.727	7.927.255
MDA	721.837	188.720	1.539.195	0	9.144.537

Fonte: BRASIL. CONAB (2016). SUPAF/GECAF.

ANEXO M: QUANTIDADE EM QUILOS DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR REGIÃO E POR FONTE DE RECURSOS EM 2017



	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
MDS	2.556.830	15.940.390	8.750.770	7.495.450	5.427.630
MDA	2.371.100	74.750	518.610	302.260	960.070

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.

ANEXO N: NÚMERO DE UNIDADES RECEBEDORAS E DE ATENDIMENTOS, POR REGIÃO, EM 2015, 2016 E 2017

2015

Região	Nº de atendimentos às unidades recebedoras	Nº de atendimentos aos beneficiários
Norte	486	1.291.313
Nordeste	736	4.254.219
Sudeste	386	3.157.715
Sul	368	1.005.856
Centro-Oeste	853	1.251.561
Total	**2.829**	**10.960.664**

Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF.

2016

Região	Nº de atendimentos às unidades recebedoras	Nº de atendimentos aos beneficiários
Norte	510	1.647.204
Nordeste	992	4.535.644
Sudeste	296	1.676.308
Sul	222	708.840
Centro-Oeste	599	738.023
Total	**2.619**	**9.306.019**

Fonte: BRASIL. CONAB (2016). SUPAF/GECAF.

.

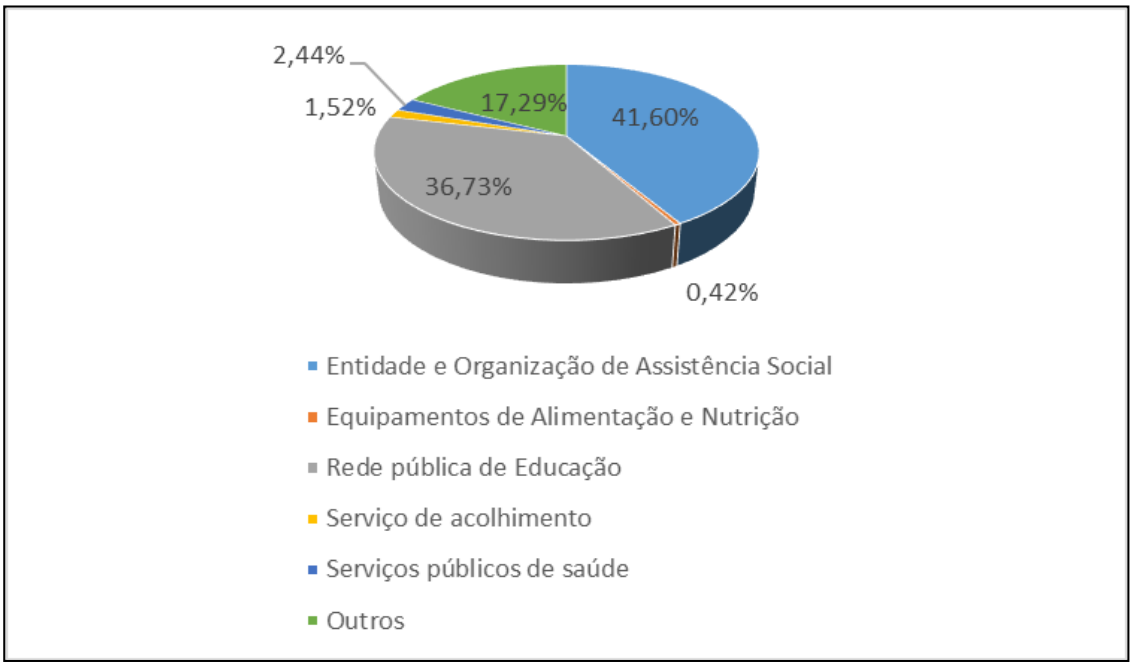
2017

Região	Nº de atendimentos às unidades recebedoras	Nº de atendimentos aos beneficiários
Norte	103	837.506
Nordeste	483	2.889.690
Sudeste	214	900.828
Sul	191	972.009
Centro-Oeste	101	586.065
Total	**1.092**	**6.186.098**

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.

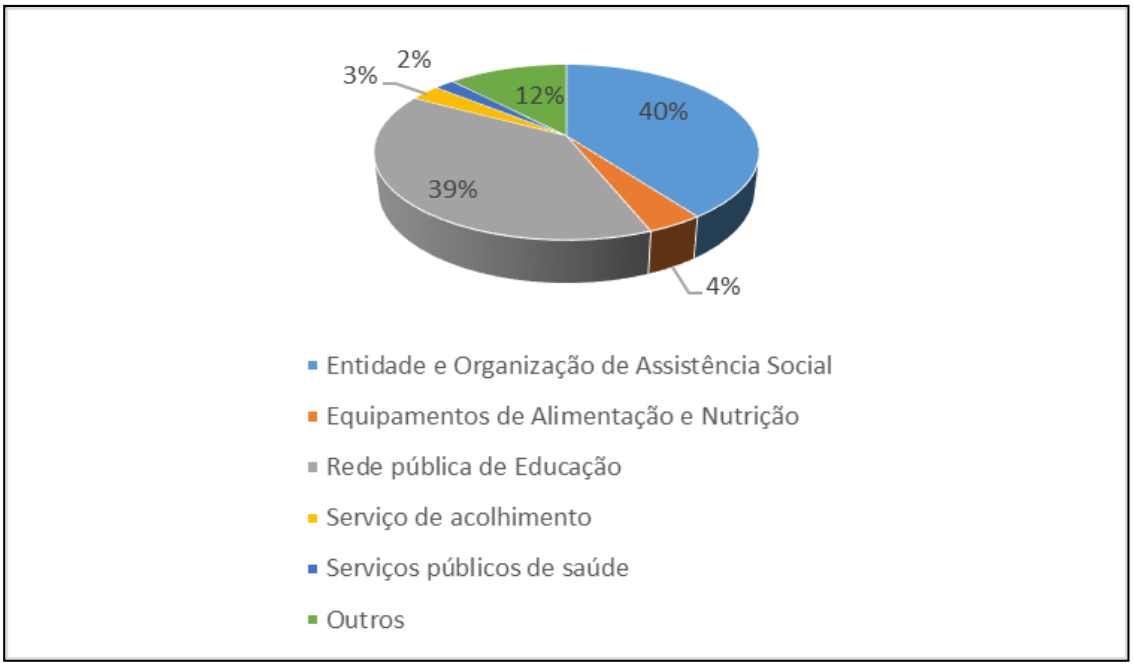
ANEXO O: UNIDADES RECEBEDORAS ATENDIDAS PELO PAA EM 2015, 2016 E 2017

2015



Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF.

2016



Fonte: BRASIL. CONAB (2016). SUPAF/GECAF.

ANEXO O: UNIDADES RECEBEDORAS ATENDIDAS PELO PAA EM 2015, 2016 E 2017 - CONTINUAÇÃO

2017

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.

ANEXO P: NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO/REGIÕES EM 2015, 2016 E 2017

2015

Região/UF	Nº total de municípios	Nº de municípios PAA	% de municípios participantes
Norte	**450**	**67**	**15**
Acre	22	5	23
Amazonas	62	16	26
Amapá	16	10	63
Pará	144	10	7
Rondônia	52	10	19
Roraima	15	6	40
Tocantins	139	10	7
Nordeste	**1.794**	**190**	**11**
Alagoas	102	25	25
Bahia	417	59	14
Ceará	184	6	3
Maranhão	217	2	1
Paraíba	223	44	20
Pernambuco	185	8	4
Piauí	224	23	10
Rio Grande do Norte	167	12	7
Sergipe	75	11	15
Sudeste	**1.668**	**124**	**7**
Espírito Santo	78	21	27
Minas Gerais	853	32	4
Rio de Janeiro	92	4	4
São Paulo	645	67	10
Sul	**1.191**	**82**	**7**
Paraná	399	25	6
Rio Grande do Sul	497	41	8
Santa Catarina	295	16	5
Centro-Oeste	**467**	**78**	**17**
Distrito Federal	1	1	100
Goiás	246	32	13
Mato Grosso do Sul	79	15	19
Mato Grosso	141	30	21
Total	**5.570**	**541**	**57**

Fonte: BRASIL. CONAB (2015). SUPAF/GECAF.

ANEXO P: NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO/REGIÕES EM 2015, 2016 E 2017 - CONTINUAÇÃO

2016

Região/UF	Nº total de municípios	Nº de municípios PAA	% de municípios participantes
Norte	**450**	**58**	**13**
Acre	22	6	27
Amazonas	62	16	26
Amapá	16	11	69
Pará	144	10	7
Rondônia	52	9	17
Roraima	15	1	7
Tocantins	139	5	4
Nordeste	**1.794**	**216**	**12**
Alagoas	102	28	27
Bahia	417	57	14
Ceará	184	16	9
Maranhão	217	21	10
Paraíba	223	24	11
Pernambuco	185	12	6
Piauí	224	30	13
Rio Grande do Norte	167	17	10
Sergipe	75	11	15
Sudeste	**1.688**	**88**	**4**
Espírito Santo	78	19	24
Minas Gerais	853	25	3
Rio de Janeiro	92	6	7
São Paulo	645	38	6
Sul	**1.191**	**51**	**4**
Paraná	399	21	5
Rio Grande do Sul	497	17	3
Santa Catarina	295	13	4
Centro-Oeste	**467**	**63**	**13**
Distrito Federal	1	0	0
Goiás	246	23	9
Mato Grosso do Sul	79	12	15
Mato Grosso	141	28	20
Total	**5.590**	**476**	**46**

Fonte: BRASIL. CONAB (2016). SUPAF/GECAF.

ANEXO P: NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO/REGIÕES EM 2015, 2016 E 2017 - CONTINUAÇÃO

2017

Região/UF	Nº total de municípios	Nº de municípios PAA	% de municípios participantes
Norte	**450**	**72**	**16**
Acre	22	4	18,18
Amazonas	62	19	30,65
Amapá	16	7	43,75
Pará	144	22	15,28
Rondônia	52	9	17,31
Roraima	15	2	13,33
Tocantins	139	9	6,47
Nordeste	**1.794**	**232**	**12,9**
Alagoas	102	22	21,57
Bahia	417	38	9,11
Ceará	184	22	11,96
Maranhão	217	31	14,29
Paraíba	223	32	14,35
Pernambuco	185	36	19,46
Piauí	224	21	9,38
Rio Grande do Norte	167	20	11,98
Sergipe	75	10	13,33
Sudeste	**1.668**	**107**	**6,4**
Espírito Santo	78	14	17,95
Minas Gerais	853	39	4,57
Rio de Janeiro	92	6	6,52
São Paulo	645	48	7,44
Sul	**1.191**	**77**	**6,5**
Paraná	399	18	4,51
Rio Grande do Sul	497	37	7,44
Santa Catarina	295	22	7,46
Centro-Oeste	**467**	**55**	**11,8**
Distrito Federal	1	1	100
Goiás	246	23	9,35
Mato Grosso do Sul	79	12	15,19
Mato Grosso	141	19	13,48
Total	**5.570**	**543**	**53,6**

Fonte: BRASIL. CONAB (2018). SUPAF/GECAF.